

colocar o pão na mesa → assegurar a subsistência da família [orig.: alusão ao alimento considerado essencial para o homem] ◇ Representa mais os diferentes tipos de trabalho que permitem ao homem e à mulher *colocar o pão na mesa* para si mesmos e para aqueles que amam. (www.catolica-net.com.br/interatividade/documentos/doc/cm2000.rtf; acesso em 02/10/05)

de sol a sol → continuamente [hip.] ◇ O brasileiro comum, aquele que dá duro, trabalha *de sol a sol*, luta com dificuldades para pagar suas contas, salários de funcionários, impostos [...] (www.diarioms.com.br/ver.php?V41ef8940=25580; acesso em 26/11/04)

ganhar a vida → viver de seu trabalho [orig.: alusão à maneira como se trabalha] ◇ Existe uma maneira de conseguir *ganhar a vida* fazendo o que se gosta, mas naturalmente existem compromissos e sacrifícios. (www.aven-tura.com.br/projetos.htm; acesso em 29/05/04)

ganhar o pão (de cada dia) → trabalhar duro para ganhar o suficien-

Aparecida Negri Isquerdo
Márcia Sipavicius Seide
Organizadoras

AS CIÊNCIAS DO LÉXICO

LEXICOLOGIA LEXICOGRAFIA TERMINOLOGIA

VOLUME XI

Nesta obra, artigos de

Adriana Zavaglia

Alexandre Melo de Sousa

Angela Maria Tenório

Zucchi

Aparecida Negri Isquerdo

Carla Bastiani

Celina Márcia de Souza

Abbade

Claudia Zavaglia

Cleci Regina Bevilacqua

Elizabete Aparecida

Marques

Fábio Henrique de

Carvalho Bertonha

Francisco Javier Peral

Rabasa

Karylleila dos Santos

Andrade

Laia Vidal-Sabanés

Luís Henrique Serra

Maria Cândida Trindade

Costa de Seabra

Maria Cristina Parreira

Maria José Bocorny

Finatto

María Teresa Fuentes

Morán

Mariângela de Araújo

Marianna de Franco

Gomes

Paulo Henrique de Souza

Rosemeire Selma

Monteiro-Plantin

Sandra Dias Loguercio

o pão na mesa → assegurar a subsistência da família [alusão ao alimento considerado essencial para o homem] representa mais os diferentes tipos de trabalho que permitem o homem e à mulher *colocar o pão na mesa* para si mesmos e aqueles que amam. (www.catolica.net.com.br/interatividadamentos/doc/cm2000.rtf; acesso em 02/10/05)

sol → continuamente [hip.] ♦ O brasileiro comum, aquele que trabalha *de sol a sol*, luta com dificuldades para pagar as contas, salários de funcionários, impostos [...] (www.scielo.br/ver.php?V41ef8940=25580; acesso em 02/10/04)

a vida → viver de seu trabalho [orig.: alusão à maneira de trabalhar] ♦ Existe uma maneira de conseguir *ganhar a vida* fazendo o que se gosta, mas naturalmente existem compromissos e sacrifícios. (www.aventura.com.br/projetos.htm; acesso em 02/10/04)

o pão (de cada dia) → trabalhar duro para ganhar o sustento para sua subsistência [orig.: alusão ao alimento considerado essencial para o homem] ♦ Para o cidadão comum, que quer *ganhar o pão de cada dia*, viver é apenas sobreviver fisicamente. (www.clinicanephron.com.br/mensagem_diretor.htm; acesso em 29/05/04)

o abraço na massa → intervir num trabalho [orig.: alusão ao abraço que exercem atividades braçais] ♦ Gosto de *pôr a mão na massa* porque faço a maioria dos projetos e por enquanto não preciso de uma estrutura grande de produção. (www.universiabrasil.net/11nove/noticia.jsp?noticia=162; acesso em 11/05/05)

Q

o conjunto → conjunto de detalhes característicos de um local ou de uma época [orig.: alusão às características culturais peculiares de uma região] ♦ Contudo, o que antes se designava como regionalismo é hoje um conjunto de textos ficcionais que primavam pelo uso da "cor local" [...] (educaterra.terra.com.br/literatura/prestigio/2003/12/02/002.htm; acesso em 16/10/04)

R

de urso → relacionamento falso e que indica traição [alusão ao ato de agarrar de tal animal, que pode sufocar o indivíduo] ♦ Longe de uma vitória arrasadora e programada, a diplomacia, a crise do Mercosul está nos empurrando cada vez mais para o *abraço de urso* da Alca. (www.race.nuca.ie.ufrj.br/journal/a/arbix1.doc; acesso em 01/07/05)

colocar o pão na mesa → assegurar a subsistência da família [orig.: alusão ao alimento considerado essencial para o homem] ♦ Representa mais os diferentes tipos de trabalho que permitem ao homem e à mulher *colocar o pão na mesa* para si mesmos e para aqueles que amam. (www.catolica-net.com.br/interatividade/documentos/doc/cm2000.rtf; acesso em 02/10/05)

de sol a sol → continuamente [hip.] ♦ O brasileiro comum, aquele que dá duro, trabalha *de sol a sol*, luta com dificuldades para pagar suas contas, salários de funcionários, impostos [...] (www.diariums.com.br/ver.php?V41ef8940=25580; acesso em 26/11/04)

ganhar a vida → viver de seu trabalho [orig.: alusão à maneira como se trabalha] ♦ Existe uma maneira de conseguir *ganhar a vida* fazendo o que se gosta, mas naturalmente existem compromissos e sacrifícios. (www.aventura.com.br/projetos.htm; acesso em 29/05/04)

ganhar o pão (de cada dia) → trabalhar duro para ganhar o suficien

Aparecida Negri Isquermo
Márcia Sipavicius Seide
Organizadoras

AS CIÊNCIAS DO LÉXICO

LEXICOLOGIA
LEXICOGRAFIA
TERMINOLOGIA

VOLUME XI



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Reitora
Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Vice-Reitor
Albert Schiaveto de Souza

Obra aprovada pelo
CONSELHO EDITORIAL DA UFMS
Resolução nº 323 -COED/AGECOM/UFMS,
de 5 de dezembro de 2025.

CONSELHO EDITORIAL
Rose Mara Pinheiro (presidente)
Adriane Angélica Farias Santos Lopes de Queiroz
Alleisa Ferreira Riquelme
Andrés Batista Cheung
Cid Naudi Silva Campos
Elizabete Aparecida Marques
Fabio Oliveira Roque
Maria Lígia Rodrigues Macedo
Ronaldo José Moraca
William Teixeira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

As ciências do léxico [recurso eletrônico] : volume XI : lexicologia, lexicografia, terminologia / Aparecida Negri Isquierdo, Márcia Sipavicius Seide, organizadoras. – Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2025.
PDF (504 p.) : il.

Modo de acesso: <https://repositorio.ufms.br>
Texto em português e espanhol.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7613-852-5

1. Lexicologia. 2. Lexicografia. 3. Onomástica. 4. Fraseologia. 5. I. Isquierdo, Aparecida Negri. II. Seide, Márcia Sipavicius. III. Título.

CDD (23) 413.028

Bibliotecária responsável: Tânia Regina de Brito – CRB 1/ 2.395

Aparecida Negri Isquendo
Márcia Sipavicius Seide
Organizadoras

AS CIÊNCIAS DO LÉXICO

LEXICOLOGIA
LEXICOGRAFIA
TERMINOLOGIA

VOLUME XI

Campo Grande
2025



© das organizadoras
Aparecida Negri Isquierdo
Márcia Sipavicius Seide

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica
Secretaria da Editora UFMS

Revisão

A revisão linguística e ortográfica é de responsabilidade dos autores

Verbetes Ilustrativos

RIVA, Huéllinton Cassiano. *Dicionário das expressões idiomáticas mais usadas no Brasil*. Organização onomasiológica. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2013.

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

As informações contidas nos textos deste livro são de responsabilidade dos respectivos autores e não expressam a opinião das organizadoras.

Direitos exclusivos para esta edição



Secretaria da Editora UFMS
Av. Costa e Silva, s/nº | Bairro Universitário
Campo Grande - MS, 79070-900
Fone: (67) 3345-7205
e-mail: sedit.agemcom@ufms.br

Editora associada à



ISBN: 978-85-7613-852-5
Versão digital: dezembro de 2025.

Apoio



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Obra contemplada no Edital AGECON Nº 06/2024 - Seleção de propostas para apoio a publicação de e-books de Divulgação e Popularização da Ciência pela Editora UFMS - PUBLICA UFMS - 2024.



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais. br.creativecommons.org

Esta obra é dedicada *in memoriam* a Maria Vicentina Dick, Nelly Carvalho e Guiomar Calçada, pesquisadoras do Grupo de Trabalho Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL, em reconhecimento ao legado deixado por elas para as pesquisas na área das Ciências do Léxico no Brasil.

SUMÁRIO

Apresentação	9
---------------------------	----------

PARTE I – LEXICOLOGIA

Los nombres de Pila en San Pablito. Su estructura en el tiempo (1874-1970)

Francisco J. Peral Rabasa	24
---------------------------------	----

Lexias paralelas e lexias comparáveis: um relato de pesquisa sobre léxico e tradução

Adriana Zavaglia	54
------------------------	----

Reflexos da arquitetura urbana de Rio Branco na toponímia em Libras: dados do inventário da língua brasileira de sinais

Alexandre Melo de Sousa	77
-------------------------------	----

O léxico no ensino de línguas: uma linha contínua de descobertas

Angela Maria Tenório Zucchi	109
-----------------------------------	-----

Explorando a toponímia do patrimônio cultural de Palmas - TO

Carla Bastiani; Karylleila dos Santos Andrade	147
---	-----

Madre de Deus e seus bairros: estudo toponímico

Celina Márcia de Souza Abbade	181
-------------------------------------	-----

Denominações para “estrelas”: aspectos linguísticos e antropológicos

Elizabete Aparecida Marques; Aparecida Negri Isquerdo.....	212
--	-----

Os ergotopônimos de Minas Gerais

Marianna de Franco Gomes;

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra 234

PARTE II – LEXICOGRAFIA

Hacia unas pautas para el diseño de nuevos diccionarios en línea. Conceptos y observaciones

María Teresa Fuentes Morán 260

Marcas de uso: recurso lexicográfico fundamental à compreensão extralinguística do consulente

Claudia Zavaglia; Fábio Henrique de Carvalho Bertonha..... 286

Léxico informal em dicionários bilíngues português-francês: análise de equivalentes de adjetivos

Maria Cristina Parreira..... 327

Enfrentamentos lexicográficos na construção de um dicionário de crenças e superstições

Rosemeire Selma Monteiro-Plantin 355

PARTE III – TERMINOLOGIA

El tratamiento de la terminología en salud: una infografía terminológica dirigida a pacientes

Laia Vidal-Sabanés 374

A terminologia do patrimônio cultural imaterial: critérios de identificação de termos em língua portuguesa do Brasil	
Cleci Regina Bevilacqua; Sandra Dias Loguercio.....	402
Causas da variação em terminologia: uma análise no universo da cana-de-açúcar	
Luís Henrique Serra.....	426
Terminologia, terminografia diacrônicas e estudos afins: tão longe e tão perto	
Maria José Bocorny Finatto	444
A astronomia no ensino fundamental I: termos e contextos	
Mariângela de Araújo; Paulo Henrique de Souza	480
Os Autores	500

APRESENTAÇÃO

As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, Onomástica, Fraseologia, desde o final do século passado, em especial, têm ocupado lugar de destaque em diferentes contextos investigativos teóricos e aplicados, em que as palavras das línguas são objeto de estudo sob diferentes perspectivas linguísticas de análise, descrição e ensino. Pertencentes à grande área da Linguística e de natureza interdisciplinar, as pesquisas desenvolvidas no cenário das *Ciências do Léxico*, por vezes, precisam recorrer a outras áreas do conhecimento, sempre com vistas a atender os objetivos estabelecidos e hipóteses levantadas pelos investigadores.

Uma das primeiras ocorrências do termo *Ciências do Léxico*, em Língua Portuguesa, no Brasil, encontra-se registrada na obra “*As Ciências do Léxico*: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia”, cuja primeira edição foi publicada em 1998 e contou com uma segunda edição que veio a lume três anos depois (Oliveira; Isquardo, 2001). Em todos os volumes, os capítulos são organizados em três seções assim nominadas: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Embora complementares entre si, essas áreas possuem procedimentos metodológicos e pressupostos teóricos bem distintos. Esta obra é organizada em três

partes: a primeira dedicada à Lexicologia, com inclusão da Onomástica e da Fraseologia; a segunda voltada à Lexicografia e a terceira centrada na Terminologia, contemplando também a Terminografia.

Seguindo o plano editorial da coletânea *As Ciências do Léxico*, volumes I ao X, os capítulos do volume XI estão organizados em três partes: a primeira, que se volta à Lexicologia, a segunda consagrada à Lexicografia e a terceira sobre Terminologia.

A Parte I, Lexicologia, é aberta com o texto “Los nombres de pila en San Pablito. Su estructura en el tiempo (1874-1970)”, de Peral Rabasa, que analisa a evolução da estrutura linguística dos nomes civis de residentes da cidade mexicana de San Pablito com base em um *corpus* constituído por certidões de nascimento lavradas no cartório civil da cidade ao longo de quase um século. Considerando que a região abriga uma comunidade Otomi, chamou a atenção do pesquisador o fato de não haver registro de prenomes indígenas e a utilização desses prenomes na função de sobrenome. Essa característica do *corpus* tornou imprescindível a adoção de procedimentos metodológicos específicos de análise que consideraram o número de itens lexicais que se configuram como padrão do nome civil registrado, os nomes dos pais e a concordância de gênero. Os resultados obtidos evidenciaram a evolução do padrão estrutural do nome civil, ou seja, de nome civil formado por apenas um prenome para nome constituído por um prenome e dois sobrenomes.

O capítulo seguinte, “Lexias paralelas e lexias comparáveis: um relato de pesquisa sobre léxico e tradução”, assinado por Adriana Zavaglia, apresenta dados e construtos teóricos que respaldam a proposta de pesquisadora de distinguir duas relações enunciativas: a de paralelismo e a de comparabilidade. Enquanto a primeira é estabelecida quando há dois contextos bilíngues autênticos, um na língua de

partida original e outro na língua de chegada; a segunda surge como resultado de tradução envolvendo duas ou mais línguas oriundas de *corpus* comparável. Trata-se de uma importante distinção por implicar em diferentes soluções lexicográficas conforme o verbete envolva lexias paralelas ou lexias comparáveis. Evidenciando a primeira possibilidade, a pesquisadora compara a expressão da condicionalidade em períodos compostos na língua portuguesa e na língua francesa e para demonstrar a segunda possibilidade, analisa um verbete de dicionário bilíngue português-francês ainda inédito no qual há propostas de tradução para o substantivo “aipim”, enquanto marcador cultural.

Na sequência, o texto “Reflexos da arquitetura urbana de Rio Branco na toponímia em Libras: dados do Inventário da Língua Brasileira de Sinais”, de autoria de Sousa, analisa onze topônimos em Libras com base em dados gerados por entrevistas realizadas com a usuários surdos do idioma que foram estruturadas, aplicadas e registradas de acordo com procedimentos metodológicos estipulados pelo projeto matriz *Inventário Nacional de Libras*, sediado na Universidade Federal de Santa Catarina e replicados pelo pesquisador na capital do Acre. A análise das informações registradas em 32 trechos de entrevistas comprova a influência da percepção visual dos sujeitos surdos no processo de nomeação uma vez que os nomes criados estão conectado com suas experiências e percepções culturais e a existência de nomes de lugares pautados pela iconicidade como é o casos dos sinais PALÁCIO DO GOVERNO e TERMINAL URBANO que aludem, respectivamente, à fachada e ao teto das respectivas estruturas arquitetônicas.

Na sequência, no texto “O léxico no ensino de línguas: uma linha contínua de descobertas”, Zucchi traz um panorama sobre como diferentes abordagens, metodologias e métodos têm proposto o ensino do léxico em aulas de línguas. Primeiro, a pesquisadora retoma

as principais correntes de ensino de idiomas, desde a Gramática-Tradução até a Abordagem Comunicativa e a Abordagem Lexical, evidenciando o aumento da significância atribuída ao componente lexical nos processos de aquisição da linguagem. Na sequência, a autora apresenta a proposta do Pós-Método no ensino de línguas da perspectiva da Glotolinguística e analisa criticamente produtos de visam ao autoaprendizado de língua mediante utilização de softwares como o Duolingo, a aprendizagem via utilização de Instagram, de proposta pedagógica e de criação de materiais didáticos por professores de idiomas. Ao final do capítulo, há a discussão de uma proposta de utilização da Inteligência Artificial no ensino.

Na área dos estudos toponímicos, o capítulo “Explorando a toponímia do patrimônio cultural de Palmas – TO”, assinado por Bastiani e por Andrade, discute uma estratégia de didatização de resultados de pesquisa toponímica sobre os nomes de lugares que integram o patrimônio cultural da capital do Tocantins. A estratégia proposta se centra na utilização de um software toponímico que reúne dados linguísticos, toponímicos e semióticos dos nomes dos itens do patrimônio cultural da cidade como é o caso, por exemplo, da Escola Municipal Irmã Aspázia e do Museu Histórico de Tocantins (Palacinho). Tendo por respaldo as propostas descritas no Base Nacional Comum e a perspectiva dos Multiletramentos, são apresentados e descritos os resultados de quatro oficinas pedagógicas. Trata-se de propostas inovadoras de ensino e aprendizagem que têm como objetivos motivar os alunos da Educação Básica para conhecerem e valorizarem o patrimônio cultural e também contribuir positivamente para a formação dos estudantes enquanto cidadãos.

Na continuidade da obra, o texto “Madre de Deus e seus bairros: estudo toponímico”, de autoria de Abbade, centra-se no exame da toponímia urbana, mais especificamente de Madre de Deus, uma

ilha situada na Baía de Todos os Santos, considerada a maior baía do Brasil e segunda maior do mundo. Juntamente com as ilhas Maria Guarda, Coroa do Capeta e Vacas, a ilha em questão compõe a cidade de Madre de Deus. Os dados analisados integram o *corpus* do Atlas Toponímico da Bahia e reúnem os nomes dos 15 bairros da cidade que foram examinados segundo a motivação e a base linguística subjacentes à formação dos topônimos. O estudo ressalta que as pesquisas toponímicas ultrapassam as contribuições linguísticas, à medida que evidenciam aspectos da memória, da história, da geografia e da cultura de um lugar e do povo que nele habita.

Por sua vez, o artigo assinado por Marques e Isquendo, “Denominações para “estrelas”: aspectos linguísticos e antropológicos”, centra-se na área da Fraseologia, uma abordagem muito produtiva no âmbito dos estudos lexicais e analisa denominações para “estrelas” dos pontos de vista linguístico e antropológico. O estudo tem como propósito examinar denominações para quatro tipos específicos de estrelas no português do Brasil e de Portugal, bem como no galego, utilizando, como base de dados, o *Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português* (TLPGP), sediado na Universidade de Santiago de Compostela, conforme registradas no TLPGP: 1) estrela que muda de lugar ou “cai”; 2) estrela da manhã; 3) estrela da tarde e, 4) grupo de três estrelas que aparecem juntas. O estudo busca averiguar em que proporção as denominações evidenciam a relação entre léxico, ambiente e cultura (aspectos míticos e folclóricos subjacentes aos nomes de estrelas). As unidades fraseológicas analisadas atestam como o léxico reflete a cosmovisão do homem, incorporando elementos da realidade mais próxima, percepções e crenças na nomeação de fenômenos celestes, tendo evidenciado três principais motivações para essas denominações: religiosa, características do referente e credences/folclore, cada uma oferecendo *insights* únicos sobre as culturas contempladas.

Encerrando a sessão Lexicologia, resultados de outra pesquisa toponímica são apresentados e discutidos no capítulo “Os ergotopônimos de Minas Gerais” assinado por Gomes e Seabra, com base em dados toponímicos extraídos do banco de dados do ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais, coordenado pela Professora Maria Cândida Seabra. Foram analisados nomes de municípios mineiros que fazem referência a elementos da cultura material de acordo com a teoria dos campos lexicais de Coseriu ([1977] 1981) e os procedimentos metodológicos consagrados por Dick (1990a, 1990b). Os resultados obtidos mostram a predominância, no *corpus*, de topônimos relativos ao macrocampo lexical dos instrumentos. Com relação à origem linguística, a grande maioria dos ergotopônimos é oriunda da língua portuguesa, ainda que haja registros de nomes híbridos, nomes em línguas africanas e nomes de línguas indígenas. No que tange à localização espacial dos nomes, eles se concentram nas seguintes mesorregiões do estado: Sul-Sudoeste; Triângulo mineiro-Alto da Paranaíba e Metropolitana de Belo Horizonte. Entre as lexias eleitas como, topônimos, uma se resalta por ser predominante em todas as mesorregiões: *engenho*. Os resultados dessa pesquisa confirmam como os nomes de lugares podem ser analisados como narrativas históricas condensadas.

A segunda seção da coletânea, que se volta para as pesquisas na área da Lexicografia, tem início com o artigo “Hacia unas pautas para el diseño de nuevos diccionarios en línea. Conceptos y observaciones”, assinado por Fuentes Morán, que traz uma análise comparada da microestrutura de três verbetes de cinco dicionários com suporte *online* e disponíveis ao público de forma gratuita: a *Infopédia*. Dicionários Porto Editora (diccionario monolingüe del portugués y diccionario bilingüe portugués-español); o *Linguee* (bilingüe portugués-español); o *Dicio*. Dicionário Online de Português (monolingüe português); o *Wordreference* Free online dictionaries (bilingüe portugués-español)

e o *Pons* (bilingüe português-español). Os resultados da análise lexicográfica evidenciam como cada obra fornece a informação gramatical relativa à morfossintaxe e à pronúncia, à sua organização em níveis textuais (primário, secundário e terciário) e se as informações são expressas mediante formas estendidas ou condensada. A análise dessas características leva à identificação de vantagens e desvantagens de utilização de cada obra do ponto de vista do usuário.

No capítulo seguinte, intitulado “Marcas de uso: recurso lexicográfico fundamental à compreensão extralinguística do consulente”, Zavaglia e Bertonha analisam, num primeiro momento, marcas de uso utilizadas desde as primeiras obras lexicográficas e conhecidas até os dias de hoje, o que evidencia a importância dessas informações que possibilitam identificar em que situações determinadas unidades lexicais são utilizadas. Num segundo momento, os pesquisadores se voltam às obras lexicográficas em língua portuguesa publicadas no Brasil. Descrito esse panorama geral, os autores discutem a proposta de utilização de marcação dupla de uso, quando há uma indicação de uso geral e outra mais específica, exemplificando a proposta com dois verbetes de dicionários. Por fim, os autores defendem que uma descrição mais cuidadosa e sistemática das marcas de usos como a proposta por eles defendida possibilita ao consulente o conhecimento de restrições de uso de determinadas palavras.

Na sequência, Parreira, no capítulo “Léxico informal em dicionários bilíngues português-francês: análise de equivalentes de adjetivos”, examina as informações lexicográficas de 137 adjetivos da língua portuguesa que figuram em registros informais de quatro obras lexicográficas pedagógicas bilíngues: *Dicionário Michaelis*, (2005); *Dicionário Larousse* (2005); *Dicionário escolar WMF* (2012) e *Dicionário Palavra-Chave* (2011). No que se refere à quantidade de adjetivos que figuram como verbetes, o com maior índice de registros é o dicioná-

rio WMF no qual há o dobro dos adjetivos constantes no segundo que mais os registra. O estudo também mostra que, no conjunto de todos os adjetivos investigados, apenas quatro estão registrados em todos os dicionários analisados e somente 60 não são registrados em nenhuma das quatro obras tomadas como fontes de estudo. Os resultados também demonstram que, na proposta de equivalentes em língua francesa, é informado um adjetivo da língua padrão e não um que possa ser também informal, além de a classificação desses adjetivos não ser uniforme. Observados em seu conjunto, os resultados confirmam as hipóteses da pesquisadora e apontam para a necessidade de elaboração de dicionários nos quais tanto o verbete original quanto o equivalente proposto sejam igualmente informais.

Encerrando a Parte II da coletânea, o capítulo “Enfrentamentos lexicográficos na construção de um dicionário de crenças e superstições”, assinado por Monteiro-Plantin, apresenta e discute os desafios implicados na produção da obra lexicográfica monolíngue proposta pela autora voltado para aprendizes da língua portuguesa do Brasil e para tradutores. Ao longo do texto a pesquisadora justifica a necessidade de dedicar uma obra lexicográfica à temática das superstições, evidenciando como esse tipo de obra poderia atender o público-alvo e como deveria ser estruturada. O estudo também reflete sobre os principais desafios encontrados ao longo da primeira fase do projeto e esboça uma proposta de estrutura onomasiológica para os verbetes do dicionário.

A terceira e última seção da coletânea, a Parte III, reúne cinco artigos vinculados à área da Terminologia. O primeiro capítulo, “El tratamiento de la terminología en salud: una infografía terminológica dirigida a pacientes”, assinado por Vidal-Sabanés, discute os principais resultados de sua tese de Doutorado com destaque para a questão do impacto social dessa investigação que objetivou fornecer, a pacientes de câncer de mama, um infográfico em linguagem acessível no qual os ter-

mos relativos aos tratamentos oncológicos são definidos e explicitados de modo a garantir uma comunicação eficaz. A pesquisa teve por fundamentação teórica a Teoria Comunicativa de Terminologia de Cabré (1999) e em pesquisas já realizadas sobre a linguagem simples, em que se destacam as desenvolvidas por Maria José Bocorny Finatto. Merece destaque o comprometimento social da pesquisa cujo ponto de partida foi o diagnóstico das necessidades comunicativas e linguísticas das pacientes obtido mediante pesquisa de campo e contou com a elaboração de protótipo validado pelas pacientes e com testagem multicêntrica em dois hospitais, um na Argentina e outro na Espanha, e que teve, como ponto de chegada, a avaliação do infográfico por suas usuárias.

No capítulo subsequente, “A terminologia do patrimônio cultural imaterial: critérios de identificação de termos em Língua Portuguesa do Brasil”, Bevilacqua e Loguercio discutem o estado atual e resultados já obtidos por meio de um projeto de pesquisa terminológica plurilíngue e multicultural envolvendo os idiomas espanhol, francês, italiano, inglês e russo. O estudo teve, como base, as teorias Comunicativa e Linguístico-Textual da Terminologia, bem como os aportes metodológicos da Linguística de *Corpus*. O texto também discute questões teóricas que sustentam a pesquisa e a constituição do *corpus* acadêmico em português brasileiro. O impacto social dessa pesquisa terminológica se evidencia pela potencial contribuição da descrição terminológica da área para a construção de políticas públicas que reconheçam e preservem a diversidade cultural das sociedades e, no caso do Brasil, de grupos inviabilizados como as comunidades indígenas e afrodescentes. Como produto, até o estágio atual, a pesquisa realizou a seleção dos termos nas línguas realizada segundo critérios quantitativos e qualitativos, e respectiva elaboração de um mapa conceitual relacionando os termos e seus conceitos validados pela equipe de pesquisadores do projeto. Destaca-se também a análise de fenômenos de variação terminológica

para alguns termos da língua portuguesa do Brasil causada por abreviação, por sinonímia e por derivação.

O terceiro capítulo da seção Terminologia, “Causas da variação em terminologia: uma análise no universo da cana-de-açúcar”, assinado por Serra, foca a variação terminológica na subárea da Agronomia relativa a esse cultivar no Brasil. O estudo também utiliza, como fundamentação teórica de base, a Teoria Comunicativa da Terminologia. Os resultados da pesquisa atestam que a variação dos termos examinados não se configura como um fenômeno aleatório, mas sim sistemático, ordenado e motivado tanto por fatores gerais quanto por causas inerentes ao contexto comunicativo de produção dos textos. Entre os gêneros textuais considerados, destacou-se a palestra em termos de variação terminológica, o que pode ser explicado pelas características da audiência que reúne tanto pessoas com diferentes níveis de conhecimento sobre o cultivo da cana-de-açúcar, quanto pessoas leigas.

Na sequência, no capítulo “Terminologia, terminografia diacrônicas e estudos afins: tão longe e tão perto”, de autoria de Finatto, retomam-se pesquisas desenvolvidas por terminólogos sobre o desenvolvimento da terminologia da medicina em língua portuguesa ao longo dos séculos. Como fica evidenciado ao longo do capítulo, a análise de *corpora* constituídos por publicações ocorridas em séculos consecutivos permite entrever processos de atrasos, avanços ou estagnação da geração de conhecimento específico a partir dos estudos da linguagem. O artigo apresenta a análise de um recorte de dados relevantes, entre os quais dois se destacam, por revelarem importantes informações sobre o avanço do conhecimento médico, como é o caso dos termos criados em decorrência do surgimento dos antibióticos. Também menciona resultados que indicam preconceitos pretéritos, em publicações nas quais havia o pressuposto de que as doenças teriam uma sintomatologia e tratamento diferentes de acordo com a cor

de pele do doente. Outros resultados apontam para desafios atuais, como é o caso de um tratamento baseado numa planta chama Ipeca que está atualmente em extinção.

Encerrando a coletânea, o capítulo “A astronomia no Ensino Fundamental I: termos e contextos”, produzido por Araújo e Souza, difunde resultados de pesquisa terminológica aplicada ao contexto de ensino, na qual se considera a comunicação entre estudantes e professores mediada pelo livro didático e tendo por base a Teoria Comunicativa da Terminologia. Nesse capítulo são analisados os termos astronômicos identificados em onze coleções de livros didáticos de Ciências destinados aos primeiros anos do Ensino Fundamental. O estudo apresentado evidencia os desafios do ensino-aprendizagem de Astronomia nesse nível de ensino ao mesmo tempo em que problematiza abordagens adotadas pelos autores dos livros analisados e apresenta contribuições para o ensino de ciências.

Pelo exposto, nota-se que os capítulos que compõem o volume XI da coletânea *As Ciências do Léxico*, a exemplo dos que figuram nos demais volumes, em seu conjunto, atestam a natureza interdisciplinar da área, bem como apontam para importantes impactos sociais de pesquisas desenvolvidas por pesquisadores cadastrados no GTLEX – Grupo de Trabalho Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL.

No que se refere ao impacto social, os capítulos discutem tanto produtos de pesquisas na área que abordam diferentes vieses teórico-metodológicos, quanto estudos que se voltam para contextos escolares de ensino no âmbito da Onomástica, da Lexicografia e da Terminologia. Há também as pesquisas no âmbito da Lexicografia que se centram em necessidades de aprendizes de línguas estrangeiras e as que abordam enfoques distintos da Terminologia com perspectiva aplicada e com impacto social.

Em comum a todas as pesquisas disseminadas neste volume, há o objeto de estudo compartilhado: a unidade léxica (UL), entendida como palavra ou combinação de palavras (como uma expressão idiomática ou um termo técnico) que possui um significado elementar e constitui uma unidade de significação no léxico de uma língua. Não obstante apresentarem princípios teóricos e metodológicos bem delimitados, elas dependem de epistemologias oriundas de outras áreas de conhecimento, o que lhes confere um caráter multi, inter e/ou transdisciplinar.

Na Lexicologia, as UL de uma ou mais línguas são estudadas considerando questões relacionadas à categorização lexical, estruturação do léxico, origem das palavras e seus significados para a compreensão da dinâmica da constituição do léxico. Na investigação do processo de criação e renovação lexical, são considerados também os processos sociais, simbólicos e históricos pelos quais ocorre a criação de novos conceitos e novos objetos, tendo em vista que as mudanças do léxico acompanham as mudanças sociais.

A Lexicografia, por sua vez, tanto quanto as demais *Ciências do Léxico*, se vale “de estudos da morfologia, da sintaxe, da semântica, da pragmática para fundamentar sua obra [...]” (Zavaglia, 2009, p. 9), assim como de todo o processo de organização de *corpus*, seleção, análise, descrição, lematização, definição e registro de unidades léxicas de uma ou mais línguas em dicionários. A estruturação da obra lexicográfica necessita considerar também seu público-alvo, suas características e necessidades, o que requer mobilização dos estudos sociológicos e culturais, assim como ocorre no âmbito da Fraseografia.

Na Terminologia, a UL estudada é o termo em determinada área técnica ou científica, que passa pelos mesmos processos de análise e descrição do léxico geral e leva em consideração as características epistemológicas e linguísticas da área a que se vincula, o que requer

diálogos inter e transdisciplinares com a ciência cuja terminologia é tomada como objeto de exame.

A Onomástica, cuja UL de estudo é o nome próprio, além de recorrer aos diversos estudos linguísticos, como ocorre com as demais *Ciências do Léxico*, busca conhecimentos também em disciplinas como a História, a Geografia, a Sociologia, a Antropologia, o Direito, entre outras.

Como se observa pela reunião de trabalhos que discutem resultados de pesquisas desenvolvidas pelos membros do GTLEX e por pesquisadores estrangeiros convidados, as investigações dialogam tanto com outras ciências quanto com as diversas áreas da Linguística, o que as caracteriza como multi, inter e/ou transdisciplinares a depender do objeto de investigação.

A produção deste volume nos trouxe muita satisfação e muitos desafios foram superados. Esperamos que os leitores do volume tenham expectativas atendidas, quer sejam estudantes de graduação, de pós-graduação ou demais interessados no estudo do léxico em suas diferentes perspectivas e interfaces.

Por fim, registramos nossos agradecimentos aos autores que participam do XI volume da coleção *Ciências do Léxico* pela diversidade de abordagens e pelas significativas contribuições partilhadas e à Editora UFMS cuja parceria e apoio tem possibilitado a publicação da coletânea sem interrupção desde o seu primeiro volume (1998), no caso deste volume, graças a recursos liberados no âmbito do Edital PUBLICA UFMS/AGECOM N° 6/2024.

Aparecida Negri Isquendo
Márcia Sipavicius Seide
Organizadoras

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (orgs). **As Ciências do Léxico.** Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001 [1998].

ZAVAGLIA, C. **Sistematização crítica em Lexicografia e Lexicologia.** São José do Rio Preto, 2009. 92f. Tese (Livre-docência em Lexicologia e Lexicografia) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2009.

te para sua subsistência [orig.: alusão ao alimento considerado essencial para o homem] ♦ Para o cidadão comum, que precisa *ganhar o pão de cada dia*, viver é apenas sobreviver fisicamente. (www.clinicanephron.com.br/-mensagem_diretor.htm; acesso em 29/05/04)

pôr a mão na massa → intervir num trabalho [orig.: alusão àqueles que exercem atividades braçais] ♦ Gosto de *pôr a mão na massa*. Faço a maioria dos projetos e por enquanto não preciso de uma estrutura grande de produção. (www.universiabrasil.com.br/inove/noticia.-jsp?noticia=162; acesso em 11/05/05)

TRADIÇÃO

cor local → conjunto de detalhes característicos de um local ou de uma época [orig.: alusão às características culturais peculiares de um local] ♦ Contudo, o que antes se designava como regionalismo era um conjunto de textos ficcionais que primavam pelo abuso da "*cor local*" [...] (educaterra.terra.com.br/literatura/premodernismo/2003/12/02/002.htm; acesso em 16/10/04)

PARTE I LEXICOLOGIA

LOS NOMBRES DE PILA EN SAN PABLITO. SU ESTRUCTURA EN EL TIEMPO (1874-1970)

Francisco J. Peral Rabasa

INTRODUCCIÓN

El presente trabajo concierne a una de las etapas del proyecto “Sistema antroponímico de San Pablito, Pahuatlán, Puebla” en la cual abordaremos el estudio y caracterización de los nombres que cumplen con la función de *nombre de pila*. Estos resultados, hasta ahora inéditos, corresponden al periodo de 1874 a 1970. Al momento podemos afirmar que el sistema antroponímico de San Pablito ha ido cambiando con el paso del tiempo; en el que transitó de ser de un solo elemento, esto es, únicamente el nombre de pila, a tener más componentes al incluir uno o más apellidos.

San Pablito es una comunidad de habla otomí¹ cuya economía se basa en la producción y venta del papel amate y las artesanías que

¹ Como ningún nombre de pila en las actas de nacimiento fue asentado en lengua indígena omitiremos la información relacionada a la lengua, no sin antes señalar que, en el contexto del Registro Civil, las adecuaciones morfofonológicas de los términos del español al otomí se realizan a nivel fonético (por ejemplo, Ndesta < Modesta) (Peral Rabasa, 2020, p. 62), debido a que esta lengua tiende a patrones bisilábicos en los sustantivos personales (Peral Rabasa, 2016, p. 23), “Si un nombre español tiene más de dos sílabas se acorta y pierde las sílabas iniciales o finales que no se acentúan [...] Si el nombre termina en consonante, pierde la consonante final” (Voigtlander; Echegoyen, 2007, p. 22), sin embargo, quienes consignan los datos en las actas de nacimiento omiten estas realizaciones considerándolas idiolécticas y asientan la forma

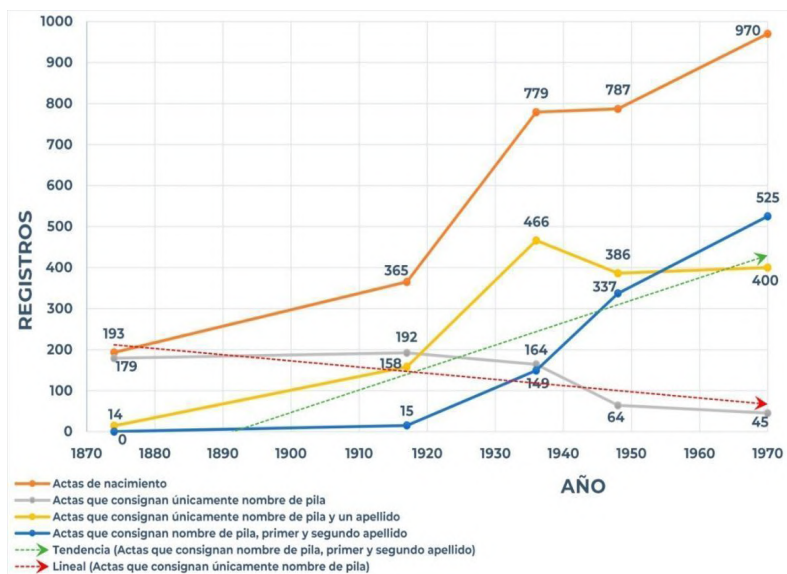
a partir de él y de la chaquira fabrican con técnicas ancestrales, se encuentra en la ladera del Cerro Brujo, en el municipio de Pahuatlán de Valle en el Estado de Puebla, México.

El objetivo de la investigación es analizar las frecuencias y las tendencias del nombre de pila en el transcurso de las casi diez décadas estudiadas (1874 a 1970), a través de hacer una descripción de sus características estructurales. Adicionalmente, mediante una metodología estadística y comparativa, dar cuenta, a partir de las elecciones de los nombres y sus frecuencias del fenómeno antroponímico de las modas y de las tendencias en la elección del nombre de pila. Por último, aportar algunas notas en torno a la motivación en la asignación del nombre de pila en San Pablito, apoyados en información que se recoge de la memoria de los actuales habitantes con respecto a los usos y costumbres de “los de antes”.

Tener solo el nombre sin apellidos o contar además del nombre con uno o dos apellidos es una condición que ha variado con el tiempo, no así el nombre de pila, que aparece desde el primer registro que tenemos hasta el último. En el gráfico 1 podemos apreciar, a través del registro de las actas de nacimiento, la paulatina introducción del uso de uno y dos apellidos, en esta comunidad. En el periodo de 1874 a 1970 las actas en las que aparece únicamente consignado el nombre de pila pasaron de 179 a solo 45 al final del periodo; las actas en las que aparece además del nombre de pila un apellido van de 14 a 400; y las actas en las que aparece el nombre y dos apellidos, de 0 a 525.

considerada “correcta” del nombre.

Gráfico 1. Actas de nacimiento que consignan el nombre y el (o los) apellido(s) de los oriundos de San Pablito (1874-1970)



Fuente: Peral Rabasa (2023, p. 25).

1. CORPUS

La fuente de información para conformar el *corpus* de trabajo y alimentar nuestra base de datos fue las actas de nacimiento de las personas nacidas en San Pablito que aparecen en los libros del Registro Civil². El *corpus* reúne un total de 1,315 nombres distribuidos en 3,094 portadores.

² El acceso legal a estos materiales (con relación a la legislación sobre de Protección de Datos Personales) fue mediante un convenio de colaboración entre el Municipio de Pahuatlán de Valle y la Dirección de Lingüística del Instituto Nacional de Antropología e Historia. Los detalles del procedimiento que lo hizo posible, está descrito en Cómo hacer antroponimia sin morir en el intento (Peral Rabasa, 2024a).

Veintitrés libros en el periodo de 1800 y dos de 1900 presentan un severo grado de deterioro, por lo cual es imposible su manipulación y, por tanto, su consulta. Para la valoración de los datos vertidos en las tablas que presentaremos más adelante, debemos tomar en cuenta que de los 26 libros del Registro Civil entre 1874 y 1899, solo contamos con la información de tres libros (1874, 1883 y 1893), los 23 restantes, como se mencionó anteriormente, no son consultables. No se omitieron estas tres décadas, puesto que saber que en el primer año del Registro Civil hubo solo un inscrito de San Pablito, lo mismo que en el de 1883, y que en el libro de 1893 fueron diez los registrados, es información relevante porque parece ser representativa de cada década si tomamos en cuenta que en la 3ª década (1891-1900) hubo diez registros en un año, en diez años pudieron llegar a ser cien los registrados, cantidad cercana a la de la década siguiente.

En el *corpus* resalta la ausencia de nombres indígenas con función de nombre de pila. Los nombres de origen indígena aparecen únicamente con función de apellido.

2. METODOLOGÍA

La información obtenida de las actas de nacimiento fue el nombre completo (nombre(s) de pila y apellido(s)) del registrado, su fecha de nacimiento, el año del libro y el número de acta. Se omitieron las actas de infantes quienes nacieron muertos, en virtud de que al no haberseles asignado nombre no son pertinentes para la investigación³.

³ Sin embargo, podemos reflexionar sobre lo que este hecho nos dice sobre la atribución de un nombre: para el Estado consignar el nombre de un individuo implica darle identidad y reconocimiento a un ciudadano que vive y ejerce derechos y cumple obligaciones, por tanto, si nace muerto no es necesaria dicha identidad; en cambio, para la Iglesia católica, en el rito del bautismo, antes que el cuerpo (mortal) de la persona está su espíritu que trasciende a la muerte. Esta es la razón por la que la Iglesia

Una excepción fue una niña en 1937 a quien sí se le asignó nombre a pesar de consignarse que nació muerta.

Las actas presentan varias inconsistencias, como el registro de gemelos. En cinco casos, encontramos que se consignaron a los dos hermanos en una misma acta de nacimiento. Hacia el final del periodo estudiado es cuando se registra el nacimiento de gemelos asentando un acta para cada uno de ellos. En los casos en que un nombre presenta distinta ortografía en los registros, el criterio fue consignar los nombres tal como se inscribieron en las actas, pero para efectos estadísticos se les trató como variantes ortográficas del mismo nombre.

Un hecho peculiar fue encontrar en algunas actas, de forma no sistemática, mención expresa de la condición de *Yndígena* o *no Yndígena* del registrado. Esa acotación aparece en las actas de los libros de 1900 6/7⁴, 1911 5/6, 1913 8/13, 1914 4/9, 1915 3/7 y 1916 11/11.

Un problema importante fue determinar cuándo un elemento con forma de nombre de pila tiene esa función y cuándo la de apellido. En el *corpus* existen 85 nombres de pila con función de apellido⁵. Los criterios que se siguieron para definir cuándo un nombre cumple con una u otra función, fueron: 1) El patrón estructural del nombre

impele a bautizar (nombrar) a todo ser humano que nazca y aún más a aquellos que están en peligro de muerte.

⁴ 6/7 se lee: en seis de las siete actas consignadas ese año.

⁵ Los nombres con función de apellido son: “masculinos (61): Abraham, Adrián, Agustín, Albino, Alejandro, Antonio, Apolonio, Arcadio, Bartolo, Benito, Brígido, Calixto, Cástulo, Cayetano, Cesáreo, Clemente, Cornelio, Edmundo, Eligio, Emilio, Enrique, Erasmo, Esteban, Evaristo, Federico, Felipe, Fidencio, Francisco, Hilario, Hipólito, José, Lauriano, Lauro, Luciano, Luis, Macario, Manuel, Margarito, Mariano, Mateo, Mauricio, Pánfilo, Patricio, Polito, Pompeyo, Porfirio, Prisciliano, Rey, Rosendo, Salvador, Santiago, Santos, Segundo, Silverio, Teófilo, Tolentino, Valerio, Ventura, Vicente, Victoriano e Ygnacio; femeninos (19): Alejandra, Ausencia, Brígida, Candelaria, Cayetana, Cristina, Francisca, Hermelinda, Juliana, Marcelina, Margarita, María, Pascuala, Paula, Porfiria, Rosa, Rosita, Sabina y Vicenta; y epicenos (5): Angeles, Concepción, Isabel, Refugio y Trinidad.” (Peral Rabasa, 2023, p. 28-29).

en esta comunidad. Esto es, establecer la existencia de un canon rígido o flexible a partir del número mínimo, promedio y máximo de elementos que se pueden presentar en el nombre de una persona; 2) Determinar las variaciones del patrón estructural de los nombres en el transcurso del periodo reportado; 3) Considerar los nombres de los progenitores; y 4) La concordancia de género.

3. ESTRUCTURA DEL NOMBRE DE PILA

Con base en los nombres consignados en el *corpus*, sabemos que el nombre de pila en el sistema antroponímico de San Pablito puede estar formado por una o más piezas léxicas; su estructura es lo que lo definirá como simple, compuesto o múltiple. Los nombres simples son aquellos formados por una pieza léxica [S], por ejemplo, *Cándida*, *Ángela*, *Martín*, etcétera. Los nombres compuestos están formados por dos nombres simples [S+S], por ejemplo, *José Carmen* o con la fórmula de una advocación de la Virgen, por ejemplo, *María de las Nieves*. Por su parte, los nombres múltiples están formados por dos o más nombres yuxtapuestos: dos nombres simples [S+S] *Félix Carlos*, tres [S+S+S] *Julia Flor Virgen*, cuatro [S+S+S+S] *Juana Pascuala Sara Rosa*; un simple más un compuesto [S+C] *Alejandro Juan Diego* o un compuesto más un simple [C+S] *José Alberto Clemente*. La diferencia estructural que podemos establecer entre el nombre compuesto [S+S] y el múltiple [S+S] radica en que, entre los elementos de los nombres compuestos existe una relación que los convierte en un solo lexema, por ejemplo, *Rosa María* o *Juan Carlos* y en los nombres múltiples no existe tal relación, cada uno es un lexema independiente con la salvedad de ir yuxtapuestos para formar un solo nombre, por ejemplo, *Pascuala Luisa* o *Guillermo Rey*. Este mismo patrón estructural es el que encontramos en los apellidos (Peral Rabasa, 2023, p. 3-5).

3.1. La estructura del nombre de pila en el tiempo

Para determinar, a lo largo del periodo estudiado, las preferencias de los nombres a partir de su estructura, dividimos el *corpus* por décadas para describir las características de los nombres tales como: género, composición estructural y número de portadores de un mismo nombre. Al comparar los resultados de las diez décadas surgen los patrones y tendencias.

3.1.1. Género

La clasificación masculino-femenino-epiceno aplicada a los nombres de pila refleja el género del nombre, que no necesariamente es el del portador. En la tabla 1 se reportan las actas de nacimiento consignadas en el periodo estudiado dividido por décadas y por el género de los nombres.

Tabla 1. Actas de nacimiento consignadas de 1874 a 1970 por décadas y género

Décadas		Actas registradas	Nombres					
			Masculinos	%	Femeninos	%	Epícenos	%
1ª	1874-1880	1	0		1	100	0	
2ª	1881-1890	1	1	100	0	0	0	
3ª	1891-1900	10	5	50	5	50	0	
4ª	1901-1910	131	65	49,6	66	50,4	0	
5ª	1911-1920	70	32	45,7	38	54,3	0	
6ª	1921-1930	143	72	50,4	68	47,5	3	2,1
7ª	1931-1940	546	273	49,8	257	47,6	16	2,6
8ª	1941-1950	632	319	50,6	303	47,9	10	1,5
9ª	1951-1960	676	322	47,6	340	50,5	14	1,9
10ª	1961-1970	884	436	49,3	433	49,3	15	1,4
Totales		3.094	1.525		1.511		58	

Fuente: elaboración propia.

Lo que la tabla 1 nos muestra es que la proporción de nombres masculinos y femeninos es casi la misma en cada década y que se conserva la proporción a lo largo de todo el periodo.

3.1.2. Morfología

Los nombres de pila en San Pablito corresponden a la clase de palabra sustantivo, y las piezas léxicas que los conforman pueden ser tanto de la clase sustantivo (*Juan*), como de la clase adjetivo (*María Auxiliadora*), y realizarse a través de sintagmas nominales y preposicionales (*María del Carmen*). Por su número de elementos, como se explicó anteriormente, los clasificamos como nombres simples, compuestos y múltiples.

Los cambios en la estructura del nombre de pila en San Pablito podemos observarlos al comparar su evolución a través de las diez décadas que comprenden nuestro estudio.

En la primera década (1874-1880) consigna solo un nombre múltiple femenino (S+C) *María Ma. Amada* con la particularidad del uso de la abreviatura del nombre *María* en el compuesto⁶.

En la siguiente década (1881-1890) se consigna solo un nombre compuesto masculino *José Juan*.

En la década de 1891-1900 son diez los registrados, cinco masculinos (cuatro compuestos y uno simple) y cinco femeninos. Todos los nombres compuestos tienen como primer formante *José* para los masculinos y *María* para los femeninos. Destaca la presencia de un epiceno como segundo formante del compuesto masculino *José Isabel*.

⁶ Aunque asumimos que este debe ser un error de quien escribió el acta se consignó tal como aparece en el acta y se le consideró como múltiple femenino (S+C). Contexto: al final de la línea dice *María* y al inicio de la línea siguiente dice *Ma. Amanda*.

En los cuadros consignamos únicamente los epicenos cuya forma es simple.

En la década de 1901-1910 son 131 los registrados, 65 masculinos y 66 femeninos. Masculinos simples son tres nombres, masculinos compuestos son 30 (con 52 portadores), de estos hay 29 nombres que tienen como primer formante *José* (correspondientes a 51 portadores). Los múltiples masculinos son seis nombres (con 10 portadores). Femeninos simples hay dos, femeninos compuestos 27 (con 59 portadores) que tienen como primer formante *María* y los nombres múltiples son cinco.

En la siguiente década de 1911-1920 son 70 los registrados, 32 masculinos y 38 femeninos. Masculinos simples hay nueve (con diez portadores), masculinos compuestos son ocho nombres (con once portadores) todos tienen como primer formante *José* y los masculinos múltiples son once. Femeninos simples hay tres con cinco portadores, femeninos compuestos 15 nombres (con 25 portadores) todos tienen como primer formante *María* y los nombres múltiples femeninos son siete (con ocho portadores). Los epicenos siguen apareciendo como segundos formantes en *Plácida Refugio* y *Rosa Carmen*.

En la década (1921-1930) son 143 los registrados, 72 masculinos, 68 femeninos y 3 epicenos. Masculinos simples son 24 nombres con 29 portadores, masculinos compuestos son 20 nombres con 32 portadores; 19 nombres con 29 portadores tienen como primer formante *José* y tres nombres tienen como primer formante *Juan*. Los nombres múltiples son nueve nombres con nueve portadores. Femeninos simples hay 14 nombres con 16 portadores, femeninos compuestos son 22 nombres (con 31 portadores) todos tienen como primer formante *María*. Los nombres múltiples formados por dos elementos simples yuxtapuestos son 19 y los formados de nombre

compuesto más uno simple son dos. Epícenos, en esta década es cuando se registran por primera vez dos epícenos como nombres simples: *Guadalupe* (2) en 1929 y *Concepción* (1) en 1930.

En la década (1931-1940) son 546 los registrados, 273 masculinos, 257 femeninos y 16 epícenos. Masculinos simples son 60 nombres con 124 portadores. Destacan por el número de ocurrencias *Manuel* (14) y *Juan* (9); masculinos compuestos son 40 nombres con 84 portadores. Los compuestos que tienen como primer formante *José* son 33 (77 portadores) y los que tienen *Juan* son siete; masculinos múltiples son 64, todos hápax. Femeninos simples hay 33 nombres con 60 portadores, femeninos compuestos tenemos 41 nombres (con 121 portadores), de éstos, 39 tienen como primer formante *María*, los otros compuestos son *Ana María* y *Rosa María* (2). Múltiples femeninos son 68 con 76 portadores. Los nombres epícenos son *Guadalupe* (9) y *Concepción* (2) se agregan en esta década los nombres *Carmen* (1), *Isabel* (1) y *Refugio* (3).

En la década de 1941-1950 son 632 los registrados, 319 masculinos, 303 femeninos y diez epícenos. Masculinos simples son 63 nombres con 133 portadores; los nombres compuestos son 39 con 76 portadores. Los únicos nombres que no tienen como primer formante *José* son *Jesús María* (1), *Juan Isidoro* (1) y *Juan José* (1). Los nombres múltiples son 106 con 110 portadores. En esta década otros nombres que empiezan a ser recurrentes como primeros formantes son *Manuel* (9), *Enrique* y *Mariano* (8), entre otros. Femeninos simples hay 34 nombres con 61 portadores; femeninos compuestos son 63 nombres (con 133 portadores); femeninos múltiples son 105 con 109 portadores. Un nombre sobre el que haré un comentario en particular es *Rosita Alvires*, llama la atención pues pareciera estar motivado por el corrido popular “Rosita Alvérez” el cual, además de ser interpretado por múltiples cantantes populares su historia fue llevada al cine en

1947, el registro del acta es en 1948 lo que apoyaría esta hipótesis. Además, que Alvérez no aparece con función de apellido sino de nombre de pila. Los nombres epicenos son *Guadalupe* (6), *Concepción* (3) y *Refugio* (1).

En la década de 1951-1960 son 676 los registrados, 322 masculinos, 340 femeninos y 14 epicenos. Masculinos simples son 89 con 167 portadores; los compuestos son 44 con 64 portadores. Los compuestos que tienen como primer formante *José* son 55 y los que tienen *Juan* son nueve. Los masculinos múltiples son 90 con 91 portadores, La mayoría están formados por dos formantes simples; con estructura de tres simples uno y cuatro formados por un compuesto más un simple. Femeninos simples hay 62 nombres con 143 portadores; femeninos compuestos son 57 nombres con 143 portadores. Todos los compuestos tienen como primer formante *María* con excepción de *Ana María* y *Rosa María*; femeninos múltiples son 82 con 85 portadores. Los nombres epicenos son *Guadalupe* (8), *Concepción* (4) y *Refugio* (1) e *Isabel* (1).

En la década (1961-1970) son 884 los registrados, 436 masculinos, 433 femeninos y 15 epicenos. Masculinos simples son 127 nombres con 298 portadores; los compuestos son 43 con 52 portadores. Con primer formante *José* son 29 y con *Juan* 12. Los nombres que no tienen como primer formante *José* ni *Juan* son *Felipe de Jesús* y *Marco Antonio*; los múltiples son 85 con 86 portadores. Femeninos simples hay 79 nombres con 212 portadores; compuestos hay 59 nombres con 133 portadores. 57 tienen como primer formante *María*. Los que no tienen como primer formante *María* son *Ana María* y *Rosa María*; los múltiples son 86 con 88 portadores. 73 nombres están formados por dos simples, 12 formados por un compuesto más un simple y uno formado por un simple más un compuesto más un simple. Los nombres epicenos son *Carmen* (2), *Concepción* (2), *Guadalupe* (10) e *Isabel* (1).

De acuerdo con los datos anteriores, tenemos un total de 1.315 nombres distribuidos en 3.094 portadores, 353 de ellos son nombres simples, 269 compuestos y 693 múltiples. Como se aprecia en la tabla 2, la estructura predominante es la de los nombres múltiples con un 53% del total de los nombres seguido por la de los simples con un 27% y la de los compuestos con el 20%.

Tabla 2. Proporción de los nombres por su estructura (simple, compuesto o múltiple) y género (F femenino, M masculino y E epiceno)

ESTRUCTURA	SIMPLES				COMPUESTOS			MÚLTIPLES		
GÉNERO	F	M	E	Total	F	M	Total	F	M	Total
NOMBRES	135	212	6	353	135	134	269	343	350	693
% F/M/E	38	60	2	100	50	50	100	49	41	100
% S/C/M	27				20			53		
TOTAL	1.315 nombres									

Fuente: elaboración propia.

Al combinar la información relacionada con la estructura (S/C/M) y el género (F/M/E) de los nombres, con el paso del tiempo (décadas), podemos establecer las tendencias estructurales de los nombres (véase tabla 3). En otras palabras, determinar los periodos en que, por ejemplo, se prefirieron los nombres múltiples sobre los simples y los compuestos; y si esto ocurría en todos los nombres o en los de algún género en particular. Asimismo, la tabla nos muestra el momento de la aparición de los nombres epicenos y su comportamiento. En la última línea de la tabla se establece, en términos generales, la tendencia empleando los signos ↑ ‘incremento’, ↓ ‘disminución’, ↑↔ ‘un periodo de incremento y otro de estabilidad’, ↔ ‘estabilidad’, ↑↓ ‘un periodo de incremento seguido por otro de disminución’. Un ejemplo: los nombres femeninos compuestos presentan incremento (↑) desde la década 1891-1900, hasta la década 1941-1950; luego en las siguientes décadas 1951-1960 y 1961-1970 lo que se reporta es esta-

bilidad (\leftrightarrow), esto es, que las cifras no presentan grandes cambios. De esta manera, esa columna está caracterizada su tendencia como ($\uparrow\leftrightarrow$).

Tabla 3. Estructura y tendencia de los nombres en cada década

ESTRUCTURA	SIMPLES						COMPUESTOS				MÚLTIPLES			
GÉNERO	F	% ⁷	M	%	E	%	F	%	M	%	F	%	M	%
1874-1880	0		0		0		0		0		1		0	
1881-1890	0		0		0		0		1		0		0	
1891-1900	0		1		0		3		4	300	0		0	
1901-1910	2		3	200	0		27	800	30	650	5		6	
1911-1920	3	50	9	300	0		15	-45	8	-26	7	40	11	83
1921-1930	14	366	24	167	2		22	47	20	150	19	171	9	-19
1931-1940	33	136	60	150	5	150	41	86	40	100	68	258	64	611
1941-1950	34	3	63	5	3	-40	63	54	39	-10	105	54	106	66
1951-1960	62	82	89	41	4	33	57	-10	44	12	82	-22	90	16
1961-1970	79	27	127	43	4	0	59	3	43	-3	86	4	85	-6
TENDENCIA	↑		↑		↑		↑↔		↔		↑↓		↑↓	

Fuente: elaboración propia.

En resumen, podemos afirmar que los nombres simples son los que presentan una preferencia creciente y constante a través del tiempo; los nombres compuestos (que aparecen en la década 1901-1910 junto con los simples), crecieron en presencia en los años 30’s pero se mantienen sin variaciones importantes en el resto del periodo; por su parte, los nombres múltiples aparecen también en la década 1901-1910 alcanzando su mayor popularidad en los años 40’s, para luego ir disminuyendo paulatinamente su presencia en el *corpus*. Con relación a los nombres epicenos podemos apuntar que se constató la función epicena en nombres tales como *Guadalupe* que, siendo de origen femenino, aparece en portadores masculinos antecedido por los

⁷ Los porcentajes están expresados con relación a la década anterior.

nombres *Juan, Luis* o *Pedro*, otro es *Carmen* antecedido por *Alejo*; del *Carmen* antecedido por *José* e *Isabel* antecedido por *José*.

3.1.3. Hipocorísticos como nombres plenos

La forma afectiva de llamar o referirse a una persona a partir de su nombre se denomina hipocorístico⁸ y ha sido tema de interés de la Onomástica, en particular de la antroponimia. Nuestro *corpus* consigna el uso de hipocorísticos como nombres plenos⁹. Un caso es *Pinita* (*María Pinita*) que parece proceder de *Josefina* con truncamiento a la izquierda a partir de la sílaba tónica *Josefina*>*Fina*, posteriormente la labiodental fricativa se hace oclusiva bilabial *Fina*>*Pina* y recibe la inserción del sufijo diminutivo *-ita*, *Pina*>*Pinaita*, para evitar la formación del diptongo se produce la apócope de la vocal final de la sílaba átona¹⁰ *Pinaita*>*Pinita*. Sin embargo, debemos considerar que *Pina* (con o sin el diminutivo) es el hipocorístico también de *Delfina*, *Serafina* y *Joaquina* que son nombres presentes en el *corpus*. Otro caso es *Concha* (*María Concha Cástula*) procedente de *Concepción* con

⁸ Entre los diversos estudios y autores a mencionar, los trabajos de Lucila Gutiérrez Santana sobre palatalización (2009-2010) y el de los diversos procesos morfofonológicos implicados para que un nombre se convierta en un hipocorístico (2014) son una buena guía de trabajo.

⁹ Hay que hacer notar que el nombre mismo de esta comunidad es un caso del uso del hipocorístico como nombre pleno del lugar. Tenemos constancia en algunos de los primeros libros del registro de nacimientos en los que a la población se le denomina el pueblo de “San Pablo”, pero en todos los demás “San Pablito”. Actualmente este último es su nombre oficial. Además, *Mbitho*, su nombre en otomí, aunque se glosa como “Al pie del cerro”, bien pudiera ser un caso de truncamiento a la derecha con elisión de la líquida y adición de proclítico adverbial de lugar, a partir del nombre en español: Pablito > blito > bito > Mbitho (aféresis, elisión y prótesis). La motivación de la elisión puede ser porque el fonema /l/ no es parte del patrón fonológico de esta lengua).

¹⁰ Boyd-Bowman describe este proceso como “d) Se suprime o se consonantiza el elemento más cerrado de los diptongos” (1955, p. 346) y más adelante señala “Los diptongos, sean verdaderos o formados para romper el hiato... se reducen por pérdida o alteración de su elemento cerrado” (1955, p. 354).

un truncamiento a la derecha *Concepción*>*Concep*, una elisión síncope *Concep*>*Conce* luego palatalización de la sibilante *Conce*>*Conche* y por último el cambio de la vocal al género femenino, correspondiente a la portadora¹¹ (Gutiérrez, 2009-2010). Recordemos que *Benito* y *Benita*, actualmente nombres plenos, proceden de *Benedicto*.

En los demás casos se trata de nombres con forma diminutiva¹², por ejemplo: *José Juanito* en registros de 1930, 1934; *Angelita* (1945); *Cristobalito* (1959). Otros casos son: *Anita* que aparece en cinco ocasiones como nombre simple, pero también aparece en nombres compuestos, en tres ocasiones como primer formante (*Anita Concepción*, *Anita Eugenia* y *Anita María*) y en dos ocasiones como segundo formante (*María Anita*). Esta forma hipocorística del nombre *Ana*, podemos afirmar que adquiere el estatus de nombre por su frecuencia de uso en contextos orales y se oficializa como nombre pleno al quedar asentado en el acta de nacimiento¹³. Lo mismo encontramos con el nombre *Angelita* (diminutivo de *Ángela*), aparece en siete ocasiones como nombre simple pero también en una ocasión como primer formante (*Angelita Elena*) y otra como segundo formante (*Maura Angelita*). Tenemos también el caso de *José Juanito* con dos ocurrencias y *Juanita* con cuatro ocurrencias como simple y una como compuesto, como primer formante en *Juanita Agustina*. *Josefita María* una ocurrencia. Otro caso es *Rosita* como nombre simple, y en

¹¹ *Concepción* nombre epiceno únicamente se distingue formalmente en sus hipocorísticos *Concha/Concho*. La forma hipocorística masculina no está reportada en el corpus.

¹² Hay autores que no consideran las formas diminutivas de los nombres como hipocorísticos, por ejemplo, Boyd-Bowman quien afirma que “No contamos entre los verdaderos hipocorísticos los nombres que se forman mediante algún sufijo diminutivo... ni los meramente reducidos por apócope... que no ofrecen otro cambio fonético que el característico traslado del acento a la sílaba inicial” (1955, p. 337). Para efectos del presente trabajo sí se les dará el tratamiento de hipocorísticos.

¹³ Que López-Franco caracteriza como un cambio de categoría *hipocorístico*>*nombre pleno* (2011, p. 76).

compuestos como primer formante (8 ocurrencias), como segundo formante (*María Rosita*, tres ocurrencias).

Debemos mencionar que el nombre *Margarita*, a pesar de que en el *corpus* se consigna el nombre *Márgara*, no se trata de una forma diminutiva, sino que es un caso de cambio de categoría léxica, de nombre común¹⁴ a nombre propio y “*Margarito* es su forma masculina” (Gutiérrez Santana, L. Comunicación personal del 23 de octubre de 2022).

4. FRECUENCIAS

La preferencia de un nombre sobre los demás, al momento de elegir el nombre para asignarlo a una persona, independientemente de si es por moda, tradición familiar o cualquiera otra razón, la podemos medir a partir de sus ocurrencias en el *corpus*. En la tabla 4 mostramos los nombres que conforman el *corpus* organizado en tres columnas, en la primera el número de portadores, en la segunda el número de nombres que tienen ese mismo número de portadores y en la tercera, el o los nombres a los que se refieren dichos números.

El nombre con más ocurrencias es el de *María Guadalupe* (55), nombre que tuvo su mayor auge entre 1930 y 1970, si sumamos sus ocurrencias como nombre simple *Guadalupe* (35) y aquellas en las que participa como formante en nombres múltiples (50), lo que da un total de 140 ocurrencias del nombre *Guadalupe* en el *corpus*. El nombre *Manuel* es el que le sigue en la lista con 50 portadores como nombre simple y como formante en nombres compuestos y múltiples (50), lo que hace un total de cien ocurrencias. Otro nombre es *Juan* que

¹⁴ *Margarita* es el nombre de una planta y de su inflorescencia, su nombre científico es *Chrysanthemum Leucanthemum*.

aparece como nombre simple en 38 ocasiones y como formante en 64, contabilizando un total de 102 ocurrencias.

Los 15 nombres más populares a través del tiempo en esta comunidad son: *María Guadalupe, Manuel, Juan, María, Enrique, Guadalupe, Margarita, María Pascuala, José Manuel, María Candelaria, María Rosa, Antonio, José, José Santos y María Cristina.*

Tabla 4. Los nombres de pila de San Pablito por su ocurrencia en el *corpus* (1874-1970)

Nombres ¹⁵		
Portadores	Nombres	
55	1	María Guadalupe
50	1	Manuel
38	1	Juan
37	1	María
35	2	Enrique y Guadalupe
34	2	Margarita y María Pascuala
32	1	José Manuel
31	2	María Candelaria, María Rosa
30	2	Antonio y José
29	2	José Santos y María Cristina
28	1	María Juana
27	2	Esteban y María Paula
26	1	Santos
25	1	Hermelinda
22	5	José Esteban, María Hermelinda, María Margarita, Mariano y Paula
21	2	Candelaria y María Concepción
16	5	Esperanza, José Juan, José Mariano, María Herlinda y María Sabina
15	1	María Ángela

¹⁵ Se conservó la ortografía con la que se consignaron los nombres en las actas de nacimiento.

14	3	Calixto, José Antonio y María Luisa
13	4	José Francisco, Juana, María de los Ángeles y Martín
12	3	Concepción, María Maura y Maura
11	3	Alberto, María Modesta y Sabina
10	5	Felipe, José Clemente, María Esperanza, Rosa María y Sara
9	10	Alfonso, Bonifacio, José Calixto, José Guadalupe, Luisa, María Eleuteria, María Francisca, Martiniano, Pascuala y Rosa
8	7	Ana María, Bartolo, Félix Carlos, José Bartolo, Macario, María Rufina y Modesta
7	14	Angelita, Epifanio, Fidencio, Francisco, José Enrique, Julio, Luis, María Hilaria, María Josefa, María Petra, Melecio, Pablo, Pánfilo y Petra
6	12	Agustín, Alejandro, Cristina, José Pedro, José Santiago, Josefina, Margarito, María Ana, María Isabel, Miguel, Rafael y Rufina
5	26	Ángela, Anita, Catalina, Cecilia, Constancio, Constantino, Cristina María, Evaristo, Herlinda, José Felipe, José Melecio, José Miguel, José Pablo, Juan Manuel, Juana María, Marcelino, María Ángeles, María Sara, Mario, Otilia, Pedro, Refugio, Salomón, Santiago, Teodora y Virgilio
4	29	Alicia, Álvaro, Arnulfo, Candelaria María, Cirenía, Concepción María, Elvira, Francisca, José Alejandro, José Fidencio, José Martín, Juanita, Lorenzo, Margarita María, María Antonia, María Dolores, María Felipa, María Lucia, María Teresa, Mariano Vicente, Maximina, Máximo, Nicolás, Pascuala María, Porfirio, Raymundo, Rey, Teresa y Virginia
3	54	Agustina, Alejandra, Anastacio, Bardomiano, Carmen, Ciro, Clara, Crescencio, Emiliano, Enrique Jaime, Erasto, Esther, Feliciano, Fidel, Guadalupe María, Gudelia, Humberto, Isabel, Jaime, Jenaro, Jorge, José Alberto, José Atilano, José María, José Mario, José Nemesio, Juan Porfirio, Juan Victoriano, Juana Paula, Lidia, Luciano, Manuel Santiago, María Agustina, María Amada, María Camila, María Creencia, María del Refugio, María Elena, María Juliana, María Magdalena, María Procopia, María Rosita, María Vicenta, Melitón, Norberto, Pascual, Paula María, Roberto, Teófilo, Tomás, Valentín, Vicente, Victoria y Zósimo

2	124	<p>Abelino, Alfredo, Ana, Ana Candelaria, Ana Cristina, Andrés, Ángel, Ángela María, Antonio Felipe, Antonio Manuel, Antonio Santiago, Armando, Basilio, Benito, Benjamín, Camila, Cándido, Clemencio, Cornelio, Cristina Guadalupe, Delfino, Elena, Enrique Calixto, Enrique Santos, Epifania, Esperanza Pascuala, Esteban Enrique, Eudoxia, Eufemia, Eusebio Alejandro, Faustino, Fausto, Federico, Félix, Fidel, Filogonio, Florentino, Galación, Gerardo, Gloria, Godelena, Gonzalo, Guadalupe Candelaria, Guillermo Rey, Hermelinda Modesta, Hermelindo, Hipólito, Inocencia, Irineo, Javier, Jesús, Jesús María, Joel, José Benito, José Domingo, José Emiliano, José Evencio, José Florentino, José Juanito, José Margarito, José Martiniano, José Nicolás, José Pánfilo, José Patricio, José Virgilio, Josefa, Juan José, Juan Santos, Juana Francisca, Juana Margarita, Julián, Juliana, Juvencio, Lauro, Leobardo, Lucio, Luisa Paula, Manuel Alberto, Manuel Eligio, Manuel Felipe, Manuel Santos, Manuela, Marcela, Marcelo, Margarita de Jesús, Margarita Nella, María Alejandra, María Anastacia, María Anita, María Carlota, María Emma, María Ernestina, María Eugenia, María Gregoria, María Guadalupe Ángela, María Hermenegilda, María Inocencia, María Juanita, María Justina, María Macaria, María Plácida, María Refugio, María Teófila, María Victoriana, María Ygnacia, Mariano Felipe, Mariano Pánfilo, Mauro, Modesta María, Modesta Sara, Pastor, Plácida, Ramón, Reina, Rosa Guadalupe, Rosita María, Sabina Cristina, Sabina Santos, Salustia Dolores, Salvador, Silvestre, Valentina, Vicente Calixto y Zenaida</p>
Hápax	988	<p>Abdías, Abraham Heriberto, Adán Domingo, Adela, Adelfa, Adelfo, Adolfo Mateos, Adriana María, Agapito Esteban, Agustín Romero, Alberto Clemente, Alberto Esteban, Albina, Aleja Amalia, Alejandro Eucebio, Alejandro Evencio, Alejandro Juan Diego, Alejandro Pedro, Alejo Carmen, Alfonso Antonio, Alfonso Esteban, Alfonso Evaristo, Alfonso Margarito, Alfonso Pablo, Alfonso Santos, Alicia Elvira, Alicia María, Altagracia, Altagracia Candelaria, Álvaro Antonio, Álvaro Benito, Amada, Amado Federico, Amanda, Amando Teófilo, Ana Cándida, Ana Concepción, Ana María Paula, Ana Porfiria, Anacleto, Anastacia, Anatolio, Andrés Constancio, Andrés Macario, Ángel Lucio, Ángel Remigio, Ángela Cecilia, Ángela Josefa, Ángela María Cristina, Ángela Modesta, Ángela Rufina, Ángeles Alicia, Angelita Elena, Anita Concepción, Anita Eugenia, Anita María, Anselmo, Antonia Consuelo, Antonia María, Antonina, Antonio Ángel, Antonio Enrique, Antonio Florencio, Antonio Horacio, Antonio José, Antonio Juan, Antonio Marcial, Antonio Teófilo, Antonio Victoriano, Apolonia Dolores, Apolonio, Araceli Ruth, Arnulfo José, Artemia, Artemio, Ascencia Virginia, Ascención, Atalia,</p>

Atanacio, Atanasia Ateria, Atanasio Federico, Aurelia Dolores, Aurelio, Aurora, Ausencia María, Baldomero, Baltasar Justo, Bardomiana, Bardomiano Roberto, Bartolo Francisco, Bartolo Juan, Bartolomé, Benigno, Benita, Benito Lorenzo Manuel, Benito Zósimo, Bernardita Lourdes, Bonifacio Erasmo, Bonifacio Felipe, Bonifacio Francisco, Bonifacio Urbano, Bonifacio Venancio, Braulio, Buenfilio, Calixto Cornelio, Calixto Hipólito, Calixto Vicente, Camilo Federico, Candelaria Andrea, Candelaria Luisa, Candelaria Margarita, Candelaria Modesta, Candelaria Pascuala, Candelaria Paula, Candelaria Paulina, Candelaria Petra, Cándido Agustín, Carlos, Carmela, Carmela Rosa, Carmelita, Carmelo, Casto, Cecilia Emma, Cecilia Eufracia, Celia, Celso, Celso Diógenes, Cipriana Juana, Cipriano Cornelio, Cira Luisa, Cirenía Maurita, Cirilo, Ciro Clemente, Ciro Francisco, Ciro Herón, Clara María, Clara Pascuala, Clara Santos, Clemencio Manuel, Clemente, Clemente Alfonso, Clemente Felipe, Concepción Ana, Concepción Candelaria, Concepción Cástula, Concepción Francisca, Concepción Modesta, Conrado, Constantino Esteban, Consuelo, Crescencia, Crescencia Modesta, Crescencia Carmela, Crescencia Rosa, Crisóforo, Crisóstomo, Crispina Guadalupe, Cristina, Cristina Albina, Cristina Ángela, Cristina Juanita, Cristina Luisa, Cristina Margarita, Cristina Pánfilo, Cristobalito, Cutberto, Darío Alejandro, Delfina María, Demetrio, Desideria María, Didimo, Dionisio Francisco, Dionisio Luis, Dolores Ana, Domingo, Domitila Concepción, Donaciano Margarito, Donato, Ebencia Sabina, Eduardo, Efigenia, Elena, Eleuteria, Elías Alfonso, Eliezer, Eligio, Eloy Edmundo, Emelia, Emilia, Emiliana, Emiliano Adrián, Emiliano Antonio, Emiliano Esteban, Emilio, Emilio Bartolo, Emilio Patricio, Emma, Emma Ausencia, Enedina, Enrique Dagoberto, Enrique Humberto, Enrique Isaías, Enrique Juan, Enrique Manuel, Enrique Pánfilo, Enrique Rey, Enrique Santos Reyes, Enriqueta, Enriqueta María, Epifanio Alfonso, Erasmo, Erasto Arcadio, Ernestina, Esperanza Amado, Esperanza Justa, Esperanza Margarita, Sofía, Esperanza María, Esperanza Salustia, Esperanza Sofía, Espiridión, Esteban Adán, Esteban Calixto, Esteban Elías, Esteban Eulogio, Esteban Francisco, Esteban Ignacio, Esteban Isidoro, Esteban Lázaro, Esteban Macario, Esteban Macedonio, Esteban Margarito, Esteban Pánfilo, Esteban Rey, Esteban Salvador, Estela, Estela Francisca, Estela Refugio, Eusebio Guadalupe, Eufracia, Eugenio, Eugenio Odilón, Eulalia Modesta, Eulogio, Eusebio Atanasio, Eusebio Jacinto, Eusebio Máximo, Eusebio Valentino, Eustolia Candelaria, Eustoquia, Eutiquio, Eva, Eva Guadalupe, Eva Virginia, Evaristo Mauro, Evencio, Evencio Enrique, Facundo Javier, Fausta María,

Faustina, Fausto Melesio, Federico Pedro, Federico Santiago, Felicitas, Felicitas Maura, Felipa, Felipa Cristina, Felipe de Jesús, Felipe Miguel, Felipe Silvestre, Félix Bonifacio, Félix Felipe, Félix Manuel, Félix Santos, Feliz Carlos, Fernando, Fidel Fidencio, Fidel Horacio, Fidela Otilia, Fidencia, Fidencio Meinardo, Filemón, Flavia, Flor, Florencio, Florentino Valerio, Floriberto Santos, Florinda, Florinda Berta, Fortino, Francisca Concepción, Francisca Maura, Francisca Paula, Francisca Paula Luisa, Francisca Petra, Francisco Calixto, Francisco Domitilo, Francisco Emiliano, Francisco Martín, Francisco Rey, Francisco Santos, Francisco Valerio, Fulgencio Justino, Gabino, Gabriel, Galaciona María, Galdina Eleuteria, Gamaliel, Genaro, Genaro Santos, Gentulia María, Germán, Gil, Gilberto, Gloria Maura, Gonzala, Gonzalo Marciano, Graciano Alberto, Gregorio, Gregorio Antonio, Guadalupe Agustina, Guadalupe Ana, Guadalupe Hermelinda, Guadalupe Josefa, Guadalupe Lucía, Guadalupe Margarita, Guadalupe Pompeya, Guadalupe Sabina, Guadalupe Sara, Guadalupe Sofía, Guillermo, Guillermo Manuel, Guillermo Pedro, Heber, Heliodoro, Heraclio, Herber, Hercilio, Herlinda Concepción, Herlinda Josefa, Herlinda Pascuala, Herlinda Sara, Hermelinda Concepción, Hermelinda Cristina, Hermelinda María, Hermelinda Maura, Hermelinda Paula, Hermelinda Rufina, Hermelinda Sara, Hermelinda Valeria, Hermelinda Yolanda, Hermenio, Hermila, Herminia, Herminio, Herminio Gamaliel, Hidalgo Jorge, Hilaria Macrina Cecilia, Hilaria María, Hilario, Hilario Félix, Hipólito Cornelio, Ignacia, Ignacio, Inés Pascuala, Irene, Irineo Lauro, Isaías Carmen, Isidra, Isidro Juan, Israel María, Jacinta, Jacinto, Jacinto Librado, Jacobet, Jacobo, Jaime Rey, Jeorgina, Jerónimo, Jesús Atolín, Jesús Lauro, Jesús Tomás, Joaquín, Joaquín Antonio, Joaquín Mario, Joaquina, Jobito, Joel Ciro, Joel Jaime, Joel Lázaro, Joel Santos, Jorge Pantaleón, José Abelino, José Abundio, José Adalberto, José Agapito, José Agustín, José Alberto Clemente, José Albino, José Alejo, José Alfonso, José Alvino, José Ancelmo, José Andrés, José Ángel, José Anselmo, José Antonio Agustín, José Arnulfo, José Bacilio, José Baldomero, José Benigno, José Bonifacio, José Braulio, José Calixto Macario, José Calletano, José Candido, José Cástulo, José Cayetano, José Celso, José Ciriaco, José Cornelio, José Crescencio, José del Carmen, José Dionisio, José Ebaristo, José Esteban Pastor, José Etelberto, José Eufracio, José Eusebio, José Evaristo Hermelindo, José Fausto, José Federico, José Félix Carlos, José Heliodoro, José Ignacio, José Isabel, José Isidro, José Jacobo, José Jenaro, José Jerónimo, José Juan Enrique, José Juan Librado, José Juan Tomás, José Julio, José Juvenal, José Leobardo, José Lucas, José Lucas Porfirio, José Luciano, José Macario, José Manuel Mariano, José Marcelino, José María Benigno,

José Mariano Francisco, José Mauro, José Melquiadez, José Odilón, José Pascual, José Procopio Marcelino, José Rafael, José Ruperto, José Salomón, José Santos Margarito, José Severiano Leobardo, José Teófilo, José Timoteo, José Tomás, José Urbano, José Valentín, José Ventura Manuel, José Vicente, José Victoriano, José Virgilio Esteban, José Virginio, José Zósimo, Josefa Guadalupe, Josefa Herlinda, Josefa Sabina, Josefa Vicenta, Josefina Esperanza, Josefita María, Jovito, Juan Agustín, Juan Alejandro, Juan Andrés, Juan Baltasar, Juan Bartolo, Juan Carlos, Juan Diego, Juan Enrique, Juan Eusebio, Juan Francisco, Juan Gregorio, Juan Guadalupe, Juan Herculano, Juan Isidoro, Juan Isidro, Juan Jenaro, Juan Julio, Juan Mariano, Juan Nemesio, Juan Pablo, Juan Pánfilo, Juan Santiago, Juan Valentín, Juana Agripina, Juana Calixto, Juana Carolina, Juana Cirenía, Juana Clara, Juana Cristina, Juana Dominga, Juana Enriqueta, Juana Guadalupe, Juana Herlinda, Juana Hermelinda, Juana Judith, Juana Lucia, Juana Mariana, Juana Pascuala, Juana Pascuala Sara Rosa, Juana Rosa, Juana Sabina, Juanita Agustina, Julia Flor Virgen, Juliana, Juliana Sabina, Julio Esteban, Julio Macario, Justa Paula, Justina, Justina Ventura, Justino, Justo, Juvencia Tomasa, Juvencio Esteban, Juvencio Máximo, Lamberto, Laureano Raymundo, Lauro Antonio, Leobardo Santos, Leocadio, Leoncio Mario, Leovigildo Samuel, Librada, Librada María, Librado, Librado Armando, Librado Máximo, Lidia Juana, Lilia Enedina, Liliana, Lino Manuel, Longinos Raymundo, Lorenza Candelaria, Lorenzo Jacinto, Lorenzo Vicente, Lucia, Luciana, Luciano Trinidad, Lucio Macario, Luis Federico, Luis Filiberto, Luis Guadalupe, Luis Macario, Luis Santos, Luisa Ángeles, Luisa Margarita, Luisa Sabina, Macaria Gelacia, Macaria Isabel, Macaria Lucia, Macario Santos, Manuel Abraham, Manuel Adrián, Manuel Alejandro, Manuel Antonio, Manuel Atilano, Manuel Blas, Manuel Bonifacio, Manuel Brígido, Manuel Carlos, Manuel Clemencio, Manuel Clemente, Manuel Domingo, Manuel Félix, Manuel Florentino, Manuel Gilberto, Manuel Gorgonio, Manuel Hermelindo, Manuel Marcelino, Manuel Mateo, Manuel Mauricio, Manuel Nicolás, Manuel Pascual, Manuel Reyes, Manuel Severino, Manuel Sixto, Manuel Umberto, Manuel Vicente, Manuel Zósimo, Manuela Margarita, Manuelito, Marcelina, Marcelino Melecio, Marcial, Marciano, Marco Antonio, Margarita Alicia, Margarita Cala, Margarita Coleta, Margarita de Jesús, Margarita Elvira, Margarita Emma, Margarita Guadalupe, Margarita Luisa, Margarita Paula, Margarito Antonio, Margarito Bonifacio, Margarito Calixto, Margarito Camilo, Margarito Diego, Margarito Getulio, Margarito Vicente, María Adelina, María Agapita, María Amada Emma, María Ana Concepción, María Ana Pánfila, María Andrea Crescencia, María Ángela Cristina,

María Asención, María Audelia, María Aurelia Elvira, María Auxiliadora, María Balbina, María Bárbara, María Bárbara Angelita, María Basilia, María Benita, María Benita Eulalia, María Bertha, María Bibiana, María Bonifacia, María Brígida, María Bruna, María Calixta, María Carmen, María Cástula, María Catalina, María Ceveriana, María Cirenia, María Ciriaca, María Clara, María Concha Cástula, María Crescencia Hermelinda, María Cristina Ana, María Cristina Herlinda, María Cristina Pascuala, María de Jesús Consuelo, María de la Luz, María de las Nieves, María del Carmen, María del Pilar, María Delaida, María Eluteria, María Elvia, María Elvira, María Enriqueta, María Esperanza Ángela, María Ester, María Eulalia, María Eusebia, María Eustolia, María Faviana, María Felicitas, María Felipa Idalia, María Fernanda, María Fidela, María Florencia, María Francisca Luisa, María Gerónima, María Gloria, María Gloria Petra, María Guadalupe Bartola, María Guadalupe Cristina, María Guadalupe Hermelinda, María Guadalupe Zita, María Herlinda Guadalupe, María Hermelinda Concepción, María Hermelinda Felician, María Ignacia de Loyola, María Isabel Saturnina, María Jacinta, María Josefa Esperanza, María Josefa Procopia, María Julia, María Julia Guadalupe, María Justina Santos, María Liboria, María Librada, María Lidia, María Lorenza, María Luciana, María Lucila, María Lucina, María Lugarda, María Luisa Agustina, María Luisa Josefa, María Luz Pascuala, María Ma. Amada, María Magdalena Cirila, María Marcela, María Marcelina, María Márgara, María Marta, María Martina, María Micaela, María Minerva, María Natalia, María Pascuala Concepción, María Pascuala Cristina, María Pascuala Margarita, María Paula Candelaria, María Paula Cristina, María Pilar, María Pinita, María Plácida Juana, María Prisciliana, María Reyna, María Rogelia, María Rosa Teria, María Sabina Inés, María Severiana Angelita, María Soledad, María Teresa de Jesús Sara, María Trinidad, María Victoria, María Virginia, María Ysabel, Mariana, Mariana Felipa, Mariana Guadalupe, Mariano Antonio, Mariano Calixto, Mariano Francisco, Mariano Jesús, Mariano Melesio, Mariano Santos, Mariano Simón, Maribel Pompella, Maricela, Mario Alberto, Mario Gualterio, Mario Martiniano, Mario Tomás, Marta María, Martha Hermelinda, Martín Aristeo, Martín Porfirio, Martín Santos, Martín Tolentino, Martina María, Martina Modesta, Martiniano Calixto, Martiniano Manuel, Martiniano Porfirio, Maura Ángela, Maura Angelita, Maura Tonche, Maurino Getulio, Mauro Pedro Francisco, Maximina Felician, Maximino, Maximino Esteban, Máximo Cirilo, Máximo Fortino, Mefiboset, Melesio Adrián, Melitón Miguel, Melquiades, Merced, Micaela María, Misael, Modesta, Modesta Andrea, Modesta Luciana, Modesta Margarita, Modesto Crescencio,

Modesto Ignacio, Natalia, Natalia Benita, Natividad, Nicolás Francisco, Nicolás Margarito, Nicolás Melesio, Nieves, Odilón, Ofelia, Ofelia Félix, Orfa, Otilia Elisa, Pablo Atilano, Pablo Juan, Pablo Luis, Pafnucio, Pánfila María, Pánfilo Alfonso, Pánfilo Luis, Pánfilo Santos, Pánfilo Tomás, Pascuala Clara, Pascuala Cornelia, Pascuala de los Ángeles, Pascuala Juana, Pascuala Luisa, Pastor Camilo, Pastor Justo, Paula Ángela, Paula Concepción, Paula Esperanza, Paula Fidela, Paula Juana, Paula Rosita, Paula Yrena, Paulino, Paulino Acacio, Pedro Esteban, Pedro Federico, Pedro Guadalupe, Pedro Mariano, Pedro Salomón, Pedro Tomás, Pelagio Manuel, Petra Concepción, Petra Esperanza, Petra Jeremías, Plácida, Plácida Cristina, Plácida Hermelinda, Plácida Juana, Plácida Paula, Plácida Refugio, Plácido, Ponciano, Porfirio Clemente, Porfirio Enrique, Porfirio José, Porfirio Lorenzo, Priciliano, Primitivo Gentulio, Primo, Prisca Estefania, Prisca Flora, Prisciliana, Prisciliana Ángela, Procopio, Prudencia, Publio, Rafael Bonifacio, Ramón, Ramón Benigno, Raúl, Raymunda, Refugio Gaspar, Regina Carmen, Regino, Regino Cruz, Régulo, Reina Bartolo, Reina Guadalupe, Reveca, Rey Francisco, Reyna Isabel, Reynalda Pascuala, Reynaldo, Reynel, Ricardo, Roberto Calixto, Román, Roque, Rosa Agustina, Rosa Atanasia, Rosa Candelaria, Rosa Candelaria Cristina, Rosa Carmela, Rosa Carmen, Rosa Fidela, Rosa Márgara, Rosa Margarita, Rosa María Pascuala, Rosa María Vicenta, Rosa Pascuala, Rosa Sabina, Rosendo, Rosita, Rosita Alvires, Rosita Candelaria, Rosita Juana, Rosita Lucina, Rosita Margarita, Rosita Modesta, Rufina Hermelinda, Rufina Juana, Rufina Justa, Rufina María, Rufina Sabina, Ruth, Sabina Andrea, Sabina Aurea, Sabina Candelaria, Sabina Cástula, Sabina Gloria, Sabina Guadalupe, Sabina María, Sabina Rosita María, Salomón Higinio, Salustia, Salustio Eusebio, Salvador Raymundo, Samuel, Santiago Alejandro, Santiago Teodoro, Santos Antonio, Santos Baltasar, Santos Esteban, Santos Evaristo, Santos Macario, Santos Manuel, Santos Martiniano, Santos Panfilo Rey, Santos Reyes, Santos Reyes Manuel, Santos Salomón, Santos Vito, Sara Ángela, Sara Benita, Sara Candelaria, Sara Dionisia, Sara Guadalupe, Sara Luisa, Sara María, Sara Modesta, Sara Paula, Sara Plácida, Saúl, Sebastián, Serafina, Severiano Santos, Severino, Sidonio Jacobo, Silbina Delfina, Silvia Hilaria, Simón Abraham, Sofio Pedro, Sósimo, Susana, Susana María, Taurina Rosa, Tecla, Teodora Josefina, Teódulo Constantino, Teófila Hilaria, Teófilo Máximo, Teresa Maura, Teresa Sofía, Timoteo, Timoteo Urbano, Tobías Roberto Juan, Tomás Manuel, Tomasa, Tranquilino Santos, Trinidad, Urbano, Urbano Bartolo, Urbano Esteban, Valente, Valerio, Victoriano Raúl, Virgen, Virgilio Bonifacio, Virgilio Salomón, Virginia Elena, Virgino Valente, Ygnacia María, Zacarías Pablo, Zósimo Isidoro y Zósimo Ramón

Fuente: elaboración propia.

Como se señaló en Peral Rabasa (2024b, p. 26) es notorio el reducido número de atribuciones de los nombres *Pedro*, *Pablo* y *Santiago* tomando en cuenta que son los santos patronos (san Pedro y san Pablo) de San Plabito y (Santiago) de Pahuatlán de Valle. Véase tabla 5.

Tabla 5. Presencia de los nombres *Pablo*, *Pedro* y *Santiago* en el *corpus* (1874-1970)

Nombre		Pablo	Pedro	Santiago
Simple		7	5	5
Compuesto		6	6	7
Múltiple	1er. formante	3	6	2
	2do. formante	2	5	6
Ocurrencias		18	22	20

Fuente: Peral Rabasa (2024b, p. 27).

6. SOBRE EL ORIGEN DE LOS NOMBRES

De acuerdo con el *Diccionario de nombres propios* de Gutierre Tibón (1986) los nombres en nuestro *corpus* tienen los siguientes orígenes: Anglosajón (4), Arameo (8) que en realidad son tres nombres y sus variantes¹⁶, Catalán (1), Francés (1), Gaélico (2) es solo uno, en su forma masculina y femenina¹⁷, Germánico (67), Gótico (2), Griego (121), Hebreo (65), Irlandés (2) Concepción y su hipocorístico¹⁸, Italiano (5), Latín (273), Persa (1) y Vasco (1).

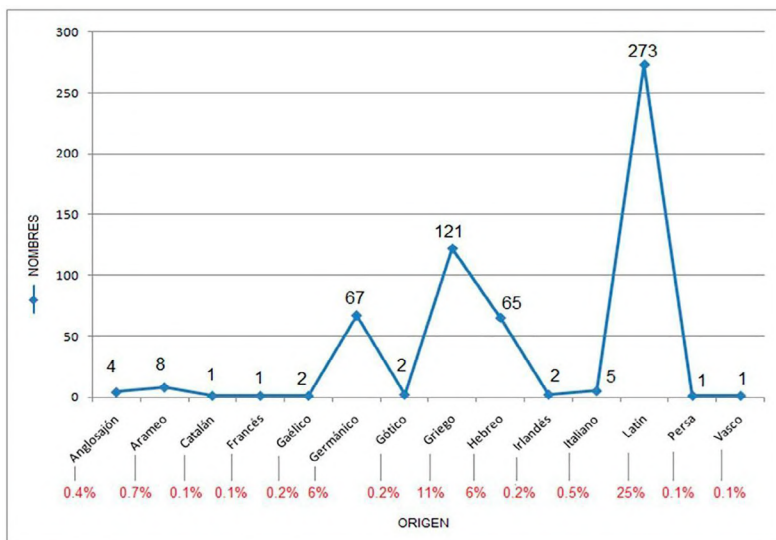
Como se observa en el gráfico 2., el latín, el griego, el hebreo y el germánico juntos, conforman casi el 50% de los nombres.

¹⁶ *Bartola*, *Bartolo*, *Bartolomé*, *Marta*, *Martha*, *Martina*, *Tomás* y *Tomasa*.

¹⁷ *Brígido* y *Brígida*.

¹⁸ *Concha*.

Gráfico 2. Origen de los nombres registrados en el corpus



Fuente: elaboración propia.

La revisión se realizó a partir de los nombres en su forma simple. Algunos nombres como *Rosa María Teria* o *Margarita Nella*, por solo citar dos casos, nos presentan interrogantes aun no resueltas. El origen no confirmado de *Teria* y *Nella* (este último, posible hipocorístico de *Manuela*).

7. ATRIBUCIÓN DEL NOMBRE

La comunidad de San Pablito tiene una estructura patrilineal, por la cual las posesiones, incluidas las tierras y la casa paterna, se transmiten a los hijos varones. Este predominio patriarcal lo vemos también en la atribución del nombre, puesto que es potestad del padre determinar el nombre de los hijos. Para ejemplificarlo, presento

algunos fragmentos de una entrevista a Irene Victoriano¹⁹ cuando le pregunté el nombre de su hijo y quién lo había elegido, respondió: “porque así se llama su papá, porque aquí en el pueblo dicen, que si en una pareja nace el primer varón se tiene que llamar como el papá, ajá”²⁰. Este patrón es tan fuerte, o lo fue en su momento, que dio lugar a situaciones como la siguiente: “En si el que escogió mi nombre es mi hermano mayor, dice mi mamá, y mi mamá es la que escogió el nombre de mi hermana, porque mi papá era machista, no quería niña, quería niños, puros niños”. La atribución del nombre, al menos en su caso, siendo que el padre rechazó asignarle uno, fue el hermano mayor quien ejerció dicha función, como por derecho de sucesión.

En cuanto a la motivación en la elección del nombre lo que los datos nos arrojaron es que la transmisión intrafamiliar es el factor más importante, Irene Victoriano comentó, refiriéndose a sus hermanos “tienen todos el nombre de mi papá... los [nombres] repartió en todos los hijos, nada más faltó Felipe, se llama José Felipe Juan, es nombre del señor mi papá”. En el caso de sus tres hijos, a dos de ellos su esposo les puso su nombre ‘Rubelio’ como primer nombre, al segundo hijo con una cierta variación: “Rubelio Zinedine el primero y el segundo se llama Rubens Lionel” [Rubens<Rubelio], De los segundos nombres la motivación fue que a su esposo “le gusta el futbol”, Zinedine por Zinedine Sidane y Lionel por Lionel Messi. El tercero de sus hijos se llama José Balam, recibió el nombre del papá de Irene ‘José’ y Balam por ser un nombre de origen maya. Este patrón de atribución lo constatamos en otros grupos familiares.

¹⁹ Irene Victoriano Espíritu, es una persona de la comunidad a la cual menciono por su nombre, a petición expresa suya por ser colaboradora en diversas investigaciones que realizo en la zona.

²⁰ Notas de mis cuadernos y transcripciones del trabajo campo. Estos fragmentos corresponden a la temporada de abril de 2022.

Por supuesto, hay casos peculiares como el de *Rosita Alvires* ya comentado; y el de *Reyna Isabel* en el cual nuestro conocimiento del mundo nos hace suponer que la influencia proviene del nombre de la monarca inglesa, sin embargo, no tenemos elementos para afirmarlo ni para negarlo.

Falta investigación por hacer, pero hasta el momento no encontramos elementos para asegurar que el Santoral tenga algún grado de influencia en la elección de los nombres.

CONCLUSIONES

El sistema antroponímico de San Pablito, Pahuatlán, Puebla en lo que respecta a los nombres de las personas, para el periodo 1874-1970, podemos afirmar, a partir de un estudio anterior (Peral Rabasa, 2023), que el patrón estructural fue variando con el paso del tiempo de simple a complejo, esto es, de estar conformado inicialmente por únicamente el nombre de pila, a presentar nombre de pila y dos apellidos, proceso que pudimos apreciar en el gráfico 1.

Por otro lado, los rasgos de la onomástica mexicana que señalaron Peter Boyd-Bowman (1970) y Yolanda G. López-Franco (2011) con la presencia de advocaciones marianas, el culto a los santos, el culto a la Sagrada Familia y el gusto por los nombres múltiples, tanto femeninos como masculinos, lo vemos claramente reflejado en nuestro *corpus*, principalmente en las décadas 1931-1940 y 1941-1950 para luego descender paulatinamente en las siguientes.

Otro aspecto que destacó es el amplio uso de los nombres *María* y *José* como primeros o segundos formantes en nombres compuestos y múltiples.

Asimismo, en la tabla que presenta los nombres por su estructura (tabla 3) pudimos constatar la marcada tendencia hacia el nombre simple y aunque los nombres múltiples llegaron a tener una presencia importante, estos tienden lentamente a disminuir.

Otro dato sobresaliente es la cantidad de nombres hápax (988 de 1.315) el 75% del *corpus*, lo que nos habla de un marcado gusto por lo diferente.

Por último, se determinó que la motivación en la atribución del nombre es la transmisión intrafamiliar y la elección recae en el padre de familia.

REFERENCIAS

BOYD-BOWMAN, P. Cómo obra la fonética infantil en la formación de los hipocorísticos. **Nueva Revista de Filología Hispánica** (NRFH), México, v. 9, n. 4, p. 337-366, 1955.

BOYD-BOWMAN, P. Los nombres de pila en México desde 1540 hasta 1950. **Nueva Revista de Filología Hispánica** (NRFH), México, v. 19, n. 1, p. 12-48, 1970.

GUTIÉRREZ SANTANA, L. Palatalización en algunos hipocorísticos femeninos de Chile y México. **Géneros: Revista de investigación y divulgación sobre los estudios de género**, v. 6, 2ª época, p. 87-108, 2009-2010.

GUTIÉRREZ SANTANA, L. Hipocorísticos y truncamiento de nombres propios indoeuropeos y de la lengua náhuatl. **Temas Antropológicos**, v. 36, n. 1, p. 73-84, 2014.

LÓPEZ FRANCO, Y. G. **Un siglo de nombres de pila en Tlalnepantla de Baz: estudio lexicológico y sociolingüístico**. México: Universidad Nacional Autónoma de México; Plaza & Valdés Editores, 2011.

PERAL RABASA, F. J. **El campo semántico de las partes del cuerpo en el hñāhñu de San Pablito, Pahuatlán: proyección y extensión semántica**. 2016. Tesis (Licenciatura en Lingüística) – Escuela Nacional de Antropología e Historia, México, 2016.

PERAL RABASA, F. J. La antroponimia en tiempos de la protección de los datos personales. **Onomástica Desde América Latina**, Brasil, v. 1, n. 1, p. 45-76, 2020.

PERAL RABASA, F. J. Los apellidos de San Pablito: su estructura en el tiempo (1874-1970). **Onomástica Desde América Latina**, Brasil, v. 4, p. 1-40, 2023.

PERAL RABASA, F. J. Cómo hacer antroponimia sin morir en el intento. **Onomástica Desde América Latina**, Brasil, v. 5, p. 1-30, 2024a.

PERAL RABASA, F. J. Jesús, María y José: la Sagrada Familia en San Pablito (1874-1970). **Onomástica Desde América Latina**, Brasil, v. 5, p. 1-33, 2024b.

TIBÓN, G. **Diccionario de nombres propios**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986 [1956].

VOIGTLANDER, K.; ECHEGOYEN, A. **Gramática del yuhú (otomí de la Sierra Madre Oriental)**: versión preliminar preparada para el Diccionario Yuhú. México: Instituto Lingüístico de Verano, 2007. Disponible en: https://www.sil.org/system/files/reapdata/48/44/20/48442028604866461741124289740723401635/otm_Gramatica.pdf. Acceso el: 23 abr. 2024.

LEXIAS PARALELAS E LEXIAS COMPARÁVEIS: UM RELATO DE PESQUISA SOBRE LÉXICO E TRADUÇÃO

Adriana Zavaglia

INTRODUÇÃO

Muito se fez em lexicografia monolíngue no Brasil, com *corpus* e com análise linguística, como os dicionários de usos organizados pelo Professor Francisco da Silva Borba (2002, 2008). Porém, em lexicografia bilíngue, no par de línguas com o qual trabalho, o francês e o português do Brasil, não se encontram dicionários de língua geral baseados em *corpus*¹. Venho há mais de uma década, no contexto de um projeto de lexicografia bilíngue diferencial envolvendo *corpus* e análise linguística, desenvolvendo trabalhos a esse respeito².

¹ Note-se que, no contexto de grupos de pesquisa ou de teses e dissertações, vários glossários e dicionários temáticos ou especializados, envolvendo o português e o francês já foram publicados.

² DIRE – Dicionário Relacional português-francês, ligado mais recentemente ao LET – Laboratório de Estudos da Tradução, (<https://let.fflch.usp.br/>). Alguns trabalhos publicados: ZAVAGLIA, A. Por uma lexicografia bilíngüe diferencial. In: DURÃO, A. B. A. B. *Linguística contrastiva: teoria e prática*. Londrina: Moriá, 2004a. p. 169-177. ZAVAGLIA, A. Linguística de córpus e lexicografia bilíngüe: o caso experimental de como e suas traduções para o francês. *Crop*, 10, São Paulo, 2004b, p. 211-224. ZAVAGLIA, A. Lexicografia bilíngüe e corpora paralelos: procedimentos e critérios experimentais. *Cadernos de Tradução* (UFSC), v. XVIII, p. 19-39, 2006. ZAVAGLIA,

Neste capítulo, apresentarei uma reflexão simples e inicial sobre o léxico em duas relações de tradução a partir de *corpus* paralelo ou comparável. Para tanto, partirei de uma etapa necessária do trabalho relacionada à análise linguística efetuada a partir de *corpus* monolíngue, a qual foi apresentada no Encontro Nacional da ANPOLL de 2023, em particular, de marcadores gramaticais. O ponto de partida deste trabalho será, portanto, um estudo sobre os marcadores gramaticais do português – “caso”, “mediante” e, em particular, “se”, a partir de três *corpora* (Lácio-Ref: jornalístico, jurídico e literário) e de contextos gerados por concordância (programa AntConc, Anthony, 2024). Para a análise linguística, foram extraídas inicialmente informações quantitativas estruturais e distribucionais de cada marcador relacionadas a seus colocados e agrupamentos, à presença ou ausência de pontuação e ao seu posicionamento (início ou final dos enunciados, entre enunciados). Em seguida, foi observada a sua descrição semântica em gramáticas e dicionários monolíngues do português brasileiro, das quais selecionei informações qualitativas estruturais e distribucionais. Foi, então, elaborada uma forma esquemática (Culioli, 2000; Zavaglia, [2010] 2016) e, após simplificação, foram formuladas definições. Finalmente, foram discutidas as relações de tradução a partir de *corpus* paralelo e comparável, com exemplos meus, as quais são definidas como “paralelismo” e “comparabilidade” e das quais parte a delimitação dos conceitos de “lexias paralelas” e “lexias comparáveis”.

A. Apresentação das bases do Dicionário Relacional (português-francês) DIRE. In: ISQUERDO, A. N.; FINATTO, M. J. B. (Orgs.). *Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008. v. 4, p. 233-254. ZAVAGLIA, A. Linhas gerais para a elaboração do Dicionário Relacional - DIRE (português-francês). In: Rezende, L. M.; SILVA, B. C. D.; Barbosa, J. B. (Orgs.). *Léxico e gramática: dos sentidos à construção da significação*. São Paulo: Cultura Acadêmica (Trilhas Linguísticas), 2009. p. 185-201.

1. ANÁLISE LINGUÍSTICA

Nesta seção, serão apresentadas análises de três marcadores gramaticais, originalmente escolhidos segundo o paradigma tradicional da condição (além de “se”, quais outros marcadores?) e da categoria morfológica (além da conjunção, quais outras categorias?): “caso”, substantivo; “mediante”, preposição; “se”, conjunção. As concordâncias dos três marcadores foram realizadas a partir dos mesmos *corpora* do Lácio-Ref³: o *corpus* jornalístico compôs-se de todos os cadernos da *Folha de S. Paulo*, em um total de amostras de 2051 textos, com 732.103 *tokens*, ou seja, palavras; o *corpus* jurídico, de todos os textos disponíveis, 49, com 216.749 *tokens*; o *corpus* literário foi formado por todos os livros no gênero prosa e no subgênero conto, em um total de amostras de 136 textos e 420.321 *tokens*. Somados os três *corpora*, o total de *tokens* é de 1.369.173.

A busca de “caso” na função de marcador de condição resultou em 72 ocorrências (ou 0,0052% do total), das quais 39 (0,0053%) no *corpus* jornalístico, 26 (0,0119%) no jurídico e 7 (0,0016%) no literário. Em termos de frequência, “caso” ocorre mais no *corpus* jornalístico e jurídico e menos no *corpus* literário. Sua distribuição estrutural (agrupamentos) se dá preferencialmente como CASO + (det.) (nome) (neg.) + subjuntivo, como em “..., caso o cliente opte...”, “...caso tivesse tido tempo...”). O marcador aparece sempre em meio de frase, com pontuação, precedido de vírgula (49 ocorrências) ou de dois pontos (1 ocorrência), ou sem pontuação (22 ocorrências), ou seja, quanto ao seu posicionamento, o marcador, em todas as 72 ocorrências, inicia a prótase após a apódose em minúscula e nunca inicia a prótase antes da apódose em maiúscula.

³ Disponível em: <http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/projects/lacio-web.htm>.

Tabela 1. Número de ocorrências de “caso” no *corpus*

CASO							
<i>Corpus</i> jornalístico 732.103 tokens		<i>Corpus</i> jurídico 216.749 tokens		<i>Corpus</i> literário 420.321 tokens		Total 1.369.173 tokens	
n. ocorr.	%	n. ocorr.	%	n. ocorr.	%	n. ocorr.	%
39	0.0053	26	0.0119	7	0.0016	72	0.0052

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação a “mediante”, foram encontradas 253 ocorrências (ou 0,0184% do total), dentre as quais 19 (0,0025%) no *corpus* jornalístico, 221 (0,1019%) no jurídico e 13 (0,0030%) no literário. Com relação à frequência, “mediante” ocorre mais no *corpus* jurídico e menos no *corpus* jornalístico. Em termos de distribuição estrutural (agrupamentos), a preferência é por (part. pass.) + (somente) + MEDIANTE + (det.) + nome + (det.), como em “..., mediante instrumento público,...”, “..., mediante prévia autorização,...”, “...formalizado mediante processo específico.”, “...entregue somente mediante pagamento autorizado...”. A pontuação é mais variada: o marcador vem precedido de vírgula em 144 ocorrências, de ponto e vírgula em 1 e sem marca de pontuação em meio de frase em 108 ocorrências, iniciando a prótase entre vírgulas após a apódose (39 ocorrências) e em minúscula (253 ocorrências), sem ocorrências iniciando a prótase antes da apódose em maiúscula.

Tabela 2. Número de ocorrências de “mediante” no *corpus*

MEDIANTE							
<i>Corpus</i> jornalístico 732.103 tokens		<i>Corpus</i> jurídico 216.749 tokens		<i>Corpus</i> literário 420.321 tokens		Total 1.369.173 tokens	
n. ocorr.	%	n. ocorr.	%	n. ocorr.	%	n. ocorr.	%
19	0.0025	221	0.1019	13	0.0030	253	0.0184

Fonte: Elaborado pela autora.

Foram encontradas 2678 ocorrências do marcador “se”: 734 no *corpus* jornalístico (0.1002%), 808 no jurídico (0.3727%) e 1136 no literário (0.2702%), sendo mais recorrentes no *corpus* literário e menos no jornalístico. Como esse marcador ocorre com maior frequência, sua distribuição estrutural (agrupamentos) também é mais variada: SE + (det.) (nome) + indicativo/subjuntivo, como em “perguntar ao ouvido se os dois eram parentes...”, “...se o tempo permitir...”; SE COMPARADO A, “...se comparado ao consumo europeu...”; SE + pron. pessoal + indicativo/subjuntivo, “...não sei se ele aceitaria...”, “..., se ela não tiver...”; SE + neg. + indicativo/subjuntivo, “...cogitei se não haveria...”, “..., se não houvesse de ser...”; COMO SE + subjuntivo, “...como se fosse para...”, “Como se não bastasse...”; E SE + subjuntivo, “E se estivesse morto?”; MAS SE + subjuntivo, “Mas se fosse apenas...”; SÓ SE + indicativo/subjuntivo, “Só se são asas de gavião...”, “..., só se for anual...”; SALVO SE + indicativo/subjuntivo (“...; salvo se adotássemos um meio...”, “..., salvo se este obteve...”). A pontuação é, igualmente, mais variada: ocorre no meio de frase, sem pontuação, na maior parte das vezes (1595 ocorrências), é frequentemente precedido de vírgula (1065), ou, raramente, precedido de ponto (18), iniciando a prótase após a apódose, em minúscula (2660), ou iniciando a prótase antes da apódose, em maiúscula (18).

Tabela 3. Número de ocorrências de “se” no *corpus*

SE							
<i>Corpus</i> jornalístico 732.103 tokens		<i>Corpus</i> jurídico 216.749 tokens		<i>Corpus</i> literário 420.321 tokens		Total 1.369.173 tokens	
n. ocorr.	%	n. ocorr.	%	n. ocorr.	%	n. ocorr.	%
734	0.1002	808	0.3727	1136	0.2702	2678	0.1955

Fonte: Elaborado pela autora.

Levando em consideração as Tabelas 1, 2 e 3, há algumas indicações sobre o uso desses marcadores. A ocorrência de “caso” é mais alta no *corpus* jurídico (0,0119%) e muito baixa no literário (0,0016%). De modo ainda mais significativo, “mediante” tem ocorrência muito alta no *corpus* jurídico (0,1019%) e baixa nos outros dois (0,0025% no jornalístico e 0,0030% no literário). O marcador “se”, por sua vez, ocorre de forma mais equilibrada nos três *corpora*, porém com diferenças substanciais (da menor para a maior frequência: jornalístico – 0.1002%, literário – 0.2702%, jurídico – 0.3727%). Tais resultados, mesmo incipientes, podem apontar para uma maior especialização terminológica das lexias “caso” e “mediante”, ou seja, um maior uso em textos especializados; “se”, por sua vez, apresenta várias colocações (“se comparado a” e “salvo se”, por exemplo) que podem ser responsáveis por uma maior ocorrência no *corpus* jurídico. Esse aspecto, que já discutimos antes (Zavaglia; Celli, 2018), pode-se traduzir em marca de uso lexicográfica.

Em relação às descrições e registros dos marcadores em destaque neste trabalho, “caso” é mencionado nas gramáticas consultadas como conjunção coordenativa condicional em Melo (1968), Cunha (1972), Kury (1973), Luft (1976), Macambira (1978), Neves (2000). “Mediante”, por sua vez, é referido apenas como preposição em Figueiredo (1949), Melo (1968), Cunha (1972), Back e Mattos (1972), Kury (1973), Luft (1976), Macambira (1978), Neves (2000), sem menção a um sentido condicional. Já “se” é descrito como conjunção coordenativa condicional em todas as gramáticas consultadas, à exceção de Perini (1998), que tampouco cita os outros dois. Nos dicionários consultados, os três marcadores aparecem: “caso” e “se” registrados como conjunções e “mediante” como preposição. Em geral, observa-se o recurso à sinonímia para definir as três lexias, o que não é suficiente para distinguir seus diferentes sentidos. É curioso notar que Neves

(2000), em sua gramática de usos, afirma que as condicionais antepostas são as mais frequentes, o que não condiz com os dados observados em nosso *corpus*. Além disso, a diferença entre condição e hipótese não é discutida, especialmente em relação ao marcador “se”, para o qual ambos os sentidos foram observados em nosso *corpus*, o que, porém, não será aqui desenvolvido. Não se discutem tampouco as categorias morfológicas (“caso”, por exemplo: substantivo e conjunção).

Na teoria culioliana, base deste trabalho, tais categorias não entram de antemão nas análises. A partir dela, foi possível observar que “caso”, “mediante” e “se”, em sua transcategorialidade, compartilham pelo menos um mesmo valor referencial, que qualificaremos aqui inicialmente como condicional.⁴ Tomando “se” como exemplo, foram realizadas análises enunciativas a partir de seus contextos.

Forma esquemática:

SE introduz um localizador, P, que orienta a relação entre $\langle P, P' \rangle$ e $\langle Q, Q' \rangle$.

(1) P estabiliza uma varredura sobre Q, Q'. (Qnt, Qlt)

(2) P privilegia Q na relação Q, Q'. (Qlt)

(3) P/P' constrói uma ocorrência de Q. (Qnt)

Em seguida, será apresentado um exemplo de cada configuração.

⁴ Para resultados mais conclusivos, será necessário aumentar o *corpus* de análise. “Se”, que ocorreu muito mais que os outros marcadores no *corpus*, apresentou os sentidos gerais de condição e de hipótese, que necessitam de mais análises. Porém, o número de ocorrências de “caso” e “mediante” ainda é insuficiente para qualquer menção a esse respeito.

- (1) Hoje cada brasileiro come em média 7,5 quilos de carne suína por ano. É um consumo pequeno se comparado com o europeu (45 quilos per capita/ano).

Fazendo uma glosa da relação, temos: há um consumo do brasileiro de carne suína anual que pode ser comparado a outros consumos; na comparação, o consumo do brasileiro pode ser grande ou pequeno; comparado com o consumo do europeu, o do brasileiro é pequeno.

Consumo do brasileiro pequeno = P

Pequeno com relação a quê? = varredura sobre Q, Q'

Consumo do europeu = Q

SE introduz, a partir do exterior, a entrada no interior, em que há uma relação de restrição comparativa: entre os consumos do mundo, há o consumo do europeu; o consumo do brasileiro é considerado pequeno em relação ao do europeu.

- (2) Mas se a mastite é detectada tardiamente, a cura demora mais de dez dias e a produção da vaca não volta aos níveis anteriores à doença”, explica Tinsky.

Glosando a relação, temos: a cura da mastite na vaca será demorada, com reflexos na produção, em consequência da detecção tardia da mastite.

Mastite detectada a tempo = P'

Mastite detectada tardiamente = P

Cura mais rápida = Q'

Cura mais lenta = Q

Considerando a passagem anterior de P' a P, SE introduz P, que privilegia Q, em que há uma relação de causa e consequência: a cura demora devido à detecção tardia da mastite.

- (3) Segundo a federação, que é presidida pelo publicitário Eduardo Fischer, os machos do pregão serão apresentados montados por peões, o que permite ao comprador analisar se o cavalo é realmente versátil.

Com a glosa da relação, temos: o comprador poderá analisar a versatilidade do cavalo ao vê-los montados por peões.

Cavalo versátil/não versátil = P/P'

Não analisar (cavalo não montado) = Q'

Analisar (cavalo montado) = Q

SE introduz P e P', que quantificam Q: relação de determinação, em que a análise da versatilidade do cavalo será determinada pela apresentação.

Também a partir das concordâncias e análises linguísticas, foram observadas duas distribuições prototípicas de “se”:

APÓDOSE + (SE)PRÓTASE (mais frequente)

(SE)PRÓTASE + APÓDOSE (pouco frequente)

Todas as análises e os resultados delas provenientes podem ser espelhados em um verbete monolíngue. Como ainda não encontrei uma maneira de traduzir o formalismo da teoria culioliana para os marcadores gramaticais em língua natural, faria uma definição simplificada para “se”: “introduz uma condição ou uma hipótese”; traria a

categorização tradicional da lexia segundo cada gramática consultada; em seguida, registraria a distribuição prototípica mais frequente, com um exemplo forjado para mostrar a pontuação, seguido de contextos relacionados aos diferentes sentidos extraídos de *corpus*; acrescentaria informações relacionadas aos tempos verbais utilizados com “se”, às colocações e às marcas de uso.

SE introduz uma condição ou uma hipótese.

X SE Y

Eu ficaria em casa se você viesse.

Contexto 1 (Relação por restrição comparativa)

Contexto 2 (Relação por causa e consequência)

Contexto 3 (Relação por determinação)

SE Y, X

Se você viesse, eu ficaria em casa.

Contexto 1 (Relação por restrição comparativa)

Contexto 2 (Relação por causa e consequência)

Contexto 3 (Relação por determinação)

SE + SUBJUNTIVO: exemplos

SE + INDICATIVO: exemplos

COMO SE: exemplos

E SE: exemplos

MAS SE: exemplos

SÓ/SOMENTE SE: exemplos

SALVO SE: exemplos

+++jurídico, ++ literário, +jornalístico

Tais informações, espelhadas no verbete monolíngue apresentado, são essenciais para a etapa seguinte de trabalho bilíngue ou multilíngue a partir de *corpus*, como se verá na próxima seção. Note-se, entretanto, que a etapa de análise linguística é indispensável para tratar também, além dos marcadores gramaticais, marcadores culturais ou termos.

2. RELAÇÕES DE TRADUÇÃO

Há duas décadas, propus uma definição e uma designação, a de “paralelismo”, para o que, à época, parecia-me pertinente em relação aos contextos paralelos, ou seja, extraídos de *corpora* paralelos com os quais trabalhava, e assim segui apresentando e publicando trabalhos⁵. De início, defini “paralelismo”⁶ como uma palavra ou sequência de palavras, em estrutura fixa, semifixa ou não, que traduz outra palavra ou sequência de palavras, em estrutura fixa, semifixa ou não na relação entre um original e sua tradução, pública ou publicada, com as seguintes implicações: (i) o paralelismo, como relação enunciativa em tradução, tem a qualidade de movência, dinamismo, plasticidade e variabilidade; tal relação, materializada no nível das línguas, é fruto

⁵ Cf. Zavaglia, 2004a, 2004b, 2004c, 2005, 2006; Zavaglia; Galafacci, 2014.

⁶ Como se verá nas referências deste capítulo, o trabalho a que faço referência (Zavaglia, 2004a) não foi publicado, trata-se de uma comunicação; por este motivo, a definição não se encontra entre aspas.

de uma outra relação, de equivalência, que se dá no nível abstrato da linguagem em relação com as línguas, já orientada por outra, a primitiva, no nível da linguagem; (ii) o paralelismo é marcado culturalmente pela subjetividade daquele que o estabelece, em que está implícita a sua criatividade. Logo em seguida, fui repensando o conceito no contexto da lexicografia bilíngue baseada em *corpus*. Foi então que um aspecto do que chamava de paralelismo, sempre extraído de *corpus*, mostrou-se relevante: o de ser autenticamente bilíngue.

Em outros contextos, como no ensino de línguas estrangeiras, um documento autêntico monolíngue é aquele produzido por nativos, ou seja, um texto literário, jornalístico ou jurídico será considerado autêntico caso seja produzido por um autor cuja língua materna seja a língua desse documento. Em linguística, contextos autênticos são extraídos de *corpora* compilados para um fim específico e analisados, como se faz em gramáticas de uso, ou registrados em dicionários monolíngues. Em contexto bilíngue ou multilíngue, a autenticidade somente será encontrada em textos de línguas diferentes *em relação de tradução*, uma vez que o sujeito que realizou a tradução estabeleceu culturalmente, por meio de sua subjetividade, a relação enunciativa entre um original e sua tradução. Por isso, em meus trabalhos sobre lexicografia bilíngue, acabei introduzindo esse aspecto para definir paralelismo, que retomo aqui de modo adaptado (Zavaglia; Galafacci, 2014): relação autenticamente bilíngue entre lexias em contextos extraídos de *corpus* paralelo (originais e traduções publicadas) com a função de explicitar a variação semântica da entrada. Nos exemplos a seguir, extraídos de *corpus* literário de pesquisa⁷, há paralelismo:

⁷ CorPPoFranco: *Corpus Paralelo Português-Francês* (off-line), elaborado por mim para fins de pesquisa. Os exemplos foram extraídos de *Sagarana*, de João Guimarães Rosa, e de sua tradução para o francês (*Sagarana*, por Jacques Thiériot), e de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e sua tradução para o francês (*Hautes Terres: la Guerre de Canudos*, por Jorge Coli e Antoine Seel).

(4) ... se rato não roeu... você enterra junto comigo... (SAG)

... si un rat les a pas rongées... tu les enterres avec moi... (SAG-fr)

(5) Por um lado, a sua epiderme ao resfriar-se, à noite, muito abaixo da temperatura do ar, provoca, a despeito da secura deste, breves precipitações de orvalho; por outro, a mão, que a toca, toca uma chapa incandescente de ardência inaturável. (SERT)

Si leur épiderme se refroidit la nuit bien au-dessous de la température de l'air, et provoque, malgré la sécheresse de ce dernier, de brèves précipitations de rosée, la main qui les saisirait se heurterait pourtant à une plaque incandescente d'une chaleur intolérable. (HT)

Em (4), “se” é traduzido por “si”, tradução padrão que se encontra em dicionários bilíngues. Contudo, na relação de paralelismo ali estabelecida pelo tradutor, ainda é possível extrair outras informações importantes sobre as lexias, relacionadas aos tempos verbais (SE + pretérito perfeito, presente do indicativo em português, SI + *passé composé*, *présent de l'indicatif*), às relações de determinação (marcas zero em português de artigo e pronome explicitadas em francês) e ao registro (implícito no trecho em português, explicitado em francês pela ausência de *ne* na negação). Em (5), percebe-se a conjunção *si* traduzindo “ao” com função conjuntiva temporal, mais um sentido passível de ser encontrado para “se” e um paralelismo provável – e inusitado – na direção do francês para o português, caso a unidade de estudo fosse *si*. Desse modo, a pesquisa com *corpus* paralelo em lexicografia bilíngue auxilia na verificação dos colocados das lexias em estudo, mas também no enriquecimento de sua descrição semântica e na variabilidade de traduções.

Os exemplos (4) e (5) poderiam compor a microestrutura de um dicionário bilíngue de língua geral, uma vez que esses paralelismos são autenticamente bilíngues, como foi mencionado anteriormente, e necessários. Nesses casos, a partir dos cotextos e contextos do original, o tradutor, que já realizou a tradução, age colocando em prática sua experiência em língua estrangeira e materna, donde a autenticidade da relação. No entanto, em contexto especializado, os paralelismos não são desejáveis; neste caso, a autenticidade é buscada em originais de mesma temática, como no exemplo a seguir:

- (6) A estrutura dita bicondicional apresenta o conectivo “se e somente se”, separando as duas sentenças simples. (WEB-log)

Deux propositions P et Q sont logiquement équivalentes si et seulement si elles ont la même table de vérité. (WEB-log-fr)

Em (6), os contextos foram extraídos de um *corpus* comparável, ou seja, de textos da área da lógica em duas línguas diferentes, produzidos por autores cuja língua materna é o português brasileiro e o francês da França⁸. Não sendo traduções um do outro, mas servindo como base para o estabelecimento de uma relação de comparabilidade, os contextos apresentarão as coocorrências da lexia (colocados, cotextos), as quais permitirão analisá-la e defini-la. No caso em pauta, pode-se inferir que “se e somente se” é um conectivo que separa duas sentenças simples em uma estrutura bicondicional e que *si et seulement si* pode estar ligado ao conceito de *équivalence logique* e de *table de vérité*. Tais inferências estão ligadas ao sujeito que estabelecerá a relação de comparabilidade entre “se e somente se” e *si et seulement si*, considerando a cultura da área expressa pelas línguas dos textos em

⁸ Tais contextos foram extraídos da Web como *corpus* (fontes: “Apostila de Lógica”, <https://portal.ifrn.edu.br/>; “Éléments de logique”, <https://www.univ-tln.fr/>).

relação (cultura disciplinar). Note-se que a etapa de observação da relação de tradução, seja ela comparável ou paralela, é indispensável para qualquer tipo de lexia, seja ela um marcador gramatical, um marcador cultural ou um termo.

FINALIZANDO: “LEXIAS PARALELAS” E “LEXIAS COMPARÁVEIS”

Voltando ao que interessa neste relato de pesquisa, há, como vimos, dois tipos de relação de tradução a partir de *corpus*, a de paralelismo e a de comparabilidade, que defino a seguir:

O paralelismo é uma relação enunciativa de tradução autenticamente bilíngue entre dois contextos extraídos de *corpus* paralelo (original em uma língua e tradução em outra(s) língua(s)).

A comparabilidade é uma relação enunciativa de tradução bilíngue ou multilíngue entre pelo menos dois contextos autênticos extraídos de *corpus* comparável (original em uma língua e original em outra ou mais línguas).

Uma vez conceituadas essas duas relações, podem ser finalmente definidos, de modo bastante simples, já que estão ligados ao paralelismo e à comparabilidade, dois tipos de lexias, as paralelas e as comparáveis.

As lexias paralelas são unidades do léxico em relação de paralelismo.

As lexias comparáveis são unidades do léxico em relação de comparabilidade.

No contexto da lexicografia bilíngue diferencial que defendo, as lexias paralelas e comparáveis são incontornáveis, como se vê nos exemplos a seguir.

Figura 1. Verbetes de glossário bilíngue português-francês de marcadores culturais a partir de *corpus* paralelo, ainda não publicado⁹, com lexias paralelas

	AIPIM [aipĩ] (pl. <i>aipins</i>)
1.	s.m. / d.e.
	Arbusto do gênero <i>Manihot</i> cujos tubérculos, ricos em amido, são muito usados na alimentação: sua raiz é consumida frita, assada, cozida ou, ainda, em bolos e doces.
	(Sin.: mandioca ; reg. N e NE: macaxeira)
	V. mandioca ; macaxeira
	Arbuste du genre <i>Manihot</i> dont les tubercules, riches en amidon, sont très utilisés dans l'alimentation : sa racine est consommée frite, rôtie, bouillie ou encore en gâteaux et sucreries.
	(Syn.: mandioca; rég. du Nord et Nord-Est Brésilien : macaxeira)
	V. mandioca; macaxeira
	Manioc. [manjok]
	- Seu Joventino, não sei se vosmicê conhece, um moço que tem roça de milho e mandioca distante daqui umas três léguas para o lado do rio. Homem trabalhador. Rosalvo se lembra: nos dias de feira, aos sábados, Joventino, após vender seu carregado de milho, de aipim e inhame, os sacos de farinha, vinha puxar conversa, contar histórias, comentar acontecidos, não saía de junto deles. (TER)

⁹ Autoria de Carolina Fernandes Madruga e Adriana Zavaglia (cf. Zavaglia; Madruga, 2012).

- Seu Joventino, je ne sais pas si vous le connaissez, un garçon qui a une terre de maïs et de manioc à trois lieues d'ici, du côté du fleuve. Un homme travailleur. Rosalvo se souvient : les jours de marché, le samedi, Joventino après avoir vendu sa cargaison de maïs, de *manioc* et d'igname, ses sacs de farine, venait tailler une bavette, raconter des histoires, commenter les événements, il ne les quittait plus. (TB)

Moussache. [musaʃə]

Foi lá e topou com a cotia farinhando *mandioca* num tipiti de jacitara.

- Minha vó, dá *aipim* pra mim comer?
- Sim, cotia fêz. Deu *aipim* pro menino, perguntando:
- Quê que você está fazendo na caatinga, meu neto?
- Passeando. (MAC)

Il alla voir et tomba sur un agouti qui sassait de la farine de manioc dans un tipiti en fibre de palmier jacitara.

- Grand-père, tu me donnes de ta *moussache* à manger?
- Si tu veux, répondit l'agouti.

Il donna de la *moussache* au petit et lui demanda:

- Qu'est-ce que tu fais dans la brousse, fiston?
- Je me promène. (MC)

→ Rico em amido e, por isso, amplamente utilizado na alimentação, o aipim se distingue da mandioca pela ausência do princípio tóxico da mandioca brava e do sabor amargo, pelo fato de amolecer durante o cozimento e pela fácil separação das cascas das raízes. É um dos principais alimentos dos índios do interior do Brasil e dos povos da Amazônia. É conhecido também como mandioca doce, mandioca mansa e macaxeira.

Riche en amidon et donc largement utilisé dans l'alimentation, l'aipim se distingue du manioc par l'absence du principe toxique et du goût amer du manioc sauvage, par le fait de s'amollir pendant la cuisson et de permettre une séparation facile entre la peau et la racine. Il est l'un des principaux aliments des indigènes brésiliens et des peuples d'Amazonie. Il est connu aussi comme mandioca doce [manioc doux], mandioca mansa [manioc non sauvage] et macaxeira.



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3

Fig. 1: Fonte / Source:

[http://www.moc.org.br/noticias/
imagens/30-08-2006_21:02:10_30-08-2006_09%2000%2018_
not_20060830_aipim.jpg](http://www.moc.org.br/noticias/imagens/30-08-2006_21:02:10_30-08-2006_09%2000%2018_not_20060830_aipim.jpg)

Tubérculos de aipim/macaxeira/mandioca cortados.

Tubercules de manioc coupés.

Fig. 2: Fonte / Source:

[http://www2.petrobras.com.br/meio_ambiente/portugues/posters/
posters/verduras/images/img_aipim_gde.jpg](http://www2.petrobras.com.br/meio_ambiente/portugues/posters/posters/verduras/images/img_aipim_gde.jpg)

Raiz de mandioca.

Racine de manioc.

Fig. 3: Fonte / Source: [http://panelinha.ig.com.br/site_novo/_upload/
receitas/783_M.JPG](http://panelinha.ig.com.br/site_novo/_upload/receitas/783_M.JPG)

Mandioca frita, pronta para o consumo.

Manioc frit, prêt pour la consommation.

Fonte: Elaborado pela autora.

No verbete de “aipim”, após a entrada, aparece a transcrição fonética das lexias (entrada e traduções), o plural (“aipins”), a classificação gramatical (s.m., substantivo masculino), a classificação por domínios culturais (d.e., domínio ecológico, Nida, 1945), a definição em português e francês, com sinônimos e remissivas, informações enciclopédicas introduzidas por uma flecha, traduções em francês com contextos paralelos e imagens. A partir dele, é possível verificar as lexias paralelas “aipim”/ *manioc* e “aipim”/ *moussache*.

Figura 2. Verbetes de glossário bilíngue português-francês de energia fotovoltaica a partir de *corpus* comparável (Bastianello; Zavaglia, 2023), com lexias comparáveis

instalação fotovoltaica. s.f.

Conjunto de elementos de um sistema fotovoltaico implementado em local específico conforme normas e necessidades.

- As **instalações fotovoltaicas** podem ser conectadas à rede ou autônomas, sendo que, estas últimas, em geral, usam baterias para armazenar energia.
- Muitos dos componentes das **instalações fotovoltaicas**, como módulos e inversores, se degradam ao longo do tempo.
- As baterias mais comumente empregadas nas **instalações fotovoltaicas** são as de eletrólito líquido.

installation photovoltaïque (s.f.), **installation solaire** (s.f.),
installation PV (s.f.)

Fonte: Bastianello; Zavaglia, 2023.

No verbete de “instalação fotovoltaica”, após a entrada, aparece a classificação gramatical (s.f., substantivo feminino), a definição em português, os contextos em português e as traduções em francês, com a categoria gramatical, as quais são sinônimas e também remissivas (no documento eletrônico, clicando-se na tradução, o consulente é direcionado diretamente ao verbete na direção contrária, o

qual apresenta a mesma estrutura). A partir desse verbete, é possível verificar as lexias comparáveis “instalação fotovoltaica”/ *installation photovoltaïque*, “instalação fotovoltaica”/ *installation solaire*, “instalação fotovoltaica”/ *installation PV*.

Em ambos os verbetes, mostrados nas Figuras 1 e 2, há uma série de análises linguísticas e tradutórias prévias do léxico extraído de *corpora* para que a microestrutura seja montada. No caso dos marcadores culturais, uma investigação minuciosa sobre as lexias paralelas passa pela verificação de seu registro em obras lexicográficas de referência, pela comparação de definições, pela validação da relação de equivalência e pela referência aos domínios culturais. Em relação aos termos da energia fotovoltaica, um estudo detalhado sobre as lexias comparáveis é realizado notadamente a partir dos contextos para legitimar a relação de equivalência pela Teoria Comunicativa da Terminologia (Cabré, 1999) e pelos ganchos terminológicos de Dubuc (1985). Para os marcadores gramaticais, como se vê neste trabalho, é necessário efetuar uma análise linguística em apenas uma língua com *corpus* monolíngue, aqui apresentada de forma inicial sobre marcadores da condição, porém feita a partir da linguística de *corpus* e da teoria culioliana, para que sejam extraídas informações quantitativas e distribucionais, de colocados e agrupamentos, de pontuação e de posicionamento, passando pelo exame de sua descrição semântica em gramáticas e dicionários, e para que sejam exploradas informações qualitativas a fim de formular definições e começar o trabalho com *corpus* bilíngue ou multilíngue em busca das lexias paralelas ou comparáveis tão almejadas para os marcadores gramaticais.

REFERÊNCIAS

- ANTHONY, L. **AntConc** (Version 4.3.1) [software]. Tokyo: Waseda University, 2024. Disponível em: <https://www.laurenceanthony.net/software>.
- BACK, E.; MATTOS, G. **Gramática construtural da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 1972.
- BASTIANELLO, R. T.; ZAVAGLIA, A. **Dicionário de energia solar fotovoltaica** [livro eletrônico]. São Paulo: Mercado de Letras, 2023.
- BORBA, F. S. (Org.). **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.
- BORBA, F. S. (Org.). **Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- CABRÉ, M. T. **La terminología**: representacion y comunicacion. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.
- CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: opérations et représentations. 2. éd. rev. Paris: Ophrys, 2000. v. 1.
- CUNHA, C. **Gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares S.A., 1972.
- DUBUC, R. **Manuel pratique de terminologie**. 2. éd. Québec: Linguattech, 1985.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio século XXI**: dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FIGUEIREDO, C. **Gramática sintética da língua portuguesa**. 6. ed. atualizada e aprovada. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1949.
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KURY, A. G. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. São Paulo: Lisa – Livros Irradiantes, 1973.
- LUFT, C. P. **Gramática resumida**. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1976.
- MACAMBIRA, J. R. **A estrutura morfo-sintática do português**: aplicação do estruturalismo linguístico. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1978.

MELO, G. C. **Novo manual de análise sintática**. 3. ed. rev. e melhorada. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

MELO, J. N. **Estudos práticos de gramática normativa da língua portuguesa**. 2. ed. rev., aum. e atual. Rio de Janeiro: Bruno Buccini Editor, 1968.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

NIDA, E. Linguistics and ethnology in translation problems. **Word**, [s.l.], v. 1, n. 2, p. 194–208, 1945.

ZAVAGLIA, A. A relação entre original e tradução no contexto da lexicografia bilíngue dirigida por *corpus*: o conceito de paralelismo. In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – GEL, 52., 2004, Campinas. **Caderno de Resumos do GEL**. Campinas: UNICAMP – GEL, 2004a. p. 256–256.

ZAVAGLIA, A. Por uma lexicografia bilíngue diferencial. In: DURÃO, A. B. A. B. (Org.). **Linguística contrastiva**: teoria e prática. Londrina: Moria, 2004b. p. 169–177.

ZAVAGLIA, A. Linguística de córpus e lexicografia bilíngue: o caso experimental de como e suas traduções para o francês. **Crop**, São Paulo, n. 10, p. 211–224, 2004c.

ZAVAGLIA, A. Modalidades de tradução e operações enunciativas: o caso do marcador léxico-gramatical UM e suas traduções para o francês. **Intercâmbio** (PUC-SP), São Paulo, v. 14, p. 1–10, 2005.

ZAVAGLIA, A. Lexicografia bilíngue e corpora paralelos: procedimentos e critérios experimentais. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 18, p. 19–39, 2006.

ZAVAGLIA, A. Por uma descrição esquemática do léxico: o caso de “mediante”. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. (Orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Editora UFMS, 2012. v. 6, p. 73–84.

ZAVAGLIA, A. **Pequena introdução à Teoria das Operações Enunciativas**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, [2010] 2016.

ZAVAGLIA, A.; CELLI, M. A relação entre frequência e marca de uso no léxico: o caso das palavras gramaticais. *In*: ISQUERDO, A. N.; DAL CORNO, G. O. M. (Orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Editora UFMS, 2018. v. 8, p. 59–72.

ZAVAGLIA, A.; GALAFACCI, G. *Corpus*, parallélisme et lexicographie bilingue. *In*: EURALEX INTERNATIONAL CONGRESS, 16., 2014, Bolzano. **Proceedings of the XVI EURALEX International Congress**: The User in Focus. Bolzano: EURAC, 2014. p. 587–598.

ZAVAGLIA, A.; MADRUGA, C. Les relations culturelles dans l'élaboration de glossaires bilingues. *In*: LIGAS, P.-L.; FRASSI, P. (Orgs.). **Lexiques, identités, cultures**. Verona: QuiEdit, 2012. v. 1, p. 319–337.

REFLEXOS DA ARQUITETURA URBANA DE RIO BRANCO NA TOPONÍMIA EM LIBRAS: DADOS DO INVENTÁRIO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Alexandre Melo de Sousa

INTRODUÇÃO

Atribuição de nomes (sinais) próprios para pessoas, lugares, animais, divindades é um processo natural nas comunidades surdas e desempenha um papel fundamental nas relações entre os falantes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) – uma vez que nomes carregam funções referenciais e descritivas necessárias para a clareza e objetividade nas interações sociais entre/com sujeitos surdos (Sousa, 2023).

Estudos como os de Sousa (2022, 2023) mostram que a significação do nome próprio em Libras (ou em outras línguas de sinais) está diretamente relacionada a visar o referente – a partir da percepção ilustrativa e afigurativa – que se constrói no ato de atribuir o sinal. E esse signo, por sua vez, será utilizado como um elemento identificatório do sujeito, do espaço geográfico, ou do animal de estimação.

Fedatto (2013, p. 111) afirma que:

[...] o nome está no lugar do objeto, não como uma representação, mas como uma fundação. Diremos que nomear é dar existência simbólica às coisas, porquanto, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que parece difícil afirmar que o mundo é criado no momento de sua nomeação, é o nome que o faz existir para o mundo da linguagem. E existência concreta, fora da linguagem ou do pensamento, embora incontornável, é insuficiente para o sujeito de linguagem. Antes da palavra, as coisas existem, mas nos são inacessíveis, pois o nome desenha fronteiras e organiza o mundo, criando distinções e inexistências.

Neste estudo, destacamos as relações entre os topônimos em Libras e as estruturas arquitetônicas de espaços urbanos de Rio Branco, capital do Acre, como marcas identificadoras icônicas desses espaços e motivadoras dos sinais próprios no seio da comunidade surda local. Os dados serão selecionados do *Inventário de Libras de Rio Branco, Acre* – projeto coordenado pelo autor deste capítulo e sobre o qual discorreremos ao longo do texto.

Projetos arquitetônicos, segundo Andrade *et al.* (2020, p. 87), constituem-se como:

[...] um processo complexo, pois implica em considerar de forma concomitante uma série de requisitos, como necessidades físicas e psicológicas dos usuários, suas formas de expressão cultural e histórica, a intervenção no ambiente natural, a mediação das relações sociais pelo estabelecimento das relações entre espaços públicos e privados, as características dos materiais de construção e dos sistemas construtivos, bem como uma composição formal que possibilite estabelecer um sistema estrutural com comportamentos específicos.

Sem a pretensão de aprofundarmos discussões mais detalhadas a respeito do planejamento e execução de um trabalho arquitetônico, neste estudo serão considerados elementos da estrutura principal da construção – paredes, fachadas, tetos – e outros elementos da paisagem – de cinco espaços urbanos de Rio Branco: o Palácio do Governo, o Terminal Urbano, o Calçadão da Gameleira, o Parque Chico Mendes e a Praça da Revolução.

1. ONOMÁSTICA, TOPONÍMIA EM LIBRAS E ICONICIDADE

A Onomástica é a área da Linguística que estuda os nomes próprios em geral: nomes de pessoas, nomes de lugares, nomes de animais, nomes de operações policiais, nomes de fenômenos da natureza, entre outros. Trata-se de uma área interdisciplinar, como destacam Sousa e Dargel (2020, p. 12):

[...] a Onomástica, área do saber inserida na Linguística, dependendo do viés do estudo realizado, recebe subsídios de outros ramos. Essa convergência de áreas faz com que a ciência dedicada à análise dos nomes próprios seja fundamentalmente interdisciplinar, apesar de ser, em princípio, parte da Linguística porque se parte da análise do nome, elemento da língua (ou item onomástico) para os outros condicionantes que o envolvem além dos aspectos relacionados à linguagem.

Sousa (2022) destaca que a análise do léxico onomástico em línguas de sinais deve levar em consideração: as especificidades da modalidade da língua (visual-espacial em que o léxico é produzido por articuladores principalmente manuais, no espaço, geralmente, à

frente do corpo), a cultura surda (o modo como o surdo percebe e interage com o mundo), as experiências surdas (as construções por meio das interações entre os pares, as histórias de vida e de construções de identidades surdas), o contato entre a língua de sinais e as línguas orais na modalidade escrita e o bilinguismo (que influencia, em alguma medida, a criação de sinais).

As pesquisas com foco na Onomástica em Língua Brasileira de Sinais (Libras) têm crescido muito desde a publicação da primeira investigação toponímica de Souza Jr. (2012), que estudou os sinais que nomeiam 265 cidades brasileiras com foco nas motivações semânticas e nos processos de empréstimos linguísticos.

Sousa e Barreiros (2020) e Sousa (2022) fizeram um apanhado dos estudos toponímicos em Libras desenvolvidos no Brasil. Entretanto, há pesquisas com foco em outras subáreas da onomástica que não foram destacadas pelos autores: quanto à *Antroponímia* – estudo dos nomes próprios de pessoas – Rech (2022) analisou características socioantroponomásticas dos sinais de nome em Libras com base na Linguística Cognitiva; quanto à *Teonímia* – estudo dos nomes próprios das divindades – Moreira (2023) analisou os sinais em Libras dos Orixás do Candomblé quanto à construção semântica dos itens lexicais; em relação à *Zoonímia* – estudo dos nomes próprios de animais – Sousa (2023a) descreveu os sinais atribuídos por surdos aos seus animais de estimação e propôs taxonomias para a classificação dos sinais zoonímicos em línguas de sinais.

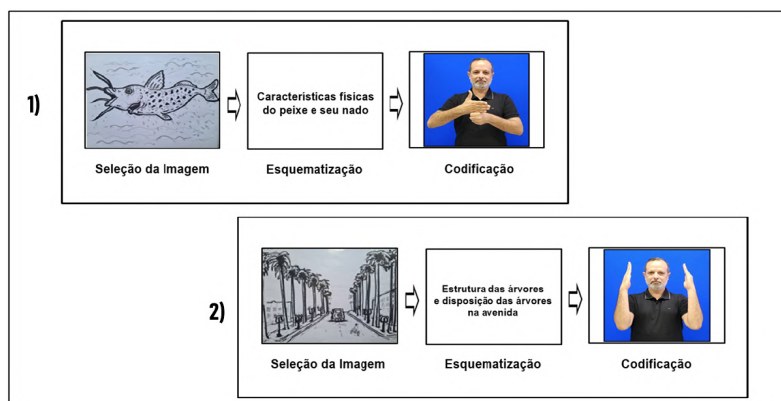
Em comum, esses trabalhos destacam, em alguma medida, a forte relação que se estabelece entre o sinal (em sua forma) e seu referente, refletindo a iconicidade do item onomástico. Quadros (2019, p. 111) diz que:

Os pesquisadores de línguas de sinais têm incluído em suas análises a questão da iconicidade, uma vez que a modalidade visual-espacial da língua favorece que os sinais de determinada língua de sinais, assim como suas combinações, registrem esse fator direcionando suas produções.

Taub (1997), por exemplo, desenvolveu uma pesquisa importante sobre a iconicidade em línguas de sinais, que tem sido utilizada como modelo para análises de processos icônicos em eventos concretos (representação de sinais) e em conceitos abstratos (metáforas e metonímias). No primeiro caso, a pesquisadora observa similaridades entre a forma fonética do sinal e a imagem mental associada a ele. No segundo caso, ela observa a relação entre imagem mental e conceito atribuído.

Sousa (2023b), utilizando os ensinamentos de Taub (1997), analisou a iconicidade em 6 sinais em Libras que nomeiam cidades acreanas. A figura, a seguir, mostra um dos exemplos da descrição realizada pelo autor:

Figura 1. Criação de sinais icônicos



Fonte: Sousa, 2023b, p. 87-88.

Taub (1997) propõe que os sinais icônicos passam por um processo analógico de criação constituído por três etapas: 1) **seleção da imagem prototípica** (uma imagem que represente o referente), 2) **esquematisação** (relação entre os traços mais específicos da imagem às possibilidades de representação nos articuladores corporais: mãos, braços etc.) e 3) **codificação** (a criação do sinal propriamente dita). No primeiro exemplo da Figura 1, temos o sinal BUJARI, que faz relação direta com um peixe característico da região. A imagem do peixe foi selecionada e, posteriormente, esquematizada na mão do sinalizante. No segundo exemplo da Figura 1, temos o sinal BRASILÉIA, que se relaciona com as árvores dispostas na entrada da cidade. A imagem das árvores foi esquematizada a partir dos dois braços do sinalizante e, em seguida, codificada.

Embora os exemplos apresentados mostrem a iconicidade dos sinais BUJARI e BRASILÉIA, essa relação não é transparente, pois para se reconhecer a associação entre a forma do sinal e seu referente, é necessário estabelecer uma relação cultural entre o sinal e seu sentido, como explicou Taub (1997). Em outras palavras, é necessário reconhecer que esses sinais estabelecem uma relação representativa com os lugares que nomeiam. Para os surdos acreanos essa relação é clara. No entanto, para surdos de outros lugares, a relação icônica pode ser opaca.

No caso específico da toponímia em Libras, destacamos as pesquisas de Paiva (2021), Albuquerque (2022), Carmo e Sousa (2022) e Marins (2023) que apresentaram dados importantes sobre as relações entre as nomeações de espaços urbanos (escolas, museus, postos de saúde) e as estruturas físicas de seus referentes. Merecem atenção, também, as pesquisas toponímicas em Libras que propuseram taxonomias para a classificação de topônimos quanto às motivações semântico-motivacionais. Souza Jr. (2012), por exemplo, sugeriu a

taxonomia *grafotopônimo* para os sinais motivados por empréstimos de letras da língua portuguesa; Marins (2023), por sua vez, sugeriu a taxonomia *mimetopônimo* para os sinais motivados pelas logomarcas referentes aos espaços nomeados.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E O INVENTÁRIO DE LIBRAS DE RIO BRANCO, ACRE

Para o estudo que propomos, partimos dos dados do *Inventário de Libras de Rio Branco, Acre*, que é uma replicação de um projeto matriz chamado *Inventário Nacional de Libras*, cuja sede está localizada na Universidade Federal de Santa Catarina e que tem por objetivo:

[...] a partir da constituição de um *corpus* representativo de cada região metropolitana selecionada, mapear e registrar os aspectos sociolinguísticos da Libras específicos de cada Comunidade Surda do Brasil. Para isso, os procedimentos metodológicos devem seguir um padrão em todos os locais onde o projeto será replicado (Sousa *et al.*, 2023, p. 108-109).

Atualmente, as replicações do Inventário encontram-se em Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), Maceió (AL), Palmas (TO), Porto Alegre (RS), Rio Branco (AC)¹ e Rio de Janeiro (RJ). Na figura a seguir, é possível visualizar a distribuição do projeto no território nacional.

¹ O Projeto Inventário de Libras de Rio Branco, Acre, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 35002620.9.0000.5010) e os participantes concordaram na exposição de suas imagens para fins de divulgação dos resultados da pesquisa. O projeto tem apoio do CNPq (#301948/2022-4).

Figura 2. Inventário de Libras



Fonte: Arquivo do Projeto Inventário de Libras.

Os dados são gerados a partir de entrevistas com pesquisadores surdos e participantes surdos. São formados três grupos de surdos distribuídos da seguinte forma: a) **Grupo 1** composto por seis surdos e seis surdas com idades entre 18 e 29 anos; b) **Grupo 2** composto por seis surdos e seis surdas com idades entre 30 e 49 anos; c) **Grupo 3** composto por seis surdos e seis surdas com idades a partir de 50 anos. Em Rio Branco, o terceiro grupo não conseguiu completar o número de participantes pois os convidados não cumpriam os critérios de participação, que são os seguintes: ser natural da capital do estado onde o projeto estiver em desenvolvimento ou nela residir há, pelo menos, 10 anos; ter adquirido a Libras em idade pré-escolar (até sete anos de idade) ou no mínimo por mais de sete anos (tempo de exposição à língua), ou com proficiência reconhecida na Comunidade Surda. Assim, após a triagem com os participantes, o projeto da capital acreana, no Grupo 3, somou cinco surdas e três surdos.

As gravações ocorreram em estúdio montado em Rio Branco dentro dos padrões orientados pelo projeto matriz: paredes de fundo

na cor azul Royal, piso em cor escura, iluminação em pontos estratégicos para evitar sombras nas filmagens, TVs para a exibição dos estímulos visuais, notebook e demais equipamentos tecnológicos (Quadros *et al.*, 2020).

No estúdio, foram distribuídas 4 câmeras de modo a captar com nitidez as sinalizações ao longo das atividades interativas entre os participantes surdos: uma câmera foi direcionada ao pesquisador surdo (entrevistador), uma câmera foi direcionada ao participante surdo (entrevistado), uma câmera captou os dois participantes de frente (entrevistador e entrevistado) e uma captou os dois participantes do alto. Essas posições contribuíram para uma visualização minuciosa dos articuladores manuais e não manuais em contextos conversacionais (Quadros *et al.*, 2020).

A Figura 3, a seguir, mostra os ângulos de captação de imagens para o *Inventário de Libras de Rio Branco*, seguindo os protocolos do projeto matriz.

Figura 3. Captação de entrevistas Inventário de Libras de Rio Branco, Acre



Fonte: Arquivo do Projeto Inventário de Libras de Rio Branco (2024).

Os dados do projeto foram gerados a partir de 5 atividades (Quadros *et al.*, 2020), conduzidas pelo pesquisador surdo, acompanhadas pelo coordenador do projeto e pela equipe de técnicos de filmagem e edição. Os instrumentos de estímulos (vídeos, slides, etc.) são fornecidos pelo projeto matriz. A seguir, descrevemos cada uma das atividades.

Quadro 1. Atividades para geração de dados do *Inventário de Libras do Acre*

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
ATIVIDADE INICIAL	O pesquisador interage com o participante sobre questões pessoais, tais como a história do seu sinal, a sua história de aquisição da Libras, a sua participação na vida da comunidade surda local, a sua relação com a língua portuguesa e a Libras em termos de usos e atitudes, os acontecimentos de maior impacto em sua vida particular, suas aspirações pessoais e profissionais.
NARRATIVA 1	O pesquisador exibe um filme curto (aproximadamente 5 minutos) e o participante reconta a narrativa para o pesquisador.
NARRATIVA 2	O pesquisador exibe o segundo filme (aproximadamente 3 minutos), em quadrinhos, e o participante reconta a narrativa.
CONVERSAÇÃO LIVRE	A dupla (pesquisador e participante) conversa de forma livre ou sobre um tema do cotidiano a ser oferecido pelo pesquisador como estratégia de estímulo. São propostos os temas relacionados com a realidade local: espaços de lazer em Rio Branco para surdos, acessibilidade, pandemia/covid 19, enchentes e queimadas no Acre, educação bilíngue.
ELICITAÇÃO GRAMATICAL E LEXICAL	O pesquisador apresenta estímulos visuais (slides com imagens ou textos escritos) criados especificamente para a elicitación de construções gramaticais e itens lexicais da Libras, que foram adaptados do projeto de <i>corpus</i> da língua de sinais alemã. A cada estímulo apresentado, o participante informa o sinal correspondente.

Fonte: Adaptado de Quadros *et al.*, 2020.

Selecionamos os dados gerados na atividade quatro – conversação livre – especificamente quando o pesquisador e o participante interagiram sobre os lugares onde os surdos se encontravam na capital acreana e como esses espaços eram importantes para o contato entre membros da comunidade surda e o fortalecimento da Libras. O estímulo para esse diálogo foi o slide a seguir:

Figura 4. Estímulo para a interação sobre lazer em Rio Branco

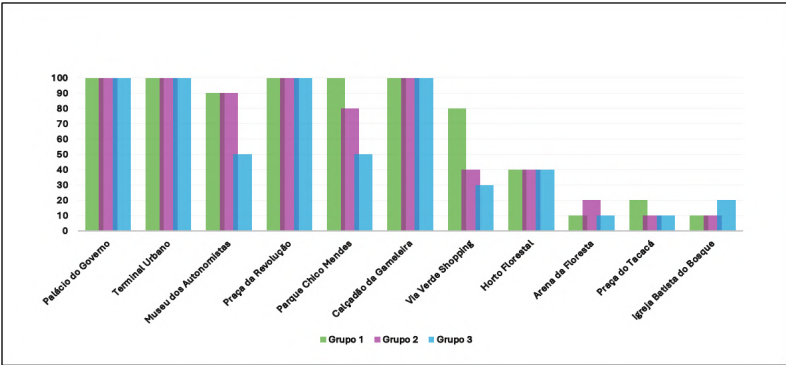


Fonte: Arquivo do projeto (2024).

Foram selecionados 32 trechos de entrevistas – um trecho de cada participante – e foram destacados os sinais toponímicos que foram apresentados pelos surdos ao longo das interações. Os sinais apresentados foram: Palácio do Governo, Museu dos Autonomistas, Praça da Revolução, Calçada da Gameleira, Parque Chico Mendes, Horto Florestal, Arena da Floresta, Praça do Tacacá, Terminal Urbano, Via Verde Shopping e Igreja (Batista do Bosque).

Com base no número de ocorrências, temos os seguintes percentuais, considerando cada grupo etário que participou do projeto: Grupo 1 (de 18 a 29 anos), Grupo 2 (de 30 a 49 anos) e Grupo 3 (a partir de 50 anos).

Figura 5. Espaços de lazer mais citados pelos participantes



Fonte: Dados da pesquisa.

Como base nesse quadro percentual, destacamos os seis topônimos em Libras que apresentaram mais ocorrências entre os participantes surdos – PALÁCIO DO GOVERNO, TERMINAL URBANO, PRAÇA DA REVOLUÇÃO, PARQUE CHICO MENDES e CALÇADÃO DA GAMELEIRA – para verificar a relação icônica entre o sinal e a estrutura arquitetônica do espaço nomeado. Aqui, não serão consideradas as possíveis variações de sinais observadas nas suas constituições fonético-fonológicas. E nos casos de sinais que apresentaram variações lexicais (que foi o caso de PARQUE CHICO MENDES e CALÇADÃO DA GAMELEIRA), consideramos a forma mais recorrente.

Em cada sinal, observamos as relações entre a codificação do sinal e os elementos arquitetônicos que compõem o espaço nomeado.

As imagens utilizadas para ilustrar os exemplos fazem parte do acervo do projeto. As citações dos participantes surdos serão referenciadas da seguinte forma: *Part-32_M_G3* (nº do Participante_Sexo_Grupo Etário).

3. A TOPONÍMIA EM LIBRAS E A ARQUITETURA

As cidades são formadas, basicamente, por espaços públicos e privados, que possuem funções e características distintas. Santos (1997) explica que o espaço deve ser analisado a partir das seguintes categorias em suas relações dialéticas: estrutura, processo, função e forma.

Nos espaços privados, segundo Schelee *et al.* (2009), o domínio e o controle são claramente estabelecidos por limites definidos e o acesso não é livre a qualquer indivíduo. Os espaços públicos compreendem “os lugares urbanos que, em conjunto com infraestruturas e equipamentos coletivos, dão suporte à vida em comum: ruas, avenidas, praças, parques” (Castro, 2013, p. 16).

De acordo com Schelee *et al.* (2009, p. 243), os espaços livres urbanos:

[...] constituem um sistema complexo, inter-relacionado com outros sistemas urbanos que podem se justapor ao sistema de espaços livres (sistema de objetos edificados e seu correspondente sistema de ações) ou se sobrepor, total ou parcialmente, enquanto sistemas de ações. Entre seus múltiplos papéis, por vezes sobrepostos, estão a circulação e a drenagem urbanas, atividades de lazer, conforto, preservação, conservação, requalificação ambiental e convívio social. O sistema de espaços livres de cada recorte espacial, tanto urbano como rural, pode apresentar um maior ou menor grau de pla-

nejamento e projeto, um maior ou menor interesse da gestão pública em um ou em outro subsistema a ele relacionado.

Com relação aos espaços de lazer para surdos na capital do Acre, no *Inventário de Libras de Rio Branco*, uma participante surda do Grupo 2, em determinado momento da interação, afirma que:

Os espaços de lazer não são pensados para os surdos. Não há acessibilidade. Não há intérpretes. Se os surdos querem visitar um museu eles vão ficar só olhando a exposição, mas não terá acesso às informações como os ouvintes. Então os surdos preferem se encontrar no Terminal urbano. Lá é onde tem mais surdos. Os que saem dos trabalhos, das universidades e das escolas se encontram lá e podem conversar em Libras. Ou em locais abertos como a Praça da Revolução, o Calçadão da Gameleira, o Parque Chico Mendes. Quando queremos ir ao Palácio do Governo ou ao Museu dos Autonomistas, precisamos ir acompanhados de amigos intérpretes. Mas não está certo! Precisa ter acessibilidade em todos os espaços (Part-14_M_G2).

Outro participante surdo, do Grupo 1, explica como se dá a questão da atribuição de sinais para os espaços da cidade pela comunidade surda local:

Se um lugar não é frequentado pelos surdos, não faz parte da vida social dos surdos, dificilmente terá um sinal em Libras. O sinal em Libras é uma marca cultural que tem muito significado para nós surdos. Algumas escolas não têm sinal porque nenhum surdo estuda ou estudou lá. Alguns bairros que não têm sinal é porque não há surdos morando lá. Isso acontece também com as ruas, com alguns espaços de lazer que não possuem acessibilidade para nós

surdos. Mas se o lugar faz parte da nossa vida, criamos um sinal para identificar quando conversamos. Um surdo cria e os outros aprovam e começam a divulgar entre os outros e usar. Precisa ser uma marca visual e de fácil articulação (Part-01_H_G1).

Separamos os sinais em Libras em dois blocos: aqueles cujas referências fazem parte da construção estrutural do espaço (fachadas, tetos, etc.) e aqueles cujos sinais fazem relação com elementos integrantes do espaço (monumentos, pontes, etc.). Inicialmente, descrevemos a produção do sinal; em seguida, destacamos a relação do sinal com a estrutura arquitetônica do espaço nomeado.

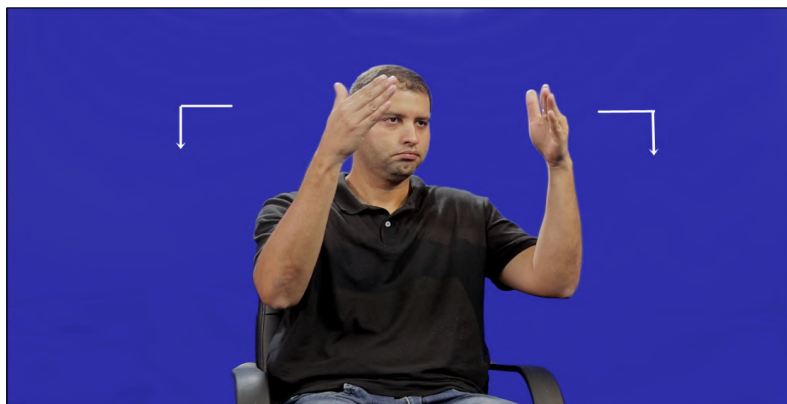
3.1. Palácio do Governo

Todos os participantes do Inventário citaram o Palácio do Governo como um dos espaços de lazer de Rio Branco visitados pelos surdos (embora alguns participantes tenham destacado a falta de acessibilidade para os surdos). O espaço, que está localizado no centro de Rio Branco, é um ponto turístico onde são expostas obras de arte e elementos da história dos seringueiros acreanos. Quanto à presença de surdos no espaço, uma participante do Grupo 2 afirma:

É um lugar muito bonito. Lá tem muitas imagens sobre o passado do Acre. Numa das vezes que fui tinha uma pessoa que sabia um pouco de Libras. Depois eu fui novamente e não tinha. É difícil porque eu queria saber um pouco mais de informações, mas tive que me contentar em ver as imagens e os objetos dos seringueiros (Part-17_M_G2).

A seguir, podemos visualizar a produção do sinal em Libras realizada por um dos participantes do projeto.

Figura 6. Sinal PALÁCIO DO GOVERNO



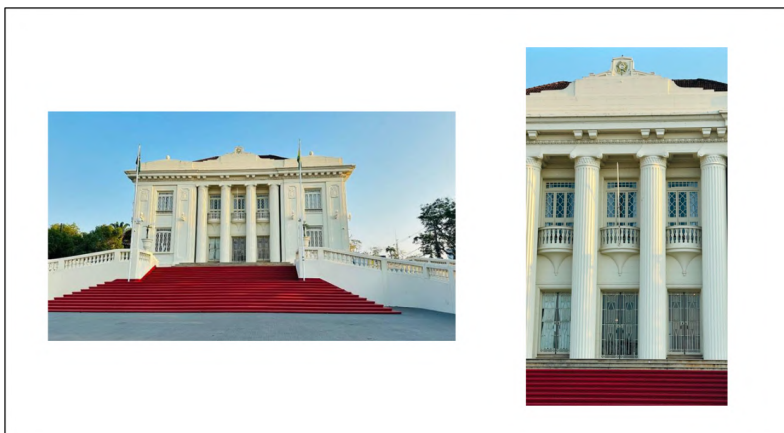
Fonte: Dados do Inventário de Libras de Rio Branco (2024).

O participante-pesquisador realizou o sinal PALÁCIO DO GOVERNO com duas mãos ativas espelhadas: inicialmente a mão se apresenta com a configuração em nº 55² (referente à letra “P” do alfabeto manual) e as palmas das mãos estão posicionadas uma de frente para a outra. O movimento inicia em espaço neutro em frente ao rosto e vai se distanciando, simultaneamente, até à altura dos ombros.

No segundo momento, as duas mãos ativas passam à configuração nº 02 e executam, de forma espelhada, um movimento retilíneo para baixo. Durante a execução do sinal, não foram observadas expressões faciais. O referente do sinal pode ser visto na imagem a seguir, que mostra o palácio numa visão mais aberta e, ao lado, com destaque para a fachada principal.

² O quadro de Configurações de Mão está disponibilizado na seção de anexo.

Figura 7. Palácio do Governo



Fonte: Arquivo da pesquisa.

As duas etapas de execução do sinal PALÁCIO DO GOVERNO fazem referência a dois elementos da arquitetura do espaço. A primeira parte (quando as mãos estão em configuração nº 55) relaciona-se à fachada superior do palácio (ver foto em destaque da figura 7). A segunda parte (quando as mãos estão em configuração nº 02 e fazem movimento retilíneo de descida) faz referência às colunas que compõem a entrada do espaço nomeado.

3.2. Terminal Urbano

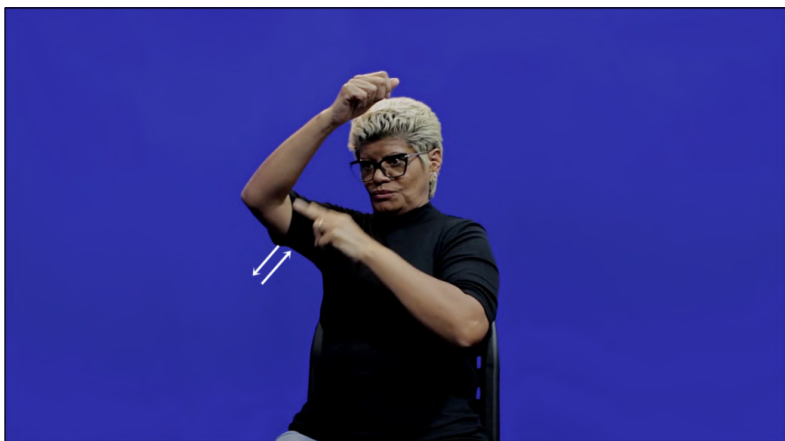
O Terminal Urbano é o principal espaço de integração de transportes coletivos da capital do Acre e está localizado no centro de Rio Branco. Embora não seja um ponto turístico ou de lazer, o espaço tem sido utilizado como local de encontros e interações entre os surdos da cidade, como mostra a fala da participante do Grupo 3:

Hoje bem menos, mas o Terminal foi o lugar onde os surdos escolheram para se conhecerem e con-

versarem em sua língua de sinais. Os surdos mais velhos vinham do trabalho e os mais novos vinham das escolas. O terminal ficava cheio de surdos sinalizando e os ouvintes ficavam olhando, curiosos. Lá muitos surdos começaram a namorar e até se casaram (Part-29_M_G3).

O sinal referente ao Terminal Urbano pode ser visto a seguir:

Figura 8. Sinal TERMINAL URBANO



Fonte: Dados do Inventário de Libras de Rio Branco (2024).

A participante 29 produz o sinal TERMINAL URBANO com dois articuladores: um ativo e outro passivo. A mão passiva encontra-se em configuração nº 67 e o braço está estendido, em espaço neutro, em posição diagonal, parado. A palma da mão encontra-se posicionada para baixo (plano chão)

A mão ativa, por sua vez, encontra-se em configuração nº 54 e faz movimentos lineares de vai-e-vem percorrendo a parte inferior do braço passivo iniciando do punho em direção ao cotovelo (como observado na Figura 8). Durante a produção do sinal, a palma da mão

ativa da participante fica direcionada para a esquerda. A participante 29 não apresenta expressões faciais enquanto produz o sinal.

Na imagem a seguir, podemos visualizar o Terminal Urbano em dois ângulos diferentes: o primeiro destaca a frente do espaço; o segundo destaca o interior do terminal, no local onde os passageiros aguardam o transporte coletivo.

Figura 9. Terminal Urbano



Fonte: Arquivo da pesquisa.

A produção do sinal faz referência à parte arquitetônica interna do terminal, especificamente, remete às passarelas onde os passageiros aguardam a chegada dos ônibus. O braço estendido indica a cobertura (a estrutura do teto) do local e o movimento da mão ativa, em vai-e-vem, na configuração nº 54, representa o deslocamento de pessoas no terminal.

3.3. Calçadão da Gameleira

O Calçadão da Gameleira tem uma importância histórica para Rio Branco, pois foi lá que a cidade teve seu início populacional, às margens do Rio Acre. A capital é dividida em dois distritos, cuja divisão se dá pelo rio. No primeiro distrito, encontra-se o Calçadão e outras estruturas arquitetônicas que remetem a um Acre mais saudosista. No segundo distrito, estão o centro comercial, a Universidade Federal do Acre, os principais serviços públicos de saúde, educação e infraestrutura e o maior número de bairros da capital acreana.

Segundo a participante 3, integrante do Grupo 1:

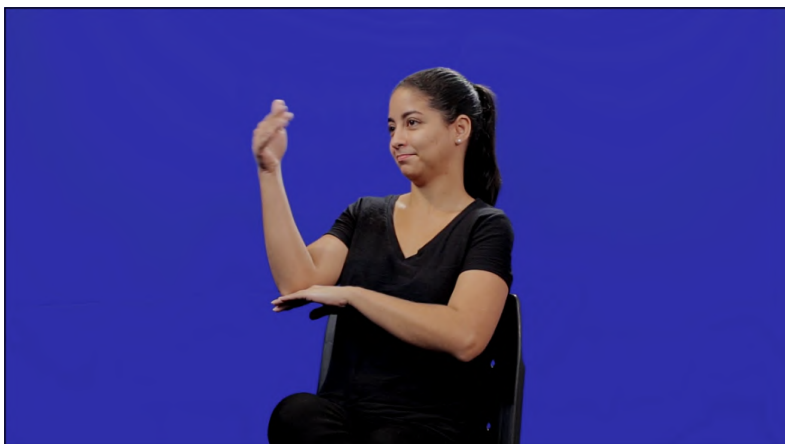
O Calçadão da Gameleira é um espaço aberto onde os surdos se encontram para passear, ver o rio Acre e frequentar as lanchonetes que existem lá. Também é um ótimo lugar para saborear o tacacá e o pastel. As famílias costumam se reunir lá e os surdos estão presentes sempre para encontrar os amigos. Eu conheço o local, mas atualmente vou pouco. Costumo ir mais ao shopping (Part-3_M_G1).

O participante 8 destaca outra peculiaridade do Calçadão da Gameleira:

No início do ano, sempre ocorrem as cheias do Rio Acre. O calçadão fica cheio de pessoas que vão olhar o rio e ver as águas com muitos troncos. É uma imagem bonita. Mas também é triste porque muitas famílias ficam desabrigadas. Muitos surdos combinam de ir lá para ver o rio cheio e também para tirar fotos (Part-8_H_G1).

A Figura 10 mostra a produção do sinal CALÇADÃO DA GAMELEIRA pela participante surda do *Inventário de Libras de Rio Branco, Acre*:

Figura 10. Sinal CALÇADÃO DA GAMELEIRA



Fonte: Dados do Inventário de Libras de Rio Branco (2024).

Diferente dos dois sinais toponímicos anteriores, o sinal CALÇADÃO DA GAMELEIRA é composto por dois formantes: o primeiro é formado por dois articuladores em configuração nº 02. A mão passiva, com a palma direcionada ao chão, serve de apoio para o braço ativo que se encontra na vertical, e a mão faz movimentos ondulares simbolizando a bandeira do Acre. O sinal é produzido no espaço neutro à frente do corpo da participante.

O segundo sinal utiliza o mesmo braço passivo. Agora, a mão ativa, em configuração nº 02 (com a palma da mão para o chão), toca o antebraço e faz movimentos ondulares em direção ao solo, remetendo aos degraus do barranco que leva às margens do rio. Não há expressões faciais observadas na execução do sinal.

A seguir, podemos visualizar a imagem do Calçadão da Gameleira. A primeira foto mostra a rua, seus comércios e o mastro da bandeira mais ao fundo; a segunda imagem destaca o mastro da bandeira e os degraus do barranco onde as pessoas ficam sentadas observando o movimento das águas do Rio Acre.

Figura 11. Calçadão da Gameleira



Fonte: Arquivo da pesquisa.

A arquitetura do Calçadão da Gameleira é refletida no sinal em Libras tanto pelo elemento histórico bandeira (com seu mastro), quanto pela construção das escadarias. O braço estendido – que serve de apoio para o sinal do mastro e para o sinal dos degraus – faz relação com o próprio calçadão. Desse modo, vemos que a paisagem arquitetônica é representada em três elementos: o calçadão, o mastro/bandeira e a escadaria.

3.4. Praça da Revolução

A Praça da Revolução está localizada no centro da cidade de Rio Branco e tem, em seu entorno, alguns prédios de importância para a capital acreana: a biblioteca pública, o Colégio Rio Branco (CERB), a sede da prefeitura municipal, o quartel da polícia militar e o museu dos Autonomistas. Por estar em um ponto central, a praça é rota para os transeuntes que visitam o comércio local e para os turistas que encontram na praça muitos quiosques para a venda de comidas típicas: tacacá, tapioca, açaí, entre outros.

A participante 5 explica que:

Praça da Revolução é um ponto de encontro de surdos de Rio Branco. Lá tem muitas lanchonetes e, no final do ano, muitas pessoas vão visitar porque tem uma decoração muito iluminada, com enfeites de Natal. Mas também muitos surdos saem do CERB e se encontram lá para conversar (Part-5_M_G1).

O participante 32, por sua vez, destaca outras especificidades do local:

O Centro de Apoio ao Surdo ficava localizado próximo à Praça da Revolução. Então acabou se tornando um ponto de encontro de surdos. Também fica próximo à prefeitura e os surdos sempre que precisam vão lá acompanhado dos intérpretes. Antigamente havia o Mira Shopping. Era um espaço pequeno, mas os surdos gostavam de ir lá (Part-32_H_G3).

A Figura 12, a seguir, apresenta a produção do sinal PRAÇA DA REVOLUÇÃO realizado pela participante 5 do Inventário de Libras de Rio Branco, Acre.

Figura 12. Sinal PRAÇA DA REVOLUÇÃO

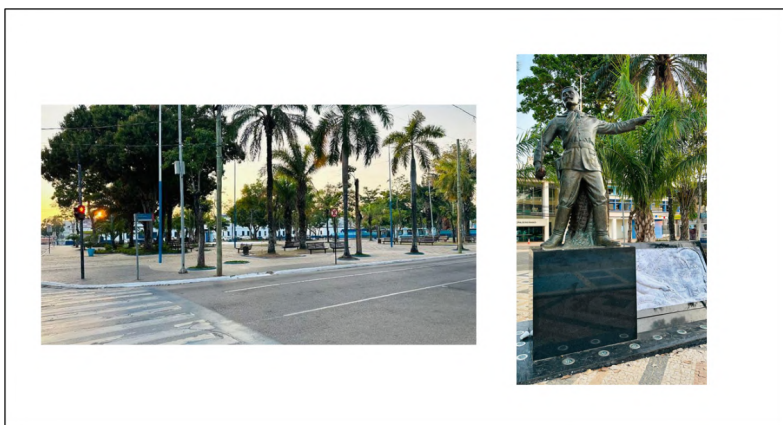


Fonte: Dados do Inventário de Libras de Rio Branco (2024).

A participante 5 realiza o sinal PRAÇA DA REVOLUÇÃO com as duas mãos em configuração nº 70. O sinal inicial com as duas mãos na lateral da cintura esquerda. Em seguida, apenas a mão direita se desloca (em movimento semicircular) em direção ao espaço neutro, na altura da cabeça da sinalizante. A posição final pode ser visualizada na Figura 12.

Na Figura 13, a seguir, é possível ver a Praça da Revolução em dois planos: um mais aberto, com as árvores, os bancos e os postes de iluminação; e outro plano com foco na estátua de Plácido de Castro – uma figura histórica de importância para o estado, pois foi líder da Revolução Acreana (que originou o nome da praça) e governou o Território do Acre, em 1906.

Figura 13. Praça da Revolução



Fonte: Arquivo da pesquisa.

A arquitetura da praça é refletida no sinal PRAÇA DA REVOLUÇÃO a partir do monumento (estátua) em homenagem a Plácido de Castro. Como foi possível observar, o sinal remete ao ato de levantar a espada – tal como é representado o líder da Revolução Acreana.

3.5. Parque Chico Mendes

O Parque Ambiental Chico Mendes leva o nome do líder dos seringueiros, sindicalista e político brasileiro que ficou conhecido pelas lutas em razão da preservação da Floresta Amazônica e das seringueiras nativas.

Fundado em 1996, o espaço é uma das principais atrações turísticas do Acre. Localizado no segundo distrito de Rio Branco, na Via Chico Mendes, o parque inclui diversas espécies da fauna e da flora local.

De acordo com o participante 21 Inventário:

Muita gente visita o Parque Chico Mendes aos domingos. Os surdos levam seus filhos para passear e ver os animais. Às vezes, passam o dia todo lá porque tem restaurantes e locais para comer as comidas que levam de casa. Tem brinquedos para as crianças (Part-21_H_G2).

Outro participante diz:

Meus pais me levavam quando eu era criança. Eu gostava do contato com a natureza e de tomar sorvete. Parece que hoje os surdos vão pouco lá. Não sei. Agora eu gosto de ir ao Parque Chico Mendes fazer as trilhas. Outro dia eu fui ver a exposição de arte do artesanato local e tinha peças de teatro com a participação de intérpretes (Part-12_H_G1).

A seguir, vemos, na Figura 14, a produção do sinal PARQUE CHICO MENDES pelo participante 12 do projeto.

Figura 14. Sinal PARQUE CHICO MENDES



Fonte: Dados do Inventário de Libras de Rio Branco (2024).

O participante 12 produz o sinal PARQUE CHICO MENDES de forma composta: o primeiro sinal é realizado com a mão direita em configuração nº 11, na parte lateral da cabeça, com deslocamento iniciando na altura da orelha e finalizando na nuca.

O segundo sinal é produzido em espaço neutro com as duas mãos espelhadas, em configuração nº 54, com movimento entrecruzando os dedos, como mostrado na Figura 14. Durante a produção do sinal não houve expressões faciais. A Figura 15 mostra o Parque Chico Mendes, destacando a entrada do espaço ambiental.

Figura 15. Parque Chico Mendes



Fonte: Arquivo da pesquisa.

A primeira parte do sinal faz referência ao ambientalista Chico Mendes – trata-se do sinal-nome do seringueiro. A segunda parte do sinal tem relação com a arquitetura do parque: os dedos entrecruzados remetem à estrutura da madeira localizada na entrada do espaço turístico (como pode ser visualizado na foto em destaque – Figura 15).

Com base na proposta de Taub (1997), mostramos no Quadro 2, os elementos que compõem os sinais selecionados neste estudo e seus reflexos nos elementos arquitetônicos nos espaços nomeados em Libras.

Quadro 2. Formação dos sinais toponímicos

SELEÇÃO DA IMAGEM	ESQUEMATIZAÇÃO (ARTICULADORES)	CODIFICAÇÃO (SINAL EM LS)	ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS
Palácio do Governo	Mãos (direita e esquerda)	Ver figura 6	Fachada superior e colunas
Terminal Urbano	Braço (esquerdo) e mão (direita)	Ver figura 8	Teto das passarelas

SELEÇÃO DA IMAGEM	ESQUEMATIZAÇÃO (ARTICULADORES)	CODIFICAÇÃO (SINAL EM LS)	ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS
Calçada da Gameleira	Braços (esquerdo e direito) e mão (direita)	Ver figura 10	Bandeira e mastro, calçada e degraus
Praça da Revolução	Mãos (esquerda e direita)	Ver figura 12	Monumento (estátua)
Parque Chico Mendes	Cabeça e mãos (direita e esquerda)	Ver figura 14	Estrutura da entrada

Fonte: Elaborado pelo autor.

Carlos (1994) define paisagem como aquilo que, no território, é visível. A noção de paisagem é ampliada por Schelee *et al.* (2009, p. 232) nos seguintes termos: “a apreensão de uma porção do espaço em três dimensões, produto da interface entre natureza e cultura, e, consequentemente, abrange múltiplos aspectos e sentidos, além do visual”. Em outras palavras:

[...] não há paisagem sem transformação e não há natureza sem a ação humana. A paisagem é, portanto, um produto profundamente impregnado de cultura, que resulta de processos de alteração contínuos, ditados por fatos biofísicos, sociais e econômicos, portanto também políticos, rebatidos nas formas de ocupação e gestão do território (Schelee *et al.*, 2009, p. 232).

Convém recuperar a fala do participante 1, do primeiro grupo etário: “Se um lugar não é frequentado pelos surdos, não faz parte da vida social dos surdos, dificilmente terá um sinal em Libras. O sinal em Libras é uma marca cultural que tem muito significado para nós surdos” (Part-1_H_G1). Desse modo, podemos dizer que o léxico toponímico em Libras se constitui a partir da participação social dos surdos e dos usos de espaços (paisagens) urbanos.

CONCLUSÕES

Nos propusemos a mostrar a relação entre a toponímia em Libras e as estruturas arquitetônicas dos seguintes espaços públicos de Rio Branco: Palácio do Governo, Terminal Urbano, Calçada da Gameleira, Praça da Revolução e Parque Chico Mendes.

Os dados – selecionados de entrevistas com surdos participantes do *Inventário de Libras de Rio Branco, Acre* – mostraram que as estruturas arquitetônicas influenciaram a criação dos sinais em Libras que nomeiam os espaços. Os sinais PALÁCIO DO GOVERNO e TERMINAL URBANO apresentam em sua formação reflexos das estruturas dos espaços nomeados (fachada e teto, respectivamente); já os sinais Praça da Revolução e Parque Chico Mendes apresentam elementos que compõem a paisagem dos espaços nomeados: estátua e estrutura da entrada. O sinal CALÇADÃO DA GAMELEIRA apresenta em sua estrutura referências tanto da calçada e da escadaria, quanto do mastro e da bandeira localizados no local.

Os dados analisados neste trabalho mostram como a percepção visual dos sujeitos surdos, em conexão com as suas experiências culturais, influenciaram a criação dos sinais toponímicos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. F. **Toponímia em Libras**: descrição e análise dos sinais das escolas de Araguaína – TO. 2022. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, TO, 2022. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4345>. Acesso em: 3 ago. 2024.

ANDRADE, D. da S.; COSTA, G. G.; MIQUELIN, I. O.; CORDEIRO, M. H. A.; SILVA, J. S. Concepção estrutural e linguagem arquitetônica: Projeto

“Fábrica de ideias e inovação”, menção honrosa no 12º Concurso CBCA para estudantes de arquitetura. **Revista Nós**: Cultura, Estética e Linguagens, Goiânia, v. 5, n. 2, 2020.

ARINS, M. J. de S. **Estudo toponímico português-Libras das unidades de saúde de Feira de Santana (BA)**. 2024. 145 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2024. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/1640>. Acesso em: 3 ago. 2024.

CARLOS, A. F. **A cidade**. O homem e a cidade. A cidade e o cidadão. De quem é o solo urbano? São Paulo: Contexto, 1994.

CARMO, F. dos S. do; SOUSA, A. M. de. Toponymy in Brazilian Sign Language: analysis of signs naming leisure spaces in the city of Rio Branco (AC), Brazil. **The Especialist**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 1–17, 2022.

CASTRO, L. G. R. de. Espaços públicos. **Revista aU**, São Paulo, n. 2, p. 16–17, 2013.

FEDATTO, C. P. **Um saber nas ruas**: o discurso histórico sobre a cidade brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MOREIRA, G. O. **Teonímia em Libras**: análise motivacional dos sinais que nomeiam os orixás do candomblé. 2023. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Libras) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC, 2023. Disponível em: http://www2.ufac.br/cela/libras/documentos/copy_of_GABRIELLYOLIVEIRAMOREIRA.pdf. Acesso em: 3 ago. 2024.

PAIVA, U. C. e S. **Toponímia em Libras das escolas de Rio Branco (AC)**. 2021. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Libras) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC, 2021. Disponível em: <http://www2.ufac.br/cela/libras/documentos/UTEMARACRISTINAESILVAPAIVA.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2024.

QUADROS, R. M. de. **Libras**. São Paulo: Parábola, 2019.

QUADROS, R. M.; SILVA, J. B. da; MACHADO, R. N.; LUDWIG, C. R. Inventário Nacional de Libras. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 457–5474, 2020.

RECH, G. C. **Estudo dos nomes próprios de pessoas na Libras**: onomástica e linguística cognitiva em diálogo. 2022. 249 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2022. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6406>. Acesso em: 3 ago. 2024.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHELEE, M. B.; NUNES, M. J.; REGO, A. Q.; RHEINGANTZ, P.; DIAS, M. Â.; TÂNGARI, V. R. Sistema de espaços livres nas cidades brasileiras: um debate conceitual. **Paisagem e Ambiente**: Ensaios, São Paulo, n. 26, p. 225–247, 2009.

SOUSA, A. M. de. **Toponímia em Libras**: pesquisa, ensino e interdisciplinaridade. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

SOUSA, A. M. de. **Zoonímia em Libras**: como os surdos nomeiam seus animais de estimação e proposta taxionômica. 2023. 120 f. Tese (Promoção para Professor Titular) – Centro de Educação, Letras e Artes, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2023a.

SOUSA, A. M. de. Toponímia em Libras: iconicidade e empréstimos na formação dos sinais. In: ISQUERDO, A. N.; MARQUES, E. A. (Orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Editora UFMS, 2023b. v. 10, p. 80–101.

SOUSA, A. M. de; BARREIROS, L. L. S. Panorama histórico dos estudos toponímicos em Libras no Brasil. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 5, 2020.

SOUSA, A. M. de; DARGEL, A. P. T. P. Onomástica: interdisciplinaridade e interfaces. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 3, n. 1, p. 7–22, 2020.

SOUSA, A. M. de; LUDWIG, C. R.; SILVA, J. B. da; QUADROS, R. M.; MACHADO, R. N. Inventário Nacional da Libras. In: QUADROS, R. M.; SILVA, J. B. da; ROYER, M.; SILVA, V. (Orgs.). **Gramática da Libras**. Rio de Janeiro: INES, 2023. v. 1, p. 106–129.

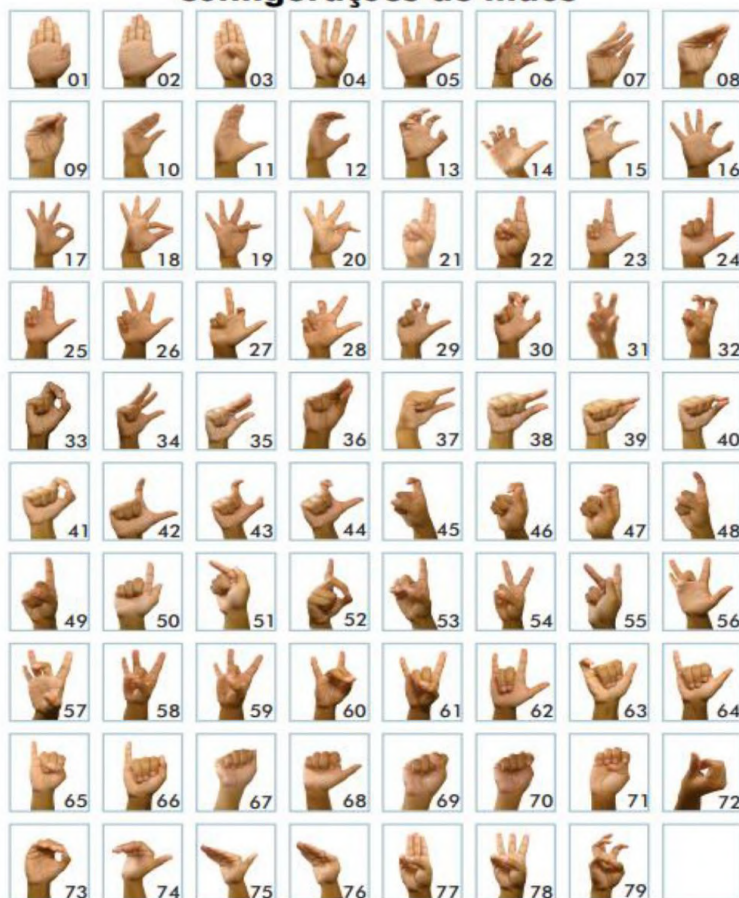
SOUZA JÚNIOR, J. E. G. de. **Nomeação de lugares na Língua de Sinais Brasileira**: uma perspectiva de toponímia por sinais. 2012. 346 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/11923>. Acesso em: 3 ago. 2024.

TAUB, S. **Language from the body**: iconicity and metaphor in American Sign Language. 1997. 386 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade da Califórnia, Califórnia, 1997. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/8d8508zc>. Acesso em: 4 ago. 2024.

ANEXO

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

Configurações de mãos



Fonte: Grupo de pesquisa do curso de LIBRAS do Instituto Nacional de Educação de Surdos

Realização:

Instituto Nacional de
Educação de Surdos

Ministério da
Educação

GOVERNO
FEDERAL



O LÉXICO NO ENSINO DE LÍNGUAS: UMA LINHA CONTÍNUA DE DESCOBERTAS

Angela Maria Tenório Zucchi

INTRODUÇÃO



léxico no ensino de línguas estrangeiras é um tema recorrente e pode ser tratado sob diversas perspectivas, inclusive sem o uso deste termo, mas sim ‘vocabulário’, como geralmente é utilizado por parte de especialistas no ensino, e não nos estudos sobre o léxico. Observamos que ambos os termos acabam sendo utilizados de forma quase sinônima na literatura sobre ensino de línguas. Contudo, linguistas do passado, que se debruçaram sobre o assunto, faziam uma distinção que vale a pena retomar e abordar logo adiante.

Este trabalho apresenta o ponto de vista de quem atua no campo de ensino de línguas, especificamente da língua italiana, e possui formação acadêmica nos estudos sobre o léxico e a lexicografia. A partir dessa visão, este texto adota uma perspectiva diacrônica, enquanto apresenta a posição ocupada pelo léxico ao longo dos diferentes métodos e abordagens adotados no decurso de décadas no ensino de línguas, e passa a ser sincrônica, quando aborda o contexto atual, com o uso das tecnologias na didática de línguas para aprendizagem autônoma, em sala de aula e para a criação de material personalizado. O

texto que trata da perspectiva diacrônica foi em parte apresentado na tese de doutorado de Zucchi (2010a).

O objetivo central deste percurso, portanto, é traçar uma linha no tempo, colocando o léxico como foco na revisão histórica do ensino de línguas, pontuando os momentos significativos de diferenças na prática e de discussões teórico-acadêmicas. Para tanto, abordaremos, em primeiro lugar, os conceitos de alguns termos centrais que refletem o pensamento dos estudiosos nesse campo profissional e de estudo. Veremos que, ao longo do tempo, com as diferentes posturas sobre o processo de ensino-aprendizagem, adotaram-se termos que representam conceitos de forma mais específica ou mais abrangente.

Partimos dos estudos e da experiência do ensino da língua italiana como língua estrangeira, mas o aporte teórico, além de incluir importantes autores italianos, advém também de autores de diferentes nacionalidades e línguas de estudo.

Na área de ensino e aprendizagem de línguas, ao final, destacamos a função das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, chamadas pela sigla TDIC (anteriormente tratadas como TIC, sem o adjetivo “digital”), que trouxeram uma revolução no *modus operandi* em sala de aula, na relação com o material de estudo e proporcionaram maior autonomia na aprendizagem. Neste trabalho, apresentamos criticamente alguns recursos que podem auxiliar o ensino do léxico e apontamos autores que se debruçaram sobre o uso de tecnologias.

Não versaremos sobre os dicionários pedagógicos, escolares ou de aprendizagem, tampouco o uso de dicionários por parte de aprendizes. Embora sejam instrumentos de grande valia no ensino de línguas, os dicionários não são o enfoque deste texto. Sobre esses temas, indicamos Welker (2006, 2008), Zavaglia e Nadin (2019) e Zucchi (2010a, 2010b).

1. TERMOS E CONCEITOS NO ENSINO DE LÍNGUAS

Buscamos, neste trabalho, trazer o universo dos estudos sobre ensino de línguas para o universo das Ciências do Léxico. Para tanto, julgamos necessário explicitar alguns termos e conceitos-chave da terminologia utilizada por linguistas e pesquisadores da área de ensino.

Como acenado no início, os termos “vocabulário” e “léxico” são frequentemente utilizados sem distinção. No entanto, acreditamos que seja profícuo à área atentar para a diferença apontada pelos linguistas. Para Greimas e Courtés, (2008, p. 537), “vocabulário” está em oposição a “léxico” na medida em que o primeiro representa as palavras de um determinado *corpus* ou texto, enquanto o “léxico é o inventário de todas as lexias de uma língua natural”. Genouvrier e Peytard (1974, p. 279), por seu turno, consideram o “vocabulário” como “o conjunto [...] das palavras efetivamente empregadas pelo locutor num ato de fala preciso” e complementam que, no ensino, podemos elencar as palavras diferentes utilizadas por um aluno num texto oral ou escrito para avaliar sua riqueza vocabular, mas teremos apenas uma amostra de seu léxico. Seguimos com os termos.

1.1. Glotodidática

Partindo de termo de maior abrangência, o primeiro é o da palavra italiana *glottodidattica* – de origem grega, composta por *glotto* (língua ou relativo à língua) e *didattica* (ensino, modo de ensinar) – que compreende um significado amplo, geralmente traduzido em português como “didática de línguas” ou “ensino de línguas”. Dada sua proximidade com muitas palavras da língua portuguesa, de origem grega ou latina, esse termo pode vir a ser utilizado no Brasil, sendo

adaptado à ortografia vernacular, como *glotodidática*, comportando o mesmo sentido usado na Itália que aqui será apresentado.

A *glotodidática*, segundo o dicionário monolíngue italiano on-line *Il nuovo De Mauro*¹, do respeitado linguista e lexicógrafo Tullio De Mauro, é o “ramo da Linguística Aplicada que se ocupa do ensino das línguas estrangeiras com base em critérios científicos elaborados graças aos aportes da Linguística, da Antropologia e da Psicologia” (De Mauro, s/d, tradução nossa)².

Para o professor e pesquisador Paulo Balboni (1999, p. 47), que se dedica à pesquisa sobre o italiano como língua estrangeira há décadas, a *glotodidática* não é um ramo da Linguística Aplicada, mas sim uma “ciência”.

No respectivo verbete de seu *Dizionario di Glottodidattica*, o mesmo autor a define como “a ciência da educação linguística” e afirma que por muito tempo foi identificada com a Linguística Aplicada dada a simples transposição, para os materiais didáticos e atividades de classe, das indicações que vinham da linguística teórica (como as abordagens formalista, estruturalista, ou da Pragmalinguística, ou ainda da Sociolinguística) ou da Psicologia. Ele explica que essa tendência recebeu “crítica epistemológica” nos anos sessenta, uma vez que “a linguística é uma ciência que visa o conhecimento, como a biologia ou a química, enquanto a glotodidática tem por objetivo a solução de um problema (a aquisição da língua), como a medicina ou a farmacologia” (Balboni, 1999, p. 47, tradução nossa)³.

¹ Disponível em: <https://dizionario.internazionale.it/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

² No original: “branca della linguistica applicata che si occupa dell’insegnamento delle lingue straniere in base a criteri scientifici elaborati grazie alle acquisizioni della linguistica, dell’antropologia e della psicologia” (tradução nossa). Disponível em: <https://dizionario.internazionale.it/parola/glottodidattica>. Acesso em: 05 ago. 2024.

³ No original: “è una scienza finalizzata alla conoscenza, come la biologia o la chimica, mentre la glottodidattica è finalizzata alla soluzione di un problema (l’acquisizione

Deste modo, seguindo Balboni (1999), entendemos que o profissional ligado ao ensino de línguas, o *glotodidatta*⁴, a partir das ciências da linguagem, da antropologia, das ciências psicológicas, das teorias pedagógicas, decide quais implicações lhe servem para resolver seus problemas, assim como um médico o faz com base na biologia e na química.

Após essa explicação, Balboni (1999, p. 47, tradução e grifo nosso) define então a *glotodidática* assim:

A glotodidática, portanto, configura-se como uma ciência prática e interdisciplinar, na qual se identificam um componente teórico (que visa a conhecer o mecanismo da aquisição linguística, a partir do qual derivam abordagens) e um componente operacional, muitas vezes chamada “glotodidassi”, que leva à definição de métodos e à seleção das técnicas e das tecnologias adequadas.⁵

Ao longo de décadas, com o interesse de investigar como ocorre e viabilizar a aquisição linguística, surgiram abordagens, métodos e diferentes instrumentos nesse campo de estudo e prática educacional, conforme se desenvolveram também as pesquisas nos diferentes campos da linguística. Adiante apresentamos definições de abordagem e método, mas antes é necessário tratar das definições de língua, no ensino de línguas.

della lingua), come la medicina o la farmacologia”.

⁴ Adaptação do italiano *glottodidatta*, que pode ser um termo a ser usado no Brasil para denominar o profissional que aborda o ensino de línguas de forma teórico-reflexiva, seja professor, pesquisador ou autor de livros didáticos.

⁵ No original: “La glottodidattica dunque si configura come una scienza pratica ed interdisciplinare al cui interno si individuano una componente teorica (mirante a conoscere il meccanismo dell’acquisizione linguistica, al fine di derivarne degli approcci) ed una componente operativa, spesso detta “glottodidassi”, che porta alla definizione di metodi e alla selezione delle tecniche e delle tecnologie adeguate”.

1.2. Língua estrangeira (LE) ou segunda língua (L2)

É importante diferenciar esses dois termos – língua estrangeira (LE) e segunda língua (L2) – porque o seu entendimento traz implicações para o professor e para o aprendiz em relação ao contexto em que se ensina/aprende a língua.

Por serem as mais utilizadas (e confundidas), trazemos aqui apenas essas duas denominações, mas destacamos que há outros conceitos para “língua”, como “língua de herança” (Ortiz, 2016; Ortale; Corrias; Fornasier, 2017) ou ainda o termo “língua adicional” defendido por Lôpo Ramos (2021) como um “termo guarda-chuva”, o hiperônimo para todas as circunstâncias onde falantes se deparam com processos de aquisição de outra língua.

Já, ao abordar o ensino de línguas como “língua estrangeira” (LE), temos como pressuposto que a língua a ser ensinada e aprendida não é a língua de comunicação da comunidade onde estão presentes os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem daquela língua. Os fatos quotidianos da comunidade não são narrados ou transmitidos naquela língua pelos veículos de comunicação comuns.

Em contexto de LE, os aprendizes não são estrangeiros, mas sim a língua e a cultura são estrangeiras. O processo de aprendizagem é diferente, pois não é a língua presente na comunicação dos falantes daquela comunidade. O aprendiz precisa buscar o acesso a ela e, tradicionalmente, busca um estudo formal, que se apresenta de forma graduada didaticamente, com objetivos e cronograma pré-definidos.

Entretanto, ao considerar o contexto de ensino de “segunda língua” (L2), temos um cenário em que o aprendiz está numa situação de imersão na língua e cultura da L2. Em circunstâncias comuns, o aprendiz estará no país onde a língua é usada como comunicação da

comunidade e receberá todos os *inputs* de forma não estruturada, nem graduada (Balboni, 1994, p. 13).

O professor, linguista aplicado brasileiro, Vilson Leffa (1988, p. 213), especialista em didática de língua inglesa, também faz distinção entre os dois termos, mas prefere utilizar o termo L2 de forma mais abrangente, como assim faz fazem tantos outros autores.

Acreditamos que a importância dessa distinção para o processo de ensino e aprendizagem/aquisição do léxico se dá pela situação em que se encontra o aprendiz: ou circundado pelos lexemas que denominam o mundo ao seu redor (situação em L2) ou obrigado a buscar as denominações (e, às vezes, as inexistentes correspondências) na língua estrangeira do mundo da língua vernacular que o cerca (situação em LE). Assim, os recursos para estar em contato com a LE são leituras, consultas em obras lexicográficas, redes sociais, canais de TV e serviços de *streaming* internacionais disponíveis, com seus dispositivos conectados à rede e com as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) indispensáveis na vida atual. Em relação à aquisição lexical, a postura do aluno e do professor em cada uma dessas situações é significativamente diferente.

1.3. Métodos, abordagens e pós-método

Os termos “métodos” e “abordagens”, muitas vezes, são utilizados de forma a não serem diferenciados, mesmo por profissionais da área de ensino, que usam “método” para mencionar o seu modo de atuar em sala de aula ou o livro didático adotado. Por sua vez, o termo “abordagem” é utilizado no Brasil principalmente para nomear a “abordagem comunicativa”, mas são poucos os que o utilizam com o significado mais amplo como veremos. Enquanto o “Pós-método” introduz uma perspectiva de pedagogia para o ensino de línguas que

vai além de métodos e abordagens. Veremos neste item como alguns autores tratam esses termos.

Tendo sido citada a definição de *glotodidática*, antecipamos parte da noção de “abordagem” ao constatar que está relacionada com “o mecanismo de aquisição linguística”. No dicionário de Balboni (1999, p. 5), a entrada “abordagem” (*approccio*, em italiano) vem elucidada da seguinte forma:

A abordagem constitui a filosofia de fundo de cada proposta glotodidática. A abordagem avalia e seleciona dados e sistemas epistemológicos a partir das várias teorias e das várias ciências de referência, e os reorganiza segundo os parâmetros próprios da glotodidática, identificando as metas e os objetivos do ensino linguístico.

Segundo o autor, um ou mais métodos podem ser gerados por uma abordagem, ou seja, através dos métodos, os princípios gerais desta abordagem podem ser aplicados ao ensino.

Como mencionado, o termo “abordagem” é conhecido principalmente pela Abordagem Comunicativa, amplamente difundida a partir da metade dos anos 1980. Um dos precursores no Brasil dessa abordagem foi o linguista aplicado José Carlos P. de Almeida Filho, que se dedica à área de ensino de línguas tendo como base a língua inglesa. O autor discorre sobre métodos e abordagens em diversas publicações e afirma que

[...] uma abordagem equivale a um conjunto de disposições, conhecimentos, crenças, pressupostos e eventualmente princípios sobre o que é a linguagem humana, língua estrangeira, e o que é aprender e ensinar uma língua alvo (que orienta o processo de ensino e aprendizagem) (Almeida Filho, 2010, p. 17).

A visão do termo “abordagem” como algo mais amplo com o qual os “métodos” estão relacionados é similarmente presente em vários autores, como nas obras que tratam da história de métodos e abordagens no ensino de línguas, como de Chagas (1979), Leffa (1988, 2012), Richards e Rodgers (2001). Nessas obras, são descritos com detalhes os contextos de surgimento, as características de cada “método” e reflexões a respeito deles.

Balboni (1999, p. 64, tradução nossa) define “método” como a “a realização de uma *abordagem* em termos de procedimentos didáticos e de modelos operacionais”⁶, afirmando sobre a qualidade do método que não é “bom, errado, velho ou moderno”, mas que pode ser “coerente ou incoerente com as premissas da abordagem que pretende colocar em prática”. Vemos, nessa concepção, que a abordagem direciona o método.

Refletindo sobre o ensino de línguas no Brasil, a professora e pesquisadora brasileira Fernanda Ortale (2023, p. 18) demonstra como o método é compreendido, conforme apresentamos no início deste subitem:

Assim, a concretização do método – compreendido como aplicação mecânica de ações prescritas por especialistas – sobrevive com força nas escolas de idiomas. Se, por um lado, os educadores reconhecem a importância da formação e da atuação do professor como um profissional reflexivo, por outro, o mercado de trabalho das escolas de idiomas restringe seu papel ao de mero reprodutor de técnicas.

⁶ Original: Metodo – “È la realizzazione di un approccio in termini di procedure didattiche e di modelli operativi. Un metodo non è “buono” o “sbagliato”, “vecchio” o “moderno”, è semplicemente coerente o incoerente con le premesse dell’approccio che esso intende mettere in pratica”.

A partir dessa reflexão, Ortale (2023) aponta para as consequências de décadas de imprecisão no entendimento do termo “método” e do verdadeiro papel do professor. Na prática educacional de escola de idiomas, sob a perspectiva de valor de negócio, o sentido de método é produto que vale moeda para a venda de solução de um problema – a aquisição de uma língua, e pouco são considerados os agentes (professor e alunos) e os diferentes contextos de ensino.

Nessa obra, Ortale (2023) introduz o Pós-método a partir das várias obras do linguista indiano Bala Kumaravadivelu. Ele é crítico em relação ao método, argumentando que não existe um método único que seja adequado a todos os contextos e alunos, defende um posicionamento crítico em relação ao ensino de línguas, à medida que poder e desigualdade permeiam o uso da linguagem, e traz protagonismo ao professor como agente reflexivo em seu ambiente de trabalho. Segundo Ortale (2023, p. 21-22), baseando-se em Kumaravadivelu (1992, p. 84), “enquanto o conceito convencional de método autoriza os teóricos a construírem o conhecimento orientado por teorias de ensino, a condição pós-método convoca os profissionais a construírem teorias baseadas na prática de sala de aula”.

Ortale, Ferri e Silva (2021, p. 184) explicam que a arquitetura do Pós-método proposta por Kumaravadivelu (2003, 2006) é pautada por três parâmetros, cujos aspectos específicos resumimos: 1) Parâmetro da particularidade: consideração às particularidades do contexto, ambiente e pessoas (professor, aluno, instituição, local); 2) Parâmetro da praticidade: relação entre teoria/ prática e prática/ teoria por parte do professor, considerando sua autonomia e aptidão a gerar teoria; 3) Parâmetro da possibilidade (influenciado por Paulo Freire): criação de oportunidades para ações transformadoras socialmente, a partir de um ambiente de aprendizagem que promova a autonomia e a transformação.

Ao abordar o Pós-método, o protagonismo do professor em sala de aula também é destacado na fala de Leffa (2016, p. 40):

Há três aspectos que caracterizam, de modo especial, o pós-método: (1) a busca da autonomia do professor, (2) a aprendizagem baseada em projetos e tarefas e (3) a proposta de uma pedagogia crítica. Em relação ao professor, a ideia é de que ele deve guiar sua ação não por aquilo que os teóricos dizem que ele deve fazer, mas pelo que emerge de sua prática no contexto em que atua; ninguém conhece sua realidade melhor do que ele, principalmente quando vista e analisada por sua própria reflexão e pesquisa (Schön, 1995; Trip, 2005; Thiollent, 2005; Leffa, 2008c). Durante o longo período da história de línguas, o professor sempre esteve submisso ao que determinavam os teóricos da área; agora, pela primeira vez, cria-se uma situação nova, em que ele tem a possibilidade de exercer sua autonomia, tomar suas decisões e até investigar sua ação pedagógica.

O direito do professor de “exercer sua autonomia” em sala de aula é reconhecido na pedagogia Pós-método pelos especialistas em ensino de línguas, os glotodidatas, como tratamos aqui. O reconhecimento dado ao professor, com a possibilidade de “tomar decisões e de investigar sua ação pedagógica”, enriquece a prática didática e oferece subsídios para o desenvolvimento teórico da glotodidática.

Estabelecendo um paralelo com as Ciências do Léxico, os lexicógrafos que atuam na prática de elaboração de dicionários e glossários também oferecem contribuições para a Lexicografia teórica em diferentes vertentes, assim como para a Lexicologia. A prática e a teoria deveriam manter um diálogo constante em todos os âmbitos, pois, muitas vezes, a teoria se concretiza pela e na prática.

Conhecer os conceitos de como são compreendidos, por autores e por épocas, os termos *glotodidática*, *língua estrangeira* e *língua segunda*, *método* e *abordagem* e conhecer a perspectiva que propõe a pedagogia Pós-método pode favorecer o trabalho consciente de professores de línguas e de lexicógrafos que se propõem a elaborar dicionários que visam à aprendizagem de línguas.

2. O LÉXICO NAS ABORDAGENS E MÉTODOS AO LONGO DO SÉCULO XX

Apresentamos algumas das principais abordagens e métodos empregados no ensino de línguas que julgamos relevantes historicamente para tratar do léxico neste trabalho, mas reconhecemos que deixamos de incluir outras abordagens também importantes para o ensino.

Com o objetivo de traçar uma linha contínua enfocando o léxico, partimos de um momento em que ainda não se falava em abordagens, mas podemos aplicar seu conceito para reunir os métodos conhecidos e utilizados, conforme suas características.

Como vimos anteriormente, a abordagem, segundo Balboni (1999, p. 5), é a “filosofia de fundo”, pautada em diferentes sistemas epistemológicos, que direciona as metas e objetivos no ensino, os quais, por sua vez, são alcançados por meio dos métodos, como “procedimentos didáticos e modelos operacionais”.

Devemos ter em mente que o ensino de línguas na prática é anterior aos estudos (socio)(psico)linguísticos, cognitivos, pedagógicos e de linguística aplicada como conhecemos hoje, e que à época daquele que é considerado o primeiro método, desde os séculos XVIII a início do século XX, a prática dos estudos de línguas na Europa pro-

vinha do ensino das línguas clássicas, grego e latim. Desta forma, o ensino das línguas modernas pautou-se naquela prática, que não necessariamente seria chamada de “método” como tratado aqui, mas que assim foi convencionalizado, como método Gramática e Tradução, conhecido como único método até início do século XX e que, por suas características, pode ser considerado fruto de uma abordagem formal.

2.1. Abordagem formal – Método Gramática e Tradução

Classificamos como abordagem formal, mas é válido lembrar que o Método Gramática e Tradução carecia de reflexões pedagógicas, caracterizando-se mais como uma prática no aprendizado das línguas clássicas grego e latim, que depois foi transposta para as línguas modernas. Há variantes na denominação desse método.

Leffa (2012, p. 394-395) o chama de Método da Tradução e da Gramática e diz que também é conhecido por Método Indireto, por oposição ao Método Direto, que foi a reação contrária a essa prática metodológica que, como o próprio nome diz, consistia em práticas de tradução e versão entre as línguas materna e estrangeira.

Nessa abordagem, que visava principalmente à leitura em uma língua estrangeira, vista como enriquecimento pessoal, o léxico provinha de textos escritos, e seu ensino era pautado em listas de palavras com suas equivalentes traduções, que deveriam ser memorizadas. Não havia preocupação em relação ao léxico mais usual, assim, era possível que o aprendiz visse a palavra “úmero” (it. omero) e não visse “ombro” (it. spalla), conforme explica Picchiassi (1999, p. 112-113).

O léxico era apresentado em palavras ou frases descontextualizadas e servia para tratar questões gramaticais (Cervero; Castro,

2000). Testes e exercícios apresentavam dificuldades e armadilhas (Picchiassi, 1999) e, nessa linha, dava-se ênfase ao reconhecimento de falsos cognatos entre as línguas (Paiva, 2004). Veremos adiante como esse método foi retomado em formato tecnológico.

2.2. Abordagem funcional - métodos diretos

Os métodos diretos, reunidos numa abordagem funcional, colocavam o aluno em contato direto com a língua. Não há listas descontextualizadas; busca-se a associação entre conceitos na LE, evita-se a tradução e evoca-se uma forma *natural* como fazem as crianças ao aprender uma língua. Usam-se figuras, desenhos, objetos reais para as aulas. Os subsídios linguísticos são o uso de sinônimos, antônimos, paráfrases, definições, explicações e apresentações (Paiva, 2004; Cervero; Castro, 2000).

Um dos mais conhecidos é o método *Berlitz*, com suas 30 recomendações para o ensino, entre as quais: professor ser falante nativo; nunca traduzir; não usar palavras de som ou forma similar ao da língua dos alunos; memorizar as palavras-chave de cada lição (Picchiassi, 1999).

O método *Basic English*, com a intenção de fazer do inglês uma língua universal, previa o aprendizado com a redução do vocabulário em 850 palavras. A maior crítica era a própria redução, pois os significados se multiplicavam conforme os contextos. O problema aumentava em relação ao uso de verbos fundamentais (*be, get, make, take*), de uso geral e com significados diferentes de acordo com o contexto, em vez de verbos específicos (Picchiassi, 1999, p. 117).

2.3. Abordagem estruturalista – métodos audiolingual e audiovisual

Em um momento histórico marcado pela II Guerra, em 1942, Leonard Bloomfield, expoente do estruturalismo, publicou *Outline Guide for the Practical Study of Foreign Language*. Sua proposta indicava um “hiperaprendizado” que compreendia uma manipulação intensiva das estruturas linguísticas a ponto de torná-las automatismos mentais (Picchiassi, 1999).

Os Métodos Audiolingual, ou Áudio-oral, e Audiovisual tinham como objetivo a aquisição das estruturas linguísticas e, para tanto, faziam uso de técnicas como imitação, repetição e memorização, dando ênfase à oralidade. Os primeiros enunciados eram de construções sintáticas simples, elementares, com número limitado de palavras em cada unidade “pois acreditava-se que a aquisição do vocabulário deveria ser retardada até que uma parte substancial do sistema gramatical fosse aprendida” (Paiva, 2004).

Os exercícios eram mecânicos, com total controle das respostas e poderiam ser realizados sem que seu significado fosse compreendido (Cervero; Castro, 2000).

No Método Audiovisual (com gravação de diálogos em áudio e imagens em diapositivas), o aluno era exposto ao conceito de uma palavra em situação contextualizada com recursos audiovisuais.

A abordagem estruturalista não focava o léxico, mas as estruturas linguísticas. A principal crítica ao estruturalismo foi ter se concentrado sobre os significantes e renunciado aos significados, ou seja, à semântica. Privilegiou a *langue* em detrimento da *parole*, dos atos linguísticos em uso (Freddi, 1994).

2.4. Abordagem comunicativa

Com a abordagem comunicativa, houve uma drástica mudança de enfoque: a atenção, antes voltada à língua, passa a ser sobre o processo de como se aprende a língua. O professor dá lugar ao aluno como centro do processo de ensino e aprendizagem e passa a desempenhar um papel de facilitador nesse processo (Picchiassi, 1999; Ciliberti, 1994).

Os Métodos Situacional e o Nocional-Funcional “apresentam-se como duas realizações complementares e não opostas da mesma filosofia que vê a língua como um instrumento de comunicação e considera o aluno, com suas necessidades e motivações, o centro do processo de ensino/aprendizagem”⁷ (Picchiassi, 1999, p. 141).

O léxico é organizado por temas, campos nocionais e funcionais relativos a âmbitos cotidianos e próximos aos alunos. A gramática e o vocabulário não são ensinados separadamente, mas apresentados por meio de atos linguísticos, como expressar opiniões, preferências, pedir ou dar informações etc., utilizando-se a forma adequada de acordo com a situação, as intenções e as necessidades comunicativas (Cervero; Castro, 2000).

Em 2005, com o objetivo de verificar a presença da Internet no ensino de LE, uma pesquisa foi realizada por esta autora junto a Widdowson (2005) reconhece a importância do léxico e, ao comparar correção gramatical e incompreensão no conteúdo, afirma ser mais fácil compreender uma frase agramatical.

⁷ No original: “...si presentano, allora come due realizzazioni complementari e non opposte della stessa filosofia che vede la lingua come uno strumento di comunicazione e considera l'allievo con i suoi bisogni e motivazioni il centro del processo di insegnamento/apprendimento”.

Corda e Marelo (2004), por seu turno, observam que, mesmo dando importância ao léxico, a maioria dos livros didáticos dessa abordagem apresenta graduação progressiva de estruturas gramaticais.

2.5. Abordagem lexical

A partir da década de 1980, foram lançadas várias publicações que colocaram o léxico e o seu ensino em evidência, tanto em língua materna como em língua estrangeira.

Em fins dos anos 1990, a União Europeia financiou uma coleção de livros para formação e atualização de professores de línguas estrangeiras. Desse projeto, foram publicados *Aprender y enseñar vocabulário* (Cervero; Castro, 2000); *Lessico: insegnarlo e impararlo* (Corda; Marelo, 1999, 2004) e *Probleme der Wortschatzarbeit* (Bohn, 1999). Essas obras apresentam a natureza do léxico sob um ponto de vista didático e oferecem atividades aos professores.

Em 1990, foi publicado *Lexical Syllabus* por Dave Willis, após ter recebido a incumbência de elaborar um curso baseado no *corpus Cobuild* de inglês de língua autêntica. A metodologia é baseada em tarefas (*task-based methodology*) e nos exemplos autênticos do *corpus*. Essa proposta acompanha o desenvolvimento das pesquisas de J. Sinclair sobre *corpus* eletrônico e frequência de palavras em contexto de uso real.

Após três anos da publicação do *Lexical Syllabus*, com base nos princípios da Abordagem Comunicativa e em estudos da Linguística Aplicada, Michael Lewis propôs o *Lexical Approach* (1993), com o qual impulsionou o nome da nova abordagem.

A principal distinção entre *Lexical Syllabus* e *Lexical Approach* é o caráter da combinabilidade das unidades lexicais. Enquanto o

primeiro vê o léxico como palavras isoladas, a abordagem de Lewis ressalta a língua constituída em *chunks*, que consistem em porções de língua caracterizadas pela colocabilidade de seus elementos, como combinam.

Os *chunks* são organizados de forma coesa e coerente nos enunciados da língua. Ex.: *the day after tomorrow* (“depois de amanhã”) é compreendido pelos falantes na totalidade e não como várias palavras. Lewis usa uma nomenclatura na qual alguns termos coincidem com os estudos fraseológicos, como as colocações (*collocations*).

Em 1997, Lewis publica *Implementing the Lexical Approach - Putting theory into Practice*, como continuação da proposta e como resposta às reações que sua abordagem causou.

As críticas recaíram principalmente no ‘refrão’: *Language consists of grammaticalised lexis, not lexicalised Grammar* (Língua consiste em léxico gramaticalizado, não em gramática lexicalizada), que levou à interpretação de que, nessa abordagem, a gramática não seria absolutamente considerada, ao invés de ser considerada a importância do léxico.

Em 2000, publica *Teaching collocation – further developments in the Lexical Approach* que traz experiências de vários professores que colocaram o léxico como foco no processo de ensino/aprendizagem, além de informações atualizadas para a época sobre o uso de dicionários e *corpus* no ensino em prol do léxico.

Mais de trinta anos depois de sua publicação, na qual revela que a língua é formada por *chunks*, por bloquinhos pré-construídos, e que, nas Ciências do Léxico, são estudados como fraseologismos, vemos hoje, em redes sociais como Instagram, publicidade de cursos de inglês que mencionam o nome de Michael Lewis e suas propostas de ensino de língua pautadas no léxico como uma solução eficaz e

eficiente para a aquisição da língua. É importante ressaltar que não se trata de um método, mas de uma abordagem, no sentido que vimos no item 1.3, e, para fins comerciais, acaba por ser citada para vender um produto.

3. O ENSINO DE LE NO SÉCULO XXI COM TDIC E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

Neste item, abordamos brevemente as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, as TDIC, sendo consideradas tecnologias como computador, internet, smartphone, tablet, softwares, redes sociais, recursos digitais, que permitem o processamento e a comunicação de informações e sua relação com o ensino. Na literatura atual a respeito dessa relação, é usada a sigla RED para denominar os Recursos Educacionais Digitais, e se forem recursos gratuitos, de livre acesso, são chamados de REA, Recursos Educacionais Abertos.

Para aprofundamento sobre pesquisas em ensino de línguas, tecnologia e metodologias ativas, indicamos Cabral (2020); Mayrink e Costa (2022) e Moraes (2024). Moraes, além de discorrer sobre o uso das TDIC, elaborou uma seleção com tutorial sobre dez recursos que podem ser utilizados por professores e por alunos de forma autônoma, como veremos adiante.

3.1. Uma breve visita ao início do século XXI

No final da década de 1990 e, especialmente a partir dos primeiros anos do século XXI, a grande mudança na comunicação em geral e, conseqüentemente, no ensino, foi a disponibilidade da rede ADSL, a internet de alta velocidade, que viabilizou a transmissão de conteúdos digitais de forma veloz e, por isso, mais atraente aos

usuários. Ainda eram utilizados CD-ROMs (*Compact Disc Read-Only Memory*: disco compacto de memória somente de leitura) para armazenar dados digitais, um meio de disponibilizar dicionários, enciclopédias e jogos que ainda não estavam disponíveis em rede.

Naqueles primeiros anos do novo milênio, os recursos disponíveis na internet ainda não eram acessíveis a todos, apesar de já existirem plataformas de ensino como o Moodle ou COL (curso on-line), e nem todos os professores tinham computadores.

Em 2005, com o objetivo de verificar a presença da Internet no ensino de LE, uma pesquisa foi realizada por esta autora junto a professores de LE da cidade de São Paulo por meio de questionário, cujas perguntas visavam obter respostas sobre o quão eram utilizados os recursos da internet e de que maneira. Os resultados foram apresentados em um trabalho intitulado “A Internet em sala de aula de língua estrangeira: sob os holofotes ou nos bastidores?” (Zucchi, 2005), no “I Encontro Nacional sobre Hipertexto: desafios Linguísticos, Literários e Pedagógicos”, evento organizado pela UFPE e publicado nos anais do evento em CD-ROM.

Foram 84 professores que responderam ao questionário distribuído em papel em um evento na Faculdade de Educação-USP e por e-mail em listas de discussão de professores. As perguntas eram de tipo fechada, com uma primeira opção “sim”, seguida de alternativas, e “não”, seguida de alternativas que explicassem o motivo da negação. À primeira pergunta “Utiliza a Internet como fonte de material?”, 14% responderam que não a utilizavam como fonte de material porque não possuíam computadores ou porque não tinham acesso à Internet em casa e tampouco na escola. Para os que responderam afirmativamente, a pergunta seguinte era “Em qual tipo de site?” e a resposta de 75% dos professores foi acesso a jornais e revistas on-line. Enquanto

à pergunta “Utiliza recursos da Internet para fins didáticos?”, 45% disseram que não utilizavam e os motivos mais apontados foram desconhecimento e falta de recursos nas escolas. Entre os que afirmaram utilizar a Internet para fins didáticos, os 55 % do total de professores, assinalaram como recursos mais usados “newsletter e boletins informativos”, “fórum, listas de discussão”; “chats, salas de discussão”; “plataformas específicas para o ensino”, em ordem decrescente.

As alternativas ofereciam aqueles recursos disponíveis à época, quando não havia aplicativos e nem redes sociais como hoje, mas existiam chats em portais e incipientes plataformas de ensino. A alta porcentagem no acesso a “jornais e revistas” e “newsletters e boletins informativos” demonstrava a adaptação de uma prática anterior para o ambiente digital e a busca por fontes de informação atualizadas, lembrando que antes do advento da Internet uma das maiores dificuldades para o professor de LE era encontrar material informativo atualizado, pois jornais e revistas impressos demoravam para chegar do exterior, tinham um alto custo e eram encontrados apenas em grandes centros urbanos.

Com o avanço das tecnologias, da transmissão de dados por fibra ótica e redes sem fio (Wi-Fi), do acesso à compra de notebooks, smartphones e tablets, do armazenamento em nuvem e sistemas de assinaturas de plataformas de streaming de áudio e vídeo, softwares e aplicativos, os usuários, incluindo professores e alunos, passaram a ter mobilidade (ou seja, não estão mais dependentes de um *personal computer* conectado via cabo na parede) e uma infinidade de conteúdos à mão, em qualquer tempo e lugar, desde que a bateria de seus dispositivos esteja carregada e sua condição econômica seja condizente com os custos desse acesso.

3.2. Condicionantes relativos ao uso da tecnologia

Com todos os recursos disponíveis atualmente e a imensa quantidade de conteúdos, a sensação de um professor de línguas é que, se o aluno quiser aprender uma língua, basta querer e buscar os meios. Por exemplo, o aprendiz pode ir às configurações de seu smartphone, tablet e notebook, no seu *browser*, ou em sua conta numa plataforma de *streaming*, mudar o idioma conforme desejar e, assim, poderá ter contato diariamente com o léxico da língua alvo através dos comandos de seus dispositivos, mesmo se não estiver consultando conteúdos na LE que está aprendendo. Se ele navegar em sites de países onde se fala a língua, assistir a filmes e séries, frequentar páginas de redes sociais, cumprir missões de jogos que visam aprendizagem de língua e conectar-se com nativos poderá envolver-se com a cultura, a vida quotidiana, estar em contato com o léxico de forma autêntica e praticar a língua como num processo de imersão em outro país. Em parte, a sensação condiz com certa realidade; em parte, não.

Como vimos nos itens anteriores, no processo de ensino e aprendizagem, há várias implicações, não apenas aquelas inerentes ao ensino, mas também implicações relacionadas ao contexto em que se dá esse processo, como indica o parâmetro da particularidade sugerido por Kumaravadivelu (Ortale; Ferri; Silva, 2021, p. 184). O contexto que mencionamos acima, seria um contexto ideal que requer tempo de dedicação e condições financeiras, duas prerrogativas que apenas uma pequena parcela de aprendizes de línguas possuem.

Ainda que os conteúdos em língua estrangeira, como filmes e séries, estejam disponíveis nas plataformas de streaming, com lançamentos quase contemporâneos globalmente, seu acesso depende de assinaturas pagas. Mesmo que os dispositivos eletrônicos sejam mais acessíveis que no passado, sua durabilidade é relativa. Existe a

necessidade de se ter aparelhos compatíveis com a exigência de atualização de sistema operacional e de softwares, que exigem, cada vez mais, memórias maiores: memória RAM, a memória de trabalho que permite executar vários processos e ter acesso rápido às informações no aparelho, e a memória de armazenamento de dados. Além das boas condições do sistema multimídia, composto por áudio, câmera e microfone nos dispositivos. Assim, mesmo que um aluno tenha notebook ou celular, não é garantido que possa utilizá-los sem limitações. Vimos muitas limitações durante o período de distanciamento devido à pandemia da COVID-19, que levou à obrigatoriedade do ensino emergencial remoto (ERE), e, como professores, vivenciamos as fragilidades e desigualdades no ensino.

Levando em consideração esse fator primordial para o ensino com TDIC, games e Inteligência Artificial generativa, e considerando que o professor tenha noções de letramento digital⁸, seguimos enfocando o léxico no ensino de línguas.

3.3. Léxico e recursos educacionais digitais: Duolingo, Instagram e IA

Duolingo

Entre os RED, com versão gratuita, o mais famoso e acessado curso de línguas para autoaprendizagem é o Duolingo que, além das línguas modernas europeias, oferece também línguas não ocidentais. A proposta do Duolingo parece ser um jeito de ensinar a aprender uma língua de forma lúdica e assídua e, para que o usuário seja assíduo, o aplicativo usa a persuasão por meio de notificações expressivas com seu mascote, o Duo, uma corujinha verde, o logotipo da marca.

⁸ Cf. Soares (2002); Rabello; Cardoso (2022).

A ideia de fundo é que para aprender uma LE é necessário o hábito de estar em contato com essa língua todos os dias. Para tanto, os recursos são bastante eficientes: notificação apelativa com a corujinha entusiasmada, triste, enfurecida, desfalecida ou cadavérica, conforme a assiduidade do aprendiz no aplicativo; configuração de *game* composta por níveis, missões, prêmios, vidas, pódios; as “ofensivas”, uma forma de manter o hábito diário nos estudos, uma vez que ela representa o número de dias consecutivos em que o aluno tenha completado ao menos uma lição. Essa “ofensiva” é como um desafio e pode ser compartilhada.

Ao criar uma conta no Duolingo, o usuário aceita os termos de uso e acaba por ver no aplicativo contatos de sua agenda, pessoas que também buscam aprender uma língua por meio desse RED. Assim, mantendo o apelo das redes sociais, o aprendiz pode “adicionar”, “seguir” amigos e “bater asinhas”, uma forma própria para dar os parabéns a quem cumpriu a “ofensiva” ou uma lição completa. O aprendiz não se sente sozinho e compartilha seu progresso.

Nas lições iniciais, o léxico é apresentado por temas como “Fale sobre comida”, “Fale sobre animais”, “Descreva sua roupa”. São apresentadas palavras relativas aos temas já em exercícios em bloco de quatro alternativas, com uma correta e três distratores, para verificar a ortografia, enquanto o áudio indica a pronúncia da palavra; e em frases simples, com verbos no presente do indicativo para se fazer a tradução. Exercícios de associação em que aparecem imagens e seus correspondentes nomes são poucos.

As unidades lexicais são introduzidas com os respectivos artigos e os exercícios são todos baseados na tradução e na repetição, através de áudio e gravação ou áudio e escrita, como ditado. Percebe-

se que as abordagens adotadas são abordagem formal e estruturalista, e os métodos são gramática-tradução e audiolingual.

Sobre esse aplicativo, concordamos com a afirmação de Leffa (2016, p. 257):

Em termos de metodologia de ensino de línguas, pode-se dizer que o Duolingo é o avesso de tudo o que se recomenda atualmente nos cursos de formação de professores: ênfase na repetição e memorização de palavras isoladas, manipulação de frases soltas e muita tradução, tanto da língua alvo para a língua materna como no sentido inverso.

O autor comenta que o aplicativo possui um exemplar *design* responsivo ao suporte, por se adaptar bem aos diferentes dispositivos, porém em relação ao *design* responsivo ao usuário, deixa a desejar por ser rígido e “apresentar o mesmo conteúdo independentemente de quem o acessa”, além de apresentar os mesmos exemplos de frases nas diversas línguas, não dando atenção às diferentes nuances de sentido na tradução de palavras (Leffa, 2016, p. 257).

A famosa frase de Chomsky (1957) *Colorless green ideas sleep furiously*, como exemplo de frase gramaticalmente correta, mas semanticamente sem sentido, parece ter sido inspiração para algumas frases do Duolingo, conforme podemos ilustrar com os seguintes exercícios em italiano do aplicativo no celular:

Figura 1. Exercício de tradução 1: foco artigo e preposição articulada



Fonte: Print do Curso de italiano para quem fala português do Duolingo (Agosto, 2024).

Figura 2. Exercício de tradução 2: foco artigo e preposição articulada



Fonte: Print Curso de italiano para quem fala português do Duolingo (agosto, 2024).

As frases “Os homens escrevem no açúcar” e “O relógio está no vinho” são pragmaticamente improváveis de serem pronunciadas em qualquer uma das línguas, português ou italiano. Claramente, o foco do exercício é a fixação dos artigos e da preposição articulada (preposição + artigo) no gênero masculino em italiano (*l’orologio, gli uomini, nel vino, nello zucchero*). Em italiano, o artigo definido (*articolo determinativo*) varia de acordo com a letra inicial do substantivo que o acompanha, se é consoante ou vogal, se é a letra ‘z’ e outras combinações. Então, as respostas esperadas nesses exercícios são *Gli uomini scrivono nello zucchero* e *L’orologio è nel vino*.

Esses exercícios do Duolingo fazem parecer muito plausível o exemplo em inglês *The book is on the table*, sentença ridicularizada há décadas, por não parecer uma expressão de uso autêntico, mas construída para o ensino da preposição de lugar *on*. Pensemos que essa frase pode ser pronunciada numa sala de aula de forma autêntica, estando “o livro sobre a mesa”, enquanto um “relógio no vinho” é muito improvável em qualquer circunstância.

Outros exemplos controversos verificados no curso de italiano do Duolingo são as frases *Cos’è una donna?* (O que é uma mulher?) e *Io ho un serpente nello stivale* (Eu tenho uma cobra na minha bota), apresentadas de forma escrita e em áudio para serem repetidas pelo aluno, como exercício de pronúncia. A primeira parece ser uma provocação que, em sala de aula, daria uma boa discussão sobre o atual tema ‘gênero’ (que não é gramatical). A segunda é uma fala do personagem Woody, o boneco *cowboy* da animação *Toy Story*, conhecida entre crianças e jovens. Em italiano, essa fala viria sem o pronome pessoal *Io* (eu) porque a língua italiana é do tipo *pro-drop*, ou seja, o pronome sujeito é dispensável, ao contrário do inglês, em que é obrigatório seu uso. Nota-se que a tradução da fala vinda do inglês não foi adequada, porém, a frase em si pode ser adequada para a fixação do vocábulo

stivale, pertencente ao vocabulário das vestimentas, por ser conhecida e estar no contexto da famosa animação. Contudo, a compreensão do contexto depende do conhecimento prévio do aprendiz, porque a frase é apresentada de forma descontextualizada.

O que parece favorecer a aquisição do léxico ao usar esse aplicativo é o modo como instiga a assiduidade no estudo, por meio do constante apelo (com notificações, estratégias de gamificação, prêmios, posicionamento e comparação com os pares como nas redes sociais) para que o usuário/aprendiz abra o aplicativo todos os dias e faça a lição, estando em contato com novas palavras e retomando-as periodicamente, facilitando o processo de recuperação da memória, num sistema de espiral ascendente com os exercícios.

Instagram

Já a rede social *Instagram* quando utilizada para fins educacionais, revela-se um recurso pessoal e inovador tanto para professores quanto para alunos. Um exemplo notável é o perfil *@noi.studiamo*, criado pela professora de italiano brasileira Carolina Grandino P. de Moraes, que detalha essa experiência em sua dissertação de mestrado (Moraes, 2024).

O perfil foi criado por ela em 2018 e, desde então, o alimenta com postagens que abordam temas interessantes aos aprendizes e curiosos sobre a língua e cultura italiana. Sobre o léxico, ela desenvolve posts usando a ferramenta *Canva*, que oferece personalização de desenhos conforme suas necessidades. De forma semelhante aos dicionários de imagens, como o de Mezzadri (2008), os vocábulos são reunidos por temas, mas a grande diferença está no nível de detalhamento que se pode fazer quando quem elabora é a própria professora.

O exemplo de post *Dal pasticciere* (Figura 3), disponível no feed do @noi.studiamo no *Instagram* e apresentado na dissertação (Morais, 2024, p. 75), ilustra a profissão de confeiteiro e alguns objetos para se fazer os doces típicos italianos. Na rede social, o post vem acompanhado de uma frase e uma pergunta que leva à interação com seus seguidores e alunos.

Figura 3. Postagem *Dal Pasticciere*, de @noi.studiamo



Fonte: Moraes (2024, p. 75).

O tema pode ser assunto para produção oral ou escrita em sala de aula e aprofundado com receitas de doces, ampliado para gastronomia, predileções, diferenças e semelhanças entre os doces brasileiros e italianos.

Outro exemplo de postagem que pode atrair a atenção do aluno é o tema futebol, mas diferente das outras, essa é com fotos feitas durante uma partida num estádio e os elementos-chave do campo foram

nomeados em italiano com os recursos de escrita do Instagram na própria foto (Morais, 2024, p. 74).

Com o *Canva*, como ilustrações de uma professora em uma tradicional lousa para elucidar significados, a postagem *Piano* (Figura 4) do @noi.studio esclarece a polissemia dessa palavra, que pode significar em português piano, plano, raso, baixo, andar e devagar. À diferença da lousa, a postagem está disponível em qualquer lugar e para quem puder acessar.

Figura 4. Postagem *Piano*, de @noi.studio



Fonte: Moraes (2024, p. 75).

As relações de sentido entre as palavras, como o exemplo da polissemia, podem ser exploradas com a elaboração do próprio material. Com as figuras, também pode ser aprofundada a combinabilidade entre as palavras, como indica a abordagem lexical. Pode-se propor ao

aprendiz, por exemplo, quais verbos ou adjetivos podem se combinar com cada palavra das postagens, proporcionando maior ampliação do léxico e introduzindo a noção de colocação verbal e adjetiva (Zucchi, 2002).

As TDIC podem oferecer os recursos para o desenvolvimento de material e elaboração de unidades didáticas de acordo com o perfil dos alunos. Moraes (2024) seleciona dez recursos educacionais digitais gratuitos, os apresenta e os analisa criticamente para o uso didático, levando em consideração a autonomia do professor e seus objetivos. São eles: Edpuzzle, Quizlet, Memrise, Lyrics Training, LearningApps.org, Wordwall, Mentimeter, Kahoot, Quizizz, Canva. Para exemplificar a professores como utilizar esses instrumentos, Moraes (2024, p. 106-111) criou vídeos tutoriais durante a elaboração de uma unidade didática de italiano tendo como público-alvo alunos adolescentes iniciantes (A1) e empregando cada um dos recursos citados. Os vídeos e as análises dos RED estão disponíveis no site Digitaliamo⁹.

O exemplo de Moraes (2024) demonstra como o professor pode ser atuante de acordo com o Pós-método, com os parâmetros da praticidade e da possibilidade, propostos por Kumaravadivelu (Ortale, 2023), quando vemos o professor criando material didático adequado às suas necessidades, de acordo com sua realidade e compartilhando com outros professores o que ensina e aprende.

Inteligência artificial (IA)

Nos últimos anos, a Inteligência Artificial (IA) está na pauta de conversas, notícias e artigos científicos nas mais diversas áreas, desde quando ficou popularizada em seu formato de Inteligência Artificial

⁹ Site Digitaliamo: <https://sites.google.com/view/digitaliamo/home>. Acesso em: 12 ago. 2024.

generativa, principalmente através do *ChatGPT*, da empresa norte americana OpenAI, do *Gemini Advanced*, da Google, do *CoPilot*, da Microsoft, do Llama do grupo Meta, da recente chinesa DeepSeek Chat e de softwares de geração de imagens a partir de textos, mas a história da IA começa bem antes.

O professor e cientista da computação Marcelo Finger, em um artigo que discorre sobre a IA e Processamento de Línguas Naturais (PLN), explica as relações da matemática e da linguística, com as publicações de Chomsky nos anos 1960, e informa que uma das primeiras iniciativas da nova área foi produzir um tradutor automático do russo para o inglês, lembrando que aquele período era o auge da guerra fria entre os dois países (Finger, 2021, p. 53). Nesse artigo, do ponto de vista da Linguística Computacional, o autor esclarece a complexidade do aprendizado da máquina para produzir soluções a partir de dados e que, apenas nos últimos 25 anos, com a expansão de textos em formato digital e disponíveis na rede, foi possível chegar aos resultados que temos hoje, não deixando de mencionar as ressalvas em relação aos dados¹⁰.

Para o professor de ensino de línguas, a IA trouxe a preocupação da legitimidade autoral, a partir do momento em que o professor não sabe se está avaliando um texto escrito pelo próprio aluno ou pela máquina.

Um modo de evitar essa situação é trazer a IA como instrumento didático e levar o aluno a usar o recurso para criar um *chat*, um bate-papo com a máquina e depois analisar, questionar essa conversa registrada num texto, que pode ser exportado, sob diversos pontos de vista. Para proporcionar uma experiência válida para essa proposta, é

¹⁰ Finger (2021) demonstra o exemplo da ocorrência das palavras ‘cirurgião’, ‘cirurgiã’ e ‘enfermeira’ nos dados, o reflexo do efeito probabilístico nas respostas geradas e o viés de caráter cultural. Há mais ocorrências das palavras ‘cirurgião’ e ‘enfermeira’.

recomendável munir o aluno com conhecimentos prévios sobre um determinado assunto. Em relação ao léxico, oferecer, por ex., leituras (em sua língua materna, se é nível inicial na LE) sobre relações semânticas (metáfora, polissemia, homonímia etc.) que são ensinadas desde os primeiros anos da escola, mas depois esquecidas, e depois sugerir uma conversa por escrito na língua alvo com a IA utilizando esse conhecimento de base, instruindo que se pode perguntar à máquina (diz-se *bot*, abreviação de *robot*) como se diz tal termo ou qual a relação de determinadas palavras na língua alvo, ampliando seu vocabulário em um campo. A qualidade das respostas fornecidas pela máquina depende da precisão da pergunta, ou do comando, que o usuário faz. É o chamado *prompt*, o que o usuário escreve para interagir com a máquina, que pode ser uma pergunta ou uma ordem. Com leituras prévias sobre um determinado assunto, o aprendiz tem condições de fazer perguntas específicas, obter resultados mais precisos e também refletir sobre esses resultados a partir do que aprendeu com as leituras. Os resultados podem ser discutidos em sala de aula, promovendo uma prática oral autêntica utilizando a LE ou uma prática reflexiva sobre a LE utilizando a língua materna.

Com a demanda de aprender inglês como LE, o uso da IA também está presente nos produtos à venda como solução para aprendizado. Surgem avatares criados por IA para simular uma conversa oral (diferenciando-se do *chatbot*) como um falante nativo. Ao ver publicidade com esse recurso, notamos que a conversa é na base da correção, o aprendiz inicia uma frase e o professor-avatar o corrige imediatamente, não respondendo à questão. Pesquisas em *glotodidática* já comprovaram que a correção enquanto o aprendiz está produzindo oralmente não é recomendada, pois aumenta a ansiedade e produz bloqueios de fala. Vemos aqui, uma versão moderna para uma atitude antiga no ensino.

CONCLUSÕES

Ao final da linha de descobertas sobre o léxico no ensino de LE, que nos propusemos a traçar, concluímos que é válido ter conhecimento e informações sobre abordagens e métodos utilizados no passado para avaliar recursos tecnológicos do presente.

Valendo-se da consciência de autonomia, conhecimentos prévios, consideração ao contexto de ensino e aprendizagem e senso crítico, tanto aluno como professor podem se beneficiar com RED e IA no ensino de línguas e, especialmente, na ampliação e no enriquecimento do léxico.

Este trabalho buscou divulgar o enfoque sobre o léxico entre professores de línguas e trazer fundamentos e contextos do ensino de línguas entre os estudiosos do léxico.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.
- BALBONI, P. **Didattica dell'italiano a stranieri**. Roma: Bonacci Editore, 1994.
- BALBONI, P. **Dizionario di glottodidattica**. Perugia: Guerra Edizioni; Soleil, 1999.
- BOHN, R. **Probleme der Wortschatzarbeit**. Berlin; München; Wien; Zürich; New York: Langenscheidt, 1999.
- CABRAL, J. L. Metodologias ativas no Curso de Italiano da UFBA: relato de experiências inovadoras. **Revista de Italianística**, São Paulo, n. 40, p. 31–43, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/italianistica/article/view/174606>. Acesso em: 31 jul. 2024.

CERVERO, M. J.; CASTRO, F. P. **Aprender y enseñar vocabulário**. Madrid: Edelsa, 2000.

CHAGAS, V. **Didática especial de línguas modernas**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

CHOMSKY, N. **Syntactic structures**. The Hague: Mouton, 1957.

CILIBERTI, A. **Manuale di glottodidattica**. Firenze: La Nuova Italia, 1994.

CORDA, A.; MARELLO, C. **Lessico**: ensinarlo e impararlo. 2. ed. atual. Perugia: Guerra Edizioni, 2004.

DE MAURO, T. **Il nuovo De Mauro**: dizionario della lingua italiana. Disponível em: <https://dizionario.internazionale.it/avvertenze/1>. Acesso em: 5 jun. 2024.

FINGER, M. Inteligência artificial e os rumos do processamento do português brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 35, n. 101, p. 51–71, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/63sbv5qSnnrqg8WpVwpgXzD/?format=pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

FREDDI, G. **Fondamenti, metodi e tecniche**. Torino: UTET Libreria, 1994.

GENOUVRIER, É.; PEYTARD, J. **Linguística e ensino do português**. Coimbra: Almedina, 1974.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. Trad. de vários autores. São Paulo: Contexto, 2008.

KUMARAVADIVELU, B. Macrostrategies for the second/foreign language teacher. **The Modern Language Journal**, v. 76, n. 1, p. 41–49, 1992.

KUMARAVADIVELU, B. **Beyond methods**: macrostrategies for language teaching. New Haven: Yale University Press, 2003.

KUMARAVADIVELU, B. **Understanding language teaching**. New Haven: Yale University Press, 2006.

LEFFA, V. J. Metodologia do ensino de línguas. In: BOHN, H. I.; VANDRESEN, P. (Orgs.). **Tópicos em linguística aplicada**: o ensino de línguas estrangeiras. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988. p. 211–236.

LEFFA, V. J. Ensino de línguas: passado, presente e futuro. **Revista de Estudos da Linguagem**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 389–411, 2012. DOI:

10.17851/2237-2083.20.2.389-411. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/relin/article/view/28616>. Acesso em: 31 jan. 2025.

LEFFA, V. J. **Língua estrangeira: ensino e aprendizagem**. Pelotas: Educat, 2016.

LEWIS, M. **The lexical approach: the state of ELT and the way forward**. Hove: Language Teaching Publications (LTP), 1993.

LEWIS, M. **Implementing the lexical approach: putting theory into practice**. Hove: LTP, 1997.

LEWIS, M. **Teaching collocation: further developments in the lexical approach**. Hove: LTP, 2000.

LÔPO RAMOS, A. A. Língua adicional: um conceito “guarda-chuva”. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 233–267, 2021. DOI: 10.26512/rbla.v13i01.37207. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/37207>. Acesso em: 6 jun. 2024.

MAYRINK, M. F.; COSTA, H. A. **Pesquisas em ensino e aprendizagem de línguas com tecnologias**. São Paulo: Pontes Editores, 2022.

MEZZADRI, M. **Dizionario per immagini**. 3. ed. Perugia: Guerra Edizioni, 2008.

MORAIS, C. G. P. **Digitaliamo: recursos didáticos com tecnologias digitais no ensino da língua italiana**. 2024. Dissertação (Mestrado em Letras – Língua, Literatura e Cultura Italianas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8148/tde-19122024-105842/pt-br.php>. Acesso em: 31 jan. 2025.

ORTALE, F. L. **Introdução ao pós-método no ensino de línguas**. Campinas: Pontes Editores, 2023.

ORTALE, F. L.; CORRIAS, V.; FORNASIER, R. M. L. Desafios no ensino da língua de herança: o italiano em Pedrinhas Paulista. **Revista Letras Raras**, Campina Grande, v. 6, n. 2, p. 72–86, 2023. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/RLR/article/view/1623>. Acesso em: 6 jun. 2024.

ORTALE, F. L.; FERRI, S. A. C.; SILVA, M. A. R. A pedagogia pós-método: o ensino de línguas como compromisso político para além da sala de aula. **Revista de Italianística**, São Paulo, n. 42, p. 176–189, 2021. DOI: 10.11606/

issn.2238-8281.i42p176-189. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/italianistica/article/view/185215>. Acesso em: 31 jan. 2025.

ORTIZ-ALVAREZ, M. L. O falante de herança: à procura da sua identidade. In: ORTIZ-ALVAREZ, M. L.; GONÇALVES, L. (Orgs.). **O mundo do português e o português no mundo afora**: especificidades, implicações e ações. Campinas: Pontes, 2016. p. 59–86.

PAIVA, V. L. M. O. Ensino de vocabulário. In: DUTRA, D. P.; MELLO, H. (Orgs.). **A gramática e o vocabulário no ensino de inglês**: novas perspectivas. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2004.

PICCHIASSI, M. **Fondamenti di glottodidattica**: temi e problemi della didattica linguistica. Perugia: Guerra Edizioni, 1999.

RABELLO, R. C. L.; CARDOSO, J. S. Letramento digital de professores de línguas: uma demanda da cibercultura ainda subestimada pelos currículos de licenciaturas. **Revista Linguagem & Ensino**, [S. l.], v. 25, n. esp., p. 225–249, 22 dez. 2022. DOI: 10.15210/RLE.V25especial.4445. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/RLE.V25especial.4445>. Acesso em: 30 jul. 2024.

RICHARDS, J. C.; RODGERS, T. **Approaches and methods in language teaching**. New York: Cambridge University Press, 2001.

SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação & Sociedade**, [S. l.], v. 23, n. 81, p. 143–160, 2002. DOI: 10.1590/S0101-73302002008100008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008100008>. Acesso em: 30 jul. 2024.

WELKER, H. A. **O uso de dicionários**: panorama geral das pesquisas empíricas. Brasília: Thesaurus Editora, 2006.

WELKER, H. A. **Panorama geral da lexicografia pedagógica**. Brasília: Thesaurus Editora, 2008.

WIDDOWSON, H. G. **O ensino de línguas para a comunicação**. Trad. de José Carlos Paes. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

WILLIS, D. **The lexical syllabus**: a new approach to language teaching. Londres: Collins, 1990.

ZAVAGLIA, C.; NADIN, O. L. Lexicografia pedagógica. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, v. 12, n. 4, p. 1921–1933, 2019. DOI: 10.14393/DL36-v12n4a2018-1. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/46698>. Acesso em: 1 ago. 2024.

ZUCCHI, A. M. T. **Um caminho para o ensino das colocações verbais em italiano língua estrangeira**: glossário temático e exercícios. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras – Língua, Literatura e Cultura Italianas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ZUCCHI, A. M. T. A internet em sala de aula de língua estrangeira: sob os holofotes ou nos bastidores? *In*: ENCONTRO NACIONAL SOBRE HIPERTEXTO: DESAFIOS LINGÜÍSTICOS, LITERÁRIOS E PEDAGÓGICOS, 1., 2005, Recife. **Anais** [...] Recife: Universidade Federal de Pernambuco, NEHTE, 2005. Disponível em: <https://nehte.com.br/acoes/eventos/i-encontro-nacional-sobre-hipertexto-desafios-linguisticos-literarios-e-pedagogicos/>. Acesso em: 31 jan. 2025.

ZUCCHI, A. M. T. **O dicionário nos estudos de línguas estrangeiras**: os efeitos de seu uso na compreensão escrita em italiano. 2010a. 284 f. Tese (Doutorado em Letras – Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010a. DOI: 10.11606/T.8.2010.tde-15052023-120926.

ZUCCHI, A. M. T. O uso de dicionários na compreensão escrita em italiano LE. *In*: DYKSTRA, A.; SCHOONHEIM, T. (Orgs.). **Proceedings of the XIV Euralex International Congress**. Leeuwarden: Fryske Akademy, 2010b. p. 1152–1160. Disponível em: <https://euralex.org/publications/o-uso-de-dicionarios-na-compreensao-escrita-em-italiano-le/>. Acesso em: 30 jan. 2025.

EXPLORANDO A TOPONÍMIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PALMAS - TO

Carla Bastiani

Karylleila dos Santos Andrade

INTRODUÇÃO



O caráter multifacetado das influências que levam à eleição de um nome de lugar permite que os estudos toponomásticos possam enveredar por diferentes caminhos de análise, tanto relacionados a aspectos linguísticos, descrevendo, por exemplo, estrutura, classificação e etimologia do topônimo, quanto extralinguísticos, enfocando-o como um meio para se obter, entre outras possíveis, informações históricas e sociais das regiões em que eles encontram, contribuindo significativamente para o reconhecimento do *modus vivendi* de um grupo. Reveste-se, pois, o elemento toponomástico de significativa importância, na medida em que se constitui como um produto da língua portador de uma substância cujo conteúdo reflete aspectos culturais de uma comunidade. Aceitando a validade dessas asserções, esta pesquisa se concentra no campo de interesse da toponímia urbana, explorando os nomes dos lugares que fazem parte do patrimônio cultural material da cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins.

Afirma Saviani (2000) que a humanidade se constrói social e historicamente mediante as relações que os sujeitos possuem com a produção humana, não sendo ela, portanto, uma característica naturalmente dada ao homem. Partindo do entendimento do autor, justifica-se o fortalecimento de ações voltadas à valorização patrimonial nos diversos ambientes que compõem a sociedade, incluindo-se, neste rol, a escola. Esta, pelo importante papel como instituição agenciadora de trocas por excelência, sejam estas de conhecimentos, de valores e de vivências, pode servir como espaço para o desenvolvimento de processos intencionais orientados à socialização e à conscientização dos significados do patrimônio cultural.

Destaca-se que, na esfera escolar, ações com foco na educação patrimonial encontram subsídio na concepção de conhecimento curricular contextualizado, que mobiliza saberes regionais e locais da sociedade e da cultura dos alunos para composição da parcela de conhecimentos complementares à base comum, consolidando uma educação democrática, na medida em que insere o universo do aluno no quadro das aprendizagens essenciais, em conformidade com o que postula a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017).

Com base no exposto, o cerne deste estudo consiste na apresentação de uma estratégia didático-pedagógica para Educação Básica, visando a uma abordagem inovadora dos topônimos concernentes ao patrimônio cultural material da cidade de Palmas – TO. Para tanto, utilizando um software toponímico como ferramenta principal, busca-se aprofundar a compreensão dos alunos sobre a história e o significado dos locais patrimoniais da cidade em questão.

Acredita-se, pois, que o trabalho com os topônimos no contexto da escola possa se tornar ainda mais significativo se orientado pelo viés da inovação pedagógica, isto é, pautado em práticas subsidiadas

por ferramentas digitais que podem ser exploradas a favor da construção da aprendizagem. Pelo fato de essas tecnologias já integrarem o universo da cultura digital em que os alunos estão imersos, o uso mediado delas como recurso didático pode não só enriquecer o trabalho com os nomes de lugares, como também servir como fator de motivação para esse aprendizado. É justamente nesse contexto que os multiletramentos ganham relevo, uma vez que possibilitam que se desenvolvam atividades relacionadas às novas práticas de linguagem contemporâneas, as quais se relacionam, em grande medida, à expansão das tecnologias da informação e da comunicação.

Na esteira desse raciocínio, pensando na conjuntura de sociedade digital e na aspiração de trabalhar com os nomes de lugares, especificamente na etapa do Ensino Fundamental, de forma significativa, surgiu a ideia de desenvolver um recurso didático digital pautado nos nomes dos lugares patrimoniais da cidade de Palmas – TO. Dessa aspiração, nasceu o aplicativo batizado de “Na trilha do patrimônio”, desenvolvido em parceria com o Curso de Ciências da Computação da Universidade Federal do Tocantins, campus Palmas. A ideia do aplicativo é exatamente a de servir como um expediente a mais para inserção da Toponomástica no âmbito escolar. O propósito primeiro do aplicativo é tornar a experiência do aluno com a abordagem dos topônimos em sala de aula mais interessante e, para isso, o aplicativo conta com recursos que favorecem a interatividade, possibilitando a participação ativa do discente no processo de construção do conhecimento.

Portanto, conceder espaço para a Toponomástica na Educação Básica pode favorecer a ampliação do repertório de conhecimentos dos alunos, na medida em que pode guiá-los rumo à compreensão da rede de fatores históricos, sociais, culturais que concorrem e está por trás do processo de nomeação de lugares. Diante do exposto, a

relevância deste estudo se encontra no intento de contribuir para promoção da educação patrimonial na escola mediante a aproximação dos alunos com o legado cultural na forma de patrimônio a partir do nome de lugar.

1. TOPONOMÁSTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: EM BUSCA DE NOVOS CAMINHOS

Em face do leque de saberes que se articulam em estudos orientados pela vertente toponomástica de pesquisa, o empenho para que ela se torne uma área do conhecimento cada vez mais conhecida pelo grande público tem sido um dos objetivos de muitos pesquisadores nos últimos tempos. Nesse sentido, publicações recentes têm trazido propostas direcionadas ao trabalho com a Toponomástica no contexto do ensino em suas mais variadas perspectivas. Entre essas, em âmbito nacional, citam-se aqui apenas algumas: Nunes e Andrade (2012, 2015), Nunes (2016), Reis (2017), Reis e Andrade (2019a, 2019b), Andrade, Nunes, Nascimento e Bastiani (2019), Nascimento e Andrade (2020), Nascimento (2020), Sousa (2017, 2018), Sousa e Gouveia (2018) e Bastiani (2022, 2023).

Tais estudos têm tido o cuidado de se respaldar nos documentos parametrizadores educacionais de cunho oficial, tanto em âmbito nacional, com destaque para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quanto em âmbito regional, com foco no Documento Curricular do Tocantins (DCT) para as pesquisas desenvolvidas em solo tocantinense. Este último documento, fundamentado no primeiro, foi consolidado, aprovado e homologado pelo Conselho Estadual de Educação do Tocantins no ano de 2019, por meio da Resolução nº 24, de 14 de março de 2019.

Nesse viés, é fundamental pontuar que, ao se conceber uma proposta que contemple o trabalho com a Toponomástica na escola, é preciso que ela esteja em consonância com as aprendizagens essenciais estabelecidas pelos documentos oficiais que norteiam a Educação Básica, para que não se corra o risco de ela se tornar uma atividade descontextualizada dos demais objetos em estudo e rotulada como uma “invencionice” que a academia deseja impor ao já extenso currículo escolar, o qual, por si só, já demanda um grande esforço por parte dos professores para abordagem completa dos objetos do conhecimento por ele sistematizados.

Muito embora a BNCC não faça menção explícita aos nomes de lugares como um objeto do conhecimento a ser tratado nas etapas da Educação Básica, possibilidades de se empreenderem práticas de ensino direcionadas a esse trabalho podem ser depreendidas em muitos momentos ao longo do texto desse documento, enredadas nas competências, nas habilidades e nos objetos do conhecimento que se apresentam como balizadores do fazer pedagógico, como se verá adiante na sugestão didática proposta. Já no DCT de Língua Portuguesa, no contexto do eixo¹ de Análise Linguística referente ao 6º ano, especificamente no que tange à abordagem dos seguintes objetos de conhecimento: “Morfossintaxe. Substantivo: conceito, classificação e flexão”, verifica-se uma sugestão pedagógica em que se contemplam os nomes de lugares da toponímia tocantinense, o que pode ser observado no quadro 1 a seguir.

¹ De acordo com as DCT – Linguagens: os eixos de integração considerados na BNCC e norteadores deste documento são aqueles já consagrados nos referenciais curriculares da área, correspondentes às práticas de linguagem: oralidade, leitura/escuta, produção (escrita e multisemiótica) e análise linguística/semiótica (que envolve conhecimentos linguísticos – sobre o sistema de escrita, o sistema da língua e a norma padrão –, textuais, discursivos e sobre os modos de organização e os elementos de outras semioses) (Tocantins, 2019, p. 20).

Quadro 1. Língua Portuguesa - 6º ano do Ensino Fundamental - 1º bimestre

CA	EIXO	HABILIDADES	OBJETOS DE CONHECIMENTO	SUGESTÕES PEDAGÓGICAS
TODOS OS CAMPOS	Análise linguística	(EF06LP05) identificar os efeitos de sentido dos modos verbais, considerando o gênero textual e a intenção comunicativa.	Efeitos de sentido dos modos verbais na estrutura narrativa.	Essa habilidade refere-se ao estudo dos modos verbais: indicativo, subjuntivo e imperativo, de modo que o estudante consiga identificar os sentidos essenciais de cada um, em práticas de leitura e/ou produção nas quais a (re) construção dos sentidos esteja relacionada aos efeitos produzidos pelos modos verbais.
		(EF06LP04) Analisar a função e as flexões de substantivos e adjetivos e de verbos nos modos Indicativo, Subjuntivo e Imperativo: afirmativo e negativo.	Morfossintaxe. Substantivo: conceito, classificação e flexão. Modos indicativo e subjuntivo.	Essa habilidade pressupõe a construção prévia ou conexa de conhecimentos morfosintáticos relacionados a três classes de palavras (substantivos, adjetivos, verbos) e a modos verbais e categorias gramaticais a elas relacionadas. Convém lembrar, ainda, que as concordâncias verbal e nominal, assim como a manutenção e a correlação dos tempos verbais implicadas nessa habilidade colaboram para a coesão e a coerência na escrita. É pertinente incluir no estudo dos léxicos palavras próprias da nossa região. (Estudos dos nomes de lugares: Toponímia)

Fonte: Tocantins (2019, p. 148, grifos nossos).

Ainda que seja uma proposição sem maiores detalhamentos, como evidencia o quadro acima, ela legitima as proposições que caminham rumo ao alcance deste objetivo: apresentar estratégias didático-pedagógicas para o trabalho com os topônimos no contexto da Educação Básica. Tal legitimidade decorre do reconhecimento de que analisar os aspectos envolvidos no ato de nomear pode conduzir o aluno à percepção de que os nomes atribuídos aos lugares, como expressão linguístico-social, estão enraizados na história da comunidade. Além disso, contribuem para que tais locais possam ser concebidos como lugares de memória, em razão do caráter conservador do signo toponomástico, que pode revelar elementos da expressão psicossocial e cultural de um grupo de falantes em um determinado recorte temporal.

Na esteira desse propósito, almeja-se sugerir uma estratégia didática para o trabalho com os topônimos, em uma perspectiva identitário-cultural, a fim de contribuir com a práxis daqueles

que reconhecem a importância dessa abordagem. Assim, pretende-se também despertar o interesse daqueles que ainda não vislumbraram o potencial dessa disciplina para ampliar o leque de aprendizados dos alunos, especialmente no que tange à possibilidade de redimensionar a compreensão dos laços existentes entre o lugar, o seu nome e os indivíduos que nele interagem, contribuindo, dessa forma, para preservação da identidade cultural da comunidade.

De todo modo, é necessária uma ressalva: neste estudo, quando se propõe uma estratégia didático-pedagógica para contemplar o trabalho com topônimos na Educação Básica, não se busca aplicar a perspectiva teórico-metodológica das pesquisas acadêmicas de vertente toponomástica, como – apenas a título de ilustração e não exclusivamente –, a coleta de topônimos em bases cartográficas e a sistematização deles em fichas lexicográficas com ênfase em aspectos linguísticos. As sugestões aqui apresentadas se orientam por uma perspectiva em que os nomes de lugares são abordados no contexto das unidades temáticas e dos campos de atuação propostos pela BNCC e pelo DCT.

Nesse contexto, a base temática para o desenvolvimento da estratégia didática são os nomes dos bens patrimoniais materiais da cidade de Palmas – TO. A justificativa para a escolha desse conjunto toponímico é a necessidade permanente de realizar ações voltadas ao despertar da consciência sobre a importância de valorizar a história da comunidade, fomentando, sobretudo, a educação patrimonial.

A relevância dessa iniciativa está intrinsecamente ligada ao fato de que o patrimônio, como produto cultural, não existe isolado do contexto em que se origina. Pelo contrário, ao ser formado no seio de uma sociedade, configura-se como um elemento que materializa a identidade desse grupo, incorporando traços do construto simbólico que reflete a forma como essa comunidade interpreta sua própria realidade. Essa representação transcende o momento presente, consolidando-se como

uma expressão da memória histórica do grupo cultural. Nessa perspectiva, conforme afirmam Nascimento e Balsan (2014, p. 70),

Entende-se, portanto, que o patrimônio deve ser considerado como um campo de práticas e representações que se constituem de forma autônoma e possível de problematizar e questionar a experiência patrimonial, assim, investigar os modos como o simbólico integra a memória social até se constituir como imaginário.

É fundamental esclarecer que, como teoria norteadora para o desenvolvimento da estratégia didático-pedagógica de trabalho com os nomes de lugares na escola, pauta-se, aqui, na abordagem dos multiletramentos. Esta ganha foco na medida em que visa ampliar o contato do estudante com novos recursos e tecnologias digitais que podem ser usadas a favor do aprendizado, preparando-o para uma participação mais efetiva nas práticas contemporâneas de linguagem que têm lugar em uma sociedade globalizada, o que vai ao encontro dos ideais de democracia e de inclusão sustentados pela BNCC.

2. MULTILETRAMENTOS: CARACTERIZAÇÃO E RELEVÂNCIA NO ATUAL CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

No contexto da virada paradigmática suscitada pelo grupo intitulado New Literacy Studies NLS, surge o termo “multiletramentos”, especificamente na década de 1990, no manifesto programático intitulado “A Pedagogy of Multiliteracies – Designing Social Futures²”

² De acordo com Cope; Kalantzis (2000, p. 3-4), os autores do manifesto são: Cazden, C.; Cope, B.; Fairclough, N.; Gee, P.; Kalantzis, M.; Kress, G.; Luke, A.; Luke, C. Michaels, S.; Nakata, M., os quais se identificam como “New London Group”.

(Uma Pedagogia de Multiletramentos – Desenhando Futuros Sociais), resultado das discussões promovidas pelo New London Group³ NLG. Esse grupo, composto por pesquisadores – sobretudo da Linguística e da Educação – envolvidos em debates sobre uma nova pedagogia de ensino, defendia a tese de que a escola deveria ser tributária de novas práticas em torno da escrita que emergiam da sociedade, fruto de um contexto de mudanças tanto socioculturais quanto tecnológicas, para que, mediante a consideração de objetos do conhecimento e formas de ensino ressignificados, essa instituição pudesse ser capaz de acompanhar tais mudanças. Como se depreende, o foco do letramento recai em uma perspectiva pedagógica, isto é, na abordagem dos multiletramentos pela escola. Sobre a razão da escolha do termo, Cazden *et al.* (2021, p. 18) explicam que:

Decidimos que os resultados de nossas discussões poderiam ser encapsulados em uma palavra – multiletramentos – palavra que escolhemos para descrever dois importantes argumentos com que podemos abordar as ordens cultural, institucional e global emergentes: a multiplicidade de canais de comunicação e mídia e a crescente proeminência da diversidade cultural e linguística.

Os dois argumentos citados se relacionam com as noções de multimodalidade e de multiculturalidade, respectivamente. A primeira delas, a multimodalidade, refere-se às diversas semioses que constituem os textos contemporâneos que circulam na sociedade, relacionando linguagem verbal, nas modalidades escrita e falada com elementos visuais, como imagens, vídeos, efeitos sonoros, de diagra-

³ O nome Grupo Nova Londres/New London Group tem estreita relação com o nome da cidade em que foi realizado um colóquio, em 1996, Nova Londres, localizada em Connecticut, EUA, idealizado por esses pesquisadores, no qual se afirmou, pela primeira vez, em um manifesto resultante dos debates, a necessidade de uma Pedagogia dos multiletramentos (Rojo, 2012, p. 11).

mação e de tratamento de imagens, entre outros, que se congregam para a produção de sentidos e são características dos novos canais de informação e das novas ferramentas de comunicação. Em outras palavras, a multimodalidade pode ser entendida como os “[...] textos compostos de muitas linguagens (ou modos, ou semioses) e que exigem capacidades e práticas de compreensão e produção de cada uma delas (multiletramentos) para se fazer significar” (Rojo, 2012, p. 19).

Já a multiculturalidade traz à tona a ideia de várias culturas convivendo em um dado espaço. Canclini (2004, p. 14) entende o “mundo multicultural” como “[...] uma justaposição de etnias ou grupos em uma cidade ou nação”. Aplicando esse entendimento para ao contexto escolar, a multiculturalidade também se faz presente nos diversos grupos que compõem o seu público, cada um desses grupos com modos próprios de ler o mundo e de se fazer presente nele, com múltiplos interesses, formas específicas de usar a língua e valores éticos e estéticos, que moldam, por implicação, a composição do seu repertório cultural de interesse.

No multiculturalismo, o multilinguismo é uma dimensão também enfatizada pelo NLG. O grupo destaca a necessidade de considerar, no currículo escolar, uma característica comum em uma sociedade inserida no contexto da globalização, que é o florescimento das “linguagens sociais” (Gee, 1996), representando as variações de uso da língua nos diferentes contextos sociais em que os indivíduos interagem, como o nacional, o étnico, o profissional ou mesmo aqueles que se formam pela reunião de indivíduos por interesses e/ou afinidades.

Em primeiro lugar, somos todos, apesar de nossas ilusões comuns sobre o assunto, não um único quem, mas várias, diferentes pessoas em diferentes contextos. Em segundo lugar, um mesmo falar e um mesmo agir podem ter valores diferentes em

contextos diferentes. Realizamos diferentes “quem” e “o que” através do uso de diferentes linguagens sociais⁴ (Gee, 1996, p. 66, tradução nossa).

Nessa perspectiva, o NLG destaca que, enquanto a escola organiza suas atividades sobre a língua partindo de um padrão específico (gramatical, literário e de variedade linguística), no cotidiano os sujeitos interagem em constante negociação de dialetos, relacionando-se com um conjunto de textos híbridos de diferentes letramentos (vernaculares e dominantes) e provenientes de campos diferentes (como o popular, o de massa, o erudito). Por essa razão, faz-se necessário que a escola contemple essa realidade no currículo, objetivando formar pessoas que entendam a construção de significados como um processo ativo em um mundo de mudanças e transformações constantes.

Assim sendo, pensar em currículos e em práticas pedagógicas dentro de um ensino multicultural traz à escola o imperativo de uma atitude que agregue essa multiplicidade, legitimando saberes, falares e relações com a escrita marginalizados, sem estigma e sem predominância de valor de verdade. É importante ressaltar que as complexas mudanças que permeiam a sociedade contemporânea não são barradas pelos muros da escola. Elas também estão presentes nesse espaço, sejam elas apreciadas ou não. Diante disso, pensar em propostas pedagógicas que abordem essas transformações não é uma preocupação exclusiva dos últimos tempos. Como se pontuou, desde a década de 1990, o NLG já se debruçava sobre questões que envolviam as implicações da diversidade cultural, linguística e da multiplicidade de canais de comunicações presentificados na sociedade globalizada nas práticas de ensino, argumentando sobre a necessidade de uma

⁴ No original: “First, we are all, despite our common illusions about the matter, not a single who, but a great many, different whos in different contexts. Second, one and the same speaking or acting can count as different things in different contexts. We accomplish different whos and whats through using different social languages”.

abordagem pedagógica mais abrangente, alinhada com essas novas demandas sociais.

Nessa lógica, como se depreende da leitura de Rojo (2012), uma das principais referências nos estudos que versam sobre os multiletramentos no Brasil, uma das contribuições dessa abordagem é que ela possibilita que se promova, no âmbito escolar, reflexões e práticas pedagógicas que explorem as multiplicidades que se fazem presentes no cotidiano social, tanto de ordem cultural, política, ética, como aquelas relacionadas aos vários modos de significar característicos dos textos que circulam na sociedade hodierna. Sublinha-se que é justamente a multiplicidade de linguagens que nesses textos se faz presente que exige que o leitor seja multiletrado tanto para consumi-los como também para produzi-los.

3. ECOS DO DISCURSO DO NEW LONDON GROUP NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Em vista da necessidade de complementaridade das formas tradicionais de letramento, os multiletramentos foram legitimados pelo documento normativo oficial que norteia o conjunto das aprendizagens essenciais que devem integrar os currículos das escolas brasileiras, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017. Entre os objetivos declarados por este documento, figura o anseio de que ele “[...] ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação (Brasil, 2017, p. 8).

Conforme afirma Ribeiro (2020), o discurso do NLG fundamenta a BNCC, o que se evidencia, por exemplo, na forma como as dez competências gerais definidas para Educação Básica dialogam com o manifesto programático construído pelo New London Group. Nesse contexto, na introdução da Base, são apresentadas as dez competências gerais que devem ser desenvolvidas pelos estudantes ao longo da Educação Básica, para o alcance das quais devem concorrer as aprendizagens essenciais em tal documento definidas. Tais competências “[...] consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento” (Brasil, 2017, p. 8).

Isto posto, remetendo a discussão para a seara linguística, foco desta pesquisa, fica claro, no texto da Base, que um dos seus propósitos é contemplar as práticas de linguagem que se materializam em novas experiências textuais que têm espaço na esfera digital, o que converge com os ideais do NLG expostos no Manifesto. Como sustentação teórica para o desenvolvimento deste trabalho,

Assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os quais a linguagem é “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 1998, p. 20). (BNCC, 2017, p. 67).

Nessa perspectiva, para a disciplina de Língua Portuguesa, assume-se “[...] a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem”, o que está em conformidade com o que já foi consagrado por outros documentos oficiais da área, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, doravante PCN, e visa “[...] sempre relacionar os textos a seus contextos

de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses” (BNCC, 2017, p. 67).

Nas linhas traçadas pelo interacionismo-sócio-discursivo, sobre a noção de texto, em Bronckart (1999, p. 75), lê-se: “[...] chamamos de texto toda a unidade de produção de linguagem situada, acabada e autossuficiente (do ponto de vista da ação ou da comunicação)”, e que se realiza por intermédio de um gênero. Explica Marcuschi (2010, p. 22) que “[...] é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum *gênero*, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto. Em outros termos, partimos da ideia de que a comunicação verbal só é possível por algum *gênero textual*”.

Destarte, gênero textual pode ser entendido como um tipo “relativamente estável” de enunciado (Bakhtin, 2003, p. 283)⁵, materializado, que circula nas diversas esferas discursivas, cumprindo uma determinada finalidade comunicativa no tecido social, com especificidades no que tange à sua composição, ao seu estilo e ao seu tema. Imbricada a essa concepção e levando em consideração os demais pressupostos teóricos considerados pela BNCC, quando se trata do componente curricular de Língua Portuguesa, enfatiza-se que o trabalho deve, preferencialmente, ser mediado por gêneros discursivos. Dessa ênfase na função social da linguagem, depreende-se a necessidade de se pensar em propostas de ensino que remetam a situações concretas de uso da língua materna, a partir das quais o aluno possa desenvolver sua competência enquanto usuário da língua, tornando-se apto a interagir com as mais variadas formações sócio-discursivas no interior das situações comunicativas em que estiver inserido, o que corrobora a necessidade de se focalizar os gêneros discursivos. Defendem Schneuwly e Dolz (2004, p. 51) que

⁵ Bakhtin faz uso da expressão “gênero do discurso” (Bakhtin, 2003, p. 283).

[...] o trabalho escolar, no domínio da produção da linguagem, faz-se sobre os gêneros, quer se queira ou não. Eles constituem o instrumento de mediação de toda estratégia de ensino e material de trabalho, necessário e inesgotável, para o ensino da textualidade. A análise de suas características fornece uma primeira base de modelização instrumental para organizar as atividades de ensino que esses objetos de aprendizagem requerem.

Em face desse imperativo, não se pode desconsiderar os reflexos das novas modalidades de interação no ciberespaço, segundo Lévy (1999, p. 16).⁶ A imersão no ambiente digital mediada pelo advento da internet e da World Wide Web tem se apresentado como uma marca indelével das últimas gerações. Nesse sentido, as novas tecnologias e o uso de diversas ferramentas advindas dessa teia, criada pela hiperconectividade, têm não somente feito parte do cotidiano das pessoas, mas também orientado a sua mentalidade, moldando pensamentos, ações e formas de se posicionar no mundo. Do panorama atual, a cada dia, emergem incessantemente soluções tecnológicas atinentes aos mais variados segmentos, aprimorando processos e facilitando a vida humana em alguns aspectos.

Na esfera do ciberespaço, novas formas de comunicação têm emergido, exigindo de seus usuários proficiência tanto para produção quanto para recepção de certas práticas de linguagem antes inimagináveis, que congregam novos arranjos multissemióticos e que conduzem a novas formas de produção de significados. De acordo com Rojo (2013, p. 7), “A integração de semioses, o hipertexto, a garantia de

⁶ Para Lévy (1999, p. 16): “O ciberespaço que também chamarei de ‘rede’ é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo”.

um espaço para a autoria e para a interação, a circulação de discursos polifônicos num mesmo ciberespaço, com a distância de um clique, desenham novas práticas de letramento na hipermídia”.

Essas novas configurações discursivas se constituem como vetores da produção de gêneros do discurso adaptados a tal realidade, cujo suporte passa a ser o próprio ambiente digital. Nesse contexto, surgem, a título de ilustração, gêneros como: fanfics, wikis, fanzine, fanvídeo, reportagem multimidiática, relato multimidiático, meme, post, tweet, tutorial em vídeo, podcast, graphics interchange format (GIF), entre diversos outros, os quais circulam em diferentes mídias e campos de atividade, demandando o desenvolvimento de competências que possibilitem ao sujeito se inserir e transitar com autonomia e criticidade no interior das práticas de linguagem que permeiam a cultura digital.

Diante dessa conjuntura, integrando o rol dos gêneros cujo trabalho já é consagrado pela escola, surge a necessidade de se contemplar esses novos gêneros, os quais requerem novos tipos de letramentos, no caso, digitais. Conforme salienta Rojo (2013, p. 8) que “[...] se os textos da contemporaneidade mudaram, as competências/capacidades de leitura de textos exigidas para participar de práticas de letramentos atuais não podem ser as mesmas”.

Assim, em vista desse contexto e do objetivo de formar integralmente o sujeito, a escola não pode se furtar da tarefa de contemplar, em seu currículo, as novas configurações discursivas, uma vez que elas integram a atual realidade e se constituem como condição para participação efetiva na sociedade digital. Relativo a essa questão, explicita o texto da BNCC que

[...] é imprescindível que a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos

de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital. Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes (Brasil, 2017, p. 61).

Nesse sentido, a abordagem dos multiletramentos emerge, pois, como um guia para a concepção de sugestões didático-pedagógicas voltadas ao trabalho com nomes de lugares na escola. Foi exatamente nesse contexto que o aplicativo “Na trilha do patrimônio” foi idealizado, ou seja, para servir como um recurso digital que colabore para o desenvolvimento de tal trabalho.

4. “NA TRILHA DO PATRIMÔNIO”: UMA FERRAMENTA TOPONOMÁSTICA DIGITAL VOLTADA À EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SALA DE AULA

O aplicativo “Na trilha do patrimônio” tem como objetivo servir como recurso didático no contexto do desenvolvimento de estratégias direcionadas ao trabalho com nomes de lugares na Educação Básica. A ideia por trás do desenvolvimento desse aplicativo foi de levar, para o âmbito da sala de aula, uma ferramenta que pudesse ser, ao mesmo tempo, educativa e interativa, ampliando os horizontes do trabalho com topônimos na escola.

Quanto ao nome atribuído ao aplicativo, sua motivação advém do próprio conteúdo que contempla os nomes dos lugares que

integram o conjunto patrimonial de natureza material da cidade de Palmas. Pensando então no campo lexical que envolve a toponomástica, destacam-se palavras como: lugar, local, mapa, itinerário, caminho, rota, roteiro, entre outras. Dentre essa gama de palavras e de arranjos linguísticos possíveis, optou-se por uma composição que não só deixasse transparecer o conteúdo do software de maneira simples, mas que também despertasse a curiosidade dos usuários.

Destaca-se que o aplicativo surgiu como um desdobramento do Sistema Toponímico do Tocantins (SISTOP)⁷, que integra o Projeto Atlas Toponímico do Tocantins (ATT). Este tem como objetivo, em linhas gerais, fazer o mapeamento toponímico do Estado do Tocantins. À vista disso, é importante ressaltar que todos os dados dispostos no aplicativo “Na trilha do patrimônio” também irão compor, em um momento vindouro, o banco de dados do SISTOP, que está em processo final de desenvolvimento.

O aplicativo “Na trilha do patrimônio” também se encontra em fase final de desenvolvimento pela equipe de programação do projeto “Fábrica de softwares”, vinculado ao Curso de Ciências da Computação da Universidade Federal do Tocantins, campus Palmas. Vale ressaltar que, ao conceber o aplicativo, teve-se o propósito de expandir o espaço de estudo dos topônimos para o ambiente virtual, em uma plataforma agregadora, que pudesse tornar esse processo de aprendizado mais didático e motivador para os alunos. Nesse sentido, a qualificação dessa proposta como inovadora decorre da aplicação dos estudos toponomásticos ao contexto do ensino, especialmente

⁷ O SISTOP é definido como plataforma/banco de dados online com informações catalogadas das fichas lexicográfico-toponímicas, resultado do trabalho de coleta e de análise de dados provenientes dos 139 mapas dos municípios do estado do Tocantins, a plataforma dispõe de dados linguísticos, históricos, geográficos, etimológicos dentre outros.

com a utilização de uma ferramenta digital interativa. Concorde-se com Nascimento e Andrade (2020, p. 26) quando estes justificam que:

[...] a inovação, no contexto escolar, assim como nas demais áreas, é da ordem de aplicação; tem, no escopo, a estratégia da ação e deve ser guiada por objetivos práticos. Partimos da premissa de que o ato de inovar não deve ser compreendido como resultado de uma ação determinada, mas de um processo. É nessa percepção que lidamos com o caráter de inovação pedagógica ao estudar uma proposta pedagógica que relacione toponímia e interdisciplinaridade.

Partindo do entendimento acima apresentado, esclarece-se que o objetivo prático do aplicativo “Na trilha do patrimônio” é o de servir como ferramenta colaborativa para ampliar o leque de aprendizados que emerge do estudo dos nomes de lugares. Ademais, considerando o escopo do aplicativo, que contempla os nomes que formam o conjunto do patrimônio material da cidade de Palmas – TO, ele também se caracteriza como uma ferramenta de educação patrimonial informal, na medida em que, ao apresentar informações sobre os bens patrimoniais, didaticamente organizadas em arranjos multimodais, contribui para ressignificar a relação dos alunos com esses lugares, despertando, inclusive, a necessária consciência de sua valorização.

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capa-

citando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 4).

Ao contemplar, no aplicativo, a toponímia do patrimônio cultural material da cidade de Palmas, avança-se na direção desse trabalho de educação patrimonial, uma vez que se busca, pelo viés do nome de lugar, conduzir os alunos à percepção do universo de significados que se materializam nesses nomes, os quais comunicam aspectos socioculturais e da trajetória histórico-temporal da comunidade em que se inserem, processo esse que pode conduzir à valorização desses lugares e ao despertar do sentimento de identificação para com eles.

Acredita-se que a utilização de aplicativos educacionais em sala de aula pode abrir novas possibilidades para a abordagem de um objeto do conhecimento, suplementando práticas já cristalizadas na escola. No caso específico dos nomes de lugares, o uso de um software pedagógico pode contribuir para despertar a motivação do aluno, na medida em que fomenta seu protagonismo no processo de aprendizagem, pois é o educando quem escolhe os caminhos a serem trilhados no aplicativo, navegando conforme suas preferências, aprendendo de acordo com seu próprio ritmo, bem como interagindo e colaborando com informações e sugestões para melhoria do software, de acordo com seu inventário de conhecimentos e de interesses.

Figura 1. Interface do aplicativo “Na trilha do patrimônio”



Fonte: Acervo próprio (2024).

De modo geral, a ideia que moveu a criação desse recurso digital foi a tentativa de tornar a experiência do aluno com a abordagem desses topônimos mais atraente e interativa. Para além desse uso na escola como ferramenta digital a favor da construção da aprendizagem, esse aplicativo pode contribuir para que a comunidade palmense, de modo geral, possa conhecer um pouco mais sobre seu patrimônio cultural material, reconhecendo esses lugares como arcabouço da

sua herança cultural, berço da memória coletiva e fonte de conhecimento e de reconhecimento identitário.

4.1. Patrimônio cultural material palmense

Situada na parte central do território do Estado do Tocantins, a cidade de Palmas possui uma área de 2.227,329 km². A mais jovem das capitais brasileiras faz limite, ao norte, com Lajeado do Tocantins; ao sul, com Porto Nacional; a leste, com Aparecida do Rio Negro e com Santa Teresa do Tocantins e, a oeste, com Paraíso do Tocantins e com Miracema do Tocantins. De acordo com os dados do IBGE de 2022, a população alcançou o número 323.625 pessoas⁸. As principais atividades econômicas dessa cidade concentram-se no comércio, serviços e agropecuária.

Ao longo dos seus 32 anos de história, a cidade de Palmas vem congregando inovação e tradição. As características modernas dos projetos de engenharia atuais, por exemplo, não prescindem a história, as tradições, os saberes, as celebrações, os costumes e os modos de fazer que fazem parte da identidade do povo tocantinense e que integram o patrimônio desse lugar no sentido lato do termo. Nesse sentido, conserva-se “[...] um patrimônio cultural imaterial, no sentido estrito do termo, totalmente integrado com o que é considerado patrimônio cultural material, podendo ser esse antigo ou moderno” (Machado *et al.*, 2015, p. 11).

Pensar, portanto, em ações que se direcionam à conservação do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, se justifica na medida em que se busca preservar e também valorizar a memória e a identidade do grupo. Direcionando a discussão especificamente para o que se

⁸ Informações disponíveis em: Palmas (TO) | Cidades e Estados | IBGE. Acesso em: 20 maio 2025.

refere ao patrimônio material da cidade Palmas, esclarece-se que aqui são apresentados todos os bens considerados como patrimônio cultural material pelas esferas estadual e municipal que estão localizados nesta cidade. Nesse sentido, a ênfase não está na esfera responsável pela salvaguarda do bem, mas sim na localização deste. É necessário ressaltar que a limitação do número de bens imóveis considerados patrimônio cultural material decorre do fato de que Palmas, por ser uma cidade muito jovem, ainda não dispôs de tempo suficiente para constituição de um patrimônio cultural material mais abrangente.

No quadro 2, são apresentados os bens imóveis considerados patrimônio cultural material da cidade de Palmas, com a devida explicitação do instrumento utilizado para sua preservação, da legislação concernente ao mecanismo de proteção utilizado e do ente da federação responsável pela sua salvaguarda.

Quadro 2. Inventário do patrimônio cultural material da cidade de Palmas –TO

Bem patrimonial	Instrumento de proteção	Legislação de proteção	Esfera de proteção
Assembleia Legislativa do Tocantins (Assembleinha)	Tombamento definitivo	Lei nº 431, de 28 de julho de 1992	Estadual
Casa da Cultura Professora Maria dos Reis	Tombamento provisório	Decreto nº 22, de 29 de fevereiro 2000.	Municipal
Escola Municipal Irmã Aspázia	Tombamento provisório	Decreto nº 22, de 29 de fevereiro 2000.	Municipal
Casa Suçupara	Tombamento definitivo	Decreto nº 67, de 16 de março de 2005.	Municipal
Museu Casa Vitor	Tombamento provisório	Decreto nº 230, de 15 de setembro de 2011	Municipal
Museu Histórico do Tocantins (Palacinho)	Tombamento definitivo	Lei nº 431, de 28 de julho de 1992	Estadual
Teatro de Arena	Tombamento provisório	Decreto nº 22, de 29 de fevereiro 2000.	Municipal

Fonte: Elaboração própria (2022).

Pensar nos lugares que se tornam patrimônios é, portanto, considerar a dimensão de significados da qual esses locais se revestem, carregados de símbolos que sintetizam olhares e expectativas singulares perante o mundo, as quais mostram ser o lugar um palco de experiências, um espaço significado. Precisa Carlos (2007, p. 17) que

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. A cidade, por exemplo, produz e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

Nessa consideração de lugar como patrimônio, o nome que a ele é atribuído também merece relevo, já que, juntos, o bem patrimonial e o seu nome formam uma unidade representativa de aspectos que particularizam uma cultura. Nesse sentido, afirma-se que o nome do lugar também auxilia na própria transformação de um “espaço indiferenciado” em um “lugar significado” (Tuan, 2015, p. 10).

Por conseguinte, ao se estudar o conjunto do patrimônio cultural material imóvel de uma localidade a partir do prisma de lugar significativo, como concebe a Geografia Humanista, pretende-se explicitar as referências culturais nele imbuídas. Uma dessas referências se cristaliza nos nomes que são atribuídos aos lugares-patrimônio, os quais amalgamam traços da história da comunidade.

Investigar, pois, a motivação dos nomes atribuídos ao conjunto do patrimônio de uma comunidade pode auxiliar na compreensão de aspectos sócio-históricos inerentes à sua constituição, contribuindo, inclusive, para o despertar da consciência de valorização e de preser-

vação desses lugares, essência do que se caracteriza como educação patrimonial.

4.2. A Toponomástica no contexto do Ensino Fundamental: apontando caminhos

Muitas propostas relacionadas ao estudo dos nomes de lugares, orientadas por objetivos específicos, podem ser desenvolvidas em diferentes momentos da Educação Básica. Apresenta-se, a seguir, apenas uma das muitas possibilidades de enfoque, a qual se materializa em uma oficina pedagógica, que toma como base temática para seu desenvolvimento a toponímia do patrimônio cultural material da cidade de Palmas – TO.

Esclarece-se que a opção pelo formato metodológico de oficina encontra subsídio nas considerações e proposições de Alexandre, Bastiani e Andrade (2022, p. 145). Ademais, vale destacar que, especificamente no que tange à base temática estabelecida neste projeto, as oficinas pedagógicas oferecem diversas vantagens educacionais, tais como:

1. conexão com a realidade local: as oficinas permitem uma abordagem contextualizada, conectando os alunos diretamente ao patrimônio cultural material de sua região, promovendo um maior interesse e identificação com o conteúdo;
2. vivência Prática: as oficinas pedagógicas proporcionam uma vivência prática e tangível, permitindo que os alunos explorem, interajam e aprendam a respeito da motivação dos nomes dos bens patrimoniais de sua cidade de maneira significativa;

3. estímulo à Pesquisa e Investigação: as oficinas incentivam a pesquisa ativa, motivando os alunos a investigarem a história, o significado e a importância cultural dos lugares patrimoniais, desenvolvendo habilidades de pesquisa e de análise crítica;
4. diálogo entre Componentes Curriculares: ao abordar os nomes de lugares do patrimônio cultural material da cidade de Palmas – TO, as oficinas podem integrar diferentes componentes curriculares, como História, Geografia e Língua Portuguesa, enriquecendo a experiência interdisciplinar;
5. desenvolvimento de Habilidades Sociais: trabalhar por meio de oficinas pedagógicas, frequentemente, envolve atividades em grupo, promovendo o desenvolvimento de habilidades sociais, como colaboração, comunicação e trabalho em equipe;
6. promoção da Identidade Local: ao explorar o patrimônio cultural material de Palmas - TO, as oficinas contribuem para a promoção da identidade local, ajudando os alunos a compreenderem e valorizem a herança cultural de sua comunidade;
7. preparação para a Cidadania: Conhecer e valorizar o patrimônio cultural local contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, engajados e responsáveis, promovendo o respeito pela história e identidade de sua comunidade.

Em resumo, as oficinas pedagógicas oferecem uma abordagem dinâmica e eficaz para o trabalho com os nomes de lugares na Educação Básica, enriquecendo a experiência educacional dos alunos e contribuindo para a formação de indivíduos mais críticos e conscientes. A seguir, apresenta-se uma estratégia didático-pedagógica em formato de oficina a ser desenvolvida no 6º ano do Ensino Fundamental.

“Descobrimos Palmas - Explorando os Topônimos do Patrimônio Cultural”

Público-Alvo: Alunos do 6º ano do Ensino Fundamental

Objetivos:

- Explorar os topônimos que nomeiam o patrimônio cultural material de Palmas – TO;
- Compreender a importância histórica, cultural e geográfica desses lugares;
- Estimular a pesquisa ativa e a participação dos alunos na descoberta de sua própria comunidade;
- Contribuir para o fortalecimento da consciência de valorização e preservação dos lugares patrimoniais.

Etapas de desenvolvimento da oficina

1. Apresentação do Tema: “Os nomes de lugares são pontes para conhecer a história de *uma comunidade*”

- Breve introdução sobre topônimos e sua relevância cultural.
- Discussão sobre a importância de preservar o patrimônio cultural de Palmas.

2. Capacitação Tecnológica: “Conhecendo o aplicativo ‘Na trilha do patrimônio’”

- Promoção de atividades de capacitação para que os alunos adquiram habilidades no uso efetivo do software toponímico “Na trilha do patrimônio”.

3. Pesquisa Dirigida: “A história por trás dos nomes de lugares patrimoniais da minha cidade”

- Desenvolvimento de uma atividade de campo virtual, por meio da qual os alunos utilizarão o software toponímico para explorar virtualmente as informações relativas aos lugares patrimoniais da cidade disponíveis no aplicativo.

4. Criação de Narrativas Visuais: “Os lugares patrimoniais como berço da memória da comunidade”

- Cada grupo irá criar uma apresentação visual (pôster, apresentação de slides, padlet etc.) sobre o topônimo estudado, buscando incluir nela imagens, fatos históricos e curiosidades.

5. Apresentação e Discussão: “Dando voz às nossas descobertas e experiências”

- Cada grupo será incentivado a compartilhar suas descobertas com a turma (ainda há a possibilidade de apresentar os resultados para outras turmas ou para a comunidade escolar).

6. Avaliação e Reflexão: “O que aprendemos até agora?”

- Avaliação formativa ao longo da oficina;
- Roda de conversa para compartilhar experiências e refletir sobre a importância dos topônimos no entendimento do patrimônio cultural.

Considerações Finais sobre a oficina: Esta oficina tem como propósito a integração de conhecimento teórico, pesquisa prática e expressão criativa. Ao unir diversas habilidades e componentes curri-

culares ao longo do processo de aprendizagem, busca-se proporcionar aos alunos uma compreensão mais aprofundada e significativa no estudo dos topônimos do patrimônio cultural material de Palmas – TO.

É digno de nota que, no contexto de elaboração dessa estratégia didática, foram levadas em consideração as contribuições da abordagem dos multiletramentos, especialmente a que se volta ao desenvolvimento de práticas pedagógicas relacionadas à linguagem alinhadas à cultura digital pelo viés de gêneros multimodais. Almeja-se, pois, contribuir para não só fomentar o desenvolvimento da competência do aluno enquanto usuário da língua ao partir do eixo norteador do topônimo, como também levá-lo a perceber como este se integra à história do lugar, conduzindo-o à compreensão da importância das raízes culturais para a constituição de sua própria identidade e da necessidade de preservar desses lugares, em conformidade com os preceitos da educação patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo destacou a importância da toponímia urbana como uma ferramenta poderosa para a compreensão do patrimônio cultural material de uma cidade, com foco específico na cidade de Palmas, capital do estado do Tocantins. Ao reconhecer o valor intrínseco dos nomes de lugares como portadores de uma riqueza cultural significativa, foi proposta uma abordagem inovadora para sua integração na Educação Básica, mediante o desenvolvimento do aplicativo “Na trilha do patrimônio”. Este recurso digital não apenas enriquece o trabalho com os topônimos no contexto escolar, mas também promove a interatividade e a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem.

Ao adotar como alicerce a abordagem dos multiletramentos e incorporar ferramentas digitais, como o aplicativo desenvolvido, é reconhecida a importância de acompanhar as práticas de linguagem contemporâneas e integrar as tecnologias da informação e da comunicação no ambiente educacional. Além disso, ao promover a educação patrimonial na escola, esta pesquisa busca ampliar o repertório de conhecimentos dos alunos, permitindo-lhes compreender a complexidade histórica, social e cultural por trás da nomeação dos lugares.

Assim, ao aproximar os estudantes do legado cultural presente nos nomes de lugares, aspira-se não apenas enriquecer o currículo escolar, mas também promover uma maior conscientização e apreciação do patrimônio cultural local. Portanto, ao conceder espaço para a Toponomástica na Educação Básica, contribui-se para a construção de uma sociedade mais informada, engajada e conectada com sua história e identidade cultural. Em última instância, espera-se promover a apropriação consciente e a valorização dessa herança cultural por parte dos alunos de forma geral, fortalecendo o sentimento de identidade e incentivando o próprio exercício de cidadania pela construção de novos significados com os lugares, na medida em que o contato com a memória do grupo é uma dimensão fundamental da formação cidadã.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, A. I.; BASTIANI, C.; ANDRADE, K. dos S. Toponomástica, interdisciplinaridade e ensino: propostas pedagógicas a partir da BNCC. In: CASTIGLIONI, A. C.; DARGEL, A. P. T. P. (Orgs.). **Léxico e ensino: resultados de pesquisas**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2022. v. 1, p. 69-100.

ANDRADE, K. dos S. Aspectos identitários e culturais na formação dos nomes de lugares: um estudo sob a ótica da geografia cultural e humanista. **Desafios** – Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, Palmas, v. 4,

n. 1, p. 141–151, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/3344>. Acesso em: 23 set. 2022.

ANDRADE, K. dos S.; NUNES, V. R.; NASCIMENTO, R. V. do; BASTIANI, C. Software toponímico com perspectivas de atuação no ensino. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 376–386, 2019. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/1049>. Acesso em: 26 out. 2022.

BASTIANI, C. **Estudo dos nomes do patrimônio cultural material de Palmas – TO: encaminhamentos didáticos aplicados ao contexto do ensino fundamental**. 2022. 221 f. Tese (Doutorado em Letras – Ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2023.

BASTIANI, C. Toponomástica, multiletramentos e BNCC: sugestões pedagógicas para abordagem dos nomes de lugares no contexto do Ensino Fundamental. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 8, n. 66, p. 245–257, 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/6212>. Acesso em: 20 out. 2024.

BASTIANI, C.; ANDRADE, K. dos S.; NASCIMENTO, R. V. do; NUNES, V. R. Toponymical software for educational purposes: software toponímico como proposta pedagógica. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 387–398, 2019.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BASTIANI, C. Toponomástica, multiletramentos e BNCC: sugestões pedagógicas para abordagem dos nomes de lugares no contexto do Ensino Fundamental. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 8, n. 66, p. 245–257, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/6212>. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRONCKART, J.-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. Tradução de A. R. Machado. São Paulo: EDUC, 1999.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad**. Barcelona: Gedisa, 2004. Disponível em: <https://oibc.oei.es/uploads/attachments/123/garcia-canclini-nestor-diferentes-desiguales-y-desconectados-mapas-de-la-interculturalidad.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2021.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf. Acesso em: 22 maio 2022.

CAZDEN, C. *et al.* **Uma pedagogia dos multiletramentos**: desenhando futuros sociais. Organização de Ana Elisa Ribeiro e Hércules Tolêdo Corrêa. Tradução de Adriana Alves Pinto *et al.* Belo Horizonte: LED, 2021.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2014.

COPE, B.; KALANTZIS, M. “Multiliteracies”: new literacies, new learning. **Pedagogies**: An International Journal, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 164–195, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242352947_Multiliteracies_New_Literacies_New_Learning. Acesso em: 13 out. 2022.

GEE, J. P. **Social linguistics and literacies**: ideology in discourses. 2. ed. London: Taylor & Francis, 1996.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Museu Imperial, 1999.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

MACHADO, A. F. da S. *et al.* **Patrimônio cultural de Palmas**. Palmas: Gerência de Patrimônio Cultural, Casa da Cultura – Parque Cesamar, 2015.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Â. P.; MACHADO, A.; MACHADO, R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

NASCIMENTO, R. V. do. Povos e comunidades tradicionais: apresentação de uma proposta pedagógica a partir do léxico toponímico tocantinense. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, v. 75, p. 2587–2612, 2020. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/625>. Acesso em: 26 out. 2022.

NASCIMENTO, R. V. do; ANDRADE, K. dos S. Sistema toponímico do Tocantins (SISTOP): experiências pedagógicas com professores do ensino fundamental. **Revista GTLex**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 23–40, 2020. DOI: 10.14393/Lex5-v3n1a2017-2. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/48452>. Acesso em: 7 nov. 2022.

NASCIMENTO, N. N. do; BALSAN, R. O processo de patrimonialização no centro histórico de Porto Nacional – TO. **Revista Interface** (Porto Nacional),

[S. l.], n. 7, 2014. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/694>. Acesso em: 26 set. 2022.

NUNES, V. R.; ANDRADE, K. dos S. O onoma e sua relação com a interdisciplinaridade nos Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental de Geografia: um estudo preliminar com foco na toponímia. **Revista Língua e Literatura** (on-line), [S. l.], v. 14, p. 195–210, 2012. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/viewFile/379/1251>. Acesso em: 26 out. 2022.

NUNES, V. R.; ANDRADE, K. dos S. Toponímia na perspectiva da teoria da interdisciplinaridade: breves considerações no contexto do ensino. **Cadernos do CNLF** (CiFEFil), [S. l.], v. XIX, p. 216–226, 2015. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xix_cnlf/cnlf/02/038.pdf. Acesso em: 26 out. 2022.

NUNES, V. R. Estudo dos topônimos de origem indígena no livro didático de Geografia. **Cadernos do CNLF** (CiFEFil), [S. l.], v. XX, p. 223, 2016. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xx_cnlf/cnlf/cnlf_02/018.pdf. Acesso em: 26 out. 2022.

REIS, A. I. A. Estudo dos nomes de lugares e sua relação com o ensino de História a partir de livros didáticos do ensino fundamental. In: SEMINÁRIO DA REDE INTERNACIONAL DE ESCOLAS CRIATIVAS – RIEC, 3., 2017, Palmas. **Anais** [...]. Palmas: [s. n.], 2017. p. 1069–1080. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/868>. Acesso em: 26 out. 2022.

REIS, A. I. A.; ANDRADE, K. dos S. Os nomes dos lugares nas provas do ENEM: reflexões sobre toponomástica e ensino. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 2447–2476, 2019a. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiv_jnlflp/resumos/os_nomes_ANNA.pdf. Acesso em: 26 out. 2022.

REIS, A. I. A.; ANDRADE, K. dos S. Propostas de oficinas pedagógicas para o ensino médio: os topônimos inseridos na prática escolar. In: SOUSA, A. M. de; GARCIA, R.; SANTOS, T. C. dos (Orgs.). **Perspectivas para o ensino de línguas**. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019b. p. 75–84. Disponível em: https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8013/ebook_perspectivas_volume3final.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 out. 2022.

RIBEIRO, A. E. Que futuros redesenhamos? Uma releitura do manifesto da Pedagogia dos Multiletramentos e seus ecos no Brasil para o século XXI. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 9, p. 1–19, 2020. Disponível em: <https://anadigital.pro.br/wp-content/uploads/2021/07/Diálogo-das-Letras-manifesto-MLM.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.

ROJO, R. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, R.; MOURA, E. (Orgs.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 11–31.

ROJO, R. Gêneros discursivos do círculo de Bakhtin e multiletramentos. In: ROJO, R. (Org.). **Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICs**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 13–36.

SANTOS, A. M. dos. Percursos da patrimonialização no Tocantins. In: BALSAN, R.; NASCIMENTO, N. N. do (Orgs.). **Patrimônio cultural no Estado do Tocantins: materialidade e imaterialidade**. Palmas: EDUFT, 2020. p. 13–20.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SOUSA, A. M. de. Para a aplicação da toponímia na escola. In: SOUSA, A. M. de; GARCIA, R.; SANTOS, T. C. dos; KICKHÖFEL, J. R. (Orgs.). **Questões de linguística aplicada ao ensino: da teoria à prática**. 1. ed. Curitiba: Appris Editora, 2017. v. 1, p. 57–70.

SOUSA, A. M. de. Metodologia para a pesquisa toponímica em Língua Brasileira de Sinais. In: SOUSA, A. M. de; GARCIA, R.; SANTOS, T. de C. dos (Orgs.). **Perspectivas para o ensino de línguas**. Rio Branco: NEPAN Editora, 2018. v. 2., p. 8–37. Disponível em: https://issuu.com/rosane_garcia/docs/perspectivas_volume2. Acesso em: 26 out. 2022.

SOUSA, A. M. de; GOUVEIA, A. P. T. Toponímia e memória: uma proposta de atividade para as aulas de Língua Portuguesa no Ensino Médio. **A Cor das Letras**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 241–253, 2018. DOI: 10.13102/cl.v18i3.1965. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1965>. Acesso em: 26 out. 2022.

TOCANTINS. Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. **Documento curricular do Tocantins**. Palmas: Seduc, 2019. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/documento-curricular-dotocantins-educacaoinfantil-eensino-fundamental/3pxz92xtgb1p>. Acesso em: 20 maio 2021.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência** [recurso eletrônico]. Londrina: Eduel, 2015.

MADRE DE DEUS E SEUS BAIRROS: ESTUDO TOPONÍMICO

Celina Márcia de Souza Abbade

APRESENTAÇÃO

A Onomástica, uma das Ciências do Léxico, estuda os nomes próprios, sejam eles de pessoas, de lugares, de animais, de estabelecimentos, de times de futebol etc. Um dos ramos dos estudos onomásticos e, objeto de estudo deste trabalho, é a Toponímia que se dedica a estudar os nomes próprios de lugares.

Com seu caráter interdisciplinar, essa parte dos estudos do léxico desemboca sempre na relação entre o homem, a cultura e a sociedade. Dessa forma, os estudos toponímicos, muito mais do que contribuições linguísticas, podem revelar aspectos históricos, geográficos, culturais e sociais do lugar e do povo que habita uma região. Conforme Dick (2007, p. 144),

A Onomástica, porém, é muito mais do que um mero fator auxiliar do agir e do viver individual ou coletivo; é indício de rumos tomados pelos falares ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população.

A proposta aqui é a de apresentar os topônimos que designam os bairros de um município baiano inserido na Baía de Todos

os Santos, Madre de Deus, uma das 56 ilhas dessa baía, considerada a maior baía do país e segunda maior do mundo. Juntamente com as ilhas de Maria Guarda, Coroa do Capeta e das Vacas, a Ilha de Madre de Deus compõe a cidade de Madre de Deus.

Uma cidade que se subdivide em duas macroáreas, Ilha de Madre de Deus e Ilha de Maria Guarda. A Ilha de Madre de Deus possui 15 bairros que serão os objetos de análise do presente estudo: *Centro, Suape, Cação, Marezinha, Mirim, Alto do Paraíso, Apicum, Nova Madre de Deus, Quitéria, Alto da Matriz, Alto do Santo Antônio, Alto da Boa Vista, Cururupeba, Malvinas e Nova Brasília*. Já Maria Guarda, é uma pequena ilha sem nenhuma subdivisão.

Conhecida desde o século XVI com a chegada dos portugueses ao Brasil, Madre de Deus, naquela época denominada ilha de Corurupeba, era habitada por tribos tupinambás. No século seguinte, já sob domínio dos portugueses, a ilha recebeu o nome de Madre de Deus do Boqueirão e pertenceu a alguns municípios até se emancipar em 1989, já no século XX, e ter o nome atual de Madre de Deus, apesar de seus habitantes a chamarem carinhosamente apenas de Madre.

1. O PROJETO ATOBAH

O Projeto Atlas Toponímico da Bahia (ATOBABH), cujo objetivo é traçar um perfil toponímico do estado baiano percorrendo seus municípios, bairros, ruas, ladeiras, igrejas, rios, ilhas etc., fundamenta suas pesquisas na perspectiva dos estudos toponímicos, tomando como base os fundamentos teóricos-metodológicos de Dick (1990, 1992) e vem buscando realizar a descrição da formação dos topônimos.

Desde 2015, o Núcleo de Estudos Lexicais (NEL), a partir do Projeto ATOBAH, vem trabalhando na proposta de elaborar o Atlas Toponímico da Bahia. O projeto está dividido em três etapas:

1. Organização de um banco de dados informatizado que possa reunir informações relativas à macro e à microtoponímia encontrados nos 417 municípios baianos que constituem o *corpus* do projeto;
2. Cartografiação e digitalização das cartas toponímicas;
3. Elaboração do Atlas Toponímico, sempre tomando como base o modelo teórico proposto por Dick (1990, 1992).

Até a presente data, nos encontramos na sua primeira etapa, ou seja, na organização do banco de dados informatizado a fim de reunir informações relativas aos 27 Territórios de Identidade, formados pelos 417 municípios (4º maior estado do Brasil em número de municípios) baianos que constituem o *corpus* do projeto.

O Brasil passou, ao longo de sua história, por diversos modelos de divisão regional. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), durante o século XX, produziu três propostas de divisão a saber: Zonas Fisiográficas e suas revisões nas décadas de 1940; as Microrregiões Homogêneas em 1968; e Mesorregiões e Microrregiões Geográficas em 1989 (IBGE, 2017). No século XXI, em 2017, visando a ampliar a divisão elaborada nas décadas de 1980, em virtude das mudanças econômicas, demográficas, políticas e ambientais ocorridas ao longo do tempo, surge a necessidade de nova revisão dessa divisão que se mantém até os dias atuais e se estende por todo o território nacional. Segundo o próprio IBGE,

Essa maior heterogeneidade do território ressalta a urgência de uma revisão das unidades subesta-

duais do espaço brasileiro. Assim sendo, o que se faz prioritário é a revisão das unidades mesorregionais e microrregionais, que nesse estudo recebem os nomes de Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, respectivamente. Essas escalas oferecem um retrato mais detalhado do território brasileiro e dos seus atributos (IBGE, 2017, p. 10).

Dessa forma, a Bahia e seus 417 municípios, antes dividida em sete mesorregiões geográficas com suas 32 microrregiões (IBGE, 1989), com a nova proposta, os municípios baianos foram distribuídos em 34 regiões geográficas imediatas que, por sua vez, estão agrupadas em dez regiões geográficas intermediárias, segundo a proposta IBGE (2017). Essa regionalização substituiu as Micro e Mesorregiões Geográficas de 1990 na divisão do IBGE.

Na Bahia, o Governo do Estado, desde 2007, propôs a divisão dos municípios em Territórios de Identidade com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, buscando possibilitar o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões. A Bahia passou a reconhecer então a existência de 26 (através da Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007) e depois, 27 Territórios de Identidade, constituídos de acordo com a especificidade de cada região, buscando uma noção de pertencimento mais abrangente (Bahiaater, 2017). Desde então, conforme Lei nº 13.468, de 29 de dezembro de 2015, que aprova o Plano Plurianual 2016-2019, contamos com 27 Regiões ou Territórios de Identidade. Vale lembrar que esse conceito de Território de Identidade surgiu a partir dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à reforma agrária, sendo posteriormente adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário para a formulação de seu planejamento. A partir de então, a adoção como unidade de gestão para o estado da Bahia, foi ajustado

conceitual e metodologicamente para a formulação do planejamento em todas as dimensões, incluindo a realidade urbana e as atividades dos setores econômicos secundário e terciário (Bahiaater, 2017).

A figura a seguir apresenta o mapa com os 27 Territórios de Identidade da Bahia:

Figura 1. Territórios de Identidade da Bahia



Fonte: SECULT - BA¹.

¹ Disponível em: <http://www.conselhodecultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=35>.

O ATOBAH vem buscado, em cada um desses territórios, realizar o detalhamento da realidade toponímica, com o intuito de conhecer as Características denominativas dos seus acidentes geográficos, sejam acidentes físicos (relacionados às questões geográficas da região como rio, ribeirão, lagoa, lago, cachoeira, córrego, morro etc.), sejam acidentes humanos (lugares habitados pelo homem e as construções por eles realizadas como cidade, distrito, povoado, vila, arraial, fazenda, sítio etc.).

A pesquisa está embasada no modelo teórico-metodológico proposto por Dick (1990; 1992) para um trabalho toponímico, que propõe a classificação dos topônimos, a partir das *taxes*. Uma *taxe* é um termo tomado de empréstimo da biologia e, conforme a sua própria etimologia, significa classificação (do gr. *táksis -eos* 'classificação'). A classificação taxonômica dos topônimos indica a sua *taxonomia* (do gr. *táksis + nómos -ou* 'regra, lei, uso' + *-ia*). Dessa forma, a taxonomia é o conjunto de regras de classificação para os topônimos de acordo com a motivação que os originou. Dick (1990) apresenta uma classificação a partir de vinte e sete *taxes* divididas entre as de natureza antropocultural (relacionada a aspectos sociais, históricos e culturais) e as de natureza física (relacionada ao ambiente físico):

- **natureza antropocultural**- composta por dezesseis *taxes*:
animotopônimos, antropotopônimos, axiotopônimos, corotopônimos, cronotopônimos, ecotopônimos, ergotopônimos, etnotopônimos, dirrematopônimos, hierotopônimos (subdivididos em hagiotopônimos e mitotopônimos), historiotopônimos, hodotopônimos, numerotopônimos, poliotopônimos, sociotopônimos e somatotopônimos;

- **natureza física**- possui onze taxes:

astrotopônimos, cardinotopônimos, cromotopônimos, dimensiotopônimos, fitotopônimos, geomorfotopônimos, hidrotopônimos, litotopônimos, meteorotopônimos, morfotopônimos e zootopônimos.

No ATOBAH estamos realizando, em primeira instância, o levantamento dos nomes de acidentes de natureza física e antropocultural, documentados em mapas municipais do IBGE, com escalas que variam de 1:50.000 a 1:100.000 (IBGE, 2017).

A equipe está distribuída por Território de Identidade e, em cada um deles, estamos cumprindo as seguintes etapas: coleta de dados; análise e tabulação dos dados; organização da matéria; apresentação de resultados parciais. A coleta de dados está sendo alimentada em uma planilha *Excell* em que a equipe de pesquisadores tem acesso, pois ainda não disponibilizamos ao público. Até o momento, já temos no banco de dados todos os acidentes humanos e mais de 10.000 acidentes físicos, levantados.

Os dados catalogados estão sendo estudados pouco a pouco, a partir das dissertações e teses desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade do Estado da Bahia (PPGEL/UNEB). Desde 2014, quando iniciamos a primeira pesquisa em toponímia literária, até a presente data, já tivemos oito dissertações defendidas e estamos com duas teses em andamento, além de quatro trabalhos de Iniciação Científica concluídos e um trabalho de conclusão de curso, também defendido.

Inicialmente, o modelo de ficha lexicográfico-toponímica seguiu o elaborado por Abbade (2016), com base no modelo de Dick (2004):

Quadro 1. Modelo de ficha lexicográfico-toponímica do ATOBAH

<i>ATOBAH- Atlas Toponímico da Bahia</i> (variante regional)			
1 TOPÔNIMO:		TAXONOMIA:	
MUNICÍPIO:			
NATUREZA DO TOPÔNIMO:			
LOCALIZAÇÃO:			
ORIGEM:			
ESTRUTURA MORFOLOGICA:			
MOTIVAÇÃO:			
HISTÓRICO:			
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:			
CONTEXTO:			
FONTE:			
COORDENADOR ATOBAH:			
PESQUISADOR:			
REVISOR:			
DATA DA COLETA:			

Fonte: Abbade, 2016, p. 583.

Atualmente estamos propondo a ficha a seguir, tendo em vista a necessidade da sua atualização em função de lacunas encontradas na elaboração dos diversos trabalhos realizados no ATOBAH, até então. Acreditamos que essa nova ficha pode ampliar a perspectiva da anterior:

Quadro 2. Modelo atual da ficha lexicográfico-toponímica do ATOBAH

Projeto ATOBAH (Atlas Toponímico da Bahia) - Ficha lexicográfica-toponímica

TOPÔNIMO:		TAXONOMIA:	
IMAGEM:		GOOGLE MAPS:	
MUNÍCIPIO:			
ACIDENTE:			
LOCALIZAÇÃO:			
ORIGEM:			
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:			
HISTÓRICO:			
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:			
INFORMAÇÕES DE CONTEXTOS ORAIS:			
ABONAÇÃO:			
FONTE:			

Fonte: Elaborada pela autora.

Os itens da ficha são:


- **TOPÔNIMO:** Registro do nome do lugar coletado.
- **TAXONOMIA:** com base no modelo de Dick (1990), registra-se aqui a taxa de cada topônimo, ou seja, uma classificação dentre as vinte e sete taxas que demonstram condutas motivadoras orientadas pela ordem física e antropológica de suas ocorrências. Além das taxas propostas por Dick (1990), alguns momentos precisaremos ampliar essa proposta, ora propondo uma nova taxa, ora utilizando taxas propostas posterior às de Dick, visando a ampliar a classificação inicial.

- **IMAGEM:** imagem do topônimo a partir de fotos já existentes ou tirados pelos pesquisadores do ATOBAH.
- **GOOGLE MAPS:** localização do topônimo em um serviço gratuito de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite da Terra, fornecido e desenvolvido pela empresa *Google*.
- **MUNICÍPIO:** nome do município em que o topônimo se encontra.
- **ACIDENTE:** diz respeito ao vínculo entre o nome e o lugar, ou seja, à natureza semântica a que pertence o topônimo, dividido em: **acidente físico**, ou seja, de natureza física relacionada às questões geográficas da região (rio, ribeirão, lagoa, cachoeira, morro etc.) e, **acidente humano**, de natureza antropocultural que corresponde aos lugares habitados pelo homem e às construções por ele realizadas (cidade, povoado, vila, fazenda, sítio etc.).
- **LOCALIZAÇÃO:** posição geográfica do topônimo em relação ao município, considerando a divisão do Estado em Territórios de Identidade e em Mesorregiões.
- **ORIGEM:** procedência linguística do topônimo (origem portuguesa, indígena ou africana), acompanhado, quando possível, do étimo ou provável étimo.
- **ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** composição do sintagma toponímico, podendo ser classificado em **elemento simples** (formado por apenas uma palavra); **elemento composto** (formado por mais de uma palavra); e **elemento híbrido** (formado por uma ou mais palavras, oriundas de diferentes origens etimológicas).
- **HISTÓRICO:** diacronia do topônimo com base nos documentos analisados.

- **INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:** informações coletadas acerca da história e de outras características do topônimo, especialmente aquelas que justificam a classificação toponímica indicada, retirados de fontes enciclopédicas pesquisadas.
- **INFORMAÇÕES DE CONTEXTOS ORAIS:** informações coletadas por moradores da região que ali vivam há mais de 40 anos, de preferência, nativo ou filho de nativo, ou informações de fontes escritas pessoais desses moradores.
- **ABONAÇÃO:** abonações em fontes de textos escritos do uso do topônimo.
- **FONTE:** apresentam-se as fontes de onde se retiraram as informações sobre o topônimo.

Segue o modelo de ficha preenchido com dados das duas macroáreas aqui estudadas:

Quadro 3. Ficha lexicográfico-toponímica da Ilha de Madre de Deus

TOPÔNIMO:	Madre de Deus
TAXIONOMIA:	Hierotopônimo
IMAGEM:	
GOOGLE MAPS:	https://www.google.com/maps/place/Me.+de+-Deus+-+BA/@-12.7400985,-38.6827611,13z/data=!3m1!4b1!4m6!3m5!1s0x71675374a-7c661b:0xea7f2dec118db4a!8m2!3d-12.743983!4d-38.6167928!16s%2Fm%2F09rx9fr?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI0MDgyMC4xIKXMDSoASAFQAw%3D%3D
MUNICÍPIO:	Madre de Deus
ACIDENTE:	Acidente humano: bairro

LOCALIZAÇÃO:	TI 26
ORIGEM:	Portuguesa
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento composto
HISTÓRICO:	<p>Cururupebas > Ilha de Madre de Deus do Boqueirão > Freguesia de Madre de Deus do Boqueirão > Ilha de Madre de Deus > Madre de Deus do Boqueirão > Madre de Deus > Suape > Madre de Deus</p> <p>Zootopônimo > geomorfotopônimo > sociotopônimo > geomorfotopônimo > hierotopônimo > hierotopônimo > geomorfotopônimo > hierotopônimo</p>
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Os indígenas que habitavam a baía de Todos os Santos a denominavam por Cururupebas. (sapos miúdos e nome de um chefe indígena Tupinambá).</p> <p>Com a colonização dos jesuítas, o nome da ilha é modificado para Ilha de Madre de Deus do Boqueirão. Os jesuítas eram padres pertencentes a uma ordem religiosa da Igreja Católica intitulada Companhia de Jesus, cuja missão era a de pregar o evangelho pelo mundo. Assim, alteraram o nome da ilha para homenagear Nossa Senhora, a mãe de Jesus, associada ao boqueirão (abertura em encosta marítima) pela localização geográfica da mesma.</p> <p>Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, a ilha passou a pertencer à Coroa com a denominação de Freguesia de Madre de Deus do Boqueirão. Em 1534 pertenceu à Sesmaria de Mem de Sá, terceiro Governador Geral do Brasil, e, posteriormente, doada aos jesuítas.</p> <p>Em 1584 foi arrendada a lavradores e passou a chamar-se Ilha de Madre de Deus e em 1696 de Madre de Deus do Boqueirão.</p>

	<p>Em 1911, ainda com o mesmo nome, torna-se distrito do município de São Francisco (atual São Francisco do Conde).</p> <p>Em 1936-1937- reduz o nome para Madre de Deus.</p> <p>Em 1943, um Decreto-lei Estadual, retificado por um Decreto Estadual, tomou a denominação de Suape. Essa denominação só dura até 1947, quando volta a chamar-se Madre de Deus e seu território foi transferido para o município de Salvador, como simples povoado em 1950.</p> <p>De 1953 a 1988 torna-se distrito pertencente a Salvador.</p> <p>Só em 1990 é desmembrado de Salvador e elevado à categoria de município sem mais alteração do nome.</p>
INFORMAÇÕES DE CONTEXTOS ORAIS:	Não investigadas
ABONAÇÃO:	<i>Situado na porção norte da Baía de Todos os Santos, Madre de Deus era conhecida como Ilha de Cururupepa por conta do cacique tupinambá (http://cod.ibge.gov.br/2WPAU)</i>
FONTE:	Ferreira (2011) https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/madre-de-deus/historico

Fonte: Elaborada pela autora.

Quadro 4. Ficha lexicográfico-toponímica da Ilha de Maria Guar

TOPÔNIMO:	MARIA GUARDA
TAXIONOMIA:	Antropotopônimo
IMAGEM:	

GOOGLE MAPS:	https://www.google.com/maps/place/Ilha+Maria+-+Guarda/@-12.7333119,-38.6436331,15z/data=!3m1!4e1!4m6!3m5!1s0x716756a9876ef7b:0xf8d7a9a66f3bed1d!8m2!3d-12.7333333!4d-38.6333333!16s%2F-g%2F11bxfx6_dr?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI0MD-gyMC4xIKXMDSOASAFQAw%3D%3D
MUNICÍPIO:	Madre de Deus
ACIDENTE:	Acidente humano: bairro
LOCALIZAÇÃO:	TI 26
ORIGEM:	Portuguesa
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento composto
HISTÓRICO:	Não encontrado
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Ilha com 1 km de extensão e pequena elevação. Tem uma vila de pescadores que herdaram dos índios canoeiros, os primeiros habitantes, a arte da pesca, tendo o mar como único meio de subsistência. Uma trilha de cerca de um quilômetro, em meio à Mata Atlântica, atravessa a ilha no sentido leste/oeste, ligando os dois povoados, até a praia do Gravatá. É possível encontrar na ilha antigos sambaquis de grande valor arqueológico. Também é possível contornar a ilha a pé durante a maré baixa.
INFORMAÇÕES DE CONTEXTOS ORAIS:	Não investigadas
ABONAÇÃO:	<i>Fora da região urbana, os moradores e turistas que desejam visitar as ilhas de Maria Guarda e Vacas podem chegar às localidades por meio do Terminal Marítimo do município, que foi reinaugurado em 2013. (http://g1.globo.com/bahia/verao/2015/noticia/2014/12)</i>

FONTE:	<p>Ferreira (2011)</p> <p>https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/madre-de-deus/historico</p> <p>https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/madrededeus.pdf</p> <p>http://g1.globo.com/bahia/verao/2015/noticia/2014/12/com-ilhas-e-belas-praias-madre-de-deus-espera-receber-40-mil-turistas.html</p>
--------	---

Fonte: Elaborada pela autora.

Mesmo tendo um modelo de base, no ATOBAH, cada pesquisador tem autonomia para realizar as suas devidas adaptações de acordo com o *corpus* escolhido e o tipo de pesquisa proposto.

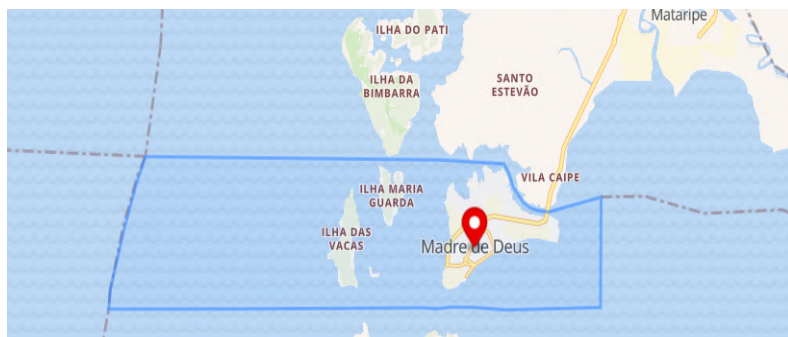
Só após termos elaborado o banco de dados, etapa em que nos encontramos atualmente no projeto, passaremos para as etapas subsequentes. Uma vez que a base deste projeto é o modelo teórico proposto por Dick (1990) em seu Projeto de elaboração do Atlas Toponímico do Brasil, apoiamo-nos também nos demais projetos espalhados pelo Brasil que têm a mesma proposta de elaboração de Atlas Toponímico como o Atlas Toponímico de Minas Gerais (ATEMIG), o Atlas Toponímico do Mato Grosso do Sul (ATEMS), o Atlas Toponímico do Tocantins (ATT), o Atlas Toponímico do Estado do Maranhão (ATEMA), dentre outros.

Com mais de cinquenta pesquisadores no momento, o Projeto ATOBAH vem buscando resgatar a história e a memória das terras que deram início ao processo civilizatório em nosso país, desde o século XVI, na Bahia, com a chegada dos europeus.

2. MADRE DE DEUS: UMA ILHA CIDADE

Um dos 417 municípios baianos é Madre de Deus, ilha que se tornou município. Inserida na Baía de Todos os Santos (maior baía do Brasil com 56 ilhas), Madre de Deus e mais três ilhas, Maria Guarda, Coroa do Capeta e das Vacas, compõe a cidade de Madre de Deus, conforme podemos ver na figura a seguir:

Figura 2. Mapa da cidade de Madre de Deus



Fonte: GUIAMAPA.COM (2022)².

Coroa do Capeta é a ilhota localizada ao lado direito da Ilha das Vacas, única que não aparece identificada no mapa.

Madre de Deus, conforme foi dito, está localizada na Baía de Todos os Santos, porta de entrada das invasões europeias no século XVI ao chamado “Mundo Novo”. Foi pelas terras baianas, mais precisamente, pelas águas baianas que Pedro Álvares Cabral e sua frota adentraram as nossas terras. E foi aqui, na Baía de Todos os Santos, que surgiu o topônimo da primeira capital do Brasil, a cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, hoje apenas Salvador. Logo, diante de mais de cinco séculos de invasões, migrações e coloniza-

² Disponível em: <https://guiamapa.com/ba/madre-de-deus>

sa casa de veraneio, desde a infância. Dessa forma, a possibilidade de conhecer de perto uma localidade e fazer parte de sua história e do seu processo de formação nos remeteu à necessidade de devolver à localidade um pouco de sua história e memória. E, por entender que estudos nessa perspectiva estão sempre prontos a ultrapassar o fazer linguístico, pois permeiam caminhos sociais, históricos e culturais de seus nomeadores, ao estudar a toponímia baiana, escolhemos enveredar pelas ilhas da Bahia, começando pela que resgata memórias e histórias dessa ilha que virou cidade e que fica tão próxima à capital baiana: Madre de Deus.

A ilha já municipalizada se emancipou de Salvador na década de 1980. É uma cidade repleta de belezas e riquezas naturais. Possui uma orla marítima com mais de três quilômetros de praias calmas e tranquilas, propícias ao banho, navegação e mergulhos.

Infelizmente a cidade conta com quase um terço de seu território ocupado pela indústria do petróleo, pois abriga o Terminal de Madre de Deus (Temadre), principal ponto de escoamento da produção da Refinaria Landolfo Alves de Mataripe (RLAM), instalados na região desde os finais de 1950. O uso das praias para as passagens das tubulações de petróleo, por muitas vezes inundou as mesmas com o betume, resíduo refinado fruto da destilação do petróleo cru. Muitos manguezais também foram aterrados, provocando danos ambientais. Porém, apesar de toda essa devastação ao longo de mais de meio século, Madre de Deus não perdeu a sua beleza natural. A imagem a seguir demonstra o contraste entre a beleza natural da cidade e os tanques de petróleo em seu entorno.

Figura 4. Terminal de Madre de Deus - BA



Fonte: Petrobras Transporte SA- BR-TRANSPETRO BR³.

Madre de Deus pertence ao Território de Identidade 26 - Metropolitano de Salvador, juntamente com as cidades de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Salinas da Margarida, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz. Situa-se em uma ilha do mesmo nome e sua ligação com o continente se dá através dos municípios de Candeias (mesmo Território de Identidade) e São Francisco do Conde (Território de Identidade 21- Recôncavo). Apenas 100 metros a separam do continente e uma ponte foi construída no fim dos anos 1950 com a criação do Terminal de Madre de Deus (TEMADRE), terminal marítimo da Petrobrás, que, ao mesmo tempo em que traz recursos para a cidade, traz prejuízos ecológicos.

³ Disponível em: <https://transpetro.com.br/transpetro-institucional/nossas-atividades/dutos-e-terminais/terminais-aquaviarios/madre-de-deus-ba.htm>. Acesso em: 22 set. 2024.

Situada a 63 quilômetros de Salvador por terra, Madre de Deus pertenceu a Salvador até ser desmembrada e emancipada pela Lei Estadual de 13.06.1989. Com 32 Km², a cidade de Madre de Deus abrange quatro ilhas: *Madre de Deus, das Vacas, Maria Guarda e Coroa do Capeta*.

O nome original da cidade era *Cururupeba*. Do tupi kururu ‘sapo’+ peb ‘achatado’, nome que os povos tupinambás deram à ilha. Alguns relatos históricos dizem que, até, pelo menos o século XVI, a ilha era habitada por indígenas canibais, dos quais se destacou Cururupeba, chefe indígena que se confrontou com os portugueses, sobretudo com Mem de Sá, governador da época (Ferreira, 2011). Um desses conflitos entre Cururupeba e os portugueses, ficou registrado nas narrativas do padre José de Anchieta em um poema épico que se refere a Cururupeba, endereçado à Mem de Sá: *De Gestis Mendi de Saa*,

[...] Havia então, por acaso, um feroz selvagem
Que falava muitas coisas contra os filhos de Cristo
com sua boca
Violenta, inspirando espíritos pouco dispostos ao
combate, e corações
Ociosos, tendo ameaçado os homens com uma morte
cruel.
Ele tinha o nome de **Cururupeba**⁴ em sua língua
materna,
Nome que será chamado Sapo Chato na língua
latina.
Condenando tanto o espírito violento dele, quanto
suas palavras
Petulantes com um castigo justo, começou a existir
um temor

⁴ Grifo nosso.

Do castigo e um grave terror para todos do Brasil
(Anchieta, 1970, p. 105).

A partir das narrativas dos jesuítas portugueses, a aldeia de Cururupeba, situada na Baía de Todos os Santos, pertencia a indígenas da tribo dos tupinambás, tidos como canibais, que guerreavam de forma violenta e constante com os portugueses. Em função disso, provavelmente em 1558, para proteger a população, a ilha teria sido invadida por trinta homens a mando de Mem de Sá, governador geral. O objetivo da invasão era acorrentar e encarcerar o selvagem que comandava tanta violência: Cururupeba. Tentando se defender e, tomado pela “virtude Divina”, Mem de Sá não deixou impune os abusos canibais desse chefe da aldeia (Ferreira, 2011).

Mas, infelizmente, esse é apenas um lado da história que chegou até nós, ficando a cargo do opressor narrar heroicamente seus feitos, colocando os povos originários como seres primitivos e violentos que não obedeciam, nem se submetiam às ordens da corte portuguesa. Como os indígenas não registraram na escrita a sua versão da história, permaneceremos na dúvida e em dívida eterna com esses autóctones, donos verdadeiros da ilha.

Dessa forma, desde 1584, os jesuítas, já apossados da ilha, a batizaram como *Ilha de Nossa Senhora de Madre de Deus do Boqueirão*, provavelmente para homenagear a Mãe de Jesus e pela sua geografia⁵. Nessa época, a ilha pertencia à Freguesia de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, atual município de São Francisco do Conde, tornando-se distrito desse município em 1696 com a denominação de *Madre de Deus do Boqueirão*. Em 1938, pelo Decreto Estadual n.º 11089, de 30.11.1938, ainda pertencendo a São Francisco do Conde,

⁵ De boqu(i) + eirão, boqueirão é uma abertura na costa marítima, rio ou canal. A ilha fica justamente em uma abertura de costa marítima.

o distrito de *Madre de Deus do Boqueirão* reduz o seu nome para o que se mantém até a atualidade: *Madre de Deus*. Mas em 1943, um decreto-lei estadual altera o nome da cidade para *Suape*. Em 1947, o nome da cidade volta a ser *Madre de Deus*⁶. Em 1950 *Madre de Deus* eleva-se à categoria de povoado⁷ e passa a pertencer a Salvador. Em 1960 passa a ser distrito de Salvador, permanecendo assim até 1988. Finalmente em 1989, a Lei Estadual n.º 5016, de 13-06-1989, desmembra *Madre de Deus* do município de Salvador, emancipando a cidade de vez.

2.1. Os bairros de Madre de Deus

Apresentamos a seguir, com base nas fichas lexicográfico-toponímicas, os topônimos dos 15 bairros da cidade de Madre de Deus, com os seguintes dados de cada bairro, levantados até então:

NOME/IMAGEM:	Taxonomia. Origem. Etimologia (quando possível). Informações enciclopédicas.
---------------------	---

Seguem os topônimos dos bairros de Madre de Deus:

ALTO DA BOA VISTA	Dimensiotopônimo + Animotopônimo. Origem portuguesa.
--------------------------	---

⁶ O decreto-lei estadual nº 141, de 30-12-1943, altera o nome *Madre de Deus* para *Suape*. Em 1944, o decreto estadual nº 12978, de 01-06-1944, retifica essa mudança. Em 1947, o nome *Suape* é substituído por *Madre de Deus*, pelo artigo nº 23, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 02-07-1947.

⁷ Lei Estadual n.º 628, de 30-12-1953.

ALTO DA MATRIZ



Dimensiotopônimo + Hierotopônimo.
Origem portuguesa. Bairro que se formou no entorno da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Madre de Deus. A igreja, tombada desde 2016 Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), foi construída em 1670 no alto de uma colina da Ilha, com a fachada principal voltada para o poente, daí a sua vista privilegiada para a Baía de Todos os Santos. No local é possível ter uma das mais lindas visões do município e, das escadarias na igreja, tem-se o pôr do sol mais belo da ilha.

ALTO DO PARAÍSO



Dimensiotopônimo + Animotopônimo.
Origem portuguesa.

ALTO DO SANTO ANTÔNIO

Dimensiotopônimo + Hagiopônimo.
Origem portuguesa.

APICUM








Geomorfotopônimo. Origem indígena. Do tupi *ape'ku*. Coroa de areia entre o mar e a terra firme. “Brejo de água salgada à beira-mar, limite de terra firme com o mangue” (Cunha, 1999 [1924]).

CAÇÃO



Zootopônimo. Origem portuguesa. Do galego *caçar* + *ão*. Nome de alguns peixes das famílias dos Carcarídeos, Cilídeos e Espinacídeos. Peixe do ar, espécie de tubarão. O bairro também tem uma praia, a Praia do Cação. É uma praia tranquila, com manguezais e areia escura. O bairro também conta com bares e restaurantes.

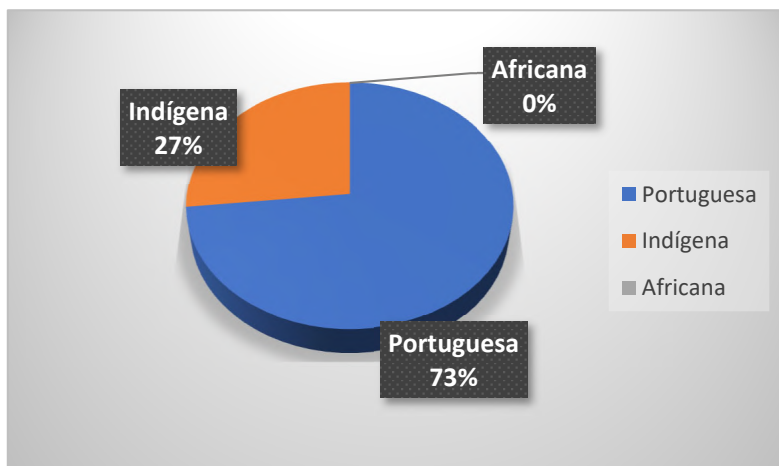
<p>CENTRO</p> 	<p>Cardinotopônimo. Origem portuguesa. Do lat. <i>centrum</i> ‘centro’.</p> <p>O bairro é o centro comercial da cidade contendo a Praça Pedro Gomes e, em seu entorno, banco, mercadinhos, farmácias, lojas, bares, hotéis etc.</p>
<p>CURURUPEBA</p> 	<p>Zootopônimo. Origem indígena. Do tupi <i>kururu</i> ‘sapo’ + <i>peba</i> ‘achatado’. Pela etimologia, consideramos um zootopônimo, porém, o nome do bairro se refere ao nome com que chamavam o chefe dos tupinambás que habitavam a região, podendo se pensar em um antropotopônimo. Só não sabemos se esse nome era motivado também pelo animal ou se era o nome do indígena.</p>
<p>MAREZINHA</p>	<p>Hidrotopônimo. Origem portuguesa. Do lat. <i>mare</i> ‘mar’ + -inha (suf. dim.). Nome dado ao movimento de subida e descida das águas marinhas por influxo da gravidade.</p>
<p>MALVINAS</p>	<p>Corotopônimo. Origem portuguesa. Nome de um aglomerado de ilhas argentinas, as Ilhas Malvinas que também são corotopônimos das ilhas francesas, Iles Malouines.</p>
<p>MIRIM</p>	<p>Dimensiotopônimo. Origem indígena. Do tupi <i>mirim</i> ‘pequeno’.</p>
<p>NOVA BRASÍLIA</p> 	<p>Cronotopônimo + Corotopônimo. Origem portuguesa. O nome Brasília, segundo relatos orais, se deve ao fato de o bairro ter sido formado no mesmo período da fundação da cidade de Brasília, em 1960.</p>

<p>NOVA MADRE DE DEUS</p>	<p>Cronotopônimo + Hierotopônimo. Origem portuguesa. Origem portuguesa. A motivação toponímica, segundo relatos orais, se deve ao bairro ter sido criado para afastar a população que morava perto dos tanques de petróleo, durante o governo do prefeito Mario Kertez.</p>
<p>QUITÉRIA</p> 	<p>Antropotopônimo. Origem portuguesa.</p>
<p>SUAPE</p> 	<p>Hodotopônimo. Origem indígena. Do tupi-guarani 'caminhos sinuosos'. Corresponde à região portuária da cidade. Porta de entrada da cidade, abriga uma das três praias da ilha: a praia da Ponta do Suape. A própria cidade, quando pertenceu ao município de São Francisco do Conde, chamou-se Suape que era um distrito dessa cidade.</p>

3. ANÁLISE SUCINTA DOS DADOS

Com base nos dados coletados, observa-se que os quinze topônimos analisados são em sua maioria de origem portuguesa, ainda que o nome principal de cidade tenha sido inicialmente um nome indígena (Ilha de Corurueba). Apenas quatro bairros têm nome de origem indígena e a presença africana inexistente, conforme podemos visualizar no gráfico a seguir:

Gráfico 1. Origem dos topônimos estudados



Fonte: elaborado pela autora.

O predomínio da origem portuguesa na toponímia brasileira não é novidade, é algo comum nas diversas pesquisas toponímicas realizadas em todo o Brasil. Esse fato reafirma o quanto a língua tem poder: o povo dominador impõe a sua língua sobre o povo dominado.

Das 27 taxes propostas por Dick (1990), encontramos nos bairros de Madre de Deus, quatro taxes de natureza física e cinco de natureza antropocultural, conforme quadro a seguir:

Quadro 5. Natureza dos bairros de Madre de Deus

Natureza Física	Natureza Antropocultural
→ 5 Dimensiotopônimos	→ 2 Cronotopônimos
→ 2 Zootopônimos	→ 1 Corotopônimo
→ 1 Cardinotopônimo	→ 1 Geomorfotopônimo
→ 1 Hidrotopônimo	→ 1 Hodotopônimo
	→ 1 Antropotopônimo

Fonte: elaborado pela autora.

Com relação à natureza física, temos a seguinte relação entre taxes e bairros:

- Dimensiotopônimos: *Alto do Paraíso, Alto da Matriz, Alto do Santo Antônio, Alto da Boa Vista e Mirim*
- Zootopônimos: *Cação, Cururupeba*
- Cardinotopônimo: *Centro*
- Hidrotopônimo: *Marezinha*

Quanto à natureza antropocultural, temos os seguintes topônimos:

- Cronotopônimos: *Nova Madre de Deus, Nova Brasília*
- Corotopônimo: *Malvinas*
- Hodotopônimo: *Suape*
- Geomorfotopônimo: *Apicum*
- Antropotopônimo: *Quitéria*

O quadro 5 considera, conforme proposta teórica da classificação toponímica, apenas o primeiro elemento quando se trata de nomes compostos. No entanto, mesmo não incluindo nos quadros e gráficos, ao apresentar o topônimo, buscou-se classificar as taxes de ambos os termos, como é o caso do bairro Alto da Matriz. Mesmo classificado como um dimensiotopônimo, sugerimos a taxe dimensiotopônimo + hierotopônimo. O nome do bairro deve-se a igreja matriz que fica na parte alta desse bairro, por isso, Alto da Matriz.

Assim, consideramos muito limitada a possibilidade de classificar apenas um dos termos que compõem topônimos compostos. Ainda não nos aprofundamos no assunto. Mas, deixamos aqui a reflexão e o chamado para um olhar mais atento aos nomes próprios compostos, uma vez que o segundo elemento diz tanto do nome do lugar, quanto o primeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que iniciamos na Bahia o Núcleo de Estudos Lexicais (NEL) em 2014, tínhamos, como objetivo maior, desenvolver pesquisas voltadas para os estudos lexicais sob diversas perspectivas e socializá-las com demais grupos de estudos lexicais no Brasil e fora dele. Daí em diante, não paramos mais de realizar estudos nas Ciências do Léxico.

O núcleo foi formado inicialmente com nove membros e hoje conta com mais de cinquenta pesquisadores.

Dentre as diversas pesquisas que desenvolvemos, é no Projeto Atlas Toponímico da Bahia (ATOBAB) que se encontram as pesquisas em onomástica.

A escolha dos nomes próprios, sejam eles de pessoas ou de lugares, está intimamente relacionada à identidade de quem o escolhe. Segundo Abbade (2016, p. 578),

Em onomástica, essa denominação integra o *nome* e a *coisa*, o *significante* e o *significado*, a *significação* e a *designação*, em uma perspectiva semântica que integra o todo, passando a ser uno. O estudo científico da Identificação em geral, talvez não tenha atingido ainda o valor merecido. O nome de uma pessoa ou de um lugar, é a sua marca identitária e revela muito

mais do que uma palavra, revela uma motivação gerada por fatores que vão desde a história de quem nomeia, aos fatores geográficos e socioculturais do lugar (no sentido mais amplo desse termo) em que se encontra o nomeador.

As pesquisas toponímicas são capazes de ultrapassar as contribuições linguísticas, evidenciando aspectos da memória, história, geografia e cultura de um lugar e do povo que habita esse lugar. Dessa maneira, *Madre de Deus*, é um pedacinho dos estudos toponímicos que vem se desenvolvendo no ATOBAH.

Nossa meta maior é a de identificar e classificar todos os topônimos de aglomerados humanos e dos acidentes físicos de cada Território de Identidade desse lugar que se tornou palco do início de um Brasil em busca de uma civilização, a partir das invasões europeias.

Aos poucos, estamos tentando cumprir essa meta: sem pressa e com muita vontade de abarcar tantos nomes próprios que envolvem a nossa história.

Que *Madre de Deus* seja uma pequena amostra do que estamos fazendo no NEL, através do ATOBAH, enquanto contribuição linguística para a onomástica brasileira.

REFERÊNCIAS

ABBADE, C. M. de S. ATOBAH: proposta de elaboração do atlas toponímico da Bahia. **Caletroscópio**, Mariana, v. 4, n. especial – II DIVERMINAS, p. 576–588, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br:8082/pp/index.php/caletroscopio/article/view/3681/2901>. Acesso em: 14 abr. 2022.

ANCHIETA, J. de. **De gestis Mendi de Saa**. Tradução de Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1970. p. 105.

BAHIA. Decreto n. 12.354, de 25 de agosto de 2010. Institui o Programa de Territórios de Identidade e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, 26 ago. 2010. Disponível em: <http://dovirtual.ba.gov.br/egba/reader2/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BAHIA. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Conselho de Cultura do Estado da Bahia. **Territórios de Identidade**. Disponível em: <http://www.conselhodecultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=35>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BAHIATER. **Territórios de Identidade**. Salvador: Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural – Secretaria de Desenvolvimento Rural do Governo do Estado da Bahia, 2017. Disponível em: <https://www.bahiater.sdr.ba.gov.br/servicos/territorios-de-identidade>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BR-TRANSPETRO. **Petrobras Transporte S.A.** Disponível em: <https://transpetro.com.br/transpetro-institucional/nossas-atividades/dutos-e-terminais/terminais-aquaviarios/madre-de-deus-ba.htm>. Acesso em: 22 set. 2022.

CUNHA, A. G. da (Coord.). **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986 [1924].

DICK, M. V. de P. do A. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. **Revista Trama**, Marechal Cândido Rondon, v. 5, p. 144–155, 2007. Disponível em: www.unioeste.br/saber. Acesso em: 14 abr. 2022.

DICK, M. V. de P. do A. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Editora UFMS, 2004. v. 3, p. 121–131.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e antroponímia no Brasil**: coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; Edições Arquivo do Estado, 1990.

FERREIRA, L. K. Buffo-Planus: o morubixaba cururupeba no De gestis Mendi de Saa. **Revista Brasil-Europa** – Correspondência Euro-Brasileira, n. 129/28, v. 1, 2011. Disponível em: <http://www.revista.brasil-europa.eu/129/Kaltner-Cururupeba.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.

GUIAMAPA.COM. **Mapa da cidade de Madre de Deus**. Disponível em: <https://guiamapa.com/ba/madre-de-deus>. Acesso em: 10 dez. 2022.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Cartografia temática – regionalizações – territórios de identidade – apresentação**. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2650&Itemid=657&lang=pt. Acesso em: 20 mar. 2024.

ZORZETO, R. A saúde da baía. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 201, p. 46, nov. 2012. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-saude-da-baia/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

DENOMINAÇÕES PARA “ESTRELAS”: ASPECTOS LINGUÍSTICOS E ANTROPOLÓGICOS

Elizabete Aparecida Marques
Aparecida Negri Isquardo

INTRODUÇÃO



O estudo das unidades fraseológicas tem ganhado cada vez mais relevância na Linguística contemporânea, especialmente quando se trata de analisar as relações entre léxico, ambiente e cultura. Nesse contexto, este trabalho tem como propósito analisar denominações para diferentes tipos de “estrelas”¹ no português do Brasil e de Portugal, bem como no galego, utilizando como base de dados o *Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português* (TLPGP).

O estudo também se insere na continuidade dos trabalhos sobre fraseologia desenvolvidos no âmbito do Projeto VALEXTRA (Variação lexical: teorias, recursos e aplicações), realizado em parceria entre instituições brasileiras e francesas no âmbito do programa CAPES-COFECUB, projeto que teve como um de seus principais focos o estudo de fraseologismos a partir de dados orais de nature-

¹ No âmbito deste trabalho, foram marcadas em *itálico* as denominações para o referente “estrelas”, ou seja, o astro (corpo celeste) que foi identificado entre aspas.

za geolinguística, resultando em diversas publicações e pesquisas na área².

Este trabalho, como já assinalado, tem como objetivo central analisar as denominações para quatro tipos específicos de “estrelas”, conforme registradas no TLPGP: 1) estrela que muda de lugar ou “cai”; 2) estrela da manhã; 3) estrela da tarde; 4) grupo de três “estrelas” que aparecem juntas. O estudo examina em que medida esses dados evidenciam a relação entre léxico, ambiente e cultura, com ênfase em aspectos míticos e folclóricos subjacentes a essas denominações.

Além disso, a investigação a que se vincula este estudo busca ampliar o conhecimento sobre variação fraseológica a partir de dados orais, área que tem se mostrado fértil para a compreensão das dinâmicas da língua em uso e da sua relação com os contextos socioculturais, tomando-se como princípio o fato de que as unidades fraseológicas refletem tanto aspectos linguísticos, quanto culturais dos falantes em seus contextos socioculturais, ou seja, a cosmovisão e o imaginário das comunidades falantes.

Na sequência são detalhadas as seções que compõem a estrutura do trabalho: i) questões pontuais sobre o simbolismo do astro; ii) panorama teórico sobre fraseologia e variação linguística; iii) metodologia empregada na coleta e análise dos dados que compõem o *corpus* em exame; iv) análise do *corpus* analisado – denominações de “estrelas”, categorizadas de acordo com suas motivações semânticas. Por fim, são tecidas as considerações finais, apontando para possíveis desdobramentos futuros da pesquisa, e informadas as referências que orientaram o estudo.

² Dentre outros, citam-se os estudos de Paim; Sfar; Mejri (2018) e de Ribeiro, Isquendo; Paim (2018).

1. “ESTRELA”: CARACTERIZAÇÕES E SIMBOLISMOS

Em termos linguísticos, a unidade lexical *estrela* é definida como astro por obras lexicográficas de diferentes épocas. No âmbito da língua portuguesa, Silva (1813) já definia *estrella* como “corpo celeste esférico, e denso, que luz com luz própria, ou alheya. § fig. e poet. os olhos”. Na atualidade, o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, da Academia das Ciências de Lisboa (2001) traz a seguinte definição para a mesma unidade lexical: “Do lat. *Stella*. Astr. Corpo celeste cintilante com luz e calor próprios que aparenta estar fixo no firmamento”. No Brasil, o Dicionário Houaiss (2001) assim define *estrela*: “ETIM lat. stella,ae. ASTR corpo celeste produtor e emissor de energia, com luz própria, e cujo deslocamento na esfera celeste é quase imperceptível ao observador na Terra; estela”.

Do ponto de vista de diferentes culturas, o astro genericamente denominado de “estrela” tem a conotação de guia para encontrar caminhos, de orientação espiritual e de direção na vida, além de as “estrelas” serem consideradas, em muitas culturas, como símbolos de proteção contra energias negativas e como guia em momentos de dificuldades. Ainda na esfera das simbologias, a “estrela” pode representar a abundância de energia cósmica e a conexão com o universo, além de, na cultura popular, o aparecimento de uma “estrela cadente”, por exemplo, pode ser interpretado como um sinal de boa sorte.

Na Onomástica,

Estrela é um nome feminino que tem origem no latim “stella” e faz referência aos corpos celestes brilhantes presentes no céu noturno. O significado do nome remete à luz, à beleza e ao brilho das estrelas. É um nome simbólico e poético, que carrega

uma conexão com a natureza e o universo (Revista Crescer Globo, 2025)³.

O *Guia de nomes* disponível na mesma revista esclarece ainda que o nome de pessoa *Estrela* evoca o símbolo de esperança, inspiração e beleza, além de “ser associado a um senso de mistério e magia, evocando a imaginação e a admiração pelas estrelas no céu noturno”. No português, o nome feminino *Estela*, oriundo da forma latina *Stella*, é bastante produtivo. Ainda a respeito do nome próprio de pessoa Maria *Estela*, Soledade e Simões Neto (2021, p. 126) esclarecem que “pode ser que alguém, por exemplo, tenha preferência pela variante “Stella”, por achá-la uma grafia mais elegante. Mas há também quem queira – e prefira – aporuguesar a grafia do nome e empregue a variante *Estela*. As motivações, de fato, são diversas”.

Desde épocas remotas, o astro “estrela” tem recebido variadas denominações que são objetos de interpretações distintas, como ocorre, por exemplo, com a narrativa sobre a queda da “estrela *Absinto*” que,

[...] segundo interpretações de exegetas cristãos, “seria um desses cataclismas cósmicos que prenunciariam o Grande Dia de Deus, ie., o Fim do Mundo e o Julgamento Final. Essa “estrela” decaída, ou seja, que perdera as mesmas fontes simbólicas em que os nazistas foram buscar a ideia de aplicar a estrela amarela aos judeus. Mas é possível que os judeus, invertendo a valorização do símbolo, vejam nessa estrela (de seis pontas), não um sinal de infâmia, mas a gloriosa luz de Jeová (Chevalier; Gheerbrant, 2001, p. 23; 43-44).

Câmara Cascudo (2000), por sua vez, ao tratar do folclore brasileiro, destaca a existência de um “respeito misterioso em relação às estrelas”. O folclorista registra que o “costume de venerá-las desapa-

³ Fonte: <https://revistacrescer.globo.com/guia-de-nomes/estrela/>. Acesso em: 28 out. 2025.

receu, mas alguns vestígios ainda existem visíveis e diários. Quem aponta uma estrela ou as enumera terá verrugas, tantas quantas forem as estrelas contadas”.

Do ponto de vista estrutural, as denominações do astro “estrela” analisadas no âmbito deste estudo configuram-se como lexias compostas que são objeto de estudo da Fraseologia, área das Ciências do Léxico que se ocupa do estudos das unidades fraseológicas, tema do item 2 a seguir.

2. FRASEOLOGIA E VARIAÇÃO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A Fraseologia, como disciplina linguística, tem por objeto de estudo as unidades fraseológicas (UFs), que são combinações de palavras que apresentam certo grau de fixidez e idiomaticidade. Segundo Corpas Pastor (1996, p. 20), as UFs são “unidades léxicas formadas por mais duas palavras gráficas em seu limite inferior, cujo limite superior se situa no nível da oração composta”. Essas unidades se caracterizam por sua alta frequência de uso, institucionalização, fixação, especialização semântica e idiomaticidade.

De acordo com Monteiro-Plantin (2014, p. 33), “a fraseologia é o conjunto de fenômenos linguísticos cristalizados na língua”. Essa cristalização, no entanto, não implica uma total imutabilidade, uma vez que as UFs estão sujeitas a variações de diferentes naturezas.

A variação fraseológica é complexa e pode ocorrer em diferentes níveis linguísticos. Conforme aponta Pamies Bertrán (2018, p. 225), “as variantes fraseológicas são formas diferentes de uma mesma unidade, que conservam tanto o significado como as funções discursivas”. Essa variação pode ser de ordem lexical, morfológica,

sintática ou mesmo semântica, desde que não altere substancialmente o sentido global da expressão.

No contexto da variação diatópica, foco deste estudo, as UF's podem apresentar diferenças significativas de acordo com a região geográfica. Como ressalta González Rey (2015, p. 178), “a variação diatópica das UF's reflete as particularidades culturais e linguísticas de cada comunidade falante”. Isso é particularmente relevante quando se trata de expressões que nomeiam elementos da natureza, como as “estrelas”, pois estas denominações frequentemente carregam traços das crenças, mitos e tradições locais.

A relação entre fraseologia e cultura é destacada por diversos autores. Mejri (1997, p. 45), por exemplo, afirma que “as unidades fraseológicas são depositárias de conteúdos culturais que refletem a visão de mundo de uma comunidade linguística”. Essa perspectiva é fundamental para compreender as motivações subjacentes às denominações de “estrelas” analisadas neste trabalho.

No que diz respeito à classificação das UF's, há diversas propostas na literatura. García-Page (2008, p. 23) propõe uma categorização que inclui colocações, locuções, enunciados fraseológicos e parêmiat. Para os propósitos deste estudo, focamos principalmente nas locuções nominais, que são as estruturas mais comumente encontradas nas denominações de “estrelas”.

A variação fraseológica em dados orais de natureza geolinguística tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores brasileiros. Paim, Sfar e Mejri (2018, p. 12) destacam a importância desses estudos para “compreender a dinâmica da língua em uso e as particularidades regionais do léxico”. Nesse sentido, este trabalho se alinha a essa perspectiva de pesquisa, buscando contribuir para o entendimento da variação fraseológica no âmbito das línguas portuguesa e galega.

É importante ressaltar que, ao estudar as denominações de “estrelas”, estamos lidando com uma área semântica que transcende o meramente linguístico, adentrando o terreno das representações culturais e simbólicas. Como observam Isquerdo e Marques (2019, p. 87), “o léxico regional é um repositório de saberes e práticas culturais que se cristalizam na língua”. Assim, a análise dessas UFs permite vislumbrar aspectos da cosmovisão das comunidades falantes, revelando crenças, tradições e formas de interpretar o mundo natural.

3. METODOLOGIA

A pesquisa que deu origem a este texto baseou-se fundamentalmente nos dados disponibilizados pelo *Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português* (TLPGP), uma plataforma digital que reúne o léxico dialetal de obras de diferentes naturezas, publicadas ou inéditas, com referência geográfica. O TLPGP reúne um acervo lexical que é resultado de pesquisas de campo sobre língua falada, em sua grande maioria de natureza dialetal, realizadas na Galícia, em Portugal e no Brasil, abrangendo diferentes fases da história das línguas galega e portuguesa.

Nesse particular é importante ressaltar que a metodologia adotada pelo TLPGP envolve um rigoroso processo de pesquisa documental, que inclui:

- levantamento das obras de referência;
- preenchimento de uma planilha de dados, elaborada com base em um protocolo específico para a investigação;
- incorporação do material à base de dados digital.

Essa abordagem metodológica garante a confiabilidade e a representatividade dos dados analisados, o que permite uma visão abrangente das variações diatópicas e diacrônicas do léxico patrimonial galego e português.

O TLPGP constitui um *thesaurus* online que disponibiliza um acervo do patrimônio lexical tradicional das línguas galega e portuguesa, permitindo não apenas a consulta lexical, mas também a geração de cartografia linguística dos lemas e respectivas variantes que compõem a nomenclatura do tesouro.

Para a realização deste estudo, seguimos as seguintes etapas metodológicas:

1) **Extração dos dados:** 1.420 unidades fraseológicas associadas à área semântica do Universo, no TLPGP, foram organizadas segundo as seguintes subáreas:

- firmamento: 254 unidades fraseológicas;
- meteorologia: 544 unidades fraseológicas;
- tempo cronológico: 610 unidades fraseológicas;
- universo: outros: sete unidades fraseológicas.

2) **Seleção do *corpus* de estudo:** subárea do firmamento, focando especificamente nas unidades fraseológicas que denominam quatro tipos de “estrelas”:

- “estrela que muda de lugar, que passa correndo de um lugar para outro”;
- “de manhã cedo, uma estrela brilha mais e é a última a desaparecer”;

- “uma estrela aparece de tardezinha, antes das outras, perto do horizonte”;
- “aquelas três que sempre aparecem juntinhas”.

3) **Agrupamento e categorização:** as 59 unidades fraseológicas identificadas no *corpus* deste estudo que nomeiam os quatro tipos de “estrelas” selecionados foram agrupadas e categorizadas, tomando como referência principal a relação entre léxico e cultura.

Procedemos à análise dos fraseologismos nominais com enfoque nos aspectos míticos e culturais subjacentes aos nomes de “estrelas” que compõem o *corpus* de pesquisa.

Para a análise dos dados, adotamos uma perspectiva qualitativa, buscando identificar padrões e motivações semânticas nas denominações das “estrelas”. Baseamo-nos principalmente nos trabalhos de Poel (2013) e Leonel (2000) para estabelecer as categorias de análise, organizadas conforme os seguintes critérios:

- 1) motivação religiosa;
- 2) características do referente nomeado;
- 3) crendices e folclore.

Essa categorização tem por finalidade examinar não apenas os aspectos linguísticos das unidades fraseológicas, mas também suas implicações culturais e antropológicas, fornecendo *insights* sobre a relação entre língua, cultura e visão de mundo das comunidades falantes.

4. ANÁLISE DOS DADOS

O exame das 59 unidades fraseológicas que denominam os quatro tipos de “estrelas” selecionados revelou alguns padrões de motivação semântica. Seguindo a categorização proposta, apresentamos, na sequência, o *corpus* em estudo que foi dividido em três grupos principais, segundo a dimensão semântica das denominações: *motivação religiosa, características do referente nomeado e credences/folclore*. A seguir, apresentamos os dados organizados em quadros, seguidos da análise semântica das denominações de “estrela” catalogadas para este estudo.

4.1. Influências da tradição religiosa cristã

Quadro 1. Fraseologismos com motivações religiosos

Descrição do referente	Brasil	Portugal	Galiza
Estrela “que muda de lugar, que passa correndo de um lugar para outro”	Deus te abrande Estrela Mariana Estrela Guia		
“De manhã cedo, uma estrela brilha mais e é a última a desaparecer”	Estrela de Maria Estrela Maria Estrela da Guia Estrela Guia	Estrela da guia Estrela Guia	
“Aqueles três estrelas que sempre aparecem juntinhas”	Cruzeiro do sul Três-marias	Reis magos Três-marias	Tres avemarias
“Uma estrela que aparece de tardezinha, antes das outras, perto do horizonte”	Estrela Maria Estrela Guia	Estrela Guia	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No seu conjunto as denominações de “estrelas” com motivação religiosa refletem a forte influência da tradição cristã nas culturas galega, portuguesa e brasileira. Observamos também que esse tipo de motivação transpারেce na nomeação das quatro categorias de “estrelas” selecionadas para este estudo, embora com diferentes graus de incidência.

Para nomear a “estrela” *que muda de lugar, que passa correndo de um lugar para outro*, foram identificadas no *corpus* brasileiro expressões como *Deus te abrande*, *Estrela Mariana* e *Estrela Guia* que evocam figuras e conceitos religiosos, associando o fenômeno astronômico a elementos da fé cristã.

No caso da “estrela” que “brilha mais de manhã cedo e é a última a desaparecer”, há no *corpus* analisado a presença de expressões relacionadas à figura de Maria e ao conceito de guia espiritual. No Brasil, foram identificados os fraseologismos *Estrela de Maria*, *Estrela Maria* e *Estrela da Guia*; em Portugal, foram identificadas *Estrela da Guia* e *Estrela Guia*. Essa convergência sugere uma interpretação comum do conceito nomeado por essa “estrela” (provavelmente o planeta Vênus) como um símbolo de orientação espiritual, provavelmente uma marca da herança lusa no léxico do português do Brasil.

Já na nomeação daquelas “três estrelas que sempre aparecem juntinhas”, os dados apontam para referências diretas a elementos da narrativa cristã. No Brasil e em Portugal, há *Três-marias*, que pode aludir às figuras das “três Marias” que, segundo o texto bíblico, estavam presentes no ato da crucificação de Jesus. Em Portugal, foi documentado também o nome *Reis magos* que faz referência direta à história do nascimento de Jesus Cristo, mais especificamente à visita dos três reis magos do Oriente ao menino Jesus para adorá-lo e presenteá-lo com ouro, incenso e mirra. Segundo a narrativa do evento bíblico, os reis foram “guiados por uma estrela” até Belém⁴. Na Galícia, a expressão

⁴ -Cf. Evangelho de Mateus, capítulo 2, versículos 1-2.

Tres avemárias também atesta a relação entre a observação astronômica e a prática religiosa.

Por fim, para nomear a “estrela” *que aparece de tardezinha, antes das outras, perto do horizonte*, figuram no *corpus* examinado as denominações *Estrela Maria* e *Estrela Guia*, no Brasil, e de *Estrela Guia* em Portugal, o que reforça a associação entre esse fenômeno celeste e figuras e conceitos religiosos no processo de nomeação de “estrelas” nas culturas lusitana e brasileira.

Esses nomes de motivação religiosa traduzem, pois, a presença da cosmovisão de tradição cristã que permeia a interpretação dos acontecimentos celestes nas culturas dos habitantes dos espaços geográficos contemplados por este estudo, à medida que são atribuídos significados espirituais a eventos astronômicos observáveis.

4.2. Associações entre as denominações e características das “estrelas”

Quadro 2. Fraseologismos com características do referente nomeado

Descrição do referente	Brasil	Portugal	Galiza
Estrela “que muda de lugar, que passa correndo de um lugar para outro”	Estrela cadente Estrela corre Estrela que corre mais Estrela mudando Estrela que cai no mar Estrela que muda de lugar Estrela d’alva que muda Estrela de cauda Rabo de galo	Estrela corrida Estrela de rabo	Luceiro rabiño

Descrição do referente	Brasil	Portugal	Galiza
“De manhã cedo, uma estrela brilha mais e é a última a desaparecer”	Estrela d'alva Estrela da manhã Estrela do ar do dia Estrela do dia Estrela grande Estrela maior Estrela mais brilhante	Estrela d'alva Estrela da manhã Estrela-da-madrugada Estrela do dia Estrela do alvor/estrela do albor Estrela matutina Luzeiro da manhã	Estrela da alba Estrela do día Luceiro da alba Luceiro da mañá Luceiro de madrugada Luceiro do día Estrela maior Estrelón do día

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Nessa categoria, figuram denominações que descrevem diretamente características observáveis nos corpos celestes nomeados, sem necessariamente recorrer a referências religiosas ou folclóricas. Para a “estrela” *que muda de lugar*, foi catalogada uma rica variedade de expressões descritivas. No Brasil, figuram, por exemplo, *Estrela cadente*, *Estrela corre*, *Estrela que corre mais*, *Estrela mudando*, entre outras. Em Portugal, foram identificadas no *corpus* em estudo *Estrela corrida* e *Estrela de rabo*. Na Galícia, a expressão *Luceiro rabiño* também faz referência à aparência de “cauda” deixada por esse tipo de “estrela”.

Essas denominações apontam para uma observação atenta do fenômeno por parte do denominador, descrevendo o movimento percebido (“corre”, “muda”) e a aparência visual (“de rabo”, “rabiño”). É interessante notar como diferentes comunidades linguísticas chegam a descrições semelhantes do acontecimento cósmico em questão, evidenciando uma percepção compartilhada do referente.

Para o corpo celeste “que brilha mais de manhã”, identificamos uma série de expressões que fazem referência ao período do dia e à lu-

minosidade do astro. No Brasil, temos *Estrela d'alva*, *Estrela da manhã*, *Estrela do ar do dia*, entre outras. Em Portugal, observamos expressões similares, como *Estrela d'alva*, *Estrela da manhã*, *Estrela do dia*. Na Galícia figuram *Estrela da alba*, *Estrela do día*, *Luceiro da alba*, dentre outras variantes.

Sintetizando, constata-se que essas denominações revelam uma compreensão comum do ciclo diário e da posição da “estrela” (provavelmente Vênus) em relação ao nascer do sol. A recorrência de unidades léxicas como “alva”, “manhã” e “dia” observadas nos nomes de “estrelas” nas três regiões consideradas demonstra uma percepção compartilhada desse fenômeno celeste e, por extensão, similaridades na forma de nomeá-lo.

4.3. Crenças populares e manifestações culturais

Quadro 3. Fraseologismos com motivações provenientes das crendices e folclore

Descrição do referente	Brasil	Portugal	Galiza
Estrela “que muda de lugar, que passa correndo de um lugar para outro”	Estrela do segredo Estrela que deixa mentiroso Mãe d’água Mãe de ouro/mãe do ouro		
“De manhã cedo, uma estrela brilha mais e é a última a desaparecer”		Estrela boieira	
“Aquelas três estrelas que sempre aparecem juntinhas”			

Descrição do referente	Brasil	Portugal	Galiza
“Uma estrela aparece de tardezinha, antes das outras, perto do horizonte”	Estrela da esperança		Estrela da fartura Estrela da fortuna

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Nessa categoria, agrupamos denominações que refletem crenças populares, superstições e elementos do folclore local que são particularmente interessantes do ponto de vista antropológico, pois revelam aspectos das tradições e do imaginário popular. Segundo Cascudo (2000), “as superstições gerais astrolátricas foram trazidas pelos colonizadores portugueses, algumas de origem oriental, divulgadas na península durante a dominação árabe e mantidas nas colônias sob os lumes vivos das constelações tropicais. Entre as orações fortes, uma das mais notáveis e antigas é a Oração das Estrelas”.

Para a “estrela” *que muda de lugar*, há no Brasil expressões como *Estrela do segredo*, *Estrela que deixa mentiroso*, *Mãe d’água* e *Mãe de ouro/mãe do ouro*. Essas denominações sugerem a atribuição de poderes mágicos ou sobrenaturais às “estrelas cadentes”, associando-o a segredos, a mentiras e a entidades míticas das águas e do ouro.

No caso da denominação da “estrela” *que aparece de tardezinha*, no *corpus* em estudo há expressões como *Estrela da esperança*, no Brasil, e *Estrela da fartura* e *Estrela da fortuna*, na Galícia. Essas denominações revelam uma tendência de associar o aparecimento dessa “estrela” (provavelmente Vênus como “estrela vespertina”) a conceitos positivos como esperança, abundância e boa sorte. Vênus, o segundo corpo celeste mais brilhante depois do Sol e da Lua, visível no céu da manhã e do entardecer. Logo, a *Estrela da fortuna* se refere a Vênus pela sua associação astrológica com amor, sorte e valores.

É interessante notar que, em Portugal, há registro da expressão *Estrela boieira* para denominar a “estrela” que tem maior brilho de manhã no amanhecer. Essa denominação sugere uma associação entre o fenômeno astronômico e as práticas agrícolas, possivelmente indicando o momento de levar o gado para pastar.

Essas denominações baseadas em credices e folclore demonstram como os corpos celestes são integrados ao imaginário popular, ganhando significados que vão além da mera observação astronômica. Elas revelam aspectos importantes da cultura e das tradições locais, mostrando como a língua serve de repositório para essas crenças e interpretações do mundo natural materializadas no léxico, atestando a tese de Sapir (1969) acerca da relação entre língua e meio ambiente.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise das denominações para os diferentes tipos de “estrelas” revela alguns padrões que merecem uma discussão mais aprofundada.

5.1. Convergências e divergências regionais

As denominações aqui analisadas demonstram que, em muitos casos, há similaridades quanto à forma de nomear o mesmo tipo de “estrela” entre as diferentes regiões estudadas (Brasil, Portugal e Galícia). Isso é particularmente notável nas expressões de motivação religiosa e naquelas baseadas nas características observáveis nos tipos de “estrelas” contemplados neste estudo, como se observa em variantes como *Estrela Guia* e *Estrela d'alva*, tanto no Brasil quanto em Portugal.

Essas convergências sugerem um substrato cultural comum, provavelmente derivado da herança cristã e da observação compartilhada dos fenômenos celestes. No entanto, também há divergências significativas, especialmente nas denominações motivadas por crenças e folclore. Essas diferenças refletem particularidades culturais de cada região, dando mostras sobre como o léxico se adapta e se enriquece com as tradições locais.

5.2. O papel do planeta Vênus

Um aspecto significativo observado na análise das unidades fraseológicas aqui examinadas é a predominância de denominações que, embora se refiram a «estrelas», na realidade descrevem o planeta Vênus. Isso fica evidente nas expressões para nomear “a estrela da manhã e da tarde” que traduzem, de fato, percepções do planeta Vênus em diferentes momentos de sua órbita.

Essa dificuldade de estabelecer distinções entre “estrelas e planetas” pelos falantes se reflete no léxico popular, o que não é surpreendente, considerando-se que, a olho nu, Vênus aparece como um ponto brilhante no céu, semelhante a uma “estrela”. A diversidade de denominações para o planeta Vênus como *Estrela d'alva*, *Estrela da manhã*, *Estrela da tarde*, por exemplo, demonstra a importância desse corpo celeste na cultura popular e a sua consequente integração ao imaginário coletivo.

5.3. Aspectos míticos e simbólicos dos hagiônimos e das palavras sagradas

Os dados lexicais aqui analisados apontam para uma rica tessitura de significados míticos e simbólicos associados às “estrelas”. A

presença recorrente de figuras religiosas como *Maria* e de conceitos relacionados ao fenômenos espirituais como *guia* demonstra como os acontecimentos cósmicos são frequentemente interpretados por meio de uma lente religiosa ou espiritual.

Além disso, as expressões baseadas em credices e no folclore como ocorre com *Estrela do segredo* ou *Estrela da fortuna* mostram como as “estrelas” são integradas a sistemas de crenças locais, muitas vezes investidas de poderes mágicos ou proféticos. Isso ressalta o papel das “estrelas” não apenas como objetos de observação astronômica, mas como elementos significativos na construção de sentido e na interpretação do mundo por parte das comunidades linguísticas, no caso do Brasil, de Portugal e da Galícia.

5.4. Implicações para os estudos fraseológicos

A análise aqui apresentada corrobora a importância dos estudos fraseológicos baseados em dados orais de cunho geolinguístico. As unidades fraseológicas examinadas demonstram como o léxico serve de repositório para conhecimentos culturais, crenças e práticas tradicionais, o que está em consonância com as ponderações de Meiri (1997) sobre o papel das unidades fraseológicas como depositárias de conteúdos culturais.

Além disso, a variação observada nas denominações de “estrelas” entre as diferentes regiões contempladas neste estudo reforça a importância de ser considerada a variação diatópica nos estudos fraseológicos, como destacado por González Rey (2015). Essas variações não são apenas “curiosidades” linguísticas, mas sim janelas para a compreensão de particularidades culturais e de visões de mundo de diferentes comunidades de falantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das denominações de “estrelas” no português do Brasil, português de Portugal e no galego, com base nos dados do *Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português*, revelou-se um campo fértil para a análise das relações entre léxico, cultura e visão de mundo.

As unidades fraseológicas examinadas demonstram claramente como o léxico reflete a cosmovisão do homem, incorporando elementos da realidade mais próxima, percepções e crenças na nomeação de fenômenos celestes. A análise evidenciou três principais motivações para essas denominações: religiosa, característica do referente e crenças/folclore, cada uma oferecendo *insights* únicos sobre as culturas das regiões estudadas.

Um aspecto particularmente relevante foi a constatação de que o planeta Vênus é frequentemente percebido e referido como uma “estrela”, recebendo diversas denominações de acordo com sua aparição matutina ou vespertina. Isso demonstra como a sabedoria popular às vezes diverge do conhecimento científico, mas ainda assim cria sistemas coerentes de interpretação e de nomeação de referentes do mundo natural.

As convergências e divergências observadas entre as denominações nas diferentes regiões estudadas oferecem um panorama relevante da variação linguística e cultural no mundo lusófono e galego. Enquanto algumas expressões parecem ser compartilhadas em toda a área estudada, outras são claramente regionais, refletindo tradições e crenças locais.

Este estudo contribui para o campo da fraseologia ao demonstrar a importância dos dados orais de cunho geolinguístico para a

compreensão das unidades fraseológicas, além de reforçar a tese de que essas unidades não se configuram apenas como curiosidades linguísticas, mas sim se configuram como repositórios valiosos de conhecimento cultural e histórico.

Para futuras pesquisas, tem-se como meta realizar um levantamento exaustivo das denominações de referentes relacionados à área semântica do Universo na base lexicográfica do TLPGP, cotejando com o registro das unidades fraseológicas em dicionários gerais da língua portuguesa e realizando uma análise mais aprofundada da variação diatópica dos dados, com base nos registros cartográficos disponíveis no TLPGP, como também um estudo detalhado da estrutura morfológica das formas identificadas, buscando estabelecer padrões que possam orientar pesquisas futuras, incluindo uma análise comparativa com dados de outras línguas e culturas, com vistas a identificar possíveis universais na nomeação de fenômenos celestes.

Em conclusão, este estudo deu mostras da riqueza e da complexidade das relações entre língua, ambiente e cultura (Sapir, 1969), evidenciadas por meio das denominações de “estrelas”, além de ressaltar a importância de abordagens interdisciplinares que combinem linguística, antropologia e astronomia popular para uma compreensão mais profunda do patrimônio lexical e cultural das comunidades falantes.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA/FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. **Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea**. Lisboa: Editorial VERBO, 2001.

ÁLVAREZ, R. (coord.). **Tesouro do léxico patrimonial galego e português**. Santiago de Compostela: Instituto da Língua Galega. Disponível em: <http://ilg.usc.es/Tesouro>. Acesso em: 09 nov. 2020.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Edição Pastoral. Tradução Ivo Stomilo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1990.

CÂMARA CASCUDO, L. da. **Dicionário do folclore brasileiro**. Revisto, atualizado e ilustrado. 9. ed. São Paulo: Global Editora, 2000. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://drive.usercontent.google.com/download?id=11daYP5pjdqTR56bdFfK5-_c-mJZBhw6i&authuser=0&acrobatPromotionSource=gmail_chrome-list. Acesso em: 10 de out.2025.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos**: mitos, sonhos, costumes, formas, figuras, cores, números. 16^a. Ed., Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2001.

CORPAS PASTOR, G. **Manual de fraseología española**. Madrid: Gredos, 1996.

GARCÍA-PAGE, M. **Introducción a la fraseología española**: estudio de las locuciones. Barcelona: Anthropos, 2008.

GONZÁLEZ-REY, M. I. **La phraséologie du français**. Toulouse: Presses universitaires du Midi, 2015.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ISQUERDO, A. N.; MARQUES, E. A. Locuções no universo lexical pantaneiro: em busca de marcas de idiomaticidade. **Laborhistórico**, v. 5, p. 172-191, 2019.

LEONEL, M. C. **Guimarães Rosa**: Magma e gênese da obra. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MEJRI, S. **Le figement lexical**: descriptions linguistiques et structuration sémantique. Manouba: Publications de la Faculté des Lettres de la Manouba, 1997.

MONTEIRO-PLANTIN, R. **Fraseologia**: era uma vez um Patinho Feio no Ensino de Língua Materna. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

PAIM, M. M. T.; SFAR, I.; MEJRI, S. **Nas trilhas da fraseologia**: a partir de dados orais de natureza geolinguística. Salvador: Quarteto Editora, 2018.

PAMIES BERTRÁN, A. Aux limites du limitrophe: à propos des catégories phraséologiques. In: SFAR, I.; BUVET, P-A. **La phraséologie entre fixité et congruence**. Louvan-la-neuve: Academia-L'Harmattan, 2018. p. 221-263.

POEL, F. van der. **Dicionário da religiosidade popular**: cultura e religião no Brasil. Curitiba: Nossa Cultura, 2013.

REVISTA CRESCER. **Guia de nomes**. Significado do nome Estrela. 2025. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/guia-de-nomes/estrela/>. Acesso em: 15 de out. 2025.

RIBEIRO, S. S. C.; ISQUERDO, A. N.; PAIM, M. M. T. Fraseologismos na denominação de brinquedos e brincadeiras infantis no Atlas Linguístico do Brasil. **Guavira Letras**, v. 27, p. 30-46, 2018.

SAPIR, E. Língua e ambiente. In: SAPIR, E. **Linguística como Ciência**. Ensaios. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

SILVA, A. de M. **Diccionario da Língua Portuguesa**. V. 1. Fac-símile da segunda edição (1813). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1922.

SOLEDADE, J.; SIMÕES NETO, N. (Orgs.). **Nomes próprios**. Abordagem linguística. Salvador: Edufba, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33773/3/nomes-proprios-RI.pdf>. Acesso em: 25 set.2025.

OS ERGOTOPÔNIMOS DE MINAS GERAIS

Marianna de Franco Gomes

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

INTRODUÇÃO



estudo toponímico oferece valiosa contribuição à sociedade, tendo em vista que a investigação de nomes de lugares possibilita acessar informações históricas e culturais e torná-las fonte de conhecimento para a sociedade, constituindo, portanto, um patrimônio imaterial.

Desse modo, este artigo está vinculado ao trabalho de Doutorado defendido na Faculdade de Letras da UFMG, em 2023, intitulado “A ergotoponímia mineira e seus campos lexicais” (Gomes, 2023). Trata-se, pois, da investigação de nomes de lugares que apresentam como principal fator motivacional elementos da cultura material. Enquanto lexias, tais nomes foram estruturados em campos lexicais objetivando, facilitar a interpretação e análise dos dados ao alcançar um conjunto mais claro e coerente.

A motivação que justificou o desenvolvimento da Tese de Doutorado surgiu por meio do Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais, coordenado pela Professora Doutora Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, desde 2005, na Faculdade de Letras da UFMG. Esse projeto consolidou um banco de dados con-

temporâneo que reúne mais de 85 mil topônimos, coletados em cartas geográficas do IBGE, que nomeiam tanto acidentes geográficos físicos quanto humanos em Minas Gerais, organizando-os e sistematizando-os conforme características linguísticas e geográficas. Sendo assim, o banco de dados oferece informações quanto à natureza do topônimo (física ou humana)¹, o acidente geográfico nomeado, localização gesimográfica (meso e microrregião)² e a taxa toponímica.

A taxonomia³ toponímica, por sua vez, corresponde ao procedimento teórico e metodológico desenvolvido por Dick (1990a, 1990b) que permite classificar os topônimos de acordo com os principais fatores motivacionais compreendidos no ato de nomeação de um lugar. Para isso, parte-se do pressuposto que o nome de um lugar é condicionado por um fator que o motivou e que está, portanto, associado ao ambiente que nomeia, seja por meio de aspectos físicos do ambiente ou humanos, ligados à sociedade. É pertinente explicitar que esse assunto, que fundamentou o trabalho aqui apresentado, será abordado de modo mais detalhado no tópico seguinte.

¹ De acordo com Sapir: por fatores físicos se entendem aspectos geográficos, como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regime de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo. Por fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte (Sapir, 1961, p. 44).

² É necessário esclarecer que, apesar da mudança da Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (2017), é pertinente explicitar que o banco de dados do Projeto ATEMIG foi organizado de acordo com a antiga divisão regional e, por isso, optou-se por utilizar as 12 mesorregiões mineiras.

³ Optou-se pela utilização do termo “taxonomia”, como consta dicionarizado no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009, p. 1820), dado que a forma “taxionomia”, segundo o dicionarista deve ser evitada.

A proposta de classificação de Dick permitiu a consolidação do Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP) e o Atlas Toponímico do Brasil (ATB) servindo como modelo para a criação de outros Atlas regionais, que surgiram em universidades brasileiras, utilizando o mesmo pressuposto e procedimento teórico e metodológico. Portanto, ainda que cada pesquisa possa compreender as suas necessidades de adaptação, atendendo aos respectivos objetivos, de modo geral, a investigação toponímica permite resgatar o significado dos nomes de lugares e, ao analisá-los, torná-los importantes fontes de informação para a sociedade.

Por meio do Projeto ATEMIG, vários trabalhos foram realizados na Faculdade de Letras da UFMG e outros estão atualmente em andamento. Tais trabalhos somam-se nesse vasto universo lexical, tornando a área do léxico bastante produtiva.

Assim, com base no banco de dados do Projeto ATEMIG, este trabalho investigou os ergotopônimos mineiros, agrupando-os em campos lexicais. Este artigo objetiva, pois, apresentar os principais resultados evidenciados por meio da realização dessa pesquisa.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. Estudos toponímicos: um caminho de pesquisas e resgates socioculturais

O léxico de uma língua integra valores socioculturais à medida que características associadas à sociedade são refletidas por meio dele. Nessa perspectiva, é notável que o estudo lexical permita compreender os valores da sociedade que o utiliza, conforme apresentam Oliveira e Isquardo (2001, p. 9):

[...] o universo lexical de um grupo sintetiza a sua maneira de ver a realidade e a forma como seus membros estruturam o mundo que os rodeia e designam as diferentes esferas do conhecimento. Assim, na medida em que o léxico recorta realidades do mundo, define, também, fatos de cultura.

Partindo do pressuposto de que “qualquer sistema léxico é a somatória de toda experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades” (Biderman, 2001, p. 179), ao estudar esse sistema, conhecemos a realidade do povo que o utiliza, fornecendo, portanto, um meio de vastas possibilidades de realização de pesquisas.

Dentro desse universo de produtividade lexical, integrando a área dos estudos Onomásticos, a Toponímia atua por meio de uma característica peculiar apontada por Dick: o topônimo é entendido como um fóssil linguístico à medida que se perpetua no tempo. Desse modo, ao nomear um lugar, aquele nome sobrevive por gerações, preservando fatores socioculturais associados ao ambiente nomeado, seja por meio de aspectos físicos ou antropoculturais.

Nesse cenário, é necessário apontar e esclarecer algumas considerações. Diante da distância cronológica em que se deu o ato de nomeação de um determinado lugar, o sentido daquele nome pode ser apagado e, inclusive, dificultar o trabalho investigativo do pesquisador pela busca e análise do seu significado. Tendo isso em vista, o topônimo assume o caráter predominantemente referencial, uma vez que não seja necessariamente mediado pelo sentido:

Por se tratar de nomes que permanecem, às vezes, intactos, outras vezes, levemente modificados, o nome de lugar é provido de função referencial; já o seu sentido nem sempre se encontra armazenado

na mente do ouvinte, nem da do falante, principalmente se é um topônimo muito antigo, que vem atravessando gerações (Seabra, 2006, p. 1956).

Essa característica do topônimo torna-o ainda mais valioso, já que preserva características socioculturais que podem ser resgatadas, assumindo o caráter de “testemunho histórico”:

Se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica (Dick, 1990a, p. 22).

Dick (1990a, p. 39) aponta, ainda, dois momentos que participam do ato denominativo: a intencionalidade que anima o denominador (ao selecionar determinado nome para o acidente geográfico) e na própria origem semântica da denominação, “no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas”.

Objetivando facilitar os estudos toponímicos, a toponimista criou um procedimento teórico e metodológico que sistematiza os topônimos em 27 taxonomias, considerando as suas características físicas e humanas, de acordo com os principais padrões motivacionais dos nomes. Este trabalho objetivou o estudo de uma dessas taxonomias – os ergotopônimos, reunindo o grupo de topônimos motivados por elementos da cultura material, propondo, pois, descrever e analisar as características da cultura material que predominam em Minas Gerais.

Ainda que o termo “cultura material” seja bastante amplo, levando-se em consideração o seu limite impreciso, neste trabalho, optou-se por “associá-la ao que é produzido pelo homem, refletindo, portanto, o social por meio do material” (Gomes, 2023, p. 53). Porém, trata-se de uma classe bastante conflituosa, já que a variedade de traços semânticos compartilhados pela categoria “cultura material”, dificulta a sua organização e análise. Nesse mesmo grupo, encontra-se, por exemplo, topônimos como “Porteira Pesada” e “Azeite”. Ainda que sejam elementos da cultura material, os traços distintivos permitem organizá-los em categorias distintas, estruturando a possibilidade de subclassificações dos ergotopônimos:

Não faria sentido querer organizar elementos de sistemas diferentes em um sistema mais amplo. Assim, oposições do tipo “arroz” e “cadeira” tornam-se impossíveis, pois não existe qualquer sentido lógico para essas lexias serem organizadas em um único sistema. Mas “arroz”, “açúcar”, “leite”, “ovos” estariam unidos em um campo único que poderia ser o campo dos alimentos ou dos ingredientes, por exemplo, assim como “cadeira”, “mesa”, “sofá”, “televisão”, poderiam compor o campo das mobílias da sala de estar ou de móveis (Abbate, 2015, p. 74-75).

Tendo em vista essa dificuldade, surgiu a necessidade de utilizar a Teoria dos Campos Lexicais (Coseriu, [1977] 1981) para estruturar os objetos de estudo, enquanto lexias, propondo organizá-los de modo mais coerente. A abordagem teórica e metodológica será detalhada a seguir.

1.2. Teoria dos campos lexicais: um conjunto de dados organizado e coerente

Considerando os objetivos do trabalho aqui apresentado, é importante ressaltar os limites entre as duas áreas científicas envolvidas: a Toponímia e a Lexemática. Enquanto a Toponímia tem o topônimo como objeto de estudo, a Lexemática, por sua vez, tem a lexia como objeto de estudo. Essa diferença é um fator que impede a utilização integrada de ambas as áreas, tendo em vista seus diferentes objetos de estudo. Porém, tratando-se da realização dessa pesquisa, foi possível a utilização das duas ferramentas teóricas e metodológicas, considerando o seguinte cuidado: primeiramente, os objetos de estudo foram analisados enquanto topônimos, utilizando-se, para isso, a teoria e metodologia toponímica de Dick (1990). Em um segundo momento do trabalho, adotou-se a Teoria dos Campos Lexicais, proposta por Coseriu ([1977] 1981), para consolidar os objetos de estudo enquanto lexias, ou seja, nesse momento, consideraram-se os elementos da cultura material que motivaram a nomeação dos lugares:

Portanto, o ergotopônimo, enquanto nome próprio, não poderia ser estudado pela Lexemática, sendo objeto de estudo apenas da Toponímia, contudo, considerando os elementos da cultura material que serviram como fator motivacional no ato denominativo, ou seja, lexias com significados estabelecidos, são possíveis e aceitáveis neste trabalho para justificar a utilização das duas perspectivas teóricas (Gomes, 2023, p. 38-39).

Desse modo, a organização dos objetos de estudo em campos lexicais surgiu como uma hipótese, considerando a tentativa de alcançar um conjunto mais estruturado que facilitasse a análise dos dados. Nesse contexto, torna-se necessário esclarecer o que é campo lexical, de acordo com Abbade (2009, p. 39):

[...] o *campo léxico* representa uma estrutura, um todo articulado, onde há uma relação de coordenação e hierarquia articuladas entre as palavras que são organizadas à maneira de um mosaico: o *campo léxico*. Nesse sentido, as palavras que ocupam determinado campo estão individualmente determinando seus significados pelo número e pela situação. As palavras estão organizadas em um campo com mútua dependência, ou seja, elas adquirem uma determinação conceitual a partir da estrutura do todo. O significado de cada palavra vai depender do significado de suas vizinhas conceituais. As palavras só têm sentido como parte de um todo, pois só no campo terão significação. Dessa forma, para entender a lexia individualmente é necessário observá-la no seu conjunto de campo, pois fora desse conjunto não pode existir uma significação, uma vez que a mesma só existe nesse conjunto e em sua razão. O valor de uma palavra, nessa ótica, é medida, não individualmente, mas como parte de um todo. Ela não tem sentido se lhe faltam outras semelhantes ou opostas, pois necessita sempre de um *campo conceitual*.

Por meio da obra intitulada “Princípios de Semântica Estrutural”, Eugenio Coseriu ([1977] 1981) apresenta um método de estudo diacrônico estrutural das palavras, utilizado como fundamento teórico e metodológico para a realização do estudo aqui evidenciado. Trata-se, portanto, de um conjunto de lexemas unidos por uma relação lexical em comum, sendo que esses lexemas “se subdividem em traços mais específicos, opondo-se entre si por diferenças mínimas de conteúdo lexical (traços distintivos lexemáticos ou semas)” (Coseriu, [1977] 1981, p. 135, tradução nossa)⁴.

⁴ No original: “... en valores más determinados, oponiéndose entre sí por diferencias mínimas de contenido léxico (‘rasgos distintivos lexemáticos’ o semas)”.

Sendo assim, conforme explicitado no trabalho de Doutorado de Gomes (2023, p. 71), torna-se necessário aludir ao ramo dos estudos lexicais denominado Lexemática, ou Semântica Estrutural, para compreender a Teoria dos Campos Lexicais:

Na língua, apenas as relações de significação são estruturáveis e um estudo de uma semântica estrutural do significado léxico, conhecida como Lexemática, vai nos remeter a uma proposta teórica de estruturação das lexias em campos lexicais: a teoria dos campos lexicais, que, segundo a direção estrutural proposta por Coseriu (1977, 1987), propõe que um campo se estabeleça através de oposições simples entre as palavras e termine quando uma nova oposição exija que o valor unitário do campo se converta em traços distintivos onde não só as palavras se opõem entre si, mas uma oposição de ordem superior opõe campos lexicais distintos. Esses campos estruturados podem ser mais ou menos complexos e disso vai depender a organização dos mesmos (Abbade, 2015, p. 74).

Justificou-se, portanto, o uso da Teoria dos Campos Lexicais, uma vez que a construção de uma estrutura articulada, constituindo relações hierárquicas, permite evidenciar características da cultura material mineira por meio do léxico toponímico analisado. Desse modo, os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa são apresentados a seguir.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: DAS FICHAS LEXICOGRÁFICAS AO VOCABULÁRIO DA CULTURA MATERIAL EM CAMPOS LEXICAIS

Para realizar o trabalho aqui apresentado, foram necessárias abordagens metodológicas que correspondem a diferentes áreas, conforme salientado anteriormente: a Toponímia e a Lexemática. Dessa forma, utilizou-se, primeiramente, fichas lexicográficas – correspondendo à metodologia da Toponímia, tratando-se do objeto de estudo enquanto topônimo – e num segundo momento, utilizou-se a formação de campos lexicais – correspondendo à metodologia da Lexemática para organizar os objetos de estudo enquanto lexias. Destarte, objetivou-se primeiramente descrever o *corpus* toponímico para, depois, estruturá-lo, tratando-se das lexias, e facilitar a interpretação dos resultados.

As fichas lexicográficas correspondem ao procedimento teórico e metodológico desenvolvido por Dick (1990) e adaptado por Seabra (2004). Considerando os objetivos deste trabalho, o modelo metodológico sofreu outras alterações para ser ajustado, resultando na seguinte estrutura:

Quadro 1. Estrutura da ficha lexicográfica desenvolvida para o trabalho

Entrada lexical	Nº total de ocorrências no Estado:
ORIGEM: ESTRUTURA MORFOLÓGICA: HISTÓRICO: INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	

Quadro contexto: ocorrências toponímicas

Topônimo:		
Tipo de Acidente	Acidente	Município

Quadro quantificação

Acidente	
Acidente físico	
Acidente humano	
Localização geográfica por Mesorregião	
Campo das Vertentes	
Central Mineira	
Jequitinhonha	
Metropolitana de Belo Horizonte	
Noroeste de Minas	
Norte de Minas	
Sul/Sudoeste de Minas	
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	
Vale do Jequitinhonha	
Vale do Mucuri	
Vale do Rio Doce	
Zona da Mata	

Fonte: Gomes (2023, p. 78-79).

Trata-se, portanto, de uma ferramenta que facilita a análise dos topônimos, uma vez que explicita as principais informações de análise – linguísticas, geográficas e enciclopédicas – de maneira organizada.

As fichas lexicográficas são organizadas em ordem alfabética pelo topônimo que corresponde à base lexical. Desse modo, as informações explicitadas no primeiro campo estão relacionadas ao topônimo, entrada lexical, que encabeça a ficha: origem, estrutura morfológica e informações enciclopédicas.

O quadro intitulado “contexto: ocorrências toponímicas” permite descrever cada ocorrência toponímica referente à entrada lexical e suas respectivas informações (natureza do acidente geográfico, acidente geográfico e município). O quadro intitulado “quantificação” apresenta os dados quantificados (referentes ao acidente e localização geográfica) considerando todas as ocorrências toponímicas daquela respectiva base lexical (Gomes, 2023, p. 79).

É pertinente apontar que o campo intitulado “informações enciclopédicas” apresenta informações referentes ao respectivo topônimo por meio da consulta a obras específicas, como dicionários. Tal campo explica e esclarece, inclusive, informações apresentadas em outros campos da ficha, como a origem e a motivação.

Desse modo, nessa etapa metodológica do trabalho, objetivou-se expor as informações gerais referentes ao topônimo de análise, considerando a possibilidade de mais de uma acepção, principalmente em casos polissêmicos. Nesse ponto, torna-se necessário ressaltar uma das dificuldades encontradas na realização do trabalho:

Levando-se em conta a polissemia presente na língua, nem sempre é possível ter clareza sobre a real motivação do topônimo compreendido no ato da nomeação. Esse foi, inclusive, o principal desafio encontrado neste trabalho, já que, ao tentar desvendar a natureza do nome, deparávamos com mais incertezas do que esclarecimentos. Certamente, para alcançar tais esclarecimentos, confirmando a motivação de cada topônimo, a proposta de trabalho deveria ser outra: seria necessário ter um *corpus* com uma dimensão menor para, se possível, realizar uma pesquisa de campo. Contudo, por não ser a proposta deste trabalho, mesmo depois das exclusões realizadas, não negamos a possibilidade de que alguns topônimos considerados neste trabalho cor-

respondam, na verdade, à cultura material de modo figurado, de forma alusiva, ou atribuídos por analogia. Consideramos, por exemplo, topônimos que nomeiam acidentes de natureza física, como córregos, serras e morros, certamente, aludindo aos elementos da cultura material por analogia, como a Serra Poltrona, no município de Bocaiúva. Tal realidade mostra a influência dos elementos da cultura material, inclusive, na nomeação dos acidentes geográficos físicos relacionados à topografia em geral (Gomes, 2023, p. 91).

Na etapa seguinte, ao estruturar os objetos de estudo em campos lexicais, em casos polissêmicos, considerou-se apenas uma acepção, cuidadosamente analisada e selecionada, que correspondesse à realidade mineira. Dessa forma, para constituir o vocabulário da cultura material em campos lexicais, adotou-se a seguinte estrutura:

Lexia • estrutura morfológica • origem linguística • significado
• número total de ocorrências em todo Estado de Minas Gerais.

Uma vez que os dados foram analisados e estruturados, obteve-se um conjunto organizado em macro e microcampos lexicais:

Assim, apoiando-nos na Teoria dos Campos Lexicais, utilizando Coseriu (1977) e Abbade (2009, 2012, 2015) como respaldo teórico, nesta etapa identificamos, por meio de cuidadosa análise, os traços distintivos entre os nossos objetos de estudo, objetivando relacionar e estruturar os ergotopônimos, enquanto lexias, em campos lexicais, considerando-os, pois, como elementos da cultura material. Essa etapa é conduzida por meio de uma análise qualitativa dos dados, porque são os objetos de estudo que nos revelam quais e quantos macrocampos lexicais são necessários, a sua organização, assim como a sua complexidade (Gomes, 2023, p. 85).

Dessarte, a análise dos traços distintivos entre os objetos de estudo, estruturando-os enquanto lexias em campos lexicais, resultou em seis macrocampos lexicais: macrocampo dos instrumentos; macrocampo das construções; macrocampo dos transportes; macrocampo do vestuário, calçados e acessórios de adorno, macrocampo dos produtos e macrocampo dos alimentos e bebidas. Tais macrocampos foram divididos em microcampos lexicais respeitando a hierarquia do mais genérico para o mais específico, quando possível. Os verbetes e imagens seguintes, retirados do trabalho de Gomes (2023, p. 454), ilustram parte do vocabulário referente ao microcampo dos instrumentos relacionados ao gado, pertencente ao macrocampo dos instrumentos:

Cangalha • Nf [Ssing] • português < origem controversa • Armação de madeira ou de ferro em que se sustenta e equilibra a carga das bestas, metade para cada lado. • 09 ocorrências.

Cangalha de Cima • NCf [Ssing + {Prep + ADV}] • português < origem controversa + português < latim • 01 ocorrência. Ver: *Cangalha*.

Figura 1. Cangalha (século XX)



Fonte: Museu de Artes e Ofícios, parte 1 (2019, p. 76).

Bruaca • Nf [Ssing] • português < castelhano • Saco ou mala para transporte de objetos e mercadorias sobre bestas destinada principalmente à condução do sal e gêneros alimentícios • 02 ocorrências.

Figura 2. Bruacas (século XX)



Fonte: Museu de Artes e Ofícios, parte 1 (2019, p. 80).

Diante da consolidação do vocabulário e análise dos dados, os principais resultados obtidos são evidenciados, a seguir.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS

Este trabalho analisou 3094 topônimos, considerando todas as ocorrências, que correspondem a 302 bases lexicais, apresentadas em fichas lexicográficas. Esse número corresponde a 5% do total de topônimos que integram o banco de dados do Projeto ATEMIG, sendo, pois, a 10ª taxa mais produtiva no banco de dados do Projeto ATEMIG⁵.

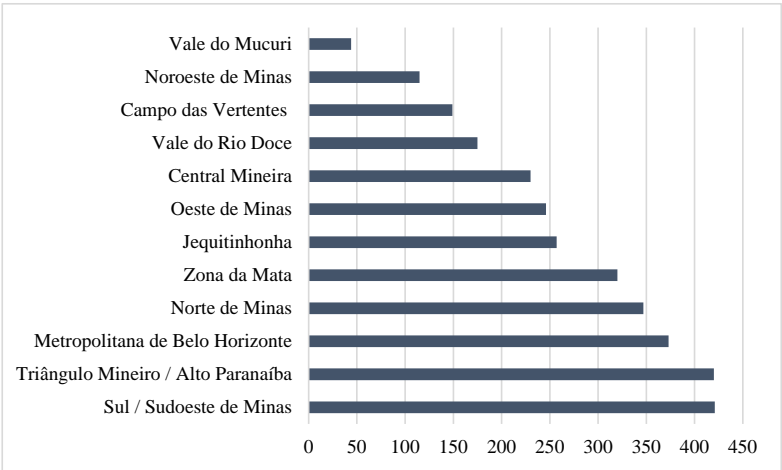
⁵ Em valor quantitativo, destacam-se os fitotopônimos, antropotopônimos, hidrotopônimos, hierotopônimos, animotopônimos, geomorfotopônimos, litotopônimos, zootopônimos e sociotopônimos.

Torna-se necessário esclarecer que, na Tese de Doutorado, Gomes (2023), os resultados e análises são apresentados de modo mais completo e explicativo. Neste artigo, objetivou-se apontar apenas os resultados gerais e principais. Desse modo, evidencia-se:

- Quanto às mesorregiões

Verificou-se predomínio de ergotopônimos na mesorregião Sul / Sudoeste de Minas, com 421 ocorrências toponímicas, e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com 420 ocorrências.

Gráfico 1. Ocorrências toponímicas por mesorregião de Minas Gerais



Fonte: Gomes (2023, p. 506).

Destarte, ao associar as mesorregiões à distribuição dos macro e microcampos lexicais,

Conclui-se, portanto, que os instrumentos utilizados para moer são os que mais predominam nas mesorregiões Sul / Sudoeste de Minas e Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba, sendo Engenho, Monjolo

e Moinho os que se destacam, nessa ordem em que foram apresentados. Além desses, é pertinente apontar que os microcampos lexicais que seguem como os mais produtivos, também, estão associados ao meio rural. Na mesorregião Sul / Sudoeste de Minas, em relação aos instrumentos utilizados para guardar e/ou transportar, totalizando 59 ocorrências, destacam-se Baú, com 13 ocorrências, seguido por Cocho, com 10 ocorrências. Em relação aos instrumentos de corte, totalizando 42 ocorrências, destaca-se, de forma predominante, Machado, com 40 ocorrências⁶. Em relação à mesorregião Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba, os instrumentos utilizados para guardar e/ou transportar, revelaram Baú como o mais produtivo, com 34 ocorrências, seguido por Bagagem, com 24 ocorrências. Quanto aos instrumentos agrícolas, destaca-se, de forma predominante, Forquilha, com 24 ocorrências⁷. Esse resultado mostra que, apesar desses instrumentos estarem distribuídos em diferentes microcampos lexicais, estão perfeitamente relacionados ao contexto rural. Dessa forma, antes mesmo do declínio aurífero, as atividades agrícolas já eram crescentes na economia mineira, de forma simultânea às atividades minerárias, e são esses os padrões motivadores revelados neste trabalho (Gomes, 2023, p. 514).

- Quanto aos topônimos mais produtivos, por base lexical

Há predomínio do ergotopônimo Engenho, com 297 ocorrências (10% do total), Monjolo, com 158 ocorrências (5% do total), Machado, com 140 ocorrências (5% do total), Forquilha, com 133 ocorrências (4% do total), Porta, com 131 ocorrências (4% do total), Baú, com 128 ocorrências (4% do total) e Moinho, com 127 ocorrências (4% do total).

⁶ Seguido por *foice* e *tesoura* com apenas uma ocorrência cada.

⁷ Seguido por *enxada* e *pá*, com apenas uma ocorrência cada.

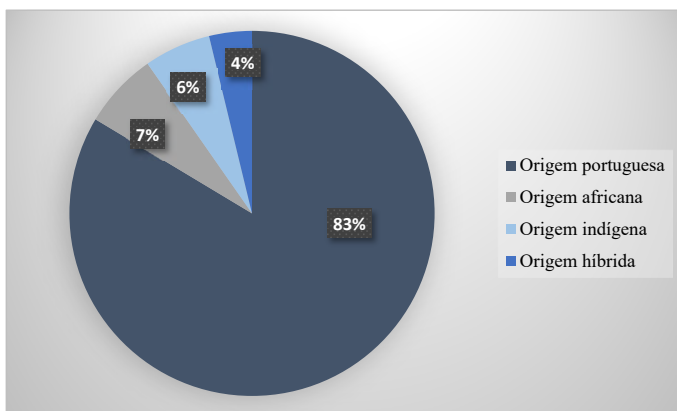
Averiguamos, portanto, que os ergotopônimos mais produtivos revelados neste trabalho correspondem, enquanto lexias, ao macrocampo lexical dos instrumentos: em maior número, os instrumentos utilizados para moer (engenho, monjolo e moinho); seguido pelos instrumentos de corte (machado); instrumentos agrários (forquilha) e instrumentos utilizados para guardar e/ou transportar (baú). Conclui-se, então, que tais instrumentos integram o cenário rural em Minas Gerais, levando-nos a afirmar que o principal padrão apontado por meio da ergotoponímia mineira está associado à rusticidade (Gomes, 2023, p. 538).

Verificou-se a presença do topônimo Engenho em todas as mesorregiões de Minas Gerais, porém, concentrada em maior número nas mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte, Zona da Mata e Sul /Sudoeste de Minas. O resultado desse trabalho aponta, portanto, para o cenário rústico mineiro.

- Quanto à origem linguística

Em relação à origem linguística, os resultados mostraram, conforme esperado, o predomínio de topônimos de origem portuguesa, correspondendo a 2.587 lexias. Portanto, a proposta foi investigar a presença das línguas indígenas e africanas em Minas Gerais por meio da ergotoponímia. Dessa forma, ressalta-se a influência da língua africana, com 207 ocorrências, e 92 ocorrências de origem híbrida – que apresentam uma base lexical africana em sua composição, e origem indígena, tratando-se de 183 ocorrências de topônimos de origem indígena e 25 topônimos híbridos formados por uma base lexical indígena.

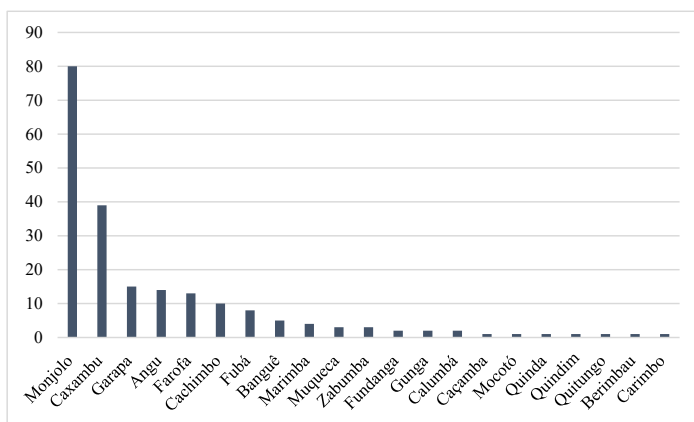
Gráfico 2. A ergotoponímia mineira e suas origens linguísticas



Fonte: Gomes (2023, p. 541).

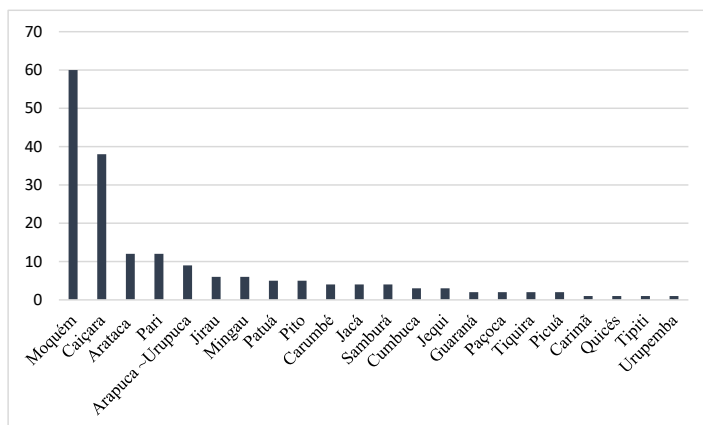
É notável a influência das línguas indígena e africana, refletidas por meio da cultura material e preservadas por meio da toponímia de Minas Gerais. Destaca-se, pois, o topônimo de origem africana “Monjolo”, com 80 ocorrências, e o topônimo de origem indígena “Moquém”, com 60 ocorrências, conforme mostram os gráficos, a seguir:

Gráfico 3. Ergotopônimos de origem africana em Minas Gerais



Fonte: Gomes (2023, p. 543).

Gráfico 4. Ergotopônimos de origem indígena em Minas Gerais



Fonte: Gomes (2023, p. 552).

Em relação à presença da ergotoponímia africana, ressalta-se:

Acredita-se que seja majoritária a presença de topônimos de origem africana na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte por ser uma região central que abrigou o centro das atividades de mineração e, inclusive, incluiu o uso do trabalho africano, recebendo, portanto, maior influência. Ademais, é perceptível a presença de elementos que pertencem, principalmente, ao macrocampo lexical dos instrumentos, tratando-se em maior número do topônimo Monjolo, seguido pelo macrocampo dos alimentos e bebidas, na nomeação de lugares em Minas Gerais (Gomes, 2023, p. 545-546).

- Quanto à influência indígena:

O topônimo Moquém segue figurando acidentes geográficos em 10 mesorregiões mineiras e, em maior número, na mesorregião Norte de Minas, com 17 ocorrências. Trata-se de um instrumento de

cozinha, espécie de um gradeado de madeira utilizado para assar peixe, carne de gado e outras, pelo calor, sem contato com a chama. É pertinente apontar para o fato de que os indígenas, de um modo geral, compartilharam conhecimentos diversos, inclusive em relação aos instrumentos e preparos culinários que foram aprendidos ainda no período colonial e levados para diferentes regiões do Brasil (Gomes, 2023, p. 553).

- Quanto aos campos lexicais

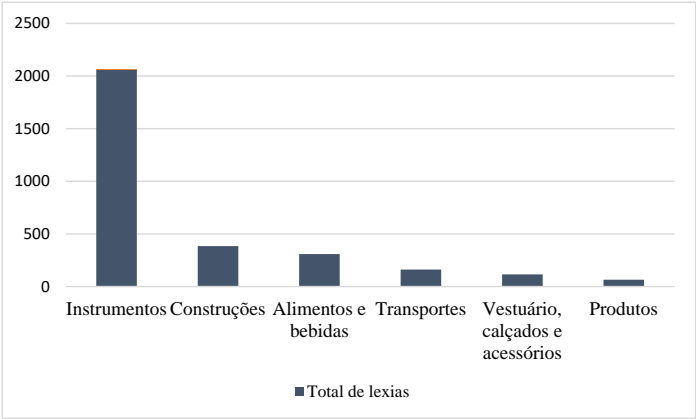
O macrocampo lexical dos instrumentos predominou, totalizando 2061 lexias, seguido pelo macrocampo lexical das construções com 384 lexias e macrocampo dos alimentos e bebidas com 308 lexias. Em menor número, verificamos o macrocampo dos produtos, com 65 lexias.

Tabela 1. Ergotopônimos de Minas Gerais quanto aos macrocampos lexicais

Macrocampo lexical	Total de lexias	%
Instrumentos	2061	67%
Construções	384	12%
Alimentos e bebidas	308	10%
Transportes	161	5%
Vestuário, calçados e acessórios	115	4%
Produtos	65	2%
Total	3.094	100%

Fonte: Gomes (2023, p. 574).

Gráfico 5. Ergotopônimos de Minas Gerais quanto aos macrocampos lexicais



Fonte: Gomes (2023, p. 574).

Ainda que cada campo lexical tenha sido cuidadosamente analisado, é necessário apontar o predomínio do macrocampo lexical dos instrumentos, reunindo 2061 lexias. Esse resultado evidencia a importância dos ofícios, em suas variadas funções, ilustrando o cenário tão vívido de trabalho em Minas Gerais. Essa diversidade de instrumentos que compõe o macrocampo lexical mais produtivo desse trabalho resultou na criação de 28 microcampos lexicais, conforme os diversos contextos de produção. Destaca-se, nesse contexto, os engenhos, com 297 ocorrências, e os monjolos, com 158 ocorrências, evidenciando o forte vínculo com as atividades rurais. Considerando que atualmente não há mais tantos engenhos e monjolos quanto havia no passado, o resultado obtido mostra a riqueza dos nomes de lugares ao preservar a história e a memória mineiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA RUSTICIDADE MINEIRA

O caminho da toponímia nem sempre é fácil, principalmente ao considerar que o topônimo se perpetua no tempo e o distanciamento cronológico, desde quando se deu o ato denominativo, pode resultar no apagamento do significado daquele respectivo topônimo. Desse modo, a busca pela interpretação e resgate do significado do nome do lugar permite caracterizar a toponímia como um caminho de pistas. Ainda que esse caminho seja, muitas vezes, árduo, envolvendo as dificuldades inerentes à pesquisa, torna-se gratificante à medida que o pesquisador acessa informações preservadas por meio de tais nomes.

Sendo assim, diante da simplicidade do engenho tosco ou do monjolo velho que guarda tantas memórias, é notável reconhecer que parte da história de Minas Gerais é contada por meio dos topônimos mais produtivos revelados neste trabalho:

Dessa forma, desde a porteira, sinalizando a entrada, até o engenho, ao fundo do terreno, a cultura está presente em cada elemento material. Trata-se, pois, da materialização de uma cultura e isso inclui as memórias de cada mão que produziu e de cada ofício que serviu. Engenho; monjolo; machado; forquilha; porta (porteira); baú e moinho, são os topônimos mais produtivos revelados neste trabalho, de acordo com os resultados quantitativos apresentados. Ao analisar tais elementos, nota-se, claramente, a presença da rusticidade em cada um deles. Tendo em vista esse resultado, é pertinente ressaltar que, embora historicamente os achados auríferos tenham sido bastante atrativos, antes mesmo do declínio aurífero, o desenvolvimento

de atividades agrícolas cresceu ao ponto de reconfigurar a economia mineira e são esses os padrões motivadores revelados neste trabalho. Enquanto lexias, portanto, foram fonte de motivação no ato denominativo e, assim, seguiram figurando acidentes de natureza física e humana em Minas Gerais. Nesse contexto, a toponímia é a responsável pela conservação de tais elementos, já que, por meio do nome, preserva essa cultura.

Ademais, a análise dos campos lexicais reforçou, ainda mais, o cenário rústico mineiro. São, portanto, parte de um todo, pois só podem ser compreendidas quando analisadas em conjunto. Verossímil a essa perspectiva, é possível afirmar que Minas Gerais não poderia ser compreendida de forma fragmentada, assim como é este trabalho (Gomes, 2023, p. 593).

Sabe-se, pois, que o objetivo deste artigo foi apresentar os principais resultados evidenciados por meio do trabalho realizado, assim como a pesquisa não se finda aqui. Espera-se, portanto, que os caminhos do léxico continuem somando-se, pois a cada vereda, descobre-se uma nova riqueza desse vasto universo lexical.

REFERÊNCIAS

ABBADE, C. M. de S. **Um estudo lexical do primeiro manuscrito da culinária portuguesa medieval**: o livro de cozinha da infanta D. Maria. Salvador: Quarteto, 2009.

ABBADE, C. M. de S. Lexicologia social: a lexemática e a teoria dos campos lexicais. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. de (Orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2012. v. 6. p. 141-161.

ABBADE, C. M. de S. A teoria dos campos lexicais. In: ALMEIDA, A. A. D.; SANTOS, E. S. dos; SOLEDADE, J. (Orgs.). **Saberes lexicais**: mundos, mentes e usos. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 73-91.

- BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- COSERIU, E. **Princípios de semântica estrutural**. 2. ed. Versão espanhola de Marcos Martínez Hernández, revista pelo autor. Madrid: Gredos, 1981 [1977].
- DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; Edições Arquivo do Estado, 1990a.
- DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e antroponímia no Brasil**: coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.
- GOMES, M. de F. de. **A ergotoponímia mineira e seus campos lexicais**. 2023. 606 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://poslin.letras.ufmg.br/defesas/1993D.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Museu de Artes e Ofícios**. São Paulo: Instituto Cultural J. Safrá, 2019.
- OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (Orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2. ed. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2001. p. 9-11.
- SAPIR, E. **Linguística como ciência**: ensaios. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.
- SEABRA, M. C. T. C. de. **A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais**: a toponímia da Região do Carmo. 2004. 2 v. 368 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- SEABRA, M. C. T. C. de. Referência e onomástica. In: MAGALHÃES, J. S. D.; TRAVAGLIA, L. C. (Orgs.). **Múltiplas perspectivas em linguística**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2006. v. 1. p. 1953-1960.

TRAÍÇÃO

abraço de urso → relacionamento falso e que indica traição [orig.: alusão ao ato de agarrar de tal animal, que pode sufocar um indivíduo] ◇ Longe de uma vitória arrasadora e programada de nossa diplomacia, a crise do Mercosul está nos empurrando cada vez mais para o *abraço de urso* da Alca. (<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/journal/a/arbix1.doc>; acesso em 29/11/07)

amigo da onça → aquele que trai os amigos [orig.: alusão ao animal selvagem e perigoso] ◇ Os repórteres também correram, e só conseguiram alcançá-lo graças a um involuntário *amigo da onça* do ministro, que chamou o elevador antes dele. (www.tribunadonorte.com.br/antiores/2004/08/29/columnas/chumberto.html; acesso em 10/05/04)

atacar pelas costas → trair alguém covardemente [orig.: alusão ao ataque inesperado] ◇ Num planeta dominado por países malvados que fingem ser nossos "amiguinhos", mas na verdade pretendem nos *atacar pelas costas* na

PARTE II LEXICOGRAFIA

HACIA UNAS PAUTAS PARA EL DISEÑO DE NUEVOS DICCIONARIOS EN LÍNEA. CONCEPTOS Y OBSERVACIONES

María Teresa Fuentes Morán¹

INTRODUCCIÓN

El diseño de nuevos diccionarios supone siempre una fundamentada toma de decisiones en la que intervienen factores muy heterogéneos. En los nuevos diccionarios digitales, parte de estas decisiones son de índole tecnológica, pero resultan también esenciales las investigaciones sobre usuarios, y, más allá de ese marco, los avances en investigación lexicográfica y metalexicográfica. Si bien los primeros diccionarios digitales resultaban una transposición del formato impreso al digital, se observa una lenta transformación hacia obras de nueva planta con algunas nuevas características y nuevos desarrollos que, sin duda, seguirán evolucionando.

En este trabajo, nos proponemos aportar algunos razonamientos y argumentos –lingüísticos y lexicográficos– que pueden contribuir a lograr diseños cada vez más adecuados a las formas de consulta de productos lexicográficos en línea y a las posibilidades que por el momento la tecnología nos brinda. En primer lugar, presentamos so-

¹ Este trabajo se publica en el marco del proyecto PReLemma: parámetros para recursos léxicos multilingües más accesibles (PID2022-137210OB-I00), financiado por el Ministerio de Ciencia e Innovación (España).

meramente la descripción de los niveles textuales que se manifiestan en diccionarios en línea actuales, tratamos na continuación la cuestión de los procedimientos de condensación que caracterizan al texto lexicográfico y, por último, presentamos unas consideraciones sobre la forma de lectura con la que el usuario aborda sus consultas en el diccionario. Más adelante, nos centramos en dos aspectos concretos del programa informativo en el plano microestructural, como son las indicaciones morfosintácticas y la información sobre pronunciación, sobre los que reflexionamos en relación con los conceptos anteriores.

Adoptamos aquí la perspectiva del diseño para el aprendizaje de lenguas² y nos basamos en algunos ejemplos extraídos de artículos lexicográficos de los siguientes diccionarios en línea, monolingües del portugués o bilingües español-portugués³. Se trata de obras de libre acceso, conocidas por gran parte de los estudiantes de nuestro ámbito⁴:

- *Infopédia*. Dicionários Porto Editora (diccionario monolingüe del portugués y diccionario bilingüe portugués-español)
- *Linguee* (bilingüe portugués-español)
- *Dicio*. Dicionário Online de Português (monolingüe portugués)
- *Wordreference*. Free online dictionaries (bilingüe portugués-español)
- *Pons* (bilingüe portugués-español)

² Cabe recordar que existen otras muchas perspectivas posibles, como la histórica, la orientada a la traducción de ámbitos de especialidad o la que busca dar cuenta de la realidad léxica de una lengua en un momento determinado.

³ Para optimizar el espacio y facilitar la observación, los artículos completos que usamos en los ejemplos se encuentran recogidos en el anexo. Aquí reproducimos solo a las secciones que estudiamos en cada caso.

⁴ Disponibles en <https://www.infopedia.pt/>; <https://www.linguee.es/>; <https://www.dicio.com.br/>; <https://www.wordreference.com/> y <https://es.pons.com/>, respectivamente.

1. TRES CONCEPTOS PARA EL DISEÑO DE NUEVOS DICCIONARIOS

1.1. Diferentes niveles textuales

Frente a las limitaciones de la superficie bidimensional de los diccionarios impresos, cuando se realiza una consulta, los diccionarios digitales suelen presentar en la actualidad hasta tres niveles textuales característicos (Fuentes Morán, 2023):

- (a) Un nivel inicial, es decir, aquello que llega a la vista cuando en un diccionario se ha consultado una palabra concreta. Dado que en muchas ocasiones el artículo lexicográfico excede el tamaño de la pantalla con la que se visualiza, nos vemos obligados –por ejemplo– a movimientos hacia abajo con el cursor. Se incluye también en este nivel el procedimiento de plegado (que comentamos más abajo).
- (b) Un segundo nivel, al que se accede situando el cursor por encima de un componente de un artículo (generalmente una palabra, una abreviatura o un símbolo).
- (c) Un tercer nivel al que se accede haciendo clic en un componente.

La implementación de estos niveles textuales sustituye en parte los sistemas de remisiones a apéndices, a listas de conjugaciones verbales u otros elementos de los diccionarios impresos, cuya consulta resultaba casi siempre compleja o farragosa. Además, se manifiesta como una fórmula para aportar otros tipos de información y modos de jerarquizarla con nuevas estructuras.

En cuanto al nivel inicial (a), la necesidad de mover el cursor para visualizar parte del artículo consultado depende, claro está, de la longitud del artículo y del tamaño de la pantalla que se esté usando (en relación con el tamaño configurado por el usuario).⁵ Por ejemplo, el artículo correspondiente a *falante* en *Dicio* ocupa 16 líneas muy espaciadas entre sí, por lo que generalmente no se podrá visualizar correctamente en un primer golpe de vista.

Imagen 1. Primeras líneas del artículo *falante* en *Dicio*



Fuente: *Dicio*. Dicionário Online de Português⁶

En principio, esto no debe suponer un problema, puesto que ya estamos habituados a mover el cursor para continuar cualquier otra lectura en pantalla. Sin embargo, desde el punto de vista de la planificación de la obra por parte del lexicógrafo, implica en realidad la necesidad de

⁵ Este último es un factor muy variable en el que no entraremos aquí en profundidad. Cabe recordar que las consultas no solo se realizan a través de ordenador de mesa, sino también de portátiles, tablets o teléfonos móviles, lo que reduce significativamente las posibilidades de visualización completa de gran cantidad de artículos lexicográficos, a pesar de que, por lo general, cada artículo se entiende como una unidad informativa en su conjunto.

⁶ Fuente: <https://www.dicio.com.br/falante/>.

establecer una jerarquía consciente entre los elementos que componen el artículo, esto es, en este caso, determinar qué es lo que conviene que el usuario vea en primera instancia y qué lo que puede ocupar un lugar accesible con alguna acción (como mover el cursor, situarlo sobre un símbolo o hacer clic sobre una abreviatura, por ejemplo).

En ocasiones, este nivel inicial se ve ampliado –en el mismo nivel textual– mediante un sistema de plegado/desplegado. Así, en *Linguee* se puede desplegar la información relativa a fuentes externas si se hace clic en el símbolo *i* rodeado de un círculo.⁷ En efecto, puede considerarse información complementaria o no esencial y, al aparecer plegada en una primera vista, puede facilitarse la lectura y comprensión de los elementos considerados esenciales del artículo.

Imagen 2. Sección del artículo *falante* en *Linguee portugués-español* con una sección del despliegue de *Fuentes externas*

falante ⓘ adjetivo, singular, m/f
parlante adj m/f ⓘ ⓘ ⓘ

falante ⓘ adjetivo, singular, m/f
parlante adj m/f ⓘ ⓘ

Fuentes externas ⓘ

[...] reforço no piso para receber racks, dutos de áudio e vídeo; preparação elétrica para a instalação de som e alto-falantes. ⓘ+ caio.com.br	[...] en el piso para recibir racks, conductos de audio y vídeo; preparación eléctrica para instalación de sonido y parlantes. ⓘ+ caio.com.br
[...] aprimoradas, para a obtenção de uma reprodução de som consistente, especialmente quando o volume do alto-falante é reduzido. ⓘ+ philips.com.br	[...] para conseguir una reproducción del sonido constante, especialmente cuando el volumen del parlante está en un nivel bajo. ⓘ+ philips.com.br

Fuente: *Linguee* (bilingüe portugués-español)⁸

⁷ También en *Wordreference* encontramos con frecuencia la indicación “[more]” o “[less]” que permite desplegar o plegar más líneas informativas en el propio texto, pero este procedimiento no se ha encontrado en los diccionarios de portugués ni de portugués-español que se recogen en esa página. Cabe señalar en que *Wordreference* los diccionarios portugués-español no presentan una estructura muy desarrollada, como sí la presentan para otras lenguas, en especial para el inglés.

⁸ Fuente: <https://www.linguee.es/portugues-espanol/traduccion/falante.html>.

El segundo nivel (b) facilita la comprensión de algunos de los elementos del artículo lexicográfico sin necesidad de consultar listas de abreviaturas u otros apéndices. Así, por ejemplo, en *Porto*, encontramos los siguientes elementos del segundo nivel textual en el artículo correspondiente a *falante*:

Imagen 3. Sección del artículo *falante* en *Porto* con ventanas emergentes

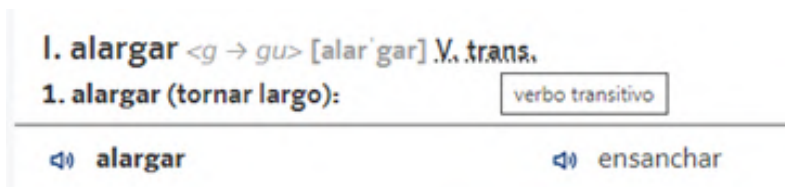


Fuente: *Infopédia*. Dicionários Porto Editora⁹

Al situar el cursor sobre la indicación respectiva, se abre la descripción emergente que señala de qué tipo de información se trata. A diferencia del sistema de plegado del primer nivel (a), la aparición aquí de una ventana emergente se superpone parcialmente a lo que se está visualizando.

Este procedimiento se usa también en ocasiones para desglosar siglas o abreviaturas, como encontramos en *Pons*:

Imagen 4. Sección del artículo *alargar* en *Pons*



Fuente: *Pons* (bilingüe portugués-español)¹⁰

⁹ Fuente: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/portugues-espanhol/falante>.

¹⁰ Fuente: <https://es.pons.com/traduccion-texto/español-portugués?q=alargar>.

En este ejemplo, la ventana emergente “verbo transitivo” aparece solo al situar el cursor sobre la indicación “V. trans.”. Con ello se accede rápidamente al desglose de “V. trans.” sin necesidad de más búsquedas.

El caso del tercer nivel (c) lo encontramos, por ejemplo, en *Porto*, en el que los artículos correspondientes a verbos contienen una indicación que constituye un enlace a la conjugación del verbo en concreto:

Imagen 5. Sección del artículo *alargar* de *Porto* y sección del desglose de la conjugación del verbo a la que se accede haciendo clic en la correspondiente indicación

alargar 🔊		
a.lar.gar • aler'gar		
conjugação ▶		
TEMPOS SIMPLES		
INDICATIVO		
Presente		
eu	alargo	
tu	alargas	
ele, ela, você	alarga	
nós	alargamos	
vós	alargais	
eles, elas, vocês	alargam	
Pretérito imperfeito		
eu	alargava	
tu	alargavas	
ele, ela, você	alargava	
nós	alargávamos	
vós	alargáveis	
eles, elas, vocês	alargavam	
Pretérito perfeito		
eu	alarguei	
tu	alargaste	
ele, ela, você	alargou	
nós	alargamos	
vós	alargastes	
eles, elas, vocês	alargaram	

Fuente: *Infopédia*. Dicionários Porto Editora¹¹

Establecidos estos (u otros) niveles textuales, en la planificación del diccionario debe establecerse la posición en la se situará de cada uno de los componentes en consonancia con cada uno de los tipos de información previstos y de la importancia que se les otorga.

¹¹ Fuente: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/portugues-espanhol/alargar>.

1.2. Formas de condensación lexicográfica

Una de las características que identifica al *texto* lexicográfico es el hecho de que, en gran medida, algunos de los datos lingüísticos se presentan en el diccionario con formas de expresión que no forman parte del lenguaje natural (Wiegand, 2009; Fuentes; Nadin, 2016; entre otros¹²). En consecuencia, *condensación lexicográfica* se describe como el proceso que transforma un texto completo en lenguaje natural (un texto que muestra una cohesión completa y una sintaxis explícita) a un texto de artículo condensado (con el direccionamiento como sintaxis –Gouws 2015). Es decir, no encontramos en un diccionario común una secuencia como “*falante* es un sustantivo de dos géneros en portugués que en español significa *hablante*...”, como sería propio del lenguaje denominado *natural*, sino secuencias en las que se omite el verbo, se abrevian algunas palabras, algunas secuencias o palabras se sustituyen por símbolos, etc., tal como lo encontramos en diccionarios como los usamos aquí como ejemplo.

Debe reconocerse que, aunque a título explicativo para el concepto se hable de proceso de transformación, esta *transformación* realmente no se da, ya que se aplica solo desde una perspectiva teórica (Rascón Caballero 2021, pp. 104-106). Es decir, los lexicógrafos en un contexto real no suelen formular los contenidos en lenguaje natural para luego *transformarlos* mediante procedimientos de condensación e incluir los datos en el diccionario según el formato estándar requerido, sino que, por lo general, *formulan* directamente los contenidos en el formato requerido. Aun así, resulta práctico el concepto para poder entender mejor las formas de *textualización* lexicográfica y po-

¹² Entre los trabajos que tratan el aspecto de la condensación lexicográfica, destacamos también Nielsen (2002) y Bustos Plaza y Wiegand (2005-2006). En Fuentes y Nadin (2016), se encuentra una descripción de algunas formas de condensación en una selección de diccionarios impresos de español para aprendices brasileños.

der tomar decisiones sobre este particular en el marco del diseño de la planta de un nuevo diccionario.

Los diccionarios, tal como los entendemos actualmente, se presentan siempre con algún grado de condensación, puesto que este concepto no se reduce al uso de abreviaturas o símbolos. Así, ya el mismo proceso que denominamos *lematización* –es decir, la determinación de la palabra que se presenta como lema (técnicamente, *signo lemático*)– es un tipo de condensación propio de la lexicografía y que la caracteriza. Por ejemplo, en todos los diccionarios en los que se incluye la palabra *alargar* encontramos un signo lemático que, mediante un proceso de selección –y, en consecuencia, de omisión de todos los demás elementos potenciales– representa todo el paradigma del verbo. Por lo tanto, la forma *alargar* que encontramos en el diccionario es una forma condensada de representar todo su paradigma. Por ello, debe considerarse que, en todos los diccionarios, aún en los menos condensados, se da siempre un cierto grado de condensación.

Por tanto, podemos establecer una categoría para un tipo de condensación que se calificará de *primaria* y que engloba (1) los procedimientos que determinan la forma del signo lemático y (2) las omisiones de expresiones del lenguaje natural que unen los distintos componentes del artículo, como se ha visto antes (expresiones como “el significado de ... es ...” o “... es un verbo intransitivo ...”). Las otras formas variadas de condensación lexicográfica que suelen decidirse al planificar el diseño de cada diccionario concreto y que pueden estar motivadas por las convenciones lingüísticas de cada lengua –como los sistemas de abreviaturas– pueden denominarse condensación *secundaria*. Actualmente, la condensación primaria identifica el texto lexicográfico moderno como tal. La condensación secundaria es solo una posibilidad. Parece que quienes insisten en que la condensación

ya no es necesaria en los diccionarios digitales se refieren a esta forma secundaria (Wolski, 2020; entre otros).

1.3. La lectura no lineal

Hemos tratado dos aspectos de la configuración de diccionarios actuales que tienen una relación directa con el espacio disponible para presentar la información léxica que se pretende proporcionar. Sin embargo, en los diccionarios modernos, la cuestión del espacio se combina con otros aspectos relacionados con las formas en que se consulta la obra, el artículo lexicográfico determinado, las maneras en que este se *lee*. De hecho, la densidad textual en los diccionarios no solo está motivada por la necesidad de ahorrar espacio –lo que era más evidente en los diccionarios impresos–, sino también, como muchos otros tipos de textos actuales, por la búsqueda de un mayor dinamismo y eficacia en la transmisión del mensaje (Torres; Fuentes, 2013).

En general, pueden distinguirse al menos dos modos básicos de lectura. La lectura lineal, característica, por ejemplo, de la forma en la leemos ficción narrativa, y otra, no lineal, denominada también *tabular*, *escaneo* o *hiperlectura* (Rowe, 2013; Rosenwald, 2014; Hayles, 2010).

En este caso [lectura tabular], la lectura es interrogativa, en busca de información sobre un tema específico, y esto se refleja en los formatos de los textos tabulares: enciclopedias, diccionarios y otros libros de referencia. Estas obras emplean una serie de estrategias organizativas, como la alfabetización, el espaciado entre bloques de texto, los encabezamientos de sección, etc. [...], todas ellas diseñadas para facilitar la búsqueda de información específica por parte de los lectores, así como para dirigirlos hacia las fuentes del texto o material relacionado si es necesario (Rowe, 2013)¹³.

¹³ La traducción es nuestra.

A la pregunta de por qué escaneamos, responde Krug (2014, p. 41) con las siguientes consideraciones:

[1] Solemos tener una misión. La mayor parte del uso de la Web implica intentar hacer algo, y normalmente hacerlo rápido. Por eso, los usuarios tienden a actuar como tiburones: Tienen que seguir moviéndose o morirán. No tenemos tiempo para leer más de lo necesario.

[2] Sabemos que no necesitamos leerlo todo. En la mayoría de las páginas, sólo nos interesa una parte. Sólo buscamos lo que se ajusta a nuestros intereses o a la tarea que tenemos entre manos, el resto es irrelevante. Escanear es la forma de encontrar lo que nos interesa.

[3] Se nos da bien. Es una habilidad básica: Cuando aprendes a leer, también aprendes a escanear. Llevamos toda la vida escaneando periódicos, revistas y libros [...] y sabemos que funciona.¹⁴

En efecto, esta es la forma de lectura que se corresponde más acertadamente con las consultas a los diccionarios. Realmente, un diccionario no es un texto que se lea de izquierda a derecha y de arriba abajo (o en el sentido que requiera cada lengua). Lo mismo ocurre con cada uno de los artículos lexicográficos que contiene. Esto no ocurre ahora, en los diccionarios digitales, como no ocurría antes, en los formatos impresos.

De hecho, el modo de lectura típico al consultar un diccionario es el tabular, según esta clasificación y su verdadero propósito es localizar y obtener información específica o, en menos casos, información más general sobre una unidad léxica. Navegamos por el diccionario

¹⁴ La traducción es nuestra.

y nuestros ojos recorren el artículo lexicográfico hasta que han encontrado (o creen haber encontrado) la información que buscaban. El proceso puede continuar si los resultados anteriores no resultan satisfactorios, o puede terminar en un punto, independientemente de si el artículo contenía más información de la que realmente asimiló el lector. En los diccionarios, como en muchos otros textos, la información se estructura con características formales más o menos avanzadas que permiten este tipo de lectura. Estas características son la posición, el tamaño, la fuente, el estilo, el color y el contenido. Con *contenidos* nos referimos a los componentes del artículo lexicográfico tal y como se presentan en el diccionario, pero independientemente de su posición, tamaño, fuente, estilo o color dado que estos últimos elementos, son caracterizadores estructurales, no pretenden transmitir información lingüística y contenidos proposicionales, sino apoyar y clarificar la organización estructural del artículo lexicográfico.

2. DOS TIPOS DE INFORMACIÓN: MORFOSINTAXIS Y PRONUNCIACIÓN

2.1. Indicaciones sobre morfosintaxis

Nos centraremos ahora en la observación de las indicaciones sobre clases de palabras referida al lema, información clásica en los diccionarios, y en los equivalentes en el caso de los diccionarios bilíngües- que puede aparecer en forma condensada (abreviaturas generalmente) o en la forma que llamaremos *extendida*. En los diccionarios digitales disponibles encontramos de hecho diferentes soluciones, que ejemplificaremos a través de los artículos *criança* y *falante*.

Imagen 6. Tabla sobre el uso de formas condensadas o extendidas indicaciones gramaticales en los diccionarios monolingües

	<i>Porto</i>	<i>Dicio</i>
https://www.dicio.com.br/crianca/ (monolingüe)	<ul style="list-style-type: none"> • nome feminino • adjetivo de dois géneros 	<ul style="list-style-type: none"> • substantivo, feminino • adjetivo
falante (monolingüe)	<ul style="list-style-type: none"> • adjetivo de dois géneros • nome de dois géneros 	<ul style="list-style-type: none"> • adjetivo • substantivo masculino e feminino

Fuentes: *Infopédia*. Dicionários Porto Editora¹⁵; *Dicio*¹⁶. Dicionário Online de Português¹⁷.

Como vemos, se ha generalizado aquí el uso de la forma extendida, probablemente considerando que se trata de información relevante que debe visualizarse en primera instancia (primer nivel textual (a)), aunque con el inconveniente de que el espacio que ocupa puede hacer que se reduzca la cantidad de texto al que puede llegarse en el primer golpe de vista, especialmente si se visualiza en una pantalla pequeña.

Imagen 7. Tabla sobre el uso de formas condensadas o extendidas indicaciones gramaticales en los diccionarios bilingües

	<i>Porto</i>	<i>Linguee</i>
criança (bilingüe)	<ul style="list-style-type: none"> • nome feminino • - forma extendida para cada uno de los equivalentes en español 	<ul style="list-style-type: none"> • substantivo, femenino • abreviaturas para los equivalentes en español • abreviaturas para los ejemplos en português • abreviatura y extensión en la indicación de plural: (<i>plural: crianças f</i>)

¹⁵ Fuente: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/crianca>.

¹⁶ Fuente: <https://www.dicio.com.br/crianca/>.

¹⁷ Fuente: <https://www.dicio.com.br/falante/>.

	<i>Porto</i>	<i>Linguee</i>
falante (bilingue)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>nome de dois géneros</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>adjetivo, singular, de dois géneros</i> • abreviaturas para los equivalentes en español • abreviaturas para los ejemplos en portugués
	<i>Wordreference</i>	<i>Pons</i>
criança (bilingue)	<ul style="list-style-type: none"> • Abreviaturas para todas las indicaciones gramaticales de unidades en portugués • Abreviaturas para todas las indicaciones gramaticales de unidades equivalentes en español 	<ul style="list-style-type: none"> • Abreviaturas para todas las indicaciones gramaticales de unidades en portugués • Abreviaturas para todas las indicaciones gramaticales de unidades equivalentes en español
falante (bilingue)	<ul style="list-style-type: none"> • Abreviaturas para todas las indicaciones gramaticales de unidades en portugués • Abreviaturas para todas las indicaciones gramaticales de unidades equivalentes en español 	<ul style="list-style-type: none"> • Abreviaturas para todas las indicaciones gramaticales de unidades en portugués • Abreviaturas para todas las indicaciones gramaticales de unidades equivalentes en español

Fuentes: *Infopédia*. Dicionários Porto Editora¹⁸; *Linguee*. Dicionário Online de Português¹⁹; *Wordreference*. Free online dictionaries²⁰ *Pons*²¹.

Señalaremos en primer lugar que las decisiones sobre las formas de presentación resultan, como cabía esperar, homogéneas en

¹⁸ Fuentes: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/portugues-espanhol/crianca;> <https://www.infopedia.pt/dicionarios/portugues-espanhol/falante>.

¹⁹ Fuentes: [https://www.linguee.es/portugues-espanol/traduccion/crianca.html;](https://www.linguee.es/portugues-espanol/traduccion/crianca.html) <https://www.linguee.es/portugues-espanol/traduccion/falante.html>.


²⁰ Fuentes: [https://www.wordreference.com/ptes/crianca;](https://www.wordreference.com/ptes/crianca) <https://www.wordreference.com/ptes/falante>.


²¹ Fuente: <https://es.pons.com/traduccion-texto/portugues-espanol?q=crianca>.

cada diccionario, –por lo menos en las dos entradas escogidas– como se puede comprobar al compararlas. Parece que en los diccionarios bilingües se presenta más y con más frecuencia la tendencia a las formas condensadas ya sea por inercia heredada de los diccionarios impresos anteriores, ya por otras razones que no se hacen explícitas.



Inusual es la forma extendida con que se presentan las indicaciones sobre los equivalentes en *Porto* (bilingüe):



Imagen 8. Sección del artículo *criança* en *Linguee* (bilingüe)



criança « sustantivo, femenino (plural: crianças f)


niño m « (plural: niños m)

Ejemplos:

direitos da criança pl m — derechos del niño pl m  · derechos infantiles pl m 

brincadeira de criança f « — juego de niños m 

criança adotada f « — niño adoptado m 

Ver más ejemplos · Ver alternativas de traducción 

© Diccionario Linguee, 2024

Fuente: Diccionario *Linguee*²².

Esta opción pudo explicarse si se considera que el destinatario genuino del diccionario es un hablante de portugués aprendiz de español, para quien por lo tanto el aprendizaje del vocabulario debe abarcar el dato sobre el género en primera instancia. Aunque puede considerarse excesivamente explícito, no hay estudios de usuarios que avalen esta opinión y se ha optado por un formato que facilita la lectura y el salto visual si esta información no fuera necesaria para quien realiza la consulta. A pesar de ello, recordamos de nuevo que la correcta visualización depende del tamaño de la pantalla y su configuración.

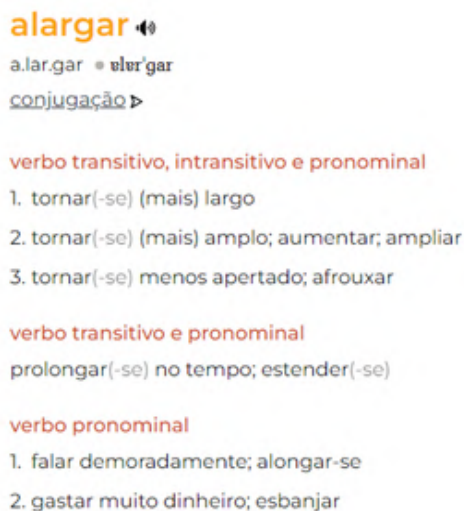
Sobre la necesidad de este tipo de indicación gramatical, las posiciones metalexigráficas son divergentes. Así, mientras que al-

²² <https://www.linguee.es/portugues-espanol/traduccion/crianca.html>.

gunos le otorgan una importancia nuclear (Rey-Debove, 1971; entre otros), o un papel secundario (Svensén, 1993), para Alvar Ezquerra (1993 [1982], p. 112), resultan innecesarias, excepto por su función ocasional de diferenciar homógrafos.²³ Sin profundizar aquí en precisiones lingüísticas acerca del concepto de *homógrafo*, es un hecho que las indicaciones gramaticales, abreviadas o extendidas, cuando se refieren al lema, tienen como función –además de la información primaria– la de poner de manifiesto la organización interna principal del artículo lexicográfico. Así, por ejemplo, en el artículo para *criança* de Porto (monolingüe), se presentan en primer lugar cuatro acepciones referidas al nombre y después una referida al adjetivo. En el artículo para *falante*, las primeras cuatro acepciones se refieren al adjetivo y las tres siguientes, con numeración independiente, al sustantivo. Este criterio suele ser preferente, por ejemplo, al de frecuencia de uso o restricciones de otro tipo, como diatópicas o diastráticas. Así, las indicaciones gramaticales facilitan el salto visual, en su caso, hacia la categoría que se quiere consultar. En el caso de los verbos, es habitual organizar las acepciones correspondientes a la construcción transitiva, la intransitiva y la pronominal. Un caso particular lo encontramos de nuevo en *Porto*, donde las distintas acepciones de los verbos se agrupan teniendo en cuenta sus distintos valores sintácticos, lo que le aporta un innegable valor didáctico:

²³ Pueden consultarse referencias al respecto en Bargalló Escribá (2024).

Imagen 9. Sección del artículo *alargar* en *Porto* (monolingüe)



Fuente: Dicionários *Porto* Editora²⁴.

La necesidad de presentar los artículos lexicográficos con una estructura lo más homogénea posible a lo largo de todo el diccionario²⁵ probablemente hace superflua la reflexión sobre si estos tipos de información son o no necesarios –hay muchos casos en los que por lo menos estructuralmente lo son– y si su posición más adecuada es junto al lema –en la misma línea, la siguiente, o por lo menos muy cerca.

El hecho es que en los casos que aquí reseñamos se incluye este tipo de información y que, como señalamos, en los diccionarios monolingües, se opta por la forma extendida, lo mismo que en las entradas de *Porto* bilingüe. Sin embargo, *Wordreference* utiliza siempre abreviaturas –en los casos aquí reseñados– y *Linguee* usa las formas

²⁴ Fuente: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/alargar>.

²⁵ La homogeneidad y estandarización de los componentes del diccionario, en sus distintos niveles estructurales, es una característica considerada esencial para el tipo de *texto* del que se trata.

extendidas cuando están referidas al lema, pero abreviadas cuando se refieren a cualquier otro elemento del artículo –los equivalentes o las unidades pluriverbales.

Es frecuente el argumento que mantiene que el formato digital (comparado con el formato en papel impreso) no tiene limitación de espacio, por lo que no es necesario usar abreviaciones y no hay inconveniente en el uso de las formas extendidas, pero, como venimos observando, ello puede dificultar la visualización. Existe además otro argumento para la reflexionar sobre este tipo de decisión en el diseño de un nuevo diccionario digital. Lo presentamos aquí con una cita de la *Ortografía* Real Academia Española (2010).²⁶

[...] la economía y la rapidez favorecidas por el uso de abreviaciones no inciden solo en el plano de la escritura, sino también en el de la lectura, ya que se ha demostrado que no leemos las palabras reconociendo una a una las letras que las conforman, sino de manera global, en bloque, fijando la atención en los elementos más representativos que nos permiten su rápida identificación visual. Así, cuando una abreviación se utiliza repetidamente como representación de un término o expresión hasta consolidarse en una forma abreviada convencional, su reconocimiento en la lectura es inmediato, más rápido que el del término o expresión completos.

2.2. Información sobre pronunciación

En gran parte de los diccionarios actuales en línea se encuentran indicaciones sobre pronunciación en diferentes formatos.

²⁶ Cita tomada de la versión digital de la obra disponible en: <https://www.rae.es/ortografía/origen-de-las-abreviaciones-gráficas>.

Imagen 10. Tabla sobre la presencia de información sobre pronunciación en los distintos diccionarios seleccionados

Porto (monolingüe)	<ul style="list-style-type: none"> • Audio • Transcripción
Dicio (monolingüe)	<ul style="list-style-type: none"> • Audio
Porto (bilingüe)	<ul style="list-style-type: none"> • Audio • Transcripción • (solo para el lema)
Linguee (bilingüe)	<ul style="list-style-type: none"> • Audio (en portugués y español) • Audio en algunos de los ejemplos en portugués
Wordreference (bilingüe)	
Pons (bilingüe)	<ul style="list-style-type: none"> • Transcripción para el lema • Audio (en portugués y español)

Fuente: la autora.

Una vez decidida, para el plan informativo del diccionario, la inclusión de información sobre pronunciación, la incrustación de audios resulta en la actualidad una aportación de indiscutibles ventajas para gran parte de los usuarios. Su ausencia en *Wordreference* se explica solo por la falta de desarrollo que existe en este sitio para el portugués. Sí se encuentran audios con esta información, por ejemplo, en los diccionarios de inglés o de francés. Es reseñable el hecho de que *Linguee* recoja audios para algunos de los ejemplos, pero que no se presenten de forma sistemática. Así, en el artículo para *criança*, encontramos tres (denominados) ejemplos con traducciones en español (*direitos da criança*, *brincadeira de criança* y *criança adotada*) y se ofrece audio para los dos últimos; en el artículo para *falante* se recogen dos (denominados) ejemplos (*falante nativo* y *alto-falante dianteiro*), pero se ofrece audio solo para el primero de ellos.

Existía ya cierta controversia sobre la presencia de transcripción (sea realmente fonética, fonológica, o semiadaptada) en los diccionarios por el hecho de que serán pocos los usuarios –especialmente si pensamos en los aprendices escolares– que sabrán interpretar correctamente los símbolos correspondientes. Sin embargo, no puede considerarse que la información ofrecida por los audios sustituya a la ofrecida mediante la transcripción, sino que más bien pueden ser indicaciones que se complementan entre sí. Ni todos los usuarios no nativos son capaces de distinguir mediante el audio las distintas realizaciones de las vocales o semivocales del portugués, o las nasalizaciones, por ejemplo. Así pues, si se recibe la instrucción adecuada en el marco del aula, la transcripción resultará un adecuado apoyo para interpretar correctamente el audio y para memorizar con más corrección la información que este aporta. Se trata en realidad de aprovechar al máximo las posibilidades de confluencia de modalidades que se brindan en los diccionarios actuales en línea. Como es sabido, cuando las diferentes modalidades participan en la construcción o alfabetización del lenguaje, se produce en el cerebro una transición entre ellas, es decir, las modalidades sensoriales se estimulan mutuamente y se genera así la interconexión sensorial entre ellas. Según la teoría de la comunicación, cuantos más sentidos se movilizan al recibir información, más real tiende a ser la imagen sensorial en el cerebro; y cuando la experiencia sensorial se acumula, el efecto de difusión aumenta también (Luan 2023; Zhang 2019).

En la selección tanto de la presentación del audio como de la transcripción se plantea la cuestión de qué variedad debe seleccionarse, teniendo en cuenta que tanto el portugués como el español son lengua pluricéntricas. Es decir, son lenguas con más de una norma, y cada una de esas normas es equiparable a las demás en cuanto a prestigio y uso. A pesar de que a algunos diccionarios se les otorga el valor

de *descriptivos*, esta característica es solo relativa, puesto que, aun con cierta flexibilidad, la información que se recoge en ellos tiende a aproximarse a la norma culta correspondiente. Así pues, se trata de un aspecto sobre el que tomar decisiones en la planificación de la obra.

CONCLUSIONES

Pretendíamos en este trabajo reunir unas reflexiones para la toma de decisiones sobre algunos aspectos formales de la configuración de diccionarios. Hablamos de la necesidad y función de las indicaciones gramaticales como elemento determinante en la planificación y organización microestructural del diccionario. Así mismo, apuntamos algunas consideraciones sobre las ventajas e inconvenientes de presentar esta información en forma abreviada o extendida. Tratamos también las formas que adopta información sobre pronunciación y el valor de los diferentes formatos disponibles hoy en día.

Así mismo, hemos podido presentar algunas consideraciones transversales de índole teórica, con patentes aplicaciones en lexicografía. El concepto lexicográfico de *condensación* recoge la forma de expresión característica –pero no exclusiva– que se da los diccionarios y que podría replantearse en busca de formas más eficaces (o eficientes) de presentación de la información. Por otro lado, los distintos niveles textuales que podemos describir en el diccionario digital nos obligan a definir qué uso les daremos. Es decir, en qué nivel será más conveniente presentar qué tipo de información. A propósito de la configuración microestructural, hemos recordado el concepto de *lectura tabular*, aspecto que necesariamente debe prevalecer en el diseño del diccionario como condición para su lecturabilidad (o legibilidad). A ello se suman las posibilidades de las formas multimodales de las que las obras lexicográficas pueden beneficiarse.

La investigación (meta)lexicográfica tiene una apasionante tarea ante sí, herramientas cada vez mejor desarrolladas para proporcionar información léxica de calidad, tan necesaria como siempre, más valiosa que nunca.

REFERENCIAS

BARGALLÓ ESCRIBÁ, M. Las categorías gramaticales en el diccionario. *In*: TORNER, S.; BATTANER, P.; RENAU, I. (Coords.). **Lexicografía hispánica**. Londres: Taylor & Francis Routledge/Taylor & Francis Group, 2024. pp. 38-50.

FUENTES MORÁN, T. The concept of lexicographic condensation: a review of and perspectives on digital lexicography. **Lexikos**, Stellenbosch, n. 33, pp. 404-424, 2023.

FUENTES MORÁN, T.; NADIN, O. L. Algunas formas de presentación de datos en diccionarios de español para aprendices brasileños. *In*: NADIN, O. L.; ZAVAGLIA, C. (Orgs.). **Estudos do léxico em contextos bilíngues**. Campinas: Editora Mercado de Letras, 2016. pp. 53-78.

GOUWS, R. H. Expanding the notion of addressing relations. Lexicography. **Journal of ASIALEX**, Berlin, v. 1, n. 2, pp. 159-184, 2015.

HAYLES, N. K. How we read: close, hyper, machine. **ADE Bulletin**, New York, n. 150, pp. 62-78, 2010. Disponible en: <https://www.maps.mla.org/content/download/155872/file/ade.150.62.pdf>. Acceso en: 15 sep. 2024.

KRUG, S. **Don't make me think, revisited**: a common sense approach to web usability. 3. ed. San Francisco: New Riders, 2014.

LUAN, Y. Hacia un diccionario de aprendizaje en el contexto de la convergencia mediática. **Decires**, Ciudad de México, v. 23, n. 29, pp. 7-26, 2023. Disponible en: <https://decires.cepe.unam.mx/index.php/decires/article/view/342>. Acceso en: 15 sep. 2024.

RASCÓN CABALLERO, A. **Teoría y práctica del ejemplo lexicográfico bilingüe**. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, 2021.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Ortografía de la lengua española**. Madrid: Real Academia Española; Asociación de Academias de la Lengua Española, 2010.

REY-DEBOVE, J. **Étude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains**. The Hague; Paris: Mouton, 1971.

ROSENWALD, M. S. Serious reading takes a hit from online scanning and skimming, researchers say. **The Washington Post**, Washington, 6 apr. 2014. Disponible en: https://www.washingtonpost.com/local/serious-reading-takes-a-hit-from-online-scanning-and-skimming-researchers-say/2014/04/06/088028d2-b5d2-11e3-b899-20667de76985_story.html. Acceso en: 15 sep. 2024.

ROWE, C. The new library of Babel? Borges, digitisation and the myth of a universal library. **First Monday**, Illinois, v. 18, n. 2, 2013. <https://doi.org/10.5210/fm.v18i2.3237>. Acceso en: 15 sep. 2024.

SVENSÉN, B. **Practical lexicography**: principles and methods of dictionary-making. Trad. John Sykes y Kerstin Schofield. Oxford: Oxford University Press, 1993.

TORRES DEL REY, J. Dictionarios electrónicos bilingües: nuevas posibilidades de futuro. In: FUENTES MORÁN, M. T.; MODEL, B. A. (Eds.). Investigaciones sobre lexicografía bilingüe. Granada: Tragacanto, 2009. pp. 29-79.

WIEGAND, H. E. Lexikographische Textverdichtung: Entwurf zu einer vollständigen Konzeption. In: ZETTERSTEN, A.; PEDERSEN, V. H.; MOGENSEN, J. E. (Eds.). **Symposium on Lexicography VIII**. Proceedings of the Eighth Symposium on Lexicography, May 2-4, 1996, at the University of Copenhagen. Lexicographica. Series Maior 90. Tübingen: Niemeyer, 1998. pp. 1-35.

WIEGAND, H. E. Nichtnatürlich über natürliche Sprache schreiben: Zu einigen formalen Aspekten von Wörterbuchartikeln. In: FELDER, E. (Ed.). **Sprache**. Heidelberger Jahrbücher. Berlin: Springer, 2009. v. 53, pp. 247-285.

WOLSKI, W. Textverdichtung. In: WIEGAND, H. E. *et al.* **Wörterbuch zur Lexikographie und Wörterbuchforschung**. Dictionary of Lexicography and Dictionary Research. v. 3, I-U. Berlin; Boston: De Gruyter, 2020. pp. 934-937.

ZHANG, Y. On the innovation of dictionary compilation and publication in the context of media convergence. **Chinese Journal of Language Policy and Planning**, Hong Kong, n. 6, pp. 79-89, 2019.

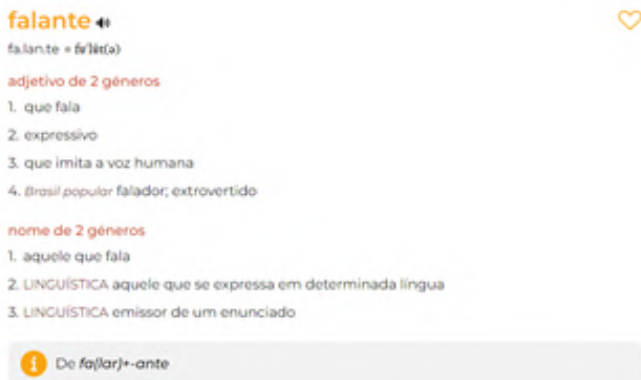
APÉNDICES

1. Artículo *falante* en Dicio (monolingüe).





The screenshot shows the Linguee website interface. At the top, there's a header with the Linguee logo, language selection (español ↔ português), and a search bar containing the word 'falante'. Below the search bar, there are links for 'Traducir', 'Traducir documentos', and 'Mejorar cómo escribo'. The main content area is titled 'Diccionario portugués-español' and shows the entry for 'falante'. The entry includes the word 'falante' with its grammatical information (adjetivo, singular, m/f), a synonym 'parlante', and a note 'menos frecuente: que habla'. There are also examples of usage and a link to 'Ver alternativas de traducción'.


2. Artículo *falante* en Linguee (bilingüe).








The screenshot shows the Linguee website interface for the word 'falante'. The word is displayed in orange, followed by its etymology 'falante < fálit(a)'. Below this, it is identified as an 'adjetivo de 2 géneros' with a list of four meanings: 1. que fala, 2. expressivo, 3. que imita a voz humana, and 4. Brasil popular falador; extrovertido. It is also identified as a 'nome de 2 géneros' with a list of three meanings: 1. aquele que fala, 2. LINGÜÍSTICA aquele que se expressa em determinada língua, and 3. LINGÜÍSTICA emissor de um enunciado. At the bottom, there is a note 'De fa(lar)-ante'.

3. Artículo *alargar* en *Porto* (monolingüe).







português (Portugal)   espanhol

alargar  ensanchar




  Traducir   Automático 

Diccionario Tablas de conjugación Frases de ejemplo




I. alargar <g → gu> [a'lar'gar] V. trans.
1. alargar (tornar largo):

 alargar	 ensanchar	
 alargar os horizontes	 ampliar los horizontes	







2. alargar (afrouxar):

 alargar	 soltar	
---	--	---

II. alargar <g → gu> [a'lar'gar] V. intr.
alargar (becido):

 alargar	 ensancharse	
---	---	---

III. alargar <g → gu> [a'lar'gar] V. v. refl.
alargar alargar-se (orador, discurso):

 alargar-se	 extenderse	
 alargar-se em detalhes	 entrar en detalles	

4. Artículo *alargar* en *Pons* (bilingüe).

alargar 
a.lar'gar • elar'gar
conjugação ▶

verbo transitivo, intransitivo e pronominal
1. tornar(-so) (mais) largo
2. tornar(-so) (mais) amplo; aumentar; ampliar
3. tornar(-so) menos apertado; afrouxar

verbo transitivo e pronominal
prolongar(-se) no tempo; estender(-se)

verbo pronominal
1. falar demoradamente; alongar-se
2. gastar muito dinheiro; esbanjar

 Como usar o verbo

alargar-se a
espalhar-se
▶ O mau tempo alargou-se a toda a região.

alargar-se em
exceder-se
▶ O orador alargou-se em elogios.

 De a-+largo+-ar

5. Artículo *alargar* en *Porto* (monolingüe).

criança 

cri.an.ça • kri'isɐ

nome feminino

1. niño *masculino*, niña *feminino*, criou *masculino*, cria *feminino*, chiquillo *masculino*, chiquilla *feminino*

2. *figurado*


(*peessoa ingénua*) niño *masculino*, niña *feminino*, criou *masculino*, cria *feminino*

nome feminino plural

genitivo: crianças

niños *masculino*

6. Artículo *criança* en *Porto* (bilingüe).

criança  *sustantivo, femenino* (plural: crianças *f*)


niño *m*  (plural: niños *m*)

Ejemplos:


direitos da criança *pl m* — derechos del niño *pl m*  · derechos infantiles *pl m* 

brincadeira de criança *f*  — juego de niños *m* 

criança adotada *f*  — niño adoptado *m* 

Ver más ejemplos · Ver alternativas de traducción 

7. Artículo *criança* en *Linguee* (bilingüe).

criança  *sustantivo, femenino* (plural: crianças *f*)


niño *m*  (plural: niños *m*)

Ejemplos:

direitos da criança *pl m* — derechos del niño *pl m*  · derechos infantiles *pl m* 

brincadeira de criança *f*  — juego de niños *m* 

criança adotada *f*  — niño adoptado *m* 

Ver más ejemplos · Ver alternativas de traducción 

© Diccionario Linguee, 2024

MARCAS DE USO: RECURSO LEXICOGRÁFICO FUNDAMENTAL À COMPREENSÃO EXTRALINGUÍSTICA DO CONSULENTE

Claudia Zavaglia

Fábio Henrique de Carvalho Bertonha

INTRODUÇÃO

Marcas de uso são expedientes linguísticos pelos quais o lexicógrafo, no processo de elaboração de verbetes, permite indicar ao consulente do dicionário a valoração pragmática que uma unidade lexical consegue ter em determinados contextos e usos. Esses valores podem corresponder, por exemplo, a variações temporais, espaciais e sociais.

As marcas são usadas para restringir o uso de uma palavra e orientar o falante da língua sobre seus empregos, indicando a natureza e o âmbito da utilização dessas unidades lexicais. Segundo Garriga Escribano (2003, p. 115) “sua presença nos dicionários é fundamental, sobretudo para a codificação, e mesmo que digam que são assistemáticas e pouco objetivas, não existe dicionário que prescinda delas, já que se trata de uma das informações mais valorizadas pelos consulentes”. Elas podem ser vistas como indicadores descritivos do uso das palavras pelo dicionário e não como prescritivos, a partir do momento

em que descrevem os contextos reais de emprego e não os ditam, normalizando-os.

Dias e Cano (2008, p. 1) consideram que “as marcas de uso caracterizam palavras que, de alguma maneira, desviam-se de um padrão corrente, comum, numa comunidade linguística”. E é, justamente, no campo da inserção das marcas de uso que se evidenciam discordâncias entre vários dicionários. De fato, o que para um pode ser uma marca de brasileirismo familiar, para outro pode ser considerado como uso informal ou coloquial, como ocorre com a unidade lexical *bumbum*, observada em três dicionários brasileiros, nos quais para um foi rotulada como “brasileirismo familiar”, para outro como “regionalismo do Brasil e uso informal”, e noutro como “coloquial”, conforme explicitado mais adiante.

Há quem acredite que as marcas de uso sejam atribuídas às unidades lexicais de forma intuitiva, arbitrária e até fictícia (Welker, 2004, p. 130). Dias e Cano (2008, p. 1-2) confirmam essa afirmação:

[...] as referidas marcas em ambas as obras [Aurélio e Houaiss] são bastante confusas, haja vista que a mesma variação pode ser classificada em: *arcaísmo*, *antigo*, *antiquado*, *obsoleto* e *desusado*. Ocorre que o dicionarista não explicita em momento algum qual o critério para essa divisão. Se as marcas de uso são ferramentas para guiar o consulente no uso da sua língua, os referidos dicionários não estão exercendo o seu papel de obra de consulta e mesmo de obra didática.

Borba (2003, p. 315) também compartilha dessa opinião:

Num dicionário de usos uma informação importante relaciona-se com a variação tanto espacial, de uma região para a outra, como social, no mesmo

espaço, mas considerada quanto aos diferentes registros utilizados pelas pessoas nas diferentes situações da vida social. Os dicionários costumam dar este tipo de informação por um conjunto de rótulos, tarefa complicada e feita de forma irregular em nossos dicionários.

De fato, até que ponto o lexicógrafo pode decidir rotular com uma marca ou outra certa unidade lexical, a partir do momento em que ela pode migrar de um campo para o outro de uma hora para outra, dependendo do contexto em que for empregada?

É desejável que os dicionários monolíngues de língua geral tragam essas marcas de uso, mas é necessário também que o consulente tenha em mente a dificuldade enfrentada pelo lexicógrafo ao registrá-las em seus verbetes. Para isso, o lexicógrafo deveria, na introdução de sua obra, deixar bem clara a sua posição quanto a essa questão, além de explicar o uso e a forma de apresentação dos itens escolhidos em sua marcação. Para estrangeiros que estejam aprendendo o português, a nosso ver, é essencial informar-lhes que, ao utilizar a unidade lexical *caralho*, mesmo em intensificadores do tipo *pra caralho*, em diálogos informais, eles utilizarão uma unidade lexical considerada chula e um tabuísmo em nossa língua.

No decorrer dos séculos, as marcas têm sido incorporadas conforme a necessidade dos lexicógrafos, motivo pelo qual este artigo propõe um panorama histórico referente à marcação.

1. MARCAS DE USO: OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

Quando tratamos das marcas de uso, estamos diante de um recurso lexicográfico fundamental para auxiliar o consulente em seu entendimento do emprego de determinadas entradas ou acepções; na

literatura, também são chamadas de rubricas, etiquetas lexicográficas ou rótulos¹ por variados estudiosos, a fim de favorecer a descrição das unidades lexicais (Bertonha, 2020, p. 509). Esses componentes substantiais para a elaboração de verbetes colaboraram para abordarmos a variação linguística presente nos dicionários, visto que “[...] as marcas de uso caracterizam as palavras que fogem, sob certos aspectos, ao uso corriqueiro, normal, da língua de uma comunidade linguística” (Strehler, 1998, p. 172).

Sob a perspectiva de Fajardo (1997), a marcação é um mecanismo a ser utilizado nos dicionários pelos lexicógrafos com o intuito de distinguir a especificidade de uso de uma unidade lexical, de caráter não regular para ressaltar determinadas acepções. Em linha com esse autor, enfatizamos que a utilização das marcas é vastamente reconhecida e abonada pelos lexicógrafos, cujos itens lexicais são divididos em marcados e não marcados. Em suma, “a marcação cumpre uma função fundamental: caracterizar um elemento léxico assinalando suas restrições e condições de uso e tem sua expressão no emprego de diferentes tipos de marcas” (Fajardo, 1997, p. 32, tradução nossa²).

É necessário que se ressaltem limitações acerca do uso social dos sentidos dicionarizados, mesmo que o consulente desconheça (em razão de não decodificar a abreviação, por exemplo) ou não tenha apreço pelas marcas (Porto Dapena, 2002; Garriga Escribano, 2003) ou ainda pela evidente imprecisão ou mesmo incoerências devido à forma como se apresentam, o que também pode contribuir para a falta de interesse em entendê-las.

¹ Entretanto, como Fajardo (1997, p. 32), preferimos usar *marca de uso*, porque nos parece o termo mais preciso.

² Tradução nossa para “La marcación cumple una función fundamental: caracterizar a un elemento léxico señalando sus restricciones y condiciones de uso y tiene su expresión en el empleo de distintos tipos de marcas”.

Na Lexicografia tradicional e moderna, o uso de marcas é uma constante, e a discussão sobre sua inserção nos verbetes tem-se intensificado recentemente. Garriga Escribano (1995) já anunciava o interesse de estudiosos por esse argumento, desde Zgusta e Rey-Debove, na década de 1970, até Landau e Svensén, na década de 1980 e no início dos anos 1990, com Hausmann *et al.* E complementa:

Esse interesse motiva-se pela intenção que existe em se fornecer ao usuário o maior número possível de informações contextuais, para que seja possível a produção de mensagens e não apenas a decodificação. É como diz I. Bosque: a falta de informação contextual é uma das maiores falhas dos dicionários atuais (Garriga Escribano, 1995, p. 113).

Fajardo (1997) relata que, ao se abrir um dicionário, nota-se o uso abundante de marcas, abreviaturas, sinais esses que são utilizados para elucidar o significado de uma unidade léxica, mesmo que possa parecer cansativo e exaustivo para os mais desavisados que não sabem que essas marcas têm uma função definida e possuem uma organização própria. Para esse autor, marcação

[...] é o recurso ou procedimento utilizado no dicionário para indicar particularidades de uso, de natureza não regular, distintas por certos elementos lexicais. Seu valor é geral e atinge todo o dicionário, uma vez que as unidades léxicas acabam sendo divididas em marcadas e não marcadas. A marcação tem uma função fundamental, qual seja, a de particularizar um elemento léxico por meio de restrições e condições de uso e se expressa no emprego de diferentes tipos de marcas. As marcas são informações específicas que dizem respeito aos vários tipos diferentes de particularidades que restringem e condicionam o uso das unidades lexicais (Fajardo, 1997, p. 31-32).

As etiquetas lexicográficas estão presentes para marcar a localização espaço-temporal, o registro formal ou informal, os efeitos de sentido pois “[...] os dicionários costumam incluir este tipo de informação por um conjunto de rótulos, tarefa complicada e feita de forma irregular em nossos dicionários” (Borba, 2003, p. 315). Essa constatação reforça a notória não sistematicidade concernente à inclusão das marcas. É preciso que essa concepção seja colocada em tela, pois, com frequência, a inclusão de marcas e de outros expedientes linguísticos no verbete pode gerar ambiguidade ao consulente, visto que nem sempre se evidencia, por exemplo, se determinado rótulo remete apenas a uma acepção ou à primeira ou à segunda ou a várias ou a todas elas na microestrutura, em razão de incompreensão sobre os limites e explanação da marcação na megaestrutura do dicionário.

Interessa-nos levantar, historicamente, o emprego das marcas de uso nos dicionários, pois, como apontado por Lara (1996), as etiquetas se revelam como guias normatizadoras ao prevenir o consulente sobre as variadas possibilidades de sentidos oriundos de uma unidade lexicográfica, principalmente acerca dos registros de cunho mais sociocultural; logo, na composição do dicionário, quando bem empregadas, podem esclarecer dúvidas. No entanto, em caso de uma marcação ambígua, essas rubricas podem motivar um uso equivocado de determinadas unidades lexicais em contextos inapropriados. À vista disso, Novoa (2005, p. 29, tradução nossa³) reitera que “os usuários das obras lexicográficas caem, com frequência, em armadilhas de legitimação, propiciadas por noções de correção normativa”; portanto, com a intenção de que os consulentes compreendam os variados usos das unidades lexicais, é preciso que o lexicógrafo empregue sua marcação levando em consideração o quão acessível e padronizada ela irá

³ Tradução nossa para “Los usuarios de las obras lexicográficas caen a menudo en una trampa de legitimación, propiciada por las nociones de corrección normativa”.

ocorrer no interior do dicionário, para que os consulentes consigam entender sua função e organização.

Nota-se uma evidente carência de aporte teórico brasileiro que se debruce sobre as marcas de uso. Consequentemente, a Lexicografia, por enquanto, não consegue sustentar uma sistematização norteadora para seleção e determinação de etiquetas lexicográficas que possam extinguir dissonâncias na elaboração de dicionários. Como observa Azorín Fernández (2009, p. 249, tradução nossa⁴),

[...] um dos problemas ainda não resolvidos na prática lexicográfica é o das chamadas *marcas de uso*, ou seja, como gerir no verbete as indicações sobre restrições ou condições de utilização de palavras e significados. Essas marcas são geralmente apresentadas de forma abreviada e por meio de sistemas de sinalização inconsistentes e idiossincráticos para cada repertório lexicográfico.

Nesse sentido, nas próximas seções, pretendemos expor nossa metodologia de investigação, refletir sobre nossos achados que visam traçar um panorama lexicográfico que se origina em uma tradição estrangeira, mas que avança mais recentemente nas pesquisas lexicográficas brasileiras e, então, oferecer uma proposta de etiquetagem: a marcação dupla.

⁴ Tradução nossa para “Uno de los problemas todavía no resueltos en la práctica lexicográfica es el que se refiere a las llamadas marcas de uso; es decir, a la manera de gestionar en el articulado del diccionario las indicaciones sobre restricciones o condiciones de uso de voces y acepciones. Estas marcas se presentan, por lo general, en forma abreviada y mediante sistemas de señalización poco coherentes e idiosincráticos para cada repertorio lexicográfico”.

2. PANORAMA HISTÓRICO-METALEXICOGRÁFICO

Nosso ponto de partida se dá por meio da descoberta dos tabletes monolíngues, considerados como pioneiros dos dicionários modernos, visto que, neles, há registros cuneiformes feitos pelos sumérios na antiga Mesopotâmia (por volta de 2600 a.C.). Alves (2002, *on-line*) aponta que essas inscrições “eram repertórios de signos, com nomes de profissões, de divindades e de objetos usuais, que funcionavam como dicionários unilíngues”. Três séculos mais tarde, tem-se notícia do *Dicionário bilíngue, ebláita-sumeriano* (por volta de 2250 a 2300 a.C.), e, no primeiro século a.C., durante a Antiguidade, foram produzidos glossários ou *lexicons* monolíngues contendo palavras comuns de textos literários (tais como os homéricos) para melhor entendimento, elaborados por filólogos e gramáticos alexandrinos, incluindo o *Appendix Probi* e o *De lingua latina*, elaborado pelo gramático romano Varrão, que trouxe informações etimológicas e semânticas sobre certas palavras da época.

Mais tarde, ao longo da Idade Média, foram elaborados glossários bilíngues franceses tais como as glosas de Reicheneau (século VIII d.C.) e as de Cássel (século IX d.C.) – nas quais se encontrava a tradução de palavras latinas da Bíblia para as línguas de chegada romeno e germânico; já entre os séculos X e XI, produziram-se glossários espanhóis (entre os quais as *Glosas Emilianenses e Silenses*). Um dos primeiros registros escritos em mais de duas línguas (hieróglifo, demótico e grego) foi a Pedra de Roseta, descoberta já na Idade Moderna (em 1799), o que despertou grande fascínio diante da oportunidade de se traduzir o antigo egípcio, até então desconhecido (Biderman, 1984, p. 1-2), como ilustrado na figura 1.

Figura 1. Pedra de roseta



Fonte: Alves (2002, *on-line*)⁵.

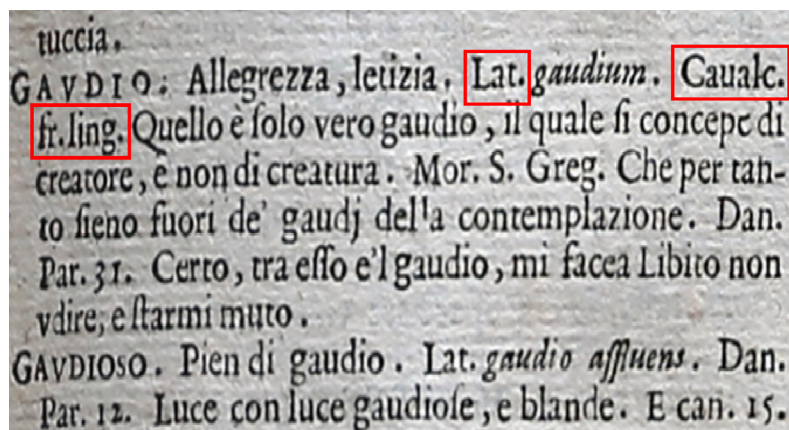
Como se nota, no trecho traduzido, temos uma marca de uso inserida no texto que indica o “sentido da leitura”. Caminhando na história, em terras italianas, no início do século XIV, o Renascimento eclode e se espalha pela Europa durante os séculos XV e XVI, estimulando um amplo desenvolvimento de trabalhos lexicográficos. De acordo com Zavaglia (2021), no decorrer do século XV, foram produzidos vocabulários em espanhol [com destaque para o *Universal Vocabulario de Palencia* (1490)]; já no século XVI, o *Dicionário latim-italiano*, do monge Calepino (1502), bem como o *Latino Español y Español Latino* de Nebrija (1545), além de vários produtos lexicográficos.

⁵ Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-e-a-pedra-de-roseta/>.

ficos bilíngues do século XVI com o intuito de atender às exigências oficiais dos estados-nações que vinham surgindo na Europa durante esse período. A posteriori, no século XVII, os italianos elaboraram um dicionário monolíngue *Vocabolario degli Accademici della Crusca* (1612) e os franceses criaram o *Le Dictionnaire de l'Académie Française* (1694). Esse primeiro produto lexicográfico italiano se tornou modelo lexicográfico para as línguas alemã, francesa e inglesa (Bertonha, 2022, p. 105).

Nesse dicionário italiano supramencionado, observamos algumas informações lexicográficas que poderiam ser interpretadas como marcas de uso – “Lat.,” “Caualc.,” “fr.,” “ling.” –; entretanto, não localizamos, na obra, tal confirmação. A exemplo, temos a entrada *gaudio* na figura 2:

Figura 2. Verbetes *gaudio*



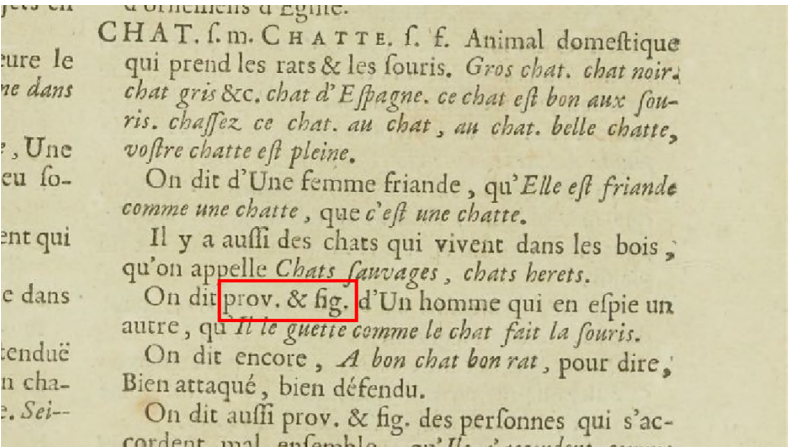
Fonte: *Vocabolario degli Accademici della Crusca* (2022 [1612], on-line)⁶.

Nessa obra, organizada semasiologicamente, não houve preocupação sobre a inserção de marcas gramaticais, em vez disso per-

⁶ Disponível em: <http://www.lessicografia.it/ricerca.jsp>.

cebemos um recorrente destaque para a etimologia das palavras, principalmente pelo uso da etiqueta “Lat.” (latino). Referente à obra francesa, vejamos no *Le Dictionnaire de l’Académie Française* (1694) as marcas utilizadas no verbete *chat* na figura 3:

Figura 3. Verbetes *chat*



Fonte: Le Dictionnaire de L’Académie Française (2022 [1694], p. 175, on-line)⁷.

Assim como no dicionário italiano, também na obra francesa verifica-se uma organização semasiológica presente, que destaca a inclusão de marcas gramaticais abreviadas (“prov.” e “fig.”), as quais aparentam representar a marcação desse dicionário.

No século seguinte, a *Real Academia Española* (RAE) foi instituída e seus linguistas fundadores propuseram a elaboração de um produto lexicográfico, o que gerou a produção do *Diccionario de autoridades* (entre 1726 e 1739, em seis volumes); já ao final do século

⁷ “prov.”: *proverbialment* (em português, “proverbalmente”, que significa “de maneira proverbial” ou “como um provérbio”); “fig.”: *figurément* (em português, “figuradamente” ou “de maneira figurada”, referindo-se a algo que é dito ou entendido em um sentido não literal, mas simbólico). Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k503971/f20.item.zoom>. Acesso em: 07 jan. 2025.

XVIII, publicou-se o *Diccionario de la lengua castellana* (DRAE, 1780) – nova versão do *Diccionario de autoridades*, agora, em volume único (RAE, 2022, *on-line*⁸). O DRAE (1726-1739), seguia a ordenação que parte da palavra para o significado, isto é, ordenação semasiológica, contendo as marcas gramaticais e, eventualmente, as indicações para a limitação dos usos que culminariam posteriormente na marcação. No preâmbulo do *Diccionario de la lengua castellana*, aos usuários, é comunicado que as palavras-entrada se dispõem em três colunas e que estão presentes várias abreviaturas [identificadas no início do volume, além de terem sido mantidas as correspondências latinas (DRAE, 1825, p. III)⁹ marcadas por “Lat.” – latin ou latina (DRAE, 1914, p. XVIII)¹⁰]¹¹.

Puente Gutiérrez (2000, p. 312) recorda-nos que Rufino José Cuervo, em seu *Observaciones sobre el Diccionario de la Real Academia Española* (1874), já retratava referências geográficas de determinadas

⁸ Disponível em: <https://dle.rae.es>. Acesso em: 10 fev. 2023.

⁹ Disponível em: <https://archive.org/details/diccionariodela00unkngoog/page/n26/mode/2up>. Acesso em: 08 jan. 2025.

¹⁰ Disponível em: <https://archive.org/details/diccionariodela00realuoft/page/n21/mode/2up?q=lat>. Acesso em: 08 jan. 2025.

¹¹ Essa evolução do dicionário espanhol já passou por 23 edições elencadas no site da *Real Academia Española* (<https://www.rae.es>), sendo que o *Diccionario de autoridades* foi publicado pela *Real Academia Española* (RAE) entre 1726 e 1739 em seis volumes (considerado o primeiro grande dicionário da língua espanhola); após sua conclusão, a RAE publicou uma versão simplificada chamada *Diccionario de la lengua castellana* em 1780 (primeira edição “oficial” e unificada do dicionário, sem o título de autoridades); a partir da 15ª edição (1925), o *Diccionario de la lengua castellana* passou a ser chamado de *Diccionario de la lengua española*, refletindo uma ampliação do escopo e abrangência geográfica da língua, dado o uso em diversos países hispanófonos. Vale a pena mencionar que o DRAE é uma sigla para *Diccionario de la Real Academia Española*, que nada mais é do que o próprio *Diccionario de la lengua española* publicado pela RAE. A sigla DRAE foi muito usada como referência ao dicionário até recentemente, mas a instituição prefere atualmente usar apenas o nome completo do dicionário, *Diccionario de la lengua española* (DLE). Portanto, o *Diccionario de autoridades* deu origem ao *Diccionario de la lengua castellana* e, mais tarde, ao *Diccionario de la lengua española* – o DRAE (*Diccionario de la Real Academia Española*) é o mesmo que o DLE atual, publicado pela RAE (*Real Academia Española*).

acepções, além de ser favorável à não ocultação do fator diacrônico das palavras. Somam-se à obra de Cuervo, duas importantes referências lexicográficas do século XVIII, quais sejam, o *Dictionnaire de Trévoux* (Ganeau, 1704), organizado por jesuítas, uma compilação dos trabalhos lexicográficos dos dois séculos anteriores, e a *Encyclopédie*, ou *Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*, de Diderot et d'Alembert, publicada de 1751 a 1772.

Segundo Le Guern (1983, p. 53), essa obra de Ganeau (também chamada de *Dictionnaire Universel François et Latin*) trazia significado e definição dos itens lexicais, além de seus inúmeros empregos e termos particulares a cada profissão lematizada, bem como da descrição de “todas as coisas naturais e artificiais; suas figuras, suas espécies, seus usos e suas propriedades: a explicação de tudo o que as ciências e as artes contêm, quer liberais ou mecânicas, com comentários eruditos e críticos”¹².

Com relação à etiquetagem, Mazière (1990, p. 89) lembra-nos que, embora muitos dicionários se recopiem uns aos outros, a tarefa de difícil labor a ser realizada para que ocorra uma descrição específica de marcas de uso, de maneira padronizada e sistemática em um dicionário, permanece. Essa autora ainda adiciona que “parece que, desde o início, a forma da ‘entrada’ confunde marcas de uso com a descrição dos significados na língua”¹³ (p. 93), portanto, conclui que o lexicógrafo, empenhado na descrição dos sentidos, deve apresentá-los conforme seu uso.

¹² Tradução nossa para “de toutes les choses naturelles et artificielles; leurs figures, leurs espèces, leurs usages, et leurs propriétés: l’explication de tout ce que renferment les sciences et les arts, soit libéraux ou mécaniques, avec des remarques d’érudition et de critique”.

¹³ Tradução nossa para “il semble bien qu’il y ait d’entrée de jeu, de par la forme ‘dictionnaire’, confusion entre marques d’usage et description des significations en langue”.

Desde o início do século XIX, a partir da 1ª edição do *Oxford English Dictionary* (OED), publicada em 1884, os produtos lexicográficos da língua inglesa destacam-se e alcançam uma notoriedade mundial bastante evidente. Nessa obra, ao consulente, são informados os objetivos e as convenções adotadas por seus lexicógrafos em uma sequência de páginas intituladas *General Explanations* (Explicações Gerais), constituindo o prefácio da edição de 1933. Na seção *Signification* (Significação), explicita-se uma série de marcas lexicográficas utilizadas para retratar uma unidade lexical, quando apropriado, seja (i) por assunto [como “Mus.” (Música), “Bot.” (Botânica) etc.]; (ii) em função da variedade da língua inglesa, quando o vocábulo não se equiparava ao inglês padrão corrente da Grã-Bretanha, como “U.S.” (Estados Unidos), “N. Amer.” (Norte-americano), “Austral.” (Austrália) etc.; ou (iii) por *status*, utilizada “quando existe alguma peculiaridade, como “Obs.” (“obsoleto”), “arch.” (“arcaico” ou “obsolescente”), “colloq.” (“coloquial”), “dial.” (“atual dialectal...”)”¹⁴ (Oxford English Dictionary, 2023, *on-line*¹⁵).

Ao final do século XIX, diversos editores, com histórias pessoais e contextos linguísticos heterogêneos, expressaram perspectivas discordantes acerca da limitação da vida útil das palavras, resultando em divergências e pontos inconsistentes. Nesse cenário, houve a marcação em palavras consideradas obscenas, assim como em uma série de outras unidades lexicais indesejáveis, rotuladas por razões morais e sociais e até legais, avaliadas como inaceitáveis no OED.

Glatigny (1998) afirma que, aos dicionários ingleses, juntam-se os franceses de *Littré* (1872) e de *Larousse* (1866-1876), que realizam uma marcação assistemática e heterogênea em seus produtos lexico-

¹⁴ Tradução nossa para “where there is any peculiarity, as Obs. (obsolete), arch. (archaic or obsolescent), colloq. (colloquial), dial. (now dialectal...)”.

¹⁵ Disponível em: <http://www.oed.com/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

gráficos do século XIX. Esse mesmo autor aponta uma discordância flagrante nos dicionários do século XIX no que se refere aos rótulos indicativos de obsolescência e aqueles de novidade (para indicar neologismos), quase ausentes. Todavia, as marcas referentes aos neologismos são raras (novas unidades lexicais e suas acepções podem aparecer no dicionário não marcadas) em função de serem consideradas como uma marca de cunho depreciativo “ao ponto de, mesmo quando o lexicógrafo introduz um termo que apresenta como novo, hesita em marcá-lo como tal”¹⁶ (Glatigny, 1998, p. 164), fato igualmente verdadeiro para a terminologia técnico-científica, “unanimente respeitada em nome da religião do progresso”¹⁷ (p. 177). Segundo Bisconti (2017, *on-line*), para destacar as diferenças semânticas, *Littré* inclui os rótulos lexicográficos para elaborar sua descrição no verbete, inclusive aqueles diastráticos, tais como: “arcaico”, “coloquial”, “poético” e “popular”, diacrônicos e tropológicos, quer dizer, que possuem sentido literal, figurado, seja de modo absoluto ou elíptico, por uso excessivo e exagerado ou por antífrase (ironia), por exemplo: “elípticamente”, “figurado”, “por abuso”, “por exagero”, “sentido literal”.

Ao final do século XVII (em 1694), na segunda metade do século XVIII (em 1762) e, posteriormente, já no século XIX (em 1835), a *Académie française* visava desenvolver uma obra que abrangesse todas as palavras que pudessem ser utilizadas em quaisquer situações possíveis e por toda a nação francesa, independentemente do *status* social e/ou de suas atribuições em sociedade. Larousse (1866-1876), ao delinear uma descrição de cunho enciclopedista, incluiu diversas marcas lexicográficas, dentre as quais: “economia”, “geometria”, “guerra”, “marinha”, “política” e demais ciências matemáticas, “botânica”, “caça”, “física”,

¹⁶ Tradução nossa para “au point que, même quand le lexicographe introduit un terme qu’il présente comme nouveau, il hésite à le marquer comme tel”.

¹⁷ Tradução nossa para “unanimentement respectées au nom de la religion du progrès”.

“geologia”, “jardinagem”, “jogos”, “pejorativo”, “química”, “vulgar” etc. (p. LXXVII- LXXVIII), como se verifica, parcialmente¹⁸, na figura 4:

Figura 4. Lista de abreviaturas

[illegible]

Fonte: Grand Dictionnaire Universel du XIXes (2022, *on-line*)¹⁹.

Com o avançar do século XX, os produtos lexicográficos europeus não só mantiveram, mas também aperfeiçoaram o emprego das marcas de uso, quer dizer, diversos dicionários contemporâneos de língua francesa (*Trésor de la langue française*, Larousse e *Le Robert*), espanhola (*Diccionario de Uso del Español*), inglesa (*Collins Cobuild*, *Oxford* e *Longman Dictionary of Contemporary English*), italiana (*Treccani*, *Vocabolario Della Lingua Italiana*), além de outras, permaneceram utilizando-as como recursos lexicográficos.

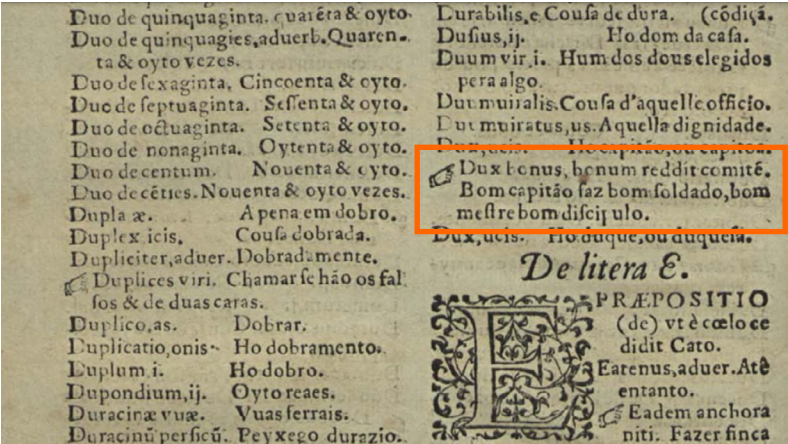
Em se tratando dos dicionários de língua portuguesa, destacamos o *Dicionario Lusitânico – Latino*, de Jerônimo Cardoso (1562), o *Tesouro da Lingua Portuguesa*, de Bento Pereira (1647) e o *Vocabulario*

¹⁸ A tabela completa pode ser encontrada em Bertonha (2022, p. 112-113).

¹⁹ Disponível em: https://www.larousse.fr/encyclopedie/oeuvre/Grand_Dictionnaire_universel_du_XIX_e_s/116449.

Português e Latino, de Dom Rafael Bluteau (1712-1728), cuja marcação foi empregada para ressaltar aspectos gramaticais das entradas, assim como unidades fraseológicas e questões culturais. Como exemplo, trouxemos um verbete do dicionário de Cardoso, na Figura 5:

Figura 5. *Dicionario Lusitânico – Latino*, de Jerônimo Cardoso



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (2022, *on-line*, p. 58)²⁰.

Na Figura 5, podemos identificar que, na direção latim > português, há um ícone esboçando uma “mãozinha” que destaca um fraseologismo; porém, em outras ocasiões, esse mesmo recurso aponta questões culturais. Já na direção português > latim, foram utilizadas apenas marcas gramaticais referentes a número (singular e plural) e gênero (masculino e feminino) na obra de Jerônimo (Bertonha, 2022). No dicionário de Bluteau, verificamos marcas diatécnicas como no verbete “abaco” (termo da Architectura), que se encontra na Figura 6:

²⁰ Disponível em: <http://purl.pt/14265/4>.

Figura 6. Vocabulario Português e Latino

<p>Fem. Chapeo de aba grande. <i>Petajus largo margine.</i></p> <p>Aba do rio. <i>Margo ripe.</i> Tambem se diz a aba de hum porto. Hum sumptuozo Mosteiro, fundado nas ABAS de hum seguro, & fermo:ozo porto. Dialog. do P. Hcc. Pinto Part. 2. 228. verf.</p> <p>Aba do forro, chamão os carpinteiros à fassquia de madeira, que serve de guarnição ao redor do tecto. <i>Lacquaris,</i> ou <i>Lacunaris lignei limbus,</i> i. <i>Masc.</i> Ao longo da ABA do forro deste tecto, estão escritos estes quatro versos. Faria, Noticias de Portugal. 118.</p> <p>Abas da fechadura chamão os serralheiros a humas laminas de ferro, estreitas, que pegadas ao redor da chapa da fechadura, servem de cobrir as guardas, &c. Quasi todas as fechaduras, que nos vem do Norte tem abas.</p> <p>Aba, Metaphoricamente, Protecção, amparo, &c. <i>Vid.</i> nos leos lugares. Aqueles, a cujas ABAS eu me cheguei. Cartas de D. Francisco Man. pag. 751.</p> <p>Aba, Gidade de huma Região da Grecia, chamada em latim, <i>Phocis</i>, celebre pelos Oraculos de Apollo chamado em rezão do lugar, <i>Apollo Abdens.</i> No anno</p>	<p>phones, governador da cidade de Olba, em Cilicia, & segundo Bonfin. liv. 2. Decada 2. he o nome do terceiro Rey de Ungria, que no anno de 1042. usurpou a coroa; outros lhe chamão Aban.</p> <p>ABACELLAR huma planta. He cobrilhe com terra as raizes, para se dispor a seu tempo. <i>Arboris radices inhumare, ou terr. i operire.</i></p> <p>ABACO, Abaco, termo da Architectura: derivale do Grego, <i>Abax</i>, que quer dizer Aparador, copa, ou meza, em que se dispõe vazos de prata, para ornato. Na Architectura, he a parte superior do capitel da columna, principalmente na ordem Corinthia; serve como de tapador ao ceito de flores, que nella se representa. Tem o Abaco o seu bocel, & a sua faxa. <i>Abacus,</i> i. <i>Masc.</i> <i>Vitruv.</i></p> <p>ABACOA, Abacôa, Huma das ilhas Lucaes na America Septentrional entre Jabaquem & Pinimi. Esta debaixo do dominio dos Inglezes. <i>Abacoa,</i> e. <i>Fem.</i></p> <p>ABADA, Abada, O que está no bolso, ou cavidade, que se faz, levantando, ou colhendo as extremidades da capa, ou qualquer outra vestidura larga. Abada de rozas. <i>Plenus rosarum sinus,</i> i. <i>Masc.</i></p> <p>LCvar</p>
---	--

Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (2022, on-line)²¹.

De acordo com Murakawa (2001, p. 155), “a terminologia científica se faz presente na obra de Bluteau e vem logo em seguida à entrada, identificando a área a que a palavra pertence” e ainda nos evidencia que somente em 1789 fora impressa a primeira obra monolíngue portuguesa – *Dicionário da língua portuguesa*, do brasileiro Morais e Silva (1789; 1813) –, a qual “registra o vocabulário usual mais frequente na língua escrita e oral, destacando os diferentes registros e variações linguísticas” (Morais e Silva, 1789; 1813, p. 156), pois percebeu “a importância em registrar os diferentes níveis de linguagem especificando quando é vulgar, familiar, gírica, obscena, injuriosa, rústica, pastoril, provinciana” (Morais e Silva, 1789; 1813,

²¹ Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/?q=abaco>.

p. 157). A seguir, na Figura 7, temos duas entradas desse dicionário, “faraota” e “cachaça”:

Figura 7. Entradas “faraota” e “cachaça”²²

lãs não ha quem como eu às quebre. <i>Cam. Anfitriões</i> . §. <i>Fantezias em musica</i> ; preludios, ou peças, que tem alguma irregularidade, em que o compositor obedece mais ao capricho de sua fantasia, que ás regras da arte. §. <i>Levar-se de fantasias</i> ; seguir os impulsos da imaginação, sem consultar a razão, e a prudência; dar credito a coisas imaginarias, sem fundamento. §. <i>Ficção</i> : v. g. <i>fantasia poetica</i> . <i>Britto</i> . Imagem poetica.	FAQUINO, s. m. Mõgo de servir, e varrer na Patriarcal (do Ital. <i>Fachino</i>).
FANTASIADO, part. pass. de Fantasiar. Fingido pela fantasia. <i>Coutinho</i> . <i>Proemio</i> : realidades, e não fantasiadas imaginações.	FAQUÍR, s. m. Asiat. Penitente.
FANTASIAR, v. at. Imaginar, trazer na imaginação algum cuidado, ou objecto cercado por ella. <i>Palin</i> . p. 2. c. 135. os cuidados longe de sua pena sempre fantasião algumas maginações, com que podem descançar. §. —: intrans. imaginar, compôr, e descompôr as imagens, que se conservão na fantasia, fingir objectos, e coisas imaginarias. <i>Barros</i> : veio a fantasiar. <i>M. Lus</i> . alguns modernos, levados do que fantasiação: estar fantasiando, imaginando. <i>Cândes</i> .	FARAÇÓLA, s. f. As. Pezo de 18 arrateis. B. 1. 10. 6.
mingos, e também recebe do mingo ao corpo do exercito. §. Caçador, adj. com nomes femininos. “cão, ou ave caçador.” <i>Ord</i> . 5. 62; 5. Note-se que os nossos bons Autores usavão .das variações em or com nomes femininos, como dice na Grammatica.	(FARANDULA, s. f. — (FARANDULAGEM, s. f. Pessoa, ou coisa de pouca conta, como são farçantes.
CAÇAFATÃO, s. m. Cacofonia. <i>Caminha</i> , <i>Épigr</i> . 173.	FARAOTA, ou Farayta, t. do Minho, s. f. Ovelha velha.
CAÇAFETÃO. V. Cacofonia; e Caçafatão.	FARÁUTE, s. m. O lingua, interprete; arauto. <i>Cam</i> . 4. 6. “porteiros, farantes (arautos) é hum Rei d’armas desbaratado.” §. O corrector, e medianeiro de alguma negociação entre duas pessoas. §. O guia, chefe, cabeça d’alguma empresa. <i>Arte de Furtar</i> .
CAÇANTE, p. at. de Caçar. t. do Brazil. animal caçante; o que se representa em acção de caçar.	FARÇA, s. f. Drama ridiculo, menos artificiozo que Comedia. §. f. <i>Scena comica</i> , successo ridiculo. <i>Lucena</i> . <i>Pleira</i> : tomavão o que viao por farça, e jogo: com desprezo, e farça. <i>Casirioto</i> . §. “A morte dá fim à farça da potencia humana.” <i>Arraes</i> , 8. 4.
CAÇÃO, s. m. Peixe de pelle, vulgar, da especie do tubarão.	CACHAÇA, s. f. Vinho das borras. §. No Brasil, Aguardente do mel, ou bortal do melaço; a escuma grossa, que na primeira fervura se ura do succo das canas na caldeira, onde se alimpa, para passar ás tâchas.
CAÇAPAR, v. at. (B. P. traduz <i>deprehendere</i>) Apanhar. §. <i>Caçapar-se</i> : abaxiar-se, agachar-se, baquear-se. vulg.	CACHAÇÃO, s. m. Pancada no cachaço, pescocão.
CAÇAPÍNHO, s. m. dim. de Caçapo.	CACHAÇO, s. m. augment. de Cacho. Pescoco gordo, e grosso, os cachaços dos touros, e homens.
CAÇAPO, s. m. Coelho, láparo. “caçapo albanado.” <i>Aulegr</i> . f. 89. ¶	CACHÁDA, s. f. B. P. traduz <i>vervacium</i> , o alqueive; queima dos matos. <i>Blueau</i> .
	CACHADO, p. pass. Coberto, ou occulto: v. g. andão nós da cinta pera riba, e peru baixo andão cachados com pannos de seda, e algodão. <i>Goes</i> , Rr ii <i>Cirou</i> .

Fonte: Moraes e Silva (1789 [versão digital acessada em 2023])²³.

²² Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>.

²³ Disponível em: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Constatamos, em ambos os verbetes, respectivamente, uma marca de uso para realçar o aspecto diatópico (“regionalismo do Minho”) e outra para apontar um empréstimo estrangeiro (“No Brasil”). Entendemos que refletem suas épocas e exteriorizam suas sociedades, uma vez que avanços tecnológicos, no decorrer dos anos, aprimoraram tanto a descrição quanto o registro do léxico. Ao elaborar seus dicionários, Moraes e Silva foi seguido por outros lexicógrafos, pois continuou a inserir e sustentar o emprego da marcação para salientar as limitações contextuais dos sentidos dicionarizados.

É importante mencionar que as línguas francesa, espanhola, italiana e inglesa possuem um panorama lexicográfico historiado há alguns séculos, diferentemente da língua portuguesa brasileira. Embora o Brasil tenha tido uma tradição lexicográfica extemporânea, durante o século XX, sobretudo na segunda metade, fica evidente um grande avanço, como se nota pelo Infográfico 1:

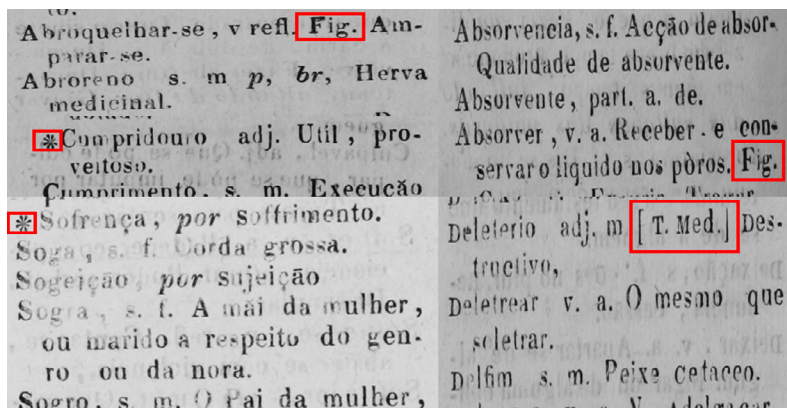
Infográfico 1. Breve percurso lexicográfico brasileiro



Fonte: Elaborado pelos autores.

Inicialmente, nesse breve percurso lexicográfico brasileiro, destacamos o dicionário de Silva Pinto – *Dicionário da Língua Brasileira* –, ainda no século XIX, sendo uma obra de absoluta importância à história lexicográfica brasileira visto que, ao ser publicada em 1832, na tipografia de seu autor, em Ouro Preto, reforça no título a menção à língua brasileira (português usado no Brasil) e não à portuguesa (Garcia, 2010; Costa, 2015; Carmo, 2015; Tavares, 2021). Nesse produto, constam variantes do português empregadas à época com etiquetas que podem ser verificadas adiante, na Figura 8. Como exemplo, notamos o emprego de etiquetas como “Fig.” (sentido figurado), “T. Med.” (termo médico) e * (marca uma “palavra antiquada”). É preciso recordar o fato de que esse dicionário foi elaborado durante um momento histórico singular em que o Brasil esteve sob ebulição político-cultural (período regencial, de 1831-1840), assim, pressupomos igualmente que se impingiam questões linguísticas nacionais, consequentemente, exercendo influência sobre as palavras “português” e “brasileiro”.

Figura 8. Entradas “Abroquelhar-se”, “Cumpridouro”, “Sofrença”, “Absorver” e “Deleterio”



Fonte: Silva Pinto (1832, *on-line*)²⁴.

²⁴ Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/dicionario-da-lingua-brasileira/>.

De 1939 a 1944, Laudelino Freire organizou a primeira edição de seu *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, em cinco grandes volumes e, segundo Nunes (2013), no prefácio da obra, há um destaque acerca do povo que denota um discurso sobre as conexões e limites que alcançam esse item lexical ('povo'), pois valoriza a língua dos clássicos e busca anular os itens lexicais da camada socialmente privada de recursos monetários.

Instala-se na língua uma divisão social que marca o discurso do dicionário, com a configuração de um imaginário da língua dos clássicos e de uma conversação que evita as gírias e os "plebeísmos". Assim ao incorporar em seu discurso a noção de povo, o dicionário introduz ao mesmo tempo uma cisão social que produz efeitos no discurso lexicográfico (Nunes, 2013, p. 160).

No percurso lexicográfico brasileiro (Infográfico 1), por exemplo, no *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* (1939), constam marcas que expõem a limitação contextual relacionada a africanismos, a termos técnicos, além de lusitanismos. Segundo Nunes (2004, p. 807), de 1938 a 1960, o Brasil viveu um período extremamente relevante porque houve a desagregação e o assentamento de nossa língua nacional.

Biderman (2003) esclarece que, na 3ª edição do *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (PDBLP), Aurélio surge como colaborador e redator de tamanha relevância que, a partir de sua 6ª edição, ele se estabelece como o principal editor, permanecendo nesse papel nas onze edições subsequentes (a última em 1967) em razão de decisão do regime político militar ditatorial vigente. No entanto, essa arbitrariedade governamental suscitou em Aurélio a vontade de preencher uma lacuna lexicográfica brasileira, levando-o a publicar o *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (também denominado de *Dicionário Aurélio* ou

apenas *Aurélio*), em 1975, de sua autoria. Alguns anos antes, a Academia Brasileira de Letras (ABL) contratou Antenor Nascentes para produzir o *Dicionário da língua portuguesa* (1943 [1967]), com o objetivo de fornecer o projeto de um dicionário acadêmico definitivo. Nas entradas, há transcrição fonética, algumas indicações sobre etimologia, exemplos (criados por Nascentes, mas não abonados), alguns brasileirismos (de caráter regional), porém, barbarismos e estrangeirismos foram omitidos, juntamente com palavras chulas e gíricas, sem abonações (apenas alguns exemplos criados), em que faz uso de marcação. Já na segunda edição (1988), suas entradas não possuíam transcrição fonética (Abbate, 2008, p. 5), porém, marcas de uso diacrônicas foram inseridas, tais como demonstrado na Figura 9, (“Arc.” – “arcaico”), diaintegrativas (“lat.”, “esp.”, “it.”, “fr.”, respectivamente, “latim”, “espanhol”, “italiano”, “francês”) e diatécnicas (“Gram.”, “Hist.”, respectivamente, “Gramática”, “História”) referente à palavra-entrada “ouvir” (p. 370), o que pode ter estimulado que outros dicionários empregassem uma marcação em acepções das unidades lexicais. Vejamos:

Figura 9. Verbete “ouvir”²⁵

<p>2 OUIR — 1 (ter tenturas): de ouira. — 2 (prendas com ouro): de ouro. OUREGAO — V. Oregão. OURELA — Do lat. *orella por orula, dim. de ora, beira; esp. orilla. M. Lübke, REW, 6080, dá como derivado de um lat. *orum por ora. A. Coelho tira do lat. ora, com dú- vida. OURELO — De ourela. A. Coelho derivou do lat. ora, beira, com dúvida. OURICO — Do lat. hericia; esp. erizo, it. riccio, fr. hérisson (dim., segundo Brachet). Leite de Vasconcelos, RL, III, 268, tira de uma forma erigo. G. Viana, Apost., II, 201, supõe uma forma origo em que ouro tivesse influido. OURIVES — Do lat. aurificus, o que tra- balha em ouro; esp. ant. orobco, oréspe, it. orafice. Arc. ourivez; oreôze: Oreôzes qui la- borarent... (Leges, pg. 745-A. 1188-1230). E assy como os ourivezes querendo conhecer algum ouro... (Leal Conselheiro, pg. 23). OURO — Do lat. aurus; esp. it. oro, fr. or. Festo nos atesta que já era orum no lat. pop.: aurum, quod rustici orum dicebant (apud Brachet). OUROPÊL — Do prov. auripêl com assi- milação do i ao o do ditongo ou em que au se transformou: v. M. Lübke, REW, 6377. Diez, Gram. II, 380, considerou um composto de dua substantivos aglutinada. Outros tira- ram de um lat. auripellium, de aurum, ouro,</p>	<p>modificação do acento influência analógica do substantivo homem (RFP, III, 228). Nunes, Gram. Hist., 250, atribui a alguém, pronome de significação quase idêntica, a troca do a final em -em Esp., atual otri (pouco usado), fr. austrai, it. altri. OUTRO — Do lat. alterus; esp. otro, it. altro, fr. autre. V. G. Viana, Ortografia Na- cional 23. Nunes, Gram. Hist., 43, 126. OUTRORA — De outra e hora. OUTRIR — Do lat. audire; esp. oír, it. udire, fr. ouir. O ditongo ou se transformou em oi, o d sofreu síncope e o i deabrou-se numa semivogal e numa consoante. Arc. oír: Pola oír, e sol non falcu rrom (Canc. da Va- ticana, 654) V. Nunes, Gram. Hist., 74. Diez, Gram., I, 176 O arcaico é um castelhanismo aparente, segundo nota C. Michaëlis de Vas- concelos, Glossário do Canc. da Andia; mas, por ser nica forma usada na época trovado- resca, a mesmo autora entende que é apenas grafia deficiente de ouir. OVA — Do lat. ova, plural de ovum, ovo. OVACAO — Do lat. ovatione, sacrificio de uma ovelha, usado nos triunfos de segunda ordem. Pela semelhança de forma muitos ap- proximam de ovis, ovelha, o lat. ovare, que deu ovatio, Walde relaciona com o gr. eúdoz. OVAL — De ovo e suf. al. A. Coelho dá um lat. ovalc.</p>
--	--

Fonte: *Dicionário da língua portuguesa* (Nascentes, 1955, p. 47).

²⁵ Disponível em: <https://archive.org/details/AntenorNascentesDicionarioEtimologi>

Ao serem advertidos a respeito da possibilidade de encontrar a língua dos escritores, na primeira edição do *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (1975)²⁶, os consulentes também são avisados sobre uma possível presença de variados gêneros textuais (rádio, TV, jornais, revistas, teatro etc.), além de variedades linguísticas, tais como informais, coloquiais, populares, familiares, regionais, depreciativas, jocosas, gíricas, pejorativas etc., por meio das marcas de uso.

coDaLinguaPortuguesaTomol/page/n409/mode/2up?q=ouvir.

²⁶ O *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* foi lançado em 1975, com sua 1ª edição sendo um marco na lexicografia brasileira. Desde então, foram realizadas diversas atualizações e reedições para refletir as mudanças e inovações da língua portuguesa e para se adaptar às transformações tecnológicas e às novas demandas dos usuários. Em 1986, foi finalizada a 2ª edição e, em 1987, publicada e intitulada como *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, que ampliou significativamente o número de verbetes e trouxe ajustes baseados nas transformações linguísticas e culturais da época. Em 1993, a 2ª edição foi publicada revista e ampliada pela editora Nova Fronteira. Em 2003, os direitos foram cedidos à editora Positivo, que já se encontra em sua quinta edição. Inicialmente disponível apenas em versão física, o *Aurélio* ganhou versões digitalizadas ainda no final do século XX, adaptando-se à popularização do computador, em 1999, uma versão em CD-ROM, tornando-se pioneiro na integração da lexicografia ao mundo digital no Brasil. A primeira versão para internet se deu em setembro de 2001, voltada para consultas feitas pelos assinantes do portal UOL. Já em 2004, a 3ª edição revisada e ampliada incorporou novos termos e expressões do português contemporâneo. Com a entrada em vigor do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em 2009, uma versão revisada foi lançada para adequar o conteúdo às novas regras. Com o avanço da tecnologia e o crescimento do uso da internet, o dicionário deu mais um passo importante e, em dezembro de 2010, foi lançado o *Aurélio Incorporado* em versão *on-line* e aplicativos para dispositivos móveis, além da última edição intitulada *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, contendo chave de acesso para versão eletrônica, permitindo maior acessibilidade e interatividade e marcando a transição do formato impresso para o digital. Nos anos seguintes, o dicionário continuou sendo atualizado regularmente, com edições digitais incrementadas, mantendo-se relevante e adaptando-se às novas plataformas e às demandas de usuários. Essas edições evidenciam o compromisso do *Aurélio* em acompanhar as mudanças linguísticas, sociais e tecnológicas, reafirmando sua posição como uma das principais obras de referência para o idioma português – disponível em Ferreira (2010, p. XI-XV); Wikipédia (em https://pt.wikipedia.org/wiki/Dicionário_Aurélio?utm); blog da Estante Virtual (<https://blog.estantevirtual.com.br/2022/07/12/dicionario-aurelio/?utm>); e o livro *Por Trás das Palavras* (Motta, 2020), com comentários disponíveis na Revista Bula (<https://www.revistabula.com/39016-a-fantastica-historia-da-elaboracao-e-publicacao-do-dicionario-aurelio/?utm>).

Em 1998, foi publicado o *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, (Michaelis, 1998) abrangendo mais de 200 mil verbetes e subverbetes²⁷ e, já na apresentação dessa obra, constam a descrição e seus critérios norteadores, bem como a informação ao consulente a respeito da não utilização de marcas diintegrativas, quer dizer, a tradicional diferenciação de uma unidade lexical enquanto empréstimo ou estrangeirismo passa a não figurar nessa obra (Maranhão, 2011).

No início do século XXI, é lançada a primeira edição do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001), não ocorrendo o registro de dialetismos portugueses, nem vocábulos dos crioulos orientais e africanos, entre outras decisões lexicográficas. Em outra obra contemporânea, Fornari e Bugueño Miranda (2006) afirmam que o *Dicionário de Usos do Português do Brasil* (DUPB), de Borba *et al.* (2004), apresenta-se como uma enorme inovação lexicográfica brasileira, pois não havia disponíveis dicionários que se interessassem, efetivamente, pela norma real (uso real da/na língua escrita no Brasil). Ao final da primeira década desse século, a Academia Brasileira de Letras (ABL) produz seu *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*, que adaptado à nova ortografia, apresenta-se como um relevante produto lexicográfico de destaque no panorama brasileiro uma vez que suas 1312 páginas salientam áreas de conhecimento, divisão silábica, exemplos de uso, locuções, remissões à flexão nominal e à conjugação verbal, regionalismos e tabelas de conjugação verbal – noticiado em 2008, via podcast no site da Academia (ABL, 2024, *on-line*).

Para finalizar esse breve panorama, há o *Minidicionário Livre da Língua Portuguesa* (Santiago-Almeida, 2011) que traz divisão silábica, indicação de grafia e pronúncia dos plurais irregulares, além da maio-

²⁷ Definidos nesse dicionário como “Verbetes secundário, em que são elucidadas as divisões, espécies, modalidades, qualidades etc., que o verbo principal pode oferecer” (p. 1986).

ria dos nomes de línguas e grupos indígenas do Brasil, geralmente não dicionarizados. Essa é a primeira obra de referência impressa sob a licença *Creative Commons* (CC-BY-NC), autorizando ao consulente que reproduza, distribua e modifique seu conteúdo, contanto que não o comercialize e evidencie sempre sua autoria (Hedra, 2021, *on-line*).

De qualquer forma, mesmo não havendo padronização, conforme explanado, as marcas de uso são um recurso indispensável aos produtos lexicográficos, sobretudo porque auxiliam a codificação durante o processo escolar de ensino-aprendizagem (Fiorin, 1993). Tipograficamente, elas são realçadas, em geral, e abreviadas na microestrutura (nem sempre explicitadas na megaestrutura das obras). À vista disso, Garriga Escribano (2003) adverte que não necessariamente a listagem ali contida se limite às etiquetas lexicográficas, dado que, por exemplo, pode haver siglas ou outros elementos gramaticais específicos (classificação de verbos, identificação de gêneros etc.).

Salvo os aspectos tipográficos, é primordial que a inserção das marcas de uso seja realizada de maneira coerente por todo o dicionário por meio da sistematização de um padrão teórico, o que fez com que Hausmann (1977) considerasse estabelecer uma categorização com o intuito de agrupar as marcas de uso nas obras lexicográficas, quais sejam:

[...] diacrônicas (por exemplo, antiquado, envelhecido, neologismo); diatópicas (aplicadas a acepções restritas a certas regiões ou países); diaintegrativas (usadas para assinalar estrangeirismos); diamediais (diferenciam entre as linguagens oral e escrita); diastráticas (por exemplo, chulo, familiar, coloquial, elevado); diafásicas (diferenciam entre as linguagens formal e informal); diatextuais (assinalam que o lexema – ou acepção – é restrito a determinado gênero textual; por exemplo, poético,

literário, jornalístico); diatécnicas (informam que a acepção pertence a uma linguagem técnica, a um tecnoleto); diafreqüentes (em geral: raro, muito raro); diaevaluativas (mostram que o falante, ao usar o lexema, revela certa atitude; por exemplo, pejorativo, eufemismo); dianormativas (indicam que o uso de certa acepção – ou lexema – é errado pelas normas da língua padrão) (Hausmann, 1977 *apud* Welker, 2004, p. 131).

Em tese, poderíamos considerar como resolvida a questão do emprego das marcas de uso por meio da proposta de Hausmann (1997) para a prática lexicográfica, visto que teríamos um consenso aceito a ser seguido, sendo preciso somente que houvesse uma adequação da acepção a um de seus onze agrupamentos. Entretanto, as categorias especificadas nem sempre atendem a todos os dilemas lexicográficos (Welker, 2003, p. 100). Sob o viés sociolinguístico, Bagno (2007) afirma que a variação linguística vem acompanhada dos adjetivos que Welker, por sua vez, propõe como atributos às marcas de uso com o intuito de ressaltar fatores extralinguísticos que colaboram para que sejam identificados os fenômenos de variação, dentre os quais faixa etária, *status* socioeconômico, grau de escolarização, sexo, mercado de trabalho, origem geográfica e redes sociais (Bagno, 2007). Em meio a esses vários fatores, aquele que mais impacta a variação é o grau de escolarização que, no Brasil, está intrinsecamente atrelado ao *status* socioeconômico, aspecto fundamental que deve estar presente nos dicionários, sobretudo nos mais recentes, que possuem suporte tecnológico para ampla inserção de informações na microestrutura dos verbetes.

3. MARCAÇÃO DUPLA

Como se pode constatar, a não sistematicidade das marcas de uso, tanto no sentido quanto em seu emprego, estimulou-nos a elaborar uma proposta de etiquetagem baseada em critérios sociolinguísticos (abrangência nacional, à escolarização, ao *status* socioeconômico e também à faixa etária do consulente, auxiliando-nos na delimitação de sentidos das marcas) e em sua ocorrência na sociedade brasileira (ferramenta *Google Trends*²⁸ para verificar a circulação e a frequência das unidades lexicais candidatas a serem utilizadas como representativas das marcas de uso). Como resultado, propusemos uma marcação dupla – constituída de uma marca 1, que identifica uma restrição de sentido mais geral, e de uma marca 2, que diferencia uma restrição de sentido mais particular). Neste texto, defendemos que as marcas de uso sejam sistematizadas conforme Quadro 1:

Quadro 1. Marcas empregadas: tipos e características

Marca 1 empregada	Tipo de marca	Característica das marcas
<informal>	diafásica	em termos da oralidade que remete ao indivíduo
<popular>	diastrática	em termos de variação no âmbito social
<cultura>	diastrática	em termos de amplitude e representação humana
<pejorativo>	diastrática	em termos de reprovação ou humilhação de alguém
<vulgar>	diastrática	em termos de grosserias identificadas nas acepções

²⁸ Dispositivo gratuito fornecido pelo motor de buscas *Google*, que permite aos usuários realizar comparações sobre o volume de buscas referentes a unidades lexicais.

Marca 1 empregada	Tipo de marca	Característica das marcas
<tabu>	diastrática	para alertar sobre sentidos entendidos como proibidos para a circulação social
<antigo>	diacrônica	em termos de contextualização temporal da realidade linguística no Brasil
<estrangeirismo>	diaintegrativa	em termos da indicação de um vocábulo estrangeiro incorporado ao léxico brasileiro
<arte>	diatécnica	em termos da indicação de área de especialidade de caráter subjetivo
<termo>	diatécnica	em termos da indicação de área de especialidade de caráter objetivo
<brasiliense>, <regionalismo> e <exterior>	diatópicas	em termos da ocorrência nos limites geográficos nacionais ou em território estrangeiro
<figurado>	marca semântica	em termos dos efeitos de sentido produzidos na sociedade

Fonte: Bertonha (2022, p. 241).

Entendemos que, para serem consideradas marcas de uso, as palavras precisam ser, também, unidades lexicográficas constantes nos dicionários visto que, ao comporem sua nomenclatura, podem ser consideradas como aceitas por seus lexicógrafos, e, consequentemente, estão habilitadas como recurso metalexicográfico para indicação de restrições de uso. Julgamos bastante fundado continuarmos inserindo as etiquetas lexicográficas como recurso que esclarece as restrições de uso dos significados dicionarizados, assim, “a partir desse rol de 11 etiquetas, que alertam para um uso geral de determinado sentido,

elas deveriam ser propostas em duplas, na direção de um sentido mais amplo para um mais particular” (Bertonha, 2022, p. 241). Em vista disso, sugerimos uma associação em conjunto das marcas da coluna à esquerda àquelas da coluna à direita, conforme Quadro 2:

Quadro 2. Marcação dupla

Sentido mais geral	Sentido mais particular
antigo; arte; brasileiro; cultura; estrangeirismo; informal; pejorativo; popular; regionalismo; tabu; termo; vulgar	aumentativo; biologia; ciências; comportamento; corpo; culinária; diminutivo; educação; elogio; enologia; esporte; exterior; fauna; figurado; física; flora; folclore; gramática; infância; internet; jornalismo; jurídico; literatura; matemática; medicina; mitologia; ofensa; política; química; religião; rural; trabalho; urbano; vestuário; xingamento

Fonte: Bertonha (2022, p. 242).

Essas marcas não apenas sinalizam uma restrição de uso, mas também direcionam o alerta de maneira mais específica possível; assim, o consulente dispõe de mais recursos para entender e melhor se expressar durante o processo comunicativo. Para elucidar nossa proposta, elaboramos um modelo de verbete com o intuito de aplicar nossa marcação:

Modelo de verbete

<div> <div> <div>entrada</div> <div>categoria gramatical.</div> <div>ícone para alertar <marca 1 marca 2></div> <div>Definição.</div> <div>Exemplo dessa aceção</div> <div>em contexto.</div> </div> </div>

Como se verifica, nesse modelo de verbete, a categorização gramatical vem imediatamente à palavra-entrada, seguida dos ícones (em vermelho), caso haja algum tipo de restrição que deva alertar o consulente, que simbolizam uma advertência com relação à aceção, con-

juntamente a duas marcas de uso – a primeira retrata uma perspectiva mais ampla e a segunda mais específica pelas quais circula o significado marcado (em vermelho, entre os sinais de menor e maior, por extenso, letras minúsculas e fonte *Batang*). Na sequência, temos a definição do lema e, por fim, o último elemento do verbete que corresponde ao exemplo da referida acepção (a explicação sobre as marcas utilizadas é breve, objetiva e deve ser encontrada na introdução do dicionário).

Neste estudo, direcionamos nossos esforços para ressaltar a importância e estimular a utilização das marcas de uso em dicionários, com ênfase para o melhor entendimento das acepções em contexto.

Propomos uma dupla marcação a fim de conduzir o consulente a entender de uma perspectiva mais ampla para uma mais restrita; por meio dessa gradação de sentidos, poderíamos direcionar sua linha de raciocínio para a compreensão do significado. Com relação a alguns verbetes analisados a partir de nosso *corpus*²⁹, vejamos como a marcação dupla poderia ser empregada e em que medida contribuiria para a descrição junto aos consulentes.

Anteriormente, mencionamos que a marcação dupla já foi utilizada por algumas equipes de lexicográficos como recurso para indicar a restrição de usos de unidades lexicais. No entanto, pareceu-nos que, partindo dos dicionários de língua geral, essas equipes reproduziram esse tipo de etiquetagem nas obras escolares sem que houvesse uma maior preocupação em sua feitura e aplicação das marcas.

²⁹ Composto por 14 dicionários: I) oito escolares do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), os quais interessou-nos examinar as marcas de uso em acepções dos dicionários do Tipo 2, 3 e 4, quais sejam: (i) Tipo 2 – Fala Brasil! (Braga; Magalhães, 2011), Aurélio (Ferreira, 2008), Palavrinha Viva (Borba, 2011) e Biderman (2009); (ii) Tipo 3 – Saraiva Jovem (2010) e Aurélio Júnior (Ferreira, 2011); (ii) Tipo 4 – Novíssimo Aulete Lexicon (Geiger, 2011) e Dicionário Houaiss Conciso (Villar, 2011); II) seis dicionários de língua geral, a saber: Michaelis (1998), Dicionário Unesp (Borba *et al.*, 2004), Aurélio (Ferreira, 2010), Houaiss (2009), Caldas Aulete (2021) e Houaiss (2021).

Embora tenhamos buscado por informações a respeito da logística que envolve o trabalho dessas equipes para formularem seus dicionários, não obtivemos êxito porque não há descrição efetiva sobre o processo, o que poderia explicar, por exemplo, a decisão por essa forma de etiquetagem.

É preciso que haja uma preocupação com o público-alvo do dicionário, portanto, cumprindo ao lexicógrafo advertir o consulente acerca dos sentidos das unidades. Acreditamos que a marcação dupla devesse ser empregada de forma constante, acompanhada de informações adicionais esclarecedoras quanto ao seu uso, quer dizer, a utilização de uma marcação dupla seguida de um pós-comentário da aceção marcada que poderia contemplar o alerta necessário ao usuário.

A seguir, trazemos verbetes coletados do *Dicionário Ilustrado de Português* (Biderman, 2009), por pertencer ao grupo Tipo 2 (sob essa categorização em Tipos, são os primeiros a apresentar rubricas³⁰) e ser aquele que menos etiqueta suas aceções com o intuito de propormos uma nova perspectiva para a etiquetagem. Para melhor esclarecer nossa proposta de inserção da marcação dupla, iniciemos observando o verbete “abacaxi”:

abacaxi *s. masc.* **1.** Fruta grande de casca grossa e áspera, que dá em planta de folhas alongadas e cheias de espinhos. *No Brasil há uma grande produção de abacaxi, especialmente nos estados mais quentes.* **2.** Problema; coisa difícil de fazer, de resolver. *O diretor viu-se com um grande abacaxi nas mãos* (p. 13).

³⁰ O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) se destina a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, mas não é um material de orientação; uma de suas ramificações se intitula “PNLD: Dicionários”, subdividida em quatro grupos de dicionários voltados ao Ensino Fundamental e Médio (Tipo 1, Tipo 2, Tipo 3 e Tipo 4).

Nossa proposta de inserção da marcação dupla para o verbete “abacaxi”:

abacaxi *s. masc.* **1.** Fruta grande de casca grossa e áspera, que dá em planta de folhas alongadas e cheias de espinhos. *No Brasil há uma grande produção de abacaxi, especialmente nos estados mais quentes.* **2.** 🗨️ <informal/flora> Problema; coisa difícil de fazer, de resolver. *O diretor viu-se com um grande abacaxi nas mãos.*

A respeito da entrada “abacaxi” – por nós reformulada –, como se trata de um significado particular à realidade brasileira, sugerimos que houvesse a marcação dupla <informal/flora>, dado que “informal” representa a ausência de formalidade entre a população e “flora” indica que o abacaxi é uma planta terrestre, nativa do Brasil. Sugerimos essa marcação dupla para a segunda acepção de “abacaxi”, pois, assim, o consulente seria alertado de que se trata de um sentido popularizado na comunicação falada em nosso país, embora não possamos afirmar que corresponda a um sentido compreendido por outros falantes lusófonos. Além disso, sugerimos uma informação adicional, entre colchetes, para explicar a marcação de maneira breve, objetiva e imediata ao consulente.

Vejamos o verbete “apodrecer”:

apodrecer *v.* Ficar podre; estragar-se. *As laranjas apodreciam no chão.* (p. 28)

Propomos a seguinte inserção da marcação dupla para o verbete de “apodrecer”:

apodrecer *v.* **1.** Ficar podre; estragar-se. *As laranjas apodreciam no chão.* **2.** 🗨️ <informal/figurado> Esperar por um longo período de tempo. *Apodreceu no exílio.*

Para destacar que a língua é viva e seu léxico está em expansão, sugerimos a inclusão de um segundo sentido para o verbo “apodrecer” – com marcação dupla –, evidenciando seu uso no cotidiano, especialmente entre jovens. Embora ausente em dicionários escolares, já aparece em obras gerais de nosso *corpus*. Assim como “abacaxi”, essa acepção é nacionalmente utilizada, especialmente em áreas urbanas, refletindo a burocracia e a perda de tempo em situações diárias. O sentido figurado, associado ao desperdício de tempo e a resultados indesejados, justifica a marcação. Esse uso é menos comum na zona rural, onde as condições de vida diferem significativamente.

Aventamos uma dupla marcação a fim de levar o consulente a entender as unidades a partir de uma perspectiva mais ampla para uma mais restrita. Desse modo, por meio dessa gradação de sentidos, poderíamos direcionar uma linha de raciocínio para a compreensão global do sentido. A marcação dupla, em si, não é algo novo, pois algumas equipes de lexicógrafos já a utilizaram na feitura de verbetes; entretanto, não se efetivou em razão de alguns fatores: (i) pela falta de padronização na descrição das unidades lexicais; (ii) pela “reprodução”, quase que automática, da etiquetagem utilizada em obras do mesmo grupo sem levar em consideração o público-alvo³¹; (iii) pela ausência de informações adicionais que pudessem contribuir para o esclarecimento do emprego da marcação dupla. Logo, propusemos um novo tratamento para esse recurso.

³¹ Embora tenhamos buscado por informações a respeito da logística que envolve o trabalho das equipes de lexicógrafos dos dicionários Houaiss, Aurélio, Caldas Aulete e Michaelis para formularem seus dicionários, não obtivemos êxito, pois não há descrição efetiva sobre o processo, o que poderia explicar, por exemplo, a decisão por essa forma de etiquetagem, quer dizer, cada equipe replica as mesmas etiquetas em seus dicionários desconsiderando os diferentes públicos-alvo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que, ao longo dos séculos, diversos lexicógrafos se dedicaram a criar seus produtos lexicográficos com o objetivo de fornecer a descrição mais precisa do léxico de suas línguas, sendo que muitos aplicaram marcas de uso. Percebemos que as marcas são um recurso bastante eficiente, porém, representam um desafio para determinar os limites lexicográficos.

Por um lado, constatamos que, sendo empregadas, as marcas de uso apresentam uma enorme contribuição para um entendimento mais amplo das palavras e de suas acepções, por isso um conjunto coeso delas pode proporcionar maior precisão acerca do contexto de seu uso. Por outro lado, a ausência de etiquetagem pode gerar dúvidas ou certezas equivocadas entre os consulentes uma vez que podem entender que, ao não serem marcadas, as acepções possuem um registro neutro no processo comunicativo.

À vista disso, tanto a ausência quanto a não padronização das marcas de uso nas acepções das unidades lexicográficas desestabilizam a função descritiva dos dicionários. Portanto, nossa proposta de marcação dupla (Bertonha, 2022) visa contribuir com os estudos dessa questão, auxiliando o lexicógrafo a realizar um tratamento mais cuidadosamente detalhado sobre as restrições de uso de um item lexical. A partir de nossa sugestão de sistematização, pretendemos oferecer melhores condições de emprego da unidade lexical para o consulente, permitindo também ao lexicógrafo ponderar mais detalhadamente sobre a restrição observada na sociedade e evitar incoerências flagrantes nos produtos lexicográficos.

Portanto, nossa proposta pode dialogar com várias áreas das Ciências do Léxico, contribuindo sobremaneira com a Lexicografia,

ultrapassando suas fronteiras, assim, cabendo a pesquisadores realizarem investigações sobre as marcas de uso e como melhor aproveitarem esse recurso a fim de produzirem dicionários que reflitam, o mais fielmente possível, os significados circulantes na sociedade. De fato, as marcas de uso podem auxiliar a comunidade linguística, possibilitando a elaboração de repertórios lexicográficos mais detalhados aos potenciais consulentes, por isso defendemos a inserção de marcação dupla a fim de constituir um produto final funcional em termos de sua coerência e pragmatismo.

REFERÊNCIAS

ABBADE, C. M. S. O filólogo Antenor Nascentes e os estudos lexicais. *In*: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA – SEMOC, 9., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2008. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/items/26c88f76-8ab3-47e4-93aa-8aaf3306f162>.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 2008. Disponível em: <https://www.academia.org.br/noticias/dicionario-escolar-da-lingua-portuguesa>. Acesso em: 19 jun. 2024.

ACADÉMIE FRANÇAISE. **Dictionnaire de l'Académie française – 9^e édition**. Paris: Académie française / Fayard / Imprimerie nationale, 1992-2024. Disponível em: <https://www.academie-francaise.fr/le-dictionnaire/la-9e-edition>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ACCADEMIA DELLA CRUSCA. **L'Accademia oggi**. Firenze: Accademia della Crusca, 12 dez. 2011. Disponível em: <https://accademiadellacrusca.it/contenuti/storia/6981>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ALVES, I. M. Qual foi o primeiro dicionário? **Superinteressante**, São Paulo, p. 34, 10 dez. 2002. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-e-a-pedra-de-roseta/>. Acesso em: 1 mar. 2024.

AZORÍN FERNÁNDEZ, D. Las marcas de uso en los diccionarios monolingües destinados a la enseñanza de ELE. *In*: VERA LUJÁN, A.; MARTÍNEZ MARTÍNEZ, I. (eds.). **El español en contextos específicos: enseñanza e investigación**. XX Congreso Internacional de la Asociación para

la Enseñanza del Español como Lengua Extranjera (ASELE), 23-26 septiembre 2009, Comillas. Comillas: Fundación Comillas/ASELE, 2009. p. 249–268.

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BERTONHA, F. H. C. Marcas de uso em dicionários do tipo 2, comparando-as a HO e AU. **Fórum Linguístico**, v. 17, p. 5004–5017, 2020.

BERTONHA, F. H. C. **Marcas de uso e sua importância em dicionários escolares**: proposta de etiquetagem em marcação dupla. 2022. 333 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), São José do Rio Preto, 2022.

BIDERMAN, M. T. C. A ciência da lexicografia. **Alfa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 1–26, 1984.

BIDERMAN, M. T. C. Dicionários do português: da tradição à contemporaneidade. **Alfa**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 53–69, 2003.

BIDERMAN, M. T. C. **Dicionário ilustrado de português**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2009.

BISCONTI, V. Le Dictionnaire de la langue française d'Émile Littré: limites d'un modèle. Chapitre I. In: BISCONTI, V. **Le sens en partage**: dictionnaires et théories du sens. XIXe–XXe siècles. Lyon: ENS Éditions, 2017. Disponível em: <https://books.openedition.org/enseditions/8679>. Acesso em: 12 out. 2023.

BORBA, F. S. **Organização de dicionários**: uma interpretação à lexicografia. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

BORBA, F. S.; LONGO, B. N. O.; NEVES, M. H. M.; BAZZOLI, M. B.; IGNÁCIO, S. E. **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2004. 1470 p.

CARMO, L. A. F. **O léxico do Brasil em dicionários de língua portuguesa do século XIX**. 2015. 346 f., 2 v. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Centro de Educação e Humanidades, Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/6129/1/Laura%20Aparecida%20Ferreira%20do%20Carmo_Tese%20v%201%20e%202.pdf. Acesso em: 8 jul. 2022.

COSTA, E. Dicionário da Língua Brasileira: contribuições para a memória da lexicografia brasileira. In: FERREIRA, A. A. G. D'O.; FARGETTI, C. M.; MURAKAWA, C. A. A. (Orgs.). **Variedades do léxico**. Araraquara: Letraria, 2015. p. 33–40. Disponível em: <https://www.letraria.net/wp-content/uploads/2016/01/VARIEDADES-DO-L%C3%89XICO-LETRARIA.pdf#page=33>. Acesso em: 8 jul. 2024.

DIAS, S. N.; CANO, W. M. Marcas de uso no dicionário: análise contrastiva entre os arcaísmos no Aurélio e no Houaiss. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 12., 2008, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008. Disponível em: <https://ssl4799.websiteseuro.com>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ACADÉMIE FRANÇAISE. **Dictionnaire de l'Académie française**. 9. éd. Paris: Imprimerie nationale / Fayard, 1992-2024. Disponível em: <https://www.academie-francaise.fr/le-dictionnaire/la-9e-edition>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FAJARDO, A. Las marcas lexicográficas: concepto y aplicación práctica en la lexicografía española. **Revista de Lexicografía**, v. 3, p. 31–57, 1997.

FIORIN, J. L. Norma e dicionário. In: ZAMBONIM, D. J. (Org.). **Estudos sobre lexicografia**. Ano VII, n. 1. Araraquara: Editora da UNESP, 1993. p. 93–104.

FORNARI, M. K.; BUGUEÑO MIRANDA, F. Análise do Dicionário de usos do português do Brasil. **Revista de Iniciação Científica da ULBRA**, Canoas, p. 247–259, 2006.

GANEAU, E. **Dictionnaire de Trévoux**. Rééditions citadas. Paris: Veuve Delaulne, 1704. Disponível em: https://fr.wikisource.org/wiki/Dictionnaire_de_Tr%C3%A9voux/1re_%C3%A9dition,_1704/Introduction. Acesso em: 15 jun. 2022.

GARCIA, D. A. Dois dicionários no Brasil do século XIX: uma língua brasileira ou uma mesma língua portuguesa? **Fragmentum**, Santa Maria, v. 26, p. 13–28, jul./set. 2010.

GARRIGA ESCRIBANO, C. Las marcas de uso: despectivo en el DRAE. **Revista de Lexicografía**, v. 1, p. 113–147, 1995.

GARRIGA ESCRIBANO, C. La microestructura del diccionario: las informaciones lexicográficas. In: GUERRA, A. M. M. (Coord.). **Lexicografia española**. Barcelona: Editorial Ariel, 2003. p. 103–126.

GLATIGNY, M. **Les marques d'usage dans les dictionnaires français monolingues du XIXe siècle**: jugements portés sur un échantillon de mots et d'emplois par les principaux lexicographes. Tübingen: Niemeyer, 1998.

HEDRA. **Sobre**. Editora Hedra, 2021. Disponível em: <https://www.hedra.com.br/shop>. Acesso em: 19 jun. 2022.

LARA, L. F. **Teoría del diccionario monolingüe**. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios, 1996.

LAROUSSE, P. **Grand dictionnaire universel du XIXe siècle**. Paris: Administration du Grand Dictionnaire universel / Larousse, 1866-1890. Disponível em: https://www.larousse.fr/encycopedie/oeuvre/Grand_Dictionnaire_universel_du_XIX_e_s/116449. Acesso em: 15 jun. 2022.

LE GUERN, M. Le “Dictionnaire” de Trévoux (1704). **Cahiers de l'Association Internationale des Études Françaises**, n. 35, p. 51–68, 1983. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/caief_0571-5865_1983_num_35_1_2402. Acesso em: 15 jun. 2023.

MARANHÃO, S. M. **O registro de arabismos nos dicionários Novo Aurélio Século XXI, Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa e DICMAXI Michaëlis**: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. 2011. 375 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, 2011.

MAZIÈRE, F. Les marques de fabrique: marquage et marques de domaine dans les dictionnaires classiques, du Furetière aux Trévoux. In: GLATIGNY, M. (Coord.). **Les marques d'usage dans les dictionnaires (XVIIe–XVIIIe siècles)**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1990. (Lexique, 9). p. 89–112.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998. (Dicionários Michaelis).

MORAIS E SILVA, Antônio de. **Dicionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro**. 1. ed. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789. 2 v. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/dicionario-da-lingua-portugueza-recompilado-dos-vocab>

ulários-impressos-ate-agora-e-nesta-segunda-edição-novamente-emendado-e-muito-acrescentado-por-antonio-de-moraes-silva/. Acesso em: 15 jun. 2023.

MORAIS E SILVA, A. de. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1813.

MURAKAWA, C. A. A. Tradição lexicográfica em língua portuguesa: Bluteau, Moraes e Vieira. In: OLIVEIRA, A. M. P.; ISQUERDO, A. N. (Orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2001. v. 1. p. 153–159.

NASCENTES, A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Tomo I. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/55663019/dicionario-etimologico-da-lingua-portuguesa-de-antenor-nascentes/47>. Acesso em: 30 jun. 2023.

NOVOA, A. B. La marcación en la lexicografía actual. **Revista Káñina**, v. 29, n. 3 (Especial), p. 29–52, 2005.

NUNES, J. H. Levantamento bibliográfico de dicionários brasileiros de língua portuguesa: uma interpretação discursiva. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), Campinas, v. 33, p. 805–810, 2004.

NUNES, J. H. A invenção do dicionário brasileiro: transferência tecnológica, discurso literário e sociedade. **Revista Argentina de Historiografía Lingüística**, v. 5, n. 2, p. 159–172, 2013.

OXFORD ENGLISH DICTIONARY (OED). **Oxford learner's dictionaries**. Disponível em: <http://www.oed.com/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

PORTO DAPENA, J. Á. **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid: Gredos, 2002.

PUENTE GUTIÉRREZ, R. Las marcas en lexicografía: la marca de materia “Agricultura” en el Diccionario de la lengua de la Real Academia. **Boletín de la Real Academia Española**, v. 80, n. 280, p. 309–332, 2000.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (RAE). **Sítio web de la Real Academia Española de la Lengua**. Disponível em: <https://dle.rae.es/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. **Minidicionário livre da língua portuguesa**. São Paulo: Hedra Educação, 2011.

SILVA PINTO, L. M. **Diccionario da lingua brasileira**. Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, 1832. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>. Acesso em: 18 jun. 2023.

STREHLER, R. G. Marcas de uso nos dicionários. In: OLIVEIRA, A. M. P.; ISQUERDO, A. N. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 1998. v. 1. p. 171–180.

TAVARES, E. Q. **A construção discursiva da identidade nordestina em dicionários de língua portuguesa: uma análise arqueológica**. 2021. 133 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/21622/1/EmiliaQuerinoTavares_Dissert.pdf. Acesso em: 8 jul. 2023.

WELKER, H. A. **Uma pequena introdução à lexicografia**. Brasília: Thesaurus, 2003.

WELKER, H. A. Marcas de uso. In: WELKER, H. A. **Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia**. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 130–149.

ZAVAGLIA, C. **História da lexicografia**. 25 jan. 2021. Apresentação em PowerPoint.

LÉXICO INFORMAL EM DICIONÁRIOS BILÍNGUES PORTUGUÊS-FRANCÊS: ANÁLISE DE EQUIVALENTES DE ADJETIVOS

Maria Cristina Parreira

INTRODUÇÃO

Para Biderman (1984), os dicionários bilíngues (doravante, DB) são obras que tratam da correspondência das palavras entre duas línguas, procurando informar a tradução de uma unidade de uma língua na outra língua considerada. Nesse movimento, nem sempre a tradução indicada recobre todos os aspectos pragmáticos do léxico. Por essa razão, é importante que pesquisadores contribuam, em uma perspectiva metalexicográfica, não só analisando como o léxico é tratado nos dicionários, mas também descrevendo sua adequação didático-pedagógica, realçando a importância da aplicação dos resultados obtidos tanto para a ciência quanto para o ensino. Embora nem sempre seja verificado na prática da elaboração dos dicionários e no âmbito da sala de aula, estudos sobre o dicionário e sobre seu uso são de grande necessidade para o público estudante, que não consegue equilibrar sua capacidade de uso de vocabulário nas interações de seu cotidiano em língua materna com a capacidade de uso de vocabulário em língua estrangeira. Neste trabalho, por meio

da análise de adjetivos informais na direção português do Brasil-francês, procuramos colaborar no sentido de apresentar um estudo que aproxime os conhecimentos dos pesquisadores, dos professores e dos usuários dos dicionários em contexto escolar.

Nessa conjuntura, este estudo dedica-se à análise de unidades sensíveis à questão cultural, a que denominamos unidade lexical informal (ULI), compreendida na dimensão diafásica, ou seja, aquela em que se encontram os níveis de escolha do falante, que se volta para a distinção do discurso formal e do informal. Assim, a informalidade é um aspecto da linguagem que ocorre no nível diafásico (Ettinger, 1982; Casas Gómez, 1993) e que decorre de uma opção do falante que busca criar expressividade, ou, conforme afirma Mota (2002), trata-se de uma opção consciente do falante, nesse sentido, Duarte (2018, p. 180) defende que o “léxico informal é frequente nas conversas espontâneas prototípicas”, mesmo que nem sempre ‘espontaneidade’ seja equivalente a ‘informalidade’.

A hipótese a ser comprovada é a de que o léxico informal, mesmo com sua relevância cultural na interação linguística e nos contatos interlinguísticos, para falantes de todas as idades, nem sempre tem um tratamento regular nos DB e afins. O objeto de análise neste estudo são os adjetivos informais. Segundo Neves (2011, p. 173), a categoria dos adjetivos é usada “para atribuir uma propriedade singular a uma categoria (que já é um conjunto de propriedades) denominada por um substantivo. Essa atribuição funciona de dois modos: a) qualificando; b) subcategorizando”. Seleccionamos adjetivos qualificativos e simples para a análise, especificamente aqueles que são entendidos como lexias informais, o que significa que, mesmo se houver polissemia ou homonímia, consideramos apenas a(s) lexia(s) com aceção informal. Como pode haver ambiguidade no momento da classificação, a problemática da distinção entre adjetivos e substantivos é solucionada

pela função sintática exercida pelo adjetivo, que é a de modificar o substantivo, de estar sempre acompanhado de um substantivo, desfazendo assim as dúvidas nos casos de formas que são coincidentes nas duas classes. Obviamente essa classificação já faz parte da microestrutura dos dicionários.

O escopo do trabalho é produzir pesquisa teórico-metodológica, metalexicográfica, que contribua para os estudos da/na Lexicografia (Bílingue) Pedagógica. Assim, a partir de uma seleção de 137 unidades lexicais informais da classe dos adjetivos (ULI-A) do português do Brasil (PB), como por exemplo: “*aperreado, bacana, balofo, capenga, coroca, fajuto, muquirana, perebento, zureta*”, compilada de uma listagem de vocábulos informais de projeto antecedente (Parreira, Schinelo, 2017), propomo-nos a verificar e a comparar o registro dessas ULI-A em quatro dicionários bilíngues de língua francesa, sendo um deles mais especificamente classificado como semi-bílingue, a fim de revelar se são registrados equivalentes no mesmo nível linguístico na língua de chegada (francês) e se são acrescentadas marcas de uso. Isto posto, para a análise das 137 ULI-A do PB, listamos as seguintes perguntas de pesquisa:

- a) Os adjetivos informais levantados estão registrados nas quatro obras bilíngues português-francês selecionadas?
- b) Quando apresenta um equivalente tradutório (ou vários), este(s) é/são adequados ao uso no mesmo nível de língua, ou seja, uma ULI-A/PB <--> ULI-A/F?
- c) São incluídas marcas de uso para indicar informalidade nos referidos verbetes? Se sim, quais: “informal”, “coloquial” ou “familiar”?

Esta pesquisa se justifica porque, embora os aprendizes de língua estrangeira tenham muito mais oportunidades de interação internacional na atualidade, observamos, enquanto docentes de língua francesa, que o léxico informal quase não consta nos dicionários, nos métodos, nem nos programas de ensino e temos a convicção de que esta questão deve ser tratada no âmbito da (Meta)Lexicografia Pedagógica. Além do mais, destacamos a importância de o pesquisador estudar as variedades distintas de língua, para inserção dos resultados no ensino, em benefício do autor de manuais, do pedagogo ou professor e também dos estudantes.

Nossos resultados apontam que a maioria das unidades não foi contemplada nas obras e que, quando uma ULI-A está incluída, raramente o nível de língua foi descrito adequadamente por meio do registro de equivalente devidamente marcado, em vez disso, é feito registro de uma unidade lexical padrão em lugar de uma informal.

1. LEXICOGRAFIA PEDAGÓGICA E ENSINO DE VARIEDADE INFORMAL DO LÉXICO

Considerando léxico como o “universo conceptual” de uma língua e que pode ser entendido como a “somatória de toda experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura”, constituindo-se como um “patrimônio da comunidade linguística” (Biderman, 2001, p. 179), é natural que acompanhe as mudanças socioculturais. A partir dessa concepção, ensinar uma língua estrangeira¹ (LE) pressupõe o uso de vários recursos e estratégias de ensino-aprendizagem,

¹ Não consideramos, neste texto, o termo “língua adicional”, entendendo que temos como ponto de chegada a língua francesa que, para o estudante, além de ser diferente da língua materna que é o PB, não faz parte de seu cotidiano, não tendo contato com falantes de francês, configurando-se assim como língua estrangeira.

sendo o dicionário uma importante ferramenta. Segundo Rodrigues-Pereira, Zacarias e Nadin (2019, p. 7, grifo nosso), especialistas em Lexicografia Pedagógica:

Em contextos de ensino e de aprendizagem, em especial, a ampliação do vocabulário dos alunos torna-se algo essencialmente necessário à medida que se objetiva possibilitar o desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos para que possam se expressar de forma oral e/ou escrita **nos mais diferentes contextos existentes**.

Com esse entendimento, para aumentar a autonomia dos estudantes, é indispensável que se ensine a usar o dicionário, com atividades em sala de aula e com estímulo ao uso em tarefas domiciliares. Por outro lado, é crucial que as obras forneçam as informações de forma adequada e que incluam variedades de língua diversificadas. Krieger (2012), num artigo fundamentado na Lexicografia Pedagógica publicado alguns anos antes, assevera que:

Todo professor de língua materna que busca realizar sua tarefa de forma competente utiliza dicionários em suas aulas. A adoção de um dicionário como um dos instrumentos didáticos básicos do ensino de línguas justifica-se porque esse tipo de obra oferece, de forma sistematizada, informações sobre o léxico, seus usos e sentidos, bem como pode trazer informações de natureza histórica e gramatical dos itens lexicais entre outros elementos (Krieger, 2012, p. 169).

Todas essas informações que a autora cita deveriam estar presentes num dicionário geral, desde que tenha sido projetado e realizado segundo preceitos teóricos bem estabelecidos. A fim de permitir que o usuário possa explorar esses ‘diferentes contextos’ da citação dos

três autores acima, acrescentamos que o DB deve trazer informações sobre o uso, por meio do registro das marcas de uso, que assinalam em qual diassistema o item lexical se insere. Reforçamos, de acordo com Rodrigues-Pereira (2020), que em *Lexicografia Pedagógica*:

[...] estuda-se e descreve-se o léxico numa perspectiva pedagógica com vistas a registrá-lo em repertórios lexicográficos destinados a aprendizes de línguas para que os estudantes tenham materiais didáticos organizados de maneira mais coerente com as necessidades em questão, assim como sirvam de apoio nas atividades de aprendizagem de línguas (Rodrigues-Pereira, 2020, p. 270).

Complementamos essa definição com o conceito de *Metalexicografia Pedagógica*, uma vez que, de acordo com Welker (2006, p. 69): A “*Lexicografia teórica*”, ou “*Metalexicografia*”, abrange “o estudo de problemas ligados à elaboração de dicionários, a crítica de dicionários, a pesquisa da história da lexicografia, a pesquisa do uso de dicionários [...] e o estudo tipológico [...]”, neste caso, com vistas ao ensino.

Krieger (2012, p. 170), ao refletir sobre a relevância do dicionário, ressalta que “a ideia de representação dos parâmetros de usos e sentidos dos itens lexicais de um idioma confere ao dicionário de língua a força de instrumento social normativo”. Por essa razão, é importante que se observe que, para que uma ULI seja registrada, é necessário que tenha uma marca de uso, e, segundo a proposta de etiquetagem em marcação dupla de Bertonha (2022), seria necessário inserir mais de uma marca para deixar o usuário um pouco mais seguro do uso adequado da UL.

Em trabalho publicado há mais de vinte anos, o estudioso Garriga Escribano (2003) já afirmava que se empregam as marcas

com o intuito de assinalar os itens lexicais cujas restrições de uso são fundamentais ao conhecimento de seus consulentes, ainda que sua distribuição nos dicionários, de maneira geral, seja assistemática e de baixa objetividade.

Consideramos, nesta pesquisa, o registro das marcas que tratam do grau de formalidade (marcas diafásicas, em que ‘formal’ é não marcado e os registros marcados podem ser anotados como “informal” (*inf.*), “familiar” (*fam.*), até mesmo como “coloquial” (*coloq.*), mas ocorre de, muitas vezes, se confundirem com outras marcas, como as de estrato social (diastráticas – “popular” (*pop.*), “vulgar” (*vulg.*), “gíria” (*gír.*) etc.) ou as marcas semânticas (“sentido figurado” (*fig.*)), por exemplo. Geralmente isso se verifica em decorrência de problemas de delimitação teórica e por falta de uma prática uniformizada entre os lexicógrafos – ou por não chegarem a um consenso ou por buscarem uma diferenciação em suas formas de tratamento do verbete, criando uma forma especial de anotação.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo fundamenta-se em pesquisa bibliográfica, por meio da leitura de textos teóricos de artigos, capítulos de livros, gramática, teses e a exploração documental de dicionários. Trata-se de um desdobramento de projeto realizado anteriormente, no âmbito do grupo de pesquisa GAMPLE – Grupo Acadêmico Multidisciplinar, pesquisa linguística e ensino, com vistas a elaborar o *Dicionário de Vocábulos Triviais do Português do Brasil* (DVT-PB – Parreira, Schinelo, 2017). Dos dados registrados em um documento .XLS desse projeto, contendo listagem de léxico informal de substantivos, verbos e adjetivos, procedemos à seleção de um total de 137 adjetivos. Na sequência,

criamos um novo arquivo .XLS contendo a coluna dos 137 adjetivos e mais quatro colunas para os DB verificados:

Figura 1. Print do cabeçalho da planilha

A	B	C	D	E	F
	ULI adi - PB	DEM-2009	DLO-2005	WMF-2012	PCH-2011

Fonte: elaboração da autora.

Temos, assim, no cabeçalho da planilha (figura 1), os seguintes itens:

- A. Coluna para enumeração dos itens registrados.
- B. ULI adj – PB = Unidade Lexical Informal – adjetivos do português do Brasil.
- C. DEM-2009 = dicionário bilíngue
- D. DLO-2005 = dicionário bilíngue
- E. WMF-2012 = dicionário bilíngue
- F. PCH-2011 = dicionário semibilíngue

A partir do estabelecimento da configuração da planilha, realizamos pesquisa documental nos dicionários selecionados, três bilíngues e um semibilíngue², obras geralmente utilizadas no ambiente de ensino-aprendizagem de língua francesa. Os quatro dicionários de língua francesa (Figura 2) são os seguintes:

² Optamos por nomear os quatro dicionários como DB, apenas com o intuito de facilitar a citação no corpo do texto, pois estamos considerando que são obras que tratam de duas línguas, mesmo que um deles tenha uma apresentação peculiar ao que é chamado de ‘dicionário semibilíngue’, uma nomeação bastante controversa.

1. *DICIONÁRIO MICHAELIS*, J. C. Avolio; M. L. Faury, 2009 [DEM]
2. *DICIONÁRIO LAROUSSE Oui*, J. Galvez, 2005 [DLO]
3. *DICIONÁRIO ESCOLAR WMF*, Martins Fontes, 2012 [WMF]
4. *DICIONÁRIO PALAVRA-CHAVE*, Martins fontes, 2011. [PCH]

Figura 2. Obras bilíngues/semibilíngue de francês



Fonte: imagem da capa dos dicionários.

Na figura 3, trazemos uma demonstração parcial do resultado do preenchimento da planilha, sendo que selecionamos cores diferentes para cada obra, como se pode observar, sendo azul para o DEM-2009, verde para o DLO-2005, acinzentado para WMF-2012 e alaranjado para PCH-2011:

Figura 3. Print de preenchimento de planilha Excel

	ULI adj - PB	DEM-2009	DLO-2005	WMF 2012	PCH-2011
1	abestado	SR	SR	SR	SR
2	abestalhado	SR	SR	SR	SR
3	abilolado	SR	SR	SR	timbré
4	aloprado	SR	SR	ADJ. retardé, arriéré, taré	SR
5	alvorçado	SR	SR	SR	SR
6	aperreado	SR	SR	J. tourmenté, opprimé, mole	SR
7	aporrinhado	SR	SR	SR	SR
8	apurnado	SR	SR	SR	droit comme un i
9	arrochado	SR	SR	SR	SR
10	atarantado	SR	SR	ADJ. abasourdi, interloqué	SR
11	avoadado	SR	SR	ADJ. distrait, écervelé	SR
12	azoretado	SR	SR	SR	SR
13	azucrinado	SR	SR	SR	SR
14	azucrinante	SR	SR	SR	SR
15	babaca	SR	SR	ADJ. con, conard	SR
16	babão	SR	SR	SR	baveux, gâteaux
17	bacana	SR	SR	ADJ. super, génial, cool, sensa	SR
18	baderneiro	SR	SR	IM. F. fauteur de désordre/tri	SR
19	bagaceiro	SR	SR	SR	SR
20	bagulhado	SR	SR	SR	SR
21	bagulheiro	SR	SR	SR	SR
22	bagulheiro	SR	SR	SR	SR
23	bagunçado	SR	ADJ. bordélique	SR	SR
24	bagunceiro	SR	SR	SR	SR
25	balta	SR	SR	ADJ. énorme	SR
26	baitola, baitolo	SR	SR	SR	SR
27	balofa	FAM. gros, bouffi, boursofflé	ADJ. bouffi, F. gross	bouffi, boursofflé, empâté,	SR
28	bamba	SR	SR	ADJ-SM. brave, fort, bon	SR
29	bambambã	SR	SR	SR	manitou
30	bandoleiro	ndit, brigand, voleur de grand i	SR	SM. F. bandit, brigand, truanc	SR

Fonte: Print de tela de planilha Excel realizada pela autora.

O registro das 137 ULI-A foi realizado por meio da anotação do conteúdo do verbete dos DB relativo ao adjetivo que estava listado na coluna B. Quando o verbete referente não era encontrado na nomenclatura do DB, foi anotado SR na célula de cada DB, que corresponde a ‘sem registro’. Todos os registros encontrados, desde que referentes às acepções de uso informal, tiveram as marcas de uso compiladas, inclusive a da classe de adjetivo (ADJ.), que remete ao caso em que a ULI pode também ser classificada como substantivo.

Este estudo pode ser caracterizado como quali-quantitativo, que segundo Souza (2023, p. 96) seria uma “abordagem mista, uma vez que utiliza, a princípio, um método quantitativo para levantamento de informações e, posteriormente, métodos qualitativos para coleta, análise e tratamento de dados”. Para tanto, a planilha Excel é um recurso proveitoso, pois permite o uso de filtros que auxilia nas análises e possibilita a criação de gráficos, como se pode observar no próximo tópico.

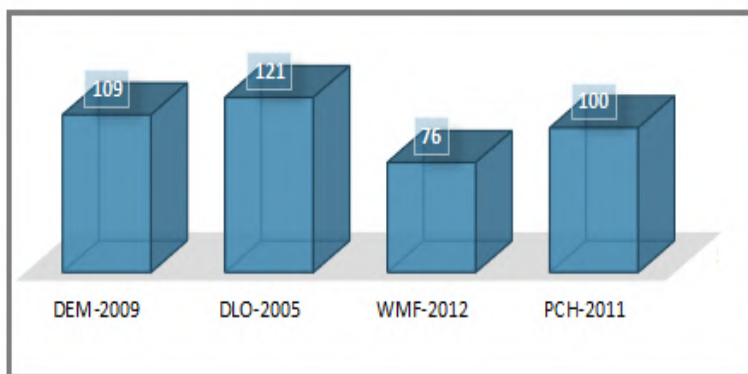
3. ANÁLISE DAS ULI-A NOS DICIONÁRIOS BILÍNGUES SELECIONADOS

Neste tópico, procuramos responder às perguntas de pesquisa indicadas na introdução. A primeira pergunta que verificamos, foi a seguinte: a) Os adjetivos informais levantados estão registrados em quatro obras bilíngues português-francês selecionadas? Para essa pergunta, obtivemos os seguintes dados:

- a) DEM-2009 = 109 SR
- b) DLO-2005 = 121 SR
- c) WMF-2012 = 76 SR
- d) PCH-2011 = 100 SR

Isso demonstra quão significativa foi a quantidade de ULI-A ‘sem registro’ – SR – em cada obra consultada, como podemos conferir no gráfico 1:

Gráfico 1. ULI-A sem registro nos dicionários



Fonte: Elaborado pela autora.

A despeito de se poder afirmar que muitas das ULI-A não deveriam mesmo estar na nomenclatura dos DB devido à limitação de informações nesses dicionários, o que se lê nas informações sobre as obras destoa dessa ideia, como por exemplo:

- O DEM-2009 informa na contracapa que conta com 28 mil verbetes, “mais de 50.000 traduções”;
- O DLO-2005 reforça que tem “Mais de 40 mil verbetes e 55 mil traduções” na contracapa;
- O WMF-2012 anuncia na capa que apresenta “28.000 entradas, 45.000 acepções ordenadas por critério de uso e 60.000 traduções”;
- O PCH-2011 indica que traz “48.000 definições”.

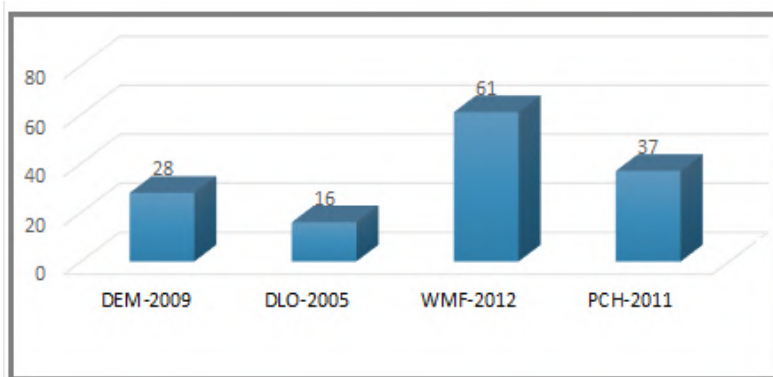
Não são, portanto, obras com nomenclatura reduzida, contudo não consideram, em seu projeto, uma abordagem mais agregadora do léxico informal, o que talvez se justifique por um posicionamento linguístico mais conservador, nas datas em que foram elaboradas.

No que tange a quantidade de ULI-A registradas, com algum tipo de equivalente, obtivemos, para cada obra consultada, o seguinte resultado:

- a) DEM-2009 = 28 registros
- b) DLO-2005 = 16 registros
- c) WMF-2012 = 61 registros
- d) PCH-2011 = 37 registros

O gráfico 2 nos permite visualizar melhor esses resultados:

Gráfico 2. ULI-A registradas nos dicionários



Fonte: Elaborado pela autora.

Podemos notar que o dicionário mais novo é aquele que mais tem registros (61), seguido de outro dicionário da mesma editora (Martins Fontes), o semibilíngue, inclusive, quase contemporâneo (37), em terceiro lugar vem o da editora Michaelis (28), por fim o da editora Larousse (16), o mais antigo. Parece que a data de produção do dicionário é proporcionalmente equivalente à quantidade de registros de ULI, ou seja, quanto mais recente, maior inserção.

Das 137 unidades consultadas, apenas nove foram registradas nas quatro obras – “barbeiro, caipira, canalha, desengonçado, doido, malandro, palerma, pancada, tagarela” – (Figura 4):

Figura 4. Uso do filtro: 9 ULI-A registrada em todas as obras

	ULI adj - PB	DEM-2009	DLO-2005	WMF-2012	PCH-2011
35	barbeiro [sem perícia]	SM. barbier, voir note en péjoratif	M. coiffeur pour hommes	SM, F. chauffard, SM. coiffeur	barbier, chauffard
58	caipira	S+ADI. Bras campagnard, paysan, provincial	ADI plouc, MF péquenaud	SMF paysan 2 PEJ plouc	paysan, pécore
61	canalha	SM. canaille, salaud, voyou, crapule	MF canaille	SF canaille	canaille, faquin, fripouille,
69	desengonçado*	ADI. dégingandé	ADI. dégingandé, disloqué	ADI maladroït	dégingandé
74	doido (por)	SM++ADI. fou	ADI. fou	fou, toqué, cinglé	fou
108	malandro	SM+ADI. fripon, voyou, vaurien	ADI. paresseux, fripon, canaille	SM roublard, roué	briscard, fripon, fumiste,
120	palerma	ADI+S FAM. andouille	MF. abruti	SMF imbécile, idiot	buse, simple d'esprit
122	pancada	SF coup, choc, tapement	coup	coup 2 coup de bâton 3	bourrade, coup, horion
131	tagarela	S+ADI bavard, jaseur	ADI+MF. bavard	SMF bavard	bavard, discoureur,

Fonte: Print de tela de planilha Excel realizada pela autora.

E somente 7 ULI-A – “*balofo*, *bisbilhoteiro*, *capacho*, *fofoqueiro*, *matuto*, *pão-duro*, *pilantra*” – foram registradas em três obras (Figura 5):

Figura 5. Uso do filtro: 7 ULI-A registradas em três obras

	ULI adj - PB	DEM-2009	DLO-2005	WMF-2012	PCH-2011
27	balofo	FAM. gros, bouffi, boursoufflé	ADI. bouffi, F. gross	ADI. bouffi, boursoufflé,	SR
43	bisbilhoteiro	SM +ADI. POP cancanier, intrigant	SR	ADI-SM F 1 cancanier,	concierge, fouineur
62	capacho	SM. paillason FIG homme servile VULG lèche-	SR	SM paillason 2 FIG flatteur,	marche-pied, paillasson,
95	fofoqueiro	SM. cancanier, médisant, pipelet, bavard	SR	rapporteur, cancanier,	cancanier, commère
113	matuto	SM+ADI rustique, sauvage FAM. rusé, finaud	ADI. provincial	SM F péquenaud, plouc,	SR
124	pão-duro	FIG radin	SR	SMF grippe-sou, radin	chichê, râpe
126	pilantra	SR	MF. crapule	malhonnête, canaille 2 SMF	gouape

Fonte: Print de tela de planilha Excel realizada pela autora.

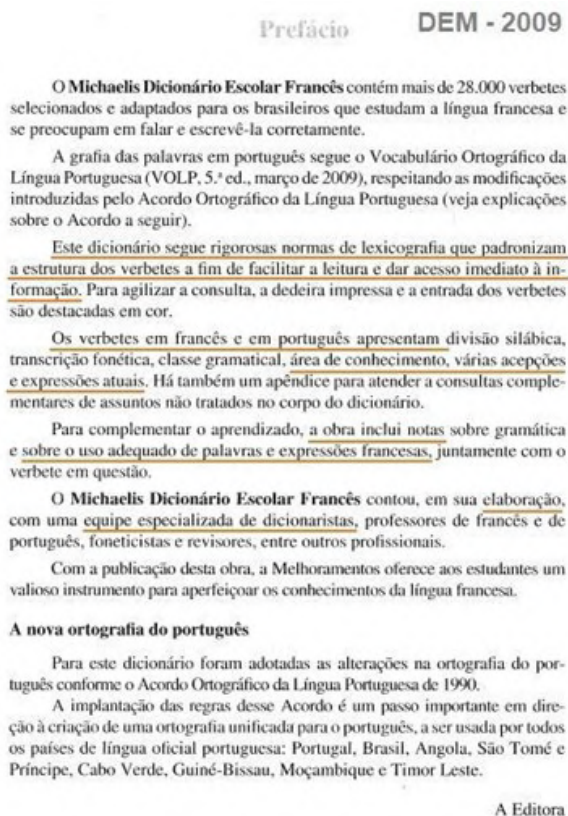
Das 121 restantes, 61 estão inscritas uma ou duas vezes e 60 não foram registradas nenhuma vez em nenhum dos quatro DB. Sobre eSes últimos, julgamos estranha a escolha de não registrar unidades como: “*azucrinante*, *bagunceiro*, *baitola*, *baranga*, *bitelo*, *caloteiro*, *coroca*, *embrulhão*, *encafifado*, *futriqueiro*, *fluxiqueiro*, *marrento*, *pixaim*, *serelepe*, *zureta*” etc. Somando as unidades com apenas um e dois e aquelas com três ou quatro registros, totalizaram 77 registros de ULI-A, das 137 (56%). Sobre as 60 sem registro (44%), frisamos que essas unidades que acabamos de citar, além de fazerem parte do discurso diário dos falantes do PB, podem ser utilizadas, por exemplo, de forma ofensiva

e vexatória nos comentários da internet; necessitariam, assim, de uma marcação a mais para explicitar inclusive a pejoratividade presente em algumas delas.

Convém mencionar aqui que, ao analisar a megaestrutura dos dicionários, em seus prefácios, prólogos, introduções e textos informativos sobre a organização da obra, não encontramos nenhuma menção, seja à inclusão de unidades lexicais representativas da variação lexical, seja de como organizam o registro das marcas de uso. Optamos por ilustrar esse fato com as páginas escaneadas dessas partes, por meio das figuras subsequentes, com sublinhados incluídos para chamar a atenção sobre alguns aspectos, que descrevemos a seguir.

O DEM-2009 (Figuras 6 e 7) foi o DB que apresentou um texto mais extenso, em três páginas, em que traz o prefácio da editora e o modo de organização do dicionário:

Figura 6. Prefácio do DEM-2009



Fonte: Escaneamento das páginas iniciais do dicionário.

Destacamos desse prefácio, da Editora Michaelis, as informações que tangem: i) a questão da padronização lexicográfica, que visa “facilitar a leitura e dar acesso imediato à informação”, ii) a menção à indicação das informações sobre as áreas do conhecimento e “sobre o uso adequado de palavras e expressões francesas”, iii) o fato de ter sido elaborado por uma “equipe especializada de dicionaristas”. Na Figura

7, por sua vez, em que se descreve a organização do dicionário, observamos a indicação de remissiva com a abreviatura V., remetendo a uma forma mais usual; declara-se também que as abreviaturas sobre as áreas do conhecimento são colocadas em *itálico*; justifica-se que as traduções buscam fornecer sinônimos na outra língua, mas quando isso não é possível, usa-se o recurso da definição ou da explicação do vocábulo; informa-se que expressões são registradas ao final dos verbetes em **negrito**, em ordem alfabética.

Figura 7. Organização do dicionário/ DEM-2009

Organização do dicionário DEM - 2009

1. Entrada
a) A entrada do verbete está em azul e com indicação da divisão silábica.
Ex.: a.b.a.c.a.d.a.d.r.e [abeseda] *um abecedário.*
a.b.a.c.a.d.r.e [abasad oɾ] *um evento.*
b) As remissões, introduzidas pela abreviatura V(verbo), indicam uma forma vocabular mais usual.
Ex.: a.b.s.c.u.r.d.e [askas] V *incúria.*
d.e.c.a.m.e.t.a.c.o.n.e [dezas] *um decênio.*
c) Os substantivos e adjetivos, em geral, são apresentados no masculino singular. Quando o feminino é irregular, a terminação é dada após o masculino:
Ex.: a.b.i.m.b.r.e [abimbe] *o avião.*
d) A terminação do plural regular é dada após o verbo, ou após a terminação irregular do feminino:
Ex.: a.d.v.e.r.b.i.a.l. [advɛbɛj.ɔ] *adj* *adverbial.*
e) Os verbos essencialmente pronominais encontram-se na entrada principal da seguinte maneira:
Ex.: i.l.l.a.r (se) [ilɛsɛ] *vpr* *entrosar-se, aconchegar-se.*
a.g.e.n.t.a.r [aʒeɛt.ɔ] *vpr* *agenciar.*

2. Transcrição fonética
A pronúncia figurada aparece representada entre colchetes. Veja explicações detalhadas nas páginas X e XII.
Ex.: a.b.e.l.h.e [abɛ] *nf* *Zeus abelha.*
a.b.a.i.s.s.e [abaʒ] *ar* *vpr* *baixar.*

3. Classe gramatical
a) É indicada por abreviatura em *itálico*, conforme a lista na página XIV.
Ex.: a.b.o.l.i.t.i.o.n [abolisjɔ] *nf* *abolição.*
a.b.a.t.i.d.o [abatidɔ] *adj* *abum.*
b) Quando o verbete tem mais de uma classe gramatical, uma é separada da outra por um ponto.
Ex.: a.b.h.e.r.e.n.t.e [adɛɛ.ɔ] *adj* *aderente.* • *n* *partidário, adepto.*
a.b.i.m.e.n.t.a.r [alimɛt.ɔ] *vr* *vpr* *nourrir.* • *adj* *alimentar.*

4. Área de conhecimento
É indicada por abreviatura em *itálico*, conforme a lista na página XIV.
Ex.: a.b.d.o.m.e.n [abdɛmɛn] *nm* *Anat* *abdome, barriga.*
a.b.a.c.a.d.e [abak.ɔ] *nm* *Bor* *avocado.*

5. Formas irregulares
São apresentadas, em **negrito**, plurais irregulares e plurais de substantivos compostos com hífen, além dos femininos e masculinos irregulares.
Ex.: a.g.r.i.c.o.l.a [aʒɛɛ.ɔ] *nm* *Bor* *safrão. Pl. açafreiros.*
a.b.e.r.g.o.n.i.s.m [mikroɔʒɔn] *nm* *micro-organismo. Pl. micro-organismos.*

IX DEM - 2009

6. Tradução
a) Os diferentes sentidos de uma mesma palavra estão separados por algarismos em **negrito**. Os sinônimos reunidos num algarismo são separados por vírgulas.
Ex.: a.d.m.i.n.i.s.t.r.a.t.o.r [admisɛtɔʁ] *1* *administrar, gerir. 2* *dar uma medicação. 3* *aplicar um castigo.*
a.b.i.m.e.n.t.a.r [alimɛt.ɔ] *sm* *1* *nourriture. 2* *dénée. 3* *nourriture, victuaille, aliment.*
b) A tradução, na medida do possível, fornece os sinônimos na outra língua e, quando estes não existem, define ou explica o termo.
Ex.: d.o.c.t.o.r [dɔktɔʁ] *nm* *1* *doutor, médico. 2* *doutor, pessoa que possui o maior grau universitário numa faculdade.*

7. Exemplificação
Frases elucidativas usadas para esclarecer definições ou acepções, são apresentadas em *itálico*.
Ex.: a.m.o.r.c.e [amɔʁɛ] *nf* *1* *isca. 2* *início, começo, esboço. cette rencontre pourrait être l'amorce d'une négociation véritable* *1* *este encontro poderia ser o início de uma verdadeira negociação.*
a.g.e.n.t.e [aʒɛt] *adj* *agité. o doente passou uma noite agitada* *1* *le malade a passé une nuit agité.*

8. Expressões
Expressões usuais são apresentadas em ordem alfabética e destacadas em **negrito**.
Ex.: a.c.c.o.r.d [akɔʁ] *nm* *1* *acordo, assentimento, concordância, pacto; traité. 2* *Mar* *acorde. d'accord de acordo, sim, o.k. donner son accord* *dar autorização, permissão. mettre d'accord conciliar. tomber d'accord* *concordar, chegar a um acordo.*
a.c.a.s.o [ak.ɔ] *nm* *hasard. par acaso* *par hasard.*

9. Apêndice
No final do dicionário estão incluídos alguns assuntos frequentemente procurados para consultas complementares:
• conjugação dos verbos em francês;
• conjugação dos verbos auxiliares e regulares em português;
• relação dos verbos irregulares, defectivos ou difíceis em português;
• numerals cardinais e ordinais.

Fonte: Escaneamento das páginas iniciais do dicionário.

O DLO-2005 (Figura 8) expõe em uma apresentação da editora de meia página, contendo informações gerais.

Na apresentação do dicionário, os editores alegam que “as palavras são apresentadas em seu contexto” e que o DLO-2005 “ajuda a desenvolver a habilidade de escrever em francês com fluência, graças

ao tratamento claro e detalhado dado ao vocabulário básico e às indicações do sentido das palavras que auxiliam no momento de optar pela tradução mais adequada”.

Esse trecho chama a atenção para o fato de o objetivo ser ‘habilidade de escrever’, nesse sentido, a obra está coerente por não apresentar um vocabulário mais informal, geralmente mais usado nos discursos orais, por outro lado, não se pode ter certeza de que as indicações ajudam o consulente a encontrar a “tradução mais adequada”.

Figura 8. Apresentação do DLO-2005

Apresentação

DLO - 2005

O Dicionário Larousse Francês-Português/Português-Francês Mini é a referência ideal para os estudantes brasileiros nos primeiros anos do aprendizado da língua francesa.

É uma obra prática que apresenta soluções rápidas e precisas para as dúvidas do dia-a-dia. Com mais de 40.000 palavras e expressões e mais de 55.000 traduções – incluindo siglas, abreviações e nomes próprios de uso frequente –, o *Dicionário Larousse Mini* ajuda a compreender e desfrutar de vários tipos de textos, pois as palavras sempre são apresentadas em seu contexto. Este livro ainda ajuda a desenvolver a habilidade de escrever em francês com fluência, graças ao tratamento claro e detalhado dado ao vocabulário básico e às indicações do sentido das palavras, que auxiliam no momento de optar pela tradução mais adequada.

O Dicionário Larousse Mini traz ainda um suplemento prático e fácil de ser consultado que apresenta uma visão geral do cotidiano na França, com informações atualizadas sobre geografia, educação, comunicação e lazer. Além disso, uma tabela com 60 verbos conjugados em diversos tempos ajuda o estudante a falar ou escrever corretamente o francês.

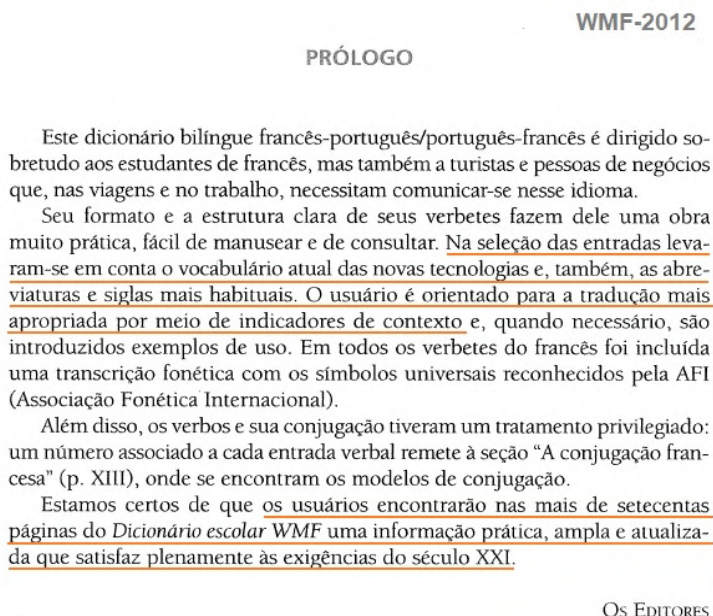
O Dicionário Larousse Francês-Português/Português-Francês Mini é, enfim, um dicionário completo, prático e fácil de ser usado. É uma ferramenta fundamental para quem estuda e usa o francês, idioma indispensável à formação de qualquer cidadão.

A EDITORA

Fonte: Escaneamento das páginas iniciais do dicionário.

O WMF-2012 (Figura 9), por sua vez, o único dicionário que tem o termo “escolar” em seu nome, apresenta em meia página igualmente, um prólogo dos editores.

Figura 9. Prólogo do WMF-2012



Fonte: Escaneamento das páginas iniciais do dicionário.

O WMF é o mais moderno dos quatro DB analisados. Informa que incluiu na seleção de entradas o “vocabulário atual das novas tecnologias”, além de inserir as “abreviaturas e siglas mais habituais”. No que diz respeito à tradução, afirma que o “usuário é orientado para a tradução mais apropriada por meio de indicadores de contexto”. Os editores continuam ponderando que os usuários têm mais de setecentas páginas para consultar a obra e que nela encontrará “informação prática, ampla e atualizada que satisfaz plenamente às exigências do

século XXI”. Essa informação parece se evidenciar pelo fato de o dicionário escolar ter contemplado o maior número de ULI-A registradas na sua nomenclatura.

O PCH-2011 (Figura 10) usa duas páginas para descrever seu guia de consulta, no qual salientamos apenas duas informações: i) a indicação da forma de consulta de “locuções com sentido figurado”, que se faz pelo primeiro substantivo, no caso, exemplifica-se com a expressão idiomática *chercher midi à quatorze heures* (‘procurar pelo em ovo’), cuja tradução estaria em *midi*; ii) a separação dos sentidos diferentes por números e das nuances de sentido por ponto-e-vírgula.

Figura 10. Guia de Consulta do PCH-2011

GUIA DE CONSULTA

PCH - 2011

xxxii

PCH - 2011

Onde encontrar a palavra que você procura?

- As palavras simples estão apresentadas em ordem alfabética.
- Os verbos pronominais são apresentados no verbete do verbo transitivo (*se promener* em *promener*); do mesmo modo, alguns plurais encontram-se no verbete do substantivo no singular (*ciseaux* em *ciseau*). Nos dois casos, são apresentados depois de um losango preto (•).
- As expressões (grupos de palavras estreitamente vinculadas) encontram-se no fim do verbete, depois de um quadrado preto (■), classificadas por ordem alfabética estrita (toda letra é considerada).
- Os substantivos compostos, como *musique classique*, *querelles de clocher*, estão em geral definidos no verbete da palavra que encerra algum problema de compreensão (*classique* e *clocher* nos exemplos citados); quando as duas palavras têm o mesmo *status*, a expressão aparece no verbete da primeira palavra (*galerie de mine* em *galerie*). Algumas palavras compostas são simplesmente dadas como exemplo depois de uma definição (*haricots verts* em *haricot*).
- As locuções verbais, como *avoir peur* ou *faire des manières*, são geralmente definidas no verbete do substantivo.
- As locuções com sentido figurado, como *chercher midi à quatorze heures*, em geral encontram-se classificadas no verbete do primeiro substantivo.

Onde encontrar a definição do sentido procurado?

- Para um verbo, os diferentes sentidos são classificados de acordo com o uso (intransitivo, transitivo direto ou indireto), assinalados por *vi*, *vt*, *vt ind*.
- Inúmeras definições são seguidas de um exemplo de uso contextual da palavra (em itálico). Pode acontecer de haver um exemplo que não seja precedido de uma definição; isso ocorre quando o sentido do verbo na forma pronominal ou intransitiva é o mesmo do verbo na forma transitiva (ver *amonceler*, *prier*).
- Os sentidos claramente distintos estão separados por números. Os sentidos que se distinguem apenas por uma nuance ou que são uma

extensão do sentido precedente no verbete são separados por um ponto e vírgula.

- Em geral, quando uma palavra isolada é apresentada depois de uma definição, separada dela por um ponto e vírgula, trata-se de um sinônimo da palavra definida (ver *abattement*, *acroïtre*).

Onde encontrar respostas para dificuldades de ortografia, de pronúncia etc.?

- O plural dos substantivos compostos e os plurais irregulares são dados entre parênteses depois da palavra. Para os outros plurais, consulte o quadro de formação do plural na p. 894.
- Para os verbos, indicamos apenas o infinitivo; um número permite encontrar suas formas conjugadas no quadro de conjugações das páginas 876 a 891. Os verbos sem número de conjugação que terminam em *-er* seguem o modelo de *aimer*; os que terminam em *-ir* conjugam-se como *finir*.
- As observações nos quadros referem-se às principais dificuldades da língua francesa.
- Apenas as palavras que podem apresentar algum problema específico de pronúncia são transcritas foneticamente.

Onde encontrar a tradução da palavra procurada?

- Após a definição de cada sentido da palavra ou locução, há uma tradução (em alguns raros casos são dadas duas traduções).
- A tradução apresentada busca ser a mais abrangente e próxima para a aceção a que se refere; não é a única possível, é uma pista para que se busque uma tradução mais adequada de acordo com o contexto.

Procedimento nos casos de abreviaturas e siglas sem correspondente em português

- As siglas e abreviaturas marcadas com um sinal de “vazio” (∅) no fim do verbete são reduções que não se praticam em português (por exemplo, *BA* para *bonne action*). Nesses casos, deverá ser adotada a tradução da expressão por extenso (nesses exemplos, *boa ação*).
- As siglas e abreviaturas que não trazem indicação nem tradução são as que, em francês, compõem o nome de algum órgão ou instituição particulares à realidade francesa (por exemplo, *APL*).

Fonte: Escaneamento das páginas iniciais do dicionário.

Respondida a primeira questão, passamos para a segunda questão: b) Quando apresenta um equivalente tradutório (ou vários), este(s) é/são adequados ao uso no mesmo nível de língua no momento da codificação PB-francês, ou seja, uma ULI-A/PB <--> ULI-A/F? Podemos afirmar que a maioria dos registros anotados apresenta um equivalente da variante padrão, como em:

- “cafona” S FIG. *pas élégant, ridicule* (DEM-2009);
- há casos de dicionários que apresentam a unidade informal, mas sem marca de uso, como em:
- “cafona” ADJ-SMF *kitsch, ringard* (WMF-2012) e
- “enxerido” SM F *curieux, fouille-merde* (WMF-2012);
- outras formas sem marcas e com mistura do tipo de variação no diassistema (incluindo um diatópico) seria:
- “enxerido”, no DEM-2009, SM. indiscret, *mêletout* (diatópico – regionalismo da Bélgica).

A terceira pergunta é relativa ao tipo de registro da marca estudada: c) São incluídas marcas de uso para indicar informalidade nos referidos verbetes? Se sim, quais: “informal”, “coloquial” ou “familiar”? Na tabela 1, podemos observar que o DEM-2009 não teve muitos registros das ULI-A (28/137), contudo, registrou 12 marcas de uso nos verbetes, quase a metade dos registros. O WMF-2012, o DB que mais apresentou inclusão das ULI-A (61/137), indicou somente duas marcas e uma delas é de variação diatécnica. As duas outras obras (DLO-2009 e PCH-2011) não registraram marcas de uso.

Tabela 1. Registros comparativos entre as quatro obras

DB // ULI-A = 137	DEM-2009	DLO-2005	WMF-2012	PCH-2011
Total de ULI-A Registradas nos Db	28	16	61	37
Total de registros com marcas de uso	12	0	2	0

Fonte: Elaborada pela autora.

Listamos, a seguir, as marcas de uso encontradas para cada obra. Cabe ressaltar que não foram consideradas as marcas de classe gramatical, conquanto essas marcas sejam amplamente usadas e já façam parte da normativa dos lexicógrafos, além de termos explicitado que a marca de ADJ. ajudou a determinar a acepção que não se tratava de substantivo. Além disso, desconsideramos a marca Figurado (fig.), que designa marcas de variação semântica. As marcas de uso encontradas foram as seguintes:

- DEM-2009 = 12 registros → Fam. (5)/ POP. (3) / Pej. (1) / Gíria (1) / Vulg (2)
- DLO-2005 = 0 registro
- WMF-2012 = 2 registros → PEJ (1) / Mús (1)
- PCH-2011 = 0 registro

Observando as marcas registradas no DEM-2009, é possível perceber o quanto é importante, para o estudante, saber se a palavra é informal, inclusive deixando explícito se é pejorativo ou vulgar. A obra tem a assinatura de duas lexicógrafas brasileiras, o que talvez tenha sido o “pulo do gato”, o diferencial.

Os resultados deixam entrever que a maioria das ULI-A não foi contemplada nos DB e que raramente o nível de língua foi res-

peitado na inclusão do equivalente, com indicação de uma unidade lexical padrão em vez de uma informal como equivalente. Elaboramos o Quadro 1 para ilustrar uma classificação, na primeira coluna, dos dicionários segundo a ordem de maior registro (WMF-2012, PCH-2011, DEM-2009, DLO-2005) e daqueles que indicam a maior quantidade de marcas de uso na segunda coluna (DEM-2009, WMF-2012):

Quadro 1. Classificação quantitativa dos dicionários

Ordem dos DB que mais registraram ULI-A	Ordem dos DB que mais indicaram marcas de uso
1. WMF-2012 (61)	1. DEM-2009 (12 – das quais 5 fam. = inf.)
2. PCH-2011 (37)	2. WMF-2012 (2 – nenhuma diafásica)
3. DEM-2009 (28)	DLO-2005
4. DLO-2005 (16)	PCH-2011

Fonte: elaboração da autora.

Em síntese, por meio dessa amostra, procuramos demonstrar que:

- a) Houve baixo registro das ULI-A – 77/137, ou seja, 56%, sendo dessas apenas 9 (6,5%) em quatro DB e 7 (5,1%) em três DB;
- b) Houve registro escasso e inadequado das marcas de uso – o dicionário que mais registra marcas (um total de 12 marcas) tem poucas ULI-A incluídas em sua nomenclatura (28);
- c) O DB com mais registros das ULI-A não faz uso de nenhuma marca de uso diafásica;
- d) O DB com mais registros de marcas de uso, as apresenta de forma confusa, com o uso das marcas diafásicas e diastráticas;
- e) Dois dicionários, embora registrem 37 e 16 ULI-A, não apresentam nenhuma marca de uso com relação a essas lexias;

f) Este estudo permitiu conhecer melhor os problemas metalexicográficos a serem estudados mais detalhadamente e sanados na elaboração de obras mais modernas, realizadas por equipes de lexicógrafos atentos às questões pragmático-culturais e às questões pedagógicas.

No próximo tópico trazemos nossas conclusões e algumas possibilidades de andamentos futuros.

CONCLUSÕES E ANDAMENTOS FUTUROS

A vida moderna nos impõe novas formas de interação, com mais rapidez, com uso de vários suportes e com maior informalidade. Isso influencia diretamente em como aprendemos, seja por meio da pesquisa ou do estudo, o que nos leva a pensar que, como as necessidades são outras, é preciso que as formas de pensar e de se expressar acompanhem seu tempo. Nesse sentido, as obras para o ensino de línguas, assim como os dicionários utilizados, devem ser constantemente atualizados e devem contemplar as diferentes variedades de linguagem.

Um conjunto léxico informal mais frequente deve integrar as obras bilíngues, com indicações das marcas de uso tanto na língua de partida quanto na língua de chegada, explicitando a adequação do uso para determinados contextos, observando as questões pragmáticas que envolvem a interação interlinguística. Dicionários especiais devem ser elaborados contemplando de forma mais aprofundada essas unidades tão à margem da lexicografia.

Não houve surpresa nos resultados. Já imaginávamos que essas obras não teriam contemplado grande parte das ULI-A perscrutadas, devido ao contexto de escassos estudos realizados na Linguística e na

Linguística Aplicada sobre a importância para o ensino de línguas da variação linguística e das questões pragmático-culturais.

A seleção dessas obras ocorreu em circunstâncias não ideais, dado que há poucas obras bilíngues português do Brasil-francês, assim, não tínhamos muitas opções de comparação com DB mais recentes, ademais ainda não encontramos obras originais no formato digital que estejam em uso nas escolas.

Os resultados, todavia, trazem indicações importantes para a descrição de como as ULI-A foram tratadas nos DB selecionados, com baixo registro e com rara consideração sobre o nível de língua na inclusão do equivalente. É imprescindível que o equivalente tradutório de uma ULI seja similarmente uma ULI na outra língua, devidamente marcado. Mesmo assim, foi possível encontrar qualidades nessas obras, que, dentro do possível, apresentaram um trabalho lexicográfico e não se pode desmerecer o que já se tem feito.

Esperamos que este trabalho possa contribuir para as pesquisas em (Meta)Lexicografia Pedagógica e sobre o uso de dicionários no ensino de língua francesa. Como andamentos futuros, após conferir, com auxílio de um dicionário monolíngue de língua francesa com fins pedagógicos, se as ULI-A registradas apresentaram a opção mais indicada (aqui só apontamos se há ou não a marca), o próximo passo será a busca de equivalentes adequados para aqueles adjetivos que não foram registrados, com as devidas informações sobre as marcas de usos. Além do mais, estamos trabalhando na análise da classe dos substantivos e posteriormente nos dedicaremos mais aos verbos, em um conjunto de lexias somente da classe aberta. Por fim, não é clichê dizer que resta muito a fazer no âmbito da Lexicografia Pedagógica Bilíngue!

REFERÊNCIAS

AVOLIO, J. C.; FAURY, M. L. **Dicionário Michaelis**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009.

BENEDETTI, I. C. (coord. e rev. trad.). **Dicionário Escolar WMF**. São Paulo: Editora WMF, 2012.

BERTONHA, F. H. de C. **Marcas de uso e sua importância em dicionários escolares**: proposta de etiquetagem em marcação dupla. 2022. 334 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/b35b6267-b51b-41b8-b772-997f4abe0e8b>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BIDERMAN, M. T. C. A ciência da lexicografia. **Alfa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 1–26, 1984. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3676/3442>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística**: teoria lexical e linguística computacional. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CASAS GÓMEZ, M. Consideraciones sobre la variación diafásica. **Pragmalingüística**, Universidad de Cádiz, n. 1, p. 99–124, 1993. ISSN 1133-682X. Disponível em: <https://rodin.uca.es/bitstream/handle/10498/8722/17851476.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

DICIONÁRIO Palavra-Chave. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

DUARTE, I. M. R. de O. A ausência de uma gramática de usos em português europeu: subsídios para a sua construção. In: NEVES, M. H. de M.; BARROS, D. L. P. de (Orgs.). **A gramática e seu interfaceamento com os campos de atuação na comunidade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. ??–??. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/115533/2/285283.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

ETTINGER, S. La variación lingüística en lexicografía. In: HAENSCH, G.; WOLF, L.; ETTINGER, S.; WERNER, R. **La lexicografía**: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica. Madrid: Gredos, 1982. p. 359–394.

GALVEZ, J. A. (coord. editorial). **Dicionário Larousse Oui**. São Paulo: Larousse Brasil, 2005.

GARRIGA ESCRIBANO, C. La microestructura del diccionario. In: MEDINA GUERRA, A. M. (Coord.). **Lexicografía española**. Barcelona: Editorial Ariel, 2003. p. 105–115.

KRIEGER, M. da G. Dicionários escolares e ensino de língua materna. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 41, n. 1, p. 169–180, 2012. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1224/777>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MOTA, J. A variação diafásica no português do Brasil. **Revista de Letras**, v. 1, n. 24, p. 70–74, 2002. Disponível em: <http://www.revistadeletras.ufc.br/r124Art13.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos do português**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

PARREIRA, M. C.; SCHINELO, R. de F. Vocábulo trivial do português brasileiro: da oralidade ao dicionário. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA (SIMELP), 5., 2017, Lecce. **De volta ao futuro da língua portuguesa: atas do V SIMELP – Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa**. Lecce: Università del Salento, 2017. p. 1013–1026. Disponível em: <http://siba-ese.unisalento.it/index.php/dvaf/article/view/17844/15201>. Acesso em: 14 jun. 2024.

RODRIGUES-PEREIRA, R. Lexicografia monolíngue pedagógica e ensino do vocabulário: interfaces teóricas e práticas. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 49, n. 1, p. 265–283, 2020. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2474>. Acesso em: 2 jul. 2024.

RODRIGUES-PEREIRA, R.; ZACARIAS, R. A. S.; NADIN, O. L. Léxico, ensino e suas interfaces. **Revista GTLex**, v. 5, n. 1, p. 6–22, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/58199/30225>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SOUZA, D. C. I. J. **Unidades lexicais culturalmente marcadas no contexto de ensino de português para estrangeiros: uma proposta lexicográfica**. 2023. 222 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/f92ba3a1-071c-4eae-9d49-a767f8feed2>. Acesso em: 2 jul. 2024.

WELKER, H. A. Breve histórico da metalexicografia no Brasil e dos dicionários gerais brasileiros. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 19, p. 69–84, 2006. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/matraca/matraca19/matraca19a04.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

ENFRENTAMENTOS LEXICOGRÁFICOS NA CONSTRUÇÃO DE UM DICIONÁRIO DE CRENÇAS E SUPERSTIÇÕES

Rosemeire Selma Monteiro-Plantin

INTRODUÇÃO

Pretendemos apresentar a conclusão da primeira etapa da pesquisa que desenvolvemos no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, no grupo de Pesquisa Políticas Linguísticas para a Internacionalização do Português (PLIP).

Trata-se do levantamento, da categorização, da definição e da exemplificação em contextos autênticos, de termos e expressões relacionadas ao campo semântico de superstições e crenças em Língua Portuguesa, com vistas à elaboração de uma obra lexicográfica onomasiológica sobre esse tema, inicialmente monolíngue, dedicada a aprendizes de Português como língua não materna e a tradutores.

Conferiremos atenção especial a problemas teórico-metodológicos com os quais nos defrontamos até o momento na construção de nosso glossário, em outras palavras, aos nossos enfrentamentos lexicográficos. Para o alcance de nosso objetivo, traçamos um percurso no qual pretendemos responder às seguintes questões: por que

dedicar uma obra lexicográfica às superstições; que tipo de obra lexicográfica poderia atender aos usuários pretendidos e como deveria ser estruturada; quais os principais desafios encontrados até o momento e qual é a proposta de estrutura para o glossário?

1. POR QUE DEDICAR UMA OBRA LEXICOGRÁFICA PARA SUPERSTIÇÕES?

No desempenho de nossas atividades como professora de português como língua não materna, nos defrontamos, inúmeras vezes, com aprendizes que possuem certo conhecimento do universo lusófono, em uma ou mais de suas variedades (portuguesa, brasileira, africana...), possuem capacidade de comunicação em língua portuguesa, no atendimento de suas necessidades discursivas, mas apresentam algumas dificuldades ao se defrontarem com textos literários, folclóricos, ou jornalísticos, letras de canções, ou falas de personagens de filmes e telenovelas, especificamente quando relacionados ao universo das superstições e crenças.

Vale lembrar que fenômenos da natureza, catástrofes e até mesmo acontecimentos bons foram constantemente atribuídos por nossos antepassados à magia, ou a forças sobrenaturais, pela impossibilidade de explicações científicas, ou por desconhecimento de suas causas. A queda de raios, o aparecimento do sol e da lua, a chuva, ou longos períodos de estiagem costumavam ser atribuídos à ação de deuses, levando povos primitivos a realizarem rituais que envolviam sacrifícios, oferendas ou saudações e louvores. Em pleno século XXI e com as sociedades munidas de conhecimentos científicos e aparatos tecnológicos, há ainda comunidades urbanas e rurais em que diversos rituais são mantidos, seja para saudar o ano novo; a chegada do verão, ou da primavera; para pedir chuva, ou ainda para agradecer por um

acontecimento bom. Em um âmbito mais particular, muitas de nossas ações cotidianas são reproduções de hábitos anteriormente relacionados a superstições ainda que não tenhamos consciência, tais como: a disposição dos móveis ou utensílios na casa, a maneira de arrumar a mesa, de cortar o pão, a escolha da comida, da roupa ou da cor para ocasiões específicas, entre outras.

Além disso, a seleção desse tema se justifica, também, pela importância de expressões linguísticas relacionadas a superstições e crenças para a compreensão de diferentes culturas, que, por meio de suas produções orais ou escritas, veiculam valores comuns ou peculiares quando confrontadas a outras comunidades.

Ao analisarmos, em diferentes culturas, as manifestações relacionadas a eventos (nascimento, matrimônio, viagem, morte); gestos para atrair proteção (bater na madeira, cruzar os dedos, fazer figa, fazer o sinal da cruz); artefatos (cruz, escada, espelho, ferradura); fauna (coruja, gato, serpente, porco); flora (alecrim, alho, arruda, trevo); alimentos e bebidas (pão, peixe, uva, vinho); hábitos da vida diária (abençoar, agradecer, amaldiçoar, louvar, saudar); concluímos que superstições e crenças são comportamentos universais, por estarem presentes em diferentes povos e sociedades antepassadas e contemporâneas¹.

Entretanto, apesar de inúmeras similaridades, podemos destacar expressões com marcas que conferem certas peculiaridades e cuja compreensão e tradução dependem da explicitação dos rituais, ou de fenô-

¹ Ao procedermos nosso levantamento acerca de expressões relacionadas a superstições e crenças, no Português do Brasil, nos defrontamos com inúmeras que são compartilhadas entre os falantes lusófonos espalhados em diferentes continentes, além da América do Sul: Europa, África e Ásia, que não são diferentes das expressões utilizadas por franceses, italianos, romenos e espanhóis, certamente devido à grande influência do Cristianismo e particularmente da Igreja Católica nessas comunidades linguísticas, conforme já atestado por Mellado-Blanco (2017), Luque Nadal (2010) e Funck (1998).

menos que as originaram. É o caso de se enunciar: dar três pulinhos para agradecer a São Longuinho, após encontrarmos um objeto que estava perdido; de tomar um banho de descarrego, para nos livrarmos de energias negativas; de usar uma folha de arruda atrás da orelha para afastar mau-olhado, ou para curar quebranto, por exemplo.

Embora grande parte das expressões que constituem nosso *corpus* sejam facilmente traduzíveis e compreensíveis em outras comunidades latinas, a frequência de uso e a produtividade que alcançaram no Brasil encontram-se intimamente relacionadas a dois importantes traços característicos do povo brasileiro, a fé e o sincretismo religioso:

[...] a fé é outro traço marcante na cultura brasileira. Embora a religiosidade tenha sido iniciada no Brasil como herança portuguesa, ganhou diferentes contornos na mistura entre rituais africanos e indígenas, sagrados, profanos e pagãos, que deixaram marcas linguísticas tais como: baixar o santo; pombagira; jogar os búzios; corpo fechado; mau olhado; cruz credo; sai de mim; o diabo a quatro; quinto dos infernos; virgem Maria; minha Nossa Senhora; o diabo que o carregue; santinha do pau oco; o diabo não é tão feio quanto se pinta; a voz do povo é a voz de Deus; Deus é brasileiro... (Monteiro-Plantin, 2013, p. 404).

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS USUÁRIOS PRETENDIDOS

Levando em conta as pesquisas que vimos desenvolvendo na Universidade Federal do Ceará, com o objetivo principal de apresentar contribuições para o processo de internacionalização da língua portuguesa, focaremos nossa atenção em aprendizes de português como língua não materna e em tradutores.

Além de mantermos o foco em aprendizes de língua portuguesa, de nível avançado, pretendemos ainda oferecer um suporte para profissionais de tradução/interpretação, dublagem e/ou legendagem, que no exercício de suas funções precisam compreender e buscar equivalentes para conceitos tais como: *estar com encosto, mau-olhado, baixar a Pombagira, amarração para o amor, botar quebranto*, por exemplo.

Mas ao invés de nos centrarmos exclusivamente nas necessidades de um tipo de usuário, pretendemos fazer um glossário que seja “relevante”, tanto para a compreensão, quanto para a tradução, tendo em vista que um mesmo usuário pode ter necessidades diferentes em sua consulta, dependendo da situação em que se encontre, seja a busca de uma equivalência para melhor compreensão, ou a necessidade de interação oral, ou escrita acerca do tema em questão.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Não faz parte de nosso objetivo apresentar uma classificação de obras lexicográficas, mas dado o caráter didático desta pesquisa, julgamos pertinente mencionar os estudos de Haensch (1982), Biderman (1984) e Barbosa (2001), como principais bases teóricas, a esse respeito.

Embora o dicionário seja a mais difundida entre as obras lexicográficas, vale lembrar que se trata de apenas um dos exemplos de tais obras, em competição com enciclopédias, atlas linguísticos, vocabulários e glossários. Mesmo que alguns autores não façam distinção entre vocabulário e glossário, optamos pela aceção de Haensch (1982, p. 106), que define glossário como sendo o “Repertorio de palabras en muchos casos términos técnicos (monolingüe o plurilingüe) que no se pretende ser exhaustivo y que la selección de palabras se ha hecho

más o menos al azar, por ejemplo glosarios de términos ecológicos español-inglés...”. Uma distinção mais apurada entre dicionários, vocabulários e glossários pode ser encontrada em Fromm (2004).

Nossa opção pela realização de um glossário é embasada em uma justificativa teórico-metodológica, tendo em vista possíveis motivações dos usuários pretendidos, uma vez que não trataremos da língua geral (função dos dicionários) e tampouco pretendemos elaborar um vocabulário terminológico de uma área de especialidade.

Assim, não será um glossário de superstições brasileiras, mas um glossário de termos e expressões relacionadas a superstições que, mesmo não sendo originárias do Brasil, são conhecidas e utilizadas pela comunidade de falantes do português do Brasil.

Para uma maior precisão dos termos utilizados em nossa pesquisa, estabelecemos uma distinção entre crenças e superstições. Conceituamos como crenças aquilo em que acreditamos baseados em convicções religiosas, científicas, econômicas, lógicas e políticas, ou ainda, em hábitos costumeiramente repetidos na comunidade em que estamos inseridos, por antepassados, ou contemporâneos, ainda que não possamos apresentar explicação para tais comportamentos; já as superstições, por sua vez, ainda que possam estar baseadas em crenças, podem estar relacionadas à interpretação de certos sinais como presságios, ou a comportamentos que desenvolvemos ou evitamos, para que algo de bom aconteça, ou para que algo de ruim não ocorra.

Diferentes tratamentos têm sido conferidos às superstições segundo as ciências que costumeiramente delas se ocupam, tais como: Filosofia, Ciência das Religiões, Antropologia, Sociologia, História e Psicologia. Nosso trabalho fundamenta-se, teoricamente, na Linguística e tem, como base, os pressupostos da Lexicografia, da Fraseologia e da Linguística de *Corpus* aplicada à Tradução.

Na perspectiva da ciência Linguística, para a construção desta obra lexicográfica, interessam-nos os termos e as expressões relacionados a superstições e crenças, quer sejam lexias simples, compostas ou complexas; notadamente aquelas das quais derivam expressões linguísticas que podem ser caracterizadas como fraseologismos.

A Fraseologia é a disciplina que se ocupa das unidades fraseológicas, considerada por muitos como um ramo da Lexicologia, mas por nós como disciplina independente, dedicada ao estudo de sequências polilexicais, fixas e idiomáticas, ou não composicionais, Monteiro-Plantin (2014). Para cumprir os objetivos de nossa pesquisa trabalharemos com um conceito amplo de Fraseologia, que inclui provérbios, expressões idiomáticas, fórmulas de rotina, pragmatemas, colocações, estereótipos, clichês... o que nos permite falar em Fraseoparemiologia, uma vez que a Paremiologia é a disciplina dedicada ao estudo das parêmias e das sentenças proverbiais.

Vale ressaltar também que, mesmo palavras ou expressões que não sejam unidades fraseológicas ou parêmias poderão ser repertoriadas, para inserção em nosso glossário, desde que pertençam ao campo semântico das superstições e crenças, como é o caso de *encosto*, *sina*, *livramento* e *vulto*, por exemplo.

As superstições nos interessam, particularmente, do ponto de vista de sua materialização linguística, ou seja, dos nomes dados às entidades, objetos, cerimônias ou rituais e dos termos e expressões a eles relacionados. Desta forma, as superstições e crenças passam a constituir um campo semântico, construído *ad hoc*, baseado em *corpora* a ser explicitado mais adiante, no qual concentraremos a investigação.

Entendemos superstições e crenças como inerentes ao ser humano e sempre presentes na compreensão, reificação, manutenção e transmissão das experiências cotidianas, ao mesmo tempo em que

concebemos a linguagem como uma faculdade que se constitui como parte integrante da cognição e não um módulo que possa ser analisado separadamente.

Concebemos as superstições como universais conceptuais, tendo vista estarem presentes em todas as comunidades humanas estudadas até então. Do ponto de vista lexicográfico, passamos a considerar que nosso glossário de superstições deve apresentar uma estrutura onomasiológica. A fim de conferir maior clareza, recorremos ao *Glossário* publicado por Biderman (1984), no qual encontramos que

[...] o método semasiológico considera os significantes para indagar sobre os significados, ou investigar o fenômeno da significação. O contrário da semasiologia é a onomasiologia, que parte da significação em busca da designação linguística dos conceitos ou objetos considerados (Biderman, 1984, p. 143).

Em nossa pesquisa, partiremos de campos semânticos pré-determinados, construindo uma obra que poderá ser classificada também como analógica ou ideológica. Entretanto, haverá uma estruturação alfabética interna em cada uma das categorias ou campos semânticos e um índice remissivo em ordem alfabética que possibilitará ao usuário o acesso direto ao termo ou expressão objeto de sua busca.

4. METODOLOGIA

Sintetizamos a seguir os procedimentos metodológicos a serem seguidos para a elaboração de nosso glossário: levantamento bibliográfico; construção e tratamento dos *corpora*; extração e categorização dos verbetes; elaboração de fichas lexicográficas; inserção das informações pertinentes numa base de dados; definição e abonação dos

verbetes com exemplos do *corpus*, acompanhados de contexto de uso devidamente referenciados.

Faremos uma revisão da literatura com vistas a conhecer o tratamento conferido ao tema superstições em outros domínios do saber tais como: Filosofia, Ciência das Religiões, Antropologia, Sociologia, História e Psicologia, a fim de delimitar como a Linguística, e em particular a Fraseologia pode contribuir para uma maior compreensão desse tema.

Realizaremos, também, uma leitura mais cuidadosa de trabalhos que tenham como base a Teoria Funcional da Lexicografia, por ser uma teoria que propõe modelos de dicionários digitais e que apresenta respostas para alguns dos problemas comumente encontrados em dicionários impressos, tais como: ausência de contextos de comunicação, que poderiam auxiliar a diferenciar por exemplo « *encosto* » - lugar para encostar de « *encosto* » - espírito maligno que controla as ações da pessoa por ele possuída; ausência de exemplos, o que é importante para que se tenha noção de como o termo ou a expressão aparece em uma situação real de comunicação e também o seu contorno (palavras com as quais coocorre); termos listados como sinônimos, sem levar em consideração diferenças de uso entre os termos, o que pode levar um tradutor a pensar que « *baixar a pombagira* » e « *diminuir a pombagira* », podem ser utilizados um pelo outro; ausência de sugestão do equivalente mais frequente, para que « *benzer* » não seja traduzido por « *abençoar* » e até mesmo para que o tradutor possa decidir se deve manter determinados termos sem tradução; ausência de remissivas, tão necessárias para que haja informações sobre termos relacionados, o que certamente auxiliaria o usuário, aprendiz de português como língua não materna, na construção de seu conhecimento acerca desse domínio.

Resta enfrentar, ainda, o desafio da construção de um *corpus* autêntico, representativo e confiável. Para atender a esses critérios teremos como instrumental teórico e prático a Linguística de *Corpus*, com vistas a compilar, armazenar de forma organizada e proceder às anotações necessárias à execução de nossa pesquisa. Para tanto, as fontes de nosso glossário serão repertoriadas em corpora especificamente constituídos com base em obras literárias, textos jornalísticos, letras de canções e expressões já repertoriadas em obras afins como pertencentes ao universo discursivo das superstições e crenças.

Após a construção do *corpus*, os termos e expressões serão extraídos por meio de duas ferramentas específicas, a saber: Sketch Engine (Kilgarriif; Rychly, 2003) e WordSmith tools (Scott, 1999). Ao final da testagem será selecionada a ferramenta que melhor atender aos objetivos de nossa pesquisa. Após a extração, os candidatos a verbetes serão analisados e categorizados.

Tendo em vista que nosso glossário onomasiológico será digital, poderemos lançar mão de recursos multimodais, como a utilização de figuras e cores, além de uma atualização constante para inclusão/revisão de verbetes e de novas categorias, caso necessário, após a análise do *corpus*.

Com relação à macroestrutura, nosso glossário contará com um guia de uso com informações detalhadas sobre a justificativa do tema; os objetivos pretendidos para cada tipo de usuário, aprendiz e tradutor; as fontes utilizadas na construção dos *corpora* com as respectivas justificativas e a orientação de que, por se tratar de um glossário monolíngue para estrangeiros, as definições terão caráter mais explicativo com informações elementares, que poderiam ser consideradas redundantes ou supérfluas para um falante nativo, pois os exemplos

serão apresentados de forma a auxiliar na compreensão do significado e também de forma a possibilitar o uso em contextos possíveis.

Falta-nos, todavia, equacionar necessidades do aprendiz com as do tradutor, uma vez que, se por um lado o aprendiz pode estar interessado em conhecer o significado, ao tradutor pode interessar, além disso, encontrar um equivalente adequado.

5. RESULTADOS PRELIMINARES

Em vez de optarmos pela apresentação dos verbetes em ordem alfabética, comumente utilizada em dicionários, nosso glossário monolíngue apresentará uma organização onomasiológica, nas categorias, ou campos semânticos elencados até o momento com possíveis exemplos:

- **alimentos** (arroz, vinagre, mel, sal, uva)
- **amuletos** (escapulário, ferradura, figa, olho grego/turco, patuá),
- **artefatos** (cruz, escada, espelho, fitinha/medida do bonfim, guarda-chuva, vela)
- **bênçãos** (benzer, fazer o sinal da cruz, jogar água benta, tomar um passe)
- **cerimônias** (coroação de Nossa Senhora, lavagem do Bonfim, festa do pau da bandeira)
- **cores** (azul, branco, preto, rosa, vermelho)
- **corpo** (dente, olho, orelha, mão, pé esquerdo)

- **datas** (domingo, finados, natal, páscoa, sexta-feira)
- **entidades** (Mãe de Santo, Nossa Senhora, São Longuinho, Pajé, Preto Velho, Tupã)
- **eventos** (aniversário, casamento, nascimento, viagem, morte)
- **fauna** (cobra, coruja, galo, gato, peixe, porco)
- **flora** (alecrim, arruda, espada de São Jorge, trevo de quatro folhas, uva)
- **gestos** (bater na madeira, bater um copo no outro para brindar, fazer figa, cruzar os dedos)
- **indumentárias** (chinelo, chapéu, meia, roupa do avesso, touca)
- **lugares** (casa, céu, igreja, inferno, purgatório)
- **maldições** (botar quebranto, cuspir, dar às costas, jogar praga, jogar sal grosso)
- **minerais** (ametista, cristal, enxofre, prata, ouro)
- **natureza** (arco-íris, chuva, lua, raio, trovão)
- **números** (dez, sete, três, treze, vinte e quatro)
- **rituais** (fazer: um trabalho, amarração, defumação, garrafada)

Tendo em vista o estágio atual de nossa pesquisa, apresentamos a seguir, uma proposta da microestrutura pretendida para nosso glossário com alguns exemplos de verbetes, embora ainda nem todos

com abonações, a serem extraídas do *corpus*, e ainda sem as características multimodais que pretendemos inserir.

Optamos ainda por relacionar superstições relacionadas a artefatos, bênçãos e maldições, já identificadas no *corpus* até o momento constituído, embora ainda sem tratamento lexicográfico e sem abonação e/ou exemplos de uso. Com relação a artefatos, constatamos que tais superstições são comuns a diversas línguas, conforme atestado em pesquisa coordenada pelas professoras Julia Sevilla e Maria Antonella Sardelli, 2008, que trabalharam com superstições em Castilha, Galícia, País Basco, Andaluzia, França, Itália, Bulgária, Venezuela, México e Brasil.

Artefatos

carranca - colocar uma carranca na entrada da casa ou na frente das embarcações afasta os maus espíritos.

colher - quando cai uma colher é sinal de que vai chegar uma mulher.

escada - dá azar passar embaixo de escada.

espelho - quebrar espelho dá sete anos de azar; deve-se cobrir o espelho em dias de tempestade.

garfo - quando cai um garfo é sinal de que vai chegar um homem.

porta - a visita deve sempre sair pela mesma porta que entrou, caso contrário não retornará; o anfitrião deve abrir a porta para a visita ir embora, para que ela retorne.

vassoura - deve ser colocada atrás da porta para que a visita vá embora logo; se uma vassoura for passada sobre os pés de uma pessoa essa pessoa não se casará.

Entidades

Preto Velho - Espírito de um idoso que teria sido escravo. A essa entidade da umbanda são atribuídas qualidades como autoridade para tomar decisões e aconselhar e, em alguns casos poder de cura, devido à experiência oriunda da idade avançada e dos sofrimentos passados na condição de escravo. *Preto Velho quer morrer. Preto Velho não aguenta mais; Preto Velho tem cem anos. Preto Velho nunca teve paz.* (In. Preto Velho, autor Bebeto).

Gestos

deixar (dar) para o Santo - Expressão comumente acompanhada do gesto de derramar um pouco de bebida no chão, ou na mesa antes de beber, demonstrando que a parte derramada é uma oferta a um santo ou orixá, ou do gesto de bater com o copo na garrafa, fazendo um brinde ao santo como forma de agradecer a bebida e para que nunca falte.

Bênçãos

levar para benzer

tirar quebranto

tomar um banho de descarrego

colocar galho de arruda atrás da orelha

Maldições

mau olhar - maldição motivada por inveja, da qual as vítimas, para se curarem devem recorrer a trabalhos espirituais. Ver: *olho gordo*, *quebranto/e* e *praga*.

Casa na esquina, ou morte ou ruína.

Cós de saia arreventado, noivo tomado.

À terça feira não cases a filha, não urdas a teia, nem partas em navio para a terra alheia.

jogar praga

jogar pedra na cruz

botar o nome na boca do sapo

botar o nome no terreiro

botar quebranto/e

coisa feita

coisa mandada

fazer mandinga

fazer um trabalho

mergulhar a guia

CONSIDERAÇÕES E DESAFIOS APÓS A CONCLUSÃO DA PRIMEIRA ETAPA DA PESQUISA

A delimitação das categorias definidas até o momento para constituir a macroestrutura de nosso glossário, longe de significar a resolução do problema da organização onomasiológica, nos impõe

outros enfrentamentos tais como o pertencimento de um verbete a mais de uma categoria, ou a identificação de elementos que não pertencem a nenhuma das categorias já elencadas. Para esses casos, pretendemos fazer uso de remissivas, nas quais o usuário será orientado a consultar também em outra categoria, ou outro verbete, além de considerarmos novas categorias.

Sintetizando os enfrentamentos lexicográficos com os quais nos deparamos até o momento, esclarecemos que nosso glossário contará com um guia de uso com informações sobre sua justificativa, objetivos, construção do *corpus*, estrutura e demais informações julgadas pertinentes tanto para aprendizes de português, quanto para tradutores. Será monolíngue, pelo menos em sua primeira versão, com estrutura onomasiológica, em que os verbetes serão apresentados em diferentes categorias, das quais até o momento elencamos vinte, constituídas de termos, expressões e sentenças.

Reiteramos a ideia de que a Língua Portuguesa é uma língua com várias culturas, uma vez que, não se trata apenas de variação diatópica ou dialetal, mas de exemplos explícitos da intrínseca relação entre léxico e cultura, decorrente da miscigenação de diferentes crenças e costumes e da própria variação e evolução dos significados em diferentes comunidades linguísticas. O que reforça o pressuposto de que existem termos e expressões cujo sentido só pode ser alcançado pela compreensão da cultura da comunidade linguística em que se manifestam (Pamies, 2017, p. 70).

Corroborando a ideia de que grande parte das expressões referentes ao campo semântico das superstições e crenças, peculiares ao português do Brasil, resulta da miscigenação de povos e culturas e do sincretismo religioso; finalizamos com um trecho de uma canção de Chico Buarque, chamada *Meu guri*, em que é mencionado o conteúdo

de uma bolsa feminina: ...*me trouxe uma bolsa já com tudo dentro, chave, caderneta, **terço** e **patuá**, um lenço e uma penca de documentos, pra finalmente eu me identificar.*

Destacamos deste trecho a concomitância entre *terço* e *patuá*, ambos artefatos religiosos, que tais como demais *talismãs* e *amuletos*, são utilizados para proteção. Sendo o *terço*, um legado do catolicismo, que serve para acompanhar a reza e o *patuá* utilizado no candomblé, fabricado com tecido fino costurado, no qual podem ser inseridos diversos elementos (sal grosso, ervas, conchas, folhas secas ...) com o fim específico de proteger e manter o corpo fechado para todo e qualquer mal.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. A. Dicionário, vocabulário, glossário: concepções. In: ALVES, I. M. (Org.). **A constituição da normalização terminológica no Brasil**. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 2001.

BIDERMAN, M. T. C. Glossário. **Alfa**, São Paulo, v. 28, suplemento, p. 135–144, 1984.

FROMM, G. Obras lexicográficas e terminológicas: definições. **Revista Factus**, Taboão da Serra, v. 1, n. 4, p. 139–147, 2004.

FUNK, G. A Bíblia como indicador da importância do provérbio no âmbito de culturas diferentes. **Paremia**, Madrid, n. 7, p. 97–106, 1998.

HAENSCH, G. Tipología de las obras lexicográficas y aspectos prácticos de la elaboración de diccionarios. In: ETTINGER, S. *et al.* **La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica**. Madrid: Gredos, 1982. p. 57–95.

KILGARRIFF, A.; RYCHLÝ, P. **Sketch Engine**. East Sussex: Lexical Computing Limited, 2003. Disponível em: <http://www.sketchengine.eu>. Acesso em: 30 abr. 2022.

LUQUE-NADAL, L. Las referencias bíblicas en inglés y en español: estudio culturológico contrastivo. **Odisea: Revista de estudios ingleses**, n. 11, p. 269–283, 2010.

MELLADO-BLANCO, C. Locuciones y proverbios de origen bíblico: creación y difusión en alemán y español. **Revista de Letras**, v. 36, n. 1, p. 52–69, 2017.

MONTEIRO-PLANTIN, R. S. Estereótipos da cultura nacional na fraseologia brasileira. In: PAMIES, A. (Ed.). **De lingüística, traducción y léxicofraseografía**. Granada: Comares, 2013. p. 403–411.

MONTEIRO-PLANTIN, R. S. **Fraseologia**: era uma vez um patinho feio no ensino de língua materna. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. v. 1. E-book. 309 p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/10310>. Acesso em: 21 set. 2022.

PAMIES, A. Lenguaje figurado y variación dialectal. **Verba Hispanica**, v. 25, p. 55–81, 2017.

SCOTT, M. **WordSmith Tools**. Versão 3.0. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SEVILLA-MUÑOZ, J.; SARDELLI, M. A. **Supersticiones y fraseología**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2008.

primeira oportunidade. (www.russianet.com.br/ftopico-responder30.html; acesso em 24/05/04)

beijo de judas → gesto de falsidade [orig. bíblica; vem do fato de Judas ter identificado Jesus Cristo aos soldados por meio de um beijo] ♦ Dou adeus aos poucos amigos e mando um *beijo de judas* aos inimigos, pois aqui não encontrei abrigo e tudo que escrevemos se torna um perigo [...] (www.theliteraturefactory.com/exibelotexto.phtml?cod=2789&cat=Cordel; acesso em 12/06/04)

dar uma rasteira → utilizar procedimentos desleais para prejudicar alguém [orig.: alusão ao ato de derrubar alguém sorrateiramente] ♦ A impressão é que a indústria fonográfica *deu uma rasteira* em todo mundo para abocanhar e reter, justamente o que antes demonizava. (www.portaldeinformatica.com.br/colunas_rebelo_o_golpe.htm; acesso em 06/10/05)

golpe baixo → ato desonesto [orig.: boxe; alusão ao ato de socar a virilha do adversário]

PARTE III TERMINOLOGIA

EL TRATAMIENTO DE LA TERMINOLOGÍA EN SALUD: UNA INFOGRAFÍA TERMINOLÓGICA DIRIGIDA A PACIENTES

Laia Vidal-Sabanés

INTRODUCCIÓN

Este capítulo pretende hacer un resumen de las principales ideas defendidas en la tesis doctoral de Vidal-Sabanés (2021)¹. En el contexto actual de democratización de la información médica, nos proponemos acercar el conocimiento especializado sobre el cáncer de mama a las pacientes de esta patología mediante el estudio y tratamiento de la terminología. Los objetivos principales, que a su vez se relacionan con las fases del trabajo, son: a) identificar las necesidades informativas de las pacientes de cáncer de mama; b) crear un prototipo de recurso terminológico adaptado al contexto sociocomunicativo de las pacientes, y c) evaluar este recurso en un grupo de pacientes. Esta metodología mixta comprende las fases necesarias para la realización de un recurso óptimo que facilite el entendimiento de la terminología a las pacientes: un estudio de necesidades, la realización del prototipo y una posterior evaluación por parte del público meta.

¹ La tesis, dirigida por la Dra. Rosa Estopà y el Dr. Cristian Ochoa, se titula “La terminologia en els textos mèdics per a pacients: el cas d’una comunitat virtual de dones amb càncer de mama”, y fue defendida en junio de 2021 en la Universidad Pompeu Fabra (Barcelona).

En las últimas décadas, los roles del médico y del paciente fijados por el modelo sanitario paternalista se están difuminando. El paciente, lego en la materia, que antes estaba excluido del proceso de toma de decisiones de su enfermedad, es un paciente que quiere participar en su proceso terapéutico junto a los profesionales de la salud. Estamos hablando de un modelo de relación médico-paciente deliberativo (Martínez Jiménez, 2017), en el cual el paciente tiene el derecho de disponer de las herramientas para ser autónomo a la hora de tomar decisiones sobre su salud y de cuidar de su enfermedad.

Se ha demostrado que son muchos los beneficios que conlleva el hecho de que los pacientes tengan información fiable y comprensible sobre su enfermedad. Desde la vertiente comunicativa, se trabaja para que los usuarios tengan herramientas para acceder a su información sobre salud con el fin de que estén informados sobre su patología y toda la información asociada, lo que ayudará a mejorar la comunicación con los profesionales sanitarios y la comprensión de la información sanitaria que reciben. El conocimiento especializado se vehicula a través de la terminología que, a su vez, parece ser uno de los aspectos que mayores problemas comunicativos genera a la hora de comprender el discurso médico (Domènech-Bagaria *et al.*, 2020; Estopà; Montané, 2020). Los pacientes y familiares, legos en la materia, deben poder comprender la información que se vehicula por medio de palabras especializadas —términos— que se utilizan en textos médicos producidos por profesionales de la salud. Poder entender la enfermedad a través de la terminología es especialmente importante cuando hablamos de enfermedades complejas y/o crónicas como lo es el cáncer.

Concretamente, en este trabajo, nos centraremos en el cáncer de mama que, según la OMS, es el más común entre las mujeres de todo el mundo. El tema de esta tesis es la terminología del discurso escrito sanitario. Específicamente el objeto de estudio es la termino-

logía que aparece en los textos médicos destinados a pacientes de esta patología. Teniendo en cuenta esto, nos proponemos a) identificar las necesidades informativas de las pacientes de cáncer de mama; b) crear un prototipo de recurso terminológico adaptado al contexto socio-comunicativo de las pacientes, y c) evaluar este recurso en un grupo de pacientes con esta patología. El contexto de trabajo inicial era una Comunidad Virtual de Pacientes de cáncer de mama del Instituto Catalán de Oncología (ICO) de Cataluña (España). En este sentido, se colaboró con la Unidad de Psicooncología del ICO para llevar a cabo los estudios relacionados con los objetivos y para implementar el prototipo de recurso. Como hemos dicho, este trabajo resume de forma general las principales ideas de la tesis doctoral de Vidal-Sabanés (2021)² y, a lo largo de este capítulo, se hará referencia a las distintas publicaciones derivadas de la tesis para una lectura más en profundidad de algunos de los puntos que se tratan.

El interés final de este estudio es contribuir a la mejora de la calidad de vida de las pacientes oncológicas a través de una perspectiva comunicativa. Se plantea desarrollar estrategias que faciliten la comprensión del lenguaje médico, acercando a las pacientes al conocimiento que necesitan o desean adquirir sobre su enfermedad. Aunque muchas pacientes tienen acceso a información sobre su condición, la capacidad de entenderla sigue siendo un reto significativo. Al comprender su diagnóstico, los posibles tratamientos, los efectos secundarios, entre otros aspectos, las pacientes pueden tener un mayor control sobre su enfermedad y tomar decisiones más informadas durante su proceso terapéutico. Además, contar con información clara y confiable disminuye los niveles de ansiedad y estrés, mejora la adherencia

² Las publicaciones derivadas de esta tesis son: Vidal-Sabanés; Estopà, 2023; Vidal-Sabanés; Estopà, 2025; Vidal-Sabanés, 2025, en prensa.

a los tratamientos y promueve un uso más eficaz del sistema de salud en general (Jiménez; Ruiz, 2014).

Este capítulo se estructura a través de distintos apartados. En el primer apartado se hace un breve estado de la cuestión de los distintos aspectos que se tratarán y que están relacionados, con la alfabetización en salud, la comprensión de la terminología médica y el lenguaje claro. El segundo apartado constituye la metodología general del trabajo dividida en las tres fases principales. El tercer apartado narra los resultados obtenidos que se desprenden de cada una de las fases metodológicas. Finalmente, en el capítulo se exponen las principales contribuciones del trabajo y la bibliografía utilizada.

1. LA COMUNICACIÓN MÉDICO-PACIENTE A TRAVÉS DE TEXTOS ESCRITOS

El cambio de paradigma en la relación médico-paciente hace que diversas disciplinas — desde la medicina hasta la lingüística pasando por la psicología, la enfermería, la comunicación, la mediación o el periodismo de divulgación— se interesen por contribuir a mejorar la educación de la población en temas de salud. En esta línea, uno de los aspectos que más se ha trabajado para hacer frente a las necesidades del paciente contemporáneo es la alfabetización en salud (Sørensen *et al.*, 2012; Zanchetta *et al.*, 2020). Así, las nuevas tecnologías, y especialmente Internet, han actuado como catalizador en la promoción de la alfabetización en salud en todo el mundo, y también en países como Brasil (Paraguassu; Finatto, 2020). La red en general y la generalización de su uso a partir de los años 90 han convertido a Internet en una de las principales fuentes de información sanitaria (Falcón; Basagoiti, 2012), lo que ha dado lugar a términos como *alfabetización en eSalud*

(Wangberg *et al.*, 2008). Los datos bibliográficos evidencian que la baja alfabetización en salud repercute en aspectos tan relevantes como el estado de salud general de las personas, el nivel de calidad de los autocuidados de los pacientes, el grado de comprensión y seguimiento de las recomendaciones sobre salud, los días de hospitalización, el seguimiento del tratamiento o el uso del sistema sanitario en general (Williams *et al.*, 2002).

La comunicación entre médicos y pacientes (y sus familiares) puede realizarse a través de dos formas principales: escrita y oral. Aunque la interacción entre profesionales de la salud y los pacientes y sus familias ocurre, en la mayoría de los casos, de manera oral, la información escrita también es fundamental, ya que ayuda a aclarar, consultar, complementar o verificar detalles sobre la enfermedad (Prieto, 2012). Se ha observado que los pacientes tienden a olvidar con facilidad la información que reciben durante las consultas (Johnson; Sandford, 2005). Este fenómeno puede deberse a tres factores: primero, a aspectos relacionados con el profesional de la salud, como el uso de terminología complicada; segundo, al canal de información, es decir, si la comunicación es oral o escrita; y tercero, a factores propios del paciente, como un nivel educativo bajo (Kessels, 2003). En este contexto, complementar la consulta con materiales escritos es un recurso valioso que ayuda a los pacientes a retener la información cuando regresan a casa después de la consulta médica (Johnson; Sandford, 2005).

Uno de los objetivos fundamentales de la comunicación escrita en el ámbito sanitario debería ser asegurar que sea entendible para la mayor cantidad de personas posible, sin importar su nivel educativo o los conocimientos que tengan sobre la enfermedad (Jiménez; Ruiz, 2014). Tal y como se explica en Suñer i Santiñà (2014), Helitzer *et al.* (2009) y Whittingham *et al.* (2008), entre otros— la información sanitaria dirigida a los pacientes debe destacarse por ser clara y útil;

tener un contenido bien estructurado; emplear un lenguaje claro para lograr un estilo directo y preciso. La motivación del texto es también esencial, ya que el tono de los mensajes debe ser positivo. Además, es importante utilizar elementos visuales de apoyo y asegurarse de verificar y evaluar los materiales que se redacten.

Un elemento clave para mejorar la alfabetización en salud de los usuarios, permitiéndoles participar activamente en su tratamiento, es el uso de un lenguaje claro al proporcionar información al público, lo que facilita una mejor comprensión de la enfermedad (Friedman; Hoffman-Goetz, 2007; Stableford; Mettger, 2007; Wicklund; Ramos, 2009). Aunque el concepto de *lenguaje claro* ha tenido especial interés en otras áreas del conocimiento como el derecho y en países como Estados Unidos, en los últimos años se ha extendido a muchas otras disciplinas, incluida la medicina, y también ha avanzado en varios países de habla no inglesa, como España (Cobos-López, 2024; Estopà, 2020; Vidal-Sabanés; da Cunha, 2025), Canadá (Stephens, 2005), o Brasil (Finatto; Paraguassu, 2022; Paraguassu; Finatto, 2020; Candido *et al.*, 2009; Zilio *et al.*, 2020). En Brasil, existe la idea de accesibilidad textual y terminológica (ATT) junto con técnicas de escritura en lenguaje simplificado (*linguagem simples/plain language*). Uno de sus propósitos es ayudar a los profesionales de la salud que desean información para las personas que la buscan (Villar; Finatto, 2023).

Emplear un lenguaje claro es una estrategia esencial para los profesionales de la salud cuando comunican —ya sea de manera escrita u oral— aspectos médicos a los pacientes y sus familias. Diversos estudios (Davis *et al.*, 2002) destacan la importancia de acercar la ciencia al público utilizando un lenguaje claro. Además, se han publicado numerosos manuales dirigidos a profesionales de la salud sobre redacción médica, que ofrecen recomendaciones para la creación de textos escritos (Linares *et al.*, 2017; Torres-López, 2025) o para mejorar la

alfabetización en salud en hospitales, como los manuales de Suñer y Santiñà (2014) o Anderson y Rudd (2014). También existen herramientas de ayuda a la redacción de textos, como el sistema arText, que asiste en la redacción de distintos ámbitos de especialidad, como el médico, y de distintos géneros textuales (da Cunha *et al.*, 2017).

En relación con la terminología, desde los estudios de la Teoría Comunicativa de la Terminología, que amplía su perspectiva a los discursos, el léxico médico ha recibido mucha atención. Hemos sido testigos del desarrollo de varios recursos terminológicos, algunos de carácter didáctico, para servir a diferentes personas, en diferentes partes del mundo.

En Brasil, la herramienta MedSimples³ es un ejemplo de recurso para simplificar terminologías y textos en diferentes dominios, buscando servir a personas con alfabetización limitada. Además, el trabajo de Araújo y Finatto (2024) muestra lo que se puede hacer en relación a la atención farmacéutica al invertir en comunicación accesible.

En España, la obra de Estopà (2023), dedicada a los temas de la pandemia, ha abordado la temática de la construcción de un discurso científico entre la población infantil y juvenil a través del lenguaje. Otro recurso que se puede mencionar son las infografías terminológicas, que fueron descritas por primera vez en la tesis doctoral de Vidal-Sabanés (2021), pero cuya metodología se ha aplicado posteriormente en otros trabajos (Vidal-Sabanés; Estopà, 2023; Santamaría-Pérez, 2025). Estas infografías, como veremos en este capítulo, combinan información escrita con soporte visual e interactivo, y ponen el foco en el tratamiento de la terminología.

En conjunto, estos trabajos evidencian una preocupación creciente por acercar la terminología médica a distintos públicos median-

³ <https://www.ufrgs.br/textecc/acessibilidade/page/cartilha/>.

te estrategias comunicativas adaptadas. Ya sea a través de la simplificación léxica, el tratamiento de la terminología, la adecuación discursiva o el uso de recursos visuales, se pone de manifiesto la necesidad de hacer comprensible el conocimiento especializado para fomentar una ciudadanía informada y empoderada en el ámbito de la salud.

2. METODOLOGÍA GENERAL

La metodología que se seguirá en este trabajo consta de tres fases, las cuales están directamente relacionadas con los objetivos de este trabajo. La metodología incluye diversos análisis que emplean diferentes técnicas e instrumentos de investigación.

Se trata de un enfoque mixto que incluye estudios descriptivos (como el análisis lingüístico-cognitivo) y cualitativos (como entrevistas semiestructuradas) en la primera fase; estudios cuantitativos (mediante un cuestionario en línea) y cualitativos (a través de la aplicación de la guía PEMAT) en la tercera fase; además de una propuesta concreta que se desarrolla en la segunda fase. A continuación, los distintos apartados hacen referencia a cada una de las tres fases. La metodología adoptada en este trabajo es secuencial, lo que significa que las tres fases que la conforman deben realizarse una tras otra, ya que los resultados obtenidos en cada fase afectan e impactan en la siguiente.

2.1. Fase 1: Diagnóstico y detección de necesidades

La primera fase, diagnóstico y detección de necesidades, está relacionada con el primer objetivo de la tesis, que es identificar las necesidades informativas de las pacientes con cáncer de mama. En este sentido, se llevó a cabo un estudio cualitativo a través de entrevistas y

un estudio descriptivo de tipo lingüístico-cognitivo. A partir de ambos análisis, se obtuvieron conclusiones concretas que nos sirvieron para avanzar a la siguiente fase del trabajo.

En primer lugar, estudiamos lingüísticamente los mensajes de chat que conforman la Comunidad Virtual de Pacientes de Cáncer de Mama del Instituto Catalán de Oncología. Estudiamos todas las intervenciones en el chat sobre el tema de la información diagnóstica, los tratamientos oncológicos y los complementarios durante un período de un año desde el inicio de la comunidad, es decir, desde el 18 de octubre de 2016 hasta el 18 de octubre de 2017.

A través de este análisis, detectamos las principales características que conforman el discurso médico producido por pacientes con cáncer de mama. El *corpus* cuenta con 2.308 ocurrencias que corresponden a 28 mensajes y 5 hilos conversacionales, encabezados por un mensaje del psicooncólogo en cuestión que propone un tema de debate.

De los textos, se analizaron los parámetros siguientes: nodos temáticos, densidad terminológica, tipología de los términos, la variación terminológica y metáforas. La metodología detallada de este estudio y los resultados se pueden ampliar en el artículo de Vidal-Sabanés y Estopà (2020) publicado en la revista *Terminàlia*.

En segundo lugar, se realizó un estudio multicéntrico basado en una metodología cualitativa a través de entrevistas en profundidad con pacientes. Este tipo de entrevistas son muy comunes y recomendables tanto en la práctica médica como en la educación médica (Health Literacy Innovations, 2008). El estudio fue multicéntrico y se llevó a cabo en el Hospital Italiano de Buenos Aires y en el Hospital Duran i Reynals (Instituto Catalán de Oncología de Barcelona). Los objetivos que nos propusimos para esta entrevista eran a) Detectar

qué aspectos del diagnóstico y tratamientos generan más interés en las pacientes; b) Indagar el nivel de conocimiento que tienen sobre este tema a través del léxico y la terminología y c) Identificar las dificultades o limitaciones que tienen en relación con la información sobre la enfermedad.

Para llevar a cabo las entrevistas, se definió el estudio, se diseñó la entrevista, se redactó la guía de preguntas que fue validada por una psicopedagoga y un psicooncólogo. Se presentó y validó el protocolo para el estudio en los hospitales participantes. Se seleccionaron las informantes, se realizaron, grabaron y transcribieron las entrevistas. Finalmente, se seleccionaron aquellos fragmentos que aportaban ideas relevantes para el estudio, se clasificaron las ideas por categorías temáticas y se interpretaron los resultados. En total, se realizaron 6 entrevistas de una duración media de 22 minutos, cuyas transcripciones suman 17.000 palabras. De las 6 personas entrevistadas, 3 eran de Argentina (2 de Buenos Aires y 1 de Formosa) y 3 de Cataluña (2 de Hospitalet de Llobregat y 1 de Lérida).

La primera iniciativa sirvió como punto de partida para elaborar la segunda y nos permitió establecer, a priori, las posibles necesidades de las pacientes. La entrevista en profundidad nos sirvió para validar el análisis preliminar y nos proporcionó datos directos y definitivos de los sujetos para alcanzar el primer objetivo del trabajo.

2.2. Fase 2: Creación del prototipo

El segundo objetivo del trabajo era desarrollar un recurso terminológico que permitiera introducir y representar la terminología en textos médicos dirigidos a pacientes, y se vincula directamente con la fase 2 de creación del prototipo. Para lograr este objetivo, primero, con base en las ideas iniciales planteadas en el estado de la cuestión

y en los resultados obtenidos en la fase 1, determinamos el tipo de recurso que deseábamos presentar.

Luego, establecimos una metodología de desarrollo y definimos las características de nuestra propuesta, culminando esta fase con la creación del prototipo. En este sentido, se decidió llevar a cabo una infografía terminológica sobre los tratamientos de cáncer de mama. Para el trabajo de tesis se realizó un prototipo con la infografía principal que daba acceso a las infografías de los distintos tratamientos y la infografía específica del tratamiento de quimioterapia. Gracias al proyecto “Tractaments del càncer de mama: infografia terminològica per a pacients”⁴ se completaron durante los años 2022 y 2023 el resto de infografías referentes a los tratamientos específicos. Para su realización, se fusionaron las fases del trabajo terminológico descritas en Cabré *et al.* (2018, p. 150) y Cabré (1999, p. 142) con los pasos de creación de infografías. La metodología detallada de esta fase se explica en el artículo de Vidal-Sabanés y Estopà (2025).

Sin embargo, algunos apuntes metodológicos para la creación de infografías terminológicas, sobre todo en relación con el tratamiento de la terminología, son:

- Establecer las características del trabajo teniendo en cuenta el Principio de adecuación (Cabrè, 1999).
- Incluir un estudio de necesidades previo del público objetivo (realizado en la fase 1 de la metodología).
- Garantizar la aplicación de las características intrínsecas de las infografías, asegurando un equilibrio entre texto e ima-

⁴ Proyecto financiado por la Fundació Catalana per a la Recerca i Innovació. Investigadora principal: Laia Vidal-Sabanés. 2022- 2023. (Ref. FCRI-2022).

gen. Las infografías deben contar siempre con una narrativa e incluir imagen y texto para explicarla.

- No evitar la terminología, sino definirla, explicarla o ilustrarla. En este sentido, incluir tratamientos de la terminología diferentes a los clásicos, agregar ilustraciones, dar ejemplos cuando sea pertinente, etc. Además, para las definiciones: adecuarse a las necesidades del destinatario; poder incluir información enciclopédica; y atender a los principios de lenguaje claro es más importante que seguir el patrón icónico de definición terminológica. También, incluir los sinónimos de los términos, ya que la variación es importante, sobre todo considerando que los textos que reciben los pacientes son de diferente índole.
- Incluir las directrices de lenguaje claro en la redacción de la información.
- Contar con la asesoría cognitiva de un especialista y la supervisión de pacientes durante todo el proceso de elaboración.
- Asegurar la asesoría de un especialista en diseño gráfico para garantizar que los aspectos más formales, como color, tipografía, etc., cumplan con el objetivo de legibilidad tipográfica, espacios en blanco, etc.
- Evaluar el recurso con pacientes antes de publicarlo (realizado en la fase 3 del trabajo, como se verá en el siguiente subapartado).

2.3. Fase III: Evaluación del prototipo

Finalmente, la fase 3, que se centra en la evaluación del prototipo, está relacionada con el tercer objetivo de la tesis: analizar el impacto que tiene una información adaptada a las necesidades informativas de las pacientes con cáncer de mama y a su nivel de comprensión de la terminología. En esta última parte del trabajo, llevamos a cabo la evaluación del prototipo desarrollado en la fase 2 mediante un estudio cuantitativo, que se realizó a través de una encuesta estructurada en línea.

Nos planteamos dos objetivos para esta encuesta:

1. Evaluar la comprensión de nuestra propuesta. Es decir, ¿los usuarios logran entender el conocimiento especializado a través de la infografía?
2. Determinar si la información es útil para las pacientes.

Dado que el enfoque de la tesis fue la terminología, nos centramos principalmente en la comprensión de los términos presentes en la infografía. Por lo tanto, no evaluamos ni la atractividad de los materiales —considerando que el diseño es un aspecto complementario de la infografía— ni la usabilidad del formato, ya que, aunque sería pertinente estudiarlo en investigaciones futuras, este no es el propósito del presente trabajo.

A continuación, creemos importante complementar la evaluación con la guía PEMAT (Shoemaker *et al.*, 2014), que aporta gran cantidad de información sobre comprensibilidad y accionabilidad de los recursos destinados a pacientes. No obstante, esta guía está orientada a materiales impresos y audiovisuales, por lo que no contempla adecuadamente recursos multimodales como el que se presenta en este trabajo.

3. RESULTADOS

3.1. Fase 1: Diagnóstico y detección de necesidades

En primer lugar, respecto al análisis lingüístico-cognitivo de los mensajes de chat de la Comunidad Virtual de Pacientes con Cáncer de Mama del ICO y teniendo en cuenta los parámetros estudiados vemos que:

a) En cuanto a las redes semánticas de los términos utilizados por las pacientes, a través del análisis de las constelaciones temáticas, se concluye que el tema que más interesa a las pacientes es el de los efectos de los tratamientos oncológicos. Este hilo de conversación muestra un mayor número de mensajes y una mayor variedad terminológica.

b) En relación con la cantidad de terminología utilizada por las pacientes con cáncer de mama, el análisis de la densidad terminológica del chat revela que los textos tienen un bajo nivel de especialización. Aunque las pacientes se expresan con una intención médica, no son especialistas en la materia. Además, se observa una variación en la densidad terminológica de los mensajes, posiblemente porque el interés en ciertos temas no fomenta su uso.

c) Respecto a la tipología de términos que emplean las pacientes, la mayoría son términos nominales prototípicos. Aunque se encuentran diversas estructuras, la tendencia predominante es el uso de términos monoléxicos, que suelen ser los más generales. Mientras que las abreviaciones son comunes en textos

médicos producidos por especialistas, no son utilizadas frecuentemente por las pacientes, salvo en casos de abreviaciones muy establecidas, como “quimio”. Además, se observa variación en los textos emitidos por las pacientes, a menudo debido al uso de sinónimos o abreviaciones.

d) Finalmente, aunque se nota una tendencia creciente a utilizar metáforas «positivas» para referirse a la enfermedad, las metáforas más comunes entre las pacientes siguen siendo las que comparan la enfermedad con una guerra y los tratamientos con armas. Por lo tanto, las metáforas «positivas» aún tienen una representación limitada en nuestro *corpus*, lo que sugiere la necesidad de trabajar conscientemente en el léxico para ayudar a cambiar la percepción que las pacientes tienen de una enfermedad que genera temor, como es el cáncer. Los resultados detallados se pueden ampliar en el artículo de Vidal-Sabanés y Estopà (2000).

En segundo lugar, de las entrevistas en profundidad a las pacientes, se desprenden los siguientes resultados:

- a) Casi un 100% de las pacientes dicen ser usuarias de información y admiten haber buscado información en algún momento durante su tratamiento.
- b) Todas las pacientes consideran que, al menos una vez durante su tratamiento, no tuvieron suficiente información sobre algún aspecto relacionado con la enfermedad.
- c) Las pacientes no están satisfechas con las fuentes de información disponibles. No confían en Internet porque lo consideran poco fiable, y tampoco están conformes con las explica-

ciones de los profesionales porque no son fáciles de obtener ni de entender. Por lo tanto, creemos que sería útil recomendar a las pacientes fuentes de información personalizada, clara y confiable.

d) Todas las pacientes mencionan haber tenido dificultades para comprender temas relacionados con la enfermedad al menos una vez durante su tratamiento.

e) Es fundamental que las pacientes entiendan la información, ya que esto reduce la ansiedad y promueve un papel activo en su enfermedad y autocuidado.

f) En cuanto a la terminología, la mayoría de las pacientes reconoce algunos términos clave de la enfermedad, pero no saben explicarlos y, a veces, los confunden. Esto sugiere que su conocimiento sobre la enfermedad es limitado.

g) Es crucial explicar los términos clave de la enfermedad al redactar un texto médico dirigido a un público no especializado, para evitar que la terminología sea un obstáculo para la comprensión.

h) El tema de los tratamientos oncológicos es el que más inquieta a las pacientes, especialmente en lo que respecta a los posibles efectos secundarios.

En definitiva, a partir de los dos análisis, hemos confirmado que el tema que más interesa a las pacientes son los tratamientos para el cáncer de mama. Además, ambos estudios han puesto de manifiesto la falta de información sobre el cáncer de mama, especialmente en lo relacionado con los tratamientos, o al menos, la carencia de referencias confiables y actualizadas para consultar. Estos dos análisis, junto

con la revisión bibliográfica, nos proporcionan la seguridad de que la propuesta que queremos desarrollar en la siguiente fase de la tesis cubre un vacío terminológico en la comunicación médico-paciente sobre el cáncer de mama.

3.2. Fase 2: Creación del prototipo

La fase de creación del prototipo implica un estudio sobre la adecuación visual de los materiales y el tratamiento de la información escrita. En este sentido, por un lado, cuenta con el apoyo de profesionales del diseño y tiene en cuenta, incluido el uso de un sistema de color que se considere cómodo para soportar la información escrita. Por otro lado, desde la lingüística, y con el asesoramiento de profesionales de la salud, abordamos el tratamiento de la terminología y la narrativa del relato de la infografía terminológica.

En estas infografías, como su nombre indica, la terminología constituye su eje central. Teniendo en cuenta los pasos que deben seguirse para la elaboración de un trabajo terminológico, partimos de un *corpus* de textos relacionados con el tema específico de la infografía. A partir de este *corpus*, realizamos un proceso de extracción terminológica que nos permitió identificar los términos clave del dominio. Estos términos fueron luego la base para estructurar el relato de la infografía. En segundo lugar —y este es un punto clave—, prestamos especial atención a cómo se gestionaba la terminología dentro de la infografía. En lugar de evitar los términos complejos, utilizamos un árbol de campo para incluir de manera sistemática todos los términos relevantes. También cuidamos mucho cómo se presentaban y el tratamiento que les dábamos: según el caso, definimos, explicamos o ilustramos los términos; en otros, incorporamos sinónimos, y con frecuencia combinamos varias de estas estrategias para facilitar

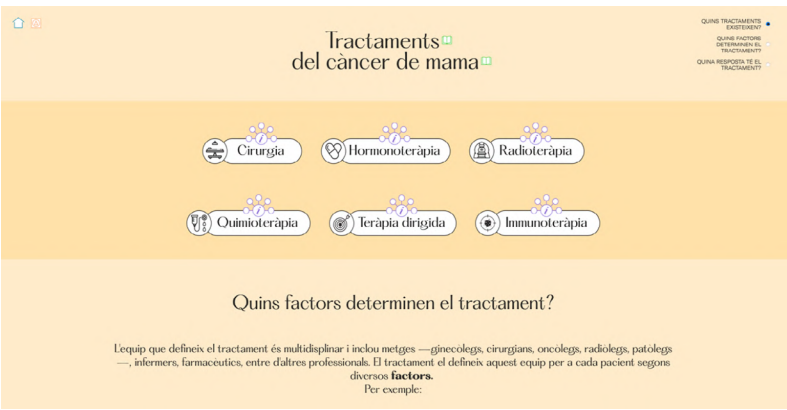
al máximo la comprensión. En este sentido, la infografía incluye un diccionario integrado y, cada vez que aparece un término clave, la interacción del recurso permite acceder a una pestaña emergente que aporta la definición y sinónimos del término.

A continuación, presentamos algunas capturas de pantalla de la infografía, a la cual se puede acceder a través del apartado “Recursos y aplicaciones” del Portal IULAMED⁵ de la Universidad Pompeu Fabra o a través de la página web de la autora⁶. En la imagen 1 se puede observar parte de la infografía principal que da acceso a las infografías secundarias específicas de cada tratamiento, entre ellas la quimioterapia, que es la que se elaboró como prototipo en el marco de la tesis doctoral de Vidal-Sabanés (2021). En la imagen 2 se puede ver el primer apartado y parte del segundo de la infografía del tratamiento de quimioterapia ↓*qué es, y por qué y cuándo se administra*↓. El resto de apartados que constituyen esta infografía se pueden leer en el menú situado a la derecha de la imagen. Finalmente, la imagen 3 corresponde a la pantalla emergente que incluye la definición y sinónimos del término *sequedad de boca*, dentro del apartado del menú *qué efectos secundarios tiene*.

⁵ <https://www.upf.edu/web/iulaterm/recursos1>.

⁶ http://laiavidalsabanes.com/infografia_tractaments/.

Imagen 1. Captura de pantalla de la infografía principal, que da acceso a las infografías secundarias de cada tratamiento



Fuente: Vidal-Sabanés (2021).

Imagen 2. Captura de pantalla del inicio de la infografía de quimioterapia



Fuente: Vidal-Sabanés (2021).

Imagen 3. Captura de pantalla de la pestaña emergente del término “sequedad bucal”



Fuente: Vidal-Sabanés (2021).

3.3. Fase 3: Evaluación del prototipo

Los resultados específicos de las encuestas en profundidad ponen de manifiesto que la infografía tiene un alto grado de comprensión de la terminología y permite a las usuarias acceder al conocimiento especializado. Esta afirmación se respalda con la puntuación promedio de las encuestadas, que es de 18,19 puntos sobre 20. Además, todas las pacientes consideran que la infografía es útil para entender la información y, también, en el 100% de los casos la recomendarían a otras personas que deban someterse a un tratamiento para el cáncer de mama. En este sentido, los aspectos positivos de la infografía mencionados por las encuestadas superan claramente a los negativos. Finalmente, vemos que las variables sociodemográficas estudiadas no son estadísticamente significativas en relación con los resultados de comprensión de las encuestadas.

En relación con los resultados obtenidos a través de la evaluación con la guía PEMAT, observamos que la comprensión de la infografía es alta (91,6%) y la accionabilidad, aunque en menor medida, también lo es (75%). Sin embargo, sería necesario que la guía tuviera en cuenta materiales en formatos distintos al impreso y al audiovisual. Por lo tanto, los ítems deberían ampliarse para incluir otros tipos de materiales digitales, como las infografías, que no se ajustan estrictamente al formato audiovisual.

CONTRIBUCIONES DEL TRABAJO

Este estudio ha demostrado que la terminología médica puede ser tratada de forma accesible y comprensible para pacientes mediante recursos diseñados específicamente para sus necesidades. Las contribuciones de esta investigación varían en naturaleza y se pueden resumir en lo siguiente:

- Una primera contribución de este trabajo es la aplicación de una metodología combinada que integra diversos métodos dentro de un contexto sociocomunicativo específico. La estructura lineal en tres fases consecutivas —diagnóstico de necesidades, desarrollo del recurso y evaluación— permite completar de forma coherente el ciclo de creación de una aplicación terminológica orientada a un público no especializado. En este sentido, tanto el estudio de necesidades (fase 1) como la evaluación del recurso (fase 3) se revelan como pasos esenciales que no pueden desligarse del proceso de producción terminológica.
- En el marco del TCT, esta investigación ratifica la importancia del Principio de Adecuación a la hora de diseñar

una aplicación terminológica, que surge de las necesidades específicas de los usuarios y de la situación comunicativa. En este sentido, también se hace evidente que el TCT – y en concreto el Principio de Adecuación, columna vertebral de la metodología de trabajo terminológico del TCT – es versátil y está preparado para incluir nuevas aplicaciones, como la infografía.

- Se ha evidenciado que un tratamiento a conciencia y visual de los términos mejora significativamente la comprensión y la utilidad percibida por las pacientes. En este trabajo, la infografía terminológica —cuya metodología fusiona el trabajo terminológico y las fases de creación de infografías— se consolida como un formato eficaz para representar conceptos médicos complejos de manera accesible, sin renunciar al rigor científico. La combinación de elementos textuales y visuales, junto con estrategias de definición, ilustración y uso de sinónimos, permite adaptar los contenidos a las necesidades reales del público destinatario. Esta aportación refuerza el potencial de los recursos multimodales en la mejora de la alfabetización en salud de los pacientes.
- Finalmente, cabe destacar el carácter plenamente aplicado de esta investigación, cuyo objetivo principal ha sido desarrollar un recurso útil y comprensible para un público real: las pacientes con cáncer de mama. El trabajo trasciende el ámbito estrictamente académico y se orienta directamente a la ciudadanía, lo que le otorga una dimensión social muy clara, totalmente aplicable en otros ámbitos de conocimiento con usuarios con necesidades similares.

AGRADECIMIENTOS

Quiero expresar mi más profundo agradecimiento a María José Finatto por su cuidado y compromiso a lo largo de todo este trabajo. Le agradezco especialmente su voluntad de dar a conocer este trabajo en Brasil, convencida de que también allí puede ser útil. Gracias por tu entusiasmo por compartir el conocimiento más allá de fronteras. También quiero dar las gracias a todas las personas que me acompañaron durante la tesis doctoral, especialmente a mi directora Rosa Estopà, por su guía y confianza desde el primer día. Y al grupo IULATERM de la Universitat Pompeu Fabra, donde me formé en Terminología y aprendí los fundamentos que han guiado todo este trabajo. Finalmente, quiero dar las gracias a todas las pacientes de cáncer de mama que participaron en este estudio. Su generosidad, sus palabras y su disposición para compartir experiencias han sido el motor y el sentido último de este trabajo.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, J. E.; RUDD, R. E. **La alfabetización para la salud en el entorno de hospitales y centros sanitarios**. Girona: Documenta Universitaria, 2014.

ARAÚJO, D. C.; FINATTO, M. J. Pharmacy and linguistics: strategies for promoting health literacy. **Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 1-141, 2024. DOI: 10.30968/rbfhss.2023.151.1141. Disponível em: <https://rbfhss.org.br/sbrafh/article/view/1141>. Acesso em: 27 ago. 2024.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.

CABRÉ, M. T.; DOMÈNECH-BAGARIA, O.; ESTOPÀ, R. **La terminologia avui: termes, textos i aplicacions**. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya, 2018.

CANDIDO JÚNIOR, A.; MAZIERO, E.; GASPERIN, C.; PARDO, T.; SPECIA, L.; ALUÍSIO, S. Supporting the adaptation of texts for poor literacy readers: a text simplification editor for Brazilian Portuguese. *In: WORKSHOP ON INNOVATIVE USE OF NLP FOR BUILDING EDUCATIONAL APPLICATIONS*, 4., 2009, Boulder. **Proceedings of the NAACL HLT Workshop on Innovative Use of NLP for Building Educational Applications**. Boulder: Association for Computational Linguistics, 2009. p. 34–42.

COBOS LÓPEZ, I. **Narrativa gráfica y traducción biosanitaria: información accesible para pacientes**. Granada: Editorial Comares, 2024.

DA CUNHA, I.; MONTANÉ, M. A.; HYSA, L. The arText prototype: an automatic system for writing specialized texts. *In: CONFERENCE OF THE EUROPEAN CHAPTER OF THE ASSOCIATION FOR COMPUTATIONAL LINGUISTICS (EACL)*, 15., 2017, Valencia. **Proceedings of the 15th Conference of the European Chapter of the Association for Computational Linguistics (EACL 2017): Software Demonstrations**. Valencia: Association for Computational Linguistics, 2017. p. 57–60. ISBN 978-1-945626-36-4.

DAVIS, T.; WILLIAMS, M.; MARIN, E.; PARKER, R.; GLASS, J. Health literacy and cancer communication. **CA: A Cancer Journal for Clinicians**, v. 52, n. 3, p. 134–149, maio/jun. 2002.

DOMÈNECH-BAGARIA, O.; ESTOPÀ, R.; VIDAL-SABANÉS, L. La comprensión de los informes médicos. *In: ESTOPÀ, R. (coord.). Los informes médicos: estrategias lingüísticas para favorecer su comprensión*. Buenos Aires: Delhospital, 2020. ISBN 978-987-8349-12-1.

ESTOPÀ, R. (Coord.). **¡El coronavirus es verde! Imaginarios de la pandemia: la construcción de un discurso científico en la población infantil y juvenil a través de las palabras**. Barcelona: Editorial Octaedro, 2023. ISBN 978-84-19690-35-5.

ESTOPÀ, R. (coord.). **Los informes médicos: estrategias lingüísticas para favorecer su comprensión**. Buenos Aires: Delhospital Ediciones, 2020. ISBN 978-987-8349-12-1.

ESTOPÀ, R.; MONTANÉ, M. A. Terminology in medical reports: textual parameters and their lexical indicators that hinder patient understanding. **Terminology**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 213–236, dez. 2020. DOI: 10.1075/term.00051.est.

ESTOPÀ, R.; VIDAL-SABANÉS, L. Infografías terminológicas sobre la covid-19 para niños y adolescentes. In: ESTOPÀ, R. (Coord.). **¡El coronavirus es verde! Imaginarios de la pandemia**: la construcción de un discurso científico en la población infantil y juvenil a través de las palabras. Barcelona: Editorial Octaedro, 2023. p. 185–203.

FALCÓN, M.; BASAGOITI, I. El paciente y la alfabetización en salud. In: BASAGOITI, I. (Coord.). **Alfabetización en salud**: de la información a la acción. Madrid: Ediciones Cinca, 2012.

FINATTO, M. J. B.; PARAGUASSU, L. B. (Orgs.). **Acessibilidade textual e terminológica**. Uberlândia: EDUFU, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/35193/1/eClasse_Acessibilidade_Textual.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.

FRIEDMAN, D. B.; HOFFMAN-GOETZ, L. An exploratory study of older adults' comprehension of printed information: is readability a key factor? **Journal of Health Communication**, [S. l.], v. 12, n. 5, p. 423–437, 2007. DOI: 10.1080/10810730701438658.

HEALTH LITERACY INNOVATIONS. **The Health Literacy and Plain Language Resource Guide**. Bethesda (Estados Unidos): Health Literacy Innovations, 2008. Disponível em: https://www.imiaweb.org/uploads/docs/hli_resources_guide.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

HELITZER, D.; HOLLIS, C.; COTNER, J.; OESTREICHER, N. Health literacy demands of written health information materials: an assessment of cervical cancer prevention materials. **Cancer Control: Journal of the Moffitt Cancer Center**, v. 16, n. 1, p. 70–78, 2009. DOI: 10.1177/107327480901600111.

JIMÉNEZ, A.; RUIZ, J. Estàndards i pràctiques en la comunicació escrita per a la salut. In: SUÑER, R.; SANTIÑÀ, M. (Eds.). **Alfabetització per a la salut**: estàndards i recomanacions per als professionals de la salut. Girona: Documenta Universitaria, 2014. p. 55–70.

JOHNSON, A.; SANDFORD, J. Written and verbal information versus verbal information only for patients being discharged from acute hospital settings

to home: systematic review. **Health Education Research**, [S. l.], v. 20, n. 4, p. 423–429, 2005. DOI: 10.1093/her/cyg141.

KESSELS, R. P. Patients' memory for medical information. **Journal of the Royal Society of Medicine**, [S. l.], v. 96, n. 5, p. 219–222, 2003. DOI: 10.1258/jrsm.96.5.219.

LINARES, O.; DALY, D. T.; DALY, G. A. **Plain English for doctors and other medical scientists**. New York: Oxford University Press, 2017.

MARTÍNEZ JIMÉNEZ, P. (Coord.). **La relación médico paciente como patrimonio cultural**. Patrimonio cultural inmaterial de la humanidad. Madrid: Foro de la Profesión Médica de España, 2017. Disponível em: <http://www.cesm.org/wp-content/uploads/2017/07/La-Relacion-medico-paciente.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

PARAGUASSU, L.; FINATTO, M. J. B. Simplificação, acessibilidade textual e tradução em ambientes multilíngues. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 3, n. 2, p. 251–293, 2020. DOI: 10.14393/Lex6-v3n2a2018-3. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/50190>. Acesso em: 2 jun. 2025.

PRIETO, M. A. Comunicación escrita. In: BASAGOITI, I. (Coord.). **Alfabetización en salud: de la información a la acción**. València: Itaca, 2012. p. 219–228.

SANTAMARÍA-PÉREZ, M. I. Alfabetización en salud reproductiva: comprensión terminológica, lenguaje claro y perspectiva de género. **Círculo de Lingüística Aplicada a la Comunicación**, [S. l.], n. 103, 2025 (en prensa).

SHOEMAKER, S. J.; WOLF, M. S.; BRACH, C. Development of the Patient Education Materials Assessment Tool (PEMAT): a new measure of understandability and actionability for print and audiovisual patient information. **Patient Education and Counseling**, [S. l.], v. 96, n. 3, p. 395–403, 2014. DOI: 10.1016/j.pec.2014.05.027.

SØRENSEN, K.; BROUCKE, S. V.; FULLAM, J.; DOYLE, G.; PELIKAN, J.; SŁOŃSKA, Z.; BRAND, H. Health literacy and public health: a systematic review and integration of definitions and models. **BMC Public Health**, [S. l.], v. 12, n. 80, p. 1–13, 2012. DOI: 10.1186/1471-2458-12-80.

STABLEFORD, S.; METTGER, W. Plain language: a strategic response to the health literacy challenge. **Journal of Public Health Policy**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 71–93, 2007.

STEPHENS, C. Canada's multilingual plain language projects. **Clarity: Journal of the International Association Promoting Plain Legal Language**, [S. l.], v. 53, p. 41–44, 2005.

SUÑER, R.; SANTIÑÀ, M. Alfabetització per a la salut: definicions, conceptes i la seva relació amb la salut. In: SUÑER, R.; SANTIÑÀ, M. (Eds.). **Alfabetització per a la salut**: estàndards i recomanacions per als professionals de la salut. Girona: Documenta Universitaria, 2017. p. 13–26.

TORRES-LÓPEZ, P. Lenguaje claro en salud y traducción inter-genérica: una guía para la adaptación de textos médicos. **Mutatis Mutandis: Revista Latinoamericana de Traducción**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 153–181, 2025. DOI: 10.17533/udea.mut.v18n1a09. Disponible em: <https://doi.org/10.17533/udea.mut.v18n1a09>. Acceso em: 18 set. 2025.

VIDAL SABANÉS, L. **La infografia terminològica: un exemple sobre tractaments de càncer de mama**. Barcelona: Societat Catalana de Terminologia; Institut d'Estudis Catalans, 2025 (en prensa). (Col·lecció Eines de Terminologia, n. 4).

VIDAL SABANÉS, L. **La terminologia en els textos mèdics per a pacients**: el cas d'una comunitat virtual de dones amb càncer de mama. 2021. 396 f. Tese (Doutorado en Traducció i Ciències del Llenguatge) – Departament de Traducció i Ciències del Llenguatge, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 2021. Disponible em: <https://www.tdx.cat/handle/10803/672627>. Acceso em: 18 set. 2025.

VIDAL SABANÉS, L.; DA CUNHA, I. AI as a resource for the clarification of medical terminology: an analysis of its advantages and limitations. **Computational Terminology Special Issue – Terminology**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 37–71, 2025.

VIDAL SABANÉS, L.; ESTOPÀ, R. La terminologia que utilitzen les pacients de càncer de mama: una anàlisi descriptiva. **Terminalia**, [S. l.], n. 21, p. 7–18, 2020. Disponible em: <https://www.raco.cat/index.php/Terminalia/article/view/374426>. Acceso em: 18 set. 2025.

VIDAL SABANÉS, L.; ESTOPÀ, R. La terminología médica: de obstáculo de comprensión a puente de acceso al conocimiento a través de infografías. **Mutatis Mutandis: Revista Latinoamericana de Traducción**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 182–208, 2025. DOI: 10.17533/udea.mut.v18n1a10. Acceso em: 18 set. 2025.

VILLAR, G. S.; FINATTO, M. J. Acessibilidade textual e terminológica: novos glossários sobre oncologia para a ferramenta MedSimples. **Mandinga – Revista de Estudos Linguísticos**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 23–42, 2024. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/mandinga/article/view/1391>. Acesso em: 2 jun. 2025.

WANGBERG, S. C.; ANDREASSEN, H. K.; PROKOSCH, H. U.; SANTANA, S. M.; SØRENSEN, T.; CHRONAKI, C. E. Relations between Internet use, socio-economic status (SES), social support and subjective health. **Health Promotion International**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 70–77, 2008. DOI: 10.1093/heapro/dam039.

WHITTINGHAM, J. R.; RUITER, R. A.; CASTERMANS, D.; HUIBERTS, A.; KOK, G. Designing effective health education materials: experimental pre-testing of a theory-based brochure to increase knowledge. **Health Education Research**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 414–426, 2008. DOI: 10.1093/her/cym018. Acesso em: 15 nov. 2024.

WICKLUND, K.; RAMOS, K. Plain language: effective communication in the health care setting. **Journal of Hospital Librarianship**, [S. l.], v. 9, p. 177–185, 2009.

WILLIAMS, M. V.; DAVIS, T.; PARKER, R. M.; WEISS, B. D. The role of health literacy in patient-physician communication. **Family Medicine**, [S. l.], v. 34, n. 5, p. 383–389, 2002.

ZANCHETTA, M. S.; SANTOS, W. S.; MORAES, K. L.; PAULA, C. M.; OLIVEIRA, L. M.; LINHARES, F. M. P.; CORIOLANO-MARINUS, W. L.; VIDUEDO, A. S. Incorporação do letramento em saúde comunitária ao Sistema Único de Saúde: possibilidades, controvérsias e desafios. **J. Nurs. Health**, v. 10, n. 3, p. e20103010, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1129520>.

ZILIO, L.; PARAGUASSU, L. B.; LEIVA, L. A.; PONOMARENKO, G. L.; BERWANGER, L. P.; BOCORNY FINATTO, M. J. A lexical simplification tool for promoting health literacy. In: WORKSHOP ON TOOLS AND RESOURCES TO EMPOWER PEOPLE WITH READING DIFFICULTIES (READI), 1., 2020, Marseille. **Proceedings of the 1st Workshop on Tools and Resources to Empower People with Reading Difficulties (READI): Language Resources and Evaluation Conference (LREC 2020)**. Marseille: European Language Resources Association (ELRA), 2020. p. 70–76. Disponível em: <https://readi-lrec2020.wixsite.com/readi-lrec2020/programme>.

A TERMINOLOGIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: CRITÉRIOS DE IDENTIFICAÇÃO DE TERMOS EM LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL

*Cleci Regina Bevilacqua
Sandra Dias Loguercio*

INTRODUÇÃO

Desde agosto de 2021, o grupo Termisul¹ tem se dedicado à terminologia do Patrimônio Cultural Imaterial (PCI), com o objetivo de identificar e disponibilizar, em uma base de dados *on-line* e gratuita, os termos apreendidos de um *corpus* acadêmico, composto principalmente por artigos científicos, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso e relatórios, além de documentação e registros do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, Brasil). A primeira etapa do projeto – intitulada “A terminologia do Patrimônio Cultural Imaterial” – PATRIM – é acompanhada pelo levantamento da terminologia em *corpora* acadêmicos em português e também em espanhol, francês, italiano, inglês e russo, a fim de compor uma base terminológica multilíngue e multimodal. O projeto dá continuidade a duas pesquisas anteriores – *A linguagem do Patrimônio*

¹ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/termisul/>.

Cultural brasileiro: conservação dos bens culturais móveis e Conservação dos bens culturais móveis em papel: identificação e representação de Unidades Fraseológicas Especializadas (UFES) –, que resultaram em uma base de dados multilíngue disponível *on-line* e de acesso livre².

Embora tivéssemos essas experiências prévias, ao nos debruçarmos sobre o PCI, nos deparamos com uma realidade mais complexa e diversificada, relacionada a dimensões menos tangíveis do patrimônio cultural – dimensões “vivas” –, que põem em relevo mais os processos e as relações (dos sujeitos com seu meio ambiente, dos sujeitos com suas práticas etc.) do que os produtos – e que se sustentam por meio da memória coletiva. Isso exigiu um olhar mais sensível ao tema e às suas especificidades. Foi necessário, então, entender como se constituem e são representados os bens imateriais a partir dos saberes das *comunidades detentoras*, que se situam em determinados territórios (*territorialidade*) e contextos (*urbano* ou *rural*), apresentam características essenciais (*autenticidade*, *ancestralidade*, *etnicidade*), quem são seus agentes (*comunidades tradicionais*, *detentores de saberes*), qual a sua forma de transmissão de geração a geração (*oralidade*), quais as formas de salvaguarda desses bens promovidas sobretudo pelo IPHAN a partir de sua *patrimonialização*, que abrange várias etapas (*pré-registro*, *registro* e *pós-registro*) e que buscam preservá-los do *desaparecimento*, do *esquecimento* ou de outros tipos de danos, como a *turistificação*³. Nesse sentido, foi preciso também apropriar-se

² Disponível em: <https://www.ufrgs.br/termisul/papel/>.

³ Segundo Vianna (2006), é a Constituição Federal de 1988 que aproxima cultura e patrimônios no sentido antropológico e político, superando a compreensão de patrimônio apenas como bem material tangível e buscando valorizar e proteger sobretudo a cultura popular e tradicional. Porém, somente em 2000 foi criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) pelo IPHAN, com o objetivo de “viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural” (Corá, 2014), o que não ocorreu sem conflitos e desafios metodológicos e institucionais, uma vez que, além de ampliar a

dos documentos normativos (convenções, portarias e normas) e dos processos de registro junto ao IPHAN que asseguram sua salvaguarda. Portanto, o projeto transita entre a documentação e os registros estabelecidos pelo IPHAN e os textos acadêmicos que tratam da temática e aprofundam a compreensão dos processos de patrimonialização, estabelecendo uma inter-relação entre textos institucionais e textos acadêmicos nesta primeira etapa do projeto⁴. É por essa razão que selecionamos não apenas os bens imateriais registrados pelo IPHAN como termos e os categorizamos tal como propõe esse instituto, mas também aqueles relacionados à linguagem que sustenta os processos da área – como suas características intrínsecas, agentes, etc. – que também foram classificados seja com base nos próprios parâmetros do IPHAN, seja com base em outros critérios estabelecidos pela equipe a partir da interpretação dos dados e da compreensão mais ampla das especificidades do PCI.

Feitos esses esclarecimentos, no contexto do projeto, entendemos o PCI como:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO, 2003, p. 4).

Importante ressaltar que esse conjunto de saberes rompem, em boa medida, com a dicotomia tangível e intangível, questão muito discutida na área (ver, por exemplo, Costa; Castro, 2008). Explicitando

compreensão de patrimônio cultural, exige a participação popular e a articulação entre os diversos atores sociais.

⁴ Esta etapa inicial tem previsão de término para agosto de 2026. Na sequência, pretende-se coletar termos diretamente com as comunidades detentoras dos saberes.

ainda mais esses tipos de bens, o IPHAN elenca “práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)”⁵. Assim, como exemplos de bens já registrados temos: *Ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê Nawê* (MT), *Maracatu Nação* (PE), *Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani* (RS) e *Ofício das baianas de acarajé* (BA).

De maneira mais ampla, o projeto justifica-se pela contribuição que pode oferecer, do lugar dos estudos da linguagem, a políticas públicas do patrimônio cultural que, em última análise, visam o reconhecimento e a preservação da diversidade cultural de uma sociedade – o que implica o exercício da interculturalidade – e, em muitos casos, o empoderamento de grupos sociais historicamente subalternizados (como as comunidades indígenas e afrodescendentes no Brasil). Nesse sentido, vale evocar a teoria praxiológica de Bourdieu – teoria que relaciona práticas culturais e espaços sociais (territórios), em que o capital simbólico é instrumento para a construção de relações de poder e que, por isso mesmo, pode ser usado como ferramenta em sentido inverso, para contrapor hegemonias.

O pretexto das lutas a propósito do sentido do mundo social e o poder sobre os esquemas e os sistemas de classificação [...] se encontram na origem das representações e, por conseguinte, da mobilização e desmobilização dos grupos: poder evocador da enunciação que faz ver de forma diferente (é o caso, por exemplo, quando uma simples palavra, tal como *paternalismo*, transforma toda a experiência de uma relação social) ou que, ao modificar os esquemas de percepção e apreciação, faz ver outra coisa, outras

⁵ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 26 jun. 2024.

propriedades, até então despercebidas ou relegadas para segundo plano (tais como os interesses comuns, até então, dissimulados pelas diferenças de etnia ou nação) (Bourdieu, 2011, p. 444).

A linguagem desempenha, assim, o papel de eixo central na configuração das relações no mundo prático, exercendo a função de definir o valor atribuído às práticas culturais dentro de uma economia dessas práticas. Nesse sentido, o sociólogo Pierre Bourdieu (2000, p. 52) ressalta que “as ciências sociais são, em última instância, fenômenos de linguagem”. Essa perspectiva se reflete em nossa abordagem plurilíngue, que busca promover diálogos interculturais, criando um espaço de articulação entre diferentes compreensões e estruturas organizacionais da área.

De maneira mais específica, chamamos a atenção para a necessidade de identificação, estudo, registro e divulgação dos seus termos a fim de contribuir com pesquisadores, professores e estudantes da área, bem como com tradutores, intérpretes, redatores, jornalistas, mediadores culturais e o público interessado na preservação da identidade e da memória do nosso país.

Neste capítulo, nosso objetivo é tratar da seleção dos termos a partir de uma lista inicial gerada pela ferramenta *Keywords* (palavras-chave) do Sketch Engine, apresentando os critérios quantitativos e qualitativos definidos pela equipe com base nas teorias Comunicativa e Linguístico-Textual da Terminologia, bem como nos aportes metodológicos da Linguística de *Corpus*. Antes de tratar especificamente dos critérios de seleção dos termos, apresentamos, brevemente, os aspectos teóricos que sustentam a pesquisa e a constituição do *corpus* acadêmico em português brasileiro.

1. ASPECTOS TEÓRICOS

Como fundamentação teórica que sustenta o projeto, seguimos os princípios da Teoria Comunicativa da Terminologia (Cabré, 1999, 2001) e da Terminologia Linguístico-Textual (Krieger, 2000, 2008, 2017, 2018; Krieger; Finatto, 2004; Bevilacqua *et al.*, 2023), posto que essas perspectivas permitem “o manejo social dos léxicos terminológicos” (Krieger, 2000, p. 211). Na sequência, destacamos alguns de seus princípios.

Em sua proposta, Cabré (1999) preconiza que a Terminologia é multidisciplinar, pois está conformada pelas perspectivas linguística e semiótica, comunicativa e cognitiva. Conforme a autora, a perspectiva linguística permite explicar os termos como elementos da linguagem natural e a ativação de seu caráter especializado em função de seu uso em contextos específicos. Por sua vez, a semiótica explica que o conhecimento especializado, além de não ser representado somente por unidades linguísticas, incluindo outros sistemas de signos não linguísticos, tais como as fórmulas e símbolos, chama a atenção para a relação entre os diferentes sistemas simbólicos, de modo que podemos facilmente associar o uso linguístico às práticas sociais. A perspectiva cognitiva explica “como conceituamos a realidade, os tipos de conceitualização que podem ocorrer e a relação dos conceitos entre si e com suas possíveis denominações” (Cabré, 1999, p. 122, tradução nossa⁶), aprofundando a compreensão de toda ação conceitual-designativa nos diferentes contextos de produção do conhecimento humano. Finalmente, a perspectiva comunicativa possibilita descrever as diferentes situações e formas de comunicação e, consequentemente, “as características, possibilidades e limites dos diferentes sistemas de

⁶ No original: “[...] cómo se conceptualiza la realidad, los tipos de conceptualización que pueden darse y la relación de los conceptos entre sí y sus posibles denominaciones”.

expressão de um conceito e de suas unidades” (Cabré, 1999, p. 123, tradução nossa⁷), de modo, inclusive, a evidenciar as lacunas ou as diferenças de compreensão, quando comparados os modos de expressão, entre as diversas comunidades de saber ou correntes de pensamento de uma determinada área de especialidade.

Considerando tais aspectos, prioriza-se a multidimensionalidade da unidade de conhecimento especializado, o termo, unidade lexical cuja especificidade é ativada por condicionamentos da área (tema, interlocutores, situação comunicativa etc.). Como consequência, os textos especializados – unidade de sentido da comunicação humana – são considerados o habitat natural dos termos, seus contextos reais de uso, e   neles que adquirem seu valor de unidades especializadas. Nesse sentido, conforme a mesma autora (Cabré, 1999), os termos não *pertencem* a uma área de conhecimento, mas nela são *utilizados* com um valor específico. Por fazerem parte da linguagem natural, tal como nos textos da linguagem cotidiana, os termos seguem as normas de formação e derivação das gramáticas das línguas e admitem variação terminológica e sinonímia. Alguns exemplos de variação por redução dos termos identificados no projeto são *bens culturais imateriais/bens imateriais* e *bens materiais intangíveis/bens intangíveis* e são exemplos de variação por derivação: *desaparição de um bem* e *desaparecimento de um bem*. Como exemplos de sinonímia, há os termos *comunidade detentora de bens imateriais/grupo detentor de bens imateriais*; *homogeneização/estandardização/padronização dos bens* e *intangibilidade/imaterialidade*.

No  mbito do grupo Termisul, Krieger (2000) sistematizou um conjunto de elementos de caráter teórico-metodológico para caracterizar o que denominou Terminologia Linguístico-Textual (TLT), também corroborada por Krieger e Finnato (2004) e, mais recente-

⁷ No original “[...] las características, posibilidades y límites de los diferentes sistemas de expresión de un concepto y de sus unidades”.

mente, revisitada por Bevilacqua *et al.* (2023), além de outras pesquisas dos membros do grupo. A seguir, apresentamos alguns dos princípios, retomados da síntese elaborada por Bevilacqua e Kilian (2023):

- a terminologia, além de auxiliar a repertoriar os conceitos de uma área, “é também elemento constitutivo da produção do saber” (Krieger, 2000, p. 211);

- o texto é concebido como um todo de sentido e constitui o habitat natural dos termos e das Unidades Fraseológicas Especializadas (UFEs)⁸; é uma espécie de moldura cognitiva, na qual essas unidades se articulam;

- os termos e as UFEs têm seu valor especializado determinado por seu uso nos textos especializados, produzidos em situações comunicativas específicas, razão pela qual é fundamental a análise de seus elementos estruturais e discursivos, tais como as condições de produção, os sujeitos envolvidos na comunicação especializada, os diferentes gêneros em que se manifestam e suas características;

- as terminologias podem conformar-se pela conjunção de saberes de diferentes âmbitos, isto é, ser multidisciplinares, ou podem revelar

⁸ Unidades sintagmáticas, formadas por dois ou mais elementos linguísticos que coocorrem frequentemente em função de restrições combinatórias decorrentes das convenções próprias das línguas, dos gêneros textuais e da comunidade de saber que compartilha a mesma especialidade. São, portanto, estáveis e apresentam certa fixação de ordem (por exemplo, em que o nome tem função sintática de objeto direto do verbo), bem como há uma afinidade semântica entre essas palavras. Caracterizam-se como modos de dizer próprios de uma área e fazem referência a ações e processos, no caso das colocações, ou possuem funções específicas nos gêneros textuais nos quais ocorrem, no caso das formulações (Bevilacqua, 1996; 2004; Bevilacqua *et al.*, 2013). Alguns exemplos: *proteção de bens imateriais*; *salvaguarda de bens imateriais*; *transmissão de conhecimentos*.

diferentes perspectivas que constituem esses saberes, ou seja, podem ser híbridas;

– as terminologias fazem parte das línguas naturais e revelam igualmente fenômenos como variação e sinonímia; segundo Krieger (2017, 2018) isso implica analisar o “[...] funcionamento da linguagem em distintos contextos de uso para identificar os modos de comportamento dos termos e, conseqüentemente, as formas sinonímicas e as variantes dos termos pesquisados” (Krieger, 2017, s. p.).

– os produtos terminográficos são considerados textos e caracterizam-se por determinadas regras e formas de organização, determinadas pelo consulente-alvo e as finalidades de consulta previstas;

– entre a análise dos dados observáveis e as soluções metodológicas para a elaboração de produtos terminográficos se estabelece uma relação intrínseca, atribuindo um caráter teórico também à Terminografia, dado que proporciona elementos teórico-metodológicos para a elaboração desses produtos.

Os aspectos referidos anteriormente podem ser, assim, sintetizados:

No bojo do poder explicativo desta proposta teórica, ganha também relevância a concepção de organização narrativa, constituída de mecanismos que regem a estruturação dos mais diferentes tipos de textos, bem como o patamar discursivo que abriga e explica as relações comunicativas entre destinador e destinatário da comunicação, além das projeções da enunciação no discurso enunciado. (Krieger, 2008, p. 2).

Toda essa visão, que leva em consideração as relações entre o funcionamento da linguagem, as es-

pecificidades das comunicações especializadas e a gênese do estatuto terminológico de determinadas unidades lexicais, constitui a base dos fundamentos teóricos e metodológicos da Terminografia, que denominamos linguístico-textual (Krieger; Finatto, 2004, p. 57).

A partir dessa perspectiva, fundamentadas em Krieger (2008) e Krieger e Finatto (2004), Bevilacqua *et al.* (2023, p. 23) compreendem o termo como:

[...] signo linguístico que possui conteúdo especializado decorrente de seu uso e conformação em determinada comunidade de saber, portanto, remete aos conceitos de uma área e, por essa razão, sua natureza é designativo-denominativa com a função de representar e transmitir conhecimentos específicos das áreas especializadas, sejam elas científicas, técnicas ou tecnológicas ou ainda relacionadas a ofícios.

Do lugar da Linguística de *Corpus*, Biber, Conrad e Reppen (1998, p. 5) destacam que “as pesquisas baseadas em *corpus* não buscam apenas mostrar dados quantitativos, mas explorar tais resultados para conhecer os padrões de uso da linguagem”. No nosso caso, os termos utilizados em textos acadêmicos e institucionais relativos ao PCI, área de natureza inter- e multidisciplinar, a possibilidade de contrastar os padrões lexicais encontrados no *corpus* de estudo com um *corpus* de referência (não especializado e mais volumoso) mostra-se extremamente produtivo como passo inicial do levantamento terminológico. Para isso, seguimos uma série de critérios para a construção do nosso *corpus*, conforme esses autores e também Stubbs (1996, 2001) e Berber Sardinha (2004), tais como: o período de abrangência temporal dos textos, sua extensão, gêneros e tipologias textuais, entre outros.

2. CONSTITUIÇÃO DO CORPUS ACADÊMICO EM PORTUGUÊS E CRITÉRIOS QUANTITATIVOS PARA A EXTRAÇÃO DOS CANDIDATOS A TERMOS

A produção acadêmica tem um papel essencial para desenhar o processo institucional de reconhecimento dos bens imateriais: são as investigações realizadas na academia, pelas diversas disciplinas de ciências humanas que se voltam para a produção cultural não hegemônica, ou seja, ainda não legitimada de maneira mais ampla, fora de sua comunidade e entorno de origem, que contribuem para a construção do olhar e do interesse público no sentido de legitimar determinado bem patrimonial intangível. Para a coleta dos textos, realizada entre agosto de 2021 e fevereiro de 2022, foram realizadas buscas em *sites* institucionais (universidades, grupos de pesquisa, IPHAN, ministérios) e publicações periódicas (base de dados IBICT, Portal Capes, UNESCO, etc.) a partir de palavras-chave: *patrimônio cultural*, *patrimônio imaterial*, *patrimônio intangível*, *bens imateriais*, *bens intangíveis*, *bens registrados*. Além disso, foram priorizados os seguintes gêneros textuais: acadêmicos (teses, dissertações, TCCs, livros, artigos científicos, anais, manuais); textos institucionais (IPHAN, UNESCO etc.), textos de divulgação (textos jornalísticos)⁹ e fichas de registro dos bens imateriais. Para os textos acadêmicos, foco do presente texto, chegou-se a um total de 81 textos e cerca de 2.8 milhões de palavras. Os textos do IPHAN foram utilizados para identificar os bens já registrados e as etapas e procedimentos de registro.

⁹ Os textos jornalísticos foram coletados porque há diferenças entre as línguas em relação à disponibilidade e ao acesso dos diferentes gêneros textuais. Por exemplo, para o italiano, o acesso aos textos acadêmicos é mais restrito, enquanto os jornalísticos são mais fáceis de serem acessados, razão pela qual essa língua tem um conjunto considerável desse gênero textual. De todo modo, os textos jornalísticos em todas as línguas serão analisados em outra etapa do projeto.

Como costuma ser de praxe na preparação desse material, foi feita a limpeza dos textos para a retirada de elementos que pudessem gerar ruído na extração dos termos, sendo excluídos resumos, notas de rodapé, referências, figuras, entre outros. Os textos foram codificados com um código estabelecido pela equipe: por exemplo, o texto Abr001 refere-se ao texto acadêmico (A), em português brasileiro (br) sendo o primeiro texto (001) do conjunto coletado. Procedeu-se ainda a sua catalogação para manter informações como autoria, título e *link* de acesso, conforme a Figura 1, de modo que possamos sempre recuperar os textos em sua integralidade.

Figura 1. Catálogo dos textos acadêmicos em português

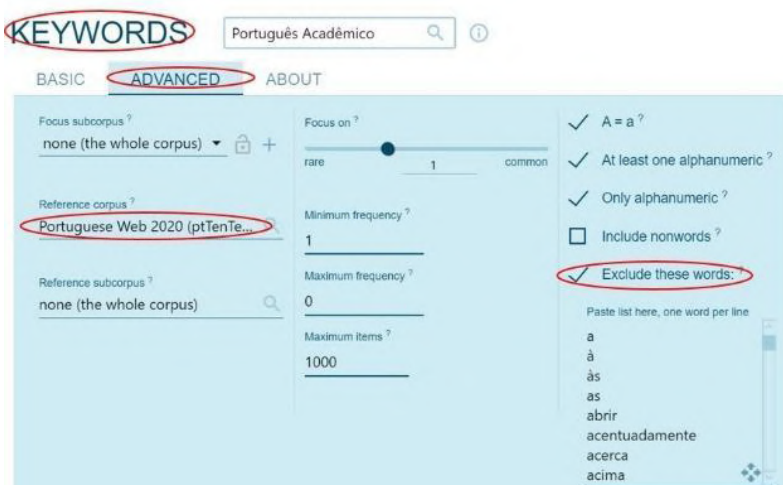
Código	Autor	Título	URL
Abr001	AGUINAGA, Karyn Ferreira Souza	A proteção do Patrimônio Cultural Imaterial e os Conhecimentos Tradicionais	http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manager/arquivos/analise/manifestacao_dir_povos_k_aym_3_aguinaga.pdf
Abr002	ALBUQUERQUE, Daniela Eugênia Moura de et alii	Bens materiais em processo de instrução para registro no IPHAN: tensões sociais em torno da salvaguarda no nordeste	https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/78323
Abr003	SIQUEIRA, Andressa Marques	conservação do patrimônio cultural imaterial em sua relação com os usos dos bens naturais: uma análise a partir das experiências de salvaguarda da Roda de Capoeira e do Samba de Roda	https://teses.usp.br/teses/disponiveis/106/106132/index-19112018-170752/jr-br.php
Abr004	ALONSO, Leandro Seawright	Memória, História Oral e Patrimônio Imaterial Afro-brasileiro: teoria, prática	https://periodicos2.unab.br/index.php/oderear/article/view/1555

Fonte: Termisul.

Os textos provêm de diferentes áreas do conhecimento como Antropologia, Ciências da Informação, Ciências Sociais, Direito, História, Museologia e tratam de temáticas relacionadas às políticas públicas para a salvaguarda do patrimônio imaterial, aspectos jurídicos da salvaguarda, comunidades de saber, comunidades tradicionais, conhecimentos tradicionais, danos ao patrimônio imaterial, educação patrimonial, processo de registro dos bens imateriais, questões étnicas, entre outras. Por serem acadêmicos, tendem a privilegiar movimentos retóricos de definição e problematização dos conceitos com os quais operam, constituindo um *corpus* extremamente rico para nos introduzir nas reflexões desenvolvidas nas áreas e compreender a própria história do patrimônio cultural no Brasil.

Utilizamos a ferramenta *Keywords* do programa *Sketch Engine*, que compara a lista de candidatos a termos do *corpus* de estudo (acadêmico) e um *corpus* de referência, considerando o tamanho de cada um. Como *corpus* de referência selecionamos o *Portuguese Web 2020* (ptTenTen20), disponível no próprio *Sketch Engine*. Inserimos uma lista de exclusão de palavras gramaticais, a fim de trabalhar com uma listagem com menos ruído informacional, mas não estabelecemos, nesta etapa, um mínimo de frequência, pois queríamos ter uma visão mais ampla dos candidatos a termos antes de estabelecer esse corte. Na Figura 2, pode-se ver os filtros de busca.

Figura 2. Configuração para extração de palavras-chave



Fonte: Sketch Engine.

Como resultado dessa busca, obteve-se uma lista de palavras-chave simples (*single-words* – Figura 3) e outra de sintagmáticas (*multi-word terms* – Figura 4) ordenadas pela chavicidade, ou seja, pelas palavras mais prototípicas do *corpus* de estudo.

Figura 3. Lista de palavras-chave simples

Lemma	Lemma	Lemma	Lemma	Lemma
1 imaterial	11 linrc	21 cnrc	31 detentor	41 musealização
2 iphan	12 berimbau	22 wajápi	32 paneleiras	42 oyô
3 salvaguarda	13 quilombo	23 ompl	33 cultural	43 dpi
4 rbis	14 pnpi	24 pbi	34 goiabeiras	44 trips
5 tombamento	15 machete	25 sambador	35 yorubá	45 barranquilla
6 sphan	16 griot	26 quilombola	36 cica	46 paneleiro
7 griô	17 ctas	27 unesco	37 antropológico	47 kusiwa
8 patrimonialização	18 ectas	28 agrobiodiversidade	38 etnográfico	48 antropologo
9 pci	19 biriba	29 fundarpe	39 griôs	49 dpis
10 patrimônio	20 cts	30 intangível	40 choay	50 griots

Fonte: Sketch Engine.

Figura 4. Lista de palavras-chave sintagmáticas

Term	Term	Term
1 patrimônio cultural	18 salvaguarda do patrimônio	36 ação de salvaguarda
2 bem cultural	19 conceito de patrimônio	36 política de salvaguarda
3 patrimônio imaterial	20 referência cultural	37 bem natural
4 patrimônio cultural imaterial	21 política de patrimônio	38 diversidade cultural
5 Patrimônio imaterial	22 proteção do patrimônio cultural	39 Livro de registro
6 natureza imaterial	23 bem cultural de natureza	40 grupo formador
7 direito cultural	24 bem de natureza	41 bem registrado
8 conhecimento tradicional	25 direito moral	42 preservação do patrimônio cultural
9 Patrimônio cultural	26 preservação do patrimônio	43 memória coletiva
10 comunidade tradicional	27 expressão cultural	44 plano de salvaguarda

Fonte: Sketch Engine.

Pelos dados das figuras, já é possível identificar alguns termos como *salvaguarda*, *patrimonialização*, *patrimônio*, *PCI* (Patrimônio Cultural Imaterial) (Figura 3), *patrimônio cultural*, *bem cultural*, *patrimônio imaterial*, *patrimônio cultural imaterial*, *conhecimento tradicional*, *comunidade tradicional* (Figura 4), entre outros.

As listas foram baixadas em formato Excel (.xlsx) e reunidas em uma única tabela contendo inicialmente dois mil termos (Figura 5). Essa

lista foi organizada em ordem alfabética e estabeleceu-se um corte de frequência de 10 ocorrências, sendo excluídos os termos com menos de nove ocorrências. Retiramos ainda alguns casos que não foram filtrados pelos parâmetros iniciais de busca, como verbos (*abarc*ar), adjetivos e advérbios isolados (*intangível*, *tradicionalmente*) e nomes e sobrenomes (*Maria Cecília*, *Abdias*). Após essa etapa de refinamento, o conjunto resultante compreendeu aproximadamente 800 termos candidatos.

Figura 5. Amostra da lista de candidatos a termos – ordem alfabética

Item	Frequency (focus)
abarc	201
abdias	28
ação civil	193
ação civil pública	187
ação griô	51
ação popular	60
acarajé	177
acautelamento	75
acepção	120

Fonte: Termisul.

De posse dessa lista inicial, resultante de critérios estatísticos e da retirada de ruídos remanescentes, foi preciso estabelecer critérios de ordem qualitativa, entre os quais se encontra a pertinência pragmática. É o que explicamos na seção seguinte.

3. CRITÉRIOS QUALITATIVOS DE SELEÇÃO DOS TERMOS

Revisando a lista previamente limpa, verificamos a ocorrência de siglas (*IPHAN*, *MNU* – Movimento Negro Unificado) e nomes de tratados relacionados ao patrimônio cultural (*Carta de Fortaleza*¹⁰,

¹⁰ Documento que impulsionou a regulamentação do Registro compreendido como

Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial). Esses casos foram separados em duas tabelas específicas, ainda não analisadas. Também foi feito um cotejamento com os bens já registrados pelo IPHAN para identificá-los como termos na tabela, sendo encontrados 58¹¹ bens imateriais, distribuídos nas seguintes categorias, para as quais indicamos alguns exemplos:

- celebrações: *Círio de Nossa Senhora de Nazaré, Ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê Nawê, Festividades do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó*;

- formas de expressão: *Frevo, Ritxòkò: expressão artística e cosmológica do povo Karajá, Ciranda do Nordeste*;

- lugares: *Feira de Caruaru, Cachoeira de Iauaretê, Feira de Campina Grande*;

- saberes: *Ofício das baianas de acarajé, Modo de fazer cuias do baixo Amazonas, Modo artesanal de fazer queijo de Minas*.

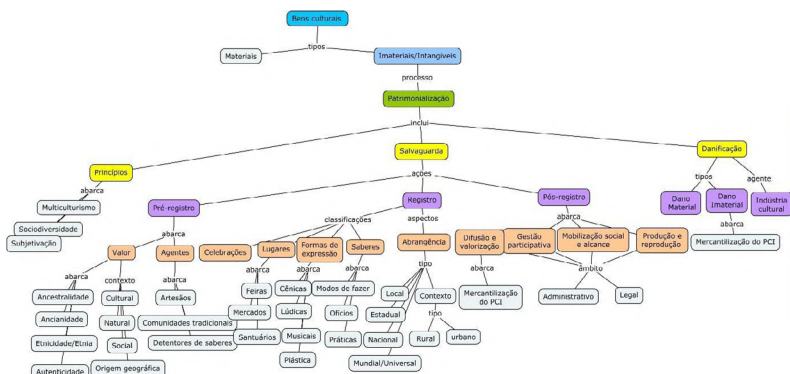
Somado aos critérios anteriores, relacionados sobretudo à chavidade e frequência, consideramos também o critério de pertinência pragmática, que se sobrepõe aos anteriores, na medida em que determinada unidade terminológica, mesmo não se revelando frequente no *corpus* de estudo, mostra-se essencial para a compreensão e a articulação das relações conceituais dentro da área.

um mecanismo efetivo de garantia do direito ao patrimônio cultural (imaterial) (Costa, 2017).

¹¹ Além desses bens, há outros nove que fazem parte do Patrimônio Cultural Imaterial do Mercosul, entre os quais estão Chamamé; Cumbes, quilombos e palenques; A tava, lugar de referência para o povo guaraní.

Assim, a partir da análise dos candidatos a termos e das consultas às classificações e documentação do IPHAN, identificamos a organização da área, bem como elementos comuns entre os termos, o que permitiu classificá-los em diferentes categorias e chegar a parâmetros mais concretos de análise por meio de um mapa conceitual. Com base no processo geral de *patrimonialização* dos bens culturais imateriais e em seus processos (*salvaguarda* e *danificação*), identificamos categorias e subcategorias que foram hierarquizadas (*pré-registro*, *registro*, *pós-registro*, *valor*, *agentes*, *lugares*, *difusão* e *valorização* etc.) a partir das relações semânticas estabelecidas entre elas. Essas relações estão indicadas por palavras que associam as diferentes categorias e subcategorias, tais como *tipos*, *processos*, *ações*, *classificações*, *aspectos* etc. O mapa conceitual foi sendo complementado ou modificado ao longo da análise de seleção final dos termos, realizada coletivamente, ou seja, por meio do confronto das interpretações dos membros da equipe até se alcançar uma decisão consensual. Até o momento, encontra-se conforme vemos na Figura 6.

Figura 6. Mapa conceitual dos termos do Patrimônio Cultural Imaterial



Fonte: Termisul.

Explicamos algumas das categorias e exemplificamos com seus termos. O principal processo relativo aos bens imateriais é a sua *patrimonialização*, subdividida em duas categorias: **princípios** e **salvaguarda**. Os **princípios** referem-se a aspectos que justificam a política de patrimonialização, atravessando o conjunto de bens, tais como *multiculturalismo*, *sociodiversidade* e *subjetivação*. A **salvaguarda** inclui:

1) *Pré-registro*: etapa inicial do processo de registro dos bens imateriais que requer a sua identificação e a confecção de um dossiê que caracterize e justifique o registro do bem; abarca as categorias:

a) valor: características intrínsecas necessárias para identificar um bem como imaterial (*ancestralidade*, *ancianidade*, *etnicidade/etnia* e *autenticidade*) e o território ou contextos em que o bem surgiu e se mantém (*contexto cultural*, *contexto natural* e *contexto social*);

b) agentes: indivíduo ou grupo/coletivo detentor de um saber: *artesãos*, *comunidades tradicionais*, *detentores de saberes*.

2) *Registro*: etapa em que o bem já teve seu registro aprovado e é incluído em uma das categorias do IPHAN; abarca ainda aspectos relativos à sua abrangência. Contém as categorias:

a) lugares: *Feira de Caruaru*, *Cachoeira de Iauaretê*, *sítio cultural*, *ponto de cultura*;

b) celebrações: *Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha*, *Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade*, *folgado*;

c) formas de expressão: *Ciranda do Nordeste, Fandango caiçara, grafismo, prática tradicional*;

d) saberes: *Ofício das baianas de acarajé, Modo de fazer viola de cocho; Ofício das paneleiras de goiabeiras*;

e) abrangência: refere-se ao alcance do bem, que pode ser mundial, nacional, estadual, regional, local, ou o contexto de sua ocorrência (rural ou urbano): *cultura brasileira, cultura popular brasileira, universo patrimonial*.

3) *Pós-registro*: são ações que abrangem desde a valorização e divulgação do bem até aspectos relacionados à sua produção e reprodução. Abarca categorias como:

a) difusão e valorização: *indústria cultural; educação patrimonial*;

b) gestão participativa¹²;

c) mobilização social e alcance: *reconhecimento social*;

d) produção e reprodução.

Além das categorias relativas à **salvaguarda**, há também a categoria oposta, a de **danificação**.

4) *Danificação*: refere-se aos processos que causam danos aos bens materiais seja pela forma de exploração e mercantilização,

¹² As categorias não exemplificadas constituem termos, como definidos pelo próprio IPHAN. Não foram encontrados, porém, em nosso *corpus* outros termos associados a elas.

como a exploração turística excessiva em torno de um bens imateriais. Divide-se em:

- a) danos: podem ser materiais ou imateriais; por exemplo, *turistificação, esquecimento, estetização*;
- b) agentes: entes que promovem ou geram ações que causam danos aos bens imateriais; por exemplo, *indústria cultural*.

Seguindo essa metodologia, ao final do processo, chegamos a cerca de 500 termos que serão inseridos na base que já está construída e encontra-se em etapa de preenchimento dos dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as informações apresentadas anteriormente, esperamos ter demonstrado a complexidade implicada na identificação dos termos do PCI, principalmente por suas especificidades e características. Nesse sentido, destacamos a importância de contar com um *corpus* construído a partir de critérios específicos e com a documentação do IPHAN. Essa junção de conhecimentos acadêmicos e institucionais foi um dos elementos que possibilitou compreender as características intrínsecas dos bens, os aspectos relativos à sua salvaguarda, bem como os riscos que podem sofrer quando ainda não estão registrados e sob a guarda de uma política mais ampla de proteção dos saberes e da memória coletiva. Esse caráter híbrido da documentação também possibilitou identificar uma terminologia inter- e multidisciplinar, ou seja, multidimensional (diferentes perspectivas). Assim, identificamos termos do âmbito jurídico e outros que podem estar em lugares opostos do mapa conceitual elaborado, associados, em razão da polis-

semia discursiva, a categorias diferentes. É o caso de *agentes* como os *detentores* dos bens imateriais e como os *entes* que geram algum tipo de dano a esses bens. Tais aspectos corroboram o princípio de que o valor especializado de um termo se dá por seu uso em textos que resultam do conhecimento acumulado por comunidades de saber.

Destacamos, ainda, a importância da etapa de extração quantitativa dos candidatos a termos, mas sobretudo o estabelecimento de critérios qualitativos, como a categorização feita a partir da compreensão mais ampla do PCI e de suas especificidades, mas sobretudo da interpretação colaborativa realizada pela equipe de trabalho. Acreditamos que a categorização e sua representação no mapa conceitual representaram um avanço importante na objetivação de critérios para a seleção dos termos, que inclui a identificação de casos de variação terminológica (*desaparição de um bem/desaparecimento de um bem*) e de sinonímia (*comunidade detentora de bens imateriais/grupo detentor de bens imateriais*).

Todos esses dados revelam a importância do percurso teórico-metodológico seguido para a identificação da terminologia de uma área que, por natureza, estará sempre em construção, dada a dinâmica e complexidade das relações sociais, territoriais e de suas práticas culturais. Quando saberes ancestrais e populares entram na academia, rompendo com as hierarquias historicamente construídas entre grupos sociais e seus saberes é toda a identidade cultural brasileira que se reconfigura, pois se torna mais apropriada de sua história e do conhecimento genuíno que constrói, portanto, também mais instrumentalizada para lutar por sua emancipação e soberania¹³. Repertoriar os termos do PCI é contribuir para a preservação das diversas memórias representadas pelos diversos bens e para sua divulgação interna e ex-

¹³ Vale lembrar que as diferentes formas de colonialidade do poder passam também pelas colonialidades do saber (Quijano, 2005) e do ser (Mignolo, 2017).

terna, de modo a criar redes de conhecimento mais amplas entre os territórios e os povos.

REFERÊNCIAS

- BERBER SARDINHA, T. **Lingüística de Corpus**. Barueri: Manole, 2004.
- BEVILACQUA, C. R. **A fraseologia jurídico-ambiental**. 1996. 97 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/217084>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- BEVILACQUA, C. R. **Unidades fraseológicas especializadas eventivas: descripción y reglas de formación en el ámbito de la energía solar**. 2004. 241 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/215336>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- BEVILACQUA, C. R.; KILIAN, C. K. Quando a teoria e a prática se encontram. In: BEVILACQUA, C. R.; SALES, D. R.; SILVA, M. M.; LOGUERCIO, S. D.; REUILLARD, P. C. R. **Introdução à Terminografia: a experiência do grupo TERMISUL**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2023, p. 14-31. Disponível em: <https://www.editorazouk.com.br/pd-95a553--e-book-como-elaborar-um-dicionario-especializado.html?ct=308e81&p=1&s=1>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- BEVILACQUA, C. R.; MACIEL, A. M. B.; REUILLARD, P. C. R.; SCHEEREN, C. M.; KILIAN, C. K. Combinatórias léxicas especializadas da linguagem legislativa: uma abordagem orientada pelo *corpus*. In: MURAKAWA, C.; NADIN, O. L. (Eds.). **Terminologia: uma ciência interdisciplinar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 227-243.
- BEVILACQUA, C. R.; SALES, D. R.; SILVA, M. M.; LOGUERCIO, S. D.; REUILLARD, P. C. R. **Introdução à Terminografia: a experiência do grupo TERMISUL**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2023. Disponível em: <https://www.editorazouk.com.br/pd-95a553--e-book-como-elaborar-um-dicionario-especializado.html?ct=308e81&p=1&s=1>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- BIBER, D.; CONRAD, S.; REPPEN, R. **Corpus linguistics: investigating language structure and use**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Zouk, 2011.

BOURDIEU, P. **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Trad. R. L. F. Campinas: Papirus, 2000.

CABRÉ, M. T. Sumario de principios que configuran la nueva propuesta teórica y consecuencias metodológicas. *In*: CABRÉ, M. T.; FELIU, J. (Ed.). **La terminología científico-técnica**: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semántica. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 2001. p. 17-25.

CABRÉ, M. T. Una nueva teoría de la terminología: de la denominación a la comunicación. *In*: CABRÉ, M. T. **La terminología**: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra; Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999. p. 109-127.

CORÁ, M. A. J. Políticas pública culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos patrimônios imateriais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1093-1112, set./out. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SMKQcXrNPM3CLfGYXt63fKn/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2024.

COSTA, M. L.; CASTRO, R. V. Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias? **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 13, n. 2, p. 125-131, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T7jwRjYsTwBvyCZjGFcpGWB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2024.

COSTA, R. V. **O registro do patrimônio cultural imaterial como mecanismo de reconhecimento de direitos intelectuais coletivos de povos e comunidades tradicionais**: os efeitos do instrumento sob a ótica dos direitos culturais. 2017. 523 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/179893/348555.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 jul. 2024.

KRIEGER, M. da G. Porque Lexicografia e Terminologia: relações textuais. *In*: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL (CELSUL), 8., 2008, Pelotas. **Anais** [...]. Pelotas: Educat, 2008. p. 1-8. Disponível em: https://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/CELSUL_VIII/lexicografia_e_terminologia.pdf. Acesso em: 2 jul. 2024.

KRIEGER, M. da G. Terminografia: entre teoria e aplicações. *In*: ISQUERDO, A. N.; DAL CORNO, G. O. M. **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. v. VIII. Campo Grande: Editora UFMS, 2018. p. 329-346.

KRIEGER, M. da G. **Terminologia linguístico textual (TLT)**: princípios teóricos e metodológicos. [Apresentação oral]. Córdoba, 2017.

KRIEGER, M. da G. Terminologia revisitada. **DELTA**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 209-228, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/rdyvXrwx68dfYgHzHJWnfMC/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

KRIEGER, M. da G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à Terminologia**: Teoria & Prática. São Paulo: Contexto, 2004.

LEXICAL COMPUTING CZ s.r.o. [site]. Disponível em: <https://www.sketchengine.eu/>. Acesso em: 10 out. 2024.

STUBBS, M. **Text and corpus analysis**. Computer-assisted studies of language and culture. London: Blackwell, 1996.

STUBBS, M. **Words and phrases**; *corpus* studies of lexical semantics. Oxford: Blackwell, 2001.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris, 17 out. 2003. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Convencao_Salvaguarda_Patrimonio_Imaterial.pdf. Acesso em: 03 maio 2023.

VIANNA, L. R. Patrimônio imaterial: legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular. *In*: IPHAN. **Celebrações e saberes da cultura popular**: pesquisa, inventário, crítica, perspectiva. Rio de Janeiro: Iphan; CNFCP, 2006. p. 15-25. (Série Encontros e Estudos, n. 5).

CAUSAS DA VARIAÇÃO EM TERMINOLOGIA: UMA ANÁLISE NO UNIVERSO DA CANA-DE-AÇÚCAR

Luís Henrique Serra

INTRODUÇÃO

Um dos principais pressupostos da Sociolinguística é que a variação linguística, ao contrário do que sugeriam antigas perspectivas linguísticas, é sempre motivada, e não aleatória. Assim, uma das missões dos estudos sobre a variação linguística é identificar as causas dessa variação, aparentemente aleatória ou caótica, mas, na verdade, ordenada e sistemática (Labov, 2008). Nesse sentido, os estudos fundamentados nos pressupostos sociolinguísticos também buscam descrever a diversidade linguística em suas múltiplas manifestações, elencando os fatores internos e externos de fenômenos linguísticos variáveis. A Terminologia, como um dos campos da Linguística que têm interesse pela variação linguística, desenvolve estudos em todo o mundo, em diversas línguas e em diferentes universos especializados, demonstrando que o fenômeno da variação terminológica também é motivado e regular, e que as causas dessa variação revelam muito sobre o funcionamento da comunicação e da interação no universo especializado (Fernández-Silva; Kerremans, 2011; Bowker, 1998).

O estudo das causas da variação no discurso especializado permite a observação de padrões e regularidades na comunicação especializada em diferentes áreas do saber humano, o que possibilita identificar percepções, comportamentos e identidades linguísticas, contribuindo, assim, com a descrição da comunicação no ambiente especializado. Entretanto, mesmo diante da relevância desses estudos, a discussão em torno do tema ainda não é consensual, uma vez que existem diversas propostas sobre as causas da variação linguística no discurso científico e técnico, formuladas ao longo dos anos e em diferentes línguas. Esse cenário impôs desafios significativos aos estudos em Terminologia, como a necessidade de criação de um modelo capaz de lidar com a complexidade das causas da variação terminológica, tanto denominativa quanto conceitual.

Nesse contexto, este texto tem como objetivo apresentar algumas dessas discussões e expor os resultados de uma pesquisa sobre as causas da variação, com foco na variação denominativa motivada por fatores funcionais no universo da cana-de-açúcar no Brasil. Neste trabalho, adotam-se os estudos da Teoria Comunicativa da Terminologia e das causas da variação terminológica, desenvolvidos por Judith Freixa e colaboradores.

Na seção seguinte, discute-se a variação terminológica, suas causas e os modelos apresentados na literatura da área. Em seguida, apresentam-se os resultados gerais de uma pesquisa realizada no discurso especializado da cana-de-açúcar, com dados orais e escritos organizados em um banco de dados terminológico. Na análise, examinam-se as causas da variação e os fatores funcionais e discursivos que a motivam. Por fim, apresentam-se as considerações finais e as referências utilizadas ao longo do texto.

1. VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA: CONSIDERAÇÕES GERAIS E MODELOS DE CAUSAS DE VARIAÇÃO

Nos estudos terminológicos, já é consenso que a variação terminológica é um fenômeno natural e recorrente em todas as áreas do saber humano. Esse fenômeno apresenta duas dimensões, relacionadas às características das unidades terminológicas — entendendo-se que uma unidade terminológica, minimamente, é constituída por duas dimensões, assim como o signo linguístico: a denominação e o conceito —, a saber: a linguística e a cognitiva.

Na dimensão linguística, os estudos terminológicos consagram a ideia da variação denominativa, que, de modo geral, pode ser entendida como a característica de uma unidade de conhecimento especializado apresentar duas ou mais denominações. Já na dimensão cognitiva, a variação conceitual é compreendida como a característica de um conceito — ou de uma unidade de conhecimento especializado — ser interpretado de formas distintas (Freixa, 2002, 2006; Fernández-Silva; Kerremans, 2011).

Uma das principais questões investigadas por terminólogos, na busca pela compreensão do fenômeno da variação — seja denominativa, seja conceitual —, é a motivação. A identificação dos fatores que condicionam a alteração das denominações e a interpretação de determinados conceitos, à semelhança do que é feito na Sociolinguística, tem sido uma das principais temáticas de investigação no campo da Terminologia. Nesse sentido, diversos modelos de organização desses fatores vêm sendo propostos, aplicados em numerosas pesquisas com o objetivo de explicar o fenômeno da variação terminológica.

Dentre os muitos modelos, destacam-se os de Auger (2001), Faulstich (2001) e Freixa (2002). Auger (2001, p. 205) observa que os sinônimos em terminologia geralmente podem ser explicados por causas relacionadas ao espaço, ao tempo, à estratificação sociolinguística, ao pertencimento socioprofissional e à situação comunicativa. Com base nisso, o autor propõe alguns grupos de causas de variação, denominados regioletais, cronoletais e socioletais, que sintetizamos a seguir:

(i) No grupo regioletal, a variação denominativa ou conceitual está relacionada a aspectos dialetais e regionais, ou seja, à variação motivada por diferenças socioculturais e econômicas;

(ii) Na cronoletal, a variação decorre de mudanças históricas e sociais ocorridas ao longo do tempo, que impactam inclusive a ciência;

(iii) No grupo socioletal, são organizadas as causas relacionadas a aspectos sociais das áreas do conhecimento, como o nível de especialização (por exemplo, a relação entre especialistas e seus pares ou entre especialistas e leigos), a vulgarização, o nível de linguagem e o estilo (Auger, 2001, p. 205).

É importante destacar que a proposta de Auger apresenta uma ampla classificação dos tipos de sinônimos possíveis em língua natural, especialmente no francês canadense, além de classificar as causas da variação. No entanto, essa proposta foca exclusivamente em elementos extralinguísticos que, embora fundamentais, não explicam sozinhos as motivações, conforme demonstram outras reflexões (Araújo, 2010; Freixa, 2002; Cabré, 2003).

Faulstich (2001), por sua vez, apresenta um modelo robusto, em que são reunidas motivações linguísticas e extralinguísticas da

variação terminológica. A autora agrupa fatores linguísticos e não linguísticos em um constructo teórico que abrange sinônimos e motivações sob o conceito de “variante”. Esse eixo apresenta três subcategorias: variantes concorrentes, variantes coocorrentes e variantes competitivas.

No eixo das variantes concorrentes, são contemplados dois grandes grupos: o das variantes linguísticas e o das variantes de registro. No primeiro, incluem-se as variantes classificadas por diferenças linguísticas (fonéticas, fonológicas, morfossintáticas, lexicais etc.); no segundo, inserem-se os sinônimos motivados por fatores extralinguísticos, como localização geográfica, variação discursiva e temporal.

As variantes coocorrentes referem-se à presença ou ausência de formas concorrentes no texto, estando, assim, ligadas ao funcionamento textual. Essas variantes atuam na progressão do texto, enquanto as variantes competitivas incluem estrangeirismos e empréstimos.

Apesar da abrangência do modelo de Faulstich (2001), a possibilidade de um fator pertencer simultaneamente a mais de um eixo — como a própria autora reconhece — representa um desafio para a classificação. Um exemplo disso são os pares *aipi-aipim* e *macaxeira-macaxera*, que podem ser simultaneamente considerados variantes geográficas (de registro) e ortográficas (linguísticas), pertencendo a eixos diferentes. Ainda que os exemplos sejam claros, seria interessante observar tal classificação em textos escritos de áreas em que os especialistas têm alto grau de escolarização, textos nos quais não se esperam fenômenos fonológicos como a desnazalização em posição final ou a monotongação em contextos precedentes de sibilantes, como ocorre em textos acadêmicos ou empresariais.

Além disso, a diferença entre variantes concorrentes e coocorrentes reside, basicamente, no registro ou não de uma forma em um

texto, ou seja, no plano funcional. Isso dá a entender que as primeiras existem apenas no plano lexical, enquanto as segundas apenas no plano textual — o que levanta questionamentos. Outros autores também já apontaram limitações nesse modelo de variação (Freixa, 2002, 2014; Lima, 2010, 2014).

Freixa (2002), por outro lado, apresenta um modelo teórico de classificação de variantes em que, assim como Faulstich, contempla fatores tanto linguísticos como extralinguísticos. Nesse sentido, a autora cria um modelo de classificação em seis grandes conjuntos ou tipos de causas de variação: prévias, dialetais, funcionais, discursivas, interlinguísticas e cognitivas. A autora organiza sua classificação em dois grandes eixos geradores desses tipos: o da autovariação e o da heterovariação. No eixo da autovariação, a autora aponta para as motivações que são de cunho pessoal e estilístico do autor de um texto especializado; enquanto, o eixo da heterovariação abarca os tipos de variação relacionados ao contato de um autor especialista com seus interlocutores, que podem ser especialistas, aprendizes e leigos e todas as demais classificações de interlocutores dentro dessas três grandes características.

Freixa (2002), por outro lado, apresenta um modelo teórico que contempla fatores tanto linguísticos quanto extralinguísticos, organizando as causas da variação em seis grandes categorias: prévias, dialetais, funcionais, discursivas, interlinguísticas e cognitivas. A autora estrutura essas categorias em dois grandes eixos: autovariação, referente a motivações pessoais e estilísticas do autor; e heterovariação, relacionada ao contato do especialista com seus interlocutores — especialistas, aprendizes, leigos e suas subdivisões.

As causas prévias referem-se à própria natureza da língua, isto é, mudanças que ocorrem independentemente da intervenção de fa-

tores externos. As causas dialetais relacionam-se a aspectos econômicos e sociais que influenciam o desenvolvimento das áreas científicas, como o acesso à literatura especializada. As causas funcionais dizem respeito aos elementos contextuais do discurso (tema, modalidade textual, interlocutores, grau de formalidade etc.). As causas discursivas abrangem fatores estilísticos e estruturais do texto, que o adaptam a diferentes públicos. As causas interlinguísticas derivam da internacionalização das áreas do saber, uso de estrangeirismos e diversidade de escolas teóricas. E, por fim, as causas cognitivas dizem respeito à forma como diferentes grupos compreendem e conceituam um mesmo objeto de estudo, considerando aspectos ideológicos e teóricos (Freixa, 2006, p. 55).

Em 2013, Freixa revisa seu modelo e aponta que a separação excessiva entre as motivações transmite uma ideia equivocada de independência entre elas. Assim como Faulstich, a autora considera que as motivações da variação podem ocorrer simultaneamente em contextos reais de uso. Propõe, então, uma reorganização em que os motivos são apresentados de forma integrada, destacando a causa cognitiva como igualmente fundamental às causas prévias. Para Freixa, o aspecto cognitivo atravessa todas as outras motivações e, portanto, não deve ser analisado isoladamente.

Entre os modelos comentados, adotamos o de Freixa (2002, 2006, 2014) para analisar os dados do universo da cana-de-açúcar, principalmente por sua coerência com uma abordagem que prioriza as causas da variação, com foco na motivação, e não apenas na classificação de sinônimos — aspecto que também é tratado por Freixa, mas que não será abordado neste estudo. A organização das causas em macromotivações amplia o potencial analítico do modelo, como buscamos demonstrar nesta pesquisa.

Selecionamos dois grupos de causas: as funcionais e as discursivas. Nossa hipótese é que essas causas, ao se concentrarem no funcionamento da linguagem, envolvem fatores ainda pouco explorados em português quando se trata da variação terminológica — tais como o contexto comunicativo, o grau de interação entre especialista e interlocutor, o tom, o conteúdo do texto etc. Esses elementos, embora nem sempre se manifestem formalmente, desempenham papel fundamental na organização e na interação no universo especializado.

Com o propósito de ilustrar nossa escolha dentro da proposta de Freixa (2002, 2006, 2014), utilizaremos dados do universo da cana-de-açúcar, nos quais observaremos a variação e identificaremos elementos funcionais e discursivos que possam explicar alguns dos resultados encontrados.

2. METODOLOGIA DO ESTUDO

A pesquisa aqui relatada teve como objeto de estudo a comunicação especializada no universo açucareiro do Brasil, considerado um dos principais setores da economia do país. No presente capítulo, resgatam-se os dados publicados em Serra (2019), nos quais foram apresentados dados oriundos de textos orais e escritos de eventos comunicativos especializados, nos quais especialistas em cana-de-açúcar dialogavam com diferentes públicos.

Considerando que, nas causas da variação funcional e discursiva, são evidenciados elementos menos sistemáticos — como o contexto comunicativo, a materialidade linguística (oralidade e/ou escrita), os participantes da interação especializada e os diferentes contextos especializados —, foram selecionados seis gêneros textuais especializados, que configuram três contextos da comunicação especializada:

contexto altamente especializado, contexto de aprendizado e contexto de divulgação.

Dessa forma, entre os gêneros escritos, foram selecionados: artigos científicos, apostilas e artigos de divulgação. Entre os gêneros orais, foram selecionados: conferências, aulas e programas de TV.

Ao todo, os dois *corpora* são compostos por 52 textos, dos quais 11 são orais e 41, escritos. A diferença entre os *corpora* decorre de questões contextuais que serão discutidas ao longo da análise.

Os textos escritos foram retirados de revistas acadêmicas da área da Agronomia, publicações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da *Revista Fapesp*, de revistas de divulgação científica e de sites de revistas do setor sucroalcooleiro, como a *Cana Revista* e a *Revista Canavieiros*, além de materiais didáticos disponíveis em repositórios institucionais de cursos superiores de Agronomia e de outros materiais complementares, como slides e textos com o conteúdo das aulas da disciplina de cana-de-açúcar.

Os textos orais foram todos coletados no YouTube, em perfis de instituições do setor, publicações de perfis universitários e programas de TV voltados ao setor agrícola. Todos os textos coletados foram transcritos e armazenados em um banco de dados particular, para fins da presente pesquisa.

Após a transcrição (no caso dos textos orais) e a conversão de todos os textos para o formato .txt, os dados foram processados no pacote de programas de análise textual digital **AntConc**, com destaque para as ferramentas **Wordlist** — que organiza todas as palavras do texto por ordem de frequência no *corpus* — e **Concordance** — que permite observar o contexto de ocorrência de cada vocábulo selecionado.

Para sistematizar os dados, foi selecionado um conjunto de 20 conceitos ou unidades de conhecimento especializado que pudessem ser observados em todos os textos dos *corpora*. Esses 20 conceitos foram buscados, por meio do AntConc, nos *corpora* orais e escritos, com o objetivo principal de identificar a variação denominativa. A partir desse levantamento, foi possível observar os contextos e selecionar as variantes denominativas, que serão apresentadas a seguir.

Para ilustrar as ideias aqui discutidas, serão apresentados os resultados da coleta de cinco unidades de conhecimento especializado e suas respectivas variantes denominativas.

3. A VARIAÇÃO DENOMINATIVA NO DISCURSO ESPECIALIZADO DO UNIVERSO DA CANA-DE-AÇÚCAR: DADOS GERAIS E COMENTÁRIOS

O universo canavieiro é um setor especializado, ou comunidade discursiva, que tem características de eventos de interação bastante conhecidos de outras áreas voltadas para a pesquisa das ciências naturais. Desse modo, oficinas, workshops e eventos empresariais são muito comuns no setor, sobretudo porque a indústria do petróleo e gás do Brasil tem interesse e financiamento em pesquisas realizadas pela área nas universidades brasileiras. Não só por sua importância econômica e social, a indústria também pode ser analisada a partir de suas características comunicativas, tendo em vista a sua diversidade de contextos especializados, em que se enquadram desde contextos altamente especializados, como teses, dissertações e relatórios técnico-especializado, até programas jornalísticos e reportagens que estão disponíveis em canais do Youtube.

A análise de um *corpus* retirado de um campo de conhecimento tão complexo pode ajudar a compreender a própria complexidade da comunicação especializada, que não é feita apenas pelos especialistas, mas também por indivíduos que estão em formação e que buscam conhecimento especializado para resolver questões do cotidiano, como o agricultor ou dono de um empreendimento agrário que precisa melhorar a sua produção açucareira.

Nos dados a seguir, extraídos dos *corpora*, é possível observar a variação geral e o uso de sinônimos. Na primeira coluna, apresentamos o que denominamos de unidade de conhecimento especializado/variante padrão, que são aquelas denominações que aparecem com maior frequência no *corpus* em comparação com as variantes denominativas; na segunda, são apresentadas as variantes dos termos considerados padrão pelo critério de recorrência no *corpus*. Com o auxílio do AntConc, foi possível aferir a frequência das denominações.

Quadro 1. Unidades de Conhecimento especializado e suas variantes denominativas

UNIDADE DE CONHECIMENTO ESPECIALIZADO (CONCEITO)/ VARIANTE DENOMINATIVA PADRÃO	VARIANTES DENOMINATIVAS
Colmo	Colmo da cana-de-açúcar, colmo da cana, caule, colmo da planta, caules da cana-de-açúcar, colmo de cana, haste, talo.
Cultivar	Cana, clone, cultivar de cana-de-açúcar, variedade da cana-de-açúcar, variedade da cultura da cana-de-açúcar, variedade de cana-de-açúcar, variedade

UNIDADE DE CONHECIMENTO ESPECIALIZADO (CONCEITO)/ VARIANTE DENOMINATIVA PADRÃO	VARIANTES DENOMINATIVAS
Linha	Fileira, fileiras de planta, linhas da cultura de cana-de-açúcar, linha de planta, linha de cana, linha de plantio, leira
Brotação	Brotação das soqueiras, emergência da cana, brotação da soqueira, brotação da soca, brotação da socaria, brotação das gemas, emergência da cana-de-açúcar
Palha	Folha seca, palha de cana-de-açúcar, palha da cana, palha de cana-de-açúcar, palha da cana-de-açúcar, palha da cana

Fonte: Serra (2019).

Como se observa nos dados do Quadro 1, a variação denominativa é um fato observável nesse universo, tendo em vista que é possível constatar que todas as unidades de conhecimento especializado analisadas apresentam mais de duas denominações. Entende-se, neste trabalho, por denominação toda e qualquer forma linguística que faz referência a um conceito/unidade de conhecimento especializado estabelecido(a) em um universo especializado. Desse modo, é possível observar variantes linguísticas de diferentes naturezas: variantes morfossintáticas, com o acréscimo ou subtração de sintagmas nominais, com variação no determinante (*palha da cana, palha de cana-de-açúcar; colmo da cana/colmo da planta*); variantes morfológicas, em que um dos elementos do sintagma apresenta alteração derivacional sufixal ou desinencial (*brotação da soca, brotação da socaria; brotação das soqueiras, brotação da soqueira*). Há casos, ainda, em que a alteração denominativa ocorre no núcleo do sintagma, em que o determinado

é substituído por outro elemento (*fileiras de planta/linha de planta*), além de variantes sinonímicas, em que há a completa substituição de uma denominação por outra (*caule/haste/talo; variedade/cultivar*).

Outra característica importante a destacar é que a maior parte das denominações consiste em sintagmas nominais, o que indica uma maior especialização dos conceitos.

Para além dos dados dos sinônimos terminológicos, cumpre observar os números gerais dos corpora, agora considerando não apenas os cinco conceitos analisados, mas os 20 selecionados para observar algumas tendências da variação no universo da cana-de-açúcar. Nesse sentido, na Tabela 1, a seguir, apresentam-se os índices gerais de variação por gênero textual do *corpus*: observam-se os 20 conceitos em cada um dos gêneros selecionados no estudo. Utilizamos ainda a técnica do índice de variação denominativa, que Freixa (2002) emprega e que consiste na razão simples entre o número de conceitos e o de variantes denominativas do *corpus*. Com isso, temos a seguinte tabela com os índices gerais de variação.

Tabela 1. Índices gerais de variação denominativa nos *corpora*

CANAL	GÊNERO	CONCEITOS	DENOMINAÇÕES	ÍNDICES
ORALIDADE	Palestra	20	42	2,1
	Aula	20	37	1,8
	Entrevista	20	41	2,0
ESCRITA	Artigo Científico	20	72	3,6
	Apostila	20	73	3,6
	Artigo de Divulgação	20	73	3,7

Fonte: Serra (2019).

Como se observa no Tabela 1, cada gênero apresenta um índice de variação superior a 1,0 o que, matematicamente, pode-se entender que cada conceito analisado nos diferentes gêneros apresenta, pelo menos, duas denominações, confirmando, mais uma vez, a variação denominativa nesse discurso. Como se observa, os índices também apresentam certa recorrência dessa variação, tendo em vista que os índices de cada gênero não se distanciam consideravelmente, mostrando um certo padrão de variação nos textos. Uma hipótese para isso é o fato de que os mesmos conceitos foram analisados em todos os gêneros, mostrando, dessa forma, que o contexto especializado foi menos relevante para a variação do que a seleção dos conceitos.

Um fato digno de nota é que os índices de variação entre textos orais e escritos apresentam diferenças significativas, com 1,0% a mais, o que poderia ser explicado pela quantidade de textos dos *corpora*. Enquanto os textos escritos foram 41, os textos orais foram 11, conforme já comentamos. No entanto, cumpre fazer dois comentários a esse respeito. Em Serra e Araújo (2020), foi feito um experimento com o mesmo *corpus*, igualando as quantidades de types dos dois *corpora* (mais de 15 mil types no *corpus* escrito e 13 mil no *corpus* oral), e foi possível observar uma tendência dos índices de variação se igualaram, mostrando uma possível importância do fator quantidade de palavras no *corpus* como relevante. Dessa forma, é possível afirmar que o canal comunicativo é um fator relevante para a variação nesse *corpus*, tendo em vista que quando o texto é escrito, ele tende a apresentar mais variantes do que o texto oral. Isso se explica, em parte, conforme Koch (2015), porque o texto oral é mais contextualizado, ele conta mais com os elementos do contexto do enunciado do que o texto escrito, que se apoia quase que exclusivamente no léxico e na sintaxe. O contexto interativo oral é muito mais complexo, a densidade lexical, ou seja, a quantidade de palavras para a produção de um

texto coerente e mais compreensível é menor no texto oral do que no texto escrito. Nesse sentido, é necessário explicar esse resultado a partir das características do contexto e da própria natureza dos textos orais, motivo pelo qual é necessário analisar individualmente cada um dos grupos de textos apresentados.

No conjunto de textos orais, o gênero palestra apresentou maior índice de variação denominativa, o que talvez se explique pelo próprio contexto comunicativo, em que o público é mais amplo, podendo ser composto por pessoas que são especialistas na temática, assim como por estudantes e até leigos interessados na temática. O palestrante, diante disso, deve considerar essa complexidade e tentar ser o mais claro possível. Nessa direção, a variação denominativa é um importante elemento retórico. Nos textos escritos, não houve uma grande diferença entre os gêneros, o que pode ser explicado pela própria natureza do texto escrito, que é mais planejado, ainda mais quando ele é especializado, em que a publicação sempre passa por avaliações e revisões.

Nesses resultados, de um modo geral, é necessário pensar que cada conjunto de textos mantém um certo padrão, em que a diversidade denominativa dentro do grupo não é relevante, com pouca e irrelevante variação de 0,01% para mais por texto. Contudo, é importante atentar para o fato de que esses são índices gerais de variação, ou seja, não podem ser entendidos como se a variação tivesse um limite de ocorrência. Em Serra e Araújo (2020), observou-se, por exemplo, que havia, nesses mesmos *corpora*, especificamente no *corpus* de apostila, um conceito que tem mais de seis denominações, mostrando que o índice geral de variação esconde um conjunto de variações específicas que estariam no nível do individual e do estilo de cada autor dos textos analisados.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Como foi possível observar, o trabalho com a variação terminológica envolve um conjunto de fatores que, muitas vezes, podem ou não ser localizados pelos autores em suas propostas de modelo de variação. Um modelo que busque observar, ainda de modo geral, as causas da variação terminológica deve considerar fatores que são linguísticos e comunicativos, caso queira ter um retrato real do discurso especializado. Nesse sentido, mesmo que encontremos alguns problemas nos modelos apresentados na literatura dos estudos terminológicos, esses modelos têm buscado pontuar o fenômeno, mostrando tendências que podem ser observadas nos dados reais de interação nos diferentes discursos especializados. O modelo de causas de variação de Freixa (2002) apresenta uma sistematicidade importante para a análise de um discurso especializado em suas diferentes dimensões.

A análise dos dados analisados no universo especializado da cana-de-açúcar considerou as diferentes nuances comunicativas e buscou avaliar, de modo amplo, as diferentes dimensões dessa variação: textos especializados como artigo científicos e menos voltados para o público da área, como os artigos de divulgação científica, mostram uma variação que é relevante e que mostra a diversidade de interações que um especialista na sua lida diária com a ciência e de que modo a variação terminológica é relevante para a comunicação especializada com diferentes públicos. Um estudo do discurso especializado deve considerar esses diferentes níveis, caso queira ter um retrato real da comunicação em um campo do conhecimento humano.

Os resultados aferidos nos *corpora* analisados mostraram que a variação denominativa não é aleatória, pelo contrário, é sistemática e motivada por fatores gerais e próprios do contexto comunicativo em

que esses textos são produzidos. Nesse sentido, os resultados mostram uma variação ordenada nos dados, explicada pela própria natureza do universo especializado. Textos orais e escritos, condicionados pelo processo de produção, apresentam resultados regulares. As unidades de conhecimento especializado selecionadas para a análise demonstram-se produtivas em termos de variação, tendo em vista que foi possível observar diferentes formas de registro desses conceitos no nível denominativa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. de. Terminologia e sinonímia: são os sinônimos indesejáveis em discurso especializado? *In*: ISQUERDO, A. N.; FINATTO, M. J. B. (Orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Editora UFMS; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010. v. 4. p. 519–538.

AUGER, P. Essai d'élaboration d'un modèle terminologique/terminographique variationniste. **Tradterm**, São Paulo, v. 7, p. 183–224, 2001.

BOWKER, L. Variant terminology: frivolity or necessity? *In*: EURALEX INTERNATIONAL CONGRESS, 8., 1998, Liège. **Proceedings...** Liège: University of Liège, 1998. p. 487–495.

CABRÉ, M. T. Theories of terminology: their descriptions, prescriptions and explanations. **Terminology**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 193–199, 2003.

FAULSTICH, E. Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista. **Tradterm**, São Paulo, v. 7, p. 11–40, 2001. DOI: 10.11606/issn.2317-9511. tradterm.2001.49140. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49140>. Acesso em: 24 maio 2024.

FERNÁNDEZ-SILVA, S.; KERREMANS, K. Terminological variation in source texts and translations: a pilot study. **Meta**, [S. l.], v. 56, n. 2, p. 318–335, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/1006179ar>. Acesso em: 24 maio 2024.

FREIXA, J. **La variació terminològica: anàlisi de la variación denominativa en textos de diferent grau d'especialització de l'àrea de**

medi ambient. 2002. 397 f. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) – Universidad de Barcelona, Barcelona, 2002.

FREIXA, J. Causes of denominative variation in terminology: a typological proposal. **Terminology**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 51–77, 2006.

FREIXA, J. La variación denominativa en terminología: tipos y causas. In: ISQUERDO, A. N.; DAL CORNO, G. O. M. (Orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Editora UFMS, 2014. v. 7. p. 293–310.

FREIXA, J. Otra vez sobre las causas de la variación denominativa. **Debate Terminológico**, [S. l.], v. 1, n. 9, p. 38–46, 2013.

KOCH, I. V. Especificidades do texto falado. In: JUBRAN, C. S. (Org.). **A construção do texto falado**: gramática do português culto falado no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015. p. 39–46.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

LIMA, A. F. de. **Socioterminologia da indústria madeireira**. 2010. 389 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2010.

LIMA, A. F. de. Variação terminológica: proposta teórica para a descrição tipológica de variantes. In: RAZKY, A.; LIMA, A. F. de; OLIVEIRA, M. B. de (Orgs.). **Estudos II**: geossociolinguística no estado do Pará. São Luís: EDUFMA, 2014. v. 2. p. 187–209.

SERRA, L. H. **A variação denominativa no discurso especializado da cana-de-açúcar no Brasil**: uma pesquisa sobre a variação funcional. 2019. 156 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. DOI: 10.11606/T.8.2019.tde-07062019-114424. Acesso em: 28 maio 2024.

SERRA, L. H.; ARAÚJO, M. de. Variação terminológica denominativa no universo da cana-de-açúcar: um estudo de fatores condicionantes. **Tradterm**, São Paulo, v. 36, p. 155–176, 2020. DOI: 10.11606/issn.2317-9511.v36p155-176. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/166835>. Acesso em: 30 maio 2024.

TERMINOLOGIA, TERMINOGRAFIA DIACRÔNICAS E ESTUDOS AFINS: TÃO LONGE E TÃO PERTO¹

Maria José Bocorny Finatto

INTRODUÇÃO

Iniciamos este texto referindo, como em trabalhos anteriores, o linguista francês Émile Benveniste (1902-1976). Segundo esse autor (Benveniste, 1989), cujas ideias nos acompanham de longa data, uma terminologia específica marca, em toda ciência ou domínio, uma conceitualização nova e/ou particular, o que assinala um momento decisivo na sua história. Esse aspecto temporal, associado às fases históricas de um dado domínio, é o ponto em destaque neste capítulo.

Nos diferentes campos do saber, os termos, a definição terminológica, os enunciados explicativos, em seus diferentes formatos e instâncias linguísticas e textuais, apreciados em um *continuum* ou em uma diacronia, fornecem insumos importantes para quem se interessar por conhecer os caminhos das ciências, da história das ideias e, até mesmo, da história das sociedades. Com esses registros escritos reu-

¹ Este trabalho contou com apoio do CNPq, bolsa PQ, Processo 306273/2023-3 e programa PIBIC/UFRGS/CNPq. Agradeço ao apoio do CNPq, bolsa PQ, Processo 306273/2023-3 e do programa de Iniciação Científica PIBIC/UFRGS/CNPq. Agradeço também a Leonardo Zilio, da *Université Catholique de Louvain*, pelo suporte em Linguística Computacional para geração e tratamento do *corpus*.

nidos em *corpora*, poderemos identificar “conceitos que, ao longo do tempo, demonstram a consciência histórica que se move do passado à atualidade” (Faulstich, 2023, p. 11). E isso é bem importante.

Ajudar a conhecer esses caminhos e momentos em sucessão, pela perspectiva do estudo linguístico-terminológico de *corpora* especializados dispostos em cronologias, possibilita, não raro, uma volta ao passado. E esse retorno tende a nos fazer refletir sobre o presente. Algumas vezes, dependendo da área ou do tema em foco e da extensão de um recorte temporal de pesquisa, podemos reencontrar concepções e entendimentos que permanecem imutáveis. Em certos casos, tal imutabilidade pode não ser algo bom. De outro lado, o exame das trajetórias pretéritas, via equacionamento de suas narrativas, pode também nos gerar sentimentos de alívio e de contentamento, especialmente quando identificamos pontos de progresso e de superação evidentes entre diferentes estágios dos conhecimentos. Apoiar a percepção detalhada de atrasos e de progressos específicos, via análise da linguagem, tende a ser um ganho nesse tipo de estudo.

Vamos a um exemplo. No âmbito da história da Medicina, já no século XX, um período emblemático é marcado pela descoberta e uso dos primeiros antibióticos. Tal inovação disseminou-se, no mundo, em torno de 1940, tendo sido especialmente importante para o socorro dos feridos, vítimas da II Guerra Mundial. No Brasil, a penicilina começou a ser produzida pela Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz – em 1945, graças ao empenho de pessoas notáveis (Leal, 2021), verdadeiros heróis da ciência. Frente àquele marco, é sempre complexo descrever o sentimento hoje causado pela leitura de relatos médicos e de documentos oficiais, dos anos 1930 a 1940, sobre tratamentos inócuos e sobre tantas mortes por conta de não haver, ainda, antibióticos.

Nesse cenário exemplificado, entre diferentes fontes documentais, o exame linguístico de relatos médicos e científicos especializados que mencionam a penicilina como algo promissor tende a ser bastante revelador e inquietante. Tanto para assinalar um tipo de escrita e estilo praticados em uma dada época, quanto para caracterizar a emergência de diferentes gêneros textuais. Esse exame também pode revelar um tipo de perspectiva aplicada a um objeto de estudo específico, fato ou situação, como o valor daquela substância, que não tivesse sido percebido ou acreditado por diferentes autores e/ou profissionais. Afinal, pelo menos até 1940, no Brasil, a comunicação e os intercâmbios entre os especialistas da Saúde eram bem menores, confirmando-se que as “heterogeneidades são traços constitutivos da linguagem *in vivo*, seja ela técnico-científica ou não” (Finatto, 2003, p. 202). Compreender as diversidades expressivas, o que engloba de descréditos até conceituações em mutação, em enfoques históricos, também interessa ao aparato da Terminologia Descritiva.

No âmbito do exame de práticas textuais e discursivas, ainda que a neutralidade e a objetividade sejam, em tese, elementos importantes e indispensáveis, por exemplo, em artigos científicos, bem sabemos que, conforme ensina, magistralmente, Benveniste (1989), não há neutralidade na enunciação. No trabalho de Huang (2005), encontramos uma pesquisa em Terminologia que abordou uma cronologia recente e os modos de apresentação da linguagem médica sobre a AIDS/HIV. A autora ocupou-se, justamente, de artigos científicos publicados em português no período de 1984 até 2002. Examinou as publicações de um dos mais importantes periódicos do Brasil na área médica, a Revista da Associação Médica Brasileira (AMB), e encontrou considerações que a AIDS poderia ser um tipo de câncer.

Nessa pesquisa de mestrado, concluída em 2005, que começa sendo diacrônica, mas é também histórica, a autora analisou a inci-

dência de expressões ou de enunciados potencialmente metafóricos em torno das terminologias mais recorrentes. Foram identificados e examinados por ela segmentos tais como: “a fadiga ou a demência do **HIV**” e “a habilidade do **retrovírus** de suportar os procedimentos”, os grifos são nossos. Enunciados como esses deixavam claro para a analista, além de conhecimentos em progressão, o modo da apresentação de termos/conceitos mais importantes no âmbito da AIDS. Nesses exemplos, **HIV** e **retrovírus** foram instanciados como se fossem “personagens-atores”.

Esse e outros processos enunciativos em ciências, na comunicação entre pares, foram identificados como um tipo de recurso expressivo associado à metaforização. Recorrentemente empregado, tal efeito de sentido punha-se a serviço daqueles relatos experimentais altamente emblemáticos sobre a epidemia de AIDS. Hoje, em 2024, percorrendo o trabalho de Huang (2005), perguntamos: o que teria mudado, desde então, nos modos de narrar a ciência nesse mesmo tipo de texto? Aquele “estilo” teria sido uma contingência de episódios epidêmicos, quando causas ainda eram pouco conhecidas? Duas décadas mais tarde, recursos de personificação como esses ainda seriam utilizados ao tratar sobre os inícios da COVID-19 em artigos científicos?

Como podemos observar, o enfoque desses textos especializados e escritas em diferentes cronologias, sob uma perspectiva linguística, revela não apenas o léxico, vocabulários e as terminologias, conceitos e significados vigentes em dada época ou período em recorte, mas também pode apontar para um modo de dizer convencionalizado. Esse modo de dizer – uma obviedade muitas vezes negligenciada – serve tanto para marcar um dado espaço-tempo quanto para espelhar um sistema cognitivo e conceitual específico, em meio a todo um “entorno de significação” (Finatto, 2003, p. 207). Esse contexto textual e

discursivo, à volta dos assim chamados “termos técnicos”, ativa toda uma significação, a qual vai além do vocabulário especializado.

Outro trabalho que exemplifica a complexidade envolvida nesse tipo de pesquisa sócio-histórica de terminologias, que tende a imprimir uma série de detalhamentos e variadas conexões interdisciplinares, o que pode gerar lentidão nas dinâmicas dos trabalhos, é o de Carvalho, Marengo e Finatto (2022). Nessa investigação, os autores constroem protótipos de fichas terminológicas associados a um *corpus* manuscrito de processos-crime de casos de violência sexual contra mulheres, em casos ocorridos em Sergipe no século XIX. Dessas peças processuais, destacam-se “apenas” os 45 exames de corpo de delito, salientando, mais uma vez, que são originais manuscritos que foram digitalizados, decifrados e transcritos. Isso exige um tempo e tanto. O lapso temporal compreendido no estudo está entre 1854 e 1900, descrevendo-se, de modo terrível, em que medida estupros eram “somente” crimes contra a honra e como a Medicina Legal da época qualificava aquelas vítimas.

No seu todo, esse e outros trabalhos empreendem recortes temporais maiores ou menores, mais e menos recentes. São exemplos: a) Cambraia, Cunha e Santos, (2023), tratando de aspectos históricos e sociais em torno dos itens lexicais *menino de rua* e *menor abandonado*; foram examinados relatos jornalísticos de 1900 a 2000; b) os trabalhos histórico-computacionais em Humanidades Digitais de Higuchi e Freitas (2017) e Higuchi (2021), cujo objeto de estudo foram os volumes de um importante dicionário histórico-biográfico brasileiro, com cobertura de 1930 até os dias atuais. Em milhares de verbetes, buscaram identificar as entidades nomeadas – as diferentes pessoas ou figuras políticas mencionadas nos textos dos verbetes – suas atribuições, funções e postos ocupados. Nesse extenso *continuum* temporal, revelaram também vínculos de parentesco ou relações familiares en-

tre as pessoas citadas. Trouxeram, assim, mais um insumo para caracterizar toda uma rede de entrelaçamentos sócio-históricos das figuras políticas brasileiras, mostrando como muitas dessas figuras tendem a cultivar seus sucessores, herdeiros e parceiros a partir do seu próprio contexto familiar, ao longo de décadas e de séculos.

Os trabalhos citados, bem sabemos, são bastante diferentes entre si, evidenciando abordagens teóricas e metodológicas peculiares, não necessariamente centrados em aspectos terminológicos. A diversidade de enfoques é um dos traços reconhecidos por Curti-Contessoto (2024) em seu recorte de revisão de estudos sobre Terminologia Diacrônica (TD) e áreas afins. Todavia, em função da multiplicidade dos trabalhos e da envergadura de seus resultados, discordamos, respeitosamente, da autora quando pondera que as produções ou essa área de pesquisa seriam, talvez, ainda um tanto incipientes no cenário nacional.

Tal percepção talvez fosse possível ou justificável ao tomar-se apenas um determinado foco descritivo associado às diferentes publicações, como um enfoque pontual da TD, ou mesmo, ao ponderar-se um quantitativo de artigos publicados. Ademais, em um conjunto de fontes, ainda que se demande alguma harmonização ou convergência entre suas metodologias e pontos de partida, mais ou menos lexicais ou estritamente terminológicos, os trabalhos aqui citados, entre outros tantos, já desenham, no Brasil, pelo menos uns 20 anos de estudos produzidos. Em torno da recuperação da(s) história(s) das linguagens e dos registros especializados que veiculam e sistematizam conhecimentos em diferentes searas e domínios, temos pesquisas que também servem de testemunho de resistência frente aos recorrentes desprestígios das Humanidades e dos estudos históricos. Desprestígios operados também pelos poucos recursos financeiros e espaços a elas destinados, o que também ajudam a relativizar medidas e quantitativos de produtividade.

A peculiaridade do tipo de trabalho linguístico envolvido, que é sócio-histórico e diacrônico, implica toda uma série de retomadas, buscas e contextualizações interdisciplinares, em miradas cronológicas mais ou menos extensas. Em função disso, há uma série de obstáculos a enfrentar, como aqueles resumidos por Macedo (2019), principalmente os de ordem técnica. Por isso, provavelmente, há quantitativos menores de publicações em relação a outros tipos de estudos de Terminologia e/ou Linguística Aplicada. Não obstante, há toda uma riqueza de trabalhos desse tipo em meio a estudos de Humanidades Digitais, História da Ciência, Filologia, Linguística de *Corpus*, Linguística Histórica e Linguística Computacional.

Independentemente de uma impressão de precariedade, não há como subestimar toda uma jornada já percorrida e as suas perspectivas. Do mesmo modo, a diversidade desses estudos, que abraçam referenciais teóricos e metodológicos variados, demarca uma área multifacetada, mas que é, sim, algo bastante dinâmico no panorama das pesquisas de Terminologia e dos Estudos do Léxico, especialmente no Brasil.

Em resumo, para situar o nosso leitor ou leitora, este introito teve o propósito de colocar e ponderar algumas questões sobre Terminologia e Terminografia diacrônicas – conforme as queiramos chamar e/ou especificar – e de colocar uma moldura para o nosso relato na próxima seção. Quisemos também argumentar que seguimos em frente, em diversas perspectivas, já desde os anos de 2000, como sistematizou o importante panorama de Curti-Contessoto (2024). Sendo esparsos e adotando diferentes perspectivas, alguns trabalhos de cunho linguístico podem passar “escondidos” em meio a estudos multidisciplinares. Aos olhos de alguns, um enfoque histórico, tratando da comunicação especializada, pode até parecer uma “nova moda” ou uma volta a algo que se fez uma vez. Não se trata de novidade. Tampouco não estamos de volta, pois aqui temos estado. Enfim, ainda estamos aqui.

Análises de escopo histórico são estudos, pesquisas e ensaios que podem ser lidos em Linguística Aplicada, em Estudos do Léxico e em enfoques multidisciplinares, acolhidos desde sempre em Filologia (como um recente trabalho de Módolo e Madeira (2024) sobre Letramento em Saúde no século XVIII), História do Direito e da Medicina, entre outros. Embora lidemos com objetos de estudo recortados de um modo comum ou parcialmente coincidente e até mesmo perfazendo objetos diferentes, acreditamos que tal sinergia já identifica uma comunidade multidisciplinar de pesquisa que é bastante ativa.

Para encerrar esta introdução já bastante longa, vale dizer que, ao recuar para um período mais distante, como o século XVIII e, em seguida, para o século XIX, temos estudado manuais médicos impressos em português. São obras previamente digitalizadas e que foram colaborativamente transcritas, cujos conteúdos foram transpostos também para o formato de arquivos de texto simples, que reunimos em um *corpus* amostral *on-line*. É sobre o trabalho com esse *corpus*, sobre uma história da linguagem médica escrita em português, que tratamos na seção a seguir.

1. CORPUS HISTÓRICO DA LINGUAGEM DA MEDICINA EM PORTUGUÊS, TERMINOLOGIA DIACRÔNICA E HUMANIDADES DIGITAIS NOS SÉCULOS XVIII E XIX

Conforme registrado em Lazzari e Finatto (2023), começamos, desde 2019, a selecionar, reunir e compartilhar uma série de textos de manuais médicos relativamente antigos, impressos em português, em Portugal, no século XVIII. Selecionamos obras produzidas por espe-

cialistas da Saúde daquela época que fossem voltadas para formação de novos práticos do enfrentamento de doenças e de seus tratamentos. O *corpus* reunido pode ser consultado em dois *sites* conexos:

a) <https://www.ufrgs.br/textecc/terminologia/>;

b) <https://sites.google.com/view/projeto38597> – com dados atualizados em setembro de 2025.

Entre 2024 e 2025, começamos os trabalhos para incluir materiais de divulgação do século XIX, impressos no Brasil. Incorporamos obras da autoria de médicos, mas voltadas “para o socorro das famílias” e para “uso doméstico”. O novo segmento visa ampliar a mirada e deve permitir a investigação de uma hipótese sobre os perfis de facilitação da linguagem especializada e das terminologias do século XVIII até o XIX. Além disso, buscamos contrastar aqueles materiais antigos, de “medicina doméstica”, com guias atuais que adotam técnicas de escrita conhecidas como *Linguagem Simples*. Isso visa vincular as condições de letramento em saúde de diferentes populações, em cronologias (Módolo; Madeira, 2024), a diferentes recursos de promoção de Acessibilidade Textual e Terminológica (Finatto; Paraguassu, 2022). Por isso, o *corpus* ampliado, na parte do século XIX, traz também, como contraponto, um conjunto de teses médicas históricas. Trataremos das teses da Faculdade de Medicina da Bahia, que, *a priori*, caracterizam a comunicação entre especialistas, provavelmente mais complexa ou conceitualmente elaborada do que seria a comunicação entre médicos e pessoas leigas.

A partir da reunião e do exame desses textos, produzimos arquivos de texto simples que permitem uma exploração computacional facilitada com buscas de palavras e quantitativos diversos. Esse acervo de arquivos, que apenas espelham uma dimensão dos textos originais,

pode apoiar a extração automática de informação e a compreensão de leitura. Uma leitura que, em um primeiro momento, principalmente nos manuais do século XVIII, tende a ser bastante intimidadora. Com esses arquivos, temos estabelecido bases, questionamentos e alternativas para uma composição terminográfica e dicionarística que possa ser derivada dessas obras. Com esses registros e fontes, intentamos desenhar um *continuum* histórico-social para situar uma série de buscas e evidências linguísticas, lexicais e terminológicas. Nesse percurso, conforme já apontamos (Finatto, 2024, p. 3),

[...] ainda que exista a digitalização prévia de obras médicas antigas e que tal digitalização seja um bem e necessidade inquestionável, cumpre-se todo um longo e difícil percurso até chegar-se à organização e compartilhamento de um *corpus* em formato de arquivos de texto editável. Há uma longa jornada até que se obtenha algo com que possa trabalhar e explorar em suas ‘palavras’.

O perfil de usuário que buscamos atender com o trabalho de sistematização do léxico e a produção de inventários diversos é o pesquisador que se ocupa da história ou de alguma cronologia da linguagem médica escrita e impressa em português. Como protótipo de usuário, temos uma pessoa do cenário acadêmico nacional interessada em estudar percursos de conhecimentos expressos via textos escritos, uma pessoa que investiga termos e conceitos pelas perspectivas das áreas da Saúde, da História ou da Linguística. O propósito da pesquisa, em linhas gerais, é tanto divulgar um patrimônio bibliográfico quanto instrumentalizar a compreensão de leitura dessas fontes documentais de valor histórico.

1.1. Desafios e métodos de trabalho para a Terminografia Diacrônica

Além do estudo descritivo do léxico, realizado com o apoio de uma série de obras de referência, pesquisas filológicas e históricas e ferramentas informatizadas, temos explorado recursos computacionais e métodos de trabalho diante das especificidades desse tipo de *corpus*. O desafio é reconhecer o conteúdo das páginas conforme foram originalmente impressas e, posteriormente, digitalizadas.

Instrumentalizar o desafio do texto impresso digitalizado justifica-se pela crescente digitalização dos acervos de obras antigas e raras. As obras de que nos ocupamos, entre tantas outras, felizmente, já integram diferentes bibliotecas e plataformas *on-line*, como o acervo *Google Books*, a Cesima Digital (da PUC-SP), a Brasileira (USP), a Biblioteca Nacional do Brasil (BNDigital), a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) e a plataforma multimídia *Internet Archive*. Esses repositórios, de modo geral, permitem consultas, visualização de conteúdo e *download* gratuitos de arquivos completos, partindo-se do formato original de páginas conforme foram digitalizadas, compartilhados como fac-símiles. Naturalmente, esse formato não se equipara jamais à experiência do pesquisador quando consulta esses originais em suporte papel e tem contato com os acervos físicos em que essas obras se encontram. Mas já tem grande valia para as pesquisas lexicais de viés histórico, servindo também para (re)lembrar sobre o valor dos estudos de Filologia, de Paleografia e da Filologia Digital.

A despeito das facilidades do acesso *on-line*, um dos entraves iniciais, ao se partir das digitalizações das páginas impressas de um livro antigo, ainda é a identificação das palavras e compreensão de leitura do texto. Naturalmente, isso se eleva à nona potência em caso de manuscritos. Mesmo em impressos, o consulente que percorre a

imagem de um arquivo PDF precisará saber lidar com sombras, manchas, marcas de papéis e de tintas e com tipografias peculiares. Ao optar pelo *download* do arquivo de um livro impresso em formato PDF, transformando-o em um arquivo de texto simples (.txt), vivenciam-se as diferentes capturas e reconhecimentos ortográficos, encontrando-se, muitas vezes, “apenas restos de palavras” conforme reconhecidos pelos diferentes sistemas de OCR adotados por cada biblioteca ou plataforma digital. Nós, por exemplo, além desses muitos “restos”, lidamos também com formas plenas parcialmente reconhecidas, tais como *huma*, *dysenteria*, *mecheu*, *philantropia* ou *soffrimento* e modos de acentuações variados.

Obviamente, além das formas de escrita, quem trabalha com textos antigos em mirada histórica terá de enfrentar também e, especialmente, a configuração específica dos significados das palavras, com expressões do léxico comum e do léxico especializado conforme cunhadas e empregadas nesses documentos e épocas. Exemplos emblemáticos dessas especificidades, no plano do sentido, são as palavras *ajuda* e *madre*. Nos contextos (ou cotextos) dos manuais médicos do século XVIII, como substantivo, *ajuda* significa um PROCEDIMENTO e/ou PREPARADO LAXATIVO. Por sua vez, *madre*, em segmentos como *males da madre*, é um termo anatômico que corresponde a ÚTERO. Junto a *útero*, o termo *madre* seguiu nos materiais médicos do século XIX, ainda que em frequência menor. É sempre interessante observar esse processo de desuso associado aos fenômenos identificados como “necrologismos terminológicos em *corpora* textuais” (Picton, 2009; 2014 *apud* Curti-Contessoto, 2022).

Nos encaminhamentos para uma futura dicionarização associada à história das doenças e de seus tratamentos, conforme espelha-da nessas fontes, estamos investindo também na busca das melhores apresentações para diferentes verbetes e microestruturas, via concep-

ção de fichas terminológicas diferenciadas. Afinal, elas precisam ser compatíveis com um enfoque histórico (Teixeira; Marengo; Finatto, 2023). Por isso, temos procurado embasá-las teórica e metodologicamente em experiências e referências da Terminologia e/ou da Lexicografia Especializada. O desafio, conforme relatado nesse artigo de 2023, tem sido encontrar formatos de fichas que possam bem acomodar e organizar, para o terminólogo e o gestor da base de dados informatizada, as tantas e diferentes informações conceituais, lexicográficas e sócio-históricas em torno dos itens identificados no *corpus*.

Enfim, não é tarefa trivial estabelecer os formatos desses dossiês de modo a bem apoiar a apresentação dos verbetes ou dos nódulos de informação histórica específicos que o consultante tenha interesse em acessar. Conforme ensinam Bevilacqua *et al.* (2023, p. 90), na

[...] literatura da terminografia, podemos encontrar os termos “ficha terminográfica”, “ficha terminológica” e “ficha de trabalho” para designar o modelo de registro de dados das unidades selecionadas. Se antigamente as fichas eram preenchidas em cartões ou folhas avulsas, hoje em dia os modelos são criados e armazenados no computador.

Igualmente trabalhoso é estabelecer um desenho macroestrutural nesse tipo de repertório diacrônico e sócio-histórico, seja ele glossário, dicionário, vocabulário ou até mesmo um hiperdicionário (Finatto, 2024). Tenta-se reconhecer os diferentes itens de informação macro e microestrutural, além de construir um sistema de remissivas que o usuário utilizará e que serve para a vinculação de itens na base de dados que contém os dados do dicionário ou inventário. As remissivas compreendem uma série de remetimentos e implicações, cobrindo correlações pragmáticas e semânticas (Possamai, 2001), necessárias para apoiar a compreensão de leitura na multiplicidade de

elementos que constam mencionados ou mesmo apenas evocados nas fontes dessa natureza.

Nosso trabalho de planejamento desse tipo de repertório tem sido orientado por propostas da Terminografia Pedagógica (Fromm, 2020), da Terminologia Diacrônica (Dury; Picton, 2009) e da Socioterminologia de perspectiva histórica. Mas também aproveitamos os diferentes estudos e ensaios sobre Linguística Histórica, Lexicografia Histórica, Lexicometria de base computacional, Lexicologia sócio-histórica (Cambria; Cunha; Santos, 2023) e estudos diversos sobre a configuração e história das linguagens ibero-românicas de especialidade.

1.2. Um exemplo ilustrativo

Para exemplificar o andamento no nosso trabalho, na fase que avança para as obras médicas do século XIX, resumimos, a seguir, um breve ensaio inicial de reconhecimento de dados. Trazemos apenas uma parte do nosso estudo com uma obra emblemática da escrita médica brasileira do século XIX, publicada em duas edições.

(1) *Manual do fazendeiro, ou, Tratado domestico sobre as enfermidades dos negros* (Imbert, 1834), volume único, com 340 páginas;

(2) *Manual do fazendeiro: ou Tratado domestico sobre as enfermidades dos negros, generalisado ás necessidades medicas de todas as classes* (Imbert, 1839), com 320 páginas (Tomo 1) e 380 páginas (Tomo 2). Os dois tomos foram impressos no mesmo ano de 1839, pela *Typographia Nacional* no Rio de Janeiro.

Essa obra, doravante identificada como **MF01** de 1834 (Figura 1) e como **MF02 (T1 - Tomo 01 e MF02 (T2- Tomo 02)** de 1839 (Figura 2), serve também como testemunho para uma série de tra-

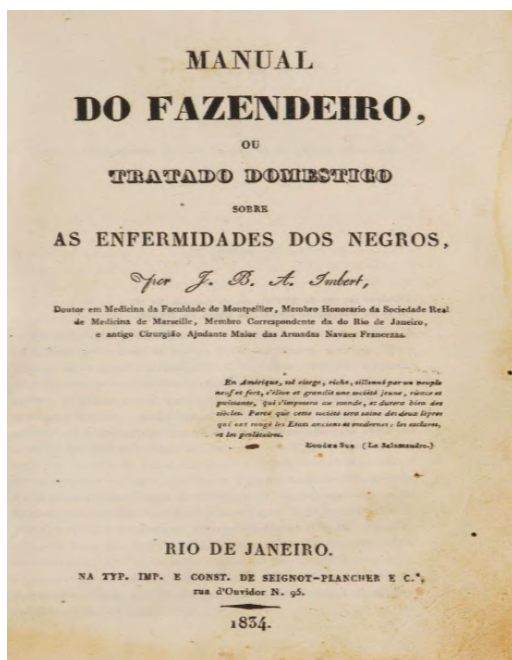
tamentos (e de barbáries) aplicados às pessoas escravizadas no Brasil Império. Nas duas edições, sendo a segunda em dois tomos, o **MF** está disponível gratuitamente, em diferentes formatos de arquivos, na plataforma *Internet Archive*:

MF01: <https://archive.org/details/b29341152/page/n5/mode/2up> ;

MF02/Tomo1: <https://archive.org/details/DELTA539211FA/mode/2up> ;

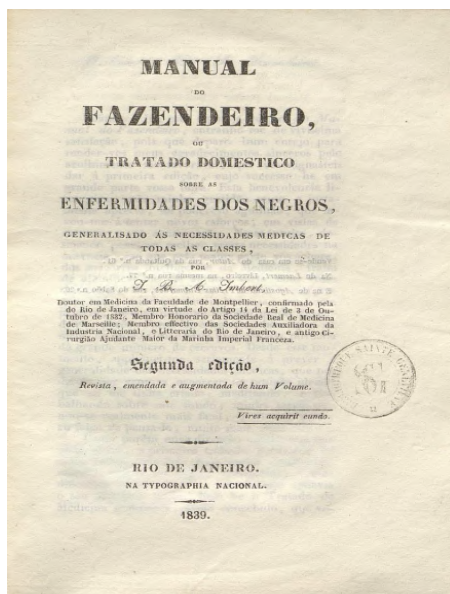
MF02/Tomo2: https://archive.org/details/DELTA53921_2 .

Figura 1. Manual do Fazendeiro (1834)



Fonte: Imbert (1834).

Figura 2. Manual do Fazendeiro (1839)



Fonte: Imbert (1839).

Conforme a portada de **MF02-T1**, a segunda edição do *Manual* foi fruto do incentivo dos leitores. Assim, teve uma acolhida favorável (ortografia original com grifos nossos):

Dando da luz esta segunda edição do Manual do Fazendeiro, entranho-me de vivíssima satisfação, pois que **deparo hum ensejo para render-vos meus agradecimentos sinceros pelo acolhimento tão favoravel**, que vos dignasteis dar á primeira edição, cujo successo he em grande parte vossa obra.

[...]

Como porém nova direcção recebessem minhas ideias, o primeiro trabalho publicado ha cinco annos, adquirio hoje maior desenvolvimento, soffreo

correções necessárias, e modificações indispensáveis, conservando todavia o seu primeiro título.

Desde a primeira edição, de 1834, bem ao seu início, lemos em um trecho de MF01 algumas posições emblemáticas das perspectivas desse médico. Desde já, ao leitor interessado em um estudo histórico propriamente dito, recomendamos a consulta ao excelente trabalho de Viana (2016), dedicado à figura e ao pensamento do médico Imbert. As posturas e preconceitos do autor, infeliz e pavorosamente, servem como molduras para os diferentes segmentos da obra em exame e nos ajudam na (re)construção dos vários paradoxos de uma ideologia, bem situada e explicada por Viana (2016). Visando facilitar a leitura do trecho a seguir e os espaço a ocupar, não reproduzimos a translineação – os grifos são nossos:

Os povos civilizados do Universo têm geralmente reconhecido a humana necessidade pôr hum termo a **esse abominavel e odioso trafico**, designado pelo nome de commercio de escravos que durante muitos seculos tem recrutado escravos nessa parte do mundo, onde a natureza pôz o berço da raça negra, aliás chamada Africana. [...] (p.ix).

[...] A **organisação do negro differe da do branco**, não só pela côr. Como tambem por buma limitação em sua organização cerebral, que não permite levar ao mesmo gráo a extensão das suas faculdades intellectuae; (fallamos aqui em these geral, para não ignoramos que esta Lei tem excepções.) (p.xvi)

[...] A **preguiça he tambem hum dos vícios do negro**; ella produz enfermidades condemnando os órgãos à inacção. O negro a leva a excesso, e para elle a verdadeira felicidade consiste em comer e dormir, ou em estar sentado sem reflectir, e em vegetar em fim como planta (p.xij).

2. PARA TRATAR DAS ENFERMIDADES DE PESSOAS ESCRAVIZADAS NO BRASIL EM 1839

Os primeiros passos neste tipo de trabalho, antes mesmo da produção de um *corpus* digital em formato de arquivo-texto da obra em estudo, são a leitura e prospecção de uma série de dados sócio-históricos: autoria, público leitor visado, contexto político que envolveu a impressão do volume, propósitos e verificação da organização do texto em suas partes e conteúdo.

Começamos pelo autor. Conforme informações disponíveis no *site* da Academia Nacional de Medicina (ANM, brasileira), Jean-Baptiste Alban Imbert ou **João Baptista Albano Imbert** foi o acadêmico titular do registro número 36. Sua eleição e posse na ANM ocorreram em 15/10/1835. Tratava-se de médico francês radicado no Brasil conforme os dados a seguir (com grifos nossos):

[...] formado em Montpellier [...] chegou ao Império do Brasil em 1831 **objetivando estudar as práticas populares de cura**. Teve seu diploma reconhecido e confirmado pela Academia de Medicina do Rio de Janeiro, em virtude da lei de 3 de outubro de 1832 que dava ‘nova organização às atuais Academias Medico-Cirúrgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia’. **Foi o primeiro médico estrangeiro a revalidar seu diploma na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1834)**. [...] **Teve seu nome ‘abrasileirado’ para João Baptista Albano Imbert**.

Foi membro de conselhos e comissões examinadoras para magistério superior, sociedades e associações nacionais e internacionais [...] membro honorário da Sociedade Real de Medicina de Marseille, membro efetivo das Sociedades Auxiliadoras da Indústria Nacional

(SAIN), e literatura do Rio de Janeiro [...], **também foi Cirurgião Ajudante Major da Marinha Imperial Francesa**. Escreveu algumas obras importantes como ‘Ensaio higiênico sobre o clima do Rio de Janeiro’ (1837); ‘O Charlatanismo: uma palavra sobre o charlatanismo e os charlatães’ (1837) e o ‘Guia médico das mães de família ou ‘A infância considerada na sua hygiene, suas moléstias e tratamentos’ (1843). A obra de referência para este trabalho é a segunda edição do **Manual do Fazendeiro ou “Tratado Doméstico sobre as Enfermidades dos Negros”, generalizado às necessidades médicas de todas as classes**. [...] (Academia Nacional de Medicina, [s.d.], grifo nosso).²

Na abertura de **MF02-T1**, além da justificativa para a nova edição, a dedicatória do autor é para os *fazendeiros*, com quem se solidariza em suas dificuldades. Assim, na apresentação renovada, o médico dirige-se ao “Fazendeiro isolado, bem que no meio de huma rica e vasta propriedade povoada de grande numero de escravos”. Desta vez, assinala esperar que o seu **MF**, além do atendimento dos escravos, servisse também de “guia prudente no tratamento” das enfermidades dos próprios fazendeiros e seus familiares, “pois foi com esse espírito de prudência e utilidade, que minha pena presídio a sua redacção”. Daí a ampliação do título: “generalizado às necessidades medicas de todas as classes”.

Quanto à situação do “entorno” sócio-histórico de 1839, data publicação da versão ampliada do manual, em resumo: a) estávamos sob as regências que tutoriavam D. Pedro II, que era uma criança com seis anos de idade; b) havia um ambiente político pleno de turbulências em todo o Império. Recorrendo a alguns registros da *Wikipedia* podemos destacar, *grosso modo*, os seguintes episódios mais emble-

² Disponível em: <https://www.anm.org.br/jean-baptiste-alban-imbert-joao-baptista-albano-imbert/>. Acesso em: 15 out. 2025.

máticos do ano de 1839, visto que podem se conectar aos conteúdos relatados em **MF02-T1**:

1. **março**: eclode a Guerra Civil na República Oriental do Uruguai
2. **abril**: a Escola de Farmácia é criada em Ouro Preto, Minas Gerais.
3. **julho**: fundada a República Juliana ou República Catarinense, um estado republicano proclamado no atual estado de Santa Catarina.
4. **agosto**: rendição da cidade de Caxias, no sertão do Maranhão, sob a Revolta dos Balaíos.
5. **setembro**: Manuel Congo, líder de levante de escravos, é enforcado no Rio de Janeiro; Batalha do Seival (Guerra dos Farrapos).
6. **novembro**: final da República Juliana; promulgada a Lei Feijó, que proibiria “apenas no papel” o tráfico de escravizados no Brasil. Ao declarar livres todos os escravos entrados no Brasil após a sua promulgação, acabou conhecida como uma “lei para inglês ver”. Afinal, nunca colocada em prática, serviu apenas para o cultivo de uma boa vizinha com a Coroa Britânica. Na verdade, serviu para intensificar o tráfico.
7. **dezembro**: a vila de Maceió é elevada à condição de cidade-capital de Alagoas.³

³ Fonte: Wikipedia.org, disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/1839_no_Brasil. Acesso em: 15 out. 2025.

2.1. Um exemplo de complexidades e de conexões

A seguir reproduzimos mais alguns exemplos dos conteúdos de **MF01** (Imbert, 1834), Capítulo IV, páginas 15-25. Com o fac-símile disponível na plataforma *Internet Archive*, baixamos o arquivo original de OCR oferecido na plataforma, na opção “somente texto”. Para facilitar a leitura desses trechos e a reprodução em pouco espaço, eliminamos a separação de sílabas e o translineamento. Os grifos são nossos e as marcas [...] sinalizam omissão de partes:

CAPITULO IV.

Medicina dos negros. — Da Dysenteria.

Chama se Dysenteria a enfermidade em que o enfermo faz hum numero mais ou menos consideravel de evacuações sanguinolentas; as quaes podem ser de cinco á seis, até quarenta ou sessenta por dia. [...]

O assento desta enfermidade está fixado nos intestinos grossos. Algumas explicações se fazem aqui indispensaveis; a Sciencia designa, debaixo do nome de intestinos, esse tubo, que começando no fim do estomago, termina no anus. Este canal tem de extensão cinco à seis comprimentos da altura do corpo. No seu interior circulão os alimentos, e passam-se os principaes phenomenos da digestão, taes como a mistura da bilis com a massa alimentar desde a sua sahida do estomago, **a absorção das moléculas nutritivas** que contém essa massa, e sua decomposição em materia escrementicia, que sempre mais impropria à nutrição, á-medida que avança para o anus, he por fim expulsa pela contracção do rectum, que he o ultimo do intestinos grossos. Estes são tres em numero, e distinctos de

outros tres, que lhes são superiores chamados delgados, por causa da sua estreiteza. [...]

Tambem se reconhece dysenteria pelos seguintes symptomas; algumas vezes, depois de muitos dias de diarrhea que já tem enfraquecido, ou de repente, acende-se a febre; sobrevem, tenesmos, puxos, huma dór continua no ventre com signaes de inflamação, o enfermo lança algumas vezes sangue puro, negro, ou em dissolução, e as mais das vezes materias sanguinolentas; outras vezes não fazem sangue, mas passando, pelo anus, causao hum sentimento de calor, e dôres vivissimas.[...]

À dysenteria desenvolve poucos phenomenos sympathicos, e he raro que o cerebro seja perturbado em suas funcções. As faculdades intellectuae conservão-se em toda a sua integridade, e não soffrem modificação senão em sua actividade que, he menor. **Por isso que o negro exerce pouco este órgão, como já demonstramos, fica clara a razão da pouca influencia, que o cerebro, nelle tem sobre a marcha da enfermidade.** Tanto não succede a respeito do branco; tocado de dysenteria, elle vê-se em huma situação moral afflictiva, pois que reflectindo sobre si mesmo nao póde deixar de conceber idéas de terror a respeito do seu futuro. O desgraçado que padece dysenteria enfraquecido pela delonga da enfermidade, nao se póde dissimular a sorte que o espera, e impotencia da Arte na maior parte dos casos, e tirado o véo da illusão, julga que morrá a cada instante. **O negro, he muito menos desgraçado, porque o seu espirito não percebe proxima destruição que o ameaça.** [...]

Concebe-se logo que **o negro, meio nú, exposto continuamente à acção ardente do sol, e à todas as variações da temperatura, contrahirá frequentemente a dysenteria.** Como resistir aos

efeitos de huma causa sempre permanente, quando a sua pelle continuamente excitada he como hum crivo, por onde transita a maior parte dos liquidos, e pela menor impressao do ar pode então produzir a reclusão dos poros, e esgotar a fonte da transpiração?

[...] **o negro, em resultado do genero de vida que passa, padece mais facilmente dysenteria do que o branco** (Imbert, 1834, p. 15-25, grifos nossos).

Como visto, em **MF01**, Imbert preocupou-se em fazer uma caracterização “técnica” da *dysenteria*, como também atentou para mencionar a repercussão diferenciada da doença entre brancos e escravizados. Em seguida, ensinava a aplicar ao doente tratamentos como algum repouso em uma cama, agasalhando-o e dando-lhe chávenas de infusões da planta denominada *ipecacuanha* (*var. ipecacunha*). Também prescrevia um regime alimentar regulado, à base de caldos de cevada e mingaus feitos de féculas, como arroz, tapioca e sagu. Na intensificação do quadro, recomendava clisteres (lavagens intestinais), ópio, sangrias e cataplasmas.

Em 1834, Imbert referiu bibliografias sobre usos e preparos da *ipecacuanha* e essa referência permanece, ampliada, na edição de 1839. E, em uma iniciativa sua mais autoral no tratamento, o médico incentiva o uso de outra planta, que chama de *herva saracura* (*var. azedinha*; *Bigognu obliqua*, suas outras denominações que somente situará na segunda edição).

No caso do tratamento com *herva saracura*, Imbert relata ter testado a “nova” planta no tratamento da disenteria de um Mr. Ferrand, negociante francês de 35 anos, que chegara ao Rio de Janeiro. Além desse paciente, ele menciona, em 1834, a experiência com um

Dr. Martin, naturalista francês fixado do RJ, que sofreu vários meses com a mesma doença. Assim, **MF01** detalha os acertos e percalços no atendimento dos franceses e termina asseverando que o fluxo do tratamento entre os escravizados seria, naturalmente, diferente:

Fortificados por tão decisivos sucessos, começamos logo a fazer uso deste tratamento [com a ipecacaunha] **para com alguns negros, com modificações, he verdade**, e temos igualmente obtido curas, **que somos forçados à attribuir em parte à herba saracura** (Imbert, 1834, p. 25, grifos nossos).

Com base nesse capítulo de **MF01**, entre as doenças a destacar, temos a DISENTERIA, apontada por Imbert como recorrente entre os escravizados. Para ele, a doença era um cenário “ótimo” para estudos, testes e práticas curativas diversas. Além disso, asseverava que a doença teria hasteado o seu estandarte em meio à população negra, que conforme pensava “fornece alimento à sua actividade”, esse alimento para a doença seria a transpiração contínua. Todavia, conforme o autor exemplificava com os doentes europeus por ele atendidos, a doença era flagelo não só dos escravizados, mas também dos exércitos, dos hospitais, das embarcações e das cadeias, ferindo, igualmente, de tempos a tempos, populações inteiras, dizimando todas as partes em sua passagem. Com o agravamento do mal, a pessoa chegava à morte, e conforme comentava, “o negro que assim vai morrendo, apresenta symptomas analogos aos do escorbuto”.

Descrita a doença em suas diferentes fases, pelo exame de um texto cruel, é possível identificar os seguintes TRATAMENTOS E REMÉDIOS associados àquela *dysentery*:

a) sangria local sobre o ventre, ou no ânus, com sanguessugas ou ventosas;

b) chávenas (xícaras) de cozimento de cevada, de borragem, de malvaíско, de sementes de linhaça, adoçado com xarope de goma arábica;

chávenas de cozimento de cevada, de borragem, de malvaíско, de sementes de linhaça, adoçado com xarope de goma arábica;

c) guardar rigorosa dieta, proibindo-se até mesmo os mingaus, e muito particularmente os caldos;

d) o ventre deve ser coberto de uma cataplasma feita com farinha de linhaça, ou aliás, com panos molhados, e amiudadas vezes, em cozimento de linhaça;

e) são úteis alguns clisteres deste mesmo cozimento (de linhaça), mas só de meia seringa, ou um quarto, se for grande;

f) o enfermo ser convenientemente agasalhado, a fim de que se restabeleça a transpiração; pratiquem-se algumas fricções em seus membros com um pedaço de baeta, e ponha-se a sua cama em lugar seco, e elevado.

3. PERSPECTIVAS PARA O LEVANTAMENTO DO LÉXICO E DOS ESTADOS DE CONHECIMENTO

Como se pode observar, em apenas um dos capítulos do **MF02** (Imbert, 1839), tratando-se apenas de um tema como a **DISENTERIA**, há toda uma profusão de dados a sistematizar. Esse não é, nem de longe, um trabalho trivial.

Além dos procedimentos tradicionais, como as sangrias com ventosas e sanguessugas e os clisteres, tal como já atestavam os ma-

nuais médicos do século XVIII do nosso *corpus*, várias espécies vegetais podem ser consideradas protagonistas nos tratamentos descritos, tais como: cevada, ipecacuanha, erva saracura, malvaíско e sementes de linhaça, féculas de mandioca e arroz. Também o recurso à narrativa detalhada de episódios de atendimentos feitos pelo médico, com seus acertos e sucessos, é uma permanência em relação ao que já praticavam os autores dos manuais do século XVIII.

Entretanto, de um outro modo, repercutem nesses textos de 1800 algumas “modernidades”, especialmente no que tange à descrição etiológica da doença e ao detalhamento da porção de anatomia envolvida, como a interessante menção à “absorção das moléculas nutritivas”. A título de um *continuum* que nos pudesse conduzir ao presente, valeria associar os relatos de 1839 às práticas e conhecimentos da atualidade em torno da DISENTERIA. Vejamos um texto sobre **Doença diarreica aguda (DDA)**, retirado da página da Secretaria Estadual da Saúde do Governo de Pernambuco, conforme acessado em 2025. Os grifos, nossos, assinalam elementos semelhantes aos referidos em 1839:

A doença diarreica aguda (DDA) é uma síndrome causada por diferentes agentes etiológicos (bactérias, vírus e parasitos), cuja manifestação predominante é o **aumento do número de evacuações**, com fezes aquosas ou de pouca consistência. Em alguns casos, há **presença de muco e sangue**. Quanto à origem, as DDA podem ser infecciosas e não infecciosas. Para a saúde pública, a de maior importância é a infecciosa, devido a sua maior frequência. As principais causas são: bactérias e suas toxinas, vírus, parasitos e toxinas naturais. [...]

O modo de transmissão pode ocorrer pela via oral ou fecal-oral, sendo específico para cada agente etiológico. A transmissão pode ser indireta – ingestão de água e alimentos contaminados e contato

com objetos contaminados (ex.: utensílios de cozinha, acessórios de banheiros, equipamentos hospitalares); transmissão direta – pessoa a pessoa (ex.: mãos contaminadas) e de animais para as pessoas. Os manipuladores de alimentos e os vetores, como as moscas, formigas e baratas, podem contaminar, principalmente, os alimentos e utensílios. **Locais de uso coletivo, tais como escolas, creches, hospitais e penitenciárias apresentam maior risco de transmissão.**

Sinais e Sintomas

- De modo geral, o quadro clínico é agudo, autolimitado, com duração de 2 a 14 dias, e não confere imunidade duradoura. As manifestações clínicas variam de acordo com o agente etiológico. Os episódios de diarreia aguda, de uma maneira geral, podem ser divididos em dois grandes grupos: diarreia aquosa e diarreia sanguinolenta.

- A diarreia aquosa é caracterizada pela perda de grande quantidade de água durante a evacuação, promovendo uma alteração na consistência das fezes, podendo estabelecer rapidamente um quadro de desidratação e distúrbios eletrolíticos, principalmente quando associadas à desnutrição.

-A diarreia sanguinolenta (disenteria) é caracterizada pela presença de sangue nas fezes, podendo haver presença de muco e pus. Sugere inflamação ou infecção do intestino. Outros sintomas podem aparecer como náuseas, vômito, febre e dor abdominal

- Em geral, as complicações são decorrentes da desidratação e do desequilíbrio hidroeletrolítico. Quando não são tratadas adequada e precocemente, **podem levar ao óbito**, por choque hipovolêmico e/ou hipopotassemia. Nos casos crônicos ou com

episódios repetidos, acarretam desnutrição crônica, com retardo do desenvolvimento ponderoestatural em crianças.

Medidas de Prevenção e Controle [...]

As medidas de controle consistem em: **melhoria da qualidade da água, destino adequado de lixo e dejetos, controle de vetores, higiene pessoal e alimentar.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de capítulos específicos sobre a *dysenteria* em **MF01 e MF02** (Imbert, 1834, 1839), tendo em vista o papel dos fitoterápicos no socorro e até no tratamento paliativo dos doentes escravizados, novamente, as plantas revelam caminhos interessantes, mostrados tanto pelo léxico quanto pelas terminologias conforme já destacado em Finatto (2024, p. 20). Nos trechos do capítulo amostrado, de 1834, a *ipecacunha* e uma tal *herva saracura* são exemplos emblemáticos de pontos a explorar e a conectar nessa rede de conexões semânticas e conceituais. Nessa perspectiva, uma pergunta atual, atenta e curiosa, seria: essas plantas teriam tido, nos episódios descritos, realmente, algum efeito análogo a antibióticos?

Como o **MF01** relata e ensinava, as fases da doença, muito recorrentes nas senzalas, seriam três, cada uma demandando um perfil de atendimento diferente por parte do prático ou da pessoa encarregada de atender os doentes. Além disso, vários recursos, além de plantas, eram empregados ao mesmo tempo. Quanto à relação, para nós óbvia, entre aquelas fazendas dos séculos XVIII e XIX, senzalas cheias e as doenças, vale observar a menção, por Imbert (1834, p. 24), à *Fazenda Santa Cruz*, situada nas atuais regiões de Mangaratiba

e Vassouras, no Rio de Janeiro. A partir dessa referência em **MF01**, com grifos nossos, descobre-se, na *Wikipédia*, que

[...] a poderosa Fazenda de Santa Cruz, o maior complexo agropastoril do Brasil durante o século XVIII, **contava com milhares de escravos**, cabeças de gado, e diversos tipos de cultivos, como arroz, milho, feijão, batata e mais tarde o café (Wikipédia, 2007, grifos nossos)⁴.

Com novas pesquisas na *Wikipedia*, em vídeos históricos especializados e séries documentais, descobre-se que, desde muito, havia realmente inúmeras pessoas e muitos doentes naquelas fazendas imperiais. Todavia, impedimentos “oficiais” ao tráfico, em 1839, complicaram o cenário daquelas terríveis operações econômicas. Dado o alto valor agregado ao capital (isto é, os preços de compra e venda dos escravizados), patrimônio que se temia ficar escasso, tornou-se importante – ou inevitável – preservar a sua vida útil. Infelizmente, aquelas pessoas eram apenas bens de capital e, conforme o retrato infame dos relatos de Imbert, um capital feito de pessoas consideradas inferiores, com “naturais” limitações cerebrais, “cuja preguiça os fazia vegetar como plantas”. A necessidade de prolongar a vida útil, tanto daquele capital quanto de um modo de produção justificou, em primeiro lugar, a ampliação de um guia como o **MF02**. Graças aos interesses do escravismo, foi impresso com o dobro de páginas embora indicasse que suas orientações eram generalizáveis a todas as “classes de gentes”.

Para o estudo-ensaio seguir, buscamos outros trabalhos médicos do século XIX relacionados com escravizados. Com foco, por exemplo, na planta denominada *ipecacanha*, descobrimos que o vegetal foi, justamente, tema de uma das teses médicas na Universidade

⁴ Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fazenda_Imperial_de_Santa_Cruz. Acesso em: 15 out. 2025.

de Medicina do Rio de Janeiro, em 1874. A tese de Bastos (1878), na área de Pneumologia, intitulava-se “Da ipecacaunha; sua acção phisiológica e therapeutica”. Naquela tese, a proposta era um estudo científico, químico e farmacológico da espécie, com apoio de microscopia e revisão dos experimentos diversos com animais e pessoas, incluindo testes, justamente, com pessoas escravizadas.

Conforme aquela tese (Bastos, 1874, p. 14 ss.), já havia o isolamento da substância *emetina*, contida na planta. Esse seria o elemento principal de seus diferentes efeitos, o que tornou a espécie tão receita-da em diferentes patologias. Além de uma análise botânica detalhada da *ipecacaunha*, família, nomes científicos, variedades e tipos, na página 34, Bastos já asseverava que a “ipecacaunha é um remedio heroico contra a pneumonia”. Mais adiante, refere o uso “nacional” da planta, e reconhece um método *brasileiro* (grifo nosso) para seu preparo e emprego diferenciados, o que seria, *a priori*, conforme os dias de hoje, algum tipo de inovação tecnológica. Ademais, Bastos atestava que tal método nacional era exitoso e o descreveu em detalhes. Indicava o diferencial das infusões brasileiras utilizarem somente a raiz pisada da planta. Tal método, conforme o autor, preservaria mais *emetina* e atenuaria efeitos adversos do uso da planta *in natura*.

Infelizmente, o volume dessa tese médica histórica, conforme disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/teses/TM-0015.pdf>, é um arquivo em formato PDF, sem OCR, o que inviabiliza a busca por palavras ou expressões. É apenas uma imagem, sendo reprodução digital, para nós, incompleta. Então, para o processamento do arquivo, será preciso inserir no arquivo de imagem tal recurso. Hoje, em 2025, esse ainda é um trabalho bastante complexo e custoso.

Na atualidade das obras científicas do século XXI, vemos que tal planta, hoje chamada apenas de *ipecacaunha*, segue interessando dife-

rentes cientistas por suas propriedades farmacológicas, ao passo que indicam e alertam sobre o perigo de extinção dessa espécie vegetal. Como exemplo, vale conferir um trabalho de TCC, de 2019, apresentado por Almeida (2019) ao curso de Química Industrial, na Universidade Federal do Pará. O arquivo encontra-se disponível no site da EMBRAPA Digital. Em alguns de seus trechos lemos que:

A **ipecá** (*Carapichea ipecacuanha*) (Brot.) L. Andersson é uma planta medicinal de pequeno porte e grande interesse à indústria farmacêutica, isso se deve à atividade biológica apresentada por seus metabólitos majoritários: emetina e cefalina. Considerando que esses alcaloides são encontrados em maiores quantidades nas raízes e sua colheita é basicamente extrativista, **a ipecá entrou na lista de espécies ameaçadas de erosão genética e extinção.** [...]

[...] conhecida popularmente como **ipecá, poaia** ou **planta-de-doente-de-estrada**. Esta planta é um subarbusto de pequeno porte, rasteira, que pode atingir até 30 cm de altura. A ipecá distribui-se geograficamente nas florestas tropicais da América, em Costa Rica, Nicarágua, Panamá, Colômbia e Brasil. [...]

O Brasil é considerado como seu centro de origem, sendo encontrada no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Rondônia, Goiás, Pernambuco, Espírito Santo, Bahia e São Paulo. Entretanto, **a área de maior ocorrência é no Município de Cáceres, no Estado de Mato Grosso** (Almeida, 2019, p. 6, grifos nossos).⁵

Como se vê, neste breve ensaio exploratório com **MF01** e **MF02**, ligando-se apenas os pontos entre os termos *dysenteria* e

⁵ Fonte: EMBRAPA digital, disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/214027/1/TCC-Almeida2019.pdf>. Acesso em: 15 out. 2025.

ipecacanha, já se desdobra um mundo de conexões em torno daqueles atendimentos médicos para pessoas escravizadas no Brasil. Há um mundo que se pode percorrer também, por exemplo, pelo nome popular e o nome científico de outra planta mencionada como a *herva saracura*. Com esses termos, desvelam-se diversos percursos de conhecimentos e de saberes populares – incluindo os saberes das comunidades quilombolas e das comunidades de terreiro, sobre remédios feitos com plantas, que ecoam nos relatos médicos, além de concepções de mundo, valores éticos e de pragmatismos científicos que hoje nos fazem pensar muito.

Mais uma vez, um recurso fitoterápico referido no passado, como a *ipeca*, de atestado valor farmacológico, sabe-se hoje ameaçado de extinção pela predação ao meio ambiente. Caso semelhante ao da planta *alcatira/alquitira* (Finatto, 2024), mencionada nas obras médicas do nosso *corpus* do século XVIII. Dar conta, pela via dos estudos do léxico, de um percurso como esse não é nada trivial. Mas é um trabalho interdisciplinar enriquecedor, que pode ajudar a sistematizar uma série de desdobramentos históricos e linguísticos. É algo que anima observações semelhantes em outras fontes, de diferentes domínios, do passado à atualidade. Assim, em vários sentidos, com tal tipo de pesquisa, nós linguistas, nunca estivemos tão longe e, ao mesmo tempo, tão perto.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA (Brasil). **Jean Baptiste Alban Imbert** (João Baptista Albano Imbert). Rio de Janeiro: ANM, [s.d.]. Disponível em: <https://www.anm.org.br/jean-baptiste-alban-imbert-joao-baptista-albano-imbert/>. Acesso em: 15 out. 2025.

ALMEIDA, J. C. **Avaliação da distribuição de alcaloides em diferentes órgãos da *Carapichea ipecacuanha* (Brot.) L. Andersson**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Química Industrial) – Universidade

Federal do Pará, Belém, PA, 2019. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/214027/1/TCC-Almeida2019.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2025.

BASTOS, J. M. **Da ipecacuanha**: sua ação fisiológica e therapeutica. Tese (Doutorado em Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: Typographia de Moreira, Maximoa & Comp., 1878. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/teses/TM-0015.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2025.

BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BEVILACQUA, C. R.; SALES, D. R. de; SILVA, M. M. da; REUILLARD, P. C. R.; LOGUERCIO, S. D. **Como elaborar um dicionário especializado?** Porto Alegre: Zouk, 2023. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://www.editorazouk.com.br/pd-95a553--e-book-como-elaborar-um-dicionario-especializado.html?ct=308e81&p=1&s=1>. Acesso em: 19 jan. 2025.

CAMBRAIA, C. N.; CUNHA, E. L. T. P.; SANTOS, T. N. **Lexicologia sócio-histórica**: um ensaio. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

CARVALHO, S. S. B. T.; MARENGO, S. M. D. A.; FINATTO, M. J. B. Construindo fichas terminológicas para estudos sócio-históricos. **Revista Diálogos**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 261–279, 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/14784>. Acesso em: 19 jan. 2025.

CURTI-CONTESSOTO, B. O(s) lugar(es) da diacronia na Terminologia: de onde partir para realizar um estudo terminológico-diacrônico hoje? **Acta Scientiarum. Language and Culture**, [S. l.], v. 45, n. 2, p. e67723, 23 fev. 2024. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/67723>. Acesso em: 19 jan. 2025.

DURY, P.; PICTON, A. Terminologie et diachronie: vers une réconciliation théorique et méthodologique? **Revue française de linguistique appliquée**, [S. l.], XIV, p. 31-41, 2009.

FAULSTICH, E. Apresentação. In: CAMBRAIA, C. N.; CUNHA, E. L. T. P.; SANTOS, T. N. **Lexicologia sócio-histórica**: um ensaio. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023. p. 11-14.

FINATTO, M. J. B. A definição de termos técnico-científicos no âmbito dos estudos de terminologia. **Revista Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte,

v. 11, n. 1, p. 197–222, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/183085/000369338.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 jan. 2025.

FINATTO, M. J. B. Medicina em português no século XVIII: desafios da Terminologia Diacrônica no cenário das Humanidades Digitais. **Revista Panace@**, v. 21, n. 52, 2º sem., 2020. Disponível em: https://www.tremedica.org/wp-content/uploads/panacea20-52_07_Tribuna_BocornyFinatto.pdf. Acesso em: 19 jan. 2025.

FINATTO, M. J. B. Para um hiperdicionário de Epidemiologia Histórica Luso-Brasileira: do século XVIII aos dias de hoje. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 9, p. e0910, 2024. DOI: 10.14393/Lex-v9a2023/24-10. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/72425>. Acesso em: 19 jan. 2025.

FINATTO, M. J. B.; PARAGUASSU, L. B. (Orgs.). **Acessibilidade textual e terminológica**. Uberlândia: EDUFU, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/EDUFU/978-65-5824-019-8>. Acesso em: 19 jan. 2025.

FROMM, G. Por uma Terminografia Pedagógica. **Revista Estudos Linguísticos/GEL**, [S. l.], v. 49, n. 2, p. 761–776, 2020.

HIGUCHI, S.; FREITAS, C. Linguística computacional, humanidades digitais e os desafios na mineração de um dicionário histórico-biográfico. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 10., 2017, Niterói. **Anais...** Niterói: ABRALIN, 2007. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/82d3b21d-93a3-4144-8f04-2b2f9033797c/content>. Acesso em: 15 out. 2025.

HIGUCHI, S. **Extração automática de informações: leitura distante da história política contemporânea do Brasil**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54623/54623.PDF>. Acesso em: 15 out. 2025.

HUANG, C. **A metáfora no texto científico de medicina: um estudo terminológico da linguagem sobre AIDS**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/5746>. Acesso em: 15 out. 2025.

IMBERT, J. B. A. **Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as enfermidades dos Negros**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1834.

Disponível em: <https://archive.org/details/b29341152/page/n5/mode/2up>. Acesso em: 15 out. 2025.

IMBERT, J. B. A. **Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as enfermidades dos Negros, generalizado ás necessidades medicas de todas as classes**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839. Tomo 1: <https://archive.org/details/DELTA539211FA/mode/2up>. Tomo 2: https://archive.org/details/DELTA53921_2. Acesso em: 15 out. 2025.

LAZZARI, R. R.; FINATTO, M. J. B. Exame do vocabulário médico no Português no século XVIII: contribuições da lexicometria para o desenho de um dicionário histórico. **Mandinga - Revista de Estudos Linguísticos**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 102–123, 2023. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/mandinga/article/view/1259>. Acesso em: 19 jan. 2025.

LEAL, L. O. P. **Milton Thiago de Mello: ícone da medicina veterinária brasileira e mundial**. Rio de Janeiro, RJ: Sociedade Nacional de Agricultura, 2021. E-book. Disponível em: <https://www.crmvrj.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Ebook-MTM-20210414.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2025.

MACEDO, C. Q. A Arte da Tradução: um breve exercício de terminologia diacrônica. **Cadernos do IL**, [S. l.], v. 1, n. 59, p. 255–270, 2019. DOI: 10.22456/2236-6385.92537. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/92537>. Acesso em: 19 jan. 2025.

MÓDOLO, M.; MADEIRA, M. de F. N. Letramento em saúde em documentos do século XVIII: contribuições da Filologia. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 252–283, 2024. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v37i2p252-283. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/219842>. Acesso em: 19 jan. 2025.

PICTON, A. **Diachronie en langue de spécialité: définition d'une méthode linguistique outillée pour repérer l'évolution des connaissances en corpus**. Un exemple appliqué au domaine spatial. Tese (Doutorado) – Université de Toulouse 2, Toulouse, 2009. Disponível em: <https://theses.hal.science/tel-00429061v1>. Acesso em: 19 jan. 2025.

POSSAMAI, V. Processo de organização e seleção do sistema de remissivas do dicionário TERMISUL. In: KRIEGER, M. G.; MACIEL, A. M. B. (Orgs.). **Temas de Terminologia**. Porto Alegre, RS/São Paulo, SP: Universidade/UFRGS/Humanitas/USP, v. 1, 2001. p. 389–393.

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE DO GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Doença diarreica aguda (DDA)**. Disponível em: <https://portal-antigo.saude.pe.gov.br/verbete/doenca-diarreica-aguda-dda>. Acesso em: 15 out. 2025.

VIANA, I. da S. **Corpos escravizados e saber médico**: proposições de Jean-Baptiste Alban Imbert (1830-1850). Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/17936/2/Tese%20-%20lamara%20da%20Silva%20Viana%20-%20202019%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 21 maio 2025.

WIKIPÉDIA. **Fazenda Imperial de Santa Cruz**. 2007. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fazenda_Imperial_de_Santa_Cruz. Acesso em: 15 out. 2025.

A ASTRONOMIA NO ENSINO FUNDAMENTAL I: TERMOS E CONTEXTOS

Mariângela de Araújo
Paulo Henrique de Souza

INTRODUÇÃO

Entender o universo e sua constituição sempre foi um interesse da humanidade. Olhar para o céu, tão infinito, e enxergar nele pontos luminosos tão pequenos e com tanto brilho instiga a curiosidade de adultos, jovens e crianças. A curiosidade e o encantamento levaram o homem à criação de lendas e mitos para explicar o desconhecido e o fascínio pelo desconhecido levou até a atribuição de divindade a esses elementos.

Entretanto, um olhar mais objetivo para essa realidade levou também à constituição de uma área de estudo: a Astronomia. Essa área está presente hoje nos materiais de ensino destinados à mais tenra idade, uma vez que a curiosidade das crianças mobiliza as aprendizagens e torna o estudo e a observação da realidade mais instigantes e interessantes.

Dessa forma, os termos da Astronomia estão entre os mais frequentes em coleções didáticas voltadas ao ensino-aprendizagem de Ciências nos anos iniciais do ensino fundamental. Não obstante, essa área de estudo traz, em si, grande complexidade, uma vez que nem

tudo o que os olhos humanos veem e aquilo que a sua observação permite dão conta da realidade fenomenológica. Os pequenos pontos de luz que se veem nem sempre emitem luz; a pequenez que se observa, na realidade, corresponde a uma enormidade, muitas vezes muito maior do que a do planeta que a humanidade habita; a infinidade do Universo não possibilita que os sentidos humanos captem tudo o que existe. Assim, grande grau de abstração é requerido daquele que se dedica ao estudo astronômico.

Apesar da complexidade, não seria justo tirar das crianças a possibilidade de se iniciarem na área. Para isso, no entanto, é necessário que as informações sejam adequadas à faixa etária sem que sejam imprecisas e incorretas. Nesse momento, é que entram os professores, como mediadores do processo de ensino-aprendizagem dos conceitos, e dos elaboradores de livros didáticos, que devem estar atentos à elaboração dos textos, para que não sejam tão complexos a ponto de causar desinteresse ou impossibilidade de entendimento e, ao mesmo tempo, não trazer informações equivocadas ou ambíguas.

Diante disso, neste texto serão abordados os resultados de um projeto de pesquisa que demonstrou como a Astronomia é apresentada, por meio de termos e contextos, em livros didáticos de Ciências destinados aos primeiros anos do ensino fundamental. Além disso, serão discutidos os desafios do ensino-aprendizagem de Astronomia nesse nível educacional, o que justifica o desenvolvimento de trabalhos terminológicos que possam indicar problemas na abordagem e apresentar contribuições para a melhoria do ensino.

1. ALGUMAS PALAVRAS SOBRE A ASTRONOMIA

Desde os primórdios da civilização, o ser humano desenvolveu uma relação de contemplação e admiração com a natureza, especialmente com o céu. Fenômenos como o ciclo do dia e da noite, as diferentes posições do Sol no céu ao longo do dia, as fases da lua, os eclipses e vasto número de estrelas visíveis à noite, denominadas de “grandes luzeiros” pelos gregos (Ferris, 1990), são apenas alguns exemplos da fascinação que olhar para o céu proporcionou aos primeiros seres humanos e que, ainda hoje, causam espanto e estimulam a curiosidade em pessoas de todas as idades.

Esses fenômenos, juntamente a muitos outros, foram registrados nas cavernas em pinturas rupestres feitas por diferentes civilizações, como os sumérios, babilônios e assírios, datadas de cerca de 3500 a.C. De outras civilizações, em diferentes lugares do nosso planeta, existem evidências de cultos e homenagens a estrelas que ocorreram no período Paleolítico, por volta de 10000 a.C. Tais fatos fortalecem a concepção de que esse conjunto de fenômenos se constituiu, quando sistematizados, em uma das primeiras áreas do conhecimento humano, chamada Astronomia (Gleiser, 1997).

Além desses registros, encontram-se estruturas megalíticas que colaboram com a tese de que o céu exercia fascínio nas mais diferentes civilizações. Pode-se destacar *Stonehenge*, no sul da Inglaterra, um monumento com várias pedras de altura média de 4 metros, posicionadas com base nas diferentes posições do Sol ao longo do ano. Na Escócia encontra-se o monumento *Callanish Stones*, que consiste em um círculo central de 13 pedras, utilizado para observações da lua (Lago; Andrade; Locatelli, 2017). Vale a pena destacar que, em 2005, o governo do Amapá catalogou o sítio arqueológico de Calçoene,

conhecido como o *Stonehenge* brasileiro, local onde civilizações antigas do nosso país, por volta de 1100 a.C., utilizando monumentos de pedras de 3 metros de altura, construíram verdadeiros observatórios de fenômenos astronômicos, como solstícios (Cabral; Saldanha, 2009). Por outro lado, é importante salientar que esses monumentos também tinham objetivos espirituais e fins religiosos, algo associado à contemplação que os fenômenos astronômicos despertavam nas civilizações antigas, sendo atribuídos a entidades divinas.

Como algo ainda mais presente na vida social dessas civilizações antigas, a repetição cíclica dos fenômenos astronômicos levou à construção dos mais diferentes calendários que marcavam a rotina diária e os momentos festivos associados às crenças e mística de cada povo. Além disso, os calendários dos mais diferentes ciclos sinalizavam as épocas corretas para o plantio e a colheita de alimentos para as civilizações que se organizaram em torno de rios, como o Nilo, no Egito, e o Tigre e o Eufrates, na região da Babilônia (Souza, 2014).

Segundo Ferris (1990), ainda que todo esse conhecimento astronômico, retratado em pinturas rupestres, monumentos megalíticos e calendários sejam importantes, é na Grécia Clássica que se encontra uma primeira organização sistemática desse saber no Ocidente. Desde os pré-socráticos, chegando a Aristóteles e Platão, por volta de 300 a.C., o conhecimento astronômico foi sofrendo tentativas de organização com a construção de modelos. Foi Aristóteles (384-322 a.C.) que construiu o modelo cosmológico conhecido por geocêntrico, em que a Terra fica estática no centro e os outros planetas conhecidos e o Sol giram no seu entorno. Deixando de lado outras reflexões filosóficas e físicas que esse modelo proporciona, o autor destaca a necessidade de Aristóteles, como outros de sua época, em organizar o sistema com classificações e nomenclaturas, ainda que o “universo” conhecido

na época fosse dado pelos planetas até Júpiter, contando o Sol e a Lua, além das estrelas fixas como designava Aristóteles.

Dando um salto na história da Astronomia, e antes de chegar a Galileu Galilei (1564-1642), segundo Ferris (1990), encontra-se um modelo cosmológico, concorrente ao de Aristóteles, chamado copernicano, referenciando Nicolau Copérnico (1473-1543), no qual o Sol é colocado no centro com os outros planetas e a lua, assim como as estrelas fixas, no seu entorno. Muitas são as contribuições de Galileu com a proposta copernicana, porém é interessante destacar o “refinamento” observacional proporcionado pela utilização da luneta, aperfeiçoada por ele, que permitiu a descoberta das fases de Vênus, dos anéis de Saturno, da Via Láctea, das manchas solares, além de outras constelações de estrelas. Esse refinamento trouxe grande contribuição ao entendimento do universo e, conseqüentemente, ao surgimento de novos conceitos e novas nomenclaturas. Com a luneta galileana um “novo universo” se abriu, acompanhando com desenvolvimento de lunetas e telescópios cada vez mais potentes, o que adicionou novos componentes ao universo conhecido.

Já no início do século XX, munido de um dos telescópios mais potentes da época, Edwin Hubble (1889-1953) refina ainda mais o entendimento humano do universo, com a descoberta de outras galáxias, adicionando mais componentes conceituais à Astronomia. Destaca-se também o trabalho de Henrietta Swan Leavitt (1868-1921), que desenvolveu um método, baseado no brilho das estrelas pulsantes para medir distâncias, conhecido como variáveis cefeidas.

No final do século XX e início do século XXI, com telescópios como o Hubble, colocado em órbita, e o James Webb, que está a mais de 1,5 milhões de quilômetros da Terra, além da popularização da Astronomia, inclusive por meio das redes sociais, muitos novos

conceitos e terminologias passaram a fazer do cotidiano das pessoas. Palavras e expressões como *nascer e pôr do Sol*, *eclipses solares e lunares*, já mais conhecidos, e outros mais novos, como *buracos negros*, *buracos brancos*, *pulsares* e *ceféidas*, *big-bang*, *universo observável* tornaram-se temas frequentes no noticiário e nas redes sociais, chegando também às escolas. Por exemplo, aqueles que concluíram o ensino médio antes de 2006 não aprenderam na escola o conceito de *planeta anão*, categoria criada para solucionar um problema terminológico e conceitual, devido às novas descobertas da época sobre o comportamento do planeta Plutão. Vale ressaltar que a Astronomia moderna tem seus conceitos principais centrados na Física e na Química contemporâneas, com destaque para a Relatividade e a Mecânica Quântica, trazendo assim uma complexidade conceitual para a explicação desses termos.

2. A ASTRONOMIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Na educação, historicamente, a Astronomia tem sido parte do currículo escolar. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), assim como a mais recente Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documentos nacionais orientadores da educação, trazem diversas indicações e recomendações sobre o ensino de Astronomia desde as séries iniciais. Não é intenção deste texto apresentar uma análise dos documentos que orientam o ensino de Ciências, mas é possível exemplificar essa indicação com duas habilidades, descritas na BNCC, para serem desenvolvidas no segundo ano do ensino fundamental – série em que as coleções didáticas a seguir analisadas se iniciam:

(EF02CI07) Descrever as posições do Sol em diversos horários do dia e associá-las ao tamanho da sombra projetada.

(EF02CI08) Comparar o efeito da radiação solar (aquecimento e reflexão) em diferentes tipos de superfície (água, areia, solo, superfícies escura, clara e metálica etc.) (Brasil, 2018, p. 331).

É importante destacar o caráter interdisciplinar e criativo que a área de Astronomia, juntamente a todos os projetos de exploração espacial, proporciona, na medida em que se propõe a resolver problemas complexos, tendo como produto muitas inovações tecnológicas: desde a invenção do controle remoto até as esteiras de ginástica e os tecidos resistentes à radiação.

Ainda que a Astronomia seja uma área do conhecimento que provoca nas pessoas nostalgia, espanto e contemplação, desde os primórdios, na escola ainda é um assunto que provoca muito engajamento dos alunos. Entretanto, traz consigo uma gama de conceitos complexos, oriundos de outras áreas do conhecimento, entrando em confronto com uma formação de professores, sobretudo das séries iniciais – em que estes são generalistas –, deficiente e limitada no que tange às Ciências Naturais (Araújo; Souza, 2011), mais ainda em relação à Astronomia.

Trabalhos anteriores já haviam exposto as dificuldades demonstradas e mencionadas pelos professores ao ensinar a Astronomia. Esses trabalhos evidenciam que, em aula, esses professores ficam entre uma conceituação equivocada ou incompleta, às vezes até anedótica; alguns desses professores descrevem essa situação como um “sufoco” (cf. Langhi; Nardi, 2005). Tal contexto pode comprometer o ensino, desenvolvendo e reforçando obstáculos de natureza epistemológica (Bachelard, 1978). Como tentativa de minimizar esse problema, esses professores recorrem aos livros didáticos, que frequentemente apresentam uma densidade terminológica intensa, com conceitos

referenciados para explicar outros conceitos de áreas extremamente especializadas que constituem a Astronomia.

Portanto, entende-se que o tratamento da Astronomia em uma obra terminográfica destinada a esses professores e elaborada com os princípios metodológicos da Terminologia, em conjunto com especialistas da área que também tenham experiência em ensino, possa se constituir em uma ferramenta importante para apoiar o professor em sua jornada diária de educação científica, especialmente em uma área tão complexa e cativante como a Astronomia.

3. A ASTRONOMIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Antes de serem observados termos e contextos, é importante esclarecer que este texto é resultado do projeto *Dicionário Terminológico das Ciências Naturais para Professores do Ensino Fundamental I*. Assim, as considerações aqui apresentadas são possíveis graças ao levantamento de termos da Astronomia coletados em um *corpus* composto por coleções didáticas selecionadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (Brasil, 2009). Esse Programa, empreendido pelo Ministério da Educação brasileiro, avalia as coleções submetidas à análise e seleciona aquelas mais bem avaliadas para distribuí-las às escolas públicas brasileiras. A seguir, apresenta-se um quadro com a avaliação dada às coleções analisadas e selecionadas na área de Ciências (séries iniciais).

Quadro 1. Coleções selecionadas

Coleção	Proposta Pedagógica	Conhecimentos Conteúdos	Pesquisa Experimentação	Cidadania Ética	Ilustrações Figuras	Uso de recursos	Manual do Professor
15611COL04							
15632COL04							
15651COL04							
15663COL04							
15674COL04							
15675COL04							
15679COL04							
15793COL04							
15886COL04							
15907COL04							
15921COL04							

Fonte: Guia nacional do livro didático – PNLD – Ciências (Brasil, 2009).

Nesse quadro, ressalta-se a terceira coluna, que demonstra a avaliação das coleções no que diz respeito ao critério “Conhecimentos e Conteúdos”. Note-se que, quanto mais intensa a cor roxa, melhor é a avaliação no quesito. Assim, o que se vê no quadro é que, das 11 coleções selecionadas, apenas uma recebeu a nota máxima no quesito. Dessa forma, como para o projeto de pesquisa esse era o quesito mais importante, foram selecionadas as cinco coleções melhor avaliadas.

Os termos e seus respectivos contextos, encontrados nas coleções analisadas, foram transcritos em fichas terminológicas constantes de uma base de dados informatizada por meio do software Access, da Microsoft. A seguir, apresenta-se um exemplo de ficha terminológica preenchida.

Figura 1. Ficha Terminológica de *planeta*

DIDÁTICOS BASE DE DADOS TERMINOLÓGICOS DAS CIÊNCIAS NATURAIS - BDTcien

Termo.....: planeta ORDEN: 7

Informações Gramaticais: ☐ sf ☒ sm ☐ adv ☐ adj ☐ v

Sigla(s) ou Acrônimo(s).....: p

Sinônimos.....:

Definição.....:

Termos relacionados.....:

Informações sobre a formação do termo:

Processo de formação.....: outro

Informações adicionais.....: p

Área.....: Astronomia

Autor da Ficha.....: Renato

Data de inserção de ficha na base.....: 22/03/2010

ORDEN_LETRAS 7

Conteúdo(s): O(s) planeta(s) do Sistema Solar movimentam-se em torno do Sol e têm forma arredondada (como a de uma bola de futebol). São corpos sem luz própria, só conseguiremos observá-los porque são iluminados pela luz do Sol.

Data:

Edição: 2ª edição

Dados Adicionais: Coleção Pirangá Ciências: 5ª e

Autor: Francimara

Data de Inserção do Conteúdo base: 19-out-11

Registro: 1 de 13 Não Filtroado Pesquisar

Fonte: elaboração própria.

A partir, então, dos termos coletados, bolsistas de iniciação científica selecionaram os termos que estariam relacionados à Astronomia, por meio de seus contextos de uso. Com a lista de termos em mãos, foram indicados pelo especialista os termos que estritamente se refeririam a conceitos da Astronomia, aqueles que seriam relacionados, mas que poderiam ser atribuídos a outras áreas, e aqueles cujos conceitos não seriam adequados à aquisição pela faixa etária das séries iniciais do ensino fundamental. Para exemplificar esse trabalho, a seguir estão termos iniciados com a letra “g” presentes na base de dados do projeto e selecionados pelos bolsistas, numa primeira tentativa de organização conceitual:

G

- 1 galáxia
- 2 gás
 - 2.1 gás de efeito estufa / GEE
 - 2.2 gás nitrogênio / nitrogênio
 - 2.3 gás oxigênio / oxigênio
 - 2.3.1 oxidação
 - 2.4 gás ozônio / ozônio
 - 2.5 gás nobre
 - 2.5.1 argônio
 - 2.5.2 criptônio
 - 2.5.3 neônio
 - 2.5.4 xenônio
 - 2.5.5 hidrogênio
 - 2.5.6 monóxido de carbono
 - 2.5.7 óxido nitroso
 - 2.5.8 gasoso
- 3 geoide
 - 3.1 geologia
 - 3.1.1 geólogo
- 4 globo terrestre
- 5 grandeza física
 - 5.1 albedo
 - 5.2 altura pluviométrica
 - 5.3 fator de proteção solar/ FPS
 - 5.4 força
 - 5.4.1 força gravitacional/ força da gravidade/ gravidade

5.5 índice pluviométrico

5.6 pressão

5.6.1 pressão atmosférica

5.7 temperatura

5.8 velocidade

5.8.1 velocidade de propagação

5.9 umidade

5.9.1 umidade atmosférica / umidade do ar

5.9.2 umidade relativa

Tais termos aparecem nas coleções em contextos como os apresentados a seguir:

- (i) Até aproximadamente a altitude de 80 km, os <gases> que juntos perfazem o 1% de outros <gases> da <atmosfera> são: <argônio>, <gás carbônico>, <neônio>, <hélio>, <metano>, <criptônio>, <óxido nitroso>, <hidrogênio>, <ozônio> e <xenônio>. Essa seqüência representa do mais ao menos abundante. Os <gases> <argônio>, <neônio>, <hélio>, <criptônio> e <xenônio> são chamados de <gases nobres> (Projeto Buriti: Ciências¹, 2010, 3.º ano, p. 98).

- (ii) Há uma <força> que atrai todas as coisas para a Terra, a mesma que faz com que você fique preso ao chão. É chamada de <força da gravidade>.

O <ar> é também atraído pela <força da gravidade> da <Terra>.

A <força da gravidade> que atrai o ar faz com que ele tenha <peso> e exerça <pressão> sobre todos

¹ Essa coleção não faz parte do PNLD (2010), mas foi indicada pela editora como similar a outra coleção selecionada cujos exemplares não foram conseguidos para a pesquisa.

os objetos da superfície terrestre. A essa <pressão> chamamos de <pressão atmosférica> (Porta Aberta: Ciências, 2007, 4.º ano, p. 60).

Como já explicitado, uma lista como a apresentada anteriormente, contendo todos os termos selecionados pelos bolsistas, foi apresentada ao especialista que, segundo os critérios já citados, os organizou com o intuito de verificar quais deles seriam estritamente abordados pela Astronomia, quais poderiam ser considerados pertinentes a outras áreas relacionadas e quais deles, apesar de utilizados pela área, seriam de difícil aprendizagem, considerando-se a faixa etária e a complexidade dos conceitos.

Assim, os termos marcados em azul foram considerados como não concernentes à Astronomia, apesar de sua relação com ela; *albedo*, *altura pluviométrica*, *fator de proteção solar* e índice pluviométrico foram considerados como concernentes à Climatologia ou aos estudos referentes ao aquecimento global.

Os termos marcados em vermelho (*gás nobre*, *argônio*, *criptônio*, *neônio*, *xenônio*, *óxido nitroso* e *umidade relativa*), embora sejam usados nos estudos astronômicos, foram considerados como referentes a conceitos mais sofisticados, em termos de abstração e distância da realidade das crianças, exigindo uma explicação mais complexa. Por esse motivo, foram considerados inadequados para a abordagem com a faixa etária a que as coleções didáticas são destinadas. Desse modo, a decisão tomada pelo grupo de pesquisa foi de incluir na obra terminográfica apenas os termos destacados em preto.

Ao observar o contexto (i), em que aparecem os termos referentes aos *gases nobres*, por exemplo, verifica-se que eles são apenas citados e que a própria coleção didática não apresenta contextos definitórios ou explicativos (cf. Rondeau, 1984) que aprofundem a des-

crição dos conceitos. Já em relação a termos como *força da gravidade* e *pressão atmosférica*, ainda que em uma definição terminológica necessitassem de mais explicações, o contexto (ii) traz explicações, embora cite outros termos com os quais não foi tomado o mesmo cuidado, como *força*, *peso* e *pressão*.

4. TERMOS, CONTEXTOS E MAPAS CONCEITUAIS PARA A ELABORAÇÃO DA OBRA TERMINOGRÁFICA

Seguindo-se as metodologias que abordam a Terminologia pela perspectiva linguística, como se observa nos princípios estabelecidos pela Teoria Comunicativa da Terminologia (Cabré, 1999), por exemplo, o trabalho aqui descrito parte da observação dos termos em seus contextos reais de uso. Assim, qualquer produto terminogr fico elaborado no  mbito do projeto será baseado em um conjunto de termos extraído de um *corpus* constituído por textos direcionados a um público-alvo específico.

Disso decorre o fato de que a análise parte, primeiramente, dos contextos de uso em que esses termos estão inseridos, uma vez que eles trazem as informações mais pertinentes para a faixa etária. Isso não exclui, no entanto, que, em uma fase posterior, o trabalho seja analisado pelo especialista, que verificar  se há equívocos ou inconsistências e que poderá corrigir, retirar ou acrescentar informações nas diferentes fases da pesquisa.

Observem-se alguns contextos coletados para o termo *galáxia*, por exemplo:

- (i) Mas o que é uma <galáxia>?

Observe a imagem. Nota que ela tem vários pontos luminosos. Eles são principalmente <estrelas> com <nuvens de gás> e <de poeira>.

Isso é uma <galáxia>, onde está nosso <Sistema Solar> e o nosso <planeta> <Terra> (Porta Aberta: Ciências, 2007, 2.º ano, p. 139).

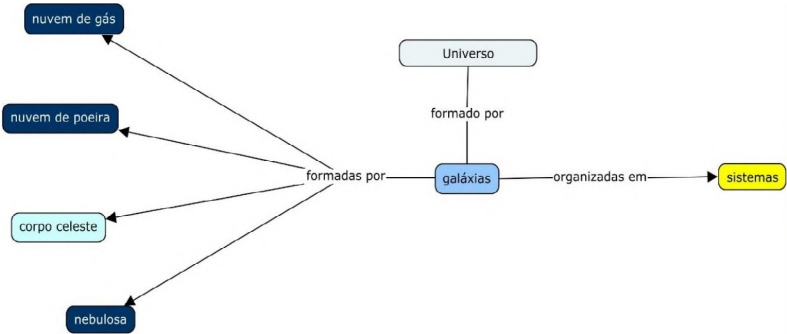
- (ii) <Galáxia> é um conjunto de bilhões de <estrelas>, demais <corpos celestes> e <nuvens de gás> e <de poeira> (Porta Aberta: Ciências, 2007, 3.º ano, p. 27).

- (iii) No Universo, existem bilhões de <galáxias>. Uma <galáxia> é um conjunto de estrelas, gás, poeira e muitos outros corpos celestes. A <galáxia> onde está o Sol e o planeta onde vivemos se chama Via Láctea (Projeto Buriti: Ciências, 2010, 4.º ano, p. 104).

Tais contextos permitem extrair informações que são recorrentes ao se referir ao conceito de *galáxia* nos livros didáticos. Dessa forma, observam-se descrições da constituição das *galáxias* de forma mais genérica (constituídas por *corpos celestes*, *nuvens de poeira* e *nuvens de gás*), além da referência a uma *galáxia* específica, a *Via Láctea*, na qual está inserido o *Sistema Solar*, informação que torna a observação e a concretização do conceito mais acessíveis para crianças nessa faixa etária. Com essas informações, podem ser elaborados mapas conceituais (*cf.* Novak; Gowin, 1984) que, posteriormente, possibilitarão a redação de definições mais coerentes com as necessidades do público-alvo da obra terminográfica: os professores das séries iniciais do ensino fundamental.

Em seguida, são apresentados os mapas elaborados para o conceito de *galáxia* e *Sistema Solar*, uma vez que as informações se complementam e serão importantes na elaboração de definições.

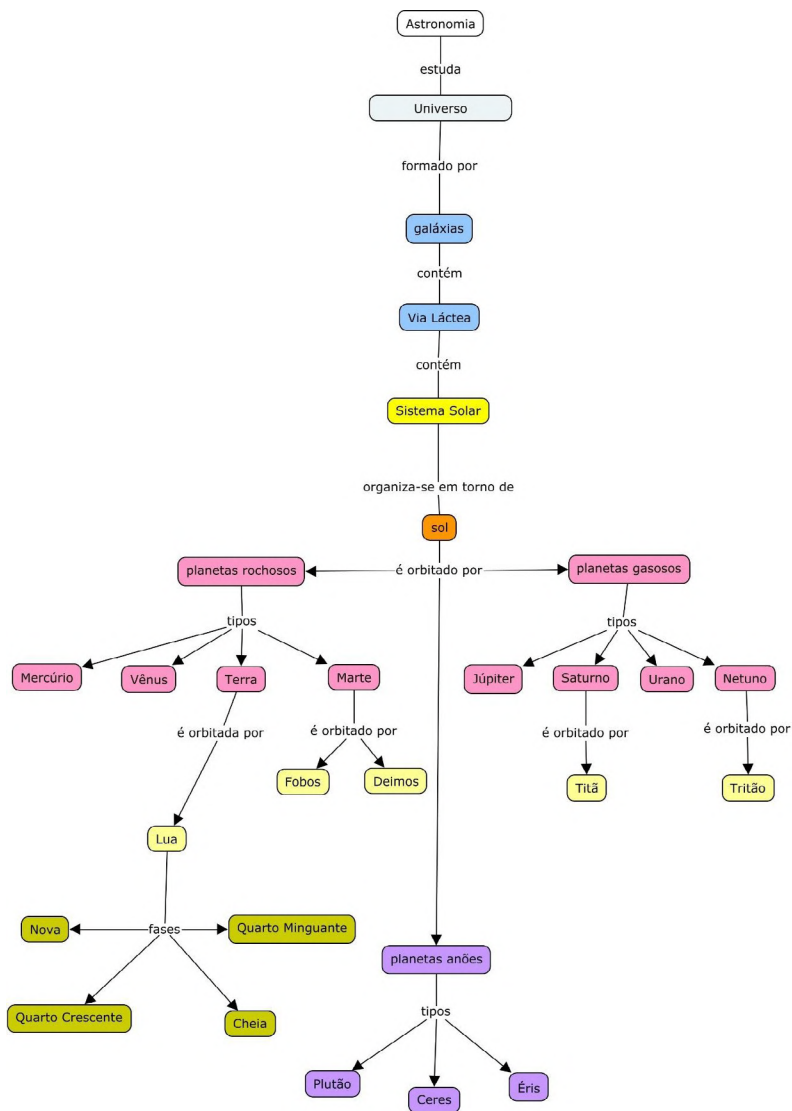
Figura 2. Mapa conceitual de galáxia



Fonte: elaboração própria.²

² Os mapas aqui inseridos foram elaborados no âmbito do grupo de pesquisa. Agradecimentos especiais são devidos aos bolsistas José Pedro Mesquita dos Santos e Sara Helena de Araújo Machado, que contribuíram com a elaboração.

Figura 3. Mapa Conceitual de Sistema Solar



Fonte: elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação do céu e de seus corpos celestes continua a despertar o interesse de jovens, crianças e adultos. Tecnologias avançadas permitem, a cada instante, ampliar o conhecimento sobre o Universo, e o fascínio e a curiosidade que essa observação desperta não devem ser negligenciados pela escola, ainda que a área que se dedica a esse estudo seja de grande complexidade e a compreensão de seus conceitos exija elevado nível de abstração e comprometimento.

Assim, faz-se necessário que, ao se introduzir esses conteúdos na escola, a forma como esses conceitos sejam abordados não elimine essa curiosidade e esse interesse. Necessário ainda é que, embora haja tanto misticismo e tanta religiosidade relacionados aos corpos celestes, estes sejam estudados sabendo-se diferenciar o que são a observação possível e as crenças do que é o conhecimento científico e a descrição real dos entes e dos fenômenos a eles relacionados.

Nesse sentido, compreende-se a função da escola, que, sem desconsiderar os conhecimentos prévios dos alunos, leva-os ao conhecimento dos instrumentos que permitem chegar o mais perto possível de uma descrição mais objetiva dessa realidade que se busca entender e desvendar.

Para que isso ocorra, os professores necessitam de uma formação sólida e de recursos didáticos adequados que os capacitem a ensinar com segurança os conceitos astronômicos. Nesse sentido, é imprescindível que os materiais didáticos comuniquem o conhecimento científico de maneira clara e precisa.

Uma vez que o conhecimento se comunica por meio de palavras e, mais especificamente, por meio de termos, não há como deixar de mencionar a relevância dos estudos terminológicos nessa aborda-

gem. É urgente que as preocupações com a descrição e a referência aos conceitos, objetos tão caros à Terminologia, estejam no centro das preocupações educacionais. É indiscutível a contribuição que a Terminologia pode dar ao desenvolvimento e à elaboração de recursos didáticos mais assertivos e comprometidos com as necessidades dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M.; SOUZA, P. H. A elaboração de um dicionário terminológico das Ciências Naturais para professores de ensino fundamental I. *In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ENSEÑANZA DE LAS CIENCIAS Y LA MATEMÁTICA - ICIECyM*, 1.; *ENCUENTRO NACIONAL DE ENSEÑANZA DE LA MATEMÁTICA - II ENEM*, 2., 2011, Tandil. *Actas...* Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2011. p. 884-891.

BACHELARD, G. **A filosofia do não**. Tradução de Joaquim José Souza Ramos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia nacional do livro didático – PNLD – Ciências**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/livro_didatico/guia_pnld_2010/ciencias.pdf. Acesso em: 31 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 31 jul. 2024.

CABRAL, M. P.; SALDANHA, J. D. de M. Paisagens megalíticas na costa norte do Amapá. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 9-26, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ra/article/view/2826>. Acesso em: 31 jul. 2024.

CABRÉ, M. T. **La Terminología: representación y comunicación**. Barcelona: Institut Universitari de Linguística Aplicada / Universitat Pompeu Fabra, 1999.

FERRIS, T. **O despertador na Via Láctea**: uma história da Astronomia. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

GLEISER, M. **A dança do universo**: dos mitos da criação ao big-bang. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LAGO, L.; ANDRADE, R.; LOCATELLI, R. **Astronomia no Ensino Ciências da Natureza**. São Paulo: Livraria da Física, 2017.

LANGHI, R.; NARDI, R. Construção de saberes disciplinares em Astronomia durante trajetórias formativas de professores dos anos iniciais do fundamental. In: NARDI, R. (Org.). **Formação de Professores e Práticas Pedagógicas no Ensino de Ciências**. São Paulo: Escrituras, 2008.

NOVAK, J. D.; GOWIN, D. B. **Learning how to learn**. New York: Cambridge University Press, 1984.

RONDEAU, G. **Introduction à la Terminologie**. Québec: Gaëtan Morin, 1984.

SOUZA, P. H. **Epistemologia e cultura no ensino de Física**: desvelando os conceitos de tempo e espaço. 2014. 377 f. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências) – Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/81/81131/tde-03122014-115014/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

Corpus

A ESCOLA É NOSSA: Ciências. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2007. 4 v.

COLEÇÃO CARACOL: Ciências. São Paulo: Scipione, 2007. 4 v.

PORTA ABERTA: Ciências. São Paulo: FTD, 2007. 5 v.

PROJETO BURITI: Ciências. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2010. 4 v.

PROJETO PITANGUÁ: Ciências. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2008. 4 v.

OS AUTORES

Adriana Zavaglia

Doutorado (2002) em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista-UNESP. Professora de Tradução (francês-português) junto ao Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo desde 2007. Tradutora há mais de 30 anos (fr-pt e pt-fr) dos mais variados tipos de textos e gêneros, desde receitas médicas e processos judiciais até artigos científicos e sites, passando por poemas e contos literários. Na pesquisa em Estudos da Tradução, interessa-se particularmente pela interface com os Estudos Bilíngues do Léxico (marcas e marcadores culturais, marcas e marcadores gramaticais, lexicografia, terminografia) e com a Literatura (tradução comentada), sem deixar de lado um olhar social e voluntário pelo viés da Tradução Coletiva. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7940-7262>.

Alexandre Melo de Sousa

Doutor em Linguística (UFC, 2007) e realizou estágio pós-doutoral em Linguística Aplicada/Libras (UFSC, 2019) e em Educação de

Surdos (Unicamp, 2023). É professor Titular da Universidade Federal de Alagoas. Atua nas áreas da Onomástica (em línguas orais e em línguas de sinais). É coordenador do projeto Inventário da Língua Brasileira de Sinais de Rio Branco, Acre. É pesquisador Produtividade CNPq (PQ-2). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2510-1786>.

Angela Maria Tenório Zucchi

Doutora em Linguística pela USP (2010), realizou estágio de Pós-doutorado na Università degli Studi di Torino com bolsa FAPESP (2014). É docente no Departamento de Letras Modernas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente é coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Italianas, onde realiza e orienta pesquisas com enfoques em Lexicografia Pedagógica, Ensino do léxico em línguas estrangeiras, Metalexicografia e Uso de dicionários, Terminologia e Fraseologia bilíngue. É líder do Grupo de Pesquisa LUPA - Lugar da Palavra e seus contextos, no Diretório de Pesquisa/CNPq. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5464-5742>.

Aparecida Negri Isquendo

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (1996) pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Araraquara. Professora Emérita pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2023). Pesquisadora Sênior no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL), da UFMS. Pesquisadora na área da Linguística, com pesquisas nas áreas de Lexicologia, Lexicografia e Onomástica, Coordenadora do projeto “Dicionário de Topônimos do Estado de Mato Grosso do Sul – DTMS”. Uma das organizadoras da coleção As Ciências do Léxico,

volumes I ao X, e organizadora da série Toponímia (vol. I ao III), publicadas pela Editora UFMS. Bolsista de Produtividade em Pesquisa/CNPq – Nível B. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1129-5775>.

Carla Bastiani

Doutora em Ensino de Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e professora do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), campus Paraíso. Atua nas áreas de Linguística e Ensino, com ênfase em Onomástica e em Toponímia, desenvolvendo pesquisas sobre nomes de lugares e seu papel na preservação da memória cultural e na educação. Possui experiência em formação de professores, produção de material didático e extensão universitária, articulando ensino, pesquisa e valorização do patrimônio linguístico-cultural. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2457-9841>.

Celina Márcia de Souza Abbade

Doutora (2004) em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Estágio Pós-doutoral em Estudo de Linguagens pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). É Professora Plena da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atuando como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL) e no Colegiado de Letras Vernáculas no Departamento de Ciências Humanas do *campus* I (DCH-I). Filóloga com experiência na área de Filologia e Linguística, com ênfase em Linguística Histórica, Lexicologia e Lexemática. Líder do Núcleo de Estudos Lexicais (NEL) cadastrado no CNPQ, coordenando o Grupo de Estudos Lexicais e Terminológicos da Bahia (GELTBA) e Atlas Toponímico da Bahia (ATOBAH). Uma das organizadoras da coleção *As Ciências do Léxico* (vol. VIII). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6485-277X>.

Claudia Zavaglia

Livre-Docente em Lexicografia e Lexicologia desde 2009. Possui mestrado em Língua e Literatura Italiana pela Universidade de São Paulo (1997) e doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP - Campus de São José do Rio Preto - SP - IBILCE. Desde 2003, atua na Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UNESP/IBILCE, na linha Lexicologia e Lexicografia, direcionando suas pesquisas, substancialmente, para os estudos lexicográficos, lexicológicos e tradutológicos. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0250-7019>.

Cleci Regina Bevilacqua

Doutora em Linguística Aplicada pelo Instituto Universitário de Linguística Aplicada, Universidade Pompeu Fabra (Barcelona, 2004). Pós-doutorado realizado junto ao Grupo de Terminologia e Organização do Conhecimento (GTERM), Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade de la República (Uruguai, 2017). Professora titular do Departamento de Línguas Modernas (1990-2025) e do Programa de Pós-graduação em Letras (2004-2024), Instituto de Letras, UFRGS. Seus temas de pesquisa foram: Terminologia, Lexicografia, Fraseologia da língua geral e especializada e Tradução. Líder do Grupo de Pesquisa Projeto Terminológico Cone Sul (Termisul) no CNPq e pesquisadora CNPq (Pq2, 2022-2025). Atualmente, é pesquisadora colaboradora no Grupo de Pesquisa Termisul. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1002-9080>.

Elizabete Aparecida Marques

Doutora em Linguística Aplicada pela Universidad de Alcalá (Espanha, 2007). Estágio Pós-Doutoral na área da Fraseologia pela Université Sorbonne Paris Nord (França, 2013). Professora Titular na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/Campo Grande), onde atua como docente e pesquisadora na área da Fraseologia, investigando, principalmente, os seguintes temas: fraseologia e cultura, fraseologia cognitivo-contrastiva, ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras (espanhol). Uma das organizadoras da coleção *As Ciências do Léxico* (vol. X). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6308-9597>.

Fábio Henrique de Carvalho Bertonha

Doutorado (2022) e Pós-doutorado (2024) em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, pela UNESP, campus de São José do Rio Preto. É Professor Assistente Doutor junto ao Departamento de Letras Modernas do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, campus de São José do Rio Preto, UNESP-IBILCE, onde atua nos cursos de graduação Licenciatura em Letras-Italiano e Bacharelado em Letras-Tradução e orienta no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL). Pesquisador na área de Linguística Aplicada, na linha de pesquisa Lexicologia e Lexicografia, investigando, principalmente, questões lexicográficas e tradutológicas. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0770-4302>.

Francisco J. Peral Rabasa

Licenciado en Lingüística y candidato a Maestro en Lingüística por la Escuela Nacional de Antropología e Historia, México. Sus principales líneas de investigación son la Antropología Lingüística y la Onomástica, en esta última tiene como proyecto principal el desarrollo

del Sistema Antroponomástico de San Pablito, Pahuatlán en el estado de Puebla, México. Es Profesor-Investigador Titular C de la Dirección de Lingüística del Instituto Nacional de Antropología e Historia. Miembro fundador y Co-Coordinador del Seminario Interinstitucional de Onomástica. Miembro del Seminario Interinstitucional de Antropología Lingüística, México. Miembro del Comité Organizador del Coloquio Leonardo Manrique, México. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4926-2557>.

Karylleila dos Santos Andrade

Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo (2006). Professora do Programa de Pós-graduação em Letras – PPGLetras da Universidade Federal do Tocantins e do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura PPGLLit da Universidade Federal do Norte do Tocantins/UFNT. Tem experiência na área de Linguística e Antropologia Linguística, com ênfase em Etnotoponímia, toponímia, léxico, interdisciplinaridade, ensino e educação. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6920-9206>.

Laia Vidal-Sabanés

Es doctora en Traducción y Ciencias del Lenguaje por la Universidad Pompeu Fabra (UPF). Es profesora lectora de la Facultad de Educación de la Universidad de Barcelona (UB), donde imparte docencia en los grados de Educación Infantil y Educación Primaria. Es investigadora externa del grupo IULATERM (UPF) y miembro del equipo arText de la Universidad Nacional de Educación a Distancia. También forma parte del Comité Ejecutivo de la Red Iberoamericana de Terminología (RITerm) y es secretaria de la Societat Catalana de Terminologia (SCATERM). Sus líneas actuales de investigación son el lenguaje es-

pecializado, la terminología médica, el lenguaje claro y la inteligencia artificial. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7160-4915>.

Luís Henrique Serra

Doutor em Letras – Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo – USP (2019). Docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus III, Centro de Ciências de Bacabal. Coordenador do curso de Licenciatura em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras – Bacabal (PPGLB/UFMA). Tem como interesses de pesquisa a Linguística, com enfoque no campo da Linguística Aplicada, da Terminologia e da Lexicologia, principalmente na área dos estudos da variação lexical e terminológica. É Líder do Grupo de Estudos em Terminologia, Texto e Discursos Especializados/CNPq. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8796-044X>.

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

Professora Titular da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, onde atua na graduação e pós-graduação. Doutora em Linguística (2004), Mestre em Língua Portuguesa. Desenvolve pesquisas em Linguística Teórica e Descritiva, em perspectivas sincrônica e diacrônica, com ênfase em Linguística Histórica, Lexicologia, Lexicografia, Onomástica (Toponomástica e Antroponomástica), Português do Brasil, Variação e Mudança Linguística. Líder do Grupo Mineiro de Estudos do Léxico/UFMG/CNPq. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4827-0635>.

Maria Cristina Parreira

Licenciada em Letras, Mestre e Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP. Docente de FLE, no curso de Tradução, desde 2003 e no PPG em Estudos Linguísticos, na linha de Lexicologia e Lexicografia, na UNESP. Orienta pesquisas em Estudos do Léxico e em Linguística Aplicada. Coautora do livro *XERETANDO A LINGUAGEM: FRANCÊS*. Membro do GTLEX da ANPOLL. Sócia do GEL-SP e da ABRALIN. Líder do GP GAMPLE (CNPq). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8053-5413>. ResearcherID: D-7112-2013.

Maria José Bocorny Finatto

Linguista especializada em Estudos do Léxico e Terminologia. Investiga a história das terminologias médicas e os modos de aplicar técnicas da Linguagem Simples para promover maior acessibilidade das informações escritas que trazem conteúdos de Utilidade Pública para diferentes perfis de pessoas no Brasil. É docente e orientadora de mestrado e doutorado junto à UFRGS. Coordena o grupo de pesquisa do DgP/CNPq “Acessibilidade Textual e Terminológica”. Uma das organizadoras da coleção *As Ciências do Léxico* (vol. IV). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1D. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6022-8408>.

María Teresa Fuentes Morán

Es licenciada en Filología Hispánica (Universidad Complutense de Madrid) y doctora en Lingüística (Universidad de Augsburgo, Alemania). Actualmente es profesora titular del Departamento de Traducción e Interpretación (Facultad de Traducción y Documentación). Su investigación se centra en aspectos aplicados de la lengua española y la lingüística aplicada, especialmente en el

campo de la lexicografía y la traducción, con un claro enfoque en la accesibilidad. Ha publicado varias obras metalexicográficas y ha colaborado en el diseño, la redacción y la revisión de diferentes tipos de diccionarios. Codirige el proyecto PRELemma: parámetros para recursos léxicos multilingües más accesibles. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1394-5535>.

Mariângela de Araújo

Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP) (2007). Realizou Estágio de Pós-Doutorado na Universidade Nova de Lisboa (2011). Professora da Universidade de São Paulo. Pesquisadora na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: Terminologia, Lexicologia e Ensino de Língua Portuguesa. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7637-2953>.

Marianna de Franco Gomes

Doutora em Linguística (2023), pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Linguística e graduada em Letras, Licenciatura em português, pela UFMG. Membro do Grupo Mineiro de Estudos do Léxico (GruMEL), atua em trabalhos na área do léxico com ênfase em Toponímia e Cartografia Histórica. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9079-3945>.

Paulo Henrique de Souza

Doutor em Ensino de Ciências pela Universidade de São Paulo (USP) (2014). Realizou Estágio de Doutorado no Instituto Universitário Dom Afonso IV e na Universidade de Lisboa (2011). Professor de

Física no Colégio Parthenon e na Escola Alef Peretz. Pesquisador na área de Ensino de ciências, na modalidade de Física, abordando os seguintes temas: Tempo, História e Epistemologia da Ciência e Física Geral. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0001-8813-6986>.

Sandra Dias Loguercio

Doutora em Ciências da Linguagem pela Université Sorbonne Nouvelle (Paris III), É professora do Departamento de Línguas Modernas (setor de Francês) e do Programa de Pós-Graduação (Estudos do Léxico e da Tradução e, também, Sociedade, (Inter)Textos Literários e Tradução nas Literaturas Estrangeiras Modernas) do Instituto de Letras da UFRGS. Como pesquisadora, integra o Projeto TERMISUL, participando dos projetos de terminografia e de letramentos acadêmicos, e tem desenvolvido pesquisa no âmbito da tradução/interpretação (em terreno) sensível. É membro do Núcleo de Estudos de Tradução Olga Fedossejeva (NET) do Instituto de Letras da UFRGS. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9290-5258>.

Rosemeire Selma Monteiro-Plantin

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001). Professora titular da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência em Ensino de Português como Língua Materna e Estrangeira (PLE), com ênfase no processo de Internacionalização da Língua Portuguesa. Realizou estágio pós-doutoral (2011-2012), na Universidade Paris 13, na qual pesquisou as principais contribuições dos estudos fraseológicos para o ensino de línguas, para a tradução e para a elaboração de dicionários linguístico-culturais. Atua no Programa de Pós-graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, realizando pesquisas em Fraseologia Teórica e Aplicada.

Atualmente desenvolve o projeto Glossário Onomasiológicos de Superstições em Língua Portuguesa. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5372-0894>.

‡

Este livro foi editorado com as fontes Crimson Text e Montserrat.
Publicado on-line em: <https://repositorio.ufms.br>

amigo da onça → aquele que trai os amigos [orig.: alusão ao animal selvagem e perigoso] ♦ Os repórteres também correram, e só conseguiram alcançá-lo graças a um involuntário *amigo da onça* do ministro, que chamou o elevador antes dele. (www.tribunadonorte.com.br/antecedentes/2004/08/29/colunas/chumberto.html; acesso em 10/05/04)

atacar pelas costas → trair alguém covardemente [orig.: alusão ao ataque inesperado] ♦ Num planeta dominado por países malvados que fingem ser nossos "amiguinhos", mas na verdade pretendem nos *atacar pelas costas* na primeira oportunidade. (www.russianet.com.br/ftopico-responder30.html; acesso em 24/05/04)

beijo de judas → gesto de falsidade [orig. bíblica; vem do fato de Judas ter identificado Jesus Cristo aos soldados por meio de um beijo] ♦ Dou adeus aos poucos amigos e mando um *beijo de judas* aos inimigos, pois aqui não encontrei abrigo e tudo que escrevemos se torna um perigo [...] (www.theliteraturefactory.com/exibelotexto.php?cod=2789&cat=Cordel; acesso em 12/06/04)

dar uma rasteira → utilizar procedimentos desleais para prejudicar alguém [orig.: alusão ao ato de derrubar alguém sorrateiramente] ♦ A impressão é que a indústria fonográfica *deu uma rasteira* em todo mundo para abocanhar e reter, justamente o que antes demonizava. (www.portaldeinformatica.com.br/colunas_rebello_o_golpe.htm; acesso em 06/10/05)

golpe baixo → ato desonesto [orig.: boxe; alusão ao ato de socar a virilha do adversário] ♦ *Golpe baixo* no bolso. Longe de serem coisas do passado, os contos do vigário estão cada vez mais bem elaborados e continuam pegando muita gente de gaiato. (www.bolsademulher.com/revista/6.2039.2672/golpe_baixo_no_bolso.html; acesso em 23/02/06)

golpe sujo → ato desonesto [pej.] ♦ Esta tentativa de derrubar a cientista americana não passa de um *golpe sujo* por parte da indústria, que não tem como provar a segurança dos OGMs. (www.idec.org.br/files/BOLETIM%2054.doc; acesso em 29/05/04)

levar uma rasteira → ser enganado, traído, prejudicado [orig.: alusão ao ato de derrubar alguém sorrateiramente] ♦ Cuidado no ambiente de trabalho, pois poderá *levar uma rasteira* por parte de quem você menos esperava

Aparecida Negri Isquermo

Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens – Faculdade de Artes, Letras e Comunicação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS.

Coordenadora dos Projetos de pesquisa *DTMS – Dicionário de Topônimos de Mato Grosso do Sul* e *ALiB – Atlas Linguístico do Brasil: análise linguística e cartografia – Dados do interior do Brasil*.

Membro do Comitê Nacional do Projeto ALiB – Atlas Linguístico do Brasil, como Diretora Científica e Coordenadora do Projeto ALiB – Regional Mato Grosso do Sul.

Vice-coordenadora do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL, biênios 1998-2000 e 2004-2006.

Coordenadora do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL, biênio 2006-2008.

Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Márcia Sipavicius Seide

Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, no campus de Cascavel e docente do Colegiado de Letras no campus de Marechal Cândido Rondon.

Coordenadora do Projeto de Pesquisa Onomástica, ODS e Ensino

Editora da revista *Onomástica* desde América Latina desde sua criação em 2020.

Vice-coordenadora do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL no biênio 2021-2023

Coordenadora do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL no biênio 2023-2025

Bolsista Produtividade em Pesquisa da Fundação Araucária/Paraná.

Este volume da coleção *As Ciências do Léxico*, a exemplo dos demais, orienta-se pelos princípios originais da obra mantendo a estrutura das demais edições, ou seja, organização dos capítulos em três das grandes áreas das Ciências do Léxico: Parte I – Lexicologia; Parte II – Lexicografia e Parte III – Terminologia.

Como os anteriores, o volume XI reúne artigos que discutem produtos de investigações desenvolvidas por pesquisadores filiados ao Grupo de Trabalho em Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL – Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística, trabalhos esses discutidos nos encontros intermediários e nacionais promovidos pelo grupo. O volume reúne também artigos produzidos por três pesquisadores estrangeiros, um mexicano e dois espanhóis.

O volume XI, tanto quanto os anteriores, tem como público-alvo mais amplo pesquisadores e estudantes de pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa que desenvolvem estudos sobre o léxico em suas diferentes abordagens, ancorados por princípios da Lexicologia, da Lexicografia, da Terminologia, da Fraseologia, da Onomástica, dentre outras áreas que se ocupam do estudo da palavra. A publicação destina-se também a docentes que atuam na Educação Básica, em especial aos interessados em questões que afetam o ensino do léxico e o uso do dicionário como recurso pedagógico no ensino da língua materna e de línguas estrangeiras.

a virilha do adversário]
♦ *Golpe baixo* no bolso;
Longe de serem coisas do passado, os contos do vigário estão cada vez mais bem elaborados e continuam pegando muita gente de gaiato. (www.bolsademulher.com/revista/6.2039.2672/golpe_baixo_no_bolso.html; acesso em 23/02/06)

golpe sujo → ato desonesto [pej.] ♦ Esta tentativa de derrubar a cientista americana não passa de um *golpe sujo* por parte da indústria, que não tem como provar a segurança dos OGMs. (www.idec.org.br/files/BOLE-TIM%2054.doc; acesso em 29/05/04)

levar uma rasteira → ser enganado, traído, prejudicado [orig.: alusão ao ato de derrubar alguém sorratamente] ♦ Cuidado no ambiente de trabalho, pois poderá *levar uma rasteira* por parte de quem você menos esperava. (diarionordeste.globo.com/1999/05/03/sig-no.htm; acesso em 19/06/04)

mudar de time → quebrar as expectativas, trair [orig.: futebol; alusão àquele que passa

